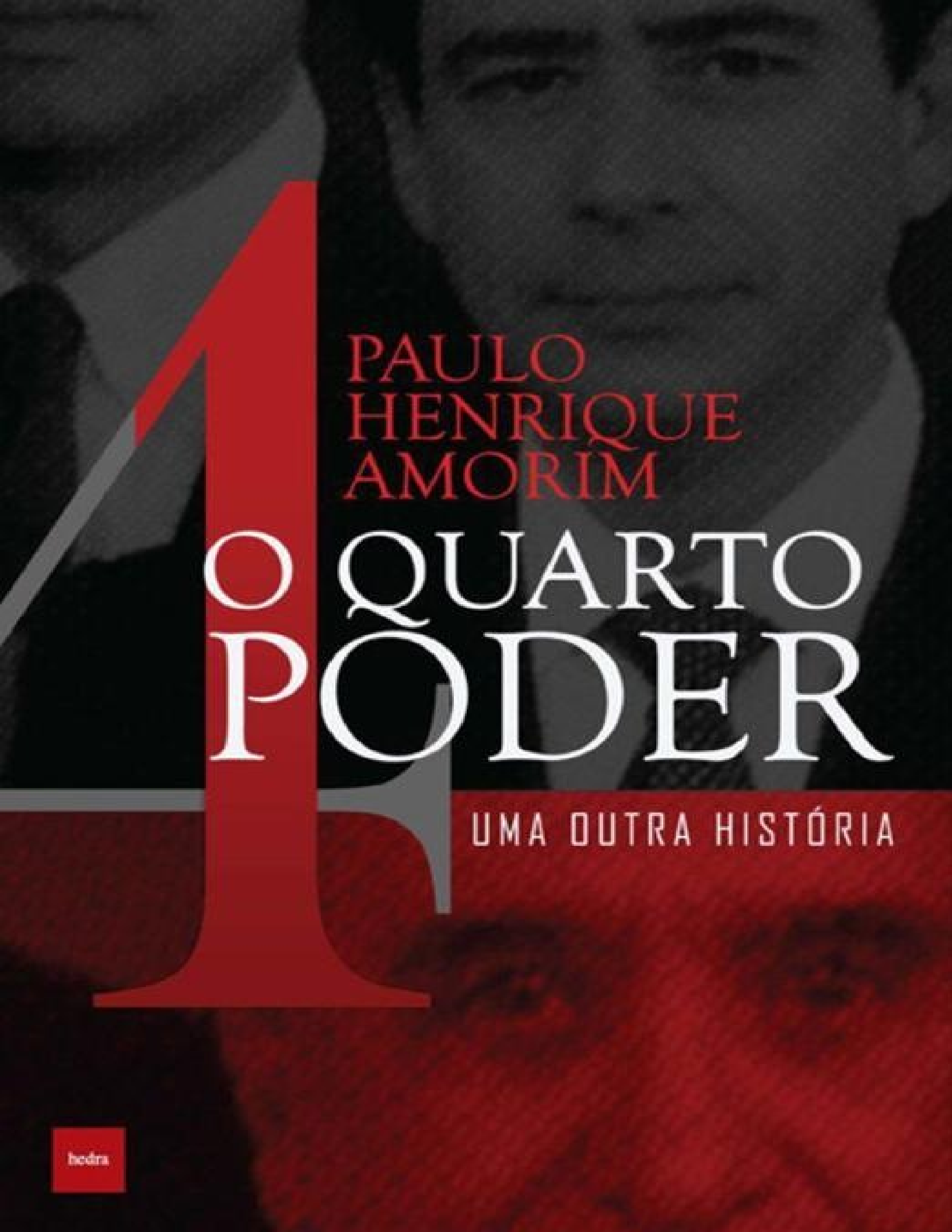

PAULO
HENRIQUE
AMORIM
O QUARTO
PODER
UMA OUTRA HISTÓRIA
hedra

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.site*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

copyright Hedra
edição brasileira© Hedra 2015

agradecimentos Alisson Matos

edição Jorge Sallum e Luis Dolhnikoff
assistência editorial Luan Maitan
revisão Alisson Matos
preparação Luis Dolhnikoff e Luan Maitan
capa Ronaldo Alves
tratamento Ímã Foto Galeria
iconografia Arqaivo do autor
ISBN 978-85-7715-409-8
corpo editorial Adriano Scatolin,
Caio Gagliardi,
Jorge Sallum,
Luis Dolhnikoff,
Oliver Tolle,
Ricardo Musse,
Ricardo Valle,
Tales Ab'Saber

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Direitos reservados em língua portuguesa somente para o Brasil

EDITORA HEDRA LTDA.
R. Fradique Coutinho, 1139 (subsolo)
05416-011 São Paulo SP Brasil
Telefone/Fax +55 11 3097 8304

editora@hedra.com.br
www.hedra.com.br

Foi feito o depósito legal.

A Geórgia, minha mulher

A Maria, minha filha

A Francisco e Maria Isabel, meus netos

Quatro primaveras de Vivaldi

* * *

A Marília, minha irmã, leitora implacável e um doce — como um bom disco de Noel

A Mino Carta, exemplo de rigor e brilho: um Toscanini

Introdução

Na manhã bem cedo do dia 24 de agosto de 1954, eu descia a rua Santo Amaro, no Rio, com uma leiteira, para comprar leite na padaria que ficava na esquina com a rua do Catete.

Bem em frente ao edifício em que, segundo placa na portaria, Mário de Andrade tinha vivido.

Na padaria, ouvi o *Repórter Esso* divulgar a "Carta Testamento" de Getúlio Vargas.

Saí com a leiteira vazia às pressas e postei-me na primeira fila, com a corda do isolamento na barriga, diante do Palácio do Catete, três quarteirões adiante.

E vi Lutero Vargas e Osvaldo Aranha chegarem.

Eu tinha 11 anos.

Este livro não é de memórias de um repórter.

Poucos repórteres, no Brasil, sobrevivem às próprias memórias.

A minha memória é muito boa e resolvi usá-la para oferecer informações inéditas. Informações que não tinham sido divulgadas porque, por exemplo, não cabiam no formato de uma reportagem para televisão e obtive boa parte delas porque trabalho em tevê.

Outras informações tinham perdido o viço para a cobertura do dia a dia. Há as censuradas pela empresa em que trabalhava ou que foram vítimas do processo de autocensura. Muitas podem ser divulgadas agora, porque se rompeu o vínculo da informação "em off", que protege a origem da fonte.

Outras são muito relevantes e não podem morrer num fundo de gaveta.

Assim que cheguei a Nova York, em 1968, para ser correspondente da *Veja*, me apaixonei pelo melhor programa de debates da tevê americana, o *Firing Line*, do ultraconservador William Buckley Jr.

Ele entrevistava quem tinha importância jornalística. Em qualquer campo. Perguntas precisas, informadas, agudas.

Conservador ou liberal, o espectador saía do programa informado — e mais inteligente.

O repórter brasileiro nunca tinha visto nada igual: jornalismo de qualidade superior, na televisão.

Buckley inventou um personagem, jamais copiado: o "*examiner*", que ele contratava para ficar na plateia e, a certa altura, se levantar e fazer as perguntas que ele, Buckley, não tinha feito ou não quis fazer.

E o entrevistado tinha que se submeter a uma segunda "prova oral", talvez mais difícil que a primeira.

Eu tinha acabado de assistir a uma reprise do *Firing Line* com Carlos Lacerda, que foi explicar ao cético Buckley o caráter "democrático" do Golpe de 1964.

Lá ia Lacerda, num inglês americano quase-perfeito, até que do meio da plateia, sem se levantar da cadeira, um jovem — não era o "*examiner*" — interrompeu para dizer que estava embarcado num navio de guerra da Marinha americana e desceu em direção à costa brasileira para apoiar o Golpe.

E, quando chegou a notícia de que os golpistas tinham vencido, na altura do Equador voltou para a base.

Lacerda negou: "não há provas de interferência americana no Golpe", disse. O que, depois, ficou fartamente documentado (e aqui se recomenda o documentário de 2013 "O dia que durou 21 anos", de Camilo Tavares).

Na Park Avenue, em Nova York, no restaurante francês de um hotel suíço chiquérrimo, The Drake, jantei pouco depois com meu colega de trabalho, o então repórter Carlos Lacerda, na companhia do filho dele, Sérgio, e do repórter e amigo comum Carlos Leonam.



“Em Nova York, os repórteres de Veja, Paulo Henrique Amorim (à direita) e Carlos Leonam, acompanharam a apuração das eleições americanas, ao lado de um colega muito esforçado.”

A revista *Realidade*, também da Editora Abril, como a *Veja*, contratou Lacerda para cobrir a eleição presidencial Richard Nixon vs Hubert Humphrey, em 1968.

Eu e Lacerda viajamos juntos para acompanhar as duas caravanas pelos Estados Unidos afora. Lacerda sempre acompanhado de Alfredo Machado, dono da Editora Record, e velho amigo dele.

Eu e Lacerda nos reencontramos no Drake para o final da cobertura, já que Nixon tinha ali perto, na mesma Park Avenue, no hotel Waldorf Astoria, o seu QG e deveria ser eleito.

Lacerda estava eufórico. Tinha levado um toque *blanche* para o *chef*, que ele conhecia há tempos. E não parava de falar — num francês sofrível — e em português. Disse que adorava eleição: eleição é que nem purgante. Lava tudo por dentro!

Falou de Jango, que tinha conhecido nas negociações para a Frente Ampla. Contou que a perna esquerda de Jango era esticada por causa de uma gonorreia mal tratada.

Eu acreditava ser por causa de um tiro.

“Não”, ele reagiu. “Foi uma gonorreia. Eu sei, fiquei amigo do homem!”.

E aí, emocionado, disse que passou a admirar Jango. Que jamais tinha imaginado que Jango fosse capaz de recebê-lo em casa, em Montevidéu, depois

de tudo o que tinha feito para desmoralizar e derrubar Jango.

Para ele, Lacerda, era mais fácil encontrar Jango.

Para Jango, exigia um caráter excepcional.

Lacerda contou que, ao entrar no apartamento de Jango na Calle Leyenda Patria, Jango chamou os filhos João Vicente e Denise para cumprimentar o "governador" (Lacerda já tinha cumprimentado D. Maria Thereza).

Aí, Jango disse aos filhos para irem lá dentro buscar os cadernos da escola. Fez os meninos mostrarem os cadernos a Lacerda. E disse: "Veja, governador, meus filhos estão aprendendo a ler em espanhol…"

Eu, Lacerda e Leonam entramos juntos no Waldorf Astoria, para cobrir a festa. Por pouco tempo. Porque Lacerda foi logo chamado para assistir à vitória na suíte do presidente eleito.

Nixon, Lacerda, Jango e Sérgio Lacerda estão mortos.

Eu e Leonam, em 2014, estamos aparentemente vivos.

Ulysses Guimarães morreu em 1992.

Pouco antes, numa visita a Nova York, correspondente da Globo, encontrei Ulysses e a mulher, D. Mora, num jantar na casa do Cônsul do Brasil, Carlos Augusto dos Santos Neves.

Lá pelas tantas, numa noite fria, de muita neve, eu e Ulysses nos sentamos num sofá à parte, na companhia de uma garrafa de poire.

Uma vez, o Raul Ryff, assessor de imprensa do Jango, que viveu muitos anos exilado em Paris, me disse: político brasileiro quando cruza o Equador se solta e abre o bico. Pensa que à beira do Sena fica impune.

Perguntei por que ele, Ulysses, presidente da Câmara, não tinha assumido a presidência no dia em que Tancredo Neves não pôde assumir.

A omissão de Ulysses permitiu o Golpe Constitucional do ministro da Guerra, general Leônidas Pires Gonçalves, que deu posse ao vice, José Sarney, que não tinha sido empossado! Ainda não era vice!

Ulysses foi rápido: achava que o Tancredo ia se recuperar.

Se assumisse, ficava inelegível para suceder Tancredo.

A "Nova República", portanto, veio à luz num curto-circuito da Constituição.

Em pleno regime militar, num almoço em Brasília, eu tinha perguntado ao deputado federal Tancredo por que o Ulysses era o presidente do MDB e não ele, Tancredo.

"Porque o Ulysses nós podemos perder."

Tancredo morreu em 1985.

Eu era editor-chefe e apresentador do *Jornal da Band* quando recebi em xerox uma cópia autenticada de um contrato entre a Petrobras e a Odebrecht.

Joel Rennó, indicado por Antônio Carlos Magalhães, era o presidente da Petrobras. Emílio, filho do pioneiro Norberto, era o presidente da Odebrecht.

O contrato era de uma singeleza infantil, ou quase.

Estipulava que a Petrobras financiasse a Odebrecht, para que a Odebrecht comprasse a Petrobras.

Assim: *vovô viu a uva*.

O móvel da relação era a Petrobras ceder à Odebrecht a área de petroquímica. Como se sabe, a Braskem, em sociedade com a Petrobras, é hoje um dos ramos mais prósperos da Odebrecht.

Eu e o redator-chefe Ricardo Melo passamos a dar cobertura sistemática ao que chamamos, com ajuda de um selo/ilustração, de "Petrobrecht".

Foi um “Deus nos acuda”.

Emílio conseguiu a fórceps marcar uma reunião na sede da Bandeirantes, em São Paulo. Ele, Johnny Saad, filho do dono, José Roberto Maluf, representante do dono, “seu” João Saad, eu e Ricardo.

Advogado experiente, Maluf foi mortífero. Leu os itens do contrato que construíam a patranha. Eram de uma clareza solar.

A cobertura da “Petrobrecht” continuou.

Rennó tirou o patrocínio da Petrobras ao jornal.

O governo FHC praticava, como se vê, o que no governo Lula se chamou de “mídia técnica”…

Daí para frente, meu emprego e o do Ricardo tiveram vida breve.

Quem me passou o documento foi — pela primeira vez revelo — Raphael de Almeida Magalhães, fluminense, meio-campista notável, vice-governador de Lacerda e ministro de Sarney.

Sempre correto, afável e excelente informante, Rapha morreu.

Os outros estão vivos, em 2015.

Próxima da cova está a Rede Bandeirantes, sob o comando do Johnny, o herdeiro.

Maluf também foi tocar a vida, sempre arguto e correto.

Este livro dá opinião.

Mas, procura evitar, porque prefere informação a opinião.

Opinião, mesmo, dou em meu blog *Conversa Afiada*.

Este livro trata do PiG, Partido da Imprensa Golpista, expressão que difundi no

Conversa Afiada.

O PiG é composto de *O Globo*, *Folha*, Estadão e seus subprodutos.

A Abril não é propriamente do PiG, porque a "aristocracia" do PiG jamais aceitou os judeus italianos da Abril em seus salões.

A Abril e a *Veja* se incorporavam ao PiG por interesse. E pelos mesmos interesses eram aceitos, desde que ficassem na cozinha.

O deputado Fernando Ferro, em 2007, subiu à tribuna da Câmara para denunciar o "Partido da Imprensa". Ele se referia ao partido do diretor de jornalismo da Globo, Ali Kamel — conhecido no *Conversa Afiada* como "Gilberto Freire com *i*".[1]

Kamel tinha acusado o governo Lula de fomentar o catecismo marxista nas escolas por meio de livros como "Nova História Crítica". Mas, Ferro mostrou que o livro tinha sido adotado pelo Ministério da Educação no governo Fernando Henrique e retirado das escolas no governo Lula.

Pouco depois, o navegante do *Conversa Afiada* José Antônio Cardoso sugeriu "PIG" — Partido da Imprensa Golpista.

Perfeito!

Melhor ainda, porque tinha uma pitada de deboche, desabonadora, ao seguir a veia anglicizante.

Com o tempo, PIG se transformou em PiG, com o *i* minúsculo, para homenagear Caio Túlio Costa, presidente do iG e professor de Ética no Jornalismo, na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo.

Ele promoveu uma "limpeza ideológica" no iG e, não fosse um mandado de segurança obtido em 24 horas, o meu trabalho profissional no iG, por dois anos, teria sumido no éter.

O acrônimo passou, portanto, a ter um minúsculo *i* de "iGnóbil".

Se a Justiça não tivesse impedido a "limpeza ideológica", este livro provavelmente não poderia ser escrito como está, pois boa parte dele foi extraído

do trabalho no iG.

Além do PiG e seu papel ignóbil na história da imprensa brasileira, o livro trata também da indústria da televisão, o instrumento mais poderoso do Golpe.

Quando falo em televisão no Brasil, falo, é claro, sobretudo da Globo.

O livro não trata das batalhas judiciais que travo.

Isso será tema de próximo livro, com a colaboração de meus (excelentes) advogados Maria Elizabeth Queijo e César Marcos Klouri.

Quem se interessar por isso pode ir ao <conversaafiada.com.br>, na aba “Não me calarão”.

Muitas outras informações aqui omitidas jazem no fundo da minha gaveta. Porque são inúteis, ou, talvez, o que escondam, como diria a Amália Rodrigues, nem às paredes confesso.

Os jornalistas Alisson Matos, Márcio Pinheiro e Murilo Silva ajudaram neste livro. O autor deve muito à dedicação e ao profissionalismo deles.

O professor Gilberto Bercovici fez minuciosa leitura, com críticas implacavelmente inteligentes.

1.1 Sobre os documentos e o estilo martelo

Os documentos publicados nesse livro são anotações que fiz de entrevistas ou fatos que testemunhei como repórter. Nunca confiei em gravadores. Prefiro anotar. Como tenho uma boa memória, muitas vezes reproduzi a entrevista ou o fato logo após ocorrido.

Estas anotações foram recuperadas depois de um trabalho de classificação e seleção que durou um ano e três meses, entre 2013 e 2014.

Depois de mudança de estado civil, de hemisfério e de múltiplas moradias, pude, enfim, dar ordem a uma bagunça.

Uma perícia de datação, com a comparação da caligrafia e a tinta empregadas certificaria a autenticidade das anotações.

O que tem valor até judicial. As anotações são provas. Não é à toa que, em inglês, se usa a expressão “on the record”, ou “off the record”, para se referir ao que está ou não registrado.

Aqui, são anotações, vestígios, traços, registros de cinquenta anos nos bastidores do poder.

Esse livro foi escrito em duas temporadas.

A primeira entre 2004 e 2005, a partir de um curso que dei sobre “por que a televisão brasileira se tornou comercial e, não, pública ou estatal”.

Ao longo da narrativa, enfiei minha experiência pessoal na televisão.

Este manuscrito, escrito num estilo jornalístico convencional, foi rejeitado por seis editoras.

Mas, não por causa da forma…

Resolvi adiar a publicação.

Retomei agora, oito, nove anos depois.

E, desta vez, apliquei ao livro original os documentos selecionados e os comentários que geravam.

Nesta segunda fornada, o texto saiu parecido com a linguagem que uso no blog *Conversa Afiada*. É, como se verá, um texto mais enxuto, direto, manchetado. Com o emprego do martelo — se Nietzsche não se sentir ofendido.

É porque nesse intervalo de oito anos escrevi, sobretudo, para o blog. Muito natural, acredito, essa mudança. E benfazeja. Distingue dois momentos num mesmo livro. E dois textos originários de experiências diferentes do autor.

Ao encerrar essas mal traçadas linhas, eu cumpria a maravilhosa experiência de ler as obras — quase — completas de Liev Tolstói.

Ao chegar ao fabuloso *Ressurreição*, encontrei as esplêndidas tradução e apresentação de Rubens Figueiredo:

Tolstói reforça em *Ressurreição* a tendência à linguagem brusca, direta, sem adornos… As passagens expositivas dispõem os argumentos como que a marteladas: a energia toma lugar das preocupações com o requinte, a preocupação de ir direto ao ponto tira da cena os cuidados retóricos.[2]

Figueiredo faz, aí, uma comparação com *Guerra e Paz* e até com *Anna Kariênina*.

Mal comparando, amigo leitor. Mas, só para ressaltar uma tendência a martelar à medida que o tempo passa…

Mas, também, é como se *Grande Sertão* pudesse ser reescrito por Graciliano Ramos.

De novo, mal comparando.

Ou, como diria Vittorio Gassman, em *Il Sorpasso*, modestamente…

1

Para designar Ali Kamel, o mais poderoso de todos os diretores de jornalismo da Globo (o ansioso blogueiro trabalhou com os outros três). Metido a antropólogo e sociólogo, autor de *best-sellers* de estante: ninguém

lê, ninguém compra. Um deles combate as cotas raciais e diz que no Brasil não há preconceito contra negros. Conta-se que, um dia, em Apipucos, D. Madalena advertiu o mestre: Gilberto, essa carta está em cima da tua mesa há tempos e você não abre. Não é pra mim, querida Madalena, disse o mestre de Apipucos: é para um Gilberto Freire com *i*.

2

Tolstói, Liev. *Ressurreição*. São Paulo, Cosac Naify, 2010, p. 12.

Parte I
O quarto poder

Por que fui para a televisão

Eu dirigi o *Jornal do Brasil*, quando, modestamente, ainda era o melhor jornal do Brasil. Lá pela meia-noite, na hora de descer a primeira página para a oficina, Hedyl Valle Jr., redator-chefe, se aproximava, contemplava as filas de redatores cadavéricos e, abafado pelo bigode de Zapata, emitia o comentário:

— Vamos embora. Isso aqui não vai a lugar nenhum. Rodar 100 mil exemplares que ninguém vai ler. Vamos embora para a televisão. Vamos trocar a profundidade pelo alcance.

Hedyl foi primeiro para a Globo.

Demitido do *Jornal do Brasil*, fui para a TV Manchete, que acabava de nascer, para a TV Globo, Bandeirantes, TV Cultura-SP e TV Record.

Só não fui para o Silvio Santos.

Uma tarde, no meio de nove meses de desemprego depois de sair da Bandeirantes, recebi um telefonema de Hebe Camargo, com quem sempre mantive relações afetuosas.

— Paulo Henrique, estou aqui na sala do Silvio. Estou dizendo a ele que você deveria vir para cá. Você toparia?

— Claro, Hebe, muito obrigado. Estou desempregado.

— Viu, Silvio, ele topa! Fala com ele, Silvio.

Vem Silvio ao telefone.

— Olá, Paulo Henrique. Eu gosto muito do seu trabalho. Muito, mesmo. Mas, eu gosto do seu trabalho na televisão dos outros.

No fim de 2013, um estudo da americana Business Insider concluía que “a TV está morrendo”.

A audiência caía inclusive na tevê por assinatura.

E nem a internet no computador ou no tablet era o que mais se beneficiava, mas os aparelhos móveis.

A TV aberta, comercial, é uma invenção de duvidosa utilidade.

Especialmente no Brasil, onde a Globo conseguiu ampliar seus defeitos com o poder de um monopólio incompatível com o regime democrático.

A Globo vai morrer gorda. Líder, mas sem a receita que pague os custos incorporados nos anos de opulência.

Ela e a tevê aberta não comemorarão cem anos.

Vão durar menos que o chapéu-panamá, que Santos Dumont passou a usar em 1906.

Eu provavelmente levarei a TV Globo ao túmulo — de chapéu-panamá.

Muito do que se trata a seguir é sobre a TV e a minha passagem por ela.

Por que a tevê brasileira seguiu o modelo comercial?

A televisão surgiu no Brasil como desenvolvimento da tecnologia do rádio, e incorporou naturalmente seu modelo de negócios: o modelo comercial. Foi Getúlio Vargas quem optou formalmente pela existência das emissoras comerciais, logo no primeiro ano de sua chegada ao poder, após a Revolução de 1930. O Decreto 20.047, de 27 de maio de 1931, autorizou a publicidade nas transmissões, limitada a 10% do tempo de cada programa. Além disso, a duração de um comercial não poderia ser superior a 30 segundos.[1]

Em tese, Vargas poderia ter optado pelo modelo europeu de rádio, com controle público ou estatal, sem publicidade. Emissora pública é uma empresa de comunicação como a BBC inglesa, em que a linha editorial e a programação são independentes do Estado. Quem financia a empresa é quem compra um aparelho — comprou, tem que pagar uma taxa. Já a emissora estatal é aquela totalmente controlada pelo Estado. No entanto, no caso do Brasil, o governo não tinha dinheiro para montar e operar um sistema público ou estatal de radiodifusão.

Além da falta de dinheiro, é importante entender o ambiente político e econômico a que o Brasil estava submetido no início da era do rádio, nos anos 1920. Começava a supremacia de uma nova potência, os Estados Unidos, símbolo do novo modelo de relações comerciais que surgia. Ao mesmo tempo, havia o declínio da Inglaterra, que optara pelo padrão público de radiodifusão. Após a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), o Brasil passou cada vez mais a ser zona de influência dos Estados Unidos, o grande vencedor do conflito. Isso se refletiu nas emissoras de rádio do país, que não perderam tempo em se profissionalizar — tanto na forma de fazer rádio como na forma de ganhar dinheiro com ele.

O rádio, porém, nasceu estatal. A primeira regulamentação surgiu no governo Venceslau Brás (1914–1918), com o Decreto 3.296, de julho de 1917, que tornou o rádio monopólio estatal e centralizou o poder de concessão no Poder Executivo. A opção estatal transpareceu na escolha do primeiro discurso radiofônico a ser transmitido no Brasil, em 7 de setembro de 1922. Na ocasião, o

presidente Epitácio Pessoa (1919–1922) foi ouvido simultaneamente em Niterói, Petrópolis e São Paulo. A transmissão foi a grande novidade e um dos momentos mais esperados da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em comemoração ao Centenário da Independência.

O modelo comercial que vingou foi diferente também do padrão proposto por aquele que se convencionou chamar de “pai do rádio”, Edgar Roquette-Pinto. A primeira transmissão radiofônica feita no Brasil, no Centenário da Independência, foi “para inglês ver”, como explica Roquette-Pinto em depoimento gravado:

A verdade é que, durante as solenidades comemorativas de 1922, muito pouca gente se interessou pelas demonstrações então realizadas pelas companhias Westinghouse (estação do Corcovado) e Western Electric (estação da Praia Vermelha). Creio que a causa principal desse desinteresse foram os alto-falantes instalados nas torres do Serviço de Meteorologia (Pavilhão dos Estados). Eram discursos e músicas reproduzidos no meio de um barulho infernal, tudo roufenho, distorcido, arranhando os ouvidos. Era uma curiosidade sem maiores consequências. No começo de 1923, desmontava-se a estação do Corcovado e a da Praia Vermelha ia seguir o mesmo destino se o governo não a comprasse. O Brasil ficaria sem rádio. Eu vivia angustiado porque já tinha a convicção profunda do valor informativo e cultural do sistema, desde que ouvira as transmissões que foram dirigidas na época pelos engenheiros J. C. Stroebel, J. Jonotskoff e Mário Liberalli. Uma andorinha só não faz verão; por isso resolvi interessar no problema a Academia de Ciências, presidida pelo nosso querido mestre Henrique Morize. E foi assim que nasceu a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1923.[2]

Com a ajuda do presidente da Academia Brasileira de Ciências, Henrique Morize, Roquette-Pinto, aos 38 anos, inaugurou em 20 de abril de 1923 a primeira emissora brasileira com programação regular: a PRA-A, Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, depois Rádio MEC. A principal característica de uma “rádio sociedade” é o fato de ser sustentada por “associados” mediante uma contribuição voluntária. Eram os “sócios” quem cediam os discos, em geral de música clássica, que a rádio tocava. O objetivo era construir uma emissora a serviço da educação e da cultura, nos moldes europeus.

Roquette-Pinto também foi o responsável pela introdução no Brasil do radiojornalismo, que já nasceu opinativo. Era o *Jornal da Manhã*, produzido e

apresentado por ele mesmo, via telefone, a partir de sua casa, com comentários pessoais sobre as notícias do dia que julgava mais interessantes, lidas ao vivo.[3]

É importante ressaltar que Roquette-Pinto era uma figura fascinante, assim descrita pelo escritor e jornalista Ruy Castro em um de seus ensaios:

Em 1911 [Roquette-Pinto] conheceu o homem que, este sim, o marcaria para sempre: o tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. […]

Roquette seguiu com destino a Mato Grosso, para juntar-se a Rondon. Tinha 27 anos. Os quatro meses seguintes seriam uma saga de extraordinária importância para o conhecimento do Brasil — porque, pela primeira vez, Rondon viajava com um homem à sua altura. Roquette-Pinto, sozinho, valia por uma equipe de cientistas.

Naquela expedição ele foi etnógrafo, sociólogo, geógrafo, arqueólogo, botânico, zoólogo, linguista, médico, farmacêutico, legista, fotógrafo, cineasta e folclorista. Anotou toda a aparência da região — da floresta à árvore e à folha — a composição dos solos, o contorno das montanhas, o fluxo dos rios, a intensidade das quedas e a riquíssima variedade da fauna. Nas visitas às tribos já pacificadas, mediu os crânios dos índios, comparou seus pesos e alturas, analisou suas endemias e descreveu suas formas de produção, comércio e transporte. Registrou seus conhecimentos científicos, relações familiares, organização política, hábitos religiosos, formas linguísticas, habilidade manual, cantos e danças. E ainda realizou a primeira dissecação de um indígena — na verdade, uma indígena — de que se tem notícia.

[…] Roquette foi um Indiana Jones da vida real, só que mais heroico — porque verdadeiro.[4]

O formato “rádio sociedade” deu frutos também em outras partes do país. Em 1924, surgiram a Ceará Rádio Clube, a Rádio Sociedade Gaúcha e a Rádio Sociedade da Bahia. No ano seguinte, a Rádio Sociedade Maranhense iniciou suas transmissões.

O objetivo desse tipo de emissora era sintetizado por Roquette-Pinto ao encerrar seus programas: “Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”. Segundo ele, “o rádio é a escola dos que não têm escola. É o jornal de quem não sabe ler”.

No entanto, sem a receita da publicidade e sem se render aos apelos da música popular (o samba, por exemplo, era ignorado), a programação das rádios sociedade se resumia praticamente à música clássica e à ópera, o que acabou por inibir a popularização do rádio e limitar sua disseminação e capacidade de gerar lucro.[5]

Na Europa, o modelo público e estatal se estabeleceu porque se tornou necessário controlar o acesso à informação depois da Primeira Guerra Mundial. Em um momento de reconstrução, era fundamental manter a "coesão social", e o rádio se mostrou um instrumento valioso para isso.[6]

Nos Estados Unidos, a radiodifusão desde sempre se subordinou à "Primeira Emenda" à Constituição:

O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao governo petições para a reparação de seus agravos.[7]

Ou seja, não poderia haver um controle — público ou estatal — que configurasse cerceamento à liberdade de expressão. Além disso, desde o início, na passagem da comunicação através dos Correios à radiodifusão, o modelo de negócios sempre foi comercial. A indústria do rádio americana nasceu no auge da hegemonia conservadora do Partido Republicano, no início do século XX. Quando a regulação do rádio foi transferida da Marinha para o Departamento do Comércio, a opção por uma rádio pública ou estatal à inglesa foi definitivamente sepultada nos Estados Unidos. Sobre isso, escreve o professor e ensaísta Paul Starr:

Os americanos, em outras palavras, não parecem ter sido mais culturalmente predispostos a caminhar em direção ao modelo comercial de rádio do que os europeus, mas a resposta política nos Estados Unidos, ao contrário da Europa, era deixar a indústria privada impor seu próprio curso.[8]

No Brasil, o rádio começou a se expandir no fim de 1926 e em 1927. As estações já tinham em boa parte profissionalizado seus departamentos comerciais e logo surgiram os primeiros astros, apesar dos cachês ainda modestos.[9] O embrião da mais influente emissora brasileira surgiu em 1930, com a PRA-X — Sociedade Rádio Philips do Brasil, ou apenas Rádio Philips — criada para divulgar os

aparelhos de rádio vendidos pela empresa holandesa no Brasil.

Em 1936, o jornal *A Noite* comprou a Rádio Philips por uma bagatela. Logo a estação foi rebatizada como PRE-8 Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Nascia, então, a primeira grande emissora brasileira. Com problemas financeiros, a Rádio Nacional acabou estatizada por Getúlio Vargas em março de 1940. Porém, mesmo com a estatização, o modelo comercial foi mantido. Assim, ela competia no mercado publicitário com as outras emissoras e ainda tinha uma grande vantagem sobre elas: recebia subsídios do governo.

Por saber aproveitar-se de sua condição privilegiada, a Rádio Nacional pôde contratar os melhores radialistas e se tornar a emissora mais ouvida no Brasil e a mais importante da América Latina. Em 1942, era uma das cinco rádios mais potentes do mundo, com antenas dirigidas para os Estados Unidos, para a Ásia e para a Europa.[10]

Sobre o poder, inclusive político, da Rádio Nacional, declarou Assis Chateaubriand:

Demos aqui cerca de 6 mil contos por cidade para as eleições municipais que interessavam a Vargas, a pedido dele. Pois bem, eu pensei que o Leão viesse a ficar manso, encantado com aqueles cabritos que nós entregamos na sua fome. Depois, ele botava a Rádio Nacional aqui para devorar a Paulo [Machado de Carvalho, dono da Rádio Record] e a nós [*Diários Associados*].[11]

A rádio mais importante do Brasil tinha, claro, o noticiário mais influente da época: o *Repórter Esso*. Sua estreia no Brasil, em 28 de agosto de 1941, remete à Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos na América Latina e à criação do Escritório Interamericano (Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the American Republics), durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945).

O presidente americano Franklin Roosevelt criou o Escritório Interamericano — dirigido por Nelson Rockefeller, neto de John D. Rockefeller, fundador da Standard Oil, as atuais Exxon e Esso —, que tinha como única função levar a América Latina a apoiar os Aliados na Guerra e consolidar a hegemonia americana na região.[12]

Por exemplo, a ida de Carmen Miranda aos Estados Unidos, onde fez oito

filmes, foi obra do Escritório. Pelas mãos dos comandados de Rockefeller, chegaram ao Brasil produtos como a Coca-Cola (a primeira filial foi aberta em São Paulo em 1943), as revistas em quadrinhos estreladas por Zé Carioca (personagem brasileiro criado pela Disney), e as agências de publicidade (McCann-Erickson, Standard e J. Walter Thompson, por exemplo).

As empresas de publicidade foram fundamentais para o desenvolvimento do rádio no Brasil: pagavam pelo espaço publicitário e produziam elas próprias muitos programas, que levavam o nome das agências ou dos produtos que os patrocinavam. O melhor exemplo é o próprio *Repórter Esso*, escrito e produzido pela agência de notícias americana United Press International (UPI) e patrocinado por um importante cliente da agência de publicidade McCann-Erickson.[13]

Sobre Carmen, ainda: A United Fruit usou Carmen e aquele chapéu cheio de bananas e frutas tropicais para vender as propriamente ditas. Uma única rádio americana tocou músicas da Carmen 657 vezes num *único* dia![14]

Apesar disso, diz Chapman, a United Fruit não pagou um tostão a Carmen, a "Señorita Chiquita Banana".

De volta ao rádio brasileiro.

O *Repórter Esso* já existia nos Estados Unidos desde outubro de 1935 e, por meio do Escritório Interamericano, chegou a vários outros países da América Latina além do Brasil: Colômbia, Chile, Argentina, Uruguai, Peru, Venezuela e Porto Rico, por exemplo. "*Esso Standard Oil Company en Chile apresenta a ustedes el* Repórter Esso. *El primero con las últimas notícias preparado por el canal 13 y United Press*", dizia o narrador da versão chilena do radiojornal.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o noticiário se caracterizava pelo duro combate aos países do Eixo. No Brasil, tinha como diretriz não dar cobertura à campanha "O Petróleo é Nosso", já que a criação da Petrobras não interessava ao governo americano nem à Esso. Em 1957, o Congresso Nacional criou uma CPI, concluída em 1959, que comprovou o envolvimento da Esso e da McCann-Erickson na distribuição de verbas contra a nacionalização do petróleo. Quando, em 31 de dezembro de 1968, o noticiário radiofônico chegou ao fim, duas razões foram apontadas: na área profissional, o noticiário perdera a credibilidade e, no âmbito político, sua missão estava cumprida.[15]

O *Repórter Esso* foi um marco no jornalismo brasileiro. Afinal de contas, foi o programa que acabou definitivamente com a chatice dos rebuscados jornais falados. Com a UPI e os textos americanos, surgiram notícias compactas, ágeis, em que o mais importante vem logo no início da informação — o chamado "lead" das escolas de jornalismo. Dessa forma, contribuiu para sepultar as introduções longas e retóricas — o chamado "nariz de cera".

Pelo *Repórter Esso* do rádio passaram locutores (ou *speakers*, como se dizia na época) como Saint-Clair Lopes, Jorge Curi, Romeu Fernandes, Aurélio de Andrade, Kalil Filho, Gontijo Teodoro — os dois últimos, apresentadores também da versão televisiva do programa, respectivamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, veiculada pela TV Tupi entre 1º de abril de 1952 e 31 de dezembro de 1970.

O melhor deles, e o que mais tempo foi âncora do jornal no rádio, Heron Domingues, era uma das mais belas vozes do jornalismo brasileiro, jamais abalada pelo consumo excessivo de cigarro e bebida. Heron colocou uma cama na redação poucas semanas após chegar à Rádio Nacional. Afinal, ele não podia deixar de ser "o primeiro a dar as últimas" sobre a Segunda Guerra. Em 1944, passou o Natal e o Réveillon na emissora. Apesar disso, não conseguiu ser o primeiro a anunciar o fim da guerra — o furo foi da Rádio Tupi. Heron não se encontrava na redação no exato momento de anunciar as boas-novas, e seus colegas de Nacional demoraram a achar a fita gravada em que ele anunciava o fim do conflito. De qualquer maneira, os ouvintes só acreditaram de fato na notícia quando sua voz entrou no ar.[16]

Heron comandou o *Repórter Esso* até 1962, quando migrou para a TV. Carismático, adaptou-se rapidamente ao novo veículo. Memorizava o texto e dava a notícia com os olhos fixos na câmera, em uma época em que ainda não havia *teleprompter*. Na TV Rio, apresentou o *Telejornal Pirelli* e o *Jornal Nacional* (nome utilizado pela TV Globo posteriormente), ao lado de Léo Batista.

Em 1972, foi contratado pela TV Globo. Lá, apresentou o *Jornal Internacional*, depois substituído pelo *Jornal da Globo*. Sob a censura do regime militar, o telejornal tratava apenas de notícias internacionais. Heron morreu em casa, de infarto, depois de anunciar a renúncia do presidente Nixon, em 10 de agosto de 1974.

1

Martins, Marcus A. “O histórico legal das comunicações no Brasil”. In: Ramos, Murilo César & Santos, Suzy dos. *Políticas de comunicação — buscas teóricas e práticas*. São Paulo, Paulus, 2007, pp. 309–10.

2

Roquette-Pinto, Edgard. “Depoimento”. In: Tavares, Reinaldo. *Histórias que o rádio não contou*. São Paulo, Harbra, 1998, 2ª ed.

3

Haussen, Doris Fagundes & Cunha, Magda (org.). *Rádio brasileiro — episódios e personagens.* Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003, p. 16.

4

Castro, Ruy. “Roquette-Pinto: O homem multidão”. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://goo.gl/Z6YJ5v>.

5

Murce, Renato. *Bastidores do rádio*. Rio de Janeiro, Imago, 1976, p. 19.

6

Dantas, Marcos. *A lógica do capital-informação*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996, p. 48.

7

Carta de Direitos dos Estados Unidos da América, artigo I. Acessível em: <http://goo.gl/cZ99il>.

8

Starr, Paul. *The Creation of the Media — Political Origins of Modern Communication*. Nova York, Basic Books, 2004, p. 338.

9

Murce, Renato. Op. cit., p. 23.

10

Pinheiro, Cláudia (org.). *A Rádio Nacional — alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005, p. 51.

11

Mesquista, Humberto. *Tupi: a greve da fome*. São Paulo, Cortez, 1982, p. 19.

12

Klöckner, Luciano. “O *Repórter Esso* e a globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial”. Texto apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande, set. 2001.

13

Jambeiro, Othon. “Raízes históricas da regulamentação da TV no Brasil”.

In: *Textos de cultura e comunicação*, n. 35, jul. 1996, pp. 88–9.

14

Peter Chapman. *Bananas — How the United Fruit Company Shaped the World*. San Francisco, Canongate , 2007, p. 119.

15

Klöckner, Luciano. Op. cit.

16

Pinheiro, Cláudia. Op. cit., p. 70.

Vargas foi a primeira vítima do PiG

Um dos momentos dramáticos da história do *Repórter Esso* foi a leitura da carta-testamento de Getúlio Vargas em edição extraordinária, feita por Heron Domingues em 24 de agosto de 1954:

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Quando voltou ao poder pelo voto, nas eleições de 1950, Vargas imediatamente publicou o Decreto 29.783, que previa a revisão das concessões de rádio a cada três anos, além de tornar de "interesse público" o serviço de radiodifusão, regulado pelo Estado, com finalidades educacionais. O governo, porém, não chegou a baixar a regulamentação do Decreto e ele não entrou em vigor. Mesmo assim, o PiG não gostou nem um pouco das intenções de Vargas para a indústria das comunicações.

Já se permitia no Brasil o que os americanos chamam de "cross ownership", ou seja, a "propriedade cruzada" de emissoras de rádio e TV e de jornais e revistas num só mercado. Nos Estados Unidos, por exemplo, durante quase todo o século XX isso foi proibido, com poucas exceções. Exatamente para evitar a concentração de poder em pequenos grupos de empresas de comunicação.

No mercado do Rio de Janeiro, por exemplo, as Organizações Globo detêm o controle de dois jornais, uma empresa de revistas, uma editora de livros, emissora de rádio, rede de televisão aberta, televisão por assinatura e portais na internet. É o recorde mundial da "propriedade cruzada", de que trataremos mais adiante. Concentração como essa só existiu, com tamanha impunidade, na época da União Soviética.

Como no Brasil não houve e nem há proibição à "propriedade cruzada", quando alguns donos de jornais e de rádio se uniram para combater Vargas, armou-se um fogo cerrado que reunia quase toda a imprensa da época. Essa situação persistiu durante todo o seu mandato, de 1951 a 1954. Para resistir, Vargas contava com

poucas balas na agulha: a Rádio Nacional e, mais tarde, o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer.

As rádios Tupi e Tamoio, de propriedade dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, com uma audiência menor que a da Rádio Nacional, atacavam implacavelmente Vargas. As rádios Globo, de Roberto Marinho, e *Jornal do Brasil*, da condessa Pereira Carneiro e de Nascimento Brito, também batiam forte.

No entanto, o detrator mais encarniçado de Vargas era Roberto Marinho, tanto na Rádio Globo como no jornal *O Globo*. Já em 1949, com o programa *Tribuna Política*, a estação de Roberto Marinho era o veículo preferencial dos líderes da UDN, especialmente o jornalista, grande orador e golpista reincidente, Carlos Lacerda:

Mas o nacionalismo do senhor Getúlio Vargas não impediu que do ano de 1937 ao ano de 1941, para ser mais exato, até a data da conferência de chanceleres americanos no Itamaraty, não impediu que de 37 a 41 o senhor Getúlio Vargas fosse um pálido satélite de Hitler. A 11 de junho de 1940, no dia em que Paris caiu na mão dos nazistas, a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, agora vendido ao estrangeiro como ferro-velho, o senhor Getúlio Vargas pronunciou um discurso no qual saudava a entrega de Paris a Hitler como a aurora de uma nova era, para a qual devemos estar preparados, disse ele pessoalmente, removendo o entulho das ideias nossas, fecha aspas. Ora, esse nacionalismo é o mesmo nacionalismo dos comunistas, e como foi o nacionalismo dos fascistas.[1]

Lacerda foi aquele que, na campanha presidencial de 1950, disse: “O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.[2]

A tal “revolução” Lacerda ajudou a fazer em 1964.

1

Calabre, Lia. “Rádio e política: o caso do parlamento em ação”. In: Neves, Lúcia Maria Bastos P.; Morel, Marco & Ferreira, Tania Maria Bessone da C. (org.). *História e imprensa — representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, DP&A, 2006, p. 410.

[2]

Texto de Carlos Lacerda publicado na *Tribuna da Imprensa*, em 1º de junho de 1950, durante a campanha presidencial de Getúlio Vargas, eleito com 48,7% dos votos. Não havia segundo turno na época.

Lacerda mudou a capital para Brasília

Vamos a um breve intervalo, para tratar de Juscelino Kubitschek. Voltamos a Vargas, a primeira vítima do PiG, já, já!

A certa altura, quando era coeditor de economia da revista *Veja* (do Mino Carta!) — o outro editor era Emílio Matsumoto —, consegui marcar uma entrevista com JK. Finalmente!

Correspondente da *Veja* em Nova York, em 1968, mantive, por telefone, inúmeras e longas conversas com JK, que se hospedava no Hotel Hilton, da Avenida das Américas.

JK estava virtualmente exilado em Nova York.

Na verdade, o exílio formal de JK acabou em 25 de outubro de 1967.

Logo ao voltar ao Brasil, o ministro da Justiça Gama e Silva, do governo Costa e Silva, ameaçou-o com prisão, caso se envolvesse em política.

Eu queria uma entrevista. Sonhava em publicá-la na revista semanal do *New York Times*: “Um rei (preso) em Nova York!”.

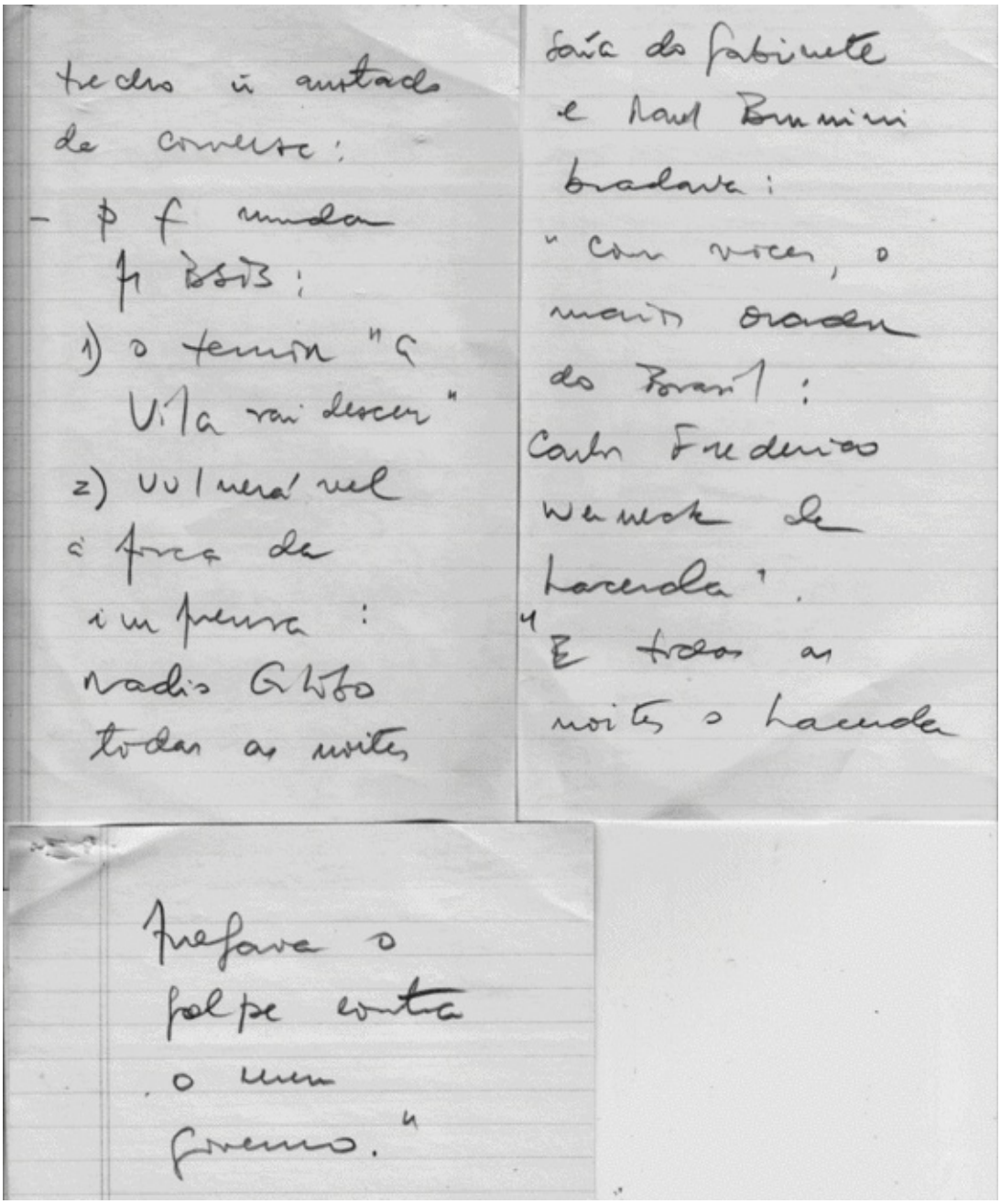
JK, sempre gentil, me driblou com facilidade e jamais me recebeu pessoalmente.

Dessa vez, em 1972, fui ao prédio do Banco Denasa, do genro de JK, Baldomero Barbará, na Avenida presidente Vargas, no Rio.

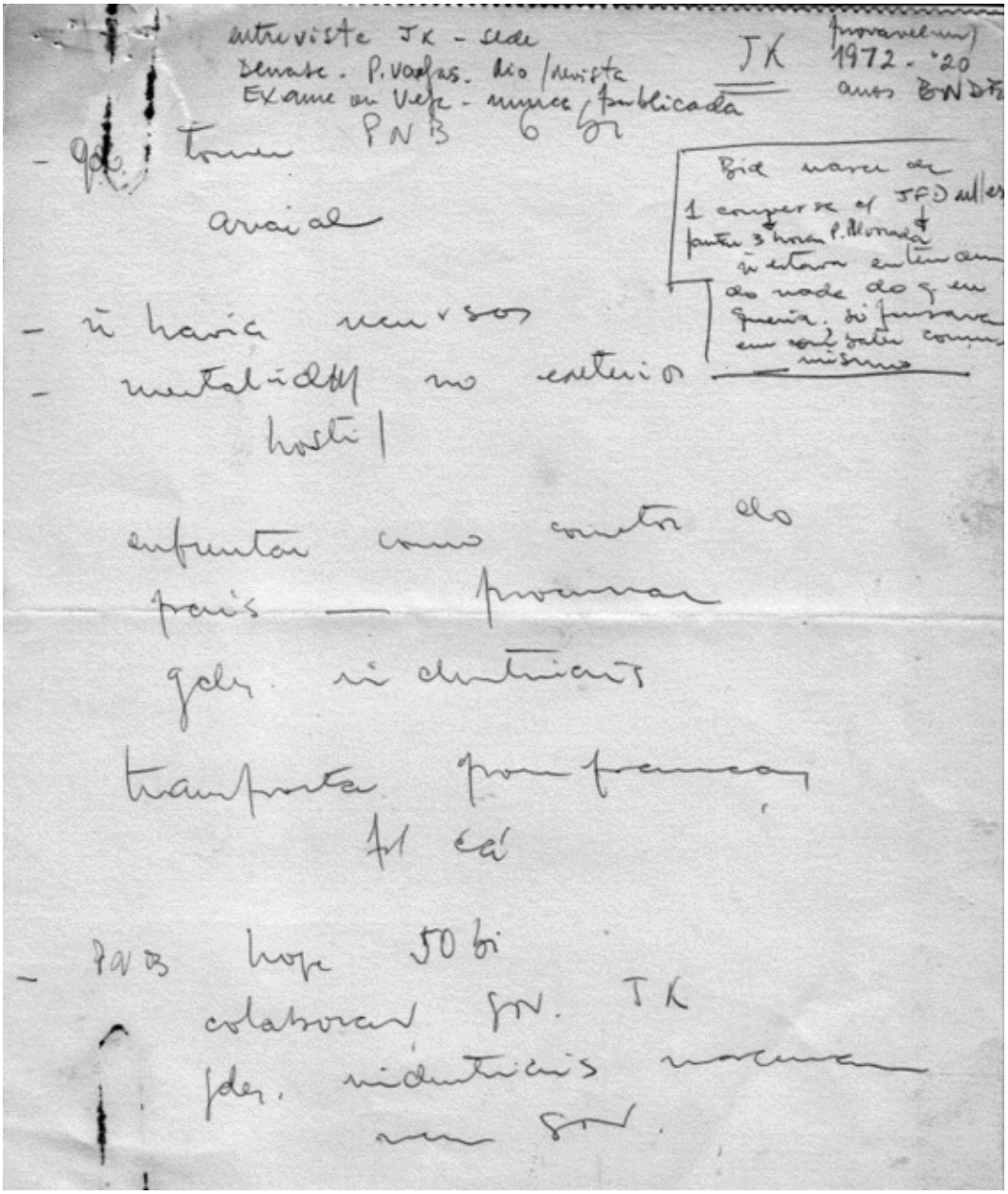
JK era um nome no índex do governo Médici.

Mas, quem sabe? Uma entrevista sobre os 20 anos do BNDE (ainda não havia o *s*) — criado por Vargas e valioso instrumento do Plano de Metas de JK — poderia valer a pena.

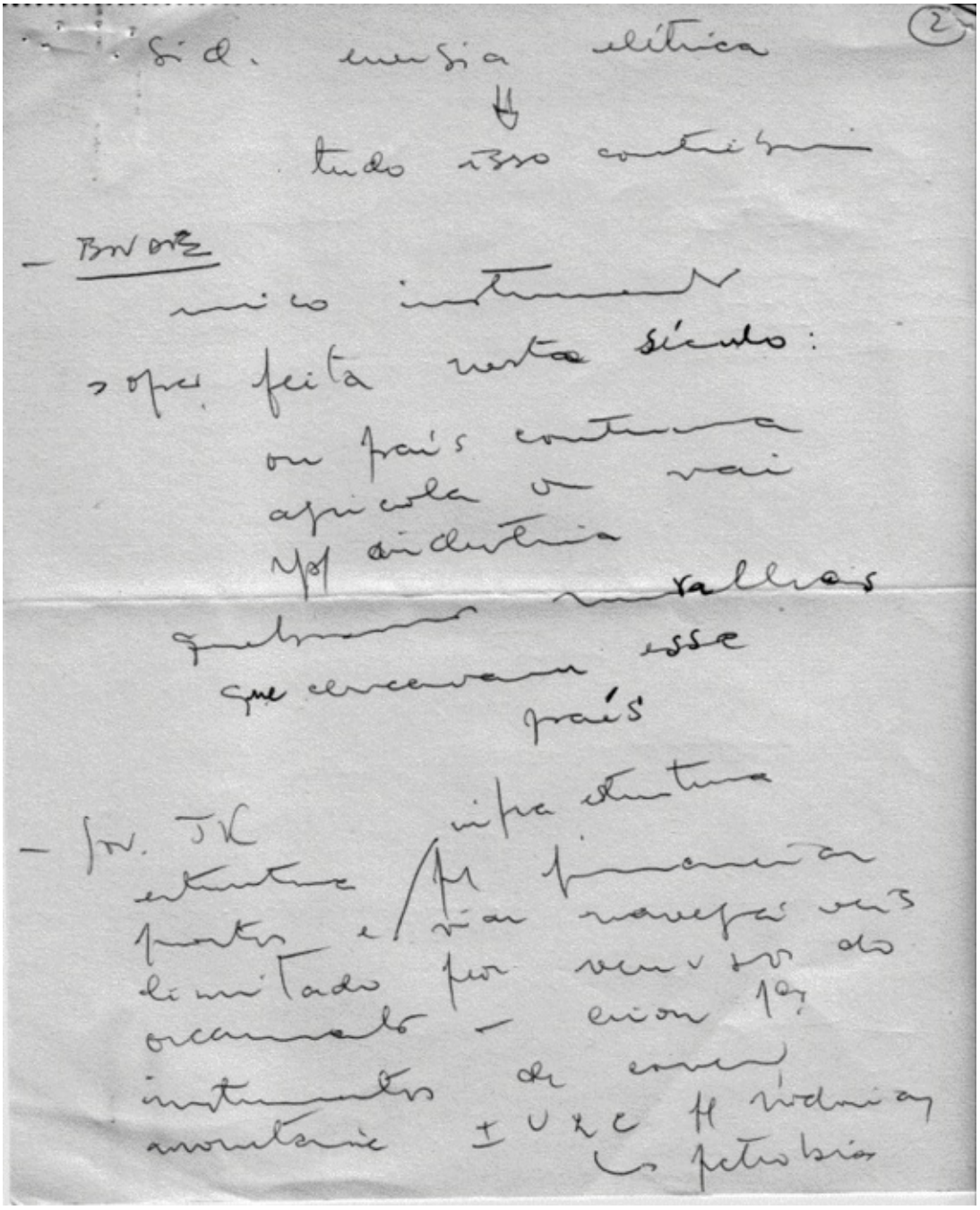
Não valeu. A entrevista nunca foi publicada.



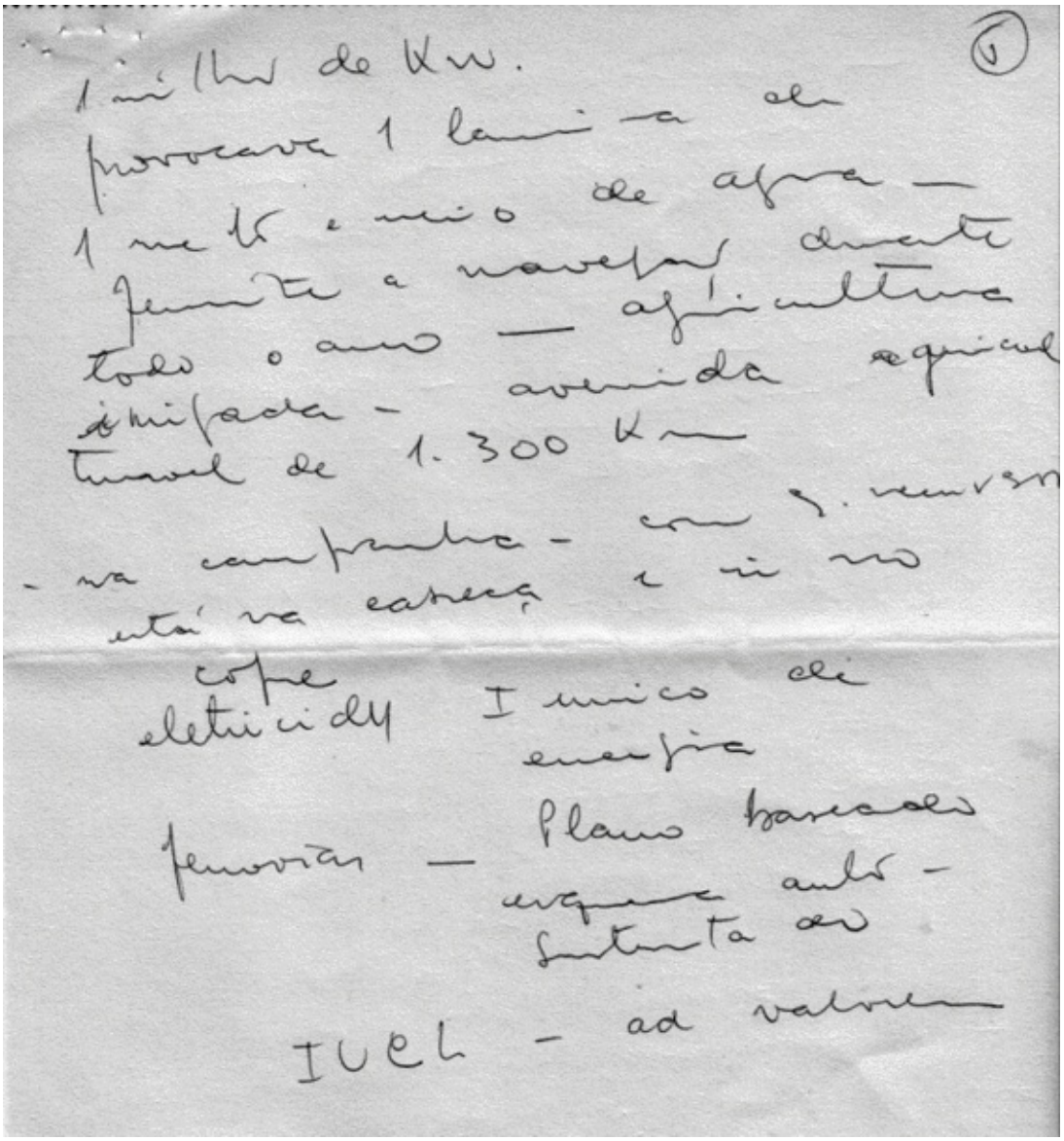
“Parte importante anotei logo após a entrevista, longe das vistas do entrevistado.”



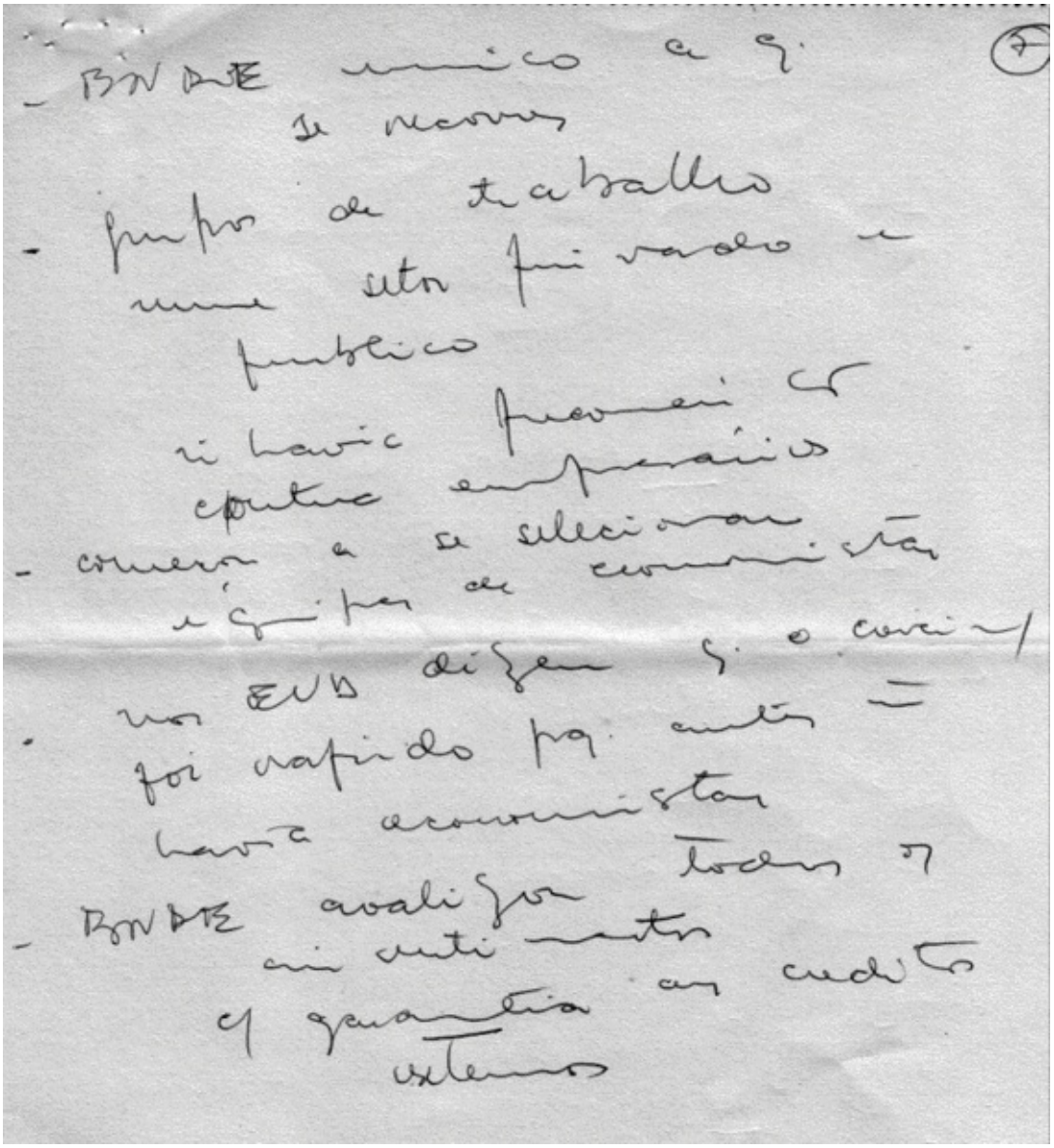
“Forster Dulles não estava entendendo nada do que eu queria.”



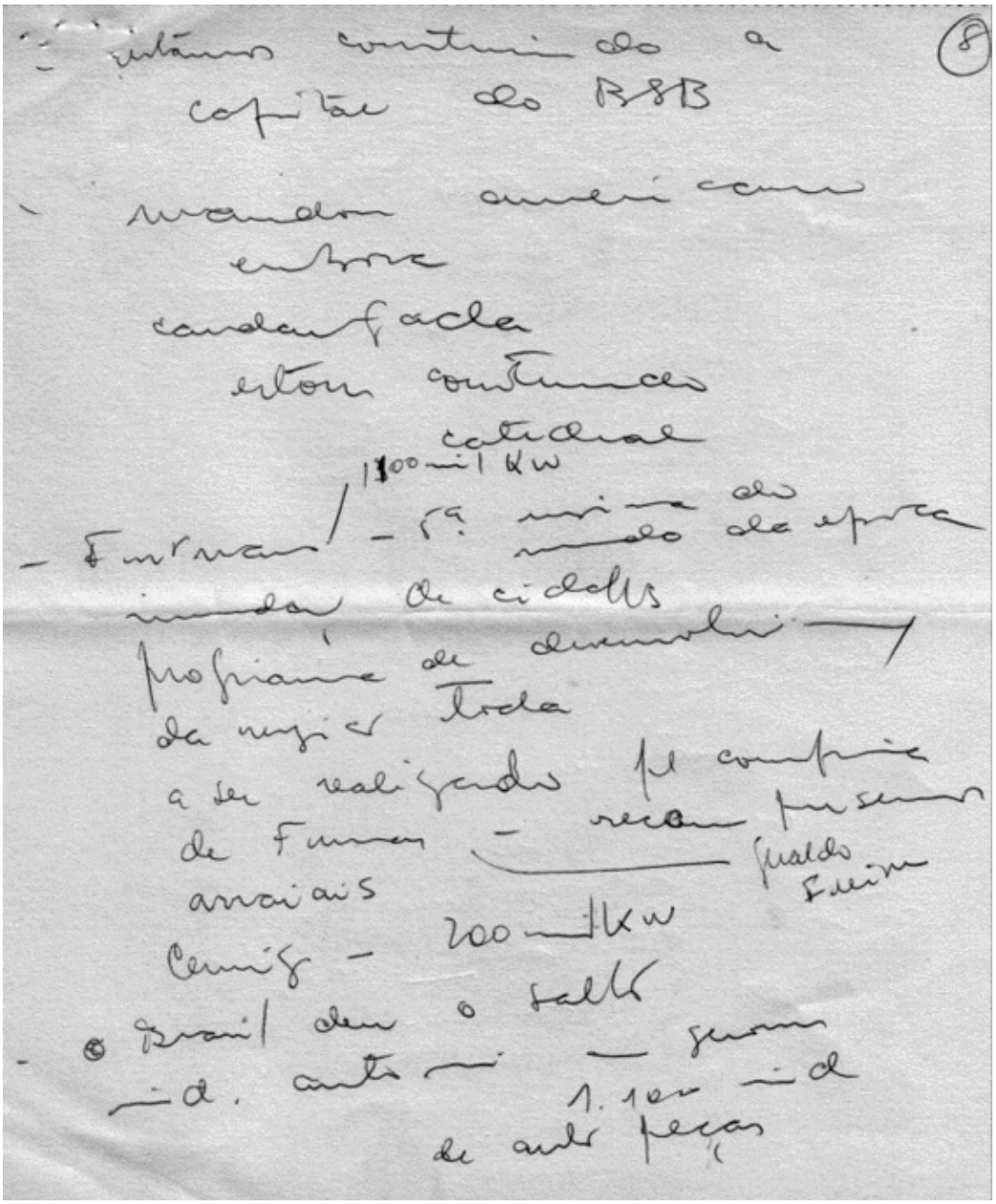
“Quebramos as muralhas que cervacam esse país.”



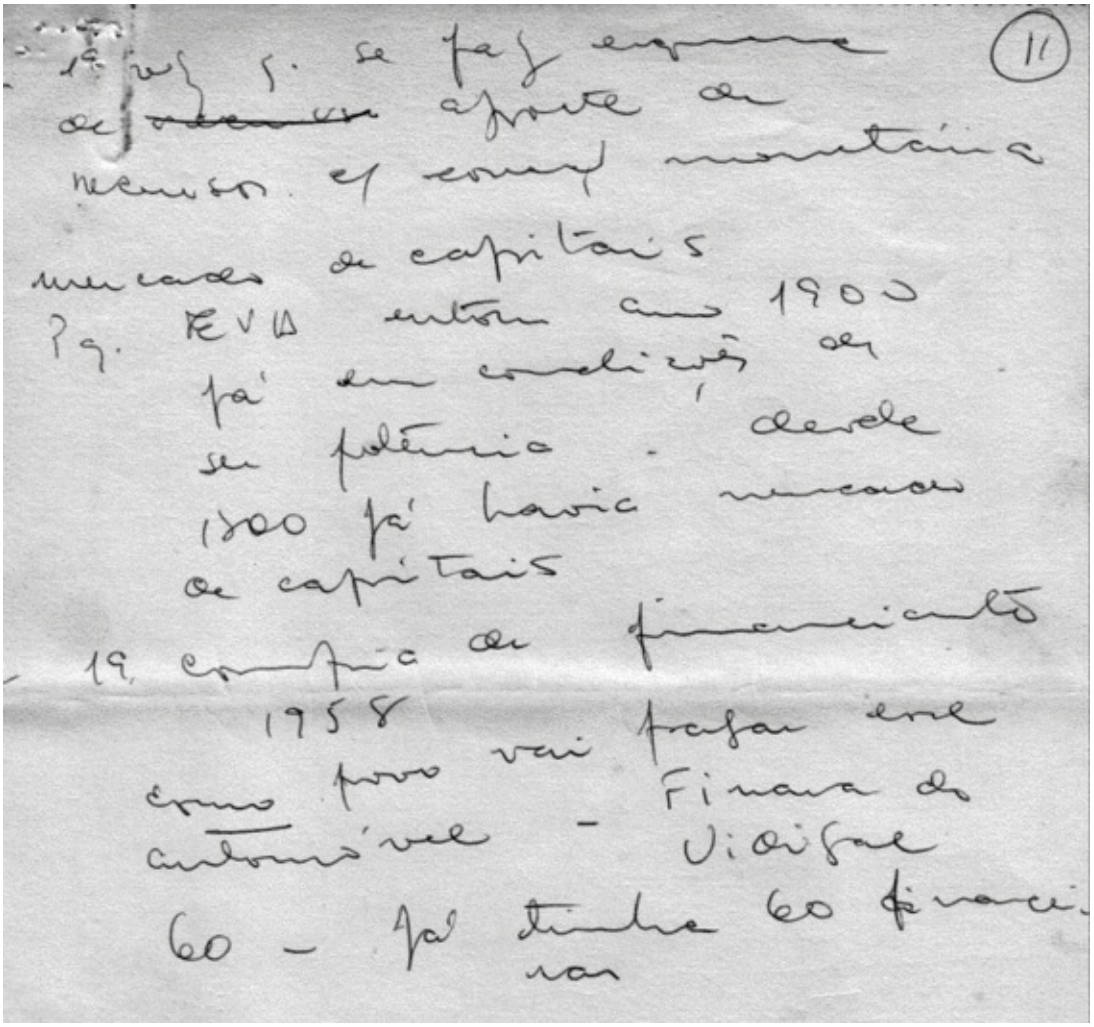
“Recursos estavam na cabeça e não no cofre.”



“Os Estados Unidos cresceram porque não tinham economistas.”



“Estou construindo uma catedral.”



“Como o povo vai pagar esse automóvel?”

JK explica singelamente por que mudou a capital para Brasília.

Era o temor de que “a Vila vai descer” — a Vila Militar, no bairro suburbano de Deodoro, que concentrava as forças golpistas.

Correspondia ao Campo de Mayo que perseguiu Perón e perseguia os presidentes brasileiros.

JK se diz “vulnerável” ao que hoje se chama de PiG.

Ele contou que, no fim do expediente, quando se dirigia aos aposentos pessoais do Palácio do Catete, ligava na Rádio Globo “e todas as noites o [Carlos] Lacerda pregava o golpe contra o meu governo”.

JK foi outra vítima do PiG, portanto.

Mudar a capital para Brasília, porém, não impediria que a voz golpista de Lacerda chegasse até lá. Desde 1953, a Rádio Globo passou a operar em 50 kw e cobria todo o território nacional.

Na entrevista propriamente, no canto direito, ao alto, eu anotei uma inconfidência interessante.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, nasceu de uma conversa de JK com o chanceler americano John Foster Dulles, no Palácio do Alvorada.

Dulles "não estava entendendo nada do que eu queria; só pensava em combater o comunismo".

JK estava certo.

O BID nasceu de uma costela da Operação Panamericana, a OPA, idealizada por JK e o poeta Augusto Frederico Schmidt.[1]

Em resposta a uma visita malsucedida do vice-presidente Richard Nixon à América Latina, em 1958, JK escreveu uma carta secreta ao presidente Eisenhower. Em junho de 1958, Foster Dulles visita o Brasil e traz com ele a resposta de Eisenhower.

O BID nasceu em 1959.

Segundo JK, foi um jantar de três horas. As anotações mostram um Juscelino franco, vaidoso.

"Quando tomei [o poder] o Brasil era um arraial — um PNB [sic] de 6 bilhões de dólares."

"Não havia recursos."

"A mentalidade no exterior era hostil" ao Brasil.

Para "enfrentar" isso, teve que ser uma espécie de "corretor do país" e "procurar industriais", "transportar poupanças para cá".

“O PNB hoje é de 50 bilhões de dólares.”

“Os grandes industriais nasceram no meu governo.”

“Siderurgia, energia elétrica — tudo isso contribuiu.”

O BNDE era o “único instrumento”.

Foi “a maior opção feita neste século: ou o país continua agrícola, ou vai para a indústria”; “quebramos as muralhas que cercavam este país”.

Para financiar a infraestrutura, o governo JK, limitado por recursos do Orçamento, continuam as anotações, “criou os primeiros instrumentos de correção monetária: o IULC para rodovias e Petrobras” (na verdade, Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos, foi criado por Vargas com a edição de Lei Constitucional nº 4, de 20 de setembro de 1940).

“Fundo de Marinha Mercante que permitiu a indústria naval… mecanismos até hoje são os mesmos.”

“Assumi com 800 km com estradas asfaltadas… 500 mil toneladas de aço — os elevadores do Rio e São Paulo eram racionados.”

“Rompeu 30 estrangulamentos.”

“50 anos cumpridos em 5 anos.”

“Brasília nasceu [de um pedido] do povo, no primeiro comício da campanha presidencial… nenhum país pode desenvolver-se em paz e não respeitar a Constituição” (e Brasília estava prevista na Constituição de 1891, a primeira da República).

“Primeiro problema foi a energia elétrica.”

“No rio São Francisco, de Pirapora a Juazeiro navio atolava.”

“Ficou na cabeça. Quando deputado acompanhava a Comissão do Vale do São Francisco [e viu] que era um problema vital construir a barragem de Três Marias.”

No segundo mandato de deputado federal — 1946–50 —, JK fez parte dessa Comissão, uma autarquia criada pelo Congresso, que teve o objetivo de desenvolver uma das áreas mais pobres de Minas.

Um dos primeiros atos do presidente JK, em agosto de 1960, foi autorizar a Comissão do Vale do São Francisco a tomar um empréstimo no BNDE para construir Três Marias.

Neste ponto da entrevista, Juscelino contou que o governador de Minas, Bias Fortes, era contra a construção de Três Marias.

“Juscelino, você pensa que Minas é a caixa d’água do Brasil?”

Escaldado com a frustrante experiência de Nova York, preferi não anotar esse trecho da conversa, para não assustar o entrevistado.

Seguem as anotações:

“Na campanha [pensava]… com que recursos [vou governar?]… [O recurso] Está na cabeça e não no cofre: eletricidade — Imposto Único de Energia; ferrovias — Plano baseado em esquema autossustentado — IUCL *ad valorem*… (Sobre o IUCL, veja a seguir) Dinheiro saiu da cabeça.”

“Brasília… semeador da Bíblia… ver que sementes que plantou… A Eletrobras é copia da Cemig (que JK criou como governador de Minas, em 1952) — semente mesmo.”

“Não tem nem o lugar de servente para nomear? Dr. Lucas” [Lopes, que foi seu presidente da Eletrobras e depois ministro da Fazenda].

JK faz homenagem a Vargas e a Horácio Lafer (ministro da Fazenda de Vargas), porque ajudaram a formar os quadros técnicos de governo, através do “BNDE e Comissão Mista Brasil/EUA”.

“BNDE único a que se podia recorrer… os grupos de trabalho nomes do setor privado e público… não havia preconceito contra empresário… começou a selecionar equipes de economistas.”

Os grupos de trabalho do governo JK não tinham finalidade executiva, mas de planejamento, segundo Maria Victoria Benevides.[2]

Os grupos devem muito também à assessoria econômica do segundo governo Vargas, dirigida por Rômulo de Almeida.

Os grupos mais importantes do governo JK foram o Geia, que ajudou a montar a indústria automobilística; o Geicon, da indústria naval; e o Geimape para a indústria de bens de capital.

“Nos EUA dizem que o crescimento foi rápido porque não havia economistas.”

“BNDE avalizou todos os investimentos com garantias de créditos externos.”

“Estamos construindo a capital do Brasil.”

“Mandou americanos embora e [chamou a] candangada… estou construindo [uma] catedral.”

“Furnas 1100 kw… 5ª usina do mundo da época … inundação de cidades… programa de desenvolvimento da região toda… a ser realizado pela companhia de Furnas [sob a direção de] Geraldo Freire… recompusemos os arraiais… Cemig 200 mil kw.”

O udenista mineiro Geraldo Freire não foi de Furnas, mas da Cemig.

“O Brasil deu o salto… indústria automobilística gerou 1100 indústrias de autopeças… primeira encomenda 500 jipes para o Ministério da Agricultura… tive que botar a polícia… [todos] os fazendeiros queriam.”

“San Tiago [Dantas] fez o projeto de Brasília… para não voltar mais ao Congresso… José Bonifácio [da UDN de Minas] vamos aprovar para depois cobrar do JK.”

“[Criar a] Sudene foi batalha parlamentar… queriam nomear um político [superintendente]… JK queria um técnico… [e conseguiu nomear] Celso Furtado… [e levar] incentivos fiscais (para a Sudene).”

“Pelejei para levar para Minas a indústria automobilística… Simca [Simca Chambord, hoje parte da Peugeot Citröen] fez terraplanagem… um distrito industrial em Belo Horizonte… Bias [Fortes] quis brigar… não podia [instalar em Minas] porque [outras] indústrias iam quebrar… [não havia] distribuição de renda.”

“País que tem indústria automobilística e energia ninguém segura mais.”

“Rio/Belo Horizonte era um atoleiro. Ia perder comício em Santos Dumont [cidade de Minas] [e teve que ser] carregado pelos motoristas… última vez… inauguramos [estrada] no primeiro aniversário do meu governo.”

Era a chamada BR-3, hoje, um trecho da BR-40, que vai do Rio a Brasília e passa por Belo Horizonte.

“Mercado de capitais… porque EUA entraram ano 1900 já em condições de ser potência… desde 1800 já havia mercado de capitais.”

“Primeira companhia de financiamento [nasceu em] 1958… como povo vai pagar esse automóvel [?]… Finasa [do Banco Mercantil de São Paulo] de [Gastão] Vidigal… [em] 1960 já havia 60 financeiras…”

“IULC — 27 novembro 56 — último dia do Congresso luta parlamentar.”

“O aumento do IULC sofreu forte oposição no Senado e só foi aprovado no último dia de votação do Orçamento de 1957.”

“A oposição nordestina era contra porque o Nordeste não tinha hidroeletricidade e dependia muito de combustíveis.”

Agora, em 2014, recorri a duas fontes de informações para afinar as que obtivera com Juscelino.

Aqui vão:

Esse “IULC” é o Imposto Único sobre Combustíveis, que financiava as rodovias (DNER) e a Petrobras.

Havia também os Impostos Únicos sobre Comunicações (Embratel/Telebras), Energia Elétrica (Eletrobras) e Mineração (Vale do Rio Doce).

O Fundo da Marinha Mercante é uma outra contribuição, proveniente da taxação das cargas nos portos. E existe até hoje, 2014, obviamente com seus recursos

desviados para outros fins.

Juscelino deveria estar falando, também, da abertura das estradas que fez e da reestruturação das ferrovias, pois foi ele quem reorganizou o setor ferroviário, com a criação da estatal Rede Ferroviária Federal em 1957, depois devidamente privatizada no governo FHC.

Todos esses impostos federais formavam fundos administrados por essas estatais e foram os financiadores da infraestrutura brasileira até 1988.

Eles foram mantidos pelos militares.

Quem destruiu a engenharia financeira desenvolvimentista foi a Assembleia Constituinte de 1987–1988, ao incorporar estes impostos (o seu fato gerador), mas não a competência das políticas ao ICMS.

Ou seja, os constituintes passaram as receitas para os estados, mas as obrigações continuaram com a União (por isso vem ICMS na conta de telefone, de luz etc.).

Moral da história: acabaram os recursos para investimento em telecomunicações, energia, transportes etc.

Curiosamente, então, começaram a falar em privatização das estatais ineficientes que não investiam mais na infraestrutura do país (o que tinham feito até 1988).

Eu fui descobrir quem foi que fez isso na Constituinte, o responsável pela ainda não solucionada crise de financiamento do Estado brasileiro.

Aí, consultei um deputado constituinte e descobri: José Serra, Cesar Maia e Francisco Dornelles.

Os três foram da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Dornelles era o presidente, Serra, o relator e Maia, suplente.

De volta à luta de Vargas contra o PiG.

---

1 CPDOC–FGV — verbete “Schmidt, Frederico Augusto”.

2

Revista USP. São Paulo, nº 53, março/maio de 2002, pp. 32–41.

Wainer fez a circuncisão duas vezes

Em fevereiro de 1954, seis meses antes do suicídio de Vargas, a Rádio Globo lançou o programa *Parlamento em Ação*, de comentários políticos feitos por Carlos Lacerda. O apresentador era Raul Brunini, que admitiu ter montado o programa unicamente para permitir a participação quase diária de Lacerda na emissora.[1] Assim, criou um dos carros-chefe da emissora e uma das principais pontas de lança da campanha contra Vargas.

Além do espaço cativo no rádio, Lacerda levantou dinheiro na praça e fundou um jornal, a *Tribuna da Imprensa*, que se tornou o mais agressivo adversário de Vargas e da *Última Hora*. Porém, o jornal de Samuel Wainer não precisou de mais que seis meses para começar a vender mais que a *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e os jornais de Chateaubriand.[2] Portanto, Wainer não era só um problema político para o PiG: tornara-se também um problema de sobrevivência empresarial. Lacerda, então, acusou Wainer de receber dinheiro do governo Vargas.

É fato que Getúlio estimulou Wainer a se demitir dos Associados de Chateaubriand para fundar seu próprio jornal. O empresário conseguiu um polpudo empréstimo de 26 milhões de cruzeiros no Banco do Brasil. Tudo dentro da lei. Ingenuamente, porém, Wainer apoiou a criação de uma CPI na Câmara — a primeira da República —, para apurar as transações entre o Banco do Brasil e a *Última Hora*.

Wainer achou que a CPI não daria em nada, já que seus concorrentes também deviam ao Banco do Brasil. Na época da CPI da *Última Hora*, instalada em 27 de março de 1953, os *Diários Associados* de Chateaubriand deviam 162 milhões de cruzeiros ao Banco do Brasil. A *Tribuna da Imprensa*, de Lacerda, 2 milhões de cruzeiros. *O Globo*, de Roberto Marinho, foi além: conseguiu um segundo empréstimo sem pagar o primeiro…[3]

No relatório final, publicado em 18 de novembro de 1953, a CPI concluiu que o Banco do Brasil favoreceu a *Última Hora*. No início do ano seguinte, na defensiva, Getúlio ordenou que o banco executasse as dívidas do jornal. Samuel Wainer pagou integralmente a dívida no último segundo do último dia do prazo

que tinha acertado com o governo: 8 de novembro de 1953. Teve o gosto de ver, no dia seguinte, a desmoralização da *Tribuna da Imprensa*, cuja manchete decretava o fim do concorrente.

Enquanto isso, a *Última Hora* circulava com a manchete “Quase todos os jornais devem ao Banco do Brasil, mas somente a *Última Hora* pagou integralmente seus débitos em 8 dias”. O próprio Wainer descreve com redobrado prazer a peça que pregou no inimigo mortal:

A situação tinha uma grande carga de dramaticidade, mas não deixava de ser ridícula: dois ou três funcionários foram convocados para contar, uma a uma, as cédulas que eu levara. Era um monte de dinheiro. Recebi comprovantes da quitação e voltei à redação. Resolvi que não faríamos barulho em torno do que ocorrera. Eu sabia que Carlos Lacerda, informado por Lourival Fontes de que a *Última Hora* não liquidaria sua dívida e seria, portanto, imediatamente fechada, instruíra a *Tribuna da Imprensa* para anunciar estrondosamente o enterro do grande inimigo. Para desmoralizá-lo, antecipei o horário de chegada às bancas do meu jornal. Pouco depois chegaram os exemplares da *Tribuna*, trombeteando em manchete que a *Última Hora* não existia mais. Para Carlos Lacerda, foi um completo desastre.

Informado de que eu comparecera ao Banco do Brasil quando o prazo para o pagamento estava virtualmente esgotado, Lacerda decidiu eleger Osvaldo Aranha como bode expiatório. No dia seguinte, publicou um artigo violentíssimo contra o ministro da Fazenda, acusando-o de ter me favorecido e cobrindo-o de adjetivos terríveis. A resposta a esse artigo, testemunhada por mim, viria poucas horas depois. Eu estava no bar do Copacabana Palace, e notei que Lacerda dividia com o ministro da Agricultura, João Cleofas, uma mesa no restaurante Bife de Ouro. De repente, entrou no restaurante Euclides Aranha, o “Quica”, filho de Osvaldo, um rapaz de rara beleza e extremamente forte. Quica avançou sobre a mesa de Lacerda e deu-lhe uma bofetada. Gritava que nunca mais admitiria ler insultos ao pai. Lacerda tentou puxar o revólver, alguém segurou sua mão, amigos de Quica levaram-no para outro canto, instalou-se uma imensa confusão. Em poucos minutos, chegaram amigos de Lacerda e do jovem Aranha, que não parava de despejar palavrões sobre o desafeto.

Eu observava o espetáculo à distância, um pouco divertido, confesso, com a enrascada em que Lacerda se metera.[4]

Um dos pontos centrais da CPI da *Última Hora* era a discussão sobre a nacionalidade de Wainer.

A Constituição exigia que só brasileiros natos dirigissem jornais.

Samuel jurava que era brasileiro, Lacerda garantia que ele tinha nascido na Bessarábia.

O advogado de Samuel na CPI foi Evandro Lins e Silva, que, depois, honrou o Supremo Tribunal Federal e foi aposentado pelos militares que deram o Golpe em 1964.

Evandro me contou que, na fase mais aguda da CPI, Samuel localizou o rabino que, na Tijuca, no Rio, tinha-lhe feito a circuncisão.

Evandro entrevistou o rabino, convenceu-se de sua comovente história e deixou-o apresentar-se à CPI.

Anos depois, Evandro reencontra o velho rabino.

Volta a falar do episódio e o rabino confessa que tinha mentido.

Não tinha feito a circuncisão do Samuel, porque ele chegou da Bessarábia devidamente circunciso.

“Mas, por que o senhor mentiu?”, perguntou Evandro.

“As finanças da sinagoga, dr. Evandro, estavam muito mal…”

---

1 Calabre, Lia. Op. cit., p. 408.

2 Silva, Helio, *1954 — um tiro no coração*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 187.

3 Sodré, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, EdiPUCRS, 1966.

4 Wainer, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro, Record, 1987,

p. 195.

Babá eletrônica derruba Paulo Lacerda

Aqui se tratará de como o PiG, Lacerda e seus pretensos descendentes conseguem — por muito tempo — fixar a “verdade histórica” e dela extrair efeitos políticos. A correção, na maioria dos casos, não é capaz de consertar o estrago político feito.

Um exemplo: a revista *Veja*, “o detrito sólido de maré baixa”, como digo no *Conversa Afiada*, produziu um desses episódios mais sinistros.

Na edição de 27 de agosto de 2008 “revelou” em “reportagem” de capa que “a Abin gravou o ministro. Diálogo comprova que espiões do governo grampearam o presidente do Supremo Tribunal Federal [Gilmar Mendes]”.

O detrito sólido associa a “espionagem” à Operação Satiagraha, desfechada em julho:

Desde o dia 9 de julho, quando, pela primeira vez, concedeu um *habeas corpus* para soltar o banqueiro Daniel Dantas, o ministro foi informado de que a Polícia Federal, com a ajuda da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), poderia ter gravado diálogos dele ao telefone.

A revista chegou a Brasília no sábado.

Os jornais do dia seguinte, domingo, anunciaram que, indignado, Mendes ia “chamar o presidente da República às falas”.

Na segunda-feira de manhã, no Palácio do Planalto, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu os ministros do Supremo, Mendes, Cezar Peluso e Ayres Britto.

Em momentos diferentes também lá estiveram o ministro da Defesa, Nelson Jobim — que tinha sido chefe de Mendes quando ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso —, o da Justiça, Tarso Genro, e um outro colaborador de Lula, que me contou a história que se segue.

Lula se prontificou a instaurar imediatamente uma investigação.

Jobim produziu uma lista, com ilustrações, de equipamentos que a Abin teria importado dos Estados Unidos para fazer grampos.

A Abin não pode, por lei, grampear.

Jobim exigia a cabeça de Paulo Lacerda, diretor da Abin e, quando diretor-geral da Polícia Federal, responsável pela Operação Satiagraha, que, por duas vezes, prendeu Daniel Dantas — que por duas vezes, num intervalo de 48 horas, Gilmar Mendes mandou soltar.

Mas Jobim era, ali, digamos, um penetra: Lula seria capaz de domá-lo — considerou essa fonte.

O centro da "denúncia" era o grampo de uma conversa de Mendes com o então senador Demóstenes Torres (DEM-GO), embora a *Veja* dissesse que não tinha o áudio do grampo — mas a sua transcrição.

O argumento de Jobim foi poderoso.

Os ministros do Supremo vertiam ódio.

Mendes tinha na expressão o desejo de fazer o sangue jorrar.

Peluso não aceitava, apenas, uma investigação.

Mais agressivo que Mendes e Britto, Peluso, em tom de voz mais alto que todos, exigia cabeças: eles não poderiam sair dali sem que cabeças rolassem.

O assessor de Lula entendeu que havia, além de um impasse institucional — Judiciário *vs* Executivo —, uma questão de credibilidade: de homens, como Paulo Lacerda, de instituições do Estado, como a Polícia Federal, que Lacerda dirigira, e da própria agência de inteligência do Executivo, a Abin.

O assessor ponderou que os riscos institucionais de uma decisão ali, naquela hora, eram muito grandes.

"E se a *Veja* estivesse errada?", ele perguntou?

Órgãos de imprensa erram.

A própria *Veja* — ponderou — antes, tinha denunciado grampos no Supremo — e se comprovou que era uma lorota.

Em socorro a Lula, o colaborador insistiu na ideia de uma sumária investigação — independente, acompanhada pelo Supremo —, que desse tempo ao presidente da República para decidir com dados além dos divulgados pela *Veja*.

As informações da *Veja* não eram conclusivas — onde já se viu um grampo sem áudio?

Ayres Britto se sensibilizou com o argumento e concordou em dar um prazo.

Nessa altura, Mendes se calou.

Porque Peluso foi quem assumiu o comando do ataque: não saía dali sem que rolasse uma cabeça.

O ministro Tarso Genro encontrou a “saída”.

Nomear Paulo Lacerda adido policial na embaixada em Portugal.

Foi a forma de cortar-lhe a cabeça, como queria Peluso.

O episódio ficou conhecido como “o grampo sem áudio”.

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal investigaram e não acharam o áudio nem o grampo.

E, segundo Rubens Valente, autor de “Operação Banqueiro”, em entrevista a Sérgio Lírio, na *Carta Capital* de 15 de janeiro de 2014, na p. 29:

A Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República sabem muito bem não existir prova alguma dos grampos, mas até hoje, mais de cinco anos depois, jamais vieram a público fazer o desmentido formal.

No blog *Conversa Afiada*, demonstrei que os “equipamentos” mortíferos a que se referiu o ministro Jobim eram singelas bugigangas, que se compravam pela internet, incapazes de grampear: uma “babá eletrônica”.

O episódio do “grampo sem áudio”, porém, atingiu o objetivo político: Mendes denunciou uma “república de grampos”, “um Estado policial”, que teve a finalidade de desmoralizar a Satiagraha — e libertar Daniel Dantas.

Ele chegou a propor uma espécie de “Constituinte Exclusiva e Sumária” que, na prática, eliminava a capacidade de o Ministério Público e a Polícia Federal investigarem banqueiros (no momento, os trabalhos dessa Constituinte, promulgada no PiG, enriquecem o lixo da história).

Paulo Lacerda foi para a aposentadoria sem reescrever o episódio.

Peluso salvou a honra do Supremo.

Lula assinou uma página cinzenta em sua biografia.

Ayres Britto demonstrou uma imparcialidade que não se verificou no julgamento do “mensalão” (o do PT).

E Mendes — que, na reunião, emudeceu na hora certa — manteve Dantas em liberdade.

O que, no “fim da história”, foi uma tentativa — inútil — de proteger a *Privataria Tucana*, de Amaury Ribeiro Jr., e o *Príncipe da Privataria*, de Palmério Dória.

No livro de Valente se constata que esse episódio do “grampo sem áudio” da *Veja* foi central para desmoralizar a Satiagraha — e, portanto, beneficiar Dantas, que está no âmago da “Privataria Tucana”.

Ou seja, foi central para livrar Fernando Henrique e seus companheiros da política de privatização — como Mendes, então na Advocacia Geral da União.

Lacerda e a Globo atiram no peito de Vargas

No início da madrugada de 5 de agosto, Lacerda chegava de carro a seu apartamento na rua Tonelero, número 180, em Copacabana. Voltava de um comício no tradicional colégio São José, na Tijuca. Era acompanhado pelo filho Sérgio, de 15 anos, e pelo major-aviador Rubens Tolentino Vaz, 32 anos, um de seus seguranças na campanha para deputado federal.

O radialista se dirigia ao prédio quando um homem se aproximou e abriu fogo. Ferido no pé, Lacerda correu para a garagem com o filho, para protegê-lo. Enquanto isso, o major Vaz, à paisana, se engalfinhava com o atirador para tentar tomar-lhe a arma. Durante a luta, levou dois tiros e morreu. Lacerda ainda saiu de arma em punho do edifício, mas o assassino conseguiu fugir num táxi. Um segundo capanga, do outro lado da rua, deu cobertura ao atirador e também conseguiu escapar.

Nesse exato momento, Armando Nogueira, então redator do *Diário Carioca*, também chegava em casa, ali perto, a menos de dez metros de distância. Nogueira conversava com dois colegas de jornal — Deodato Maia e Otávio Bonfim, que o deixaram de carro na porta do edifício — e testemunhou todo o ocorrido. Correu para um bar, ligou para a redação e passou o furo. Publicou a matéria na capa do jornal, redigida na primeira pessoa.

A investigação sobre o atentado se deu, de forma ilegal, na Base Aérea do Galeão — quando se instalou o que se chamou de “República do Galeão” —, conduzida por militares golpistas. Entre eles, Délio Jardim de Mattos, que depois seria ministro da Aeronáutica do governo Figueiredo.

O assassinato do major Vaz nunca foi reconstituído. O revólver de Lacerda, por exemplo, nunca passou por perícia. Lacerda não entregou a arma à Polícia Civil porque temia que a polícia de Vargas pudesse acusá-lo de ter ele, Lacerda, atirado no major. Além disso, desapareceram do hospital Miguel Couto todos os boletins médicos e exames referentes ao ferimento de Lacerda. A investigação do caso Tonelero jamais se deu na esfera criminal. Foi política.

A sequência de prisões foi rápida. O primeiro a ser detido, em 13 de agosto, foi o pistoleiro Alcino João do Nascimento, que atirou em Vaz. Alcino fora contratado por Climério Euribes de Almeida, integrante da guarda pessoal de Getúlio. Foi Climério quem deu cobertura a Alcino na cena do crime. Climério, preso no dia 18, aponta o mandante do crime: Gregório Fortunato, o "Anjo Negro", chefe da guarda pessoal do presidente, que trabalhava para Vargas desde os anos 1930. Gregório foi levado para o Galeão e torturado no pau de arara. Os três envolvidos foram julgados e condenados em 1956. Gregório e Climério morreram na prisão. Alcino cumpriu pena até 1976.

Gregório entrou jovem no círculo de influência dos Vargas no Rio Grande do Sul. Tornou-se homem de confiança e chefe da Segurança do presidente. Foi quem organizou o atentado para proteger Vargas de um possível golpe lacerdista.

Lacerda, através da Rádio Globo e da *Tribuna da Imprensa*, fazia uma cobertura catártica do atentado frustrado contra ele. O clima criado era tal que, em São Paulo, ao ouvi-lo vociferar raivosamente, o jurista Oscar Pedroso d'Horta exclamou alarmado: "Se isso continuar, Lacerda acabará levando o país a uma guerra civil".[1]

O PiG, jornais e rádios à frente, trabalhavam intensamente para derrubar Vargas. Até a televisão, que acabara de nascer com a Tupi de Assis Chateaubriand, reproduzia a fúria dos jornais e das rádios. O PiG tinha sangue na boca. A Rádio Globo batia em Vargas e a audiência aumentava.

Com o assassinato do major Vaz, a crise se instalou de vez no gabinete de Vargas, que desconhecia o plano de Gregório. O PiG, o vice-presidente Café Filho e as Forças Armadas exigiam a renúncia de Getúlio. Nas primeiras horas do dia 24 de agosto, pouco depois da meia-noite, o presidente convocou os ministros para uma reunião no Palácio do Catete.

O encontro começou por volta das três horas da manhã, no primeiro andar. Os ministros militares defendiam o afastamento provisório de Vargas, até que se esclarecesse o atentado da rua Tonelero. Tancredo Neves, ministro da Justiça aos 44 anos, exortava Vargas a resistir. E o aconselha a mandar prender os golpistas. Enquanto Tancredo falava, olhava firme para o ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, e exigia que os ministros militares apoiassem o presidente da República, em momentos de tensão e heroísmo. Como mais tarde narraria Aécio Neves, neto de Tancredo:

Ele [Tancredo] é interrompido por um militar […] dizendo que eles não tinham mais forças para inibir ou acabar com a rebelião do Galeão. E o que aconteceria é que eles seriam massacrados. E Tancredo, na mesa ministerial, dirige-se a esse general e diz: “Pois bem, general, existem muitas poucas ocasiões na vida em que se pode morrer por uma boa causa”.[2]

Após calorosas discussões e nenhum consenso entre os subordinados, Vargas encerrou o encontro por volta das cinco horas: “Já que o ministério não chegou a uma conclusão, eu vou decidir. Determino que os ministros militares mantenham a ordem pública. Se a ordem for mantida, entrarei com um pedido de licença. Em caso contrário, os revoltosos encontrarão aqui o meu cadáver”.[3]

Naquele mesmo dia, a Secretaria de Imprensa da presidência divulgou nota sobre a decisão de Vargas, redigida por Tancredo. O vice-presidente Café Filho, aliado de Lacerda, aguardava o afastamento de Vargas para assumir a presidência e já começava a montar seu próprio ministério.

Pouco depois do anúncio do afastamento, Lacerda entrou no ar, na Rádio Globo, em edição extraordinária, direto do apartamento do vice-presidente Café Filho — a quem Lacerda já tratava de “presidente” Café Filho — no Posto Seis, em Copacabana.

Meus amigos, cedo as minhas primeiras palavras para realçar o extraordinário papel que a Rádio Globo, a serviço da imprensa falada, da verdade e da justiça, desempenhou nesta revolução branca que hoje tem a sua noite de glória. Vim visitar não o presidente Café Filho, vim abraçar o homem público […] [G]raças à covardia e ao atraso com que o senhor Getúlio Vargas se rendeu aos fatos por ele próprio criados […] é preciso destruir os destroços ainda ameaçadores da oligarquia Vargas, esses destroços, meus amigos, são como restos que ficam depois da bomba atômica. Eles ainda têm irradiação e podem contaminar e esterilizar a nação. É indispensável que a renúncia de Getúlio Vargas seja renúncia mesmo e que ele não vá para Itu sonhar com novas revivescências do poderio da sua gente. Porque o seu lugar, se não for no Galeão, é no estrangeiro, pois o Galeão é o lugar para os restos de sua podridão. O Brasil que hoje se redime, o Brasil que hoje ressurge, é o Brasil de sempre, tal qual nós o sonhamos e tal qual sonharam e o construíram os nossos antepassados.[4]

Passava das seis horas quando dois oficiais da Aeronáutica chegaram ao Catete com uma intimação a Benjamim Vargas, o Beijo Vargas, irmão caçula do

presidente, para que este depusesse na República do Galeão. Vargas pede a Beijo que não vá. O próximo convocado poderia ser o próprio presidente.

Por volta das sete horas, Beijo diz a Getúlio que as Forças Armadas e seu ex-aliado, Zenóbio da Costa, entenderam seu afastamento da presidência como definitivo, e não temporário. Quase uma hora depois, a filha de Getúlio, Alzira, vê o pai sair do quarto rumo ao gabinete de trabalho e pouco depois retornar ao quarto com a mão no bolso do paletó do pijama listrado. Dava a impressão de carregar algo pesado.

Entre 8:20 h e 8:25 h daquela terça-feira, dia 24, Getúlio Vargas, 72 anos, esteve sozinho em seu quarto, com a porta entreaberta, no terceiro andar do Palácio do Catete. Deitado na cama, Vargas disparou contra o coração uma única bala do revólver Colt, calibre 32, com cano alongado e cabo de madrepérola.

Ainda na manhã do dia 24, manifestantes puseram fogo em carros de *O Globo* e da *Tribuna da Imprensa*. Milhares de exemplares desses jornais foram queimados. As sedes da Rádio Globo e do *Diário de Notícias* também foram atacadas. Na Cinelândia, uma leitura da carta-testamento transmitida por alto-falantes foi ouvida por centenas de pessoas. Depois disso a multidão reunida foi até a rua do Lavradio, onde funcionava a *Tribuna da Imprensa*, aos gritos de "morra, Lacerda". Houve uma tentativa de invasão, contida pela polícia.[5]

Nas ruas, as pessoas rasgavam e queimavam cartazes e galhardetes de campanha eleitoral dos candidatos da UDN. Cópias da carta-testamento logo foram distribuídas pelas ruas do centro do Rio. À tarde, a situação começou a fugir do controle. Sob o pretexto de se tratar de questão de segurança, o Exército interditou a avenida Rio Branco e a rua do Lavradio, o que garantia a proteção da Rádio Globo e da *Tribuna da Imprensa*. Isso não impediu, porém, que comitês eleitorais da oposição e a sede de jornais como *A Notícia* e *O Mundo* fossem apedrejados. Sem saber como agir, a polícia apelou para a força, e usou bombas de gás lacrimogêneo e armas de fogo para dispersar a multidão. Houve diversos feridos, inclusive três com ferimentos de bala.[6]

No Rio Grande do Sul — onde Vargas havia sido governador —, a reação popular também foi violenta. O consulado e a sede de empresas estrangeiras, como a Coca-Cola e a Mesbla, foram atacados em Porto Alegre. O prédio e o estúdio da Rádio Farroupilha — propriedade dos *Diários Associados*, na rua Duque de Caxias — e da Rádio Difusora foram incendiados. Os prédios dos

jornais *Diário de Notícias* e *O Estado do Rio Grande do Sul* também foram atacados. As bobinas dos jornais foram jogadas na calçada e os exemplares, queimados.

Ainda em Porto Alegre, a multidão invadiu a sede da UDN, que por uma coincidência era vizinha do comitê eleitoral de Leonel Brizola. Aos gritos de "Getúlio, Getúlio, Getúlio", as instalações dos direitistas foram totalmente destruídas. A bandeira nacional ali hasteada foi tomada pelo povo, e mesas, cadeiras e materiais de propaganda voaram pela janela do primeiro andar.[7]

Em São Paulo, mais de 15 mil pessoas tentaram atacar a sede dos *Diários Associados*, mas foram impedidas pela polícia. Operários entraram em greve. Durante passeata na hora do almoço, por volta das 13 horas, na avenida São João, a multidão depredou lojas e restaurantes.

Em Belo Horizonte, o Instituto Brasil-Estados Unidos foi atacado. Cartazes da oposição também foram arrancados e destruídos. Em Recife, o *Diário de Pernambuco* (dos *Diários Associados*) por pouco não foi invadido. Em Salvador, houve comícios pela manhã. O palanque usado pela oposição na semana anterior foi incendiado. À noite, a população se juntou numa passeata silenciosa, com velas nas mãos. Em Fortaleza, lojas e repartições públicas fecharam e as aulas foram suspensas.

O povo tentou invadir também a sede da Rádio Globo, no Rio de Janeiro, mas só quebraram os vitrais da entrada. O locutor Luiz Mendes estava no prédio da emissora naquele momento:

Visada, mais do que qualquer outro órgão de comunicação, ficou a Rádio Globo. O povo formava grupos, bandos, multidões pelas ruas e ia quebrando tudo quanto pudesse parecer ter contribuído para o gesto de Vargas. Dentro da Rádio Globo, vendo a fúria popular, o pânico logo se instalou. Foi então que eu tive tranquilidade para tomar as primeiras providências defensivas, ordenando a subida dos elevadores para o último andar e mandando fechar as trancas de ferro, as portas de grade da entrada do edifício. Quando o povo enfurecido chegou à frente do edifício sul-rio-grandense, sentindo a impossibilidade de entrar (a polícia já estava colocada junto à porta de entrada), passou a atirar pedras contra o imenso vitral que enfeitava a fachada do prédio. Esse vitral, por coincidência, era o escudo do Rio Grande do Sul, o mesmo que veio no quepe dos revolucionários de 1930, quando Vargas tomou o poder pela primeira vez. Pois

aquela gente revoltada destruiu exatamente o símbolo que projetou Getúlio, sem saber o que estava fazendo. Getúlio havia cumprido a promessa, só morto saiu do Catete […]. As providências que tomei, na estratégia para evitar a invasão da Rádio Globo, surtiram efeito e as pedras que caíram dentro da emissora são hoje mostradas como troféus que consagram o valor indiscutível da democracia.[8]

A Rádio Globo ficou algumas horas fora do ar, e o jornal *O Globo* não circulou. O único jornal impresso publicado no dia do suicídio foi a *Última Hora*.

O suicídio de Vargas e a "Carta Testamento" despertaram o ódio da "massa fiel a Vargas", descreveu Samuel Wainer.[9]

Enquanto uns buscavam avidamente a edição da *Última Hora*, outros foram à rua Irineu Marinho botar fogo no prédio d'*O Globo* e nas caminhonetes.



Povo disputa edição da Última Hora do dia da morte de Getúlio Vargas. Imagem digitalizada do livro de Samuel Wainer, Minha razão de viver. Rio de Janeiro, Record, 1987.

O prédio da *Tribuna de Imprensa*, na rua do Lavradio, ali perto, também foi queimado.

Lacerda e Roberto Marinho lá não se encontravam.

No dia seguinte, a multidão acompanhou o cortejo que levou o corpo de Getúlio

ao aeroporto Santos Dumont, a caminho de São Borja. Após a partida do avião, as pessoas começaram a vaiar e dizer palavras de ordem contra a Aeronáutica — a primeira das Forças Armadas a pedir a renúncia de Vargas —, em frente à área militar do aeroporto. Os militares reagiram, houve empurra-empurra e várias pessoas foram feridas e pisoteadas.

Com seu último ato, Vargas pôs os golpistas para correr. Lacerda fugiu para a Europa, no primeiro navio que achou no cais do porto. O golpe militar foi adiado por dez anos. No rádio, a "Carta Testamento" devolveu o poder a Vargas — depois de morto.

Porém, logo após assumir, Café Filho, cujo mandato se estendeu até o ano seguinte, revogou o Decreto 29.783, através do qual Vargas pretendia rever periodicamente as concessões de rádio. Afinal, Café era do PiG. A pedido de Chateaubriand, havia nomeado Eugênio Gudin ministro da Fazenda.[10]

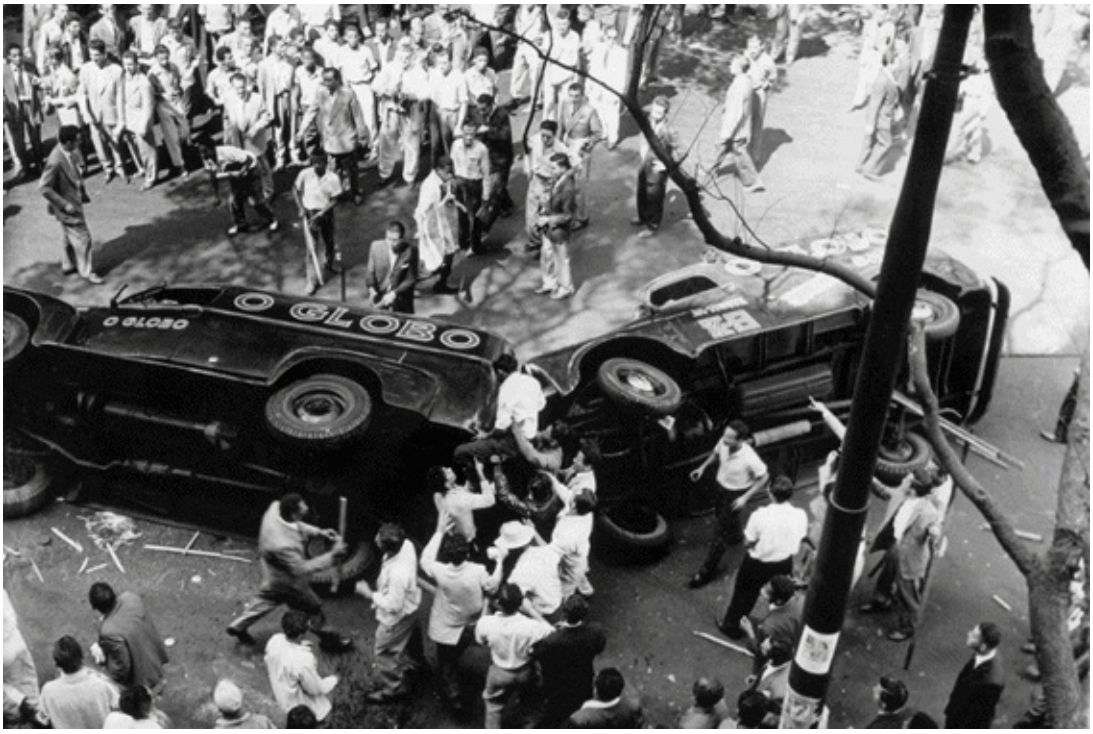
Um parêntese: mais tarde, se verá que Roberto Marinho "autorizou" Sarney a nomear Maílson da Nóbrega ministro da Fazenda. Uma questão de hábito. O PiG gosta do Ministério da Fazenda…

Lacerda, depois, foi governador do Rio de Janeiro. Ao deixar o governo, era dono de um banco.

Ernani Amaral Peixoto, genro de Getúlio e governador do Rio, encontrou o envelope com a "Carta Testamento" na mesa de cabeceira de Vargas, em pé, atrás do abajur. A carta datilografada foi escrita pelo jornalista José Soares Maciel Filho, redator de discursos da preferência do presidente. Vargas fez poucas alterações.

Victor Costa, manda-chuva da Rádio Nacional, que estava no Catete, ligou para a emissora e passou a notícia do suicídio diretamente a Heron Domingues, apresentador do *Repórter Esso*.

Heron demorou a dar a notícia. Dois jornalistas disputam o furo da morte de Vargas: Léo Batista, da Rádio Globo, e Paulo Caringi, da Continental. Léo Batista tinha acabado de encerrar o programa *Globo no Ar*.



Já em 1954, "O povo não é bobo, abaixo a rede Globo!". Imagem digitalizada do livro de Samuel Wainer, Minha razão de viver. Rio de Janeiro, Record, 1987.

De repente, o nosso repórter do Palácio do Catete começou a gritar: "Tira o homem do ar, tira o Lacerda do ar, o homem se suicidou". Aí eu corri também e falei: "Quem se suicidou?". "O Getúlio, rapaz. Deu um tiro no peito". Eu falei: "Meu Deus! Então vamos dar uma edição extra". Então, cortamos o Lacerda. Ele nem tava sabendo de nada, tava xingando, o homem já tava morto. Aí entrou o prefixo. Eu dizia, eu me lembro até agora, foi assim lacônico: "E atenção, atenção, senhores ouvintes. Atenção para essa edição extraordinária. Acaba de se suicidar no Palácio do Catete o presidente Getúlio Vargas". Então, a primeira notícia realmente eu dei pela Rádio Globo, só que a Rádio Globo naquela época não era essa poderosa cadeia de rádio e televisão que é hoje.[11]

Já Caringi defende que o furo é da Continental. Quem passou a notícia para ele foi o ministro Zenóbio. "Alguém soprou para o ministro que Getúlio se suicidara. Eu estava escondido na cabine, em contato com a rádio e passei a informação. Foi um furo completo".

1

"Ele voltará". In: *Nosso século — 1945–1960. A era dos partidos*. São

Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 119.

2

Depoimento do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, neto de Tancredo, ao documentário *Tancredo Neves, Mensageiro da Liberdade* (2005).

3

Texto anotado na agenda de Getúlio pela filha Alzira, sua assessora. In: Laurenza, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer — o corvo e o bessarabiano*. São Paulo, Senac, 1998, p. 167.

4

Calabre, Lia. "Conspirações sonoras: a Rádio Globo e a crise do governo Vargas (1953–1954)". In: Baum, Ana. *Vargas, agosto de 54. A história contada pelas ondas do rádio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, p. 41.

5

Baumworcel, Ana. *1954*: *um retrato do rádio na época de Vargas*. GT História da Mídia Sonora, do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, abr. 2004.

6

Ferreira, Jorge Luis. "O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto". In: Gomes, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 74.

7

Ibidem, pp. 82–3.

8

Mendes, Luiz. *7000 horas de futebol*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2003, pp. 48–9.

9

Ver *Minha razão de viver — memórias de um repórter*. Record, 1987, pp. 205–6.

10

Morais, Fernando. *Chatô — o rei do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 563.

11

Entrevista concedida a Nilma Nery de Melo para o trabalho "Rádio e história: o suicídio de Getúlio Vargas", citado por Ana Baumworcel em *1954*: *um retrato do rádio na época de Vargas*, op. cit.

Brizola faz o autor levitar

Antes de concluir esta breve descrição do ódio do povo contra o PiG, vale lembrar que tive que levitar para não ser vítima dele. Roberto Marinho perseguiu Leonel Brizola incansavelmente. Marinho contou a Armando Nogueira que me contou que, uma vez, recebeu Brizola para almoçar em sua sala privativa no alto da “Vênus Platinada”, na rua Lopes Quintas.

A visão era magnífica: o Jardim Botânico e a Lagoa Rodrigo de Freitas.

A certa altura, Marinho disse a Nogueira: “pois, não é que ele foi incapaz de elogiar a vista?”.

Era uma forma de desqualificar a capacidade de Brizola de governar o Rio.

O vice de Brizola, na primeira vez em que foi governador do Rio, era Darcy Ribeiro.

E seu candidato à sucessão.

O candidato de Marinho foi Wellington Moreira Franco, que, depois, serviu a todos os governos — de Fernando Henrique a Dilma.

Darcy era o candidato do “CIEP”, o revolucionário sistema de educação integral de Brizola.

Marinho defendia que o CIEP era “reacionário”: formava crianças de elite em ambientes pobres, de favela.

Preferia ver os CIEPs fechados.

Wellington não ousou combater os CIEPS na campanha — mas desmontou-os quando governador, como preferia Marinho.

Wellington ganhou a eleição, derrotou Darcy e Brizola (Wellington e Marinho estiveram unidos desde o episódio da Proconsult, quando a Globo coonestou um golpe no computador para tomar a vitória de Brizola).[1]

Armando Nogueira ponderou ao dr. Roberto que fosse generoso na hora da vitória.

Marinho fez campanha contra Brizola e Darcy, venceu e naquele momento poderia ser generoso e dar a Brizola o palanque da Globo.

Armando insistiu e Roberto Marinho concordou, com uma condição: que a entrevista fosse no jornal local, do Rio e, jamais, no *Jornal Nacional*, para todo o país.

Brizola aceitou e impôs duas condições: que a entrevista não fosse editada e feita pelo Amorim.

Marinho topou.

Lá fui para a sede do PDT, que ficava no centro do Rio, entre a Brizolândia, na Cinelândia, e a Praça Tiradentes.

O prédio estava cercado.

As apurações indicavam a derrota de Darcy, mas Brizola até então não admitira a derrota.

E os brizolistas, do lado de fora, à espera do milagre.

Quando a caminhonete da Globo chegou e a equipe identificada, começaram os brados: “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”.

Eu e a equipe subimos as escadas como quem foge.

A entrevista começou e perguntei:

“Por que o senhor ainda não admitiu a derrota?”

Brizola, sereno, perguntou de volta: “por que a missa de sétimo dia é no sétimo dia?”.

Olhei para ele, mudo.

“Porque é preciso dar tempo para aceitar a perda.”

E como voltar para o carro?

A multidão lá fora gritava “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!”.

Brizola foi à sacada e percebeu o tamanho do problema.

Mandou chamar dois seguranças parrudos.

Instruiu para que ficassem de cada lado, a me segurar pelo sovaco.

Brizola foi na frente da desesperada comitiva.

Brizola abria os braços e, com os cotovelos, afastava os que se dirigiam ao pescoço do incauto repórter.

Brizola a balançar os braços como num balé e os cotovelos e o tronco em movimentos em ondas, sincrônicos.

Os seguranças me ergueram e fizeram com que eu levitasse.

Segui assim, sem os pés no chão por um bom tempo.

No ar, cheguei à caminhonete da Globo, estacionada na Praça Tiradentes.

Brizola fechou as portas do carro.

O povo tentou virar o carro.

A caminhonete parecia quicar no chão e o Brizola de braços abertos a conter a multidão.

Lá se foi a equipe, sob os gritos de “o povo não é bobo”…

A entrevista foi ao ar na íntegra. Darcy, enfim, tinha perdido e Brizola admitiu a derrota — no jornal local.

---

[1]

O episódio foi contado no livro *Plim-Plim, a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral* (São Paulo, Conrad, 2005) que escrevi com a também jornalista Maria Helena Passos sobre a tentativa de fraudar as eleições para

governador do Estado em 1982.

Chateaubriand inaugura a tevê do PiG

A Inglaterra foi o primeiro país a transmitir uma programação de televisão de forma regular, ao inaugurar a BBC, em 2 de novembro de 1936. Estados Unidos, França, Alemanha e União Soviética começaram as transmissões em 1939, embora não se pudesse dizer que a TV já tivesse, àquela altura, um caráter de "meio de comunicação de massa".

De todos esses países, apenas os Estados Unidos adotaram de cara o modelo comercial de televisão. A NBC — inaugurada em abril de 1939 com um discurso do presidente Franklin Roosevelt na abertura da Feira de Amostras de Nova York — foi a primeira emissora comercial do mundo.

A Segunda Guerra Mundial (1939–1945) interrompeu na Europa a difusão da televisão. A BBC saiu do ar em 1º de setembro de 1939 e só voltou em junho de 1946. A Alemanha voltou a transmitir somente em 1951, quando o país já estava dividido em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental.

Com o fim da guerra, a televisão comercial estourou. E não demorou a chegar ao Brasil, graças à visão, à ousadia e à safadeza do empresário Assis Chateaubriand. Visão por ter trazido a televisão para o Brasil, antes mesmo de existir uma fábrica de televisores no país. Chatô ia fazer um produto que, teoricamente, não tinha como ser consumido. Ousadia porque a chance de perder dinheiro com uma empreitada como aquela era muito grande. Os custos para instalar uma emissora eram altos, e não havia nenhuma garantia de lucro. Nos Estados Unidos, de 107 estações, apenas 54 obtiveram lucro em 1950. Tanto que países ricos como Suécia, Bélgica, Suíça, Austrália e Finlândia hesitaram antes de lançar suas emissoras de TV. Da safadeza se tratará adiante.

Antes da estreia oficial, a TV Tupi de São Paulo, a emissora de Chateaubriand, fez uma transmissão experimental em 4 de julho de 1950. Por volta das 22 horas, o frei e ator mexicano José de Guadalupe Mojica, galã de Hollywood, cantou com uma orquestra para uma plateia seletíssima no auditório do Masp. Entre os ilustres convidados estavam Nelson Rockefeller e o presidente Eurico Gaspar Dutra.

Centenas de pessoas acompanharam a transmissão por um televisor instalado no vão livre do museu, na avenida Paulista. A pré-estreia durou apenas meia hora, e foi um sucesso. Porém, a estreia mesmo só ocorreu em 18 de setembro daquele ano. E tinha tudo para dar errado: atrasou em uma hora, uma das três câmeras quebrou, Chateaubriand não parava de esculhambar a equipe e Walther Obermüller — diretor da NBC TV, supervisor do evento — tentou cancelar a inauguração.

Por volta das 21 horas, a atriz Yara Lins apareceu na tela e anunciou a inauguração da televisão no Brasil, em uma emissora que entrou no ar com o gigantesco nome de "PRF-3 TV Tupi-Difusora, Canal 3, Emissoras Associadas". Tudo era ao vivo, em preto e branco.

E deu certo. Houve um concerto de música clássica. Em seguida, o comediante Mazzaropi encenou uma *sitcom* bem curta, *Ministério das Relações Domésticas*. A programação de estreia terminou duas horas depois, com o "Hino da TV", declamado pela atriz Lolita Rodrigues, que substituiu às pressas Hebe Camargo, que estava rouca. A Tupi foi a primeira emissora de televisão da América do Sul e a segunda da América Latina — a Televisa foi ao ar poucos dias antes, em 31 de agosto, no México.

Nos dias seguintes, porém, os intervalos de transmissão longuíssimos decepcionaram os (poucos) telespectadores. A demora ocorria porque era preciso mudar tudo no estúdio — cenário, iluminação etc. — para a "atração" seguinte. Enquanto isso, ficava no ar a imagem de um índio adulto, sério, com um arco na mão — uma espécie de vinheta.

A imagem estática do índio ficou associada ao atraso dos programas, e rapidamente se desgastou. Foi então que Mário Fanucchi, criador das vinhetas da Tupi, resolveu dar uma nova roupagem ao índio, e criou um curumim sorridente, com um cocar em forma de antena. O simpático indiozinho passou a aparecer com a legenda "Canal 3", e não mais com o longo prefixo da emissora, e se tornou símbolo da TV Tupi.[1]

Apesar do aparente pioneirismo da empreitada de Chatô, os primeiros esforços para montar uma indústria de televisão no Brasil partiram do Estado, e não da iniciativa privada. Começaram com a Rádio Nacional, a primeira a fazer experiências com televisão na América do Sul, quando, em 1946, transmitiu diretamente de seus estúdios o programa *Rua 42*, com apresentação de Manoel

Barcelos e produção de Max Nunes (que morreu mais de 60 anos depois, aos 92, em junho de 2014, ainda trabalhando na TV, como redator do *Programa do Jô*, da Rede Globo).[2]

A TV da Rádio Nacional não foi adiante porque o Estado não tinha dinheiro — e o negócio exigia muito dinheiro. Para completar, tempos depois, no breve governo de Café Filho, a Rádio Nacional trocou de diretores muitas vezes. Além disso, em termos políticos, o presidente em exercício representava grupos nem um pouco interessados numa televisão estatal, ou mesmo pública.

Ao tomar conhecimento dos testes da Rádio Nacional, Chatô saiu na frente e correu para os Estados Unidos. Em 1948, fechou contrato com a RCA, de Nova York, para comprar os primeiros equipamentos e mandou o assistente-técnico Jorge Edo e o engenheiro Mário Alderighi — responsáveis pelas instalações da TV Tupi — fazerem um estágio na NBC, a primeira emissora comercial do mundo.

Nesse meio tempo, em 1948, era inaugurada a primeira estação experimental de televisão no Brasil, em Juiz de Fora, Minas Gerais, dirigida por Alceu Fonseca, que sobre isso deu o seguinte depoimento à revista americana *Television* em julho de 1951:

Sob minha direção, pela primeira vez na América do Sul, em 29 de setembro de 1948, a Rádio Industrial de Juiz de Fora passou a transmitir programas de televisão, inclusive o Congresso Eucarístico, os festejos de Centenário da Cidade e, com grande sucesso, patrocinado por Carlos Pereira Indústrias Químicas, o jogo de futebol entre o Bangu, do Rio de Janeiro, e o Tupi, de Juiz de Fora. A aparelhagem técnica foi construída na própria cidade, pelo técnico Olavo Bastos Freire.[3]

Olavo Bastos Freire foi quem realmente inventou a televisão no Brasil: criou o primeiro transmissor e a primeira câmera. Sua iniciativa em Juiz de Fora não foi além dessa transmissão experimental, mas ajudou-o a participar da fundação da primeira emissora do Paraná, a TV Paranaense. No fim, Freire passou para a história como um simples técnico, e não como um cientista ou pioneiro.

Chateaubriand nem cogitou usar a câmera brasileira — importou todos os equipamentos dos Estados Unidos, e seguiu assim o mesmo caminho percorrido pelo rádio décadas antes. Roquette-Pinto foi outro que também chegou a fazer

experiências com televisão. Mas faltou dinheiro e, acima de tudo, faltou Estado.

O modelo comercial já era o vencedor por aqui antes mesmo da chegada da televisão ao Brasil. Até a regulação sobre a exploração do espectro eletromagnético foi praticamente copiada da americana. Já no início dos anos 1950, não havia nenhuma referência a um modelo que não fosse o comercial.[4]

Exemplo disso é o "trusteeship model", através do qual o governo oferece as concessões e as empresas privadas (em sua maioria) e públicas exploram os serviços de rádio e TV. Isso consta tanto do Decreto 20.047, de 1931, como do Radio Act americano, de 1927.[5]

Na época da chegada da TV ao Brasil, o capital americano já era o mais importante no país. Em 1950, os americanos investiram por aqui uma soma significativa: 1,4 milhão de dólares, ou 27% do total do investimento estrangeiro direto. Só perdia para os canadenses, donos da Light, o que distorcia os números, já que essa companhia fornecia 60% da energia produzida no Brasil e explorava 75% das ligações telefônicas do país.[6]

Chatô sentiu que estava no lugar certo e na hora certa para montar uma emissora de televisão. Porém, como importar equipamentos rapidamente, diante da burocracia brasileira? Isso não era um problema para Chatô. Ao ser informado de que a transação não seria nada simples, ele não pensou duas vezes e disparou: "Então traga de contrabando. Eu me responsabilizo. O primeiro receptor que desembarcar eu mando entregar no Palácio do Catete, como presente meu para o presidente Dutra".[7]

Mas o aparelho que Chatô mandou entregar ao presidente da República só servia de enfeite. A televisão brasileira surgiu em São Paulo. Sua imagem alcançava apenas um raio de 50 quilômetros, ou seja, saía de São Paulo e chegava, no máximo — isso se alguém tivesse televisor por lá —, à cidade de Pirapora do Bom Jesus, ainda no estado de São Paulo. A TV Tupi, Canal 6, só chegou ao Rio — capital do país na época — em 20 de janeiro de 1951, quatro anos depois de o aparelho ter sido instalado no Palácio do Catete.

Após a inauguração em São Paulo, diretores e produtores da Tupi simplesmente não sabiam o que colocar no ar no dia seguinte. Não havia nada planejado, toda a programação ia ao ar ao vivo. O intervalo entre um programa e outro durava horas. Os programas nunca começavam no horário anunciado e, a cada dia, eram

transmitidos num horário diferente. Os anunciantes eram raros, e o número de aparelhos de TV era baixíssimo. No fim de 1950, havia 2 mil aparelhos de televisão no país e, no máximo, 10 mil espectadores. Apenas 40% da população viviam em cidades. Os economistas, para variar, desenhavam um quadro apocalíptico para a indústria da televisão no Brasil:

O alcance da televisão, atualmente, não vai além de 50 km de raio, e os aparelhos receptores, pelo seu alto custo, variando entre 10 a 30 mil cruzeiros, estão fora do alcance de uma família da classe média. Todas estas circunstâncias são desfavoráveis do ponto de vista comercial, pouco atrativas para os anunciantes, sobretudo para aqueles que precisam cobrir todos os mercados do país.[8]

As estações de TV ficavam poucas horas no ar, e só a partir do final da tarde. Em 28 de setembro de 1952, a Tupi de São Paulo passou a ir ao ar às onze e meia da manhã, mas logo desistiu, porque não havia audiência. A Tupi carioca só inaugurou a programação diurna em maio de 1955.[9] Aos poucos, porém, surgiram novas emissoras. A TV Paulista, em 1951; a TV Record de São Paulo, em 1953; e a TV Rio, em 1955. Não havia o conceito de “rede de televisão”: cada cidade exibia sua própria programação, para o mercado local.

Foi Juscelino Kubitschek quem deu impulso ao financiamento dos aparelhos de televisão. Ele regulou a criação das financeiras, os “bancos” que passaram a financiar as compras a prazo do equipamento. Foi a forma encontrada de vender aquilo que a industrialização promovida por JK produzia: televisores, geladeiras e automóveis.

Já nos anos 1960, a televisão brasileira tinha criado uma linguagem própria. Não era apenas o “rádio com imagens”. Foi então que surgiu uma revolução: o videoteipe, que permitia a gravação dos programas. Depois dele, a televisão deixou de ser totalmente ao vivo. Assim, a qualidade dos programas podia ser aprimorada: “não deu certo, grava de novo”.

Com a melhoria na qualidade da programação e o aumento do alcance da TV, seu poder político se multiplicou. Assim, o PiG e seus donos ficaram imensamente mais fortes, quando passaram a controlar também as emissoras de televisão. Afinal, nas palavras de Assis Chateaubriand, “jornal, rádio e TV são um instrumento político”.[10]

1

Fanucchi, Mário. *Nossa próxima atração — o interprograma no canal 3*. São Paulo, Edusp, 1996, pp. 74–5 e 77.

2

Pinheiro, Cláudia (org.). *A Rádio Nacional — alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005, p. 79.

3

Vampré, Octávio Augusto. *Raízes e evolução do rádio e da televisão*. Porto Alegre, Feplam, 1979.

4

Leal Filho, Laurindo Lalo. "A TV pública". In: Bucci, Eugênio (org.). *A TV aos 50 — criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pp. 158–9.

5

Almeida, André Mendes de. *Mídia eletrônica — seu controle nos* EUA *e no Brasil*. São Paulo, Forense, 1993, p. 49.

6

Conjuntura econômica. Fundação Getúlio Vargas, jul. 1950.

7

Morais, Fernando. *Chatô — o rei do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 501.

8

Revista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Fundação Getúlio Vargas, maio 1951.

9

Rixa. *Almanaque da TV — 50 anos de memória e informação*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000, p. 31.

10

Mesquita, Humberto. *Tupi*: *a greve da fome*. São Paulo, Cortez, 1982, p. 21.

O monopólio da Petrobras era do Roberto Marinho

Nos corredores da Globo circulavam duas frases interessantes. Uma, atribuída a Roberto Marinho: “O Boni pensa que isso aqui é um circo. Isso aqui é uma fábrica de poder.”

E outra, quando Marinho copresidia o Brasil, no governo Sarney:

“Se pudesse, o Roberto Marinho interrompia os movimentos de rotação e translação da Terra” (muitos me atribuíam essa frase. O que talvez fosse verdade).

Roberto Marinho parecia não levar a televisão a sério.

Ele se referia à Globo como “o Globo”: como se fosse uma extensão do jornal (ouvi, em conversa pessoal com ele, tratar a tevê de “o Globo”).

Por isso, ele seria capaz de sobreviver à decadência da televisão melhor que os filhos.

Os filhos — que não têm nome próprio, como digo no *Conversa Afiada* — levaram a tevê a sério demais. E não souberam ganhar dinheiro além dela. Ficaram presos na gaiola da herança. Limitaram-se a expandi-la para segmentos do mesmo mercado — a Comunicação. Roberto Marinho usava a televisão como Roberto Civita usava a *Veja*. Como uma gazua para abrir outras portas. Tantas quanto pudesse.

“Dr.” Roberto era apaixonado pela Petrobras.

Não a Petrobras empresa, que sempre tentou destruir, já que era estatal.

Mas, pelas ações da Petrobras.

Suspeito que certas manchetes d’*O Globo* e do *Jornal Nacional* sobre a Petrobras tinham o objetivo de manipular as ações — estivesse o dr. Roberto na

ponta vendedora ou compradora.

Certa vez, quando tinha uma “janela” — uma coluna — sobre economia no *Jornal da Globo* — éramos três comentaristas de economia, Joelmir Betting, Lillian Witte Fibe e eu — dei um furo: Helio Beltrão será o próximo presidente da Petrobras.

No dia seguinte, fui chamado à sala do “dr.” Roberto para ouvir o seguinte recado:

— Aqui n’*O Globo* só quem dá notícia sobre a Petrobras sou eu!

Brizola empossou Jango com o rádio

Um exemplo daquela lição de astronomia e os movimentos de rotação e translação é um episódio narrado por Leonel Brizola na Conferência da Subcomissão de Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais da Assembleia Nacional Constituinte, em 8 de maio de 1987. Em 1959, quando era governador do Rio Grande do Sul, imediatamente após publicar no *Diário Oficial* a decisão de estatizar uma companhia de energia elétrica estrangeira, Brizola recebeu um telefonema de JK:

Recordo-me que o *Diário Oficial* saiu às sete horas da manhã, e às sete e quinze minutos, o presidente me telefonou. O serviço de telefone era muito precário naquela época. E disse: “Governador, é verdade que o senhor encampou a empresa Bond and Share?” Era uma subsidiária aqui no Brasil da American Foreign Power. Eu respondi: “É verdade, presidente”.

“Pois é, o sr. Assis Chateaubriand está aqui no Palácio, muito preocupado com essa decisão.”

Eu estranhei. O Chateaubriand! O que estava fazendo um jornalista ali, porque [se fosse] o sr. Roberto Marinho, hoje, eu entenderia [risos].[1]

A televisão deu ao PiG a liberdade total. Se nenhum governo ousava enfrentar os jornais e as rádios, mais difícil ainda seria enfrentar uma máquina muito mais poderosa. O PiG na televisão não precisou, jamais, guardar a isenção que se exigiria de um produto que explora uma concessão pública. Nunca se respeitou no Brasil o que nos Estados Unidos se chama “Fairness Doctrine”: se João fala mal de Antônio na televisão, Antônio tem o direito de usar a televisão para se defender.

A “Fairness Doctrine” foi um conjunto de normas editadas pela FCC (Federal Communications Commission, a Anatel americana) em 1949, para tornar equilibrada e justa (“fair”) a cobertura jornalística de temas polêmicos no rádio e na TV. Ela garantia, por exemplo, o direito de resposta a candidatos atacados pelos adversários. Era uma tentativa — embora muitas vezes inútil — de tornar isenta e justa a cobertura política, especialmente em período eleitoral.

Vargas foi a primeira vítima — da República de 1946 para cá — do rádio (e dos jornais) do PiG. Porém, foi o mesmo rádio que garantiu a posse de Goulart. O vice-presidente estava em viagem oficial à China quando Jânio Quadros renunciou, em 25 de agosto de 1961. E os ministros militares, a UDN de Jânio e o PiG queriam impedir que ele assumisse a presidência.

É importante observar que, naquela época, os vice-presidentes eram eleitos em votação separada da eleição para presidente: o eleitor votava no presidente e, em separado, no vice. Logo, quando assumisse a presidência, Jango o faria na qualidade de governante eleito pelo povo, e não como integrante da chapa encabeçada pelo presidente, como acontece hoje.

A fim de garantir que a Constituição fosse respeitada, o cunhado de Goulart, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, então com 39 anos, começou a organizar a chamada Campanha da Legalidade logo no dia seguinte. Encampou a Rádio Guaíba: instalou equipamentos da emissora nos portões do Palácio Piratini, sede do governo. De lá, fazia discursos para uma rede de 104 emissoras de rádio, transmitidos para todo o Brasil e para o exterior. À noite, as emissoras transmitiam textos em inglês, francês e espanhol, para que as rádios internacionais os captassem.

Os militares reagiram. Mandaram bombardear o Piratini, mas a operação foi abortada em cima da hora por oficiais da FAB em Porto Alegre. A população reagiu ao golpe e cercou o palácio para apoiar Brizola. O III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, aderiu ao governador.

Jango conseguiu tomar posse em 7 de setembro de 1961 — último dia de transmissão da Campanha da Legalidade que, bem-sucedida, foi então encerrada. Sem saída, os militares e a UDN passaram a tentar esvaziar o poder do novo presidente. No Congresso, foi aprovada uma emenda que instituía no país o regime parlamentarista. Dessa forma, o poder de fato ficou provisoriamente com Tancredo Neves, eleito primeiro-ministro. Brizola não gostou nada disso. Queria que Jango resistisse em Porto Alegre e assumisse com os poderes previstos na Constituição, conselho que Goulart decidiu não acatar.

Apesar de Brizola ter conseguido adiar o golpe por três anos, João Goulart inaugurou o ciclo das vítimas do PiG na era da televisão. O PiG cobriu o governo Goulart da mesma forma como cobriu os governos Vargas, JK, Brizola (no Rio de Janeiro) e Lula e Dilma: para derrubá-lo.

Faço aqui uma breve observação pessoal.

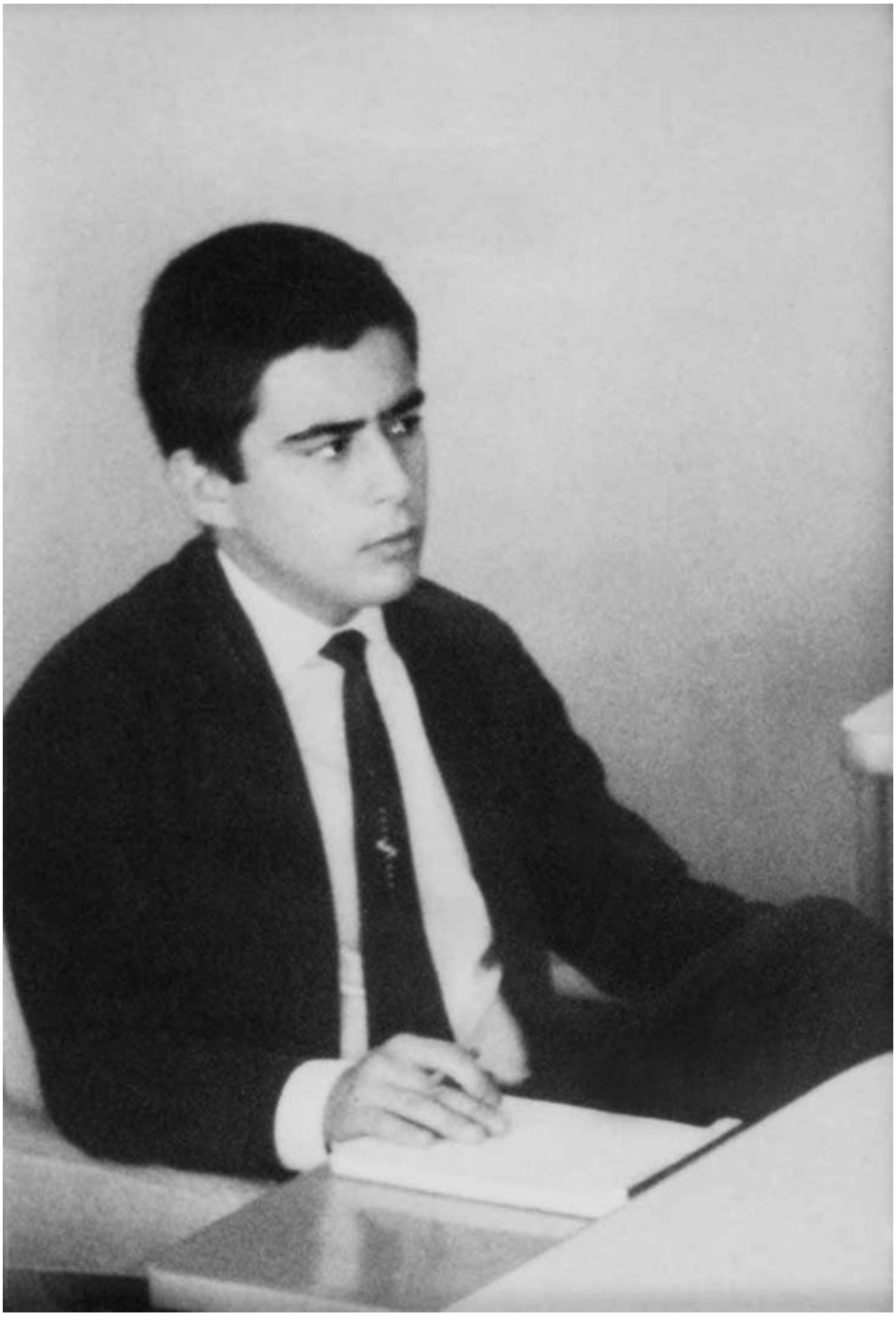
Em 1961, eu estudava no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ainda um dos melhores do país.

Era colega de Hedyl Valle Júnior e o pai dele se tornou o diretor-geral do jornal *A Noite*, comprado por um dono de postos de gasolina, Frederico C. Melo (Melo era dono de uma boate no Leme, em cima de um posto de gasolina, o Fred's, frequentada pelo vice-presidente João Goulart).

Colega de colégio também era Nilo Martins, filho de Mário Martins, pai do ministro Franklin Martins e da escritora Ana Maria Machado — ambos do Colégio Aplicação.

Mário, ex-deputado e depois senador, era o editor-chefe do jornal.

Nas férias do meio do ano, eu, Hedyl e Nilo fomos ser focas n'*A Noite* e começamos a trabalhar no mesmo dia em que chegou outro foca, Hamilton Almeida Filho, o HAF, um repórter brilhante, que fez sucesso na imprensa de São Paulo.



PHA no jornal A noite, 1961.

Hedyl pai tinha mandado a Porto Alegre um diretor de publicidade para vender a Brizola um *Caderno de Turismo* sobre as maravilhas do Rio Grande do Sul.

Era o que se chama de uma “marreta”: levantar dinheiro para pagar as contas do jornal, debilitado.

O diretor de publicidade estava na antessala de Brizola quando estourou a crise da renúncia de Jânio.

O secretário do jornal, o Duarte, me escalou para ficar no telefone com o publicitário na sala contígua à do governador, e recolher as atividades frenéticas da resistência de Brizola.

O cara tinha um certo jeito de repórter e, do outro lado da linha — infernal, imagine!, em 1961! — eu ouvia os berros, tudo entrecortado, e anotava como podia.

Levava para a máquina e era tudo depois reescrito por um copidesque português de texto impecável, o Arêas.

A Noite passou a ter uma cobertura “exclusiva” valiosa, além da que a Rede da Legalidade oferecia.

A tal ponto que foi um dos primeiros jornais que a polícia do governador Carlos Lacerda mandou depredar.

Ficava na Cinelândia.

Território que se transformou na praça de guerra de uma campanha heroica! Depois, passou a se chamar “Brizolândia”.

1

Leite Filho, F. C. *El caudillo — Leonel Brizola, um perfil biográfico*. São Paulo, Aquariana, 2008, p. 63.

O golpe civil-militar contra a Excelsior

No caso de Jango, a TV assumiu o papel de “general” do golpe. Boa parte das emissoras aderiu aos militares contra a suposta ameaça comunista que pairava sobre o Brasil. Divulgava à exaustão as imagens das tais marchas “com Deus e pela liberdade”.

No dia seguinte ao golpe militar, 1º de abril de 1964, por exemplo, o governador de São Paulo, Ademar de Barros, declarou nos estúdios da TV Tupi:

Nós, que temos por padroeira Nossa Senhora da Conceição Aparecida, reafirmamos a nossa fé cristã e o nosso propósito inabalável de enviar os maiores esforços no sentido de garantir à família, à sociedade e aos trabalhadores o direito às liberdades fundamentais.[1]

Todas as emissoras — com exceção da Excelsior — trabalhavam para depor Jango.

O dono da Excelsior, Mário Wallace Simonsen, era proprietário da Comal, então a maior empresa exportadora de café do mundo, da Panair, companhia de aviação que fazia concorrência à Varig e do Banco Noroeste.

A destruição de Wallace, da Excelsior, da Panair e da Comal é um dos mais sinistros frutos da associação de militares com empresários direitistas — como Chateaubriand, Ruben Berta, da Varig, e Octávio Frias de Oliveira, da *Folha* —, políticos de extrema-direita, como Herbert Levy e Carlos Lacerda, da UDN —, e o capital estrangeiro (o grupo americano Rockefeller, da Esso e do banco Chase Manhattan).

O resultado desse massacre foi a salvação da Varig e a criação de uma Rede Nacional de Televisão que, enfim, apoiava abertamente os militares: como se dizia em 2014, “a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”.

No livro *Gloria in Excelsior — ascensão, apogeu e queda do maior sucesso da televisão brasileira*, Álvaro Moya conta que um exportador de café, José Luis

Moura queria ter uma estação de tevê em Santos, e comprou de Vitor Costa, da Rádio Nacional, a concessão da futura TV Excelsior.[2]

Um dos conselheiros de Moura era o advogado e jornalista especializado em café, Saulo Ramos, também de Santos.

Moura logo percebeu que o negócio de televisão exigia conhecimentos que não tinha e muito dinheiro, que também não tinha.

O jornalista João de Scatimburgo, dono do jornal *Correio Paulistano* e antecessor de Fernando Henrique Cardoso na Cadeira 36 da Academia Brasileira de Letras, apresentou Moura a Mário Wallace Simonsen.

Àquela altura, Mário Wallace, de família de corretores de café de Santos, tinha cerca de 50 empresas no Brasil e na Suíça, e a principal delas era a Comal. Tinha também uma empresa que fabricava equipamentos de tevê e representava no Brasil a inglesa Marconi, de telecomunicações.

Wallace foi o responsável pela pioneira transmissão em rede da inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, ao ligar Brasília a Belo Horizonte e São Paulo.

Ele comprou a parte de Vitor Costa na Excelsior e assumiu o negócio. Saulo Ramos foi ser o diretor comercial da emissora, e Moya, o diretor de programação.

Além de fazer da Excelsior uma rede nacional, a ambição de Wallace era recriar, aqui, a americana ITT (International Telegraph and Telephone), uma Embratel, que unificaria a rádio-telefonia do país.

Enquanto comprava a Excelsior, ele fundou a primeira cadeia de supermercados do país, o Peg-Pag, em dois pontos valiosos: na avenida Consolação com Paulista, e outro na Gabriel Monteiro da Silva, ambos em São Paulo e, hoje, do Pão de Açúcar.

TV Excelsior foi, a seu tempo, o que a Globo se tornou depois.

A primeira emissora estruturada e organizada desde o início como um negócio empresarial.

Uma de suas inovações, por exemplo, foi a grade de programação fixa, para criar

hábito no espectador — e previsibilidade para o anunciante.

A grade de programação também ajudava a vender publicidade, porque permitia exibir os comerciais em programas e horários predeterminados.

Outra inovação foi o que se batizou de “chamada na programação”, ou seja, anunciar as atrações da emissora na própria programação.

E, talvez a mais relevante entre todas as novidades, a Excelsior transformou a telenovela em programa diário, o que só foi possível com a invenção do videoteipe.

E, com ele e as novelas, a Excelsior passou a ter uma programação nacional de forte apelo comercial — sempre na mesma hora.

A primeira novela foi “2-5499, Ocupado”, com Glória Menezes e Tarcísio Meira.

Para conseguir isso, Moya e Wallinho, filho de Wallace, desmontaram o que então se chamava de “convênio”.

Os patrões tinham um pacto, um convênio: ninguém contratava empregado de outra rede.

Os atores e profissionais eram condenados a receber salários baixos, sem sair do lugar.

Wallinho adorava cinema e, de fato, tocava a emissora. E entrou de sola com salários que eram o dobro.

Bibi Ferreira foi a primeira a se beneficiar da política e a TV Rio a que mais perdeu.

Moya e Manoel Carlos, seu colaborador, convenceram Bibi a apresentar um programa das 20:30 h às 22 h de música, entrevistas, humor, variedades.

E com ênfase na cultura nacional, uma obsessão dos dois, Moya e Manoel: tudo nacional!

Ah, mas não tem produção musical para isso!

Vamos de Bossa Nova, os dois responderam!

O primeiro “Brasil 60” teve Grande Otelo, Mazzaropi, Roberto Freire, Caetano Zamma e Oscarito, que estava sem voz.

Oscarito chegou ao palco, “pediu um violino a um músico, uma cadeira, sentou-se, segurou o arco com os dentes numa ponta, a outra ponta entre os joelhos, pegou o violino nas mãos e tocou com o arco do violino entre os dentes ‘Tico-tico no fubá’ ”.[3]

Depois veio o programa *Teatro Novo,* com dramaturgos brasileiros como Gianfrancesco Guarnieri, Roberto Freire, Jorge Andrade, Chico de Assis, Walter Negrão, e os diretores Flávio Rangel e Ademar Guerra. Os atores eram Nathalia Timberg, Cleyde Yáconis, Rosamaria Murtinho, Stênio Garcia, Fúlvio Stefanini, Armando Bógus, Irina Grecco, Juca de Oliveira, Geraldo del Rey.

O sucesso foi tão grande que Saulo Ramos vendeu outro programa do gênero, o *Teleteatro Brastemp*, produzido por Bibi Ferreira e dirigido por Antunes Filho, aos sábados.

E tem gente que pensa que a Globo inventou a tevê brasileira…

Moya criou o *Cinema em Casa* às 22:30 h e exibiu: Zurlini (*A moça com a valise*, com Claudia Cardinale), Pietro Germi (*Divórcio à italiana*, com Marcello Mastroianni), Salce (*O fascista*, com Ugo Tognazzi), Michelangelo Antonioni (*As amigas*, com Eleonora Rossi Drago), Elio Petri (*O assassino*, com Mastroianni), Francesco Rosi (*Bandido Giuliano*), e Rossellini (*De crápula a herói*, com Vittorio De Sica).

O jornalismo da Excelsior foi outra revolução.

O *Jornal de Vanguarda*, de 1962, dirigido por Fernando Barbosa Lima, desconstruiu o padrão do *Repórter Esso*, que, há dez anos, a TV Tupi exibia como foi, depois, *Jornal Nacional*: chato, previsível, conservador, pró-americano.

O jornal da Excelsior era narrado por várias pessoas, em vez de um só locutor e tinha comentaristas especializados, uma novidade para a época. Inovou também no humor com os bonecos animados do Borjalo, comentários de Sérgio Porto e Sargentelli. O colunismo de televisão praticamente surgiu com o *Jornal de*

Vanguarda, nas intervenções de Gilda Müller, Millôr Fernandes e Ibrahim Sued… Os comentaristas davam sua opinião ao vivo, sem cortes, enquanto as notícias rápidas eram lidas por Luis Jatobá e pelos irmãos Celio e Cid Moreira… Para o seu criador, o jornal era um show de notícias com liberdade e dignidade profissional.[4]

Na redação, atrás das câmeras, Vladimir Herzog, Fernando Pacheco Jordão, João Batista Lemos, Nemércio Nogueira.

O jornal de Fernando Barbosa Lima foi uma inovação tão radical que a televisão brasileira jamais ousou copiá-lo.

Muito menos a Globo, que reencarnou o *Repórter Esso*.

Barbosa Lima cometeu um erro fatal, porém: o *Jornal de Vanguarda* foi o último a noticiar a vitória do Golpe de 1964.

Como um trator, Mário Wallace Simonsen passou por cima, incomodando todos os figurões da televisão brasileira… A TV Tupi continuava na liderança, mas, a contratação de Edson Leite e Alberto Saad [no lugar de Moya] mudaria tudo. Menos de seis meses depois, a TV Excelsior chegou ao primeiro lugar […]. O índice médio [de audiência] equivalia ao da Globo de hoje [em 2004], com programas de "ibope" maior, como o *Moacyr Franco Show*, que chegava a dar 80–90%.[5]

Era preciso abater Mário Wallace Simonsen.

Na crise da renúncia de Jânio Quadros, Mário Wallace mandou seu diretor para a área de café na Europa, Max Rechulski, amigo de Jango, cuidar do retorno do vice-presidente João Goulart ao Brasil, de volta da China.

Wallace tinha comprado a Panair da americana PanAmerican, em 1961, em sociedade com Celso da Rocha Miranda, empresário da área de seguros.

As empresas brasileiras estavam praticamente quebradas e o presidente Jânio Quadros, para salvá-las, levou, também, a Varig a comprar a Real Aerovias.

A Real tinha a maior frota do país mas estava falida. E era maior que a Varig.

A Panair não estava falida, tinha metade dos funcionários da Real, menos aviões,

e detinha as melhores rotas internacionais.

A Panair voava para o mundo inteiro e a Varig ficou com os Estados Unidos. E, naquela altura, ainda não havia a febre de levar as crianças à Disney…

Wallace queria vender café através da Panair.

A Panair herdou um patrimônio imobiliário excepcional: o terreno de alguns dos maiores aeroportos do país, como o Galeão, o de Salvador, Natal, Fortaleza, Belém, Recife — imagine-se quanto vale o metro quadrado no bairro de Guararapes, em Recife…

Em alguns casos, foi a Panair que construiu o aeroporto.

As lojas da Panair eram próprias. O patrimônio imobiliário era imenso.

A Panair montou um sistema nacional de telecomunicação — embrião da sua Embratel — para Wallace coordenar voos e vendas de passagens no país inteiro.

E montou a melhor oficina de conserto de motores de avião do Brasil, a Celma, em Petrópolis, hoje patrimônio da Infraero (essas informações são de Daniel Leb Sasaki, autor de um livro, esgotado, sobre a Panair, e de um documentário sobre o mesmo tema. Ele deu uma entrevista ao autor e a Murilo Silva).

Mas, o negócio de Wallace era o café.

E foi aí que seus adversários o atingiram com um infarto — ou teria sido suicídio?

Em 1963, através do Instituto Brasileiro do Café, o governo Federal, com Jango no poder, deu uma “concessão para intervir”: o direito de um particular comprar café do IBC — que o governo não conseguia vender e, portanto, não gerava divisas — e tentar colocar, por sua conta e risco, no mercado externo.

Havia, porém, uma falha na portaria que autorizava a “concessão para intervir” — quem torrasse o café dos estoques do governo ficaria isento do confisco cambial, ou seja, do imposto de exportação.

O entendimento era que, torrado, o café teria sido beneficiado e seria possível vendê-lo mais caro.

Wallace, rapidamente, registrou na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, a Cacex, uma grande quantidade de café para vender no exterior.

O governo percebeu que tinha algo errado e suspendeu a “concessão”.

Wallace tinha sido o maior beneficiado. Ele deu “uma torradinha micha” no café e ganhou uns 80%, 100% mais que os outros, segundo o depoimento de um profundo conhecedor do mercado do café.

“Wallace foi desonesto?”, perguntei.

“Não!”, respondeu a fonte. “Wallace era uma águia como empresário e um homem probo!”

Além de tímido, fechado, dizem seus contemporâneos, ele não protegeu o imenso grupo empresarial com apoios políticos, relações-públicas e lobistas — como se tornou trivial no Brasil do século XXI.

“Era um tigre enjaulado”, disse a fonte.

A “concessão para intervir” provocou uma CPI do Café, que tinha Wallace como único alvo.

Wallace humilhou a aristocracia paulista do café e ousava ir além.

Sabe-se que ele pretendia vender café no varejo, na ponta. Ser o que veio a ser, meio século depois, a Starbucks. E, mais ameaçador ainda, além de um comerciante de café, ele queria ser um forte comerciante no mercado internacional do trigo — então, sob controle dos americanos e do governo americano, através do Fundo do Trigo, que foi, mais tarde, usado para derrubar Jango.

Com o trigo e os americanos, Wallace despertou a fúria do cafeicultor e deputado da UDN de São Paulo, Herbert Levy, ligado aos Rockefeller, e também dono do Banco da América, depois vendido ao Itaú.

Com Levy, vieram os Mesquitas, do Estadão, que publicava Levy e Carlos Lacerda. Para se defender na CPI, Wallace contratou o escritório de advocacia de Vicente Rao, onde trabalhava Saulo Ramos.

Movida pelo PiG, a CPI conseguiu seccionar a principal veia de dinheiro de Wallace: a Comal. Wallace começou a perder sangue, deixou de fazer caixa e foi embora para Paris. A Comal passou a ser devedora da União.

A TV Excelsior foi invadida, com o Golpe, por tropas do Exército.

Um dos bancos que administrava suas dívidas era o da Guanabara, dirigido pelo "tesoureiro" da campanha de Lacerda ao governo da Guanabara, Antônio Carlos de Almeida Braga, o "Braguinha". Com isso, Lacerda apossou-se da TV Excelsior e transformou-a em palanque pessoal.

Em São Paulo, Wallinho vendeu e recomprou a Excelsior de Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira: "Em 1969, Mário Wallace Simonsen, antigo dono da Excelsior, a recomprou por não concordar com o negócio."[6]

No entanto, Frias devolveu a Excelsior ao antigo dono sem alguns imóveis e equipamentos, que teriam, antes, feito escala na TV Gazeta de São Paulo, segundo o depoimento de Daniel Leb Sasaki.

A concessão da TV Excelsior foi cassada em 1970, no governo Médici.

Já em crise, Wallace procurou o jornalista Jânio de Feitas para fazer um jornal no Rio. Jânio tinha acabado de dirigir duas bem-sucedidas experiências no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*.

Jânio chegou a procurar sede e ver o custo de máquinas. Wallace tinha um jornal em São Paulo, *A Nação*, mas ele e Jânio não queriam misturar as duas operações.

Veio o golpe militar — e o próprio Jânio — em artigo na *Folha de S. Paulo*, de 16 de março de 2014 — contou: "sustei de imediato a montagem do jornal, convencido de que os militares, daquela vez, vinham para dominar por bastante tempo e a qualquer custo. Muitas de nossas vidas se puseram de cabeça para baixo". Jânio teve que convencer o próprio Wallace, que pretendia ir em frente com o jornal, apesar do Golpe.

O depoimento de Daniel Leb Sasaki sobre a expropriação da Panair, na Comissão Nacional da Verdade, em 23 de março de 2013, é uma descrição impressionante do que ocorreu.[7]

Almino Affonso, no livro *1964 na visão do ministro do Trabalho de João*

Goulart, descreve cena de angústia na noite de 1º de abril de 1964, no aeroporto de Brasília, quando acompanhou Jango na viagem para Porto Alegre.

O tempo foi passando. Mas o [avião] Coronado, apesar de sua imponência, não se movia. A pista à sua frente. Porém, aquele pássaro gigantesco parecia não ter asas. Duas horas ali na mais absoluta inércia. Estaria estranhamente tolhido por uma pane! O mais moderno dos aviões da Varig, como por desígnios não explicáveis, não levantava voo. Revelei a minha inquietação. A qualquer instante o presidente será preso e nós a vê-lo na mais absoluta impotência. Decidimos ir até ele e convocá-lo à ação! Já na pista, os soldados de um regimento da Aeronáutica — com as baionetas brilhando contra nós — impediram nossos passos. O deputado Tancredo Neves, numa revolta incontida, protestou: "Abaixem as armas! Somos representantes do povo!" De imediato, um funcionário secundou a ordem. E lá fomos nós até a escada do avião. Justo naquele momento o presidente e a sua comitiva vinham descendo. Transferiram-se para um Avro (turbo-hélice) que levaria o dobro do tempo que o Coronado para chegar a Porto Alegre! Já passava das duas horas.[8]

Sem condições de resistir na capital, Jango foi a Porto Alegre ao encontro do então deputado Leonel Brizola, que tentava montar uma reação militar, à semelhança da Campanha da Legalidade, que liderou em 1961, como governador do Rio Grande do Sul (1958–1962), para dar posse a Jango.

Em mais alguns dias, João Goulart iria para o exílio no Uruguai. Brizola o seguiu para o mesmo destino. Poucas horas depois, o presidente do senado Moura Andrade proclamou: "Declaro vaga a presidência da República", porque "o sr. presidente da República abandonou o governo!".

Tancredo gritou do plenário: "Canalha! Canalha!".

O deputado Rogê Ferreira (PSB-SP) rompeu a barreira da guarda pessoal, segundo Affonso, e deu duas cusparadas na cara de Moura Andrade: "Não sei de gesto arrebatado tão nobre quanto esse!", diz Affonso.

"Foi uma cusparada cívica", disse-me Affonso, num telefonema.

O discurso de Almino Affonso em defesa de Jango é uma das mais comoventes peças da oratória política do Brasil.[9]

Não é só a aviação civil que poderia ter outro contorno, não fosse o Golpe.

A Varig seria a Varig?

O PiG seria o PiG?

A Globo seria a Globo, com a Excelsior no jogo?

Ou, como diz o Jânio, Roberto Marinho é quem teria virado de cabeça para baixo?

Wallace Simonsen morreu em Paris um mês depois do fechamento da Panair.

Infarto ou suicídio?[2]

Não se sabe.

---

1 Simões, Inimá. “Nunca fui santa”. In: Bucci, Eugênio (org.). Op. cit., p. 68.

2 *José Bonifácio de Oliveira Sobrinho*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004 — Coleção Aplauso.

3 Moya, op. cit., p. 32

4 Novis, Carlos Henrique. “Simonsen, um império que foi pelos ares”. In: *Gloria in Excelsior*, pp. 354 e ss.

5 Idem.

6 Paschoal, Engel. *A trajetória de Octávio Frias de Oliveira*. São Paulo, MegaBrasil, 2006, p. 192.

7 Leia a íntegra do depoimento no “Anexo 1”.

8 Affonso, Almino. *1964 na visão do ministro do Trabalho de João Goulart*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2014, p. 591,

9 Leia trechos no “Anexo 2”.

Golbery foi o feiticeiro do PiG

O IPES era o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e se tornou a usina ideológica de onde saiu a propaganda do golpe contra Jango. Foi fundado em 1961, com a frustração do governo direitista de Jânio Quadros[1]

Os comandantes do assalto à opinião pública eram o general Golbery do Couto Silva e seu lugar-tenente, o escritor José Rubem Fonseca, então funcionário do departamento de relações-públicas da Light.

Antônio Gallotti era o presidente brasileiro da canadense Light — que fornecia energia elétrica ao Rio e a São Paulo, a maior empresa privada do Brasil de então —, e foi um dos fundadores do IPES, com Augusto Trajano de Azevedo Antunes — dono da mineradora de manganês ICOMI, no Amapá —, Glycon de Paiva e José Garrido Torres.

Quando era do *Jornal do Brasil*, conversei com Gallotti em sua "residência oficial" de presidente da Light, na rua São Clemente, em Botafogo, no Rio.

Gallotti contou que quis apagar a luz do Rio de Janeiro, na noite do comício de Jango na Central do Brasil, em março de 1964.

Os militares o desaconselharam, porque temiam que fosse um tiro no pé.[2]

Do IPES no Rio, nasceu em São Paulo o IBAD, instrumento para despejar dinheiro dos empresários e do governo americano na eleição de 1962.

Golbery, que tramava um golpe desde que assinou o "Manifesto dos Coronéis" em 1954 contra a permanência de Jango no Ministério do Trabalho, explicava por que não tinha sido possível impedir a derrota conservadora na renúncia de Jânio em 1961: "O general Golbery assegurava que a falta de preparo ideológico do povo impediu o êxito do Golpe de 1961 e não se esqueceu da lição."[3]

A "preparação ideológica" se processava através de 13 estações de televisão, 312 emissoras de rádio e, antes da eleição de 1962, o IPES chegou a produzir 300 programas diários de rádio, para transmissão no horário nobre.[4]

Assim se formou a “Cadeia da Democracia”.

De outubro de 1963 até o Golpe de abril de 1964, as estações de rádio dessa rede organizada por João Calmon, dos *Diários Associados*, entre outros, entravam no ar exatamente no mesmo horário em que as do líder trabalhista Leonel Brizola…[5]

O IPES escrevia artigos, fazia reportagens, editava livros.

Se Golbery aprendeu a “lição” de 1961, o PiG aprendeu a lição de 1964.

Golbery e o IPES realizavam o “assassinato de caráter” de Jango, como fez o PiG para tentar derrubar Lula e Dilma.

O IPES promoveu, por exemplo, a “queimação” de José Ermírio de Moraes, líder do grupo Votorantim e eleito senador por Pernambuco com apoio da esquerda.

Também perseguia grupos econômicos que anunciassem na *Última Hora* de Samuel Wainer.

Como o PiG contra Lula e Dilma, o IPES organizava “campanhas de pânico” sob a forma de artigos — que o IPES pagava à razão de 5 mil cruzeiros cada — e reportagens que chegavam gratuitamente às redações.

Mais recentemente, era a iminência do caos do apagão, da inflação do tomate, da dengue, da febre amarela…

Em 1964, era a iminência do caos que vinha na esteira do “comunismo soviético”.

Faziam parte da equipe de Rubem Fonseca, nesse trabalho edificante, jornalistas como Jorge Sampaio e Alves de Castro, do *Repórter Esso*, na TV Tupi; Odylo Costa Filho; a romancista Rachel de Queiroz; do Estadão, Flávio Galvão e Enio Pesce (depois comentarista da TV Globo); Augusto Frederico Schmidt, o “poeta-mercador”, como dizia Paulo Francis quando era trotskista; e Wilson Figueiredo, depois chefe dos editorialistas do *Jornal do Brasil* — entre eles, editorialistas, eu.

O Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC) do IPES, sob a batuta feiticeira

de Golbery, “escrutinava a produção diária da imprensa do país, um total de 14 mil edições no ano, e produzia mensalmente 500 artigos disseminados pelos jornais ou divulgados em formas de palestras”.[6]

Os propagandistas do GOP — Grupo de Opinião Pública — [no IPES] atuavam em três frentes: artigos para jornais e revistas, panfletos para circular entre estudantes, militares e operários, e livros que comparavam a democracia com a empresa privada. Em comum, eram todos anticomunistas, antitrabalhistas e antipopulistas. Nomes fortes do mercado editorial, como Cia. Editora Nacional e GRD, colaboravam na publicação da chamada “literatura democrática”.[7]

Alguns dos autores publicados: Carlos Lacerda, Mário Henrique Simonsen, F. A. Hayek, Gustavo Corção, George Orwell, Oswaldo Peralva, Roberto Campos e Eugênio Gudin.

A gráfica que imprimia boa parte da produção golberiana era a Bloch.

É interessante observar que Elio Gaspari, autor, na Companhia das Letras, de inacabável obra sobre o regime militar — a Ditadura Envergonhada, Desinibida, Torturada, Deprê, Arrependida etc. — construiu a tese de que o golpe contra Jango foi obra solitária de dois gênios: Golbery, a quem chama de “feiticeiro” e Ernesto Geisel, o “sacerdote”.

Eles fizeram o Golpe e acabaram com ele quando bem entenderam, segundo esse historialista.[8]

Quando quiseram, entregaram o poder ao Grande Estadista João Figueiredo, que levou o Brasil à democracia (o tio de Figueiredo era ipesiano de primeira hora).

Para Gaspari, Jango caiu porque era um diletante, uma Maria Antonieta, que passava os dias a cuidar de pernas — de cavalos e coristas.

Mais tarde, um amigo de Gaspari, José Serra, levantou a tese de que Jango caiu porque não ouviu seus conselhos de presidente da UNE.[9]

Gaspari, misteriosamente, não cita Dreifuss — nem Cunha — em sua extensa bibliografia.

Para Gaspari, Geisel e Golbery são os “Founding Fathers” da democracia do

Brasil, como George Washington e Thomas Jefferson.

E de onde vinha o dinheiro para a "preparação ideológica" do nosso Thomas Jefferson?

Do governo americano vinha através da generosa "Aliança para o Progresso", criada por John Kennedy para cuidar do progresso dos investimentos americanos na América Latina; e do desvio de recursos do Fundo do Trigo, que, teoricamente, era para o Brasil comprar trigo americano — e iam para o Golpe.

Para o IBAD, o dinheiro vinha direto da CIA.

Dos empresários brasileiros [sic], já que no IPES esses empresários, como Gallotti, não passavam de testas de ferro.

E dos empresários americanos, sob a liderança de David Rockefeller, da Standard Oil (Esso) e do Chase Manhattan Bank, de promíscuas relações com os "investimentos" da CIA, inclusive no Brasil.

O Chase, por sugestão de Walt Disney, informante do FBI, financiou o investimento da Editora Abril no Brasil e na Argentina (segundo depoimento de diretor aposentado do Chase ao autor, quando era correspondente da Globo em Nova York).

Em parte, a "preparação ideológica" do feiticeiro Golbery fracassou.

O embaixador americano Lincoln Gordon admitiu que as marchas organizadas pelas senhoras católicas contra Jango eram "marchas sem povo"[10] Mas, atingiu, por 21 anos, o objetivo.

Durante a madrugada em que Auro de Moura Andrade declarou estar vaga a presidência, já que João Goulart deixara Brasília [mas estava em território brasileiro], alguns parlamentares se dirigiram ao Palácio do Planalto, que estava totalmente escuro, devido a corte de energia. Eles acompanharam o ato que reconhecia Ranieri Mazzilli como presidente e, depois que alguns fósforos foram acesos, o Deputado Luís Viana Filho reconheceu a seu lado Robert Bentley, o jovem secretário da embaixada americana.[11]

A dramática concentração industrial facilitou a atividade de propaganda da tentativa de golpe contra Lula e Dilma, já no século XXI.

A rigor, a Globo e seus múltiplos braços passaram a ser a nova — e única — usina do golpe: Rede Globo, jornal *O Globo*, Rádio CBN (a rádio que "troca" a notícia, como se diz no *Conversa Afiada*), revista *Época*, portais Globo e G1 etc. Já que a *Folha*, a *Veja* e o Estadão chegaram ao fim do primeiro governo Dilma mais perto da cova do que da academia de ginástica.

O governo americano e os empresários brasileiros e americanos não precisavam mais do Golbery e do José Rubem Fonseca.

Bastava ligar para um dos filhos do Roberto Marinho.

Saiu mais barato.

Porém, menos eficiente.

A quimera de construir um paraíso anticomunista, que embalou os golpistas de 1964, tinha uma maçã desorganizadora: o Lula.

Mas, enquanto o Lula não vinha, o PiG gordo do Golbery ajudou a derrubar Jango com renovado entusiasmo.

Quem sabe os editoriais que se seguiram foram escritos por Golbery.

Vitorioso o Golpe, Golbery disse que

em sua nova função [chefe do Serviço Nacional de Informação, SNI], continuaria a desempenhar o mesmo tipo de atividades que havia desenvolvido no IPES até aquela data, apesar de serem agora grandemente "ampliadas em recursos e meios".[12]

Goebbels está vivo!

---

1 "O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública" para derrubar Jango. A expressão é de René Armand Dreifuss, em *1964: a conquista do Estado — ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

2 Mais tarde, os militares o recompensaram. Entre o Natal de 1977 e o Ano

Novo de 1978, Gallotti vendeu a lata velha da Light ao presidente Geisel, por uma fortuna. Os militares reinvestiram nela e, depois, em 1996, Fernando Henrique e seu ministro do Planejamento, José Serra, a venderam por uma ninharia parecida com o que valia no tempo de Gallotti…

3

Dreifuss, op. cit., p.193

4

Ibidem, pp. 248 e 249

5

Idem.

6

Cunha, Luiz Claudio. “A ditadura da segurança nacional no Rio Grande do Sul — 1964–1985”. In: *Do Golpe à redemocratização — ventos da mídia na tormenta de 1964*. Porto Alegre, Coedição Escola do Legislativo Deputado Romildo Bolzan e Departamento de História da UFRGS.

7

Idem.

8

Não é historiador nem jornalista. Aplica-se, geralmente, ao autor da fluvial obra que pretende transformar Geisel e Golbery em Washington e Jefferson brasileiros, “Pais Fundadores” da nossa democracia. O “dos chapéus” se refere às múltiplas lealdades do citado historialista. É o que se lê na aba “ABC” do blog *Conversa Afiada*.

9

Serra, José. *Cinquenta anos esta noite — o golpe, a ditadura e o exílio*. Rio de Janeiro, Record, 2014.

10

Dreifuss, op. cit., p.299

11

Ibidem, p. 215.

12

Ibidem, p. 421.

Quem comprou Kruel, o Pinochet de Jango?

Interrompi o curso de Sociologia e Política na PUC do Rio para participar da experiência revolucionária de Darcy Ribeiro na Universidade de Brasília.

Nas matérias de introdução da Faculdade de Economia, fui aluno de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e de Perseu Abramo.

Breve e inesquecível experiência, logo interrompida pelo Golpe. Dois meses depois, voltei ao Rio e à PUC, aos jesuítas.

O dominicano Frei Mateus era o vice-reitor e quem tocava a Universidade de Brasília com uma batina branca engomada: Darcy, chefe da Casa Civil de Jango, quase não ia lá. Análise política não era o forte do frei.

Quando vi soldados da PM mineira entrar no campus da Universidade em ônibus urbanos, ele sentenciou: “O sacana do Magalhães Pinto entrou no Golpe. Bom! A esquerda vai ficar mais forte!”

Oscar Niemeyer ia dar umas aulas na Faculdade de Arquitetura, que dirigia. Atribuíam-se a ele duas frases. Uma ao coronel de um IPM que lhe perguntou como tinha ficado rico. Ele respondeu: “dando o cu!”. E outra dirigida a uma aluna, que tinha acabado de seduzir e lhe advertia: “mas, professor, não diga nada a ninguém porque sou noiva”. E ele teria respondido: “minha filha, assim não quero. Na minha idade, se não puder contar aos amigos, não tem a menor graça”.

Athos Bulcão andava por lá, com o amigo Oscar.

Na noite do Golpe, de 1º para 2 de abril, eu, o historiador Luiz Felipe de Alencastro (autor da generosa orelha deste livro) e colegas da UnB — Tito Ryff (filho de Raul, assessor de imprensa de Jango), José Almino de Alencar (filho de Arraes) e Nilo Martins — fomos para as galerias da Câmara assistir à queda do regime e ao discurso de Almino.

Almino conta no livro que, no meio do discurso, recebeu um bilhete do deputado Baby Bocayuva (PTB-RJ) para avisar que o general Amaury Kruel tinha aderido ao Golpe.

Almino tentou atenuar o desastre, ao lembrar que Kruel e Jango eram amigos pessoais.

Mas, Almino conta também no livro, na página 580, que Goulart tinha recebido um telefonema de Kruel com uma chantagem: não entraria no Golpe, se Jango fechasse o Comando Geral dos Trabalhadores e a UNE, com intervenção nos sindicatos e afastamento dos auxiliares “apontados como comunistas”.

Quando percebeu que se tratava de um ultimato, Jango passou a tratar Kruel cerimoniosamente e disse: “General, eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições, eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas convicções. Ponha suas tropas na rua e traia abertamente”. E desligou o telefone.

Kruel, como se sabe, botou a tropa na rua, e, no bagageiro do carro, escondeu milhões de dólares entregues pelo vice-presidente da FIESP, Raphael Noschese.

Kruel aderiu ao Golpe!

Anos depois, o filho de Jango, João Vicente Goulart, revelou: “Kruel se vendeu por seis malas de dólares”.[1]

João Vicente e Veronica Fialho gravaram[2] em vídeo o depoimento do major do exército Erimá Pinheiro Moreira, que testemunhou como o comandante do II Exército, em São Paulo, Amaury Kruel, traiu Jango no Golpe de 1964, por seis malas cheias de dólares, em notas novinhas, sacadas de um banco americano. Será o Citibank? O Boston? O Chase, que, no Brasil, operava “de mano” com a CIA e a Editora Abril? Será o Banco da América, do udenista e golpista de 1964, Herbert Levy — o mesmo que perseguiu Mário Wallace Simonsen —, Levy, que, depois, vendeu o banco a Olavo Setúbal, do Itaú, para formar o breve Itaú-América?

Sempre se suspeitou que a traição de Kruel, amigo e compadre de Jango, tinha cheiro de suborno.

Kruel foi o Pinochet do Jango — por um punhado de dólares.

Como se sabe, o historialismo — não é história nem jornalismo — assegura que o golpe foi preventivo, já que Jango ia dar um golpe.

O “golpe” do Jango é o “grampo-sem-áudio” I.[3]

Ninguém nunca viu — ou ouviu.

O historialismo considera que Geisel e Golbery deram o Golpe para salvar a democracia e, depois, resolveram recriá-la.

O intermediário do suborno foi o vice-presidente da Fiesp, Raphael Noschese.

Mas não se sabe quem forneceu os dólares das seis malas.

Tirei uma dúvida com Almino: quem foi o líder ademarista que, naquela sessão do Congresso, avisou aos gritos que, enfim, Kruel tinha aderido. Almino não tem certeza, por causa da balbúrdia que se formou logo após seu discurso. Mas, admite que tenha sido Arnaldo Cerdeira, líder do partido de Ademar, o PSP.

Almino se lembra, sim, que, logo depois de falar, viu um grupo de parlamentares entrar no plenário, vindo do fundo, com a faixa “Viva São Paulo!”.

Interrompi para dizer:

“Ministro, São Paulo sempre foi um problema para a democracia brasileira.”

“Por quê?”, ele perguntou.

“Por sua incontida vocação secessionista.”

Almino preferiu não comentar.

---

1 *Conversa Afiada*, acessível em: <http://goo.gl/qR25z4>.

2 A íntegra da gravação está disponível em <http://goo.gl/Gr8hKI>.

3 Ver capítulo “Babá eletrônica derruba Paulo Lacerda”.

O Globo em 64: ressurge a democracia!

Disse o Estadão, do alto de sua autoridade:

A grande vitória de ontem, conduzida pela mão segura do general Amaury Kruel, à frente do II Exército, vem, como era inevitável, sendo interpretada das mais diversas maneiras […].

Além dos jornalistas, Hilde, a principal desenhista do Estadão também fazia verdadeiros editoriais.

Ela era brilhante. Eu acho que a posição ideológica dela atrapalhou um pouco a preservação do seu trabalho, porque ela ficou muito ligada a esta direita liberal, e isso atrapalhou, enquanto outros artistas com posição mais à esquerda tiveram mais fortuna.[1]

O *Jornal do Brasil* também deu sua desinteressada contribuição, já no dia 31 de março:

REINCIDÊNCIA

O presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar. Ele se considera acima da lei […].

E também no dia seguinte, 1º de abril de 1964:

FORA DA LEI

Desde ontem que se instalou no país a verdadeira legalidade: aquela que através das armas do movimento mineiro e paulista de libertação procura imediatamente restabelecer a legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares […]. A derrota do sr. João Goulart é inevitável […] a legalidade está conosco — e não com o

caudilho aliado do comunismo. As opções estão feitas e vamos para a vitória.

Da *Folha de S. Paulo* de 2 de abril de 1964:

EM DEFESA DA LEI

São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinaram-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, na edição de 3 de abril de 1964 (àquela altura, a *Tribuna* já entrara em decadência):

QUEREM TRAIR A REVOLUÇÃO

O país está ainda dominado pela emoção da vitória, traumatizado pelo esforço quase enlouquecido de felicidade com a destruição dos agentes da traição, da corrupção […]. Com a fuga de Jango para o Paraguai (não há melhor lugar para um aspirante a ditador do que um país governado já por outro ditador), consumou-se a operação militar.

O editorial do *O Globo*, o número 1 do PiG, no dia 2 de abril, o título chega a ser um escárnio. Nenhum jornal comemorou o golpe com entusiasmo comparável.

RESSURGE A DEMOCRACIA!

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassínio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada […].

Com o mesmo fervor "thermidoriano", *O Globo* produziu uma relação de artistas

e intelectuais que deveriam ser cremados no *lager* da Barão de Mesquista ou da “Casa da Morte” em Petrópolis.[4]



FUNDAÇÃO DO COMANDO DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS (CTI)

Este é o manifesto do chamado Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), que trabalhou ativamente pela implantação do regime comunista no Brasil. Republicando-o agora, chamamos a atenção do alto-comando Militar para os nomes que o assinaram:

Compreendendo a necessidade de maior coordenação entre os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do País — emancipação realmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica — trabalhadores intelectuais, pertencentes aos vários setores da cultura brasileira, resolveram fundar um movimento denominado Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI).

O CTI tem por finalidades:

a) congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica concepção;

b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, eficaz e solidária;

c) participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com as demais fôrças populares, arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira.

Com êste propósito de união são convocados todos os trabalhadores intelectuais que, estando de acôrdo com as finalidades do CTI, desejem pôr atuar acima de personalismos ou de secundários motivos de dispersão.

Esta convocação nasceu do exercício da delegação de poderes que uma numerosa assembléia de intelectuais, reunida a 5 do corrente mês, deu a um grupo de treze dos seus componentes, para que a representassem, durante a última crise política, junto às demais fôrças populares agrupadas contra as tentativas de golpe da direita e em defesa das liberdades democráticas. Como seu texto de base, foi elaborado o seguinte documento:

"Considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas;

Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um único setor de luta dessas correntes progressistas;

Considerando a necessidade de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos e afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das fôrças populares;

Considerando que os acontecimentos recentes demonstraram a urgência da criação dêsse órgão capaz de representar de forma ampla o pensamento dos que exercem atividades intelectuais no País,

os abaixo-assinados, por êste documento, declaram fundado o CTI e solicitam a adesão dos intelectuais e convocando-os para a Primeira Assembléia Geral, a ser realizada no decorrer da 1ª quinzena de novembro, com o objetivo de eleger os seus organismos de direção.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1963.

(as.) *Alex Viany — Alvaro Lins — Álvaro Vieira Pinto Barbosa Lima Sobrinho — Dias Gomes — Edson Carneiro — Ênio Silveira — Jorge Amado — M. Cavalcanti Proença — Moacyr Félix — Nelson Werneck Sodré — Oscar Niemeyer — Orlando Duarte Pereira.*

A êste documento de fundação — ainda aberto para recebimento de adesões, em listas que podem ser encontradas, até o dia 31 de outubro, nas livrarias São José, Ler e Civilização Brasileira — já apuseram as suas assinaturas, passando além a ser membros fundadores do CTI, os seguintes intelectuais:

DIREITO: Max da Costa Santos (Dep. Federal) — Paulo Alberto M. de Barros (Dep. Estadual) — Sinval Palmeira (Dep. Estadual) — Modesto Justino de Oliveira — Hélio Bezerra — Pedrinha Pereira Guimarães — Cláudio Pontes Magalhães. ARQUITETURA: Flávio Marinho Régo — Júlio Cesar — Bernardo Goldwasser — Edson Cláudio — Artur Lysio Pontual — David Waisman — Carlos Eberl — Hirsin Miranda — José de Albuquerque Milanez — Bernardo Tutty Weinreich — Paulo Cast. MEDICINA: Mauro Lins e Silva (da direção da Associação Médica) — José Paulo Drummond — Álvaro Doria — Valério Kroeder — Maura de Lassio Leitão. LITERATURA: Aníbal Machado — Álvaro Moreira — Adalgisa Nery — Géir Campos — Astrogildo Pereira — Paulo Mendes Campos — Eneida — José Condé — Joaquim Cardozo — Nestor de Holanda — Dalcídio Jurandir — Mário da Silva Brito — Múcio Teli — Ferreira Gullar — Reynaldo Jardim — Renard Perez — Felix Alhardo — Geraldino Marques — Homero Homem — James Amado — Otávio Brandão — Edras do Nascimento — Luís Paiva de Castro — Cláudio Melo e Souza — A. Pitaro Pereira Jacobina — João Felício dos Santos — Beatriz Bandeira — Ary de Andrade — Edna Savagel — Carlos Heitor Cony — Moacyr C. Lopes — Campos de Carvalho — Hyrton Pacheco — Juvenal Fitamosso — Guido Wilmar Sassi — Júlio José de Oliveira — Roberto Pontual. CIÊNCIA: José Leite Lopes — Jacques Danon. MÚSICA: Carlos Lira — José Luiz Calazans (Jarraras). TEATRO: Francisco de Assis — Oduvaldo Vianna — Enrico Silva — Oduvaldo Vianna Filho — Gianfrancesco Guarnieri — José Renato — Flávio Rangel — Modesto de Sousa — Teresa Rachel — Miriam Pérsia — Yara Sales — Luís Linhares — Mário Brasini — Rodolfo Arena — Rafael de Carvalho — Ferreira Maia — Flávio Migliaccio — Joel Barcelos — Rodolfo Mayer — Antônio Ribeiro — J. Benedito Amaro (Grandall) — Jackson de Sousa — Ary Toledo — Agildo Ribeiro — Costa Filho — Celso Cardoso Coelho — Maria Gladis — Maria Ribeiro — Wanda Lacerda — Vera Gertel. ARTES PLÁSTICAS: Di Cavalcanti — Iberê Camargo — José Roberto Teixeira Leite (Diretor do Museu Nacional) — Djanira — Darel Valença — Pury Lazarotto — Carlos Scliar — Kazuhiko — Edith Behring — Lígia Pape — Sílvia Leirner Chalreo — Claudina. EDUCAÇÃO: Hiron de Alencar — Carlos Cavalcanti — José Carlos Lisboa — Emir Ahmed (da Confederação Nacional dos Professores) — Pedro Gouveia Filho — Sarah Castro Barbosa de Andrade — José de Almeida Barreto (da Confederação Nacional dos Professores) — Ony Braga de Carvalho — Nelson Pedro Martins Teixeira — Iron Abreu — Carolito Reposo — Miriam Glasman — Edvaldo Calheiros — Maria Lia Faria de Paiva — Dulcina Bandeira — Lauryston Gomes Pereira Guerra — Antônio Luiz Araújo — Pedro de Alcântara Figueira — Marly Cassa — Alberto Latorre de Faria — Rosemonde do Castro Pinto. EDITORES: Jorge Zahar — Carlos Ribeiro — Irineu Garcia — José Dias da Silva. CINEMA: Joaquim Pedro de Andrade — Miguel Borges — Paulo César Barraceni — Nélson Pereira dos Santos — João Ramiro Melo — Sérgio Santa — Fernando Amaral — Leon Hirszman — Glauber Rocha — Marcos Farias — Saul Lachtamacher — Carlos Diegues — Roberto Pires — Paulo Gil Soares — Eliseu Visconti — Walter Lima Júnior — Arnaldo Jabour — Mário Carneiro — Waldemar Lima — Ruy Santos — Luiz Carlos Saldanha — David Neves — Fernando Duarte — Italo Joaquim — Afonso Antunes — Célia Gonçalves — Jorge Nóia. RÁDIO E TELEVISÃO: Chico Anísio — Moacyr Macedo — Teixeira Filho (Secretário da Federação Nacional dos Radialistas) — Giuseppe Ghiaroni — Ovanine Franco — Amaral Gurgel — Janete Clair — Hamilton Pires (Diretor da Federação Nacional dos Radialistas e do Sindicato de Radialistas da Guanabara) — Nair Leão — Jorge Goulart — Nora Ney — Enio Santos — Iris de Oliveira — Newton da Matta — Graciano Jardim — Nenen Tavares — Mário Moojardim — Maria Alice Barreto — Célia de Castro — Ilka Maria — Gerdal dos Santos — Rodney Gomes — Jonas Garret — Domício Costa — Walter Alves — Geraldo Luiz. JORNALISMO: Paulo Francis — Plínio de Abreu Ramos — Tati de Moraes — Luís Luna — Heráclio Sales — José Guilherme Mendes — Cláudio Bueno Rocha — Luís Quirino — Renato Guimarães — Darwin Brandão — Otávio Malta — Barbosa Melo — Murilo Bastos — Oscar Flores — Flávio Pamplona — Wilson Machado. ECONOMIA: Cid Silveira — Dumar Campos — Osvaldo Guimarães — Chalita da Rocha — Paulo Martins — Wanderley Guilherme — Artêmio Moura — Alberto Passos Guimarães — Theodoro Júnior — Helga Hoffman — Jorge Carlos Leite Ribeiro.

(Transcrição paga por um grupo de democratas).

Normal e Tr... Jogo de Tro... da RFF

A REDE Ferroviária Fed... informa que tôdas ... ferrovias de sua jurisdição estão funcionando normalmente. Quanto ao pagamento do seu pessoal, relativo ... março, esclarece que ... haver atraso, por causa ... feriados bancários.

O Vice-Governador do Estado do Rio Desfaz Equívoco Com Seu Ma...

O Vice-Governador do Estado ... Rio, Sr. João Batista da Costa, ... intuito de desfazer confusão ... ...tida em tôrno de seu nome, ...tado como um dos relatores ... na lista dos que deveriam ... dos comunistas chilenos, ... nos os seguintes esclarecimentos: "O Vice-Governador, que tem ... marcos brasileiros, inclusive ... que militam na imprensa ... e que também não se sabe ... comunistas, não se chama ... Batista Pereira da Costa, mas ... João Batista da Costa; em Nilo... mesma das células comunistas ... relata pela polícia e, até ... considerada a mais importante ... DOPS, foi recolhida uma lista ... personalidades que deveriam ... fuzilados e na qual o Vice-Governador figura em 1.º lugar". Por ... recomenda maior cautela ao ... gação dos resultados do ... ao comunismo, para que o ... ...panha não seja comprometida.

PORTAS P/BOX

PORBOX

UTILIDADE E BELEZA!

- Duralumínio anodizado
- Fibra de vidro inquebrável
- Polyflex e Cloreto
- Orçamentos sem compromisso.

“Um amigo navegante enviou ao Conversa Afiada essas duas páginas d’O Globo de 7 de abril de 1964. A lista de Schindler de sinal trocado.”



O GLOBO ☆ 7-4-64 ☆ Página 5

A CONSTITUIÇÃO NÃO DEVE SERVIR DE ESCUDO PARA OS QUE A QUERIAM QUEIMAR

O DEPUTADO João Mendes, presidente da Ação Democrática Parlamentar, prestou, ontem, a O GLOBO, as seguintes declarações:

— Jamais deixamos de acreditar na vitória final da democracia, pois sempre confiamos no patriotismo dos nossos chefes militares e de seus comandados, fortalecendo e resguardando os sentimentos cristãos e democráticos do povo brasileiro.

Primeira Etapa

— Mas ninguém se engane. Estamos na primeira etapa da vitória, que talvez não seja a mais fácil. Os líderes democráticos são, em geral, muito difíceis. Tenho experiência própria disso. Sei quanto me custou de sacrifícios pôr a funcionar a Ação Democrática Parlamentar. Os interesses políticos partidários, as suscetibilidades, o personalismo, certamente, trarão embaraços à consolidação da vitória democrática. Mas os democratas não expuseram suas vidas, numa perigosa luta contra o comunismo, para ver o fruto dos seus sacrifícios consumido nos cambalachos políticos. Temos que opôr decidida repulsa à intromissão da politiquice no encaminhamento dos soluções conseqüentes à vitória.

Pretexto

— Haveremos de firmar, como ponto pacífico, que as liberdades conquistadas pelo regime democrático não devem servir para destruir esse regime. Não admitiremos que a nossa Constituição sirva de pretexto para o ataque dos que a queriam queimar. A democracia há de defender-se e, se preciso, praticar o parto de intolerância necessàriamente exigida de todo o organismo que precisa viver em relação a tudo quanto represente sua eliminação.

A Cassação

— Embora fichada anticomunista, já em 1947 opinava contra a cassação de mandatos eletivos por motivos puramente políticos ou ideológicos. Mas isso não quer dizer que o mandato seja coisa sagrada, respeitável, mesmo criminosamente exercido. Não. Se provado ficar que o titular desse mandato praticou atos que o incompatibilizem com o decôro parlamentar, é a própria Constituição que determina seja êle cassado.

De Quem a Palavra

— A palavra, no momento grave que vive o Brasil, não há de ser das velhas raposas políticas, nem dos "hábeis", nem dos acomodatícios, nem dos indecisos nem dos "pacifistas" nem dos neutralistas, nem dos covardes. Pela democracia e pelo Brasil falem e ajam os autênticos democratas civis e militares — concluiu o Deputado João Mendes.

A Câmara Dos Deputados Tem Nôvo Diretor-Geral

BRASILIA, 7 (O GLOBO) — Foi investido ontem ao cargo de Diretor-Geral da Secretaria da Câmara dos Deputados o Sr. Lucino Alves de Sousa, que foi saudado pelo Deputado Afonso Celso no exercício da presidência da Câmara.

Ao ato compareceram os Deputados José Bonifácio, Primeiro-Secretário, Adir Pedra, terceiro-secretário, e funcionários.

LARANJEIRAS
APARTAMENTOS PRONTOS
Rua Gago Coutinho, 60, junto ao parque Guinle, vendemos apartamentos de 2 quartos, sala e dependências completos de empregada. FINO ACABAMENTO — Preço: 10 milhões a combinar. Tratar na IMFA.
imfa IMOBILIÁRIA FARTURA LTDA.
Rua da Quitanda, 20, sala 508
Tels.: 31-3219 e 31-3367

JB
DESCANSO EM FRIBURGO
O Hotel de Classe Internacional
BUCSKY
Reservas, Tels., 30-20 e 14-05 Micro-ondas

aparelhos para SURDEZ
NA CASA TRADICIONAL RECOMENDADA PELOS MÉDICOS
CENTRO AUDITIVO TELEX S.A.
Há 18 anos a maior organização no ramo da América Latina
Peça uma demonstração a domicílio ou visite-nos sem compromisso
No Rio: Av. Rio Branco, 138-13.º and. Tel. 22-6662

LOJA DOS FOGÕES
AV. MEM DE SÁ, 78
UNICA NO BRASIL - SÓ VENDE FOGÕES!
VENDAS A PRAZO SEM ENTRADA E SEM JUROS

"O Globo foi o maior dedo duro de 1964, como demonstra a edição. É um documento histórico."

Foi como eu disse no *Conversa Afiada*:

Atribuído a um grupo de democratas, O Globo *publicou nesse dia, pouco depois*

da intervenção militar, a lista dos que tinham assinado um manifesto do Comando dos Trabalhadores Intelectuais.

Como hoje, O Globo *do dr. Roberto colaborava com o golpe: "chamamos a atenção de alto-comando militar para os nomes que o assinaram".*

É o dedo-duro na sua manifestação mais cristalina.

Repare, caro leitor, em alguns dos nomes que O Globo *queria mandar para a câmara de torturas: Ferreira Gullar, Carlos Diegues, Arnaldo Jabor, Chico Anysio, Paulo Francis, Cony, Tereza Rachel, Jorge Zahar.*

*É a "Lista de Schindler" de sinal trocado: é a "Lista d'*O Globo*", dos que deveriam ser cremados.*

Com as manifestações de jovens de junho de 2013 às portas — que organizou, insuflou e cobriu ininterruptamente para desestabilizar o governo Dilma — as Organizações Globo se sentiram acuadas e na obrigação de pedir desculpas pelo apoio irrestrito ao Golpe de 1964. E publicaram um editorial mal escrito e hipócrita (o pai tinha editorialistas melhores, como Otto Lara Resende, Jorge Serpa e Cláudio Mello e Souza):

"Nos vinte anos durante os quais a ditadura perdurou, O Globo*, nos períodos agudos de crise, mesmo sem retirar o apoio aos militares, sempre [sic] cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática.*

Contextos históricos são necessários na análise do posicionamento [sic] de pessoas e instituições, mais ainda em rupturas institucionais. A História não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros [sic]. Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los.

Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O Globo *não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país.*

À luz da história, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma."[2]

Com o título "Globo cospe em Golpe em que comeu e engordou", o blog *Conversa Afiada* reproduziu irretocável editorial do site *Tijolaço*, de Fernando Brito:

Ao anunciar em editorial, no dia 2 de abril de 1964, que "ressurgia a democracia", Roberto Marinho estava certo.

Ele sempre apoiou todas *as intervenções militares e golpes para tirar do poder líderes trabalhistas.*

Sempre foi golpista, desde Vargas.

Portanto, apoiar o Golpe de 64 foi a decorrência inevitável de uma sangrenta tradição.

Os militares engordaram a Globo e a Globo engordou com eles.

Os militares criaram uma rede nacional de comunicação e, para concretizá-la e expandi-la, o "dr." Roberto criou o Jornal Nacional.

Foi essa "nacionalização" da rede de micro-ondas e a propagação da ideologia da "Revolução" que fortaleceu os dois: o Golpe e a Globo.

Um cevava o outro.

O mais patético do editorial da Globo que considera que "o apoio editorial Golpe de 64 foi um erro" é dizer que "Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade".

O correto é "Roberto Marinho sempre esteve ao lado de seus interesses".

Quando o Golpe deu o que tinha que (lhe) dar, com uma entrevista "denúncia" de Antônio Carlos Magalhães ao Jornal Nacional, *Marinho "rompeu" com o Golpe e aderiu ao Tancredo.*

Depois, cogovernou o Brasil, o Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Ministério das Comunicações do governo Sarney.

No dia 14 de novembro de 2014, no *Conversa Afiada*, reproduzi meu reencontro pessoal com o Golpe de 1964:

A convite da presidenta Dilma Rousseff, este blogueiro participou da solenidade em que os restos mortais do grande presidente João Goulart foram recebidos na Base Aérea em Brasília com honras de chefe de Estado.

Representantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica entregaram para a presidenta — para que passasse às mãos da viúva D. Maria Tereza Goulart — a bandeira nacional.

Na comovente homenagem, com a presença dos ministros e da família, além dos ex-presidentes José Sarney, Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva,[3] este blogueiro ouviu do presidente do Senado, Renan Calheiros, providências que serão brevemente tomadas.

Será rasgada a ata da sessão em que o então presidente paulista do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência da República, enquanto Jango ainda estava em território nacional.

Este foi o gesto que "legalizou" o Golpe militar.

A sessão, portanto, deixará de existir.

Logo, Jango não foi deposto e o marechal Castelo Branco, primeiro presidente do ciclo militar, deixará de ser presidente para se tornar o que sempre foi: um golpista.

Ele e seus sucessores da mesma estirpe.

Outro ato que se avizinha é a consagração do Plenário do Senado como Plenário João Goulart.

Como vice-presidente da República, segundo a Constituição de 1946, Jango presidiu o Senado por seis anos.

Na Câmara, o Plenário se chama Ulysses Guimarães.

A presidenta Dilma Rousseff perguntou ao ansioso blogueiro: "por que você está aqui?".

Resposta do ansioso blogueiro:

"Porque eu sou Castilhista, Borgista, Getulista, Janguista, Brizolista, Lulista e Dilmista, nesta ordem*."*

Ela caiu na gargalhada e disse: "Você é o máximo!".

Em tempo: ali perto, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, acrescentou dois nomes à lista: José Bonifácio de Andrada e Silva e Floriano Peixoto.

PHA concordou.

---

1 Entrevista de Rodrigo Patto Sá Motta ao *Conversa Afiada*, 17 de novembro de 2006.

2 Acessível em: <http://goo.gl/W9EvTp>. Todas as citações do blog *Conversa Afiada* serão reproduzidas em corpo menor e itálico [N. E.].

3 O único ausente, óbvio, foi o Fernando Henrique, que prometeu e não cumpriu enterrar o legado de Vargas.

O PiG envenena

Jango temia o poder destruidor da imprensa, do PiG. Como ela era capaz de envenenar. Foi o que Lucas Ferraz, repórter da *Folha*, achou na Universidade do Texas e publicou em 02 de abril de 2014: uma entrevista inédita de Jango a John W. Foster Dulles, historiador de Vargas e Lacerda.

Jango disse que o golpe foi resultado de um envenenamento da opinião pública: o PiG conseguiu criar na opinião pública uma confusão entre "justiça social", que ele queria, com "comunismo", que ele não queria.

"Meu maior crime foi combater a ignorância"; "Os Estados Unidos falam muito em democracia mas deveriam permitir a democracia"; "Eram reformas [de base] a favor da independência, do desenvolvimento, do bem-estar e da justiça social". Por isso, ele tentou evitar que a lei da radiodifusão estivesse a serviço dessa política de envenenamento, que, mais tarde, perseguiria Brizola, Lula, Dilma, Dirceu, Genoíno…

Estive na casa de José Genoíno pouco antes de ele ser preso no "mensalão" (o do PT).

A casa, como se sabe, é uma mansão hollywoodiana, financiada no falecido BNH.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, Genoíno se chafurdou na grana gorda do Tesouro Nacional.

Genoíno foi um dos mais diligentes e respeitados deputados constituintes de 1988.

Ele defende a tese de que a comunicação no Brasil é mais forte que os militares e os ruralistas. Ou seja, a Globo…

Porque os militares tiveram que ceder na Constituinte, disse Genoíno.

Diz o artigo 142 da Constituição:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela

Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

A vitória dos constituintes sobre os militares está entre as vírgulas, disse Genoíno: "por iniciativa de qualquer destes", ou seja, o presidente da República e os poderes constitucionais — Legislativo e Judiciário — têm o poder exclusivo de convocar as Forças Armadas para manter a lei e a ordem.

E os ruralistas, então liderados pela UDR, tiveram que engolir, segundo Genoíno, a expressão "função social" do artigo 184:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Até o Judiciário, analisa Genoíno, teve que ceder.

Demorou, mas cedeu e o CNJ, Conselho Nacional de Justiça foi criado (artigo 103-B da Constituição).

"Mas a comunicação", disse Genoíno nessa conversa, "cedeu *zero*!".

Houve uma batalha sangrenta entre os projetos da deputada Cristina Tavares, do MDB Autêntico e, depois, do PDT de Pernambuco, e o projeto da Abert, a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão.

Tavares tinha o apoio do PT.

A Abert era a Globo.

A Constituição previu discretamente, no artigo 224: "o Congresso instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social".

Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações de então e "copresidente" da República, na companhia de Roberto Marinho e de José Sarney, parodiou Lacerda e me disse:

“Esse Conselho não vai se instalar. Se for instalado, não vai funcionar.”

“Por quê?”, perguntei.

“Porque a Globo não quer”, foi a resposta de ACM.

O Conselho instalou-se e morreu de morte morrida.

A Abert era invencível, então. E quando foi fundada a Abert?

No dia 27 de novembro de 1962, para comemorar a derrubada no Congresso de 52 vetos de João Goulart ao Código Brasileiro de Telecomunicações.

O CBT “governou”, “regulou” a indústria da Comunicação até os dias que seguem — e foi nesse vácuo institucional que se cevou a Globo.

Onde não há lei o leão reina.

Em 1962, havia um milhão de telespectadores no Brasil.

Como diz Franklin Martins, havia mais televizinhos do que telespectadores.

Não havia rede nacional.

Não havia videoteipe.

Nem cores na tevê.

Nem internet.

Essa pré-televisão fixou regras que a Globo manteve até seu império declinar.

O primeiro presidente da Abert foi João Calmon, vice-presidente dos *Diários Associados* de Chateaubriand, o mesmo que montou a “Rede da Democracia” para derrubar Jango e se contrapor à Rede de Brizola.

Os vetos de Jango ao projeto que saiu do Congresso Nacional são, ainda hoje, um marco na resistência ao poder da indústria da Comunicação — e da Globo.

A luta de Jango “expõe ao sol” a rendição dos petistas à Globo: Lula e Dilma se acuaram, inertes, atemorizados.

Brizola foi o único trabalhista a empunhar a bandeira de Jango contra a Globo, que, na época, tinha a companhia de Assis Chateaubriand.

Brizola percebeu que não bastava ganhar uma eleição, apesar de a Globo militar ao lado dos adversários.

A questão não era eleitoral nem pessoal (Brizola foi ao enterro de Roberto Marinho. Lula também).[1]

Brizola percebeu que a Globo era uma ameaça à democracia — ela envenenava o Brasil, como disse Jango.

Ela viciava, desvirtuava o debate político e instigava o Golpe.

Como aconteceu com Jango e, no Rio, em 1982, no episódio da Proconsult.

Como se sabe, demorou muito até que o PT aceitasse descender de Vargas.

E jamais aceitou descender de Jango.

Essa omissão ajudou o PiG e seus historialistas a desqualificar Jango.

Se o PT conhecesse o papel de Jango na resistência às emissoras de televisão do PiG, a democracia brasileira se teria fortalecido.[2]

Foi a irmã gêmea da Abert, a Associação Nacional dos Jornais, ANJ, que, em setembro de 2010, no ponto culminante de uma sangrenta campanha presidencial, se despiu e admitiu, de forma despudorada, a liderança da oposição:

A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação. E, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo [Lula].

A inesquecível confissão é de Judith Brito, funcionária da *Folha*, que, na época, ocupava a presidência da ANJ.

Em 1982, Judith Brito foi candidata a vereadora pelo PT de São Paulo, número 3611, na chapa em que Lula era o candidato a governador.

O santinho dela com Lula dizia: “Mulher — nossa vez e nossa voz — quem decide somos nós”.

A mulher decidiu e ela não foi eleita.

Foi eleita, sim, mais tarde, por aclamação, em junho de 2011.

Em assembleia democrática do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, ela foi consagrada com o troféu “O Corvo” do ano.

Não há notícia de que tenha ido buscar a magnífica obra do escultor Maringoni.

---

1 Também foi ao enterro de Roberto Marinho o então ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Ao sair, compungido, disse à Globo que Roberto Marinho tinha sido um grande defensor da democracia. Comentei no UOL: “Roberto Marinho tinha tanto apreço pela democracia quanto Palocci, quando militava no trotskismo”. Como se sabe, Palocci consultou João Roberto Marinho sobre o texto da “Carta aos Brasileiros”, que Lula lançou na campanha de 2002. A história não registrará qualquer contribuição valiosa que o filho de Roberto Marinho possa ter feito ao documento. Assim como Palocci.

2 Quem reproduziu os vetos da heroica resistência de Jango foi o professor Venício A. de Lima, num artigo no *Observatório da Imprensa*, 10/07/2012, edição 702. Os vetos mais significativos estão no “Anexo 3”.

O Golpe ajudou Marinho — Marinho ajudou o Golpe

Roberto Marinho mais do que apoiou e se beneficiou do Golpe. Ele deu o Golpe. Foi o que demonstrou Ricardo Melo, articulista da *Folha*, que revelou, em 5/5/2014, documento histórico precioso, conforme descrição do blog *Conversa Afiada* (que não podia transcrever o artigo de Melo):

Na p. A-7 da Folha, *Ricardo Melo reproduz documento que revela o conluio entre a Globo, os militares golpistas que lhe deram vida e os americanos que asseguraram a saúde dos dois.*

É uma associação que perdura.

Outro global, o historialista Elio Gaspari, escreveu extensa obra sobre o papel "democratizador" do Golpe e se esqueceu de mostrar o que Melo agora destampa.

"Destampa", sim, porque fede.

Para: Departamento de Estado, 14 de agosto de 1965

Confidencial

Este é um relato de um encontro extremamente confidencial com Roberto Marinho, publisher *do "Globo", sobre os problemas da sucessão presidencial. A proteção da fonte é essencial.*

Marinho estava convencido de que a manutenção de Castelo Branco como presidente é indispensável para a continuidade das políticas governamentais presentes e para evitar uma crise política desastrosa. Ele tem trabalhado

silenciosamente com um grupo incluindo o general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, general Golbery, chefe do Serviço de Informações, Luís Vianna, chefe da Casa Civil, Paulo Sarasate, uns dos amigos mais íntimos do presidente.

No início de julho, Marinho teve um almoço privado com o presidente. Marinho achou Castelo bastante resistente a qualquer forma de continuidade de mandato ou sua reeleição. Marinho também pediu a volta do embaixador Juracy Magalhães para ser o ministro da Justiça. Objetivo: ter Juracy como um possível candidato a sucessor de Castelo e melhorar o funcionamento daquele ministério, cujo ocupante, Milton Campos, é extremamente respeitável, mas dócil demais.

No dia 31 de julho, Marinho teve um segundo almoço reservado com o presidente no qual ele insistiu que eleições presidenciais diretas em 1966 sem ter Castelo como candidato poderiam trazer sérios riscos de retrocessos. Tudo bem pensar em Juracy Magalhães ou Bilac Pinto como sucessores, mas a eleição deles não estava garantida. E a indicação, pelo PTB, do marechal Lott com uma plataforma abertamente antirrevolucionária e com o apoio dos comunistas ilustrava os perigos.

Marinho falou ao presidente que entendia o desejo de Castelo de manter a promessa de deixar o poder no começo de 1967, mas se isso fosse feito ao custo de uma volta do Brasil ao passado, Castelo estaria violando a confiança que a nação tinha depositado nele. Para Marinho, Castelo deveria pesar as alternativas e riscos cuidadosamente. Embora Castelo não tivesse indicado explicitamente, Marinho saiu satisfeito no final da conversa. Achou que o presidente não se oporia e mesmo daria sua colaboração a medidas que permitissem sua reeleição, provavelmente na forma de eleição indireta.

Nestas bases, o grupo planejou uma estratégia para transformar a eleição presidencial de 1966 em eleição indireta e viabilizar a candidatura de Castelo Branco. Os próximos passos eram ganhar alguns membros chaves do Congresso tais como Pedro Aleixo, Bilac Pinto, Filinto Müller e líderes do PSD. Marinho enfatizou que muitos obstáculos inesperados poderiam surgir nesta estratégia, que com certeza terá a oposição de Lacerda por um lado e de forças antirrevolucionárias por outro lado.

Comentário. As colunas de fofoca política estão cheias de especulações sobre mudanças no regime. Eu considero as informações de Marinho muito mais

confiáveis.

Lincoln Gordon.

Lincoln Gordon era embaixador dos EUA e de Marinho no Brasil. Personagem central dos documentários *O dia que durou 21 anos* e *Dossiê Jango*. Ele mereceu a frase de Otto Lara Resende: “basta de intermediários, Lincoln Gordon presidente!”.

Em 26 de abril de 1965, treze meses depois de ajudar os militares a derrubar Goulart, Roberto Marinho fundou a TV Globo. E numa operação ilegal. Afinal, o artigo 160 da Constituição de 1946 proibia a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação. Ainda assim, Marinho criou sua emissora de TV em sociedade com um dos mais poderosos conglomerados de mídia dos Estados Unidos — o grupo que controlava as revistas *Time* e *Life*. O acordo tinha sido celebrado dois anos antes, e com ele, 30% dos lucros do negócio iam para os americanos.[1]

Antes de fechar com Roberto Marinho, porém, o grupo Time-Life já havia oferecido parceria à família Mesquita, proprietária de *O Estado de S. Paulo*.[2]

No entanto, o administrador do jornal à época, Júlio Mesquita Filho, recusou-se a ser testa-de-ferro do grupo no Brasil e receber, ilegalmente, capital estrangeiro.

Diante da recusa do Estadão, os americanos procuraram a Editora Abril, de Victor Civita, com quem já mantinha contatos. Civita editava revistas em quadrinhos da Disney (a primeira foi *Pato Donald*) desde 1950 e sua editora havia nascido de uma associação com o Time-Life — assim como a Abril argentina, de Cesare Civita, seu irmão mais velho. Além disso, os Civita também mantinham relações muito próximas com o banco da família Rockefeller, o Chase Manhattan Bank (em 1995, um dos principais sócios da Abril na TVA era o Chase), que por sua vez financiou vários empreendimentos de interesse do governo americano fora dos Estados Unidos, por causa da Guerra Fria. No entanto, Civita teve medo de encarar mais essa empreitada ao lado de seus parceiros e sugeriu que procurassem Roberto Marinho.

Essa recusa permaneceu um tema delicado para a Abril durante muito tempo. Tanto que, ao lançar a revista *Veja*, em 1968, a editora fez um acordo de cooperação não com a revista *Time*, a líder do mercado, como seria natural, mas

com a *Newsweek*. Fui o primeiro correspondente da *Veja* em Nova York, no ano da fundação da revista, e trabalhei muitas vezes na redação da *Newsweek*. Entretanto, tinha instruções para fazer, quando possível, algum tipo de compra de material jornalístico da *Time*.

Chateaubriand era outro que estava de olho no dinheiro dos americanos. E mandou um dos diretores de sua empresa, Edmundo Monteiro, fechar acordo em Nova York com a ABC (American Broadcasting Company). A ideia de Chateaubriand era reproduzir o que Marinho tinha feito com o Time-Life. Porém, a desorganização na empresa de Chatô era tamanha que, ao voltar ao Brasil, Edmundo Monteiro bateu de frente com outro diretor da empresa, o deputado federal João Calmon, que resolvera denunciar os acordos da Globo e da Abril com o grupo americano.

A guerra começou em junho de 1965, quando a polícia do Rio de Janeiro deteve um cidadão cubano suspeito de ser um agente de Fidel Castro. No entanto, após interrogatório, descobriu-se que se tratava de Alberto Hernandez Catá, filho de um ex-embaixador de Cuba no Brasil, que estava no país a serviço do grupo Time-Life para firmar um contrato com a Globo.[3]

Na época presidente do Sindicato dos Proprietários de Empresas de Radiodifusão do Estado da Guanabara, além de deputado federal, João Calmon primeiro tentou obter uma cópia do contrato entre Globo e Time-Life, pois desconfiava que ele feria o artigo 160 da Constituição. Diante da recusa de Roberto Marinho, decidiu transformar o caso num cavalo de batalha — segundo Calmon, a parceria era uma afronta à soberania nacional.

O alarde criado em torno da negociação foi tal que o deputado Eurico de Oliveira pediu ao Congresso que se formasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a denúncia.[4]

Assim, em 30 de março de 1966 começou a CPI do Time-Life, por iniciativa de Calmon e com o apoio de Chateaubriand. Um dos personagens centrais da investigação foi Carlos Lacerda, eleito governador do Rio de Janeiro com o apoio d'*O Globo*. Porém, durante seu mandato, exercido entre 1960 e 1965, havia brigado com Marinho — logo ele, que tinha sido um tão notável comentarista da Rádio Globo e um dos principais incentivadores do acordo entre Time-Life e TV Globo.[5] Num depoimento bombástico à CPI, em abril de 1966, o ex-governador desferiu um golpe quase mortal no antigo aliado:

O sr. Roberto Marinho executou sempre, no Rio de Janeiro, uma espécie de blandiciosa ditadura pela lisonja. Quem lhe desse, como lhe deram, o privilégio de pôr um imenso anúncio luminoso na barra do Pão de Açúcar — jornal luminoso de um empreiteiro de negócios, que procurou a influência d'*O Globo* para conseguir o privilégio — a estadista seria promovido no dia imediato. Quem lhe desse, como lhe foi dado, o Parque Laje — 500 mil metros quadrados de área florestada na base do Corcovado — seria convertido no maior administrador da América do Sul e do Caribe. Mas quem, porventura, não lhe atendesse os interesses, sofria restrições, que iam desde o banimento da coluna social, que se converteu numa espécie de termômetro da vida cultural brasileira […]. Para que se tenha ideia de que não estou apenas formando frases, permito-me ler documento pelo qual, a exemplo do que ocorreu com o Parque Laje, o sr. Roberto Marinho, à custa d'*O Globo*, do prestígio d'*O Globo*, dos leitores d'*O Globo*, do medo a *O Globo* e dos agrados e afagos d'*O Globo*, fazia e faz operações como esta: "Escritura de promessa de compra e venda de imóvel que entre si fazem o Banco do Brasil SA e o dr. Roberto Marinho, na Gávea Pequena, em 1º de agosto de 1960". Este imóvel mede 283.770 metros quadrados. 12º sítio da Pedra Bonita, no Alto da Boa Vista, na Gávea Pequena, junto à residência de verão do governo do Estado, hoje não sei se cumprido, mas por mim convertida em colônia de férias, numa das zonas mais valorizadas do Brasil, junto à famosa Casa das Pedras, tradicional hospitalidade do eminente colega de V. Exas., o deputado Drault Ernanny. O sr. Roberto Marinho comprou na "Bacia das Almas" ao Banco do Brasil, por 30 milhões de cruzeiros, pagáveis 6 milhões à vista e 24 milhões em 120 prestações. É claro que o Banco do Brasil estava fazendo uma excelente gestão financeira do Brasil para *O Globo*, perante os leitores d'*O Globo*, quando tal operação se consumou.[6]

Sobre seu depoimento na CPI, Walter Clark, diretor da recém-criada TV Globo, anos mais tarde fez uma surpreendente revelação:

Quando se instalou a CPI do Time-Life, outros corações da Globo foram testados. Eu imaginava que, sendo o Roberto um homem poderoso e inteligente, eu iria à CPI totalmente instruído e mais cercado de advogados do que um chefão da máfia. Ledo engano. Antes de sair do Rio, ninguém me deu qualquer orientação e, ao chegar em Brasília, estava me esperando apenas o Pedro Praxedes, representante da Globo. Nenhum advogado.[7]

Em 22 de agosto de 1966, a CPI aprovou por unanimidade o parecer do relator, deputado Djalma Marinho, amplamente desfavorável à Globo. Entre outras

coisas, o relatório dizia:

Os contratos firmados entre a TV Globo e o grupo Time-Life ferem o artigo 160 da Constituição, porque uma empresa estrangeira não pode participar da orientação intelectual e administrativa de sociedade concessionária de canal de televisão; por isso, sugere-se ao Poder Executivo aplicar à empresa faltosa a punição legal pela infringência daquele dispositivo constitucional.[8]

Enquanto a CPI ainda estava em andamento, Nascimento Brito, dono do *Jornal do Brasil*, fechou acordo semelhante ao de Marinho com a americana CBS (Columbia Broadcasting System). No entanto, a condenação da CPI à ligação de Marinho com o grupo Time-Life impediu que o acordo proposto por Nascimento Brito se concretizasse.

Desesperado, Roberto Marinho apelou então para o presidente Castelo Branco (1964–1967), que o enrolou até passar a presidência para Costa e Silva (que precisou interromper seu mandato em 1969). Nesse meio-tempo, Marinho ameaçava vender a Globo por falta de dinheiro para comprar a parte dos americanos do Time-Life e alardeava o risco de a Globo cair nas mãos de inimigos do regime militar. Diante disso, Costa e Silva chamou um ministro e comunicou que o governo não podia perder Roberto Marinho. Tinha medo de que ele fosse triturado por Carlos Lacerda.

O que se segue é o relato de um alto funcionário do governo Costa e Silva, que, anos atrás, me deu o depoimento, com a explicação de como o regime militar salvou a Globo da insolvência:

Costa e Silva queria salvar a Globo. O ministro montou uma operação financeira de salvamento com o banco Morgan, dos Estados Unidos. As garantias eram garantias pessoais de Roberto Marinho — ele deu em garantia uma casa no Cosme Velho, no Rio, onde morou a viúva, dona Lily — e receitas futuras da Globo. Marinho deu, em garantia, na verdade, uma receita com que já podia contar: a publicidade de empresas do governo federal. Empresas como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. Roberto Marinho pagou o empréstimo, comprou a parte do Time-Life e vendeu a publicidade ao governo federal por “preço de tabela”, sem desconto, o que, na prática, significava que Roberto Marinho vendeu espaço ao governo por um “sobrepreço”. Deu até para ressarcir o grupo Time-Life dos lucros atrasados que, antes, não conseguia distribuir aos sócios americanos.[9]

Se o acordo com o grupo Time-Life deu vida à Globo — ainda que fora da lei —, uma outra operação suspeita estabeleceu a emissora no maior mercado do Brasil: o de São Paulo. Em 1969, um incêndio destruiu praticamente todas as instalações da TV Paulista, mais tarde rebatizada de TV Globo de São Paulo. No entanto, Marinho havia incluído na apólice de seguro uma cláusula chamada "reposição do novo". Assim, os arcaicos equipamentos da TV Paulista se converteram num seguro de 5 milhões de dólares.

O ponto central da questão é que, como reconheceu o Ministério Público Federal de São Paulo, há indícios de que em 1964 Roberto Marinho tenha falsificado documentos para se tornar dono da TV Paulista, controlada pela família Ortiz Monteiro desde sua inauguração, em 1951. Em 1955, os Ortiz Monteiro abriram negociações para vender a emissora a Victor Costa, ex-diretor da Rádio Nacional. A operação não se concluiu porque Costa morreu em 1960, antes que o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) autorizasse a venda. Ou seja, juridicamente, a família Ortiz Monteiro ainda era dona da TV Paulista.

No entanto, o herdeiro de Victor Costa, Victor Costa Petraglia Júnior, se considerava dono da emissora, apesar de as ações da TV Paulista não constarem no inventário do pai. Ainda assim, Petraglia vendeu a emissora a Roberto Marinho, que, para tornar lícita a operação, de acordo com as investigações do Ministério Público, teria fabricado documentos.

Entre as falsificações estariam procurações emitidas entre 1953 e 1964 com números do Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC), o atual Cadastro de Pessoa Física (CPF). O problema é que o CIC só foi criado em 1970. Seria falso também um recibo em nome da Rádio Televisão Paulista de 1975, já que a empresa, formalmente, se chamava TV Globo de São Paulo desde 1973.

Porém, a acusação de fraude mais grave dá conta do que teria acontecido em 30 de junho de 1976, quando Roberto Marinho teria presidido uma Assembleia Geral Extraordinária fictícia e declarado presentes acionistas já mortos. Na Assembleia, Marinho teria se proclamado dono da emissora e passado por cima, mais uma vez, dos herdeiros da família Ortiz Monteiro.

Em janeiro de 1977, no governo Geisel, o Dentel concedeu a TV Paulista a Roberto Marinho com base nesses documentos fornecidos pela Globo, que o Ministério Público suspeita serem falsos. Passados mais de trinta anos, o caso continua sem esclarecimento.

A interminável pendência judicial sobre a propriedade da TV Globo de São Paulo levou o senador Roberto Requião (PMDB-PR) a encaminhar à mesa do Senado requerimento que historia o litígio.

Não há notícia de que o Senado ou o governo tenha tomado qualquer providência por causa da denúncia de Requião.[10]

Nem o Supremo Tribunal Federal, que adormeceu sobre a ação da família Ortiz Monteiro.

---

1 Herz, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre, Tchê!, 1987, p. 109.

2 Capparelli, Sérgio & Lima, Venício A. de. *Comunicação e televisão — desafios da pós-globalização*. São Paulo, Hacker, 2004, p. 72.

3 Morais, Fernando. *Chatô — o rei do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 665.

4 Ibidem, p. 667.

5 Falcão, Ângela; Macedo, Cláudia & Almeida, Candido José Mendes de (org.). *TV ao vivo — depoimentos*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 30.

6 Herz, Daniel. Op. cit., p. 95.

7 Clark, Walter (com Gabriel Priolli). *O campeão de audiência — uma autobiografia*. São Paulo, BestSeller, 1991, p. 165.

8 Herz, Daniel. Op. cit., p. 183.

9 O “preço de tabela” é uma referência que pouco se respeita na publicidade. É uma espécie de “pra início de conversa”.

10 A íntegra do requerimento está no “Anexo 4”.

Murdoch engole um Marinho

Já no discurso de inauguração da TV Globo, Roberto Marinho anunciou que a nova empresa seria "mais uma emissora d'*O Globo*. O que significa dizer que ela herdará as tradições do jornal, seu amor à causa pública, sua permanente luta em defesa da iniciativa privada, das liberdades públicas, da causa da democracia".

No entanto, Marinho não entendia de televisão, como entendia de jornal. Num sábado, num plantão do *Jornal Nacional,* ele me pegou no telefone para dar instruções (Marinho costumava passar instruções a qualquer um que atendesse ao telefone — mesmo que fosse o contínuo). Queria que o JN reproduzisse um editorial que *O Globo* publicaria no dia seguinte, na primeira página. Isso era frequente: o JN, produto de uma concessão pública, expor as ideias de uma pessoa física — sem que isso provocasse nenhuma perplexidade. Marinho começou a ditar. A certa altura, disparou: "ponto e vírgula". "Ponto-e-vírgula?", pensei com meus botões. "Como explicar ao Cid Moreira a diferença entre ponto, vírgula e ponto e vírgula na televisão?".

Entretanto, ele sabia que tinha nas mãos uma mina de ouro e uma chave para abrir outros negócios. Já em 1967, o dinheiro gasto com publicidade na TV superou a quantia destinada a jornais e revistas.[1]

Para completar, nos anos em que o Brasil foi governado pelos militares, as vendas de aparelhos de televisão explodiram. Em 1970, apenas 24% dos lares brasileiros possuíam televisores. Em 1988, ano da aprovação da Constituição que encerrou o regime militar, esse número já havia subido para 71%.[2]

Talvez por não gostar tanto da televisão quanto do jornal, Marinho contratou para tocar a emissora um grupo de profissionais competentes, que ao longo dos anos construiu, consolidou e transformou o monopólio da TV Globo numa máquina de fabricar dinheiro. De acordo com as palavras do diretor de TV Walter Avancini:

A associação com o grupo Time-Life permitiu um modelo empresarial a que toda multinacional se propõe — um modelo determinado por altos padrões tecnológicos, utilizando o talento e a mão de obra nativa. Como essa estrutura

não existia, na época, nas outras emissoras de TV, o monopólio foi fácil.[3]

Walter Clark, que veio da TV Rio, era o capitão do time e o estrategista empresarial e comercial. O homem que concebeu e construiu a "rede". José Ulisses Arce, o diretor comercial, o vendedor de anúncios. José Bonifácio Sobrinho, o Boni, o que sabia fazer televisão. E Armando Nogueira, o jornalista.

Todos tinham autonomia. Boni me disse que eles só puderam transformar a Globo num império porque os filhos de Roberto Marinho ainda não tinham idade para assumir o negócio. Se tivessem, a Globo teria sido outra empresa familiar com destino igual às demais.

Faço aqui uma breve remissão para dar uma ideia do que teria sido a Globo se os filhos de Roberto Marinho tivessem idade para tomar o lugar do Boni e de outros profissionais.

Eu era correspondente em Nova York e, num domingo, depois de um almoço, Roberto Irineu, o filho mais velho, vai à minha casa.

No dia seguinte, ele teria que participar de um evento com gigantes do PiG Universal: Rupert Murdoch, John Malone, da Liberty Media (o "dono" da tevê a cabo americana) e Emílio Azcárraga Milmo, "El Lobo", dono da Televisa, a Globo do México.

Eles iam montar uma operação conjunta para a tevê a cabo — que deu com os burros n'água — e a solenidade, no dia seguinte de manhã, na sede da Fox, de Murdoch, seria transmitida ao vivo para um congresso da Indústria de Telecomunicações, que se realizava em Buenos Aires.

Pelo protocolo, os quatro fariam uma exposição inicial e, em seguida, se submeteriam a uma entrevista coletiva.

Roberto Irineu queria verter para o inglês um discurso que Evandro Carlos de Andrade tinha escrito.

Ele não gostou do original e pensou em abreviá-lo.

Isso feito, combinamos que, a certa altura da coletiva, lá pelos 15 minutos, eu olharia para ele, ele levantaria o dedo indicador direito e eu lhe faria uma pergunta, caso nenhum jornalista tivesse feito antes.

Começa que ele abriu mão de ler a exposição inicial. Cedeu seu tempo ao Murdoch.

Aos 15 minutos combinados, olhei para ele e ele apontou para Murdoch, ao lado dele.

E fiz a pergunta a Murdoch, que, de resto, engoliu os outros três com farofa.

Foram os profissionais — e não os filhos — que salvaram a Globo do fracasso. No início, Marinho havia entregado o negócio a Rubens Amaral e a Mauro Salles, que tinha trabalhado com ele em *O Globo*. Foi um desastre. Marinho precisava tanto de seus diretores que eles puderam fazer contratos espetaculares.

Ver, a seguir, “Quanto ganhava o Boni”.

Marinho pode ter ficado rico, mas eles também ficaram.

---

1 Federico, Maria Elvira Bonavita. *História da comunicação — rádio e TV no Brasil*. São Paulo, Vozes, 1982, p. 154.

2 Priolli, Gabriel & Borelli, Silvia Helena Simões (org.). *A deusa ferida. Por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta*. São Paulo, Summus, 2000, p. 150.

3 Carvalho, Elizabeth (et alli). *Anos 70 — televisão*. Rio de Janeiro, Europa, 1980, p. 91.

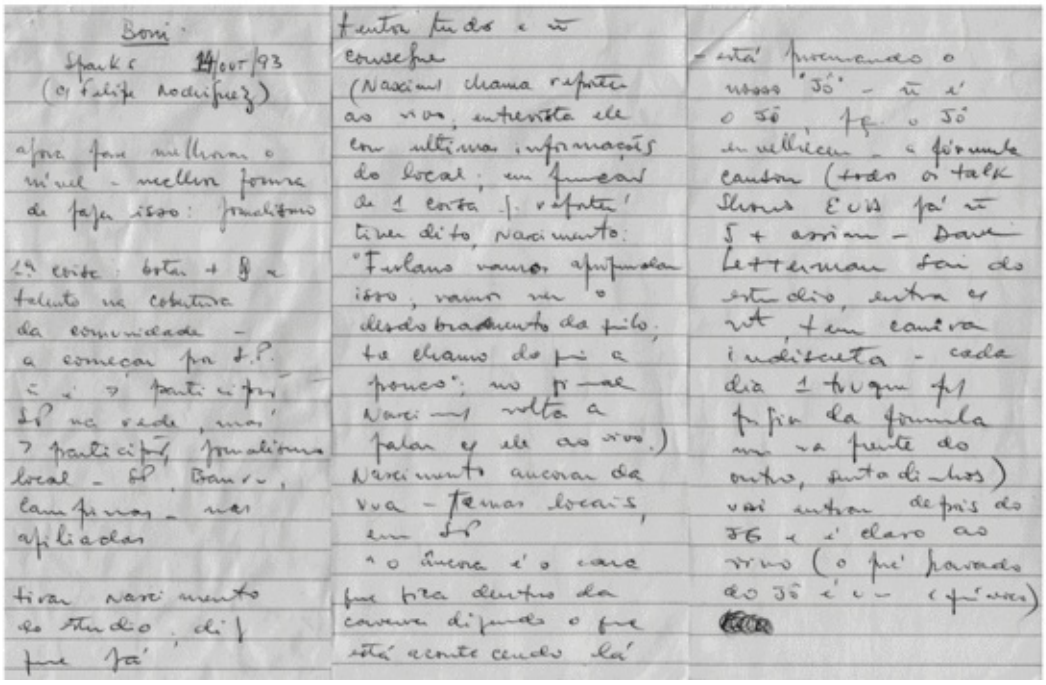
Máximas mínimas

Enquanto trabalhei na Globo (1985–96), colecionei algumas máximas do Boni ou a ele atribuídas — e que pareciam dele.

1. Televisão [aberta, porque, então, a por assinatura era irrelevante] é ritmo e hábito;
2. Em televisão, um minuto tem trinta segundos;
3. A voz é a personalidade do repórter;
4. Não se fala sobre o que vai ao ar: mostra-se;
5. O maior inimigo da televisão é a improvisação;
6. Sempre que você ouvir falar em "televisão [aberta] para a classe A", saia correndo;
7. Os programas têm que ficar um degrau acima do nível do espectador, e puxar ele para cima;
8. Nenhum repórter com menos de 40 anos deveria entrar no *Jornal Nacional* — se aparecer, quando chegar em casa vai pensar que é Deus;
9. Apresentador, homem, deveria ter cabelos brancos, de preferência;
10. Não grite! Nem fale só com o cara ao lado da bancada — o espectador vai se sentir um penetra (conselhos que o Galvão Bueno ignora, claro).

Em seguida, quando voltei ao Brasil para dirigir e apresentar o *Jornal da Band*, escrevi quatro "manuais" que somavam a influência do Boni e do Armando Nogueira ao que vi na tevê comercial americana.

Os quatro "manuais" foram um fracasso retumbante.[1]



Boni
Sparks 14/out/93
(c/ Felipe Rodriguez)

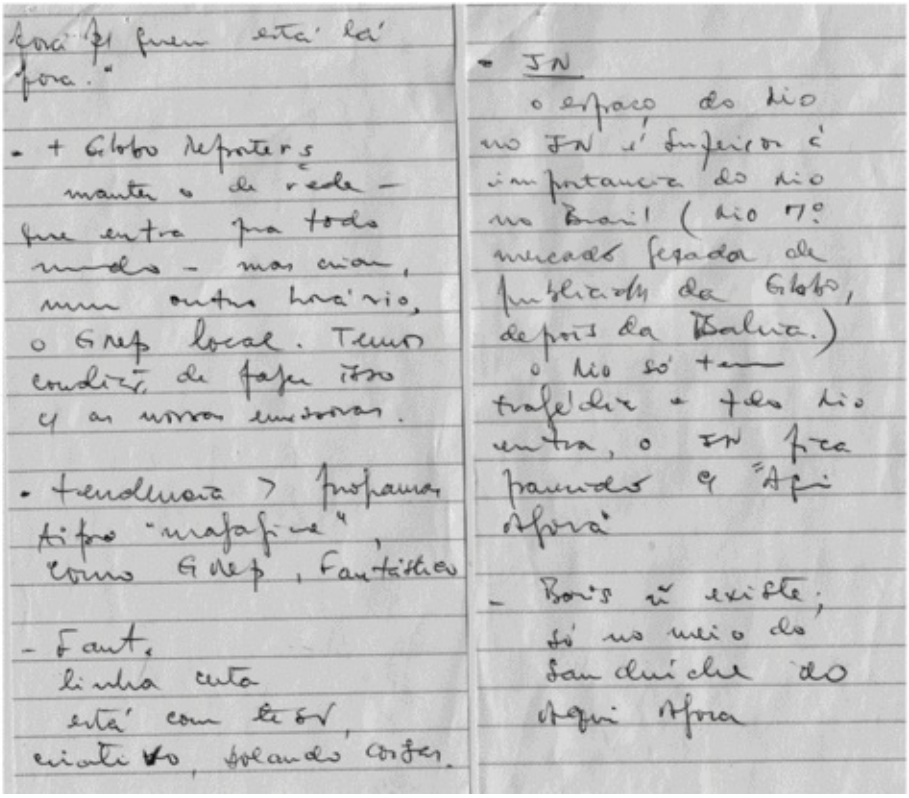
Acha que melhorou o nível - melhor forma de faze isso: jornalismo

2º corte: botar + fé e talento na constituição da comunidade - a começar pra SP. É a participação SP na rede, mas participação jornalismo local - SP, Bahia, campinas - mas afiliadas

tirar Nascimento do estúdio, diz que foi

Tentar tudo e ir conversar
(Nassif chama repórter aos vivos, entrevista ele com últimas informações do local; em fuscão de 1 corta 1. repórter tiver dito, Nascimento: "Fulano vamos ajuntar isso, vamos ver" desdobramento do filho, te chamo do pé a pouco"; no final Nassif volta a falar c/ ele ao vivo.) Nascimento ancorar da rua - temas locais, em SP
"o âncora é o cara que fica dentro da cabine dizendo o que está acontecendo lá"

- está procurando o nosso "Zé" - ñ é o Zé, fq o Zé envelhece - a fórmula canton (todos os talk shows EUA pá ñ 5 + assim - Dave Letterman foi do estúdio, entra c/ vt + um conversa indiscreta - cada dia 1 truque pá fugir da fórmula ou vai pra rua do outro, puta dá-lhos) vai entrar depois do JG e é claro ao vivo (o pé' bravado do Zé é um (p/ mim)



Você pá quem está lá fora."

- + Globo Reporter s manter o de rede - que entra pra todos mundos - mas criar, num outro horário, o Grep local. Tem condições de fazer isso e as nossas emissoras.

- tendência > programas tipo "reportagem", como Grep, Fantástico

- Fant, linha certa está com Teresa, criativo, falando coisas

- JN
o espaço do Rio no JN é inferior à importância do Rio no Brasil (Rio 1º mercado fechada de publicidade da Globo, depois da Bahia.)
o Rio só tem tragédia e fala Rio entra, o JN fica pensando e "Aqui Agora"

- Boni ñ existe, só no meio do sanduíche do Aqui Agora

"Enquanto trabalhei na Globo (1985–96), colecionei algumas máximas do Boni…"

"… ou a ele atribuídas."

Foi quase impossível converter profissionais da tevê brasileira — especialmente os de fora da Globo.

Os repórteres se tornaram celebridades, aparecem mais do que os entrevistados.

Poucos têm um padrão de voz que o Boni permitisse entrar no *Jornal Nacional* (uma vez, ele escalou os repórteres que o Armando Nogueira poderia deixar entrar no JN; e o critério determinante era a voz…).

Os repórteres andam de um lado para o outro, sem que se saiba por quê.

As mulheres dão um jeito de ficar de costas para a câmera e mostrar o traseiro, como se fossem candidatas a "assistente de palco", profissão que prolifera na tevê brasileira — e em outros locais também iluminados.

São o(a)s "repórteres-ascensoristas".

Quando você chega ao andar não se lembra da cara do ascensorista, nem do que ele disse.

Quando termina a reportagem… dá-se o mesmo com esse tipo de repórter.

E se criou, aqui, um maldito "plano sequência", padrão do chamado "jornalismo popular" — a câmera, nervosa, histérica, sai do repórter, vai ao "fato", e volta, sem cortes, ao repórter.

Geralmente, não acrescenta um fiapo de informação ao espectador, mas o repórter se acha o máximo!

A praga começou a germinar num programa do SBT chamado *Aqui Agora*.

O importante é que a televisão aberta — que tem a concessão de usar o espectro, um bem público — tenha consciência de sua responsabilidade social, que se preocupe sempre em elevar o nível de suas atrações e não insista em sublocar espaços, o que é ilegal. E que, além do entretenimento, informe e preste serviços à comunidade, à nação. Assim, com certeza, a TV aberta ainda terá pela frente um longo futuro.[2]

Durante algum tempo, quando era correspondente em Nova York, convivi com o Boni.

Ele estava no fim do caminho de 31 anos na Globo, perseguido pelo Roberto Irineu, o filho mais velho do Roberto Marinho e sua agente exterminadora, a Marluce Dias da Silva, que o Boni não cita no livro:

A minha saída, em 1998, se deu porque novas pessoas entraram na Globo e o baixo grau de conhecimento delas em relação à televisão era assustador… Não dava para conviver com elas. Era infarto na certa.

Roberto Irineu rompeu com o Boni, porque o Boni disse ao pai que a Tele Monte Carlo do Roberto Irineu ia dar com os burros n'água.

E deu.

O Berlusconi comeu o Roberto Irineu com farofa.

O Boni passou a ir mais a Nova York e convidava a mim e ao Paulo Francis para almoçar no Sparks, um restaurante de carnes excepcional.

Um dia eu, no outro o Francis. Porque o Boni sabia que eu detestava o Francis, e devia ser recíproco.

Aliás, o Boni conta no livro que o Roberto Marinho aceitou contratar o Francis só porque o Boni assegurou que as ideias do Francis tinham mudado. O Francis, que foi trotskista, é o patrono dos colunistas do PiG.

Nessas conversas — eu só comia peixe —, aprendi muito com o Boni.

Em 2011, Boni lançou o livro que critiquei no *Conversa Afiada*. Aqui vão trechos:

O Boni não conta direito a história da Proconsult nem da campanha das Diretas, porque ele, na verdade, não metia a mão na massa no jornalismo.

Ele cuidava da qualidade, do padrão Boni de qualidade, também no jornalismo.

Mas, do conteúdo, não.

Nunca soube de o Boni "pedir" ou "mandar" no noticiário da Globo.

O livro do Boni não é só importante para quem goste de televisão, para quem é profissional de televisão.

O que mais me interessou no livro do Boni foi entender a cabeça do Boni — ou seja, como foi concebida a televisão comercial, aberta, no Brasil.

E cheguei a uma conclusão.

Boni começou a vida como publicitário e é até hoje.

Ele entendeu que a televisão aberta numa sociedade capitalista é um veículo de publicidade.

Até aí, morreu o Neves, diria minha santa mãe.

O publicitário Boni levou para a televisão os pontos cardeais da linguagem publicitária.

Do comercial de televisão, arte que o Brasil domina como poucos.

A obsessiva e saudável preocupação com a forma, com a qualidade.

A televisão do Boni tinha que ser o ambiente mais amigável, mais adequado para abrigar o comercial de televisão

O Boni não podia permitir que um comercial do [Roberto] Duailibi, do Washington [Olivetto], entrasse no meio de uma tevê brega, suja, sem áudio, sem iluminação.

Assisti em Nova York ao Boni derrubar uma proposta de um quadro de humor para o Fantástico *aos três segundos de exibição do piloto: "isso lá é iluminação que se apresente?".*

Se o áudio era ruim, ele derrubava no ato.

É bom não esquecer — e o Boni conta isso com detalhes até demais — que frequentou agências de publicidade nos Estados Unidos, no início da carreira.

Entrou na televisão, primeiro, como profissional de publicidade para fazer programas que as agências produziam em horário comprado na tevê.

A tevê aberta era o meio.

A publicidade, a mensagem — como diria aquele canadense, Marshall McLuhan, que àquela altura, se citava muito nas agências de publicidade.

O mais importante, porém, é o ritmo do Boni — ou seja, o ritmo do comercial de tevê.

O Boni diz que televisão aberta é hábito e ritmo.

O Armando Nogueira um dia me explicou por que não deixava as matérias do jornalismo se arrastar: porque o minuto do Boni tinha trinta segundos.

O comercial de tevê tem trinta segundos.

A tevê do Boni tem ritmo frenético, como a fala do Boni. Da novela ao Chacrinha.

Por isso ele não gostava de futebol na televisão: por causa do ritmo.

Por isso, conta-se que um dia ele quase cortou o "Hino Nacional" antes de uma transmissão de jogo da seleção.

Por isso ele não queria o programa do Jô Soares (ele não confessa isso no livro).

O Roberto Irineu e a Marluce contrataram o Jô para diminuir o Boni (pena que o Boni não cite a Miriam Leitão).

Os programas da Globo se tornaram um notável exercício de onanismo: da Fátima Bernardes, Ana Maria Braga, Vídeo Show, Fantástico *ao Faustão, a Globo mostra a si mesma, fala de si mesma — só que, como dizia o Boni, o elenco não segura.*

Pois, não é que o publicitário José Bonifácio de Oliveira Sobrinho enfatiza o papel social da tevê aberta?

A responsabilidade social da tevê aberta?

E quando o Geneton Moraes, numa de suas excelentes entrevistas, perguntou a

ele o que era mais importante na tevê, se o entretenimento ou o jornalismo, o Boni respondeu na hora: o jornalismo! O serviço público!

---

1 Ver os “manuais inúteis” no bônus “Manuais para a televisão”.

2 Oliveira Sobrinho, José Bonifácio de. *O livro do Boni*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2011, p. 459.

Se o Boni ainda mandasse na Globo

No dia 14 de outubro de 1993, Boni convidou a mim e a Felipe Rodríguez, presidente da Globo International NY Ltd, para almoçar no Sparks (Rodríguez, um cubano militante anticastrista de Miami, é quem fornecia flamingos a D. Lily Marinho para a mansão do Cosme Velho).

Aquela era, segundo Boni, a hora de melhorar o nível da televisão brasileira e a melhor forma de fazer isso era investir em jornalismo.

Botar dinheiro e talento na cobertura da comunidade, a começar por São Paulo.

Dar a São Paulo maior participação na rede nacional.

E mais participação do jornalismo local, com a cidade de São Paulo, Bauru, Campinas, através das afiliadas.

Ele queria tirar do estúdio o âncora do *Jornal Nacional*, então o Carlos Nascimento.

Disse que tentou de tudo, mas não conseguia.

Por exemplo: o Nascimento chamaria o repórter ao vivo, entrevistaria ele com as últimas informações do local. Em função de uma coisa que o repórter tiver dito, Nascimento diria: “Fulano, vamos aprofundar isso, ver o desdobramento daquilo; te chamo daqui a pouco; no final, Nascimento volta a falar com ele ao vivo”.

Desde que Nascimento ancorasse da rua, com temas locais de São Paulo.

Mas, disse ele, ao parafrasear o que se diz na tevê americana, “o âncora é o cara que fica dentro da caverna dizendo o que está acontecendo lá fora para quem está lá fora”.

Na saída desse almoço, no carro, Boni me perguntou se eu já tinha renovado o contrato com a Globo. Eu já tinha, mas disse que não, para ver o que ele ia dizer.

Boni respondeu:

“Se não tivesse renovado, era bom você saber que eles fizeram uma pesquisa e você e o Nascimento são os caras de maior credibilidade…”

O tema foi devidamente considerado na renovação…

De volta ao Sparks, onde, anos antes, os mafiosos Paul Castellano e Thomas Billoti foram fuzilados, supostamente, por rivais da família Gambino.

Naquela tarde mais serena, Boni continuou.

O *Globo Repórter* deveria continuar em rede, mas seria importante criar programas regionais, do mesmo formato, num outro horário.

A tendência, segundo ele, eram esses programas do tipo “magazine” — como *Fantástico* e *Globo Repórter*.

Ele disse que estava procurando “o nosso [da Globo] Jô”, que estava no SBT.

Não é “o Jô, porque o Jô envelheceu, a fórmula cansou”.

E lembrou que os similares, nos Estados Unidos, como o David Letterman — também em decadência, em 2014 — saem do estúdio.

“O pré-gravado do Jô é um equívoco.”

Sobre o *Jornal Nacional*, uma crítica à obsessão do dr. Roberto de esculhambar o Rio do Brizola:

“O espaço do Rio no JN é superior à importância do Rio no Brasil. O Rio só tem tragédia e quando o Rio entra, o JN fica parecido com o *Aqui Agora*, do SBT.”

Ainda sobre o SBT:

“Boris [Casoy] não existe. Só [existe] no meio do sanduíche do *Aqui Agora*.”

Breve perfil de Francis, o trombone da Província

Na eleição presidencial americana de Bush (pai), do Partido Republicano, *versus* Michael Dukakis, do Partido Democrata, em 1988, Francis disse no *Jornal da Globo* que Dukakis tinha vencido um dos debates. Foi aí que ele quase dança. Mas ele se corrigiu…

Quando fui chefiar o escritório de Nova York, em 1990, a conversão de Francis aos republicanos americanos e à direita brasileira já tinham desfeito a imagem que eu, jovem, construíra dele, o trotskista que fazia crítica de teatro na *Última Hora* e endeusava Jango — assim como o patrão, Samuel Wainer.

Eu não me esquecia da forma impiedosa, desigual, com que Francis agredia Luiza Erundina, a nordestina prefeita de São Paulo pelo PT, Antonio Houaiss, filho de libaneses, e José Sarney, também nordestino.

Francis tinha se tornado o pai dos colunistas políticos do PiG.

Conviveu com Roberto Campos e, depois, o sucedeu na tarefa de iluminar a Província com um relato muito peculiar da Metrópole.

Depois, no PiG, surgiram Francis a granel. Sem a mesma originalidade. Talvez porque não tivessem aprendido com o Samuel Wainer. Não passam de genéricos.

Antes de chegar a Nova York, convoquei uma reunião de toda a equipe para dizer de meus planos para o escritório.

As instruções de Boni, ao me despedir dele, no Rio, foram: mande todo mundo embora; a prioridade daquele escritório, muito dispendioso, é o *Fantástico*. Errei e não mandei todo mundo embora. E me arrependi disso.

Na reunião marcada, estavam todos, menos o Francis. Francis se colocava acima do escritório, e do Brasil. Como Górki dizia do Tolstói: “o mundo era pequeno demais para ele e Deus; era uma cela em que não cabiam dois ursos daquele tamanho”.



“Marques Rebelo (de costas e de óculos), Jango, Samuel, Francis (de terno claro e sorriso trotskista), Jorge Amado (ainda comunista e antes de ser carlista), Joel Silveira (grande repórter), Di Cavalcanti”. Arquivo CPDOC-FGV.

Ele chegava à redação depois do almoço e perguntava: “O que tem de novo hoje?”. Colhia as sugestões dos colegas e ia ao *switcher* [mesa de edição] gravar o comentário para o *Jornal da Globo.* Às vezes, “comentava” trailers de filmes que a Globo recebia de graça das distribuidoras.

Num dos comentários, o editor (excelente) Fernando Baccarin ponderou: “Francis, você trocou o fim do filme! Eu vi! Quem morre é o outro. Tem que regravar”.

Francis respondeu: “Para quem é bacalhau basta!”. E não regravou.

Havia ainda na Globo a gravação de uma entrevista que Francis fez com John Kenneth Galbraith. O renomado economista, sentado no escritório de sua modesta casa, ouve uma interminável primeira pergunta do Francis, em que expõe suas surradas ideias neoliberais para, a certa altura, eventualmente encaixar uma pergunta. Antes que a formulação da pergunta se concluísse,

Galbraith se levanta e diz: “Eu pensei que o senhor tivesse vindo aqui para ouvir as minhas opiniões. Porque eu não estou minimamente interessado nas suas”.

Francis pediu desculpas e a entrevista recomeçou.

Num dia, a redação deserta, sem alternativa, Francis me pergunta qual a novidade do dia. Respondo: “Francis, no *New York Times* de hoje há cem notícias. Para saber aquela que mais interessa ao espectador do *Jornal da Globo* é necessário ter uma expertise que eu tenho e você não tem. Portanto, vire-se”.

Francis, a certa altura, não escrevia mais as colunas para a *Folha* — até ser defenestrado — e depois para o Estadão e *O Globo*. Apenas se deitava na cadeira da redação, usava o telefone da Globo e ditava a coluna — geralmente em torno do que tinha acabado de gravar.

Outras vezes, no auge da crise da dívida, ele dizia: “Conversei com um ban-quei-ro…”. E espinafrava o Brasil. Geralmente, o “ban-quei-ro” era o Pimenta das Neves, funcionário subalterno do serviço de imprensa, em Washington, do Banco Mundial, outro que espinafrava o Brasil no Estadão. Ou Francis se baseava no relato precário de um produtor d’*O Globo* e da Globo, Régis Nestrovski, que ia às coberturas da dívida e captava o que cabia nos termos do futebol americano, tema em que se especializou.

Numa tarde dessas, de minha sala envidraçada, vi Francis entrar na ilha de edição onde se editava uma entrevista que eu tinha feito com o presidente da Sociedade Americana de Antropologia sobre um massacre de índios Yanomami. Francis ouviu, pediu para voltar a fita em alguns pontos, voltou para a redação e, deitado, ditou um comentário em que espinafrava o antropólogo — e os Yanomani. Eu estava bem atrás dele.

Quando acabou o ditado, eu lhe disse: “Se você usar a entrevista que eu fiz, antes de o *Globo Repórter* ir ao ar, te processo por apropriação indébita!”. Ele refez a ligação e cortou a indébita apropriação.

Um dia, Baccarin chegou à minha sala, sem graça, e me disse que não aguentava mais o odor da flatulência do Francis distribuída na redação. Contou que, a sala cheia, ele chegava do almoço, encostava-se numa mesa, levantava uma perna e deixava-se “ir”. Confirmei a informação com outras testemunhas olfativas. E, em nome de todos e da higiene do local de trabalho, pedi ao então vice-diretor de jornalismo, Carlos Schroder, providências de ordem administrativa. Devem ter

sido tomadas.

Francis não gostou de eu ter discordado da distribuição de um bônus de fim de ano para o escritório de Nova York. Alberico de Souza Cruz, diretor de Jornalismo, tinha arbitrado bônus iguais para mim e Francis.

Fiz um levantamento de quantos minutos tinha estado no ar nos telejornais da Globo nos últimos doze meses, e comparei com os do Francis e de outros repórteres nacionais e internacionais da Globo. Eu era o repórter que mais tinha ido ao ar. Alberico aumentou o meu bônus e não diminuiu o do Francis.

Reproduzi num bilhete a Alberico o recado que Marilyn Monroe tinha mandado ao produtor de *Os homens preferem as louras*, já que ela ganhava o mesmo salário da morena Jane Russell: "Mas a loura sou eu!". Alberico não entendeu a secreta essência da história, contou ao Francis e Francis deu a ela uma versão que se pode facilmente imaginar.

Arnaldo Jabor tinha acabado de saber que o Evandro Carlos de Andrade decidiu dar-lhe uma coluna diária no *Jornal da Globo*. No térreo do prédio da Globo, na Terceira Avenida, ele celebrou comigo: "Vou ser o Francis brasileiro!". E foi.

Minha carreira na televisão, porém, deve muito ao Francis.

Quando comecei a fazer uma coluna de economia do *Jornal da Globo*, Dilea Frate, excelente jornalista de televisão e, na época, assistente especial do Armando Nogueira, me deu uma providencial sugestão.

Guarde a nota exclusiva — pessoal, quase íntima, disse ela —, para a última da coluna. Antes de ler, faça uma breve pausa e, aí, se debruce com o braço esquerdo sobre a bancada, encare a câmera, o espectador, e fale num tom de voz um pouco mais baixo, como se fosse uma confidência, uma conversa só entre você e o espectador. Que, àquela altura, deve estar na cama, pouco antes de dormir.

Aceitei a sugestão e, muitas vezes, acrescentei: "um amigo meu me contou"…

A marca da coluna foi um sucesso, o que me distinguia dos outros colunistas de economia, o Joelmir Betting e a Lillian Witte Fibe.

Me disse a Dilea: "Eu sugeri ao Francis e ele não quis".

Quanto ganhava o Boni

Jua Hafers era o mais respeitado e temido corretor de café em Nova York. Aqui se verá o que ele tem a ver com o Boni… Ele contava que, um dia, o recém-empossado presidente do falecido IBC, Instituto Brasileiro do Café, travou com ele, por telefone, um interessante diálogo:

— Dr. Jua, aqui é o Mário, novo presidente do IBC.

— Como vai dr. Mário, parabéns e boa sorte!

— Dr. Jua, me permita abusar dos seus conhecimentos do mercado de café no mundo.

— O que é isso, dr. Mário? Estou às suas ordens, presidente.

— É o seguinte, dr. Jua, eu pretendo mexer assim e assim no preço de referência do café.

Silêncio absoluto do outro lado.

— Dr. Jua! Dr. Jua! O senhor me ouve?

— Sim, presidente, ouço muito bem.

— Então, o que o senhor acha?

— Presidente, se o senhor fizer isso, vai chover caco de… em Wall Street!

O presidente mexeu e choveu.

Jua dava retumbantes coquetéis em seu apartamento na Park Avenue. Recebia sempre com um monumental cravo vermelho na lapela e, de vez em quando, com sapato de veludo também vermelho. Ali se podia encontrar Jacqueline Kennedy queimada do sol de Puerto Vallarta, Tony Gebauer, genro de Jua, outros banqueiros verdadeiros e falsos, as vizinhas de cima e de baixo, o Supla, o motorista de táxi paquistanês que tinha trazido o Jua do aeroporto naquela manhã e o Andy Warhol, um chato a quem ninguém dava a menor bola.

Num coquetel, em 29 de outubro de 1993, encontrei Herbert Richers, distribuidor de filmes e amigo do Boni.

Tomei nota:

Boni ganhava 4,5% sobre o lucro bruto da Rede Globo. Nesse ano, a Globo deveria ter faturado 850 milhões de reais e lucrado 150 milhões. Só aí, o Boni receberia 6,7 milhões de reais, mais a participação na Som Livre, na Apoio — e ele chega a 10 milhões fácil (a Apoio dá a ele 200 mil reais por mês, mais um percentual sobre o lucro bruto em Portugal).

Problema: Boni está sem tesão. Cansou. Não quer mais nada.

O Boni merecia tudo isso? Roberto Marinho não tinha alternativa: ou fechava a tevê ou pagava bem aos profissionais.

Fez bom negócio? Sim. É o que demonstram duas outras anotações a seguir.

Numa, o Boni diz que a Globo em 1992 teve um lucro de 150 milhões de reais, o que significava 25% sobre as vendas. E ficou com 80% do mercado publicitário.

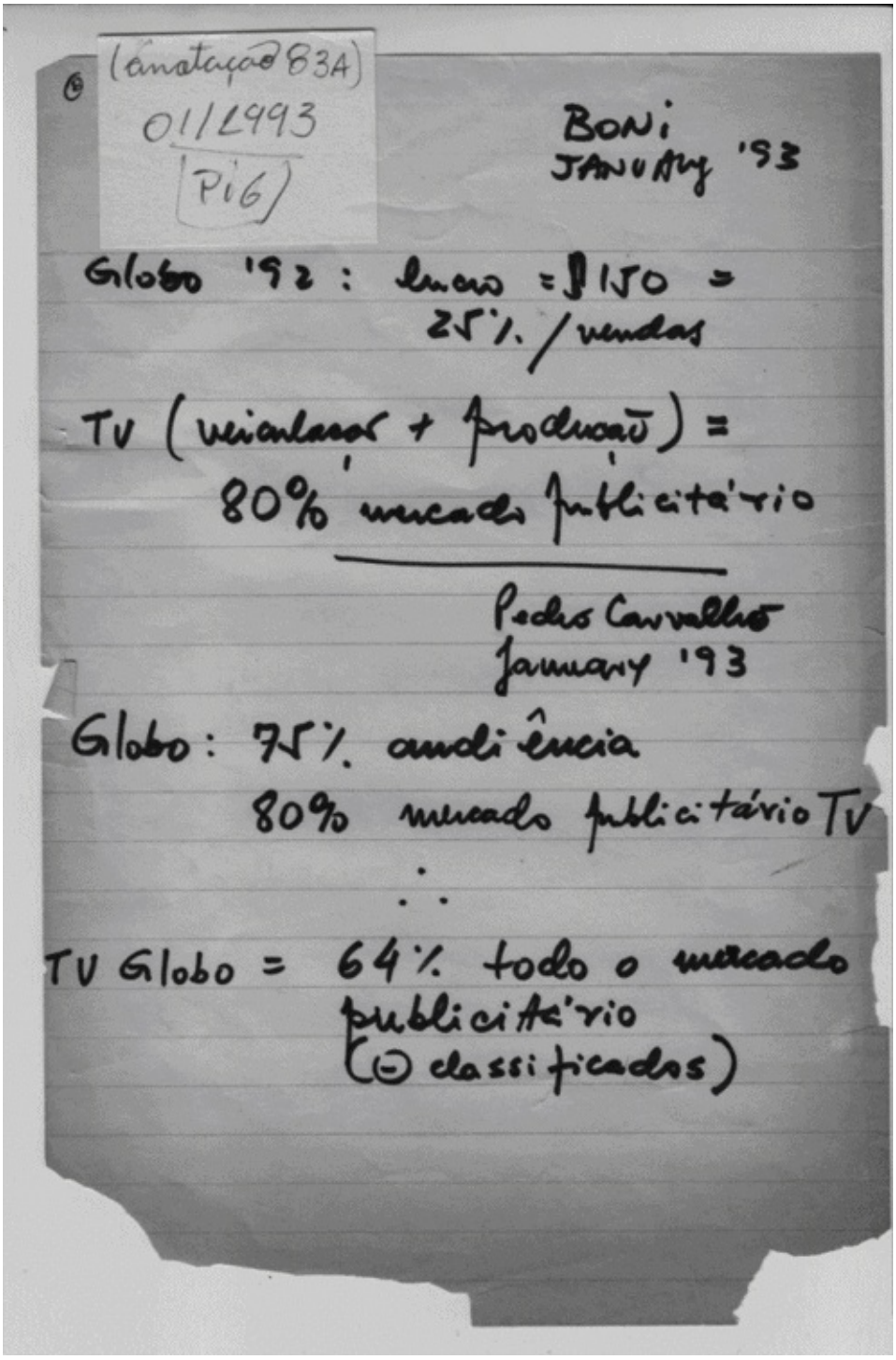
Outra anotação é resultado de uma conversa com Pedro Carvalho, também em janeiro de 1993. Carvalho era assessor direto do filho mais velho de Roberto Marinho.

A Globo tinha 75% da audiência e, com isso, ficava com 80% do mercado publicitário na televisão brasileira. A TV Globo, na verdade, dominava 64% de *todo* o mercado publicitário brasileiro em 1993, menos os classificados.

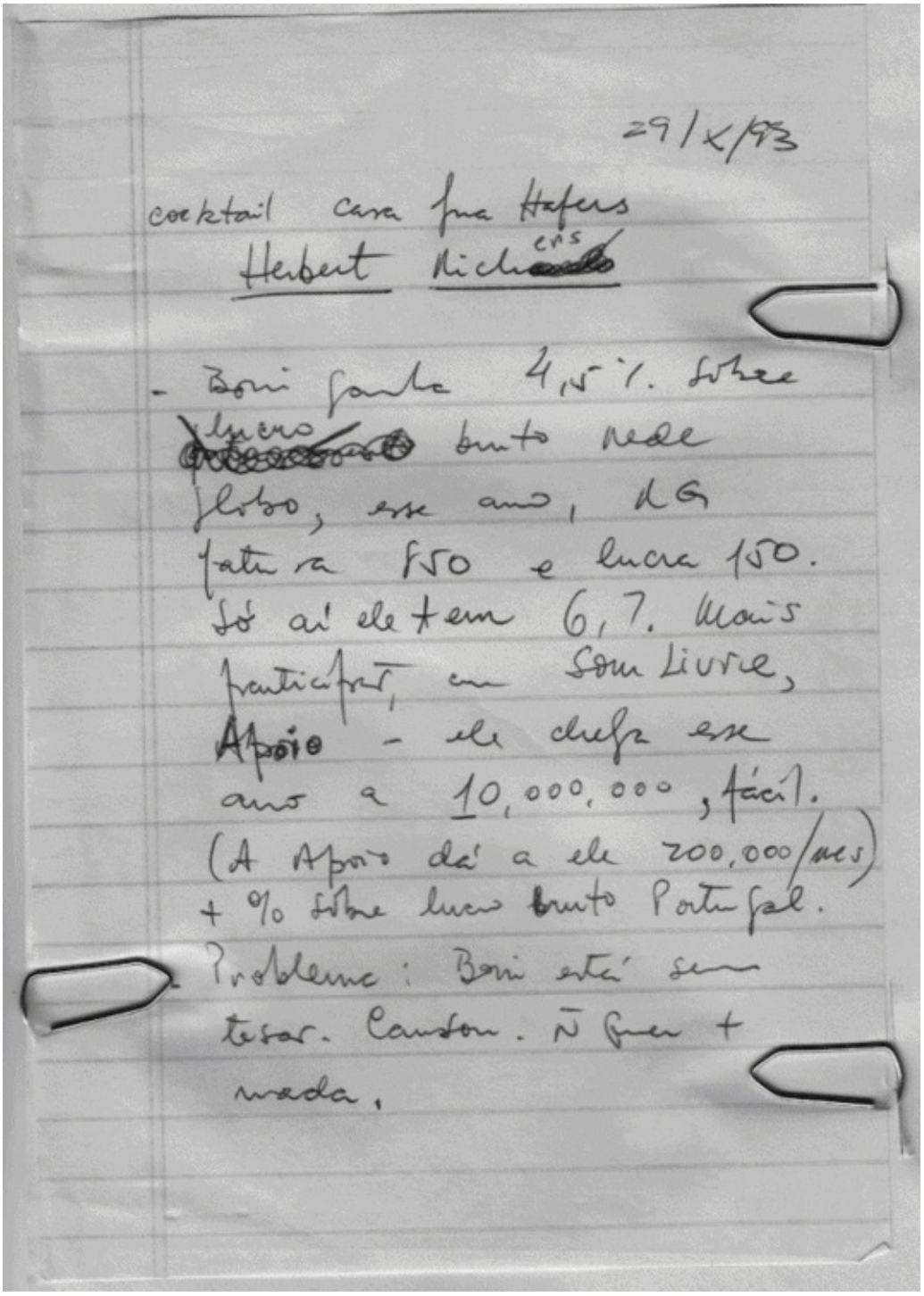
Quem pagava o salário do Boni não era, só, o Roberto Marinho. Era e é a República Federativa do Brasil, que concedeu à Globo, por 50 anos, um monopólio para explorar um bem público — o espectro eletromagnético.

Em nome da “liberdade de imprensa” e do “livre mercado”.

E tudo devidamente inscrito na “Constituição Cidadã” de 1988, como se vê no “Anexo 5”; os artigos sobre comunicação de massa, jamais regulamentados, porque “a Globo não quis”, como me disse o ACM.



"Os números do monopólio."



29/X/93

cocktail casa fina Hafers

Herbert Richers

- Boni ganha 4,5% s/ bruto Rede Globo, esse ano, dá faturar 450 e lucra 150. Só aí ele tem 6,7. Mais participação em Som Livre, Apoio - ele chega esse ano a 10,000,000, fácil. (A Apoio dá a ele 200,000/mes) + % sobre lucro bruto Portugal.
- Problema: Boni está sem tesão. Cansou. Não quer + nada.

"Roberto Marinho ganhou dinheiro e o Boni também."

Como Roberto Marinho (quase) me demitiu e o que isso tem a ver com o México

Os profissionais da Globo não mandavam tanto assim. Armando Nogueira era quem sofria mais, já que Marinho controlava todas as notícias “sensíveis”, principalmente sobre política, economia e sobre a Petrobras. Ele praticava na televisão o dogma (cuja autoria é atribuída a ele) que inspirava sua política editorial no jornal: o importante não é o que você publica, mas o que *não* publica.

Mais do que um empresário de visão, ele era o *editor-at-large* do jornalismo da Rede Globo. Ou, como dizia na época Alice-Maria, braço direito de Nogueira, era “o nosso melhor repórter”. Os editores de política e economia tinham a autonomia de voo de uma barata.

Numa entrevista à revista *Caros Amigos* de outubro de 2007, eu tratei de minha experiência pessoal com Roberto Marinho, no tempo em que era editor de economia dos jornais de rede e colunista de economia do *Jornal da Globo*:

Naquela época de inflação galopante, eu disse no ar: “As expectativas são de que a inflação irá a 49% na próxima semana”. No dia seguinte ele me chamou: “Meu filho, você tem uma voz muito possante, muito grave, e vai ao ar muito tarde, a pessoa está deitada na cama, do lado da mulher, se preparando para dormir, e você com esse vozeirão, muito bonito, mas é um vozeirão forte, você diz essas coisas e a pessoa não pode mais ligar para o sócio. Não pode mais ligar para o gerente, não pode ligar para o diretor financeiro e dar uma ordem, vende, compra, está completamente imobilizado, vai dormir com aquele trauma. Então você não me faça mais previsões. Você comente o que já passou. Trabalhe com o passado…”.

Diziam que os jornalistas cariocas se dividiam com a mesma rivalidade e o ódio que separavam os Montéquios dos Capuletos, em *Romeu e Julieta*: eram as “escolas” profissionais do *Jornal do Brasil*, a que eu pertencia, e a d’*O Globo*.

Roberto Marinho percebia isso como ninguém.

Eu tinha essa janela de economia no *Jornal da Globo*.

Estava há um ano na Globo e ainda não desconfiava que Roberto Marinho dedicava especial atenção ao mercado de café — como às ações da Petrobras.

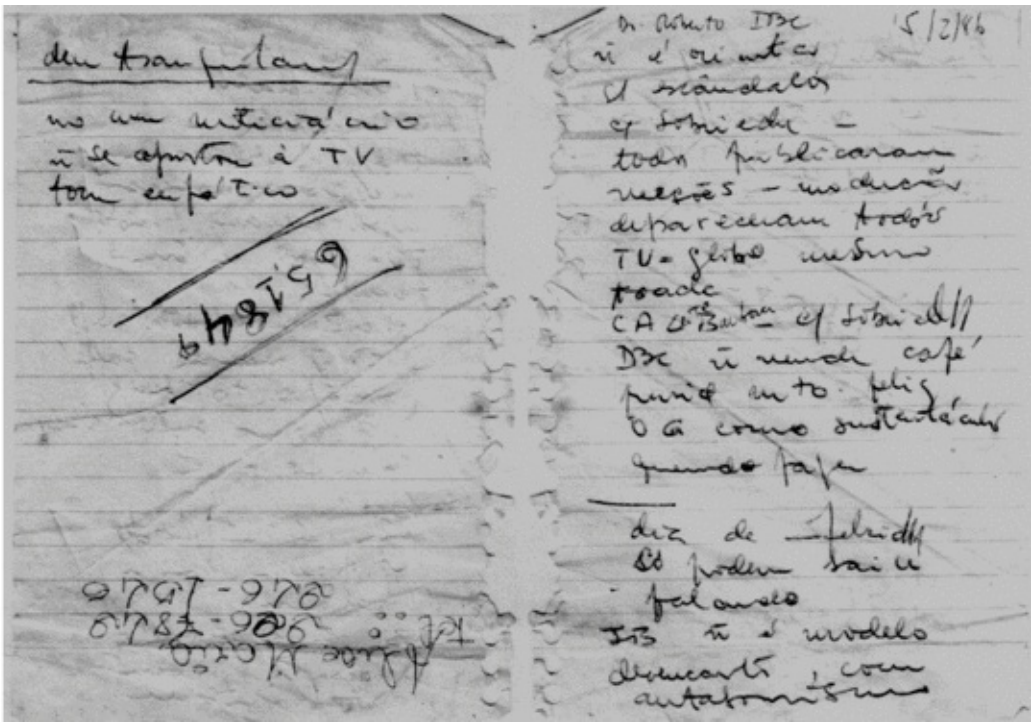
Uma noite, cheguei ao Hotel Nacional, em Brasília, e encontro no lobby Saulo Ramos, então Consultor da República de Sarney, e Paulo Graciano, que tinha acabado de ser nomeado presidente do IBC.

Conversa vai, conversa vem, Saulo me conta — Saulo era um excelente informante! — que uma das tarefas do novo presidente do IBC era cobrir o incomensurável *rombo* que uma "Operação Patrícia" tinha causado às finanças do IBC.

O IBC gastou uma fortuna para segurar a cotação do café lá em cima — e beneficiar os exportadores — e, supostamente, a balança comercial. O IBC entrava com a grana e os exportadores — e seus trombones, inclusive na imprensa, se enchiam de ganhar dinheiro.

Aí, a Operação deu com os burros n'água. A cotação do café desabou.

Os exportadores desavisados quebraram e o IBC quase vai junto.



“Não é orientação d’O Globo tratar de escândalos.”

Fui dormir, no dia seguinte voltei ao Rio e gravei para o *Jornal da Globo* uma breve notícia do *rombo* no IBC.

Disse o editor que fez a “passagem de bloco” que me antecedia: “a seguir, Paulo Henrique Amorim trata do *roubo* no IBC” (eu me lembro de quem era o editor mas não conto: trata-se de um notável escritor).

Isso foi numa sexta. No sábado de manhã, numa casa que tinha em Petrópolis, ao acordar, soube pela caseira que Alice-Maria tinha telefonado.

Chamei de volta e recebi a instrução para ligar para o “dr. Roberto”. Ele disse, como anotei:

Não é orientação d’*O Globo* tratar de escândalos.

Aqui se trabalha com sobriedade.

Todos os [jornais] que publicaram versões, sem moderação, desapareceram.

TV Globo age na mesma toada — a da moderação.

O IBC não vende café.

O presidente [Sarney] está muito feliz [com o IBC].

O Globo é um sustentáculo, sempre querendo fazer.

Dia de infelicidade.

O JB não é modelo.

Desencanto com [seu] antagonismo.

[E você] deu [a notícia] com tranquilidade.

No meu noticiário… você não se ajustou à TV [tom enfático].

Ao "tom enfático" na minha anotação seguiu-se (eu não consegui anotar): "você está demitido, apresente-se ao Armando [Nogueira] segunda-feira para tratar do seu desligamento".

Transmiti a informação a Alice-Maria que, pouco depois, mandou de volta a instrução do Armando: "desapareça! Não venha trabalhar segunda-feira!".

Armando buscou a ajuda de dois amigos do dr. Roberto: Antônio Carlos Magalhães e Roberto Gusmão, ministros de Sarney.

Os dois ajudaram — não se sabe como — a me manter na Globo, devidamente moderado.

Eu devia outro favor a Gusmão.

Cedo, ao chegar do *Jornal do Brasil*, percebi o poder de conseguir informações com o chapéu da Globo.

O *Jornal Nacional* ia ao ar às 20 h, e "fechava" às 19:30 . Depois das 19:30 h, não entrava nem a morte do papa, dizia-se.

É que o Boni tinha imposto um regime de total segurança, para evitar que um problema na operação prejudicasse o programa. E Armando seguia, disciplinadamente.

Perto do *deadline* das 19:30 h chegou à redação a notícia de que o Banco Central tinha decidido intervir num banco.

Ansioso, sem ter como confirmar no Banco Central, recorri ao extremo: liguei para o Palácio do Planalto e disse que queria falar com o presidente da República, José Sarney.

Transferiram para a antessala do gabinete presidencial.

— Quem fala?

— É o ajudante de ordens.

— Aqui é o Paulo Henrique Amorim, do *Jornal Nacional*. Eu preciso falar urgente com o presidente da República!

— Impossível. Ele está numa reunião fechada.

— Quem está aí com o senhor, aí, na porta do gabinete? Tem algum ministro?

— Tem o ministro Gusmão, da Indústria e Comércio.

— Por favor, dá para chamar o ministro Gusmão?

Gusmão vem ao telefone.

— Ministro, por favor. É uma questão urgente. O *Jornal Nacional* entra no ar daqui a pouco mais de meia hora e eu preciso confirmar um boato muito forte. Isso envolve milhares de depositantes. O senhor sabe se o Banco Central acabou de intervir no banco… [não me lembro do banco]?

— Não sei.

— Dá para o senhor perguntar ao presidente Sarney?

— Espera aí.

Segundos dramáticos…

Gusmão volta ao telefone.

— Sim. Pode confirmar a notícia…

Sim, a Globo mandava no Brasil… Mas não era caso único no mundo: a Televisa também mandava no México.

No início da noite de 22 de março de 1994, Carlos Schroder, do Rio, manda a equipe da Globo de Nova York embarcar para o México e cobrir o enterro de Luis Donaldo Colosio, candidato a presidente da República e vítima de um atentado.

Colosio fez a campanha em cima de uma política de combate ao narcotráfico e, provavelmente, tinha sido vítima dele, na então capital do tráfico, Tijuana, na Baja Califórnia, na fronteira com o grande consumidor.

O México vivia o que Vargas Llosa chamava de “a ditadura perfeita”: saía o neoliberal Carlos Salinas de Gortari — que não conseguiu quebrar a regra de ouro da não reeleição — e entrava seu delfim: Colosio.

O caminho mais rápido de Nova York a Tijuana seria ir à Califórnia e, de lá, cruzar a fronteira entre San Diego e Tijuana. Nem pensar. A equipe não tinha visto e passar por Tijuana era muito arriscado.

Entrei em contato com a embaixada do Brasil na cidade do México e recebi a instrução de chegar pela cidade do México e, de preferência, pela Aeromexico.

A equipe tomou imediatamente um voo para Chicago e, de lá, tentou embarcar pela Aeromexico para a cidade do México.

E como fazer sem o visto?

Apresentei-me ao balcão, explico o drama de uma pobre equipe de periodistas brasileiros e pronunciei o nome mágico:

— Eu sou muito amigo de Jacobo Zabludovsky. *Jacobo es mi amigo hace muchos años*…

Zabludovosky era um poder paralelo no México.

Ele dirigia e apresentava o *24 Horas*, o principal noticiário da Televisa, a Globo de lá.

Zabludovsky encarnava o PRI e sua pétrea hegemonia. Era a soma de filho do Roberto Marinho, Ali Kamel, William Bonner e copresidente da República, num só. No horário nobre.

Ao ouvir seu nome, a funcionária, assustada, chamou o gerente da Aeromexico em Chicago. Rapidamente, a questão se resolveu.

A equipe da Globo chegou à cidade do México recebida por diplomata da embaixada do Brasil. Fez a conexão para Tijuana. E testemunhou como funcionam as “ditaduras perfeitas”.

O que o *Jornal Nacional* inovou

Em 1º de setembro de 1969, com o patrocínio do Banco Nacional de Minas Gerais — o Banco Nacional, de José de Magalhães Pinto que, como governador de Minas, foi um dos líderes da intervenção militar em 1964 —, foi ao ar a primeira edição do *Jornal Nacional*.

"Com o prestígio do Banco Nacional e das empresas do Grupo Nacional, você vai assistir agora a uma emissão jornalística da Rede Globo", dizia o locutor, "em off", imediatamente antes de o JN ir ao ar. Em 1995, o Banco Central liquidou o Banco Nacional, após descobrir inúmeras fraudes contábeis. O Unibanco, em seguida, adquiriu o que sobrou da empresa. E depois o Itaú absorveu o que sobrou do Unibanco.

Sob a censura do AI-5 — Ato Institucional nº 5, editado em 13 de dezembro de 1968 —, o *Jornal Nacional* foi obrigado a mentir na edição da estreia. Informou que o presidente Costa e Silva se recuperava de uma crise circulatória e, por isso, uma junta militar passava a governar provisoriamente o Brasil.[1] A tal crise circulatória de Costa e Silva era na verdade um derrame cerebral, que o afastou definitivamente da presidência. O governo proibiu o JN de mostrar fotos ou imagens do Palácio das Laranjeiras, onde o presidente se encontrava. De acordo com Armando Nogueira, "só conseguimos dar a notícia, assim mesmo em nota oficial. O presidente já estava em coma e não se pôde informar o país".[2]

No entanto, o primeiro telejornal de nome *Jornal Nacional* não foi ao ar pela Globo, mas pela TV Rio, emissora de onde vieram Walter Clark, Boni e Armando Nogueira e que chegou a ter uma das maiores audiências da cidade, com programas como *Noite de Gala* (1957), com Flávio Cavalcanti, o musical humorístico *Noites Cariocas* (1959) e o *Chico Anysio Show*, o primeiro programa da TV brasileira a usar o videoteipe, em 1960. Além disso, passaram por ali alguns representantes da elite dos humoristas brasileiros, como Ronald Golias, Geraldo Casé (pai de Regina Casé), Jô Soares e Castrinho, apresentadores como Cid Moreira, Hilton Gomes e Léo Batista, e celebridades como Carlos Imperial e Moacyr Franco.

O dono da emissora, João Batista do Amaral, o "Pipa" Amaral, era sócio de seu

cunhado, Paulo Machado de Carvalho (fundador da TV Record), nas rádios Record, Panamericana (hoje Jovem Pan) e no jornal *O Tabloide*. Apesar da experiência com meios de comunicação, a administração de "Pipa" na TV Rio era considerada amadora. Em 1963, a Excelsior, num mesmo dia, por salários astronômicos, roubou da TV Rio mais de trezentos artistas, apresentadores e até funcionários de segundo escalão. Dois anos depois, a emissora sofreu outro golpe. Walter Clark e Boni foram para a Globo, que acabava de nascer. Depois disso, a TV Rio definhou até que sua concessão fosse cassada, em abril de 1977.

O *Jornal Nacional*, no entanto, foi criado quando a TV Rio ainda estava no auge, para substituir o *Telejornal Pirelli* após o fim de um contrato de patrocínio. E, para transmitir seu principal noticiário, a emissora construiu uma estrutura de maior alcance, que se transformou no embrião da rede que a Globo mais tarde montaria. Nas palavras de Amaral Filho, herdeiro de "Pipa" Amaral:

A Rio foi a emissora que apresentou o telejornalismo que mais uniu o território nacional. O *Jornal Nacional* [da TV Rio] era de todos o mais nacional, porque nós tínhamos uma ligação de micro-ondas entre São Paulo e Rio. Nós nos antecipamos à Companhia Telefônica. Mais especificamente, meu pai fez uma companhia que se chamava Rádio Comunicações Ltda., que fez a primeira ligação de micro-ondas para vídeo [para televisão], para áudio, telefonia e teletipo […]. Assim, com essa estrutura de comunicação, o *Jornal Nacional* conseguiu destacar-se dos demais.[3]

Na TV Globo, o primeiro telejornal a ir ao ar foi o *Tele Globo*, que estreou com a emissora, em 1965, com duas edições diárias de meia hora, apresentadas por Hilton Gomes — mais tarde apresentador do *Jornal Nacional* — e Aluízio Pimentel. A atriz Nathalia Timberg também chegou a apresentá-lo. No ano seguinte, estreou o *Ultranotícias*, noticiário produzido pela agência de publicidade McCann-Erickson, que levava esse nome por ser patrocinado pelas empresas Ultragaz e Ultralar.

Henning Albert Boilesen chegou no Grupo Ultra em 1952 como assistente da presidência. Em 1962 era vice-presidente de Operações. Em 1967 passa a ser presidente da companhia até 15 de abril de 1971, quando foi morto numa emboscada de militantes políticos.

Durante a existência do *Ultranotícias*, na Globo — janeiro de 1966 a fevereiro de 1967 —, Boilesen era vice-presidente a caminho da presidência. Patrocinava

também a Operação Bandeirantes e assistia a sessões de torturas. Chegou a presentear os torturadores com o que ficou conhecido como “pianola Boielsen”, um “piano” cujas teclas disparavam choques elétricos.[4]

Em março de 1966, surgia mais um telejornal na TV Globo, o *Jornal da Semana*, exibido toda segunda-feira às 23 h. Mas o principal destaque jornalístico desse período inicial foi o *Jornal de Vanguarda*. O programa, criado por Fernando Barbosa Lima, procurava romper com a linguagem tradicional dos telejornais e imprimir um tom quase coloquial ao noticiário. Começou em 1962, na TV Excelsior, com o nome de Jornal Excelsior e, em 1965, já rebatizado de *Jornal de Vanguarda*, transferiu-se para a TV Tupi. No ano seguinte, quando Walter Clark assumiu a direção da TV Globo, levou o telejornal e toda a sua equipe para a emissora.

Na Globo, o *Jornal de Vanguarda* estreou em abril de 1966, com direção de Mauro Borja Lopes, o Borjalo […]. A experiência, no entanto, durou pouco. Em 1967, o telejornal voltou para a TV Excelsior. Borjalo e parte da equipe, que permaneceram na Globo, decidiram então produzir o *Jornal de Verdade*.

Exatamente nessa época o jornalismo da TV Globo começava um processo de mudança fundamental em termos de estrutura e de profissionais. O departamento vinha sendo dirigido, até aquele momento, por Mauro Salles e funcionava ainda de modo precário em apenas uma sala na sede da emissora, no Jardim Botânico. Em setembro de 1966, Armando Nogueira assume a direção do jornalismo e começa a ampliá-lo, com a aquisição de mais equipamento e a contratação de novos profissionais.

Uma das primeiras medidas de Armando Nogueira, em março de 1967, foi tirar do ar a *Ultranotícias*, substituindo-o pelo *Jornal da Globo*, exibido em uma única edição às 19:30 h. Esse jornal ficaria no ar até o dia 31 de agosto de 1969, dando lugar ao *Jornal Nacional*, que inauguraria as transmissões em rede da TV Globo.

As manchetes do *Jornal Nacional* eram curtas e fortes, e os apresentadores liam o noticiário alternadamente de maneira ágil. Mas a marca registrada do novo telejornal era mesmo o som direto que construía as matérias testemunhais. É o próprio Armando Nogueira quem conta: “O *Repórter Esso* não tinha som direto porque saía embalado do *Jornal do Brasil*, onde funcionava a United Press, distribuidora do noticiário tanto na época do rádio quanto na televisão. Saía de lá

pronto, era só colocar no ar. Gontijo Teodoro apenas lia. No nosso telejornal, além das imagens cobertas com áudio do locutor, inserimos depoimentos, com voz direta, da pessoa falando".

Nesse sentido também foi fundamental a consolidação do jornalismo internacional, que se deu com a instalação de escritórios da Globo no exterior. O primeiro foi inaugurado em Nova York, em 1973, e o segundo em Londres, no ano seguinte. Em 1977, Paris e Colômbia. Nessa época, já tinha sido montada também uma pequena base de operações em Buenos Aires. Em 1982, finalmente, entraria em atividade o escritório de Washington.

A presença do repórter na cena do acontecimento, no Brasil ou no exterior, dava ao noticiário do *Jornal Nacional* caráter testemunhal e, mais uma vez, imprimia credibilidade à narrativa do telejornal. Além disso, criava uma ideia de onipresença da TV Globo, já que através de seus repórteres — organizados em redes de escritórios e afiliadas — a emissora se mostra capaz de estar simultaneamente em diferentes regiões do país e do mundo […].

Essa presunção foi ampliada com a generalização da transmissão via satélite, gradativamente implantada a partir de 1977, com o início da operação do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite, gerenciado pela Embratel.[5]

Desde a conspiração para derrubar Jango, os militares cultivavam os telejornais. A preocupação em integrar o Brasil pelas comunicações é antiga. Começou com Vargas e a Rádio Nacional, onde se criou, em julho de 1935, a *Hora do Brasil*, noticiário sobre as atividades do governo federal, do legislativo e do judiciário — mais tarde chamado de a *Voz do Brasil*. É o mais antigo programa do rádio brasileiro. Vai ao ar no horário nobre e, sistematicamente, as emissoras privadas de radio tentam adiá-lo ou fechá-lo.

A integração era também uma das prioridades da ESG (Escola Superior de Guerra) desde sua fundação, em 1949. Entretanto, esse projeto só se concretizou com a chegada dos militares ao poder, em 1964. Já no ano seguinte, o sonho se realizava na fundação da Embratel, que construiu torres de micro-ondas no país inteiro, distantes 50 quilômetros uma das outras. Assim, tornou-se possível falar ao vivo além do eixo Rio–São Paulo–Brasília.

E não era apenas uma questão de segurança nacional. Os militares e a Embratel criaram também o mercado nacional de publicidade. Com a popularização da

televisão, passou a ser possível vender produtos em todo o país através de uma única linguagem mercadológica, o que era muito mais barato e eficiente.

Além disso, a rede de micro-ondas da Embratel facilitava também o tráfego de fitas de videoteipe, que antes tinham que viajar de avião. Agora, viajavam no éter. E o éter é bem mais barato…

A Segurança Nacional precisava de uma rede nacional de televisão. E a Globo, para sua própria segurança, precisava de uma infraestrutura nacional de distribuição de áudio, vídeo e, principalmente, mensagens publicitárias. Nas palavras de Homero Icaza Sánchez, ex-diretor de pesquisa da TV Globo, "se não tem uma rede nacional, não se pode cobrar por um minuto de comercial o que se cobra. Então, a questão é econômica".[6]

O governo não só construiu a rede como também isentou de taxas de importação os equipamentos comprados pelas emissoras, aumentou o orçamento de publicidade na TV e congelou impostos e taxas que as emissoras deveriam pagar. A Globo, por exemplo, importou equipamento da RCA Victor americana, em abril de 1966, com câmbio "especial" — pagou um terço do valor do dólar.[7]

A moda pegou. Anos depois, na segunda metade da década dos 1980, no governo Sarney, Evandro Carlos de Andrade, diretor de Jornalismo da Globo, me convocou e à cúpula do Jornalismo para um almoço em magnífico apartamento na rua Aperana, no final do Leblon, no Rio.

Lá encontrou a cúpula de executivos da Globo.

Era uma homenagem singela ao novo superintendente da Receita Federal no Rio, que prometeu tratamento específico na Alfândega, quando os ali presentes chegassem do exterior.

---

1 Globo. *Jornal Nacional — a notícia faz história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 24.

2 Falcão, Ângela; Macedo, Cláudia & Almeida, Candido José Mendes de (org.). *TV ao vivo — depoimentos*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 82.

3

Costa, Alcir Henrique da (et alli). *Um país no ar — história da TV brasileira em três canais*. São Paulo, Brasiliense/Funarte, 1986, p. 133.

4

Fonte: Documentário *Cidadão Boilesen*.

5

Brittos, Valério & Bolaño, César (org.). *Globo, 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo, Paulus, 2005, p. 209.

6

Carvalho, Elizabeth (et alli). Op. cit., p. 96.

7

Sodré, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 440.

Marinho ganha a Casa da Moeda

Roberto Marinho deu aos militares um *Jornal Nacional*. E recebeu em troca uma Casa da Moeda. Dentro, máquinas de fabricar dinheiro. Com a ajuda de Walter Clark, Arce, Boni e Armando Nogueira, Marinho foi quem melhor se utilizou da *piñata* que os militares estouraram no mercado de televisão do Brasil.

Uma frase do presidente Emílio Garrastazu Médici, proferida em 1972, deveria ter sido inscrita em pedra na porta da Globo: “Sinto-me feliz todas as noites quando assisto ao noticiário. Porque, no noticiário da TV Globo, o mundo está um caos, mas o Brasil está em paz”.[1]

Não era só a certeza de que o Brasil estava em paz. A Globo “construía” a paz, dentro de casa.

Edgardo Ericksem era diretor do departamento de relações-públicas da Globo em Brasília. No cargo, de acordo com o projeto “Memória”, da Globo, ele apresentava, ao lado do jornalista Humberto Vieira, um programa chamado *Ordem do Dia*. O programa era diário, de segunda a sexta, entre as 21:45 h e 22 h. O programa foi ao ar entre os anos de 1968 e 1971.

Em 1972, apresentou um programa chamado *Rede Globo Visita*, exclusivo para entrevistar ministros de Estado da ditadura, todas as quartas, às 22:50 h.[2]

Da mesma maneira como Walter Clark, um ano antes, numa reunião com as afiliadas da Globo, havia elogiado a disposição do governo Médici “em compor, via Embratel, novas tarifas para as estações. Assim, a política de integração nacional poderá ter melhor colaboração da iniciativa privada no setor de comunicações”.[3]

Assim, a TV Globo se transformou em Rede Globo. E o *Jornal Nacional* tornou-se a voz do Brasil.

Os próprios militares perceberam que Roberto Marinho podia ficar forte demais. A história é antiga: Cronos, filho de Urano, castrou o próprio pai. Zeus, filho de Cronos, o mandou para o inferno. Roberto Marinho, com Antônio Carlos Magalhães, como se verá adiante, no fim das contas ajudou a mandar o regime

militar para o inferno, numa entrevista ao *Jornal Nacional*. Logo Marinho e ACM, que tanto deviam aos militares…

A primeira tentativa de conter Marinho foi do coronel Euclides Quandt de Oliveira, que, em fevereiro de 1967, baixou o Decreto-Lei 236, na qualidade de presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, que, na época, tinha a função que hoje é exercida pela Anatel.

O artigo 12 do Decreto procurava evitar a concentração de poder em poucas mãos. Por isso, limitava a dez o número de concessões que uma pessoa física ou jurídica podia controlar: cinco em VHF e outras cinco um UHF. Para se ter uma ideia, em 1958, no auge de sua influência, Assis Chateaubriand possuía 18 emissoras de TV, fora as 36 de rádio e os 34 jornais. Desrespeitar o Decreto significava perder as concessões. Quandt queria evitar que Marinho se transformasse em um novo Chatô, e em rede nacional.

Ernesto Geisel (1974–1979) nomeou o coronel Quandt ministro das Comunicações. Foi o último dos ministros das Comunicações a ser nomeado sem a bênção de Roberto Marinho e da Rede Globo. E, logo de saída, Quandt disse "não" a um pedido de concessão de TV para um filho de Marinho. Para justificar a decisão, mostrou ao presidente Geisel que Marinho já possuía cinco emissoras de TV (além de onze emissoras de rádio e do jornal *O Globo*).

Quando decidiu contra-atacar, Marinho mostrou o poder que tinha. Conseguiu marcar uma reunião no Palácio do Planalto, no gabinete do ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, com o ministro da Justiça, Armando Falcão (amigo e conselheiro de Marinho a vida inteira) e Quandt.

A reunião foi no dia 13 de julho de 1978. Roberto Marinho, de acordo com o próprio Quandt, entrevistado especialmente para este livro, disparou: "A Globo apoia o governo e por isso quer mais estações". Em outro ponto da reunião, Marinho foi às lágrimas. Disse que se sentia perseguido pelo governo Geisel e seu Ministério das Comunicações.

Com o fim do governo Geisel, Quandt foi embora para casa. "Um ano depois da reunião [com Marinho], eu saí do Ministério", contou ele, "e notei que a Globo, o jornal e a emissora, evitavam mencionar o meu nome".

No governo seguinte, do general Figueiredo (1979–1985), o Decreto-Lei 236/67 passou a merecer outra interpretação: a limitação a dez emissoras não se aplica a

uma família. Aplica-se a pessoas físicas e jurídicas, mas nunca a uma família… Antes de entrar em concordata, em 2002, a Globo tinha 32 emissoras de TV e 87 de rádio.[4] Enfim, Marinho fez o que quis — de Quandt e dos militares.

Apesar disso, Figueiredo não engolia Marinho (nem Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*). De acordo com gravações de Orlando Britto, quando ele morreu, em 2000, Figueiredo diz sobre Marinho:

Um horror, um horror [endossando comentário de um convidado sobre o poderio das Organizações Globo]. É a melhor rede que existe no Brasil. Ele é dono da opinião pública do país. Faz o ministro das Comunicações e muda quem ele quiser. O dia em que o Roberto Marinho quiser se virar contra o governo, o governo cai. Ele não chegou a influenciar-me porque brigou comigo. Não lhe dei uma concessão de rádio e de televisão e ainda lhe disse: Não vou dar porque já tem demais! Criei três redes de TV: a Manchete, a do Silvio Santos e a Bandeirantes. Aí o Roberto Marinho ficou com raiva de mim porque antes era só ele. Quando eu estava quase presidente, digo "quase" porque só os jornais que estavam falando, vim ao Rio assistir a uma competição equestre na hípica. Lá estava o Roberto Marinho. Começamos a conversar e, num determinado momento, avisei a ele que, se eu viesse mesmo a ser o presidente da República, não daria mais condições de expansão para a televisão dele. Eu sempre tive na cabeça a ideia de dividir mais o sistema de comunicações no Brasil. O Roberto Marinho não publica meu nome no jornal dele desde que saí do governo. Problema dele. Melhor para mim, que fico anônimo. […] Uma vez o Geisel me pediu que liberasse 300 milhões para o João Calmon salvar os *Diários Associados*. Não disse não ao ex-presidente Geisel, mas também não autorizei a cessão do dinheiro. O Geisel já havia prorrogado duas vezes a validade de concessão do canal de TV para o *Jornal do Brasil*. Quando assumi, não quis dar uma terceira chance. Resolvi abrir nova concorrência e quem ganhou foi o Silvio Santos, como se sabe.[5]

---

1 *Nosso século*. São Paulo, Abril Cultural, 1986, v. X, p. 50 (Nos governos Lula e Dilma foi o oposto. Funcionava a editoria "o Brasil é uma m…": toda as notícias descreviam um Brasil no caos).

2 Na página 68 de *Rede Globo: 40 anos de poder*, Edgardo Ericksen aparece como "diretor da emissora em Brasília" e "autor de editoriais reacionários".

[3] Carvalho, Elizabeth (et alii). Op. cit., p. 97.

[4] *Relatório* EPCOM — *Instituto de Pesquisas em Comunicação*, 2002.

[5] *Veja*, edição 1, 631, 12/1/2000.

Subindo a rampa

O excelente articulista Mauro Santayana é autor de alguns dos melhores discursos de Tancredo Neves — “Minas, teu outro nome é Liberdade!”, na posse como governador de Minas, por exemplo.

Ele conta que, a certa altura, Tancredo se virou para ele e disse: “Mauro, não sei se você escreve o que eu penso, ou se eu penso o que você escreve…”.

Pouco antes de tomar posse como presidente, Tancredo fez uma encomenda a Mauro.

“Mauro, vamos acabar com esse ‘monopólio’ da Globo. Me faz um estudo sobre a BBC.”

Mauro ponderou que não conhecia a BBC, mas a ZDF alemã — também pública — e combinaram que uma ou outra seria o modelo para combater esse “monopólio”.

Cético, Mauro ponderou.

“Mas, Tancredo, como você vai acabar com esse ‘monopólio’ se o Antônio Carlos [Magalhães] é o teu ministro das Comunicações?”

“Esse Ministério aí, Mauro, é para subir a rampa”, Tancredo respondeu.

Mino Carta descreve a suposta censura ao PiG

Durante o regime militar, muitos donos de jornais e jornalistas colaboraram para executar o trabalho sujo do governo. A historiadora Beatriz Kushnir desvenda em detalhes os mecanismos de apoio do PiG à tortura e à repressão. E, nesse quesito, revela que a *Folha da Tarde* era insuperável:

A *Folha da Tarde* tornou-se um exemplo claro do colaboracionismo de parte da imprensa com o poder autoritário do pós-AI-5. Colaboraram tanto jornalistas como donos de jornal. E foi dentro de uma redação de jornalistas/censores, jornalistas/policiais, que tudo aconteceu.[1]

A família Frias, proprietária da *Folha de S. Paulo*, controlava também a *Folha da Tarde*, que a princípio existiu de 1949 até 1959. Voltou a circular alguns anos depois, em 19 de outubro de 1967, e fechou as portas definitivamente em 21 de março de 1999. O jornalista Cláudio Abramo, ex-diretor de redação da *Folha*, conta:

De 1969 até 1972 […], foi nessa época que se formou o núcleo policial da Agência Folha, composto por remanescentes do grupo que estava na *Folha* quando fui para lá, em 1965. Esse pessoal mais tarde passaria para a *Folha da Tarde*, transformando-o no jornal mais sórdido do país.[2]

Na redação, vários eram os policiais-jornalistas que colaboravam com os torturadores:

O próprio editor-chefe possuía um cargo administrativo na polícia, obtido por concurso público, desde 1962. O coronel da PM — na época, major Edson Corrêa, era repórter de Geral; o delegado Antônio Bim esteve por algum tempo no jornal; o chefe de reportagem, Carlos Dias Torres, era investigador de polícia e o editor-chefe de Internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira, era agente do Dops.[3]

Em seu livro, Kushnir mostra também que o próprio noticiário seguia a orientação dos torturadores. Os carros de reportagem da *Folha da Tarde*

chegaram a ser incendiados por causa da suspeita de que fossem usados pelo DOI-CODI. No entanto, até disso os militares se aproveitaram, e usaram os veículos como chamarizes para prender ativistas. Nas palavras de Mino Carta:

A *Folha de S. Paulo* nunca foi censurada. Ela até emprestou as suas [caminhonetes] C-14 para recolher os torturados ou pessoas que iriam ser torturadas na Oban [Operação Bandeirantes] […] Isso está mais do que provado. É uma das obras-primas da *Folha*. E hoje você vê esses anúncios da *Folha* — o jornal desse menino idiota chamado Otavinho — e parece que ela, nos "anos de chumbo", sofreu muito. Mas ela não sofreu nada.[4]

A "folha corrida" da empresa dos Frias não se recomenda a menores. Em 1960, "seu" Frias ganhou do prefeito Ademar de Barros — que, como se sabe, seria um dos heróis civis do golpe militar — uma praça no centro de São Paulo e o direito de instalar ali a rodoviária da cidade.

Outro que tinha relações íntimas com Frias era o político paulista Paulo Maluf. Nos anos de regime militar, Maluf vivia na redação da *Folha*, onde "trabalhava" em mangas de camisa. Além disso, o sócio de Frias à época, Carlos Caldeira Filho, prestou tantos serviços ao regime militar que chegou a ser nomeado prefeito de Santos.

Em meados dos anos 1970, "seu" Frias cedeu às pressões dos militares, demitiu o jornalista Cláudio Abramo, a quem devia a reforma do jornal, e levou Boris Casoy para o lugar. O novo diretor de redação era íntimo do regime: havia sido assessor de imprensa de Figueiredo Ferraz, prefeito de São Paulo nomeado pelos militares, dos secretários de Agricultura de São Paulo, Antoninho Rodrigues e Herbert Levy, e do ministro da Agricultura, Cirne Lima.

Mino Carta conhece os detalhes desse episódio, que reconstituiu no romance *O Brasil*.[5] Nele, o personagem principal é o lamentável jornalista Abukir, provavelmente inspirado em Merval Pereira, d'*O Globo*.

Numa conversa, Mino reconstituiu para mim a demissão do amigo Cláudio Abramo.

Em 17 de setembro de 1977, Cláudio Abramo foi chutado para cima: saiu do quarto andar para o nono. O articulista Lourenço Diaféria tinha escrito que a espada da estátua de Duque de Caxias, na av. Rio Branco, estava oxidada. E por

isso foi preso.

“Seu” Frias, dono da *Folha*, estava fechado com a candidatura do ministro do Exército, general Sílvio Frota à sucessão de Geisel. Não por interesse econômico, mas por motivos de crença: ele estava convencido de que os falcões iam ganhar.

Cláudio estava tenso. Percebia que a coisa ia de mal a pior. A prisão de Diaféria tornava o quadro ainda mais complicado. A prisão de seu próprio colaborador até que ajudou Frias a se convencer definitivamente de que o Frota era imbatível.

Frias conversava muito com o general Hugo de Abreu, interlocutor de Frota para os donos de jornais. Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*, também conversava muito com o general e reproduzia trechos das conversas nas reuniões de editorialistas de que eu participava — Brito chamava Abreu de “chupetinha”. Brito também embarcou na candidatura do Frota, não porque acreditasse que fosse ganhar, mas por interesse econômico mesmo.

No Dia do Soldado, 25 de agosto de 1975 — é importante reter a data, enfatiza Mino — ele foi a Brasília encontrar o general Golbery.

Geisel tinha feito, no dia 3 de agosto, o que ficou conhecido como o discurso da “pá de cal” na chamada “distensão lenta, gradual e segura”.

“Muito se tem publicado e discutido sobre a ‘distensão’, atribuindo-se ao governo intenções que absolutamente não correspondem à realidade”, disse Geisel. “O governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe”.

Golbery tinha acabado de voltar da Espanha, de uma cirurgia na retina e de um mês de internação no Rio Grande do Sul, e, segundo Mino, “ficou puto” com a “pá de cal”.

Mino reforça, nessa conversa comigo: “o Geisel era um cretino! Vivia do mito da ‘família Geisel’, mas, na verdade, se sustentava no poder do irmão, o Orlando”.

Geisel e Golbery não se afinavam, não jantavam um na casa do outro, se tratavam de “senhor”.

Nessa conversa, Golbery avisou ao Mino: se o Frota continuar no poder depois

de 12 de outubro de 1977, dali a dois anos e três meses, a vaca vai pro brejo.

Mino não entendeu: mas, por que 12 de outubro? Descoberta da América, data de Nossa Senhora da Aparecida?

Golbery o enrolou e não explicou.

No Dia do Soldado de 25 de agosto de 1977, Mino volta a Golbery.

Mino ponderou que 13 de outubro se aproximava e o “homem está endiabrado”, para se referir ao Frota.

Enquanto isso, Hugo de Abreu continuava a conversar freneticamente com Frias (e Brito).

Golbery acalmou Mino: não está tão mal assim. Vai dar tudo certo no dia 12 de outubro.

Mino volta para São Paulo e procura Cláudio Abramo.

Conta-lhe a conversa com Golbery: está tudo encaminhado, o Frota roda.

Cláudio considerou a conversa importante e fez questão de levar Mino ao Frias.

Mino contou tudo de novo e Frias reagiu: “ora, Mino, esse Golbery é um ingênuo!”.

Mino vai embora.

No dia 17 de setembro, Frias chuta Cláudio Abramo e chama Casoy.

Na verdade, Mino considera que aquilo foi também uma forma de começar a entregar a redação ao filho, o Otavinho, diretor por “direito divino”, como diz o Mino.

Era matar dois coelhos com uma cajadada só: agradava o Frota e levava o filho à antessala do poder.

E, no dia 12 de outubro de 1977, Frota caiu.

Como é que o Golbery sabia, Mino?

“É como se ele tivesse anunciado a multiplicação dos pães dois anos antes. Que Nossa Senhora da Aparecida qual nada!”.

Resumo da ópera: Frias, o decantado gênio da política, teve que engolir a derrota do Frota em seco (Nascimento Brito, mais debochado, tirou de letra; passou a gozar o general Abreu e menosprezava o general Frota, a quem tinha ido visitar num modesto apartamento no Grajaú, na Zona Norte do Rio).

A *Folha* nem de longe reinava sozinha no quesito “apoio ao governo militar”. Os Mesquita, proprietários de *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, se prepararam para assumir o poder em 1964. Júlio Mesquita Filho, ofereceu-se para escrever uma Constituição e nomear ministros, mas o general Castelo Branco não lhe deu bola. Os Mesquita não eram defensores da democracia, e sim de um “Estado de Direito” que eles próprios definiriam. Por exemplo, no “Estado de Direito” dos Mesquita, os comunistas têm que ficar na cadeia.

Durante o regime militar, de acordo com fonte que lá trabalhava, o *Estadão* deixou de publicar inclusive os relatórios da Anistia Internacional, instituição que considerava “de esquerda” e, apesar de publicar versos de Camões na primeira página para aparentar que estava sob censura, apoiou o golpe que derrubou Salvador Allende no Chile — os Mesquita eram muito ligados aos donos do jornal *El Mercurio*, do PiG chileno. O *Estadão* tinha entre seus articulistas um combatente nazista: Mário Busch, que escrevia aos domingos sobre a América Latina para pedir a queda do governo Torres na Bolívia e lutou nas forças de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial.

Em jornais como o JB, que teve um censor interno apenas por um curto período, a censura informava o que não podia ser noticiado através de bilhetinhos. Nada, porém, se compara à estrutura montada pela Globo:

Em uma cena de novela […] um personagem de Dias Gomes teria dito que “televisão tem que estatizar mesmo! Televisão que tem Ibrahim Sued [colunista da TV Globo] não merece moleza do governo” […]. Para não ter problemas com a censura, [Walter Clark] decidiu:

“[Dias Gomes] escrevia o que queria e eu punha no ar o que podia. Não iria oferecer meu pescoço em holocausto, para ele posar de campeão da liberdade. Contratei um ex-diretor do departamento de censura […] e o coloquei ali com a missão de ler tudo que ia para o ar, fazendo a censura mais rigorosa que fosse

possível. Eu preferia decidir o que ia ou não para o ar do que ouvir dos censores do regime."[6]

Instituída a autocensura, o "padrão Globo de qualidade" teve acrescidos outros ingredientes para o seu sucesso. Em sintonia com a imagem […] de um "Brasil Grande", [a Globo] formulou também uma "assessoria militar", ou uma "assessoria especial", composta de Edgardo Manoel Erichsen e pelo coronel Paiva Chaves.[7] Segundo Clark, ambos "foram contratados com a função de fazer a ponte entre a emissora e o regime. Tinham boas relações e podiam quebrar os galhos" […] há uma série de correspondências trocadas entre a direção da TV Globo e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (atual Polícia Federal), coronel Moacyr Coelho e/ou o chefe do Departamento de Censura, Rogério Nunes. As cartas eram assinadas por Erichsen […] em Brasília, esse esquema contava ainda com a figura de Guy Cunha — gerente de programação da emissora na cidade —, a quem o ex-diretor do Departamento de Censura — Coriolano Fagundes — se referia como a pessoa que vinha até ele para negociar os cortes da programação.[8]

Mino Carta se irrita quando vê os jornalões do PiG se referirem como "golpe" ao que antes chamavam de "revolução" — especialmente com a *Folha* e seus anúncios que exaltam a participação do jornal na luta pela democracia, pelas "Diretas Já".

Enquanto se preparava para fazer um bacalhau à siciliana, Mino me recontou suas memórias da censura nos anos militares. Não se trata de uma reprodução literal, já que a conversa comigo não foi gravada. E o vinho que precedia o bacalhau turvava a percepção.

De acordo com Mino, a *Folha*, *O Globo* e o JB, a rigor, não foram censurados. Já no caso do Estadão, tratava-se de uma briga "entre eles". Assim como Carlos Lacerda, amigo dos Mesquita, achava que a "revolução" ia cair no colo dele, os donos do Estadão também achavam que iam nomear ministros.

Certa feita, Júlio de Mesquita Filho foi a Brasília tratar com o general Castelo Branco com um nome na manga do colete: Herbert Levy, o destruidor do Wallace Simonsen.[9] Para ser ministro de quê? De qualquer coisa. Castelo respondeu que sentia muito, mas seus ministros já estavam escolhidos.

Os militares permitiram que os Mesquita publicassem no *Jornal da Tarde*

receitas de bolos no lugar de matérias censuradas e, no *Estadão*, poemas de Camões. Se fosse uma censura para valer, isso não teria acontecido, afirmou Mino. Era um jogo “entre eles”.

Para o censor Coriolano Loyola Cabral Fagundes, que atuou no Estadão na época, a tática de utilizar as receitas de bolo e os poemas era, na visão da censura, uma permissão ao jornal.[10]

A *Veja* — enquanto foi dirigida por Mino Carta — foi duramente perseguida pelo governo militar. Em 1969, ano seguinte à criação da revista, oficiais do Exército, depois substituídos por agentes da Polícia Federal, atuavam como censores dentro da própria redação. Ali, o espectro da censura se manifestava na forma de uma presença física constante, de terça a sexta-feira — a revista era fechada na noite de sábado e ia às bancas na segunda. Aos sábados, os textos e as fotos tinham que ser levados à casa do censor, um cavalheiro de sobrenome Bloch.

Boris Casoy, editor da *Folha* (1977 e 1984), revela que tinha uma relação “cordial” com ele, Richard Bloch. A relação se tornou quase de amizade: “Após deixar o Serviço de Censura, Bloch um dia ligou para Casoy: queria conhecê-lo, saíram para almoçar”.[11]

Após o fim do governo Médici — no qual a censura foi mais rígida e intransigente e assumiu contornos de paranoia —, por sugestão de Golbery, Mino Carta almoçou duas vezes com o futuro ministro da Justiça, Armando Falcão, no restaurante do Hotel Ouro Verde, na avenida Atlântica, Rio de Janeiro. Durante esses encontros, Falcão anunciou: a censura iria acabar.

Golbery tinha dito que a censura não podia continuar. Chegou a dizer que além de acabar com censura ao Estadão, que definiu como “branda”, para comemorar o centésimo aniversário do jornal ia concluir velho pleito dos Mesquita, um negócio de impressão de listas telefônicas.

Geisel tomou posse no dia 15 de março e, no dia 19, Falcão convidou Mino para ir a Brasília e avisou que a censura havia acabado, ali, naquele dia.

Porém, Mino não se comprometeu a “retribuir”: “não assumo compromisso algum” — ou seja, não “aliviaria” a linha editorial da revista com o fim da censura. Falcão entendeu perfeitamente: “imagine se eu lhe pediria alguma

coisa”, conta Mino nessa conversa de 2014.

E Falcão lhe deu de presente, autografado, livro de sua autoria, *A revolução permanente*, que, nas palavras de Golbery, teria a mesma repercussão de livro homônimo: “É o nosso Trotsky,” disse Golbery a Mino.

Assim, Mino voltou à redação e comunicou o fim da intervenção governamental. Imediatamente, saíram da gaveta reportagens que a censura tinha “congelado”. A primeira foi sobre como viviam os exilados: Brizola, Arraes, Jango etc. Uma reportagem “anódina”, diz Mino.

No dia da publicação dessa edição da *Veja*, Edgard de Sílvio Faria, diretor da Abril escalado pela empresa para aprovar os textos, contou a Mino que a reportagem tinha provocado “grande rebuliço”, “despertou irritação”.

A segunda reportagem de capa pós-censura, com a aprovação de Faria, foi sobre o décimo aniversário da “revolução”, na qual aparecia o desenho de um “X” romano num fundo plúmbeo, trágico.

Na terceira semana, logo na manhã em que a revista chegou às bancas, o proprietário do Grupo Abril, Victor Civita comunicou a Mino Carta que a censura havia sido reinstalada.

O motivo? A *Veja* tinha publicado uma charge de Millôr Fernandes em que aparecia uma figura barbada, que lembrava Cristo, pendurada numa cela, com a legenda “nada consta”.

Ainda na sala de Victor Civita, Mino telefonou para o general Golbery. Porém, a conversa não foi adiante, porque a ligação para Brasília estava péssima. O telefonema foi repetido à noite, quando o diretor de redação da *Veja* ouviu dele: “vocês exageraram”. Dali em diante, a censura à revista seria feita às terças-feiras. Na prática, isso significaria matar uma publicação que deveria chegar às bancas na segunda-feira da outra semana.

Logo no dia seguinte, Mino Carta pegou um avião para Brasília. Para “ribombar o malho”, nas palavras do próprio, alugou uma limusine no aeroporto de Brasília. Estava acompanhado dos filhos, Gianni e Manuela. Ao chegar à antessala do gabinete de Golbery, deu de cara com Roberto Civita, que dizia estar ali para conversar com o chefe da Casa Civil. Mino reagiu furiosamente e afirmou que quem tinha que negociar a linha editorial da revista era ele.

Até hoje, 2014, Mino não sabe como Roberto soube daquele encontro.

A temperatura na sala subiu vertiginosamente. Dona Lourdinha, secretária de Golbery (dela se tratará mais adiante), trouxe suco de laranja para as crianças.

Ao final da discussão, a presença de Roberto na conversa foi consentida, desde que ele — por exigência de Mino — se mantivesse em silêncio. Já no gabinete do general, Mino apresentou Roberto a Golbery e disse algo como: “Se quiserem fechar a revista, que fechem; mas censura às terças, isso não dá. A revista fecha aos sábados. Como censurar às terças? Se for assim vou embora para Roma”.

Golbery prometeu pensar no assunto.

Os dois já se levantavam para ir embora quando Roberto se virou para Golbery e disparou: “Se vocês quiserem… podemos… o Millôr, por exemplo”. Golbery reagiu rápido: “Não pedi a cabeça de ninguém”. Diante da desastrada intervenção patronal, Mino perdeu a cabeça: “Você é um cretino, Roberto. Como oferece o que ninguém pede?”.

Depois do episódio, a censura à *Veja* passou a ser feita nas dependências da Polícia Federal de terça a sexta-feira e na casa do sr. Bloch — amigo do Boris — aos sábados. A revista só se livrou totalmente da censura após a saída de Mino Carta, que, ao contrário do que afirma Mário Sérgio Conti em seu livro *Notícias do Planalto*, não foi despedido, e sim pediu demissão, para não precisar receber nem um centavo dos Civita, segundo Mino, “figuras da pior qualidade”.

---

1 *Cães de guarda.* São Paulo, Boitempo Editorial, 2004, p. 232.

2 Abramo, Cláudio. *A regra do jogo. O jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 87.

3 Kushnir, Beatriz. Op. cit., p. 327.

4 Entrevista concedida a Adriana Souza Silva, da AOL, em abril de 2004.

5 Rio de Janeiro, Record, 2013.

6

Clark, Walter. *O campeão de audiência*. São Paulo, BestSeller, p. 228.

[7] Também conhecido como coronel Paiva “Chivas”, em homenagem ao uísque.

[8] Kushnir, Beatriz. Op. cit., p. 187.

[9] Ver capítulo “O golpe civil-militar contra a Excelsior”.

[10] Ibidem, p. 42.

[11] Ibidem, p. 203.

Mino lança um vaso de guerra contra Civita

Victor Civita queria envolver o que Mino chama, em 2014, de “uma maneirada” na linha editorial da revista. E o levou para o *board* da Editora Abril.

Naquela altura, a Abril queria consolidar com um empréstimo na Caixa uma dívida que tinha no exterior, em dólares.

O presidente da Caixa era Karlos Rischbieter, que considerou adequadas as garantias que a Abril apresentou, mas, para emprestar 50 milhões de dólares, precisava submeter a decisão “a quem de direito”, uma vez que se tratava de uma empresa de comunicação.

O pedido pulou de mesa em mesa até que Falcão o brecou, conta Mino.

Mino, então, propôs a “seu Victor”: sair da chefia da revista por dois ou três meses, e, para manter a tranquilidade da redação, ele seria nomeado chefe dos correspondentes europeus, em Roma.

“Não posso aceitar”, disse Civita, “o pai, na presença dos filhos, Roberto e Richard”.

Mino tinha acabado de contratar Plínio Marcos para escrever sobre Esportes, pouco tempo depois de Falcão ter censurado sua peça *Abajur lilás*. Plínio escrevia sobre tudo, menos sobre Esportes, diverte-se Mino.

Há uma escalada de atos terroristas e, em outubro de 1975, Vlado Herzog é assassinado.

E os 50 milhões de dólares não saíam.

Mino vai a Victor Civita e reapresenta a proposta.

Roberto Civita sugere que ele tire seis meses de férias.

Ele contrapropõe três meses, mas o nome dele não podia sair do expediente.

Todos concordam e assinam o que chamam de um “protocolo”, com os termos do acordo.

Os redatores-chefes José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu assumem a redação, e, segundo o “protocolo”, não poderiam ser demitidos na ausência do Mino.

Mino volta ao Brasil.

Geisel demite o general Ednardo d’Ávila.

Victor Civita chama Mino poucos dias antes de se concluir o prazo previsto no “protocolo”. Conta que o filho Roberto tinha estado com Falcão, que exigia a demissão de Plínio Marcos.

Mino reagiu: “Eu não demito”.

“Então, rasgamos o protocolo”, disse Victor Civita, com a observação: “se até o Tratado de Versailles foi rasgado…”.

O que Mino considerou um surpreendente traço de erudição de um judeu italiano que, afinal, foi perseguido por Hitler exatamente porque se rasgou o Tratado de Versailles.

“Manda o Plínio Marcos embora!”, exigiu Victor.

“Não mando!”, reagiu Mino.

Mino pegou um cinzeiro de vidro em forma de feijão que estava em cima da mesa e jogou no peito de Victor.

“Parecia um vaso de guerra!”, relembra Mino, agora, em 2014.

E foi embora.

Proibiram a entrada dele no prédio, tiraram o nome do expediente e mandaram o Plínio Marcos embora.

Dorrit Harazim, uma das editoras da *Veja*, liga para o Mino e pergunta se ele receberia Roberto Civita.

Mino marcou: na minha casa às 19 horas.

Mino pergunta logo: “o que foi que aconteceu na tua conversa com o Falcão?”.

“O Falcão disse” — segundo o relato de Roberto — “que você está sempre mal-humorado, que você não é alegre. Que seria muito bom se nós substituíssemos você pelo Pompeu de Sousa” [diretor da Abril em Brasília e, depois, senador].

Mino se irritou: “Levante-se. Vou contar até três. Se depois de contar até três você ainda estiver ao meu alcance, te quebro os dentes.”

Roberto foi embora.

Dorrit voltou à carga e perguntou se Mino poderia ir conversar com Victor Civita.

Mino foi à Abril. E entrou na sala presidencial com a frase “não trabalho mais aqui! E seu filho é um cretino!”.

“Não diga isso. Cretino, não! Ele é um ingênuo!”

Mino propôs: “Recoloca meu nome no expediente, recontrata o Plínio Marcos e deixo uma carta assinada com a demissão”.

Victor pondera: “E o Falcão vai dizer o quê?”.

“Já tenho uma conversa marcada com ele”, respondeu Mino.

Mino foi ao Falcão, que o recebeu assim, adocicado:

“Mino, você está nervoso, precisa de um descanso. Vá para a minha fazenda em Quixeramobim [Ceará]. Água de coco faz bem”.

Mino disse que tinha ido ali porque Victor, Roberto Civita e Edgard de Sílvio Faria “diziam que você diz que eu sou o culpado, o responsável por tudo. Vim aqui te dizer muito obrigado”.

Mino sai dali, liga para os redatores chefes, mandou entregar a carta de demissão — dia 17 de fevereiro.

Na edição seguinte, os redatores chefes fizeram uma “Carta ao leitor”, segundo o Mino, “patética”.

Mino só perdoa um deles, Pompeu, porque enlouqueceu.

Diziam que Mino deixou a *Veja* para enfrentar novas tarefas.

Os 50 milhões de dólares saíram.

E Golbery disse a Mino: “não posso fazer nada por você. O Geisel te detesta”.

Com a saída de cena de Mino e da censura, a *Veja* se bandeou para o outro lado.

Descambou de vez com a direção de Mário Sérgio Conti,[1] que apoiou o anti-Lula de então, Fernando Collor, e continua a ir ladeira baixo até hoje. Seu antigo diretor e fundador, porém, ainda duvida que ela já tenha chegado ao fundo do poço.

Progressivamente, a *Veja* se tornou o que, no *Conversa Afiada*, se chama de “detrito sólido de maré baixa”. O ponto culminante foi a revelação de que se tornara instrumento de um contraventor, Carlinhos Cachoeira, através do chefe do escritório em Brasília, Policarpo Júnior, que o senador Fernando Collor de Mello chama de “Caneta”.

Era — quase — o fundo do poço.

Na visão de Mino Carta, por isso, a censura se deu em três degraus. O primeiro, a censura apenas aparente, era aplicada aos amigos do golpe, como o Estadão. O segundo, mais rígido, era aquela enfrentada pela *Veja*. Já o terceiro era o dedicado às publicações alternativas, que eram obrigadas a remeter todos os originais para Brasília antes da publicação. Foi o que aconteceu com os jornais *Movimento*, *O São Paulo* e *O Pasquim*.

Em teoria, há plena liberdade de expressão. Mas na prática, o exercício dessa liberdade tem que ser pautado pelo bom senso e pela prudência […] O JB teve uma parte importante na Revolução de 1964 e continua fiel ao ideário, que então pregou. Se alguém mudou foram os líderes da Revolução. [Nesse sentido] deverão sempre optar pela supressão de qualquer notícia que possa representar um risco para o jornal.[2]

Boris Casoy revela: “O jornal decidiu não enfrentar o regime. Fez autocensura”.[3]

[1]

Pouco antes da Copa do Mundo de 2014, Conti se inscreveu de forma indelével na História do Jornalismo Brasileiro. Ele entrevistou um sósia do técnico Felipão como se fosse o verdadeiro. Mesmo depois de o sósia lhe dar um cartão de visitas em que se apresentava como sósia. Conti não se fez de rogado, redigiu a trepidante entrevista como autêntica, e assim publicada na versão impressa da *Folha* — que recolheu boa parte da tiragem — e na versão eletrônica.

[2]

Kushnir. Op. cit., p. 49 [trechos de uma notável circular de Sette Câmara, diretor do *Jornal do Brasil*].

[3]

Ibidem, p. 322.

Roberto Marinho escolheu os adversários

Roberto Marinho tinha uma invejável folha de serviços prestados aos militares. É bem verdade que “seu” Frias tinha outra melhor ainda. Mas, a de Marinho permitia, por exemplo, interferir na escolha dos concorrentes.

A Rede Tupi de Chateaubriand já estava quebrada antes mesmo que seu proprietário morresse, em 4 de abril de 1968. Porém, somente no dia 16 de julho de 1980 sua concessão foi cassada pelo presidente Figueiredo. Antes, Marinho, para se vingar da CPI do Time-Life, havia levado ao ar pela Globo os líderes do movimento grevista na Tupi, que cobravam de João Calmon respeito aos direitos trabalhistas e pagamento dos atrasados.

Figueiredo, talvez sob a influência do general Golbery, que permanecia na Casa Civil, achou melhor dividir a Rede Tupi em duas, para estimular a concorrência. Marinho, que não gostou nada da ideia, teve que engolir em seco. Mas não se manteria inerte por muito tempo. Começou a trabalhar nos bastidores contra os grupos que poderiam se transformar em concorrentes perigosos: a Abril e o JB.

Contra a Abril porque, como Marinho, a editora de Victor Civita havia sido capaz de captar dinheiro americano. Marinho sabia, como todo mundo, que a família Civita tinha conexões valiosas nos Estados Unidos — e, como ele, nenhum pudor. Já o JB tinha conseguido preservar uma mínima respeitabilidade e era concorrente direto d’*O Globo* no mercado de jornais do Rio. Se o seu proprietário, Nascimento Brito, tivesse metade das qualidades (ortodoxas e heterodoxas) do empresário Roberto Marinho, seria capaz de levantar dinheiro para a televisão com a credibilidade de que o jornal ainda gozava.

Para proteger seu monopólio, Marinho procurou demonstrar que o mercado brasileiro não comportava outras redes de televisão. Só havia dinheiro para ele. Chegou a enviar documentos minuciosos e secretos ao presidente da República, que foram parar nos arquivos pessoais do secretário particular do presidente, Heitor Aquino Ferreira.[1]

A Abril tinha contra si a questão da nacionalidade. Afinal, não eram os Civita —

Victor e seu primogênito Robert — ítalo-americanos, ou americano-italianos, que se naturalizaram brasileiros? Robert inclusive se transformou em Roberto, para todos os efeitos, a fim de tentar contornar a situação. Leonel Brizola costumava se perguntar: “Quantos passaportes têm os Civita?” Eles teriam que gastar muito latim para contornar a lei que exigia nacionalidade brasileira dos donos de televisão.

Já o problema do JB era empresarial e político. Político porque Figueiredo e seus aliados não confiavam no “governismo” de Nascimento Brito, que tinha uma história de inclinações políticas erráticas.

Quando Nascimento Brito morreu, escrevi esse artigo para o JB, a convite do editor do jornal, Nilo Dante, e republiquei no *Conversa Afiada*:

O Norte e o Sul

O dr. Brito tinha atributos que os outros, como Chateaubriand e Roberto Marinho, não tinham. A começar pela altura. E especialmente o garbo. O dr. Brito não era um empresário, no sentido de empreendedor. Nem um administrador. Ele era “dono de jornal”, atividade que dispensa as outras. Aliás, Chateaubriand e Roberto Marinho também eles foram mais “donos de jornal” do que empresários. Ser “dono de jornal” precede a profissionalização do negócio da comunicação e tinha muito a ver com controle político e glamour.

O dr. Brito olhava para Norte e para o Sul. Para o Norte, por influência da mãe, inglesa. Para o Sul, porque pertencia a uma elite que protegia e desdenhava. Vou aqui tratar do dr. Brito virado para o Norte. Porque foi com ele nessa posição que vivi algumas das experiências mais ricas do meu trabalho como jornalista.

Trabalhei com ele no período que começa em Geisel e quase chega a Tancredo. Fui editor de economia, redator chefe e editor do jornal.

Havia seca no Nordeste e o correspondente Egídio Serpa mandou uma foto em que um retirante barbudo e esquálido segurava uma lagartixa que se preparava para comer. Dei a foto aberta na primeira página, no alto, à direita. Na mesma edição, uma foto interna mostrava Delfim Netto e Ernane Galvêas num jantar em Paris. O correspondente William Waack mandou o cardápio e o preço de cada prato. No dia seguinte, Chico Caruso fez o retirante nordestino bater no vidro do restaurante com a lagartixa, e os dois ministros lá dentro, perplexos.

Não choveu no Ceará, mas choveu canivete em cima de mim. E o dr. Brito firme.

O papa João Paulo II veio ao Brasil. Chovia canivete. Uma cerimônia no Pacaembu, à noite, o estádio cheio. O papa debaixo do guarda-chuva, com a ajuda de um operário, foge do script *e começa naquele português do papa: "Pela Justiça! Pela Justiça social!"*

Manchete do Jornal do Brasil *no dia seguinte: "Papa aos operários: 'Pela Justiça. Pela justiça social!' ". Com interjeição e tudo. Choveu canivete de novo. Um cavalheiro de suspensórios bradava do Palácio do Planalto: "Mentira! O papa não disse isso!". E o dr. Brito firme.*

Nunca tive muita certeza de o dr. Brito comprar essas brigas. Porém, uma certeza eu tinha. Ele queria demonstrar, todo dia, que era melhor que "ele". Quer dizer, O Globo. *E para ser melhor que* O Globo *era preciso fazer um jornal virado para o Norte. Foi por isso que Odylo Costa, filho, Janio de Freitas, Alberto Dines e Walter Fontoura sentaram naquela cadeira. Duas, três vezes por semana, na hora mais alucinada do fechamento, lá vinha o dr. Brito com o dr. Bernard (Bernard Campos, seu escudeiro, a vida toda) a tiracolo, à minha sala, para saber "como é que nós vamos pegar 'ele' amanhã?".*

Vivi esse cotejo entre o Norte e o Sul em dois momentos inesquecíveis. Em 1981, na bomba do Riocentro. O chefe de reportagem era Luiz Mário Gazzaneo. Os dois repórteres, Eraldo Dias e Fritz Utzeri. Eu larguei mal. No dia, fiquei com medo de dar dimensão política ao que poderia ser apenas um acidente trágico. O Gazzaneo não se conformou: "Essa foto desse cara morto, isso é a foto do [Aldo] Moro!" Decidi dar na primeira, mas abaixo da dobra.

Falha minha. No dia seguinte, pegamos "ele". Eraldo e Fritz reconstituíram o episódio e fizeram um desenho que explicava tudo. Tudo muito claro, desapaixonado. Era tão óbvio. Um atentado político que deu errado. Uma bomba no meio da batalha entre Golbery e Medeiros, no Palácio do Planalto. Golbery caiu fora, não porque fosse um Thomas Jefferson, mas porque Figueiredo escolheu o outro. O outro, que parecia estar no banco de trás daquele diagrama do Eraldo e do Fritz (era o general-chefe do SNI, Otávio Medeiros, rival de Golbery). Quando o coronel Job de Sant'Ana veio explicar que eles eram as vítimas, todo mundo já sabia — por causa do Eraldo e do Fritz — que se tratava de uma farsa.

Choveu canivete. O governo Figueiredo mostrava a cara. Me lembro que "ele" (Roberto Marinho) deu uma manchete para anunciar uma terceira bomba no carro. O dr. Roberto foi chamado ao I Exército e no dia seguinte teve que engolir a manchete. Fez outra com o desmentido.

E o dr. Brito? Firme? Firme.

Em 1982, o candidato a governador pela Arena, Wellington Moreira Franco, foi fazer uma visita ao Jornal do Brasil *e me disse para ficar atento, porque havia a possibilidade de o pessoal da Baixada Fluminense não ter aprendido a votar — e o Brizola perder muito voto. Dias depois, o repórter político Rogério Coelho Neto me disse que tinha conversado com um cara do SNI, que avisou: vai ter muito voto branco e nulo na Baixada. E se o Brizola não sair muito forte da Baixada, o Moreira, que sai forte do interior, ganha a eleição (era uma eleição em que o eleitor tinha que votar no mesmo partido de governador a prefeito: era o "voto vinculado" para beneficiar a Arena).*

Aí apareceu na redação alguém para oferecer os serviços de apuração da Proconsult, a empresa de informática que ia contar os votos para o Tribunal Eleitoral. Pedi ao redator-chefe, Hedyl Rodrigues Valle Jr., e ao responsável pela estatística da nossa cobertura, Pedro do Coutto (antigo funcionário do Ibope), para assistirem à conversa. Mesma história: o Brizola vai sair fraco da Baixada. É uma situação inesperada, difícil de captar, disse o personagem. É melhor ficar com os nossos serviços a comprometer a credibilidade do Jornal do Brasil.

Ficar com a Proconsult — que ia fazer o mesmo serviço para "ele" — saía mais barato. Montar estrutura própria, mesmo com a ajuda da Rádio JB, era mais caro. O Hedyl decidiu por mim: temos que ficar com o Pedro do Coutto.

O que o dr. Brito achava disso tudo? O representante da Proconsult que nos procurou era da confiança da empresa.

O dr. Brito não deu palpite. Mas, era um risco. Paciência.

A Globo e O Globo *saíram com projeções da vitória do Moreira. Desde o início, o JB (e Pedro do Coutto) garantiam que a projeção com os primeiros números (em boa parte apurados pela Rádio JB) permitia garantir a vitoria de Brizola. Foi um Deus nos acuda. "Ele", Moreira. Nós, Brizola. E o dr. Brito torcia pelo Moreira. E assim foi por vários dias. Até que Pedro do Coutto me ofereceu a*

manchete: "Brizola confirma vitória: Margem deve ser por 126 mil votos". Erro grave, gravíssimo: foi de 121 mil.

Terminada a eleição, redigi, com prazer que sou capaz de reproduzir até agora, uma correção que ocupou toda a página três do jornal. A página em branco e no alto, ao centro, em negrito: "Correção: erramos… não foi de 126 mil, mas de 121 mil etc."

Faltava tripudiar. Brizola às turras com a Rede Globo e nós investimos na apuração da trama da Proconsult. O repórter Ronald de Carvalho revelou o "fator Delta", que no programa de computador tirava votos de Brizola.

Àquela altura, eu não sentia firmeza absoluta sob os pés. O dr. Brito e o dr. Bernard já não vinham tanto à minha sala. Uma coisa era acertar quem ia ganhar a eleição. Outra, mostrar que o SNI ia fraudar o resultado da eleição. Choveu canivete. E o dr. Brito, bem, o dr. Brito, digamos, firme.

Aí o dr. Brito passou muito tempo voltado ao Sul. A situação econômica do jornal se deteriorou e a redação tinha que fazer cortes. E mais cortes. Até que um dia ele me mandou embora, com a maior elegância — e ele não faria de outra forma. Eu, de minha parte, de tanto escutar o Hedyl, que já estava na televisão, me convenci: chega de ajudar a construir a imagem dos outros — trate da sua.

O dr. Brito me mandou embora numa quinta-feira. Na sexta, não abri jornal. No sábado, num hotel em Búzios, acordo quase dentro d'água. Peço o JB à camareira. Tomei um susto. Não sobrevivia uma única, mísera mudança que eu tinha feito na cara do jornal.

A essa altura, vinte anos depois, isso não tem a menor importância. O que importa é que eu trabalhei no Jornal do Brasil *quando ele era o melhor jornal do Brasil. Fiz muita coisa que não queria. E fiz muita coisa que só seria possível no* Jornal do Brasil.

Por falar em negros…

Nascimento Brito também proibia a publicação de fotos de negros na primeira página do *Jornal do Brasil*, com exceção de Pelé.

Quando assumiu o cargo de editor-chefe do *Jornal do Brasil*, Fernando Pedreira

disse a amigos que sua primeira tarefa seria impedir a publicação de editoriais a favor do *apartheid* da África do Sul.

Mesmo na imprensa conservadora brasileira, o *Jornal do Brasil* era o único que, abertamente, defendia o *apartheid*.

Nascimento Brito se deixou fascinar pelo *apartheid* depois de uma viagem à África do Sul, de jatinho particular, com o banqueiro Julinho Bozzano, do então poderoso Banco Bozzano-Simonsen.

Ainda sobre negros:

Nos últimos trinta anos de vida de nosso personagem, um novo paradoxo se manifesta. Na sua ação ininterrupta a despeito da idade, Roberto antecipa a velhice que hoje se anuncia generalizada, cada vez mais longa e ativa. Ao mesmo tempo, é inevitável, torna-se um homem de "época", com modos, expressões e hábitos de outrora. O uso do pó de arroz, por exemplo. Pode perfeitamente ser reflexo de uma questão mal resolvida quanto ao sangue negro que os brasileiros carregam, e pelo qual fora ofendido. Ou, simplesmente, como crê Lily Marinho, é um hábito trazido de outros tempos.[2]

A questão empresarial, por sua vez, era bem simples: Nascimento Brito já havia perdido por três vezes a chance de ser empresário de televisão. Na primeira, Kubitschek lhe concedeu uma estação em Niterói, mas Brito não conseguiu colocá-la no ar. Em outra ocasião, já mencionada neste livro, o grupo americano ABC se mostrou disposto a se associar a ele, mas Brito declinou por temer as consequências da CPI do Time-Life. E, por fim, com a Bandeirantes, ele ficou com uma das pernas da Excelsior, mas não deu em nada.

Otimista, Brito chegou a convidar Walter Clark, que havia saído da Globo, para ser seu sócio na emissora que surgiria das ruínas da Tupi. Além disso, mandou estagiar na BBC um dos mais destacados profissionais do jornal, Carlos Lemos. Porém, a rigor, já era uma batalha perdida. Roberto Marinho batia em gato morto. A Abril e o JB nunca tiveram chance.

---

1 Esta e outras informações que se seguem foram recolhidas pelo autor, nessa época editorialista do *Jornal do Brasil*, onde ouviu desabafos de

Nascimento Brito, que se referia a Roberto Marinho apenas como “o crioulo” ou “ele”.

2

Bial, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 253.

A morte do melhor jornal do Brasil

Quando o JB finalmente fechou em julho de 2010, publiquei esse artigo no *Conversa Afiada*:

O Globo *de hoje, na página A7, a página de (uma só) "Opinião", parece encerrar a missa de sétimo dia da edição impressa do* Jornal do Brasil.

*Com a leitura d'*O Globo*, confesso que verti lágrimas copiosas.*

Chorei como Rigoletto, no ato III, diria o Nelson Rodrigues.

Que pena, o JB fechou.

Que saudades do dr. Brito, da condessa, do prédio da Av. Brasil, 500.

Que resistência, que liberais, que romantismo!, diz O Globo*!*

Vamos com calma.

O necrológio do JB deveria tratar de personagens solenemente ignorados.

O dr. Roberto Marinho, aqui também tratado como "Rupert Marinho", em homenagem à sua semelhança com Rupert Murdoch, e o Dr. Brito, o Nascimento Brito, dono e coveiro do JB.

Os redatores patrólogos preferiram recordar a Baía de Guanabara que se via da redação do JB a tratar dos patrões.

Como diz o Mino Carta, o Brasil é o único lugar do mundo em que jornalista chama patrão de colega.

O dr. Roberto Marinho infringiu todas as normas de Ética e de Boa Governança para que O Globo *quebrasse o* Jornal do Brasil.

Como o Brasil é um país (quase) sem leis.

E como boa parte da agonia do JB se deu no regime militar — de que Marinho

foi beneficiário e benfeitor — Marinho matou Nascimento Brito a conta-gotas.

*Vendeu anúncio d'*O Globo *a preço de* dumping*, com que o JB não podia competir.*

*Fez venda-casada com a televisão: anuncie n'*O Globo *que te dou a TV; e vice-versa.*

*Se alguém anunciava no JB e não anunciava n'*o Globo*, recebia um telefonema logo de manhã entre carinhoso e ameaçador.*

Roberto Marinho se aproveitou da cross-ownership *de uma forma vergonhosa: a TV Globo faz anúncio do jornal* O Globo*, a rádio faz anúncio do jornal, e o jornal da TV e da rádio.*

A partir de sexta-feira, na praça do Rio, a TV massacrava o espectador com chamadas para O Globo *de domingo, a edição mais lucrativa da semana.*

O JB fez uma pesquisa, a certa altura, e descobriu que muita gente achava que o produto "jornal" era O Globo.

O Nascimento Brito não reagiu?

Não.

Por que não?

Porque era arrogante.

E porque era incompetente.

A arrogância o impediu de admitir que O Globo *se tornava mais forte do que ele, aos poucos.*

*E incompetente, porque não soube montar opções à ofensiva d'*O Globo.

Nem empresariais, nem políticas.

O Jornal do Brasil *recebeu do JK um canal de televisão em Niterói.*

Ao mesmo tempo em que Rupert Marinho se associou ao Time-Life, Brito

namorou a CBS e a ABC americanas.

As negociações não foram em frente, porque ele não tinha grana, não sabia como levantar grana, e porque ficou com medo da campanha que se moveu contra a ligação do Rupert Marinho com o grupo americano Time-Life.

(Essa ligação ilegal só se "limpou" no governo Costa e Silva, quando o governo militar encheu a Globo de anúncio pelo preço de tabela, para Rupert Marinho comprar de volta as ações dos americanos.)

Nascimento Brito chegou a contratar Walter Clark para dirigir a futura TV JB.

Mandou o jornalista Carlos Lemos estagiar na BBC.

Mas, não teve bala.

Quando os Associados quebraram, Brito esboçou concorrer para herdar as concessões.

Nem foi ao páreo.

Marinho trabalhou o governo Figueiredo, que teve a genial ideia de entregar o espólio de Chateaubriand a Silvio Santos e à Manchete de Adolpho Bloch.

(O que não poderia ser melhor para o dr. Rupert.)

Depois, Brito foi incapaz de combinar força política com ações judiciais e enfrentar a guerra comercial, desleal, que "Rupert" Marinho desfechava.

Não teve coragem.

Nem sabia como enfrentar Marinho.

E sobre o "liberalismo" do Nascimento Brito, calma lá!

Sobre a resistência ao regime militar, também devagar com o andor.

Brito navegou no regime militar mais para lá do que para cá.

Num certo momento, Brito entrou na conspiração do general Hugo Abreu, para fazer o "Frotinha", como ele dizia, com deboche (ministro do Exército Sílvio

Frota) sucessor de Geisel.

(Geisel empalou o "Frotinha" com a facilidade com que se mata uma mosca. Mas, o notável "colonista" Elio Gaspari, em obra interminável, transformou o episódio numa Batalha das Termópilas, para que Geisel saísse como o Xerxes dos Pampas.)

Nascimento Brito não era melhor nem pior do que qualquer dono do PiG.[1]

Em alguns momentos, porém, como acontece também no PiG, ele tinha surtos e se lembrava do papel da Imprensa.

Tive a oportunidade de viver alguns desses breves momentos.

Atribui-se a Roberto Marinho a frase "os jornais morrem dez anos antes". Errou com relação ao JB. O JB estava morto 30 anos antes. Durou muito.

Em 1981, Nascimento Brito me mandou a um seminário do API, American Press Institute, em Reston, Virginia, Estados Unidos.

Era para redatores-chefes do mundo inteiro.

Cada qual levava uma semana de exemplares de seu jornal para ser analisado, em grupos, pelos demais. E todos tinham aulas comuns.

Voltei com o rabo entre as pernas.

A situação do JB era crítica, senão terminal.

Ao voltar, em 23 de dezembro de 1981, preparei para Nascimento Brito e Walter Fontoura, diretor de redação, um "diagnóstico".

Na verdade, percebi depois, tratava-se de um aviso fúnebre, que registrava a ascensão vertiginosa d'*O Globo* sobre o mercado de jornais do Rio, especialmente sobre a classe média e a classe A, essa, até então, monopólio do JB.

JORNAL DO BRASIL LTDA.

Doc. 8. —
Jornal B
198
- Diagnóstico

I - DIAGNÓSTICO

23/11/81

JORNAL DO BRASIL LTDA.

I - DIAGNÓSTICO

A- FORA DO PRODUTO

1. O JB está lutando contra o Censo e perdendo a batalha. (*ver os mapas*)

2. A circulação em 81 teve crescimento 0, na cidade do Rio, (cresceu 2.2% no total). Este é o resultado de uma política não existente de marketing, que não responde às questões básicas: onde queremos circular? e a quem queremos vender?

3. Como o JB não tem uma política de marketing, não podemos determinar o número de exemplares, a mais, a serem vendidos numa determinada área - o diretor de marketing do JB é o conjunto das capatazias.

   (No seminário do API, nenhum jornal tinha mais de 10% de venda em bancas)

4. O Globo (apoiado pela TV, que é a 1a. fonte de informação de qualquer leitor, aqui e no mundo) botou o pé na classe A

   JB 52%
   OG 41%
   (preponderância do JB: 5/4)

   E domina francamente a classe B

   JB 10%
   OG 38%
   (preponderância de OG: 4/1)

JORNAL DO BRASIL LTDA.

5. O crescimento de O Globo se fêz:
   a) em cima da zona da Central (onde tem 43% de suas vendas)
   b) aos Domingos (quando dobra o número de leitores do JB que também lêem o Globo, embora o leitor do JB - 56% o lêem diariamente - seja mais fiel que o do O Globo - 47%.)

6. Pontos fortes de O Globo, no domingo:

   - SUPLEMENTOS (1a. razão para ler OG e 4a. para ler o JB no domingo)
   - TV
   - MULHER
   - QUADRINHOS

7. O leitor do JB é mais jovem (32 x 34 de O Globo), mas a proporção de mulheres é melhor para o Globo: JB é mais masculino do que feminino.

8. Em suma: o JB está confinado na classe A de uma região restrita da cidade.

	CLASSE A	CLASSE B
JB	52	10
OG	41	38

9. Há uma evidente desproporção entre o que os leitores acham do JB e de OG, e o que efetivamente fazem na hora de comprar um jornal:

- 41% da amostra acham o JB um jornal melhor; mas só 35% compram o JB

- 49% da amostra acham OG melhor, mas 61% o compram

Logo, o marketing de OG é melhor que OG.

10. É inútil acreditar que o carioca lerá 2 jornais e que eles serão OG e JB, porque:

a) Also reads regularly:

regularly reads	JB	OG
JB	-	49%
OG	28%	-

∴ tendência é ler só OG

b) Na amostra, o número de pessoas que lêem o JB e também OG é o mesmo das pessoas que lêem OG e também o JB. Logo, são as pessoas de renda mais alta, que já foram atingidas pelos 2 produtos e complementam um (JB) com o outro (OG).

JORNAL DO BRASIL LTDA.

B- DENTRO DO PRODUTO

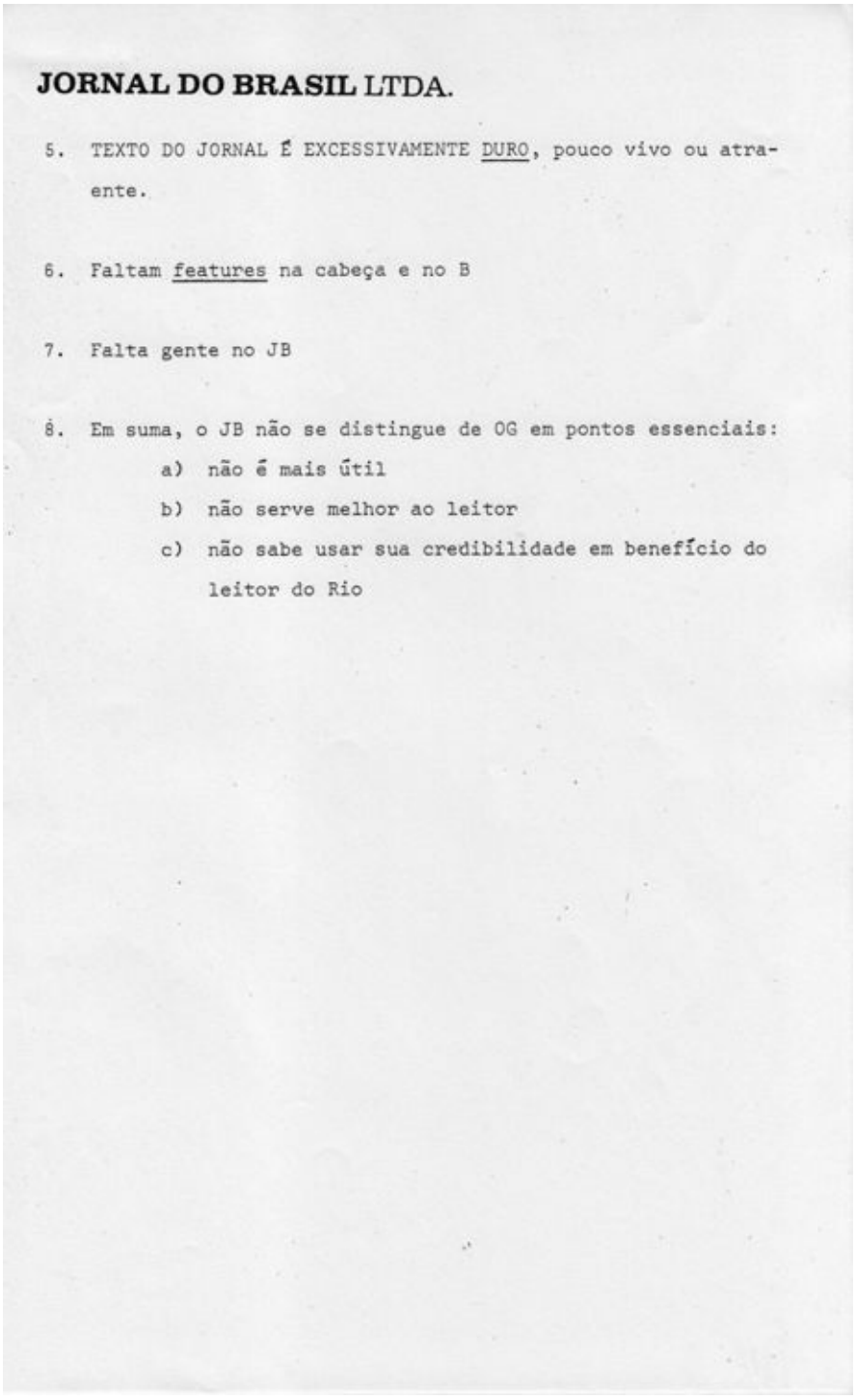
1. Pior IMPRESSÃO do Seminário do API, independente de ser letterpress ou offset ou da qualidade do papel.

2. O jornal é CINZENTO E DIFÍCIL DE LER
   a) PADRONIZAÇÃO DA PAGINAÇÃO
   b) MÁ UTILIZAÇÃO DE FOTOS E "ARTES"
   c) TIPOLOGIA PEQUENA E APERTADA, com a utilização de 8 cols.

3. O JB dá mais do que o leitor pode (e talvez deseje) ler. (Nos Estados Unidos, o leitor gasta 24' lendo jornal; uma página do JB consome 8').
   - o maior espaço editorial dos EUA
   - comparar com Washington Post, com duas explicações:
     - incorporou o Star
     - Semana da Polônia (duas páginas por dia)

4. DISTORÇÃO NAS ÊNFASES do noticiário
   - Excesso de política e nacional
   - Escassez de Economia
   - Má utilização do espaço do esporte
   - Escassez de Mulher e Problemas da mulher, sobretudo no B
   - Fraca Performance nos Domingos, principalmente nos suplementos:
     - falta de TV
     - fraco COMICS
     - excessivo distanciamento do Especial do leitor

	Política	Cidade	Nac.	Int.	Opinião	Eco	Esp.	Total págs. p/ dia	Nº de pessoas na redação	Budget anual US$ milhões	Circulação	
											dia de semana	domingo
JB	2.8 (4.4 com Nac)	2.8	1.6	2.5	1.6	2.6	4.4	18.4	401	8	147	245
Washington Post	2.9 (inclui Nac.)	2.3	-	2.9	2	5	3.3	18.4	506	25	730	950



JORNAL DO BRASIL LTDA.

5. TEXTO DO JORNAL É EXCESSIVAMENTE DURO, pouco vivo ou atraente.

6. Faltam features na cabeça e no B

7. Falta gente no JB

8. Em suma, o JB não se distingue de OG em pontos essenciais:
   a) não é mais útil
   b) não serve melhor ao leitor
   c) não sabe usar sua credibilidade em benefício do leitor do Rio

“O JB está lutando contra o Censo e perdendo a batalha.”

“A circulação em 1981 cresceu zero na cidade do Rio” (eu desconfiava que o dr. Brito não queria vender muito, para não gastar com papel de jornal; se circulasse no Country Club, para ele bastava).

“O diretor de marketing do JB é o conjunto de capatazias” — que distribuem os jornais às bancas.

“*O Globo* quase ganha na classe A.”

Preponderância do JB, 5/4.

E domina francamente a classe B.

Preponderância d’*O Globo*: 4/1.

“O JB está confinado na classe A.”

“É inútil acreditar que o leitor carioca lerá dois jornais.”

“O JB não se distingue d’*O Globo* em pontos essenciais:”

- “não é mais útil”;
- “não serve melhor o leitor”;
- “não sabe usar sua credibilidade em benefício do leitor do Rio.”

“O que fazer?”, perguntava o segundo capítulo do diagnóstico.

O JB não entrou na classe B e morreu.

Mas, certamente, se não morresse ali, morreria mais tarde, na companhia da *Folha*, do Estadão e, em seguida, do próprio *O Globo*, que, a partir de certa altura, passou a ser sustentado pela TV Globo.

Também eles perderam a batalha do Censo e da Demografia — os jovens não leem jornais.

Os jornais não entraram na classe B — até o fim de seus dias.

Pregavam aos convertidos — a doutrinação ideológica do PiG os circunscreveu a espaço restrito, minoritário — da direita à extrema direita.

E a internet e a mobilidade acabaram por fechar a tampa do caixão.

Mas, como o *New York Times*, o JB poderia sobreviver na internet.

Até que tentou.

O colapso do JB foi trágico.

Para um grupo de pessoas que pensam — no Rio e no Brasil — significou uma perda significativa.

O Globo fechou o espaço para o debate de ideias.

A ligação genética d'*O Globo* com a televisão transformou o jornal num complemento impresso da visão de mundo da televisão: superficial, parcial, manipuladora.

A tevê subjugou o jornal, pelo bolso e pela cabeça.

Os Capuletos sempre foram mais medíocres. E muitos Montéquios que viravam Capuletos — e não foram poucos — se mediocrizaram (ou pior) para sobreviver. De muitos deles, Mino Carta dizia: "são piores que os patrões".

---

[1]

Em nenhuma democracia séria do mundo jornais conservadores, de baixa qualidade técnica e até sensacionalistas, e uma única rede de televisão têm a importância que têm no Brasil. Eles se transformaram num partido político — o PiG, Partido da Imprensa Golpista.

Alexandre Maluf Garcia

No dia 19 de março de 1981, saiu o resultado da concorrência dos sucessores dos Associados: os novos concorrentes de Roberto Marinho seriam Adolpho Bloch e Silvio Santos, que já entravam no ringue com uma das mãos amarrada às costas. Como previra Nascimento Brito, esses dois jamais trairiam o regime militar depois de receber uma rede de televisão.

Algum tempo antes, Silvio Santos havia escrito uma carta ao governo Geisel. Comprometia-se a criar uma emissora dedicada à cultura e à educação do povo:

Brasília, 23 de julho de 1975

Meu caro presidente Geisel,

É meu desejo formar uma rede de emissoras de televisão que aumentará a produtividade [sic] Nacional, auxiliando as pequenas e médias empresas com publicidade sem ônus [sic], profissionalizar os universitários de talento artístico, ampliar o mercado de trabalho para o Artista Brasileiro e dar ao Povo do nosso país uma programação que reúna Cultura [sic], Informação, Música e Entretenimento.

Esteja certo de que eu não vou decepcioná-lo. Pode confiar.

Ajude-me a ajudar o Brasil, permitindo que este desejo se torne muito breve em realidade.

Atenciosamente,

Silvio Santos[1]

Talvez o que tenha pesado mais a favor de Silvio Santos foi o fato de ele possuir amigos do peito no governo. Délio Jardim de Mattos, ministro da Aeronáutica nos governos Geisel e Figueiredo, era seu fã. Além disso, Silvio tinha a simpatia de Dulce Figueiredo, mulher do presidente e parente de Carlos Renato, jurado de um de seus programas de auditório. Acredita-se que outro apoio importante tenha sido o do chefe do SNI, general Otávio Medeiros.

No entanto, Silvio Santos jamais pensou em tornar sua emissora maior que a Globo. As chamadas institucionais do SBT deixavam isso bem claro. Numa delas, em 1985, o narrador dizia: "Não percam *Roque Santeiro*, na Globo. Mas, depois da novela, não deixem de assistir à série *Pássaros Feridos*. Não se preocupem se a Globo esticar a novela. Só começamos depois que a novela acabar". Outro exemplo pode vir do tema de uma campanha publicitária: "SBT, líder absoluto da vice-liderança".

Adolpho Bloch, por sua vez, era um gráfico que se tornou editor de revistas com a ajuda de JK. E de outros também. Conheci um empreiteiro de São Paulo que recebeu do governador Ademar de Barros a função de "dar dinheiro ao Adolpho" sempre que este precisasse.

Seus sobrinhos, Oscar Bloch e Pedro Jack Kapeller, o Jaquito, conseguiram convencer Adolpho de que, sem a televisão, eles não teriam bala para enfrentar a concorrência das revistas da Abril. A primeira vítima seria o carro-chefe da empresa, a revista *Manchete*, que progressivamente perdia espaço para a *Veja*.

Bloch contava também com uma arma poderosa: a flexibilidade política, que lhe permitiu continuar fiel a JK, mesmo depois de este ter sido cassado pelos militares, e também aos próprios militares. Oscar Bloch, responsável pela publicidade do grupo, fazia milagres para arrancar anúncios de empresas estatais, como a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, o Banco do Brasil, a Eletrobras e até o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o DNER. Se o regime militar e o então manda-chuva do DNER, o senador Eliseu Resende, do DEM-MG, tivessem construído todas as rodovias que a *Manchete* prometeu, o Brasil teria mais estradas asfaltadas que os Estados Unidos.

Porém, quem mandava mesmo na revista era a Petrobras. Atan Barbosa, responsável pela publicidade da estatal petroleira na gestão de Shigeaki Ueki, era recebido na sala de reuniões do Departamento Comercial da Manchete, no prédio da Praia do Russel (projetado por Oscar Niemeyer), com champanhe

francesa e presunto de Parma. A primeira imagem que a TV Manchete exibiu foi o logo da Petrobras.

Mas não foi isso o que proporcionou a concessão da rede de TV a Adolpho Bloch: “Quem nos deu a televisão foi o Alexandre”, dizia Oscar Bloch, ao se referir a Alexandre Garcia, proeminente editorialista do *Bom Dia Brasil*, da Globo. Mas não sem a ajuda providencial do “adversário” Roberto Marinho. Nas palavras de Jorge Serpa:

O Bloch foi ao gabinete do Roberto e disse: “Eu não tenho condição de apresentar o projeto, vou perder [a concessão]”. O Roberto organizou um grupo na Globo para fazer a Rede Manchete. Todo o projeto foi feito pelo grupo da Globo. […] Quando se inaugurou a Manchete, as primeiras palavras do [Adolpho] Bloch foram de agradecimento a Roberto Marinho.[2]

Alexandre Garcia foi o primeiro assessor de imprensa do presidente Figueiredo. Por 18 meses. Saiu por causa de fotos que tirou para a revista *Ele & Ela*, nas quais aparecia seminu em cima de uma cama. O ex-assessor de imprensa de Figueiredo costumava acolher o pessoal da *Manchete* de braços abertos nos tempos de governo. Kapeller, por exemplo, quando ia a Brasília, se hospedava na casa de Garcia.

Assim, ao deixar o Palácio do Planalto, era natural que Garcia fosse, como foi, para a revista *Manchete*. A essa altura, porém, já havia cultivado a amizade do presidente da República e de ministros estratégicos, como Haroldo de Mattos, das Comunicações, e Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica. Mais tarde, já na televisão, fazia intermináveis reportagens em torno das “ordens do dia” de Délio. Ninguém entendia o que Délio queria dizer, em uma época em que o presidente Figueiredo ainda não sabia o que fazer em termos de sucessão. Ninguém além de Garcia entendia o motivo daquelas matérias, nem mesmo Délio.

Alexandre Garcia foi nomeado diretor da TV Manchete em Brasília, mas, na verdade, se dedicava exclusivamente às reportagens políticas.

Mais tarde, já na Globo, Garcia, por certo tempo, saiu da cobertura do Planalto. Segundo Roberto Marinho, em entrevista à *Folha*, “Garcia era identificado como uma espécie de porta-voz do governo”.

E foi com essas “reportagens políticas” que Garcia entrou de corpo e alma na

campanha de Paulo Maluf, candidato a presidente contra Tancredo Neves em eleições indiretas, decididas pelo Colégio Eleitoral formado por membros do Senado e do Congresso Nacional. Logo ficou claro que a TV Manchete só conseguiria cobrir o movimento “Diretas Já” à revelia da sucursal de Brasília — e foi o que ela fez. Esse era um assunto que não interessava a Garcia — nem a Maluf. Nem a Roberto Marinho, aliás, como se verá adiante.

Quando a batalha pelos votos no Colégio Eleitoral estava no auge, Paulo Maluf enviou seus colaboradores Calim Eid e Said Farhat ao gabinete de Adolpho Bloch, no último andar do prédio da Manchete, no Rio. Bloch, por sua vez, me convocou e a Arnaldo Niskier para a reunião. Eu trabalhava como uma espécie de “editor de notícias”, responsável pelo principal telejornal da casa, o *Jornal da Manchete*, no qual, diretamente de Brasília, Garcia controlava a cobertura política.

Maluf queria saber quanto custava comprar o jornalismo da Manchete.

Sim! Comprar só o jornalismo da emissora!

Se Bloch aceitasse a oferta, Alexandre Garcia se tornaria — segundo os intermediários de Maluf — o responsável pelo *Jornal da Manchete*, e todo o noticiário da emissora seguiria sua orientação. Bloch não disse nem “sim” nem “não”. Na verdade, o que fez foi apenas enrolar Maluf. Àquela altura, talvez já desconfiasse que o ex-governador de São Paulo estivesse perdido e que aquela proposta não passava de uma demonstração de fraqueza.

Recebi, no JB, do repórter Etevaldo Dias, um “relatório” para não publicar de uma conversa que teve com Mário Andreazza, adversário de Maluf na indicação do Arena.

Como competir com Maluf em uma convenção? Cada viagem de Maluf envolve mais gente do que uma viagem do Figueiredo, são duzentas pessoas. Levam até assistência, gente para fazer faixa, tudo. Não sei como ele pode sustentar isto. Não há dinheiro que sustente isto. Creio que ele está levando dinheiro de toda a indústria paulista que o apoia.

Andreazza confiava no apoio de Figueiredo, mas com restrições:

Um presidente que tá saindo, que força que tem? Ainda mais contra um homem que não tem escrúpulos. Um parlamentar não precisa ir até o Banespa hoje, o

Banespa vem atrás dele. Um político está em dificuldades e de repente aparece um gerente do banco oferecendo dinheiro.

A batalha Maluf *vs* Andreazza pela sucessão de Figueiredo foi tema de lamentável desencontro entre mim e Chico Caruso, então o chargista principal do *Jornal do Brasil*.

Lutfalla é o sogro do Maluf que conseguiu um "empréstimo-Mandrake" no BNDE.

Delfin era a caderneta de poupança Delfin (com *n*), esperteza de Ronald Levinsohn, que quebrou e quase leva o Andreazza junto.

Como ministro do Interior, Andreazza mandava no BNH. E Levinsohn travou uma batalha — com a ajuda do JB — contra o BNH.

Perdeu.

Maluf, Andreazza e Levinsohn mantinham relações afetuosas com a direção do *Jornal do Brasil*. E, como fazia com todas as charges de natureza política, que saíam na página "Opinião" do jornal, encaminhei-a a superior apreciação.

A empresa decidiu não publicar.

Comuniquei o fato ao Chico.

Chico mandou um bilhete em resposta, em 24 de junho de 1983:

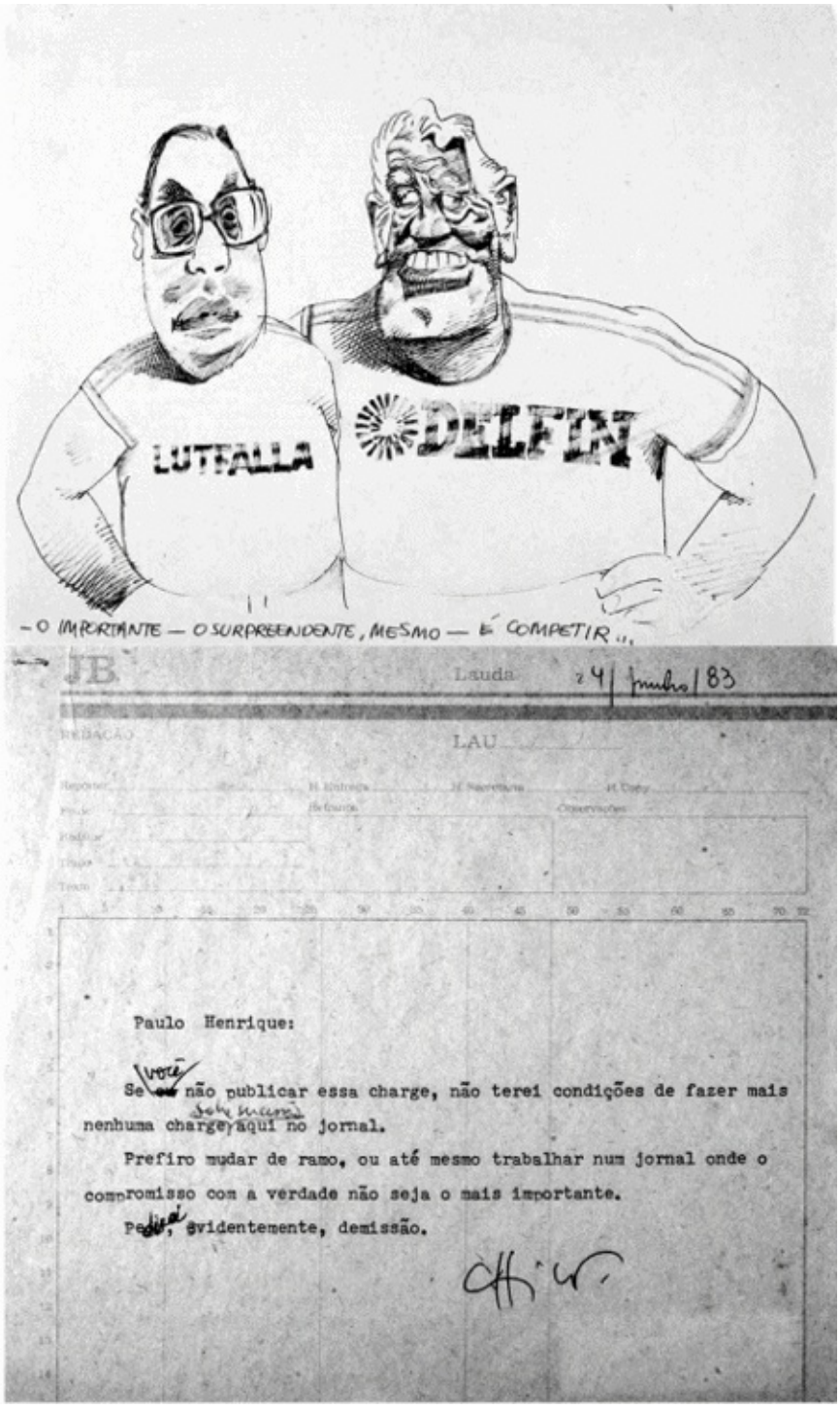
Paulo Henrique,

Se você não publicar essa charge, não terei condições de fazer mais nenhuma charge sobre sucessão aqui no jornal.

Prefiro mudar de ramo, ou até mesmo trabalhar num jornal onde o compromisso com a verdade não seja o mais importante.

Pedirei evidentemente demissão.

A charge não saiu, ele não pediu demissão e depois foi trabalhar n'*O Globo*.



Maluf com “Lutfalla” no peito e Andreazza com “Delfim”. “O importante — o surpreendente, mesmo — é competir…”, diz a legenda.

De volta ao Garcia, que, nessa e em outras sucessões, se debatia com a verdade com muito menos angústia.

A identificação de Garcia com Maluf — e, portanto, da Rede Manchete com o

candidato — havia se tornado um fato notório. A essa altura, eu já tinha avisado a Bloch que iria sair da Manchete. Não disse que iria para a Globo, mas tinha tudo acertado para trabalhar com Armando Nogueira — só não sabia em que função.

Inesperadamente, Adolpho Bloch me pediu um favor. Ainda que não fosse mais funcionário da empresa, fui convidado para ser um dos entrevistadores de Tancredo Neves no programa *Debate em Manchete*, ancorado e dirigido por Arnaldo Niskier. Somente depois soube que, através do sobrinho, Francisco Dornelles, Tancredo disse a Bloch que não participaria do programa caso Garcia fosse um dos entrevistadores. Antes de avançar sobre uma feijoada que Bloch servia aos convidados toda sexta-feira, dia da gravação do programa, Tancredo se aproximou de mim. Puxou-me pela lapela do paletó — um velho hábito — e cochichou: “Muito obrigado, o Dornelles me contou tudo”.

Passadas as eleições, Garcia continuou na TV Manchete, onde fazia um quadro em que utilizava imagens e declarações “em off” para satirizar políticos. Foi Antônio Carlos Magalhães quem convenceu Roberto Marinho a levar o quadro para o *Fantástico*. Para justificar sua saída da Manchete, Garcia disse que havia ficado envergonhado com as imagens explícitas de um baile de Carnaval exibido pela emissora…

No entanto, enquanto o SBT oferecia uma programação que não se poderia chamar de BBC brasileira, a Manchete, apesar dos carnavais, ia ao polo oposto. Dizia uma de suas vinhetas: “Rede Manchete: televisão de primeira classe”. Boni amaldiçoou: “Toda vez que você ouvir falar em televisão para a classe A, saia correndo”. Opinião corroborada pelo ex-diretor de pesquisa Homero Icaza Sánchez:

As classes A e D são as mais parecidas em comportamento diante da televisão. O sujeito da classe A larga uma novela por um joguinho de pôquer ou uma taça de champanhe, enquanto o da classe D troca por uma roda de samba ou uma cachacinha. Eles não são o “telespectador cativo”, que se encontra entre as classes B e C.[3]

A derrocada da Manchete começou em setembro de 1998, quando começou a haver atraso no pagamento dos salários dos funcionários, que entraram em greve. A essa altura, a empresa já tinha demitido 40% de seus empregados.

No *Jornal da Band* da TV Bandeirantes, coloquei no ar cartazes dos grevistas da Manchete, que pediam salário e afirmavam estar sem dinheiro até mesmo para se alimentar. O presidente Fernando Henrique Cardoso se assustou com aquelas imagens — foi o que eu soube.

Àquela época, o ministro das Comunicações era Pimenta da Veiga, que tinha a intenção de se candidatar ao governo de Minas Gerais. E a Manchete, desde o tempo de Chateaubriand, penetrava em Minas com grande alcance.

Assim, Pimenta da Veiga apressou a venda da Manchete aos empresários Amílcar Dallevo Júnior e Marcelo de Carvalho e assegurou que o jornalismo da nova emissora fosse indulgente com ele e FHC. Em 15 de novembro de 1999, estreava a Rede TV!

---

1 Herz, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre, Tchê!, 1987.

2 Bial, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, pp. 322–3.

3 Falcão, Ângela; Macedo, Cláudia & Almeida, Candido José Mendes de (org.). *TV ao vivo — depoimentos*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 48.

Marinho se vinga de Adolpho Bloch

Roberto Marinho ajudou a estruturar o projeto da Rede Manchete, porque lhe interessava que a Manchete ganhasse. Mas, se ajudou a nascer, ajudou a matar, com uma punhalada nas costas, diria o Mino Carta.

Marinho e Adolpho tinham feito um pacto de não-agressão: Adolpho não entraria no mercado de novelas, onde a Globo ganhava dinheiro (o *Jornal Nacional*, como se sabe, é a mortadela do sanduíche de duas novelas).

Com um ano de vida, em 1984, no governo Brizola, Boni não se interessou ou se descuidou, e Brizola desferiu um golpe no arqui-inimigo: deu a exclusividade da cobertura do Carnaval à Manchete, exatamente no ano da inauguração do sambódromo de Oscar Niemeyer e Darcy Ribeiro.

Roberto Marinho ficou uma fera com o Boni. Com o Brizola e com o Adolpho. E ligou para o Adolpho, para tentar "uma solução compartilhada, um *pool* de transmissão, uma coisa assim. Era pedir demais? Adolpho resmungou, grunhiu, chorou. Mas não atendeu" [aos inúmeros telefonemas de Roberto].[1]

Desesperado, Adolpho decidiu recorrer à última pessoa que o ajudaria naquele momento: às 14 h de uma terça-feira, encontrou-se com dr. Roberto, depois de uma década de afastamento. Fez questão de ir sozinho, apenas com seu motorista, que dispensou. Voltou de táxi, à noite, ao Russel (sede da Manchete), e convocou quem estava lá para uma reunião, em que relatou a aventura.

Esperei quatro horas e quando entrei ele tentou falar primeiro, mas eu fui mais rápido: "Dr. Roberto, eu preciso de ajuda". Ele demorou uma eternidade para responder. "Adolpho, há dez anos eu estou esperando você retornar o meu telefonema. Passar bem". E a secretária me levou até a porta.[2]

Quando percebeu que o regime militar se aproximava do fim, Roberto Marinho preparou um salto triplo mortal — com rede, é claro. Sua ideia era pedir mais concessões de televisão e rádio a Figueiredo, que negou. A justificativa? Nas palavras do ex-presidente: "Não vou dar porque já tem demais! […]. Aí o Roberto Marinho ficou com raiva de mim porque antes era só ele".[3]

Outra situação que gerou atrito foi a cobertura que os telejornais da Globo deram as suspeitas de corrupção do ministro da Justiça de Figueiredo, Ibrahim Abi-Ackel, da Arena de Minas Gerais, num caso que envolvia o comércio de pedras preciosas. Disse Figueiredo:

Aquilo foi uma maldade do Roberto Marinho. A Polícia Federal estava atrás de contrabando de cocaína através de malotes de empresas privadas. E a Rede Globo seria uma delas. Este negócio vazou pelo diretor da Polícia Federal, o coronel Coelho, e o Roberto soube que a Rede Globo seria uma delas. Roberto Marinho, então, fez uma viagem ao estrangeiro com os auxiliares e quando voltou [a PF] fez um espalhafato danado, mandou abrir as malas. Roberto Marinho ficou com raiva, pensando que o Abi-Ackel tinha alguma coisa com isso. Quem estava fazendo era a Polícia Federal. Como o Abi-Ackel aceitou ser advogado [após deixar o governo] de uma firma estrangeira, Roberto Marinho descobriu que essa firma lidava com pedras preciosas. Um advogado americano mandou um documento acusando a firma de contrabando de pedras preciosas. Roberto Marinho botou logo no ventilador e publicou tudo.[4]

O então correspondente da Globo em Nova York, Hélio Costa, mais tarde senador por Minas Gerais e ministro das Comunicações do governo Lula com a bênção da emissora, saiu do escritório de Nova York e veio ao Brasil só para participar da cobertura da denúncia contra o mineiro Abi-Ackel. Ele teria dito ao Armando Nogueira: “Armando, esse caso é meu!”.

Também fui deslocado do escritório da Globo em Nova York para cobrir a segunda eleição de Brizola a governador do Rio, em 1991.

Era a primeira entrevista do governador eleito e insisti em perguntar sobre seus planos para a Segurança Pública.

Esse tinha sido um dos temas centrais da campanha e um dos pontos fracos do primeiro governo Brizola no Rio.

Brizola, como sempre, estava mais interessado em falar de política.

Na terceira pergunta sobre segurança, ele se irritou e disse algo como:

“Sim! Vou cuidar da Segurança. Especialmente do tráfico de cocaína que é feito a partir do escritório da Globo em Nova York.”

Ponderei que, assim, a Globo não poderia exibir a reportagem.

E ele disse: “então não exiba”.

Fui embora e Brizola explicou à dezena de repórteres do lado de fora da sala o motivo da brusca interrupção.

Como a Globo, nenhum outro órgão do PiG divulgou a explicação de Brizola (a explicação que ouvi no escritório da Globo em Nova York é que um parente de uma funcionária usou o malote da empresa para o tráfico. Não consta que a polícia de Nova York tenha dado relevância ao caso).

Depois disso, Roberto Marinho só esperou o momento certo de jogar a pá de cal sobre o regime militar. E ele veio através da ampla cobertura dada no *Jornal Nacional* a uma entrevista em que Antônio Carlos Magalhães denunciou — sem provas — indícios de corrupção de Délio Jardim de Mattos na construção de aeroportos. Assim, Roberto Marinho e ACM, juntos, saíam do inferno do regime militar e subiam para o céu da Nova República. Como dizia ACM: “Se o JN não deu, não aconteceu”. Se deu…

---

1 Bloch, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 268. “Irmãos Karamabloch” é uma invenção de Otto Lara Resende, que dirigiu a revista *Manchete*. Os irmãos Karamázov, de Dostoiévski, também se destruíram pelo poder.

2 Ibidem, p. 302.

3 *Veja*, edição 1.631, 12 de janeiro de 2000.

4 Idem.

Em 2014, Delfim revê o que me tinha dito

Antes de enterrar o regime militar — se é que, em 2014, já estava enterrado — vale reproduzir alguns retalhos de conversas com Delfim Netto.

Ele era o “czar da economia”, ministro da Fazenda nos governos Costa e Silva e Médici, e Figueiredo, como ministro do Planejamento.

Eu era editor de economia da revista *Veja* no governo Médici e, depois, editor chefe da revista *Exame*, já no governo Geisel, e do *Jornal do Brasil*, no governo Figueiredo.

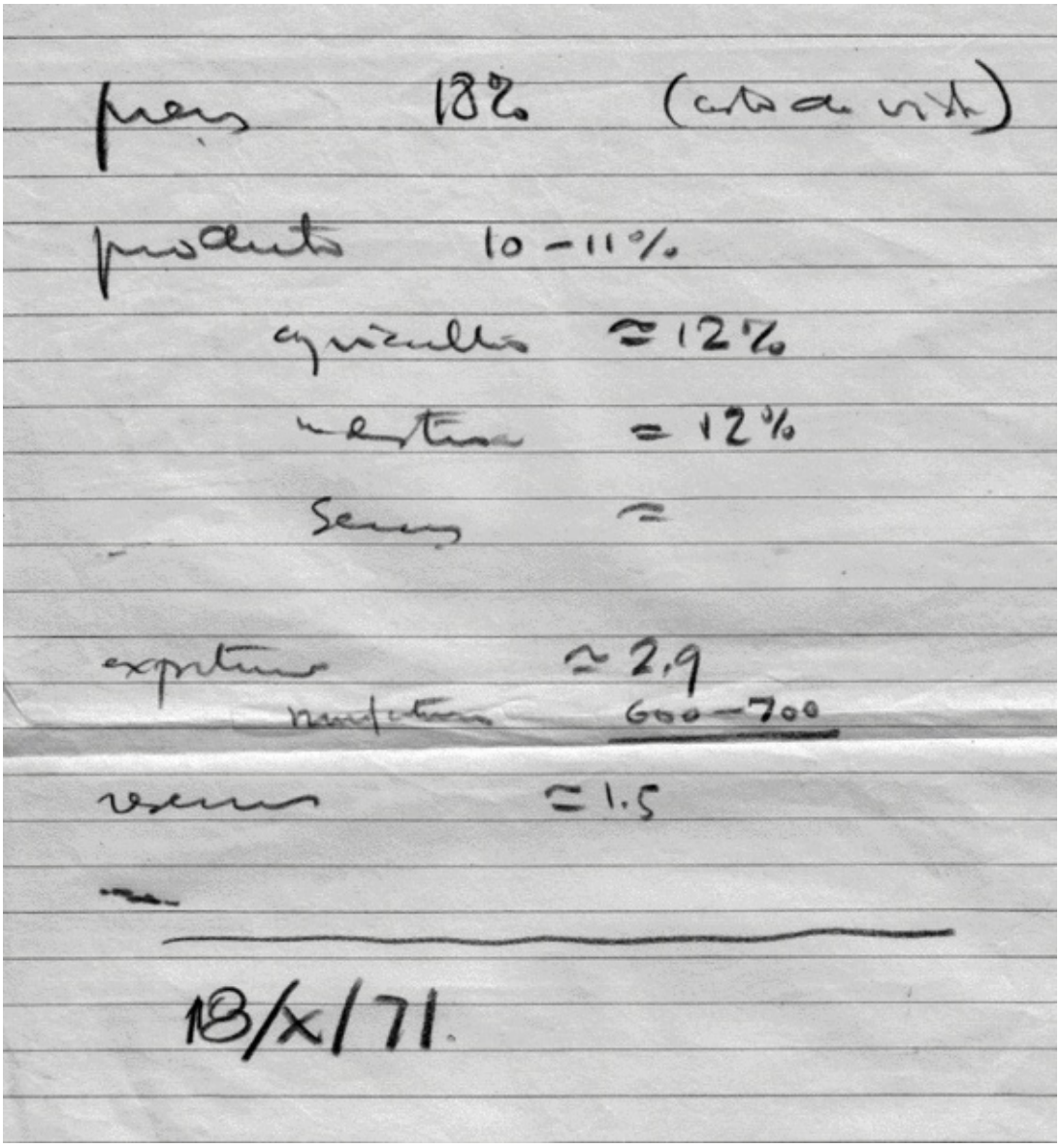
Frequentemente, às segundas-feiras de manhã, eu ia para o hangar da Vaspinha, no aeroporto de Congonhas, e embarcava num jatinho que levava Delfim e seu Chefe de Gabinete, Francisco Israel Rodrigues D’Ávila, a Brasília.

Delfim ia para o Palácio do Planalto despachar.

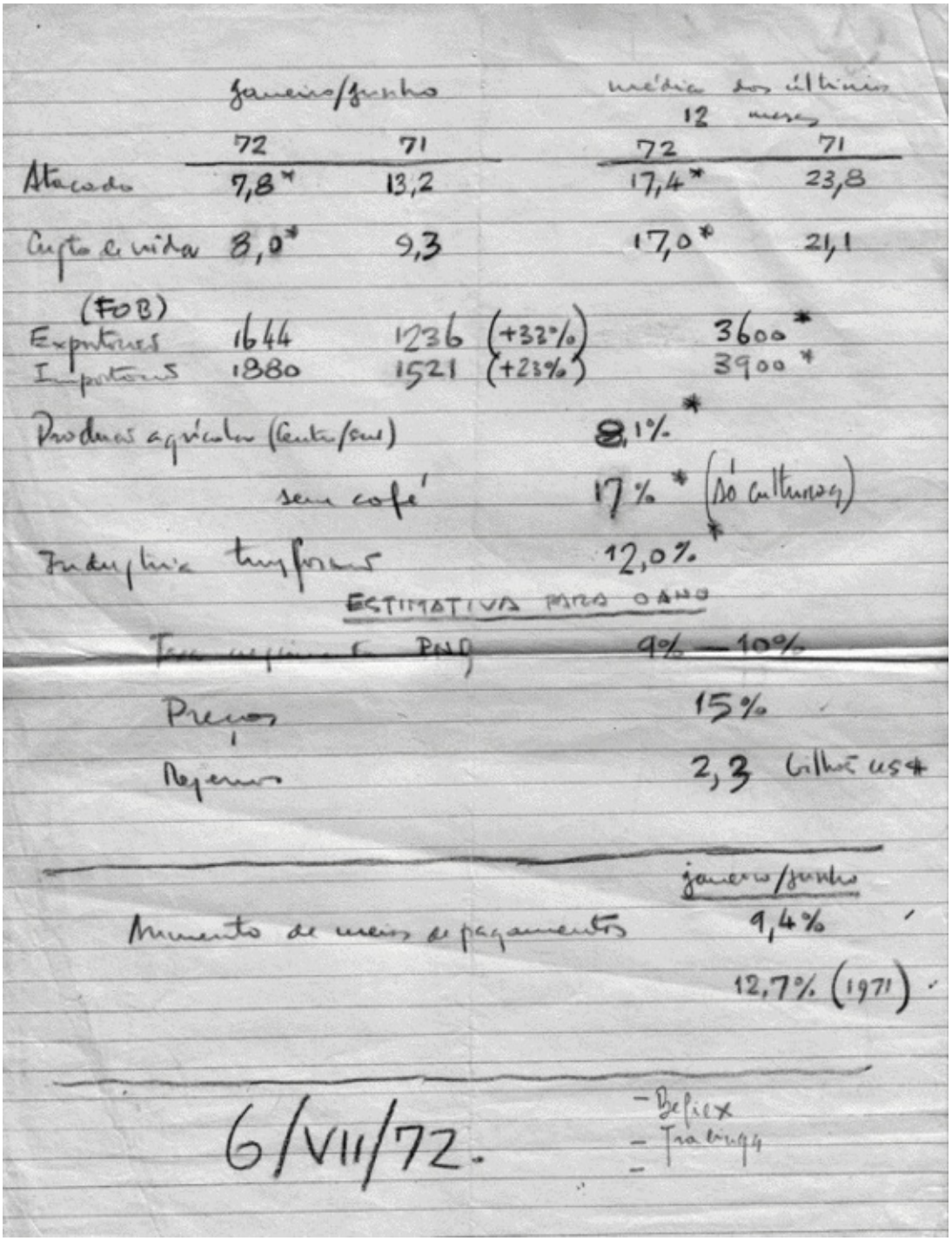
E eu voltava com eles para o Rio, no mesmo avião.

Delfim ficava no Ministério da Fazenda do Rio — que preferia ao gabinete de Brasília — e eu voltava de trem para São Paulo, porque, então, tinha medo de avião.

No vagão-restaurante, antes de dormir, eu repassava as anotações e organizava os rabiscos que Delfim fazia enquanto conversava.



“Não houve milagre.”



	janeiro/junho		média dos últimos 12 meses	
	72	71	72	71
Atacado	7,8*	13,2	17,4*	23,8
Custo de vida	8,0*	9,3	17,0*	21,1
(FOB)				
Exportações	1644	1236 (+33%)	3600*	
Importações	1880	1521 (+23%)	3900*	

Produtos agrícolas (Cruzeiros) 8,1%*

sem café 17%* (10 culturas)

Produção industrial 12,0%*

ESTIMATIVA PARA O ANO

Taxa de crescimento do PNB 9% — 10%

Preços 15%

Reservas 2,3 bilhões US$

	janeiro/junho
Aumento de meios de pagamentos	9,4%
	12,7% (1971)

6/VII/72.

- Beflex
- Tradução

“Até o choque do petróleo…”

Em 18 de outubro de 1971, por exemplo, ele anunciou — de próprio punho, com lápis de cor azul — o que deveria acontecer naquele ano (“azul”, a cor do “milagre econômico”, que legitimava a tortura).

Os preços [o aumento do custo de vida] seria de 18%.

O produto [crescimento do PIB], entre 10 e 11%.

A agricultura ia crescer 12%.

A indústria, 12%.

As exportações seriam de 2,9 bilhões de dólares, as importações de 660 a 700 milhões de dólares e as reservas fechariam o ano em 1,5 bilhão de dólares.

Na verdade, o PIB de 1971 foi ainda maior: 11,34%.

O maior PIB do Delfim foi o de 1973: 13,9%.[1]

A inflação — custo de vida — em queda: de 9,3% para 8%;

De 21% para 17% na média dos últimos 12 meses.

As exportações cresciam 33%.

A produção agrícola do Centro-Sul (ainda não “havia” Mato Grosso…) ia crescer 8,1%.

A indústria de transformação, 12%.

O PIB para o ano ficaria entre 9% e 10%.

Os preços, 15%.

E as reservas cambiais em 2,3 bilhões de dólares.

Meios de pagamento, 9,4%.

Na verdade, as exportações cresceram 44%.

As reservas foram bem maiores: 4,1 bilhões de dólares.

O crescimento do PIB foi maior: 12%.

Depois, veio o “choque do petróleo”: os preços do barril de petróleo aumentaram

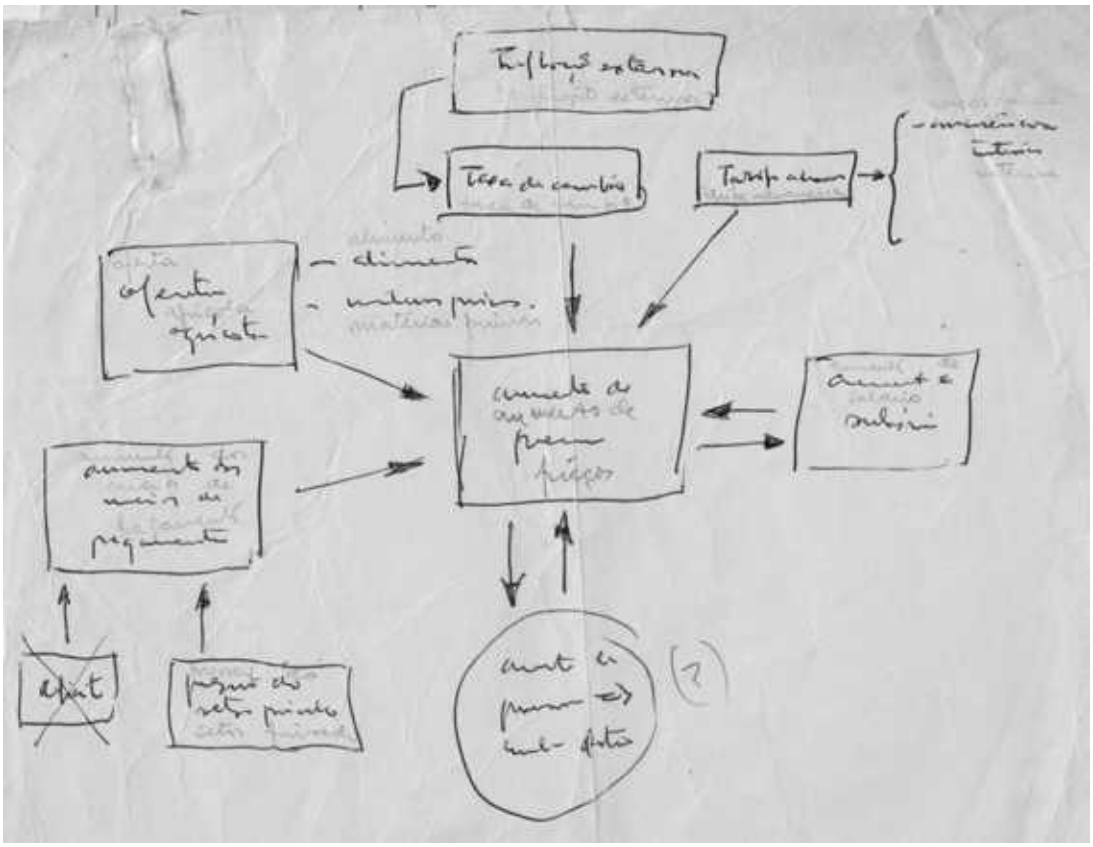
até 400% em cinco meses, entre 17 de outubro de 1973 e 18 de março de 1974, no início do governo Geisel, que começa em 15 de março de 1974.[2]

Mas, aí, já não era mais com ele, era com o Geisel, ex-presidente da Petrobras.

Geisel, segundo Delfim, foi o responsável pelo efeito devastador que o choque do petróleo impôs à economia brasileira.

Delfim percebeu a ilimitada ignorância dos jornalistas de economia da época — com duas ou três exceções, entre elas o austríaco Frederico Heller e o francês Bernard Appy, do Estadão, e Aloysio Biondi, do *Correio da Manhã* — e passou a ensinar Economia, à sua maneira, claro (por falar nisso, Delfim costuma dizer uma frase cuja autoria nega: “jornalismo de economia não é um nem outro”).

Conta-se que, aos sábados de manhã, Delfim ia à casa do dr. Heller, já velhinho, levar umas maçãs. E o dr. Heller, na redação, a caminho do banheiro, dizia a um colega, que separava para ele os telegramas internacionais: “se o Delfim ligar, diga que eu estou cagando”.



“Delfim explica o milagre: exportação no alto.”

Eu guardei um “quadro” sobre como funcionava a economia, que tinha um elemento dinâmico, ou um plano fisicamente superior: as exportações.

A exportação estimula a apropriação das fronteiras, o aumento da produção e da produtividade (que tornam possível as exportações), o aumento da produção industrial e o aumento do emprego na indústria.

A apropriação das fronteiras aumenta o emprego na indústria.

O aumento do emprego na indústria permite a ampliação do mercado interno, assim como o aumento do emprego na indústria reforça o mercado interno.

O aumento do mercado interno provoca um aumento das importações, pagas pelas exportações.

Em fevereiro de 2014, voltei ao escritório de Delfim Netto, no bairro do Pacaembu, São Paulo.

Mostrei-lhe as anotações.

Ainda de pé, procurou conferir se as previsões batiam.

Fomos para seu gabinete e, como combinado por e-mail, antes, eu lia para ele anotações feitas nessas viagens para Brasília durante o regime militar, e, agora, ele comentaria, acrescentaria etc. Ou não diria nada.

Começamos pelo período antes do Golpe.

Dizia Delfim, em 1974:

No final do governo Jango, a gente se reunia de manhã bem cedo, num apartamento aqui da Brigadeiro, e decidia: “hoje vamos provocar uma corrida a que banco?” E saía para a cidade. Começando na Associação Comercial, os boatos desciam a Boa Vista e a 15 de Novembro. Era uma correria filha da puta. Às duas horas da tarde, desembarcava em Congonhas um avião do Jango cheio de dinheiro do Banco do Brasil. Eu acho que nós levantamos uns 10% de inflação no início de 64.

Delfim não diz nada sobre a inflação fabricada. Mas completa:

Não. Mas, que existia esse movimento, existia.

Delfim me levou, em 1974, ao mezanino do Parque do Anhembi, numa exposição de exportadores:

Tá vendo isso aí? É um país em construção, os caras que fizeram isso aí só pensam em dinheiro. O Horácio Coimbra [dono da Café Solúvel] só pensa em ganhar mais dinheiro, mas o filho dele já nasceu rico, não precisa mais pensar em dinheiro. O que, que ele vai querer? Poder, meu filho, poder. E qual é a arma tradicional da burguesia para conseguir o poder? A liberdade. É bom, né?

Delfim comenta anotação em 2014: “É…”.

Os empresários brasileiros são lamentáveis, jamais irão perceber que está sendo montado um modelo para eles segurarem o poder com as mãos.

Delfim, de hoje, não comenta.

Outra anotação que leio para ele:

Eles todos tinham um preparo. A ideia de que Costa e Silva era um imbecil é falsa. O Costa e Silva era tríplice coroado, ninguém consegue fazer isso [sem preparo].[3]

O Costa e Silva tem uma coisa deliciosa. Um dia eu estou no Palácio, e a filha dele entra e ele perguntou: “como é que vai o meu neto?”. Daí, ela disse: “Ah, ele tá um pouco triste. Porque parece que falaram qualquer coisa do senhor na escola”. “Diz para ele vir aqui”, mandou o Costa. O menino foi, ele colocou o menino no colo — e eu sentado lá. Ele disse: “O que é, que houve, meu filho?”. O menino: “Ah, não tem nada, vô”. “O que houve? Conta pro teu avô o que é que houve”. “Ah, não, vô…”. “Disseram que teu avô é burro, não é isso?”. “É vô, é isso mesmo”. “Amanhã você pergunta para esse menino onde é que tá o avô dele”.

Delfim: “É que o poder é que nem um salame. Cada vez que você usa, corta uma fatia e ele diminui. Um dia você acorda e não tem mais nada” [frase de Costa e Silva].

Sobre as eleições de 1974:

Por que não deixaram que eu e Andreazza fôssemos governadores? Poderíamos até perder as eleições diretas (para senador), mas não seria uma vergonha [o governador era nomeado].

Por que castrar as lideranças locais, regionais? A Arena como está não existe, o partido não pode ser mera extensão do Poder Executivo, o partido tem que ter o mínimo de vinculação com a sociedade, tem que representar alguém.

Sabe como escolheram o Carvalho Pinto [candidato a senador]? O Golbery, com mania de informação, pediu ao Frias, da *Folha*, para fazer uma sondagem na estação rodoviária. Carvalho Pinto ganhou em disparada. Claro, a sondagem foi feita em junho/julho, e nessa altura Carvalho Pinto era o único nome conhecido.

Delfim não comenta.

O Golbery mandou o Armando Falcão me procurar pedindo pra que eu tirasse minha candidatura ao governo Estadual. Encontrei na casa de Falcão, um apartamento na praia de Botafogo, no Rio.

O Falcão me disse que eu precisava retirar minha candidatura para evitar que o governo tomasse uma atitude drástica, que não gostaria de tomar. O que eu podia fazer? Foda-se, se tem que tomar atitude, que tome.

Delfim, de 2014, não comenta.

Minha posição era exatamente essa, ir até o fim, mostrar o que eu queria, obrigá-los a reagir com a mesma força da minha disposição. Se não eu estava perdido, nunca mais levantava a cabeça.

Delfim não comenta.

O Médici me disse que eu não poderia ser o governador de São Paulo. Eu já sabia desde antes, mas era preciso marcar uma posição. Era preciso que o Ernesto Geisel dissesse: “o Delfim não pode”.

Houve uma reunião entre o Médici, o Orlando [Geisel] e o Ernesto. O Médici e o Orlando achavam que eu deveria governar, mas o Ernesto responde: “Enquanto eu for presidente não pode haver outro presidente governando o maior Estado do

Brasil”.

Delfim diz em 2014: “É verdade!”.

Está sendo montado um capitalismo de Estado, vai haver uma ruptura.

Vai haver uma ruptura no pacto da classe empresarial com os militares. Quanto mais forte a estrutura de um capitalismo de Estado, menor a expansão, maior a pressão para que não se discuta o modelo, mais violenta é a reação dos militares, mais fechado se torna o sistema político, menos se pode discutir. Se houver alguma mudança é para fechar mais.

Delfim: “É isso mesmo”.

O Médici não terá uma participação na escolha do sucessor, é outro inapetente pelo poder, o Simonsen é outro. A inapetência pelo poder só é menos grave que a inapetência sexual.

Delfim: “Não, isso não…” [risos].

Os militares estão vivendo a última geração de grandes líderes, os líderes proveniente de classes superiores da população. Depois dessa geração os generais passam ser filhos de sargentos, cabos, filhos de operários.

O Exército deixou de ser um veículo de ascensão de filhos de classe média, eles sabem disso. Quem vem agora [depois do Geisel] não tem gabarito. Eles sabem que é indispensável encaminhar a sucessão para um civil.

Delfim não comenta.

É claro que tem que existir mais partidos. O Golbery não vê que bipartidarismo só existe na Inglaterra e nos EUA. E mesmo assim, nos EUA, no nível local, distrital, há mais partidos. A sublegenda é a comprovação de que a Arena e o MDB não comportam todas as tendências da opinião pública. Se o governo não der uma entortada, o poder cai no colo do MDB de graça, prontinho. O MDB não precisa nem fazer força, é só agasalhar o colo.

Delfim, em 2014: “E foi o que aconteceu…”.

O que o MDB precisa fazer é marginalizar os tumores malignos. De preferência

jogá-los em outro partido. É por isso que o Amaral e o Ulysses são a favor do multipartidarismo.

Delfim: “Aí é o Amaral Peixoto…”.

É preciso que o MDB adquira a postura de um partido que pode chegar ao poder. Se você delimitar o núcleo da ideologia do MDB e da Arena você percebe que existe um grande colchão onde é depositado o que há de substancioso nas aspirações da sociedade brasileira. Agora, isso não precisa estar encerrado em dois partidos. Ao contrário, devem existir outras janelas.

Delfim não comenta.

O que me espanta é que o Geisel e o Golbery estão convencidos de que é preciso jogar esse jogo até o fim. É preciso mexer nas regras, se não a Arena vai ser minoria até 1978.

Delfim: “E foi o que aconteceu…”.

Eu estou convencido de que esse regime tem que jogar o jogo das eleições, para manter o lusco-fusco, esse clima meio confuso, onde ninguém se entende direito. Aliás, estou convencido disso há algum tempo.

Se não houver eleições, o Exército vai ter que enfrentar seus inimigos. Quem é o inimigo do Exército? Eu? Você? O Ulysses? Claro que não!

Sem eleições essa porra parte ao meio. O Geisel sabe que se não houver eleições dá jacaré.

Delfim não comenta.

Delfim, você viu como os intelectuais são bons? Tão consertando as besteiras que nós fizemos… [Médici, sobre o fracasso eleitoral do governo Geisel, em 1974].[4]

Outra anotação, essa de 1976:

Os empresários vão sentir muita falta de mim.

Um dia o Júlio de Mesquita Filho me disse: “Delfim você é um italianinho e nós

sempre te tratamos bem, más um turco, Delfim? Um turco?”[5]

Delfim: “Isso é verdade!”

Quando o José Luiz de Magalhães Lins Filho financiou o plebiscito do Jango, comecei a espalhar que o banco dele ia quebrar [o Banco Nacional]. É um grande banqueiro. Melhor que todos os filhos do Magalhães juntos. Hoje eu respeito ele. Mas naquela época era guerra. Ele tava no papel dele e eu no meu.

Delfim não comenta.

O Brasil tinha a melhor prateleira de produtos, melhores projetos do mercado, as taxas de retorno eram fantásticas! Metrô espetacular, taxa de retorno 17%, Itaipu, Tubarão, Carajás geravam divisas.

Delfim: “É isso mesmo.”

Não fizeram metrô porque abandonaram depois. Até hoje, São Paulo tem 74 quilômetros de metrô. Em compensação, tem dois estádios (de futebol). Na verdade, três, com o Itaquerão [porque não fizeram o metrô].

Estão pensando que o Geisel é liberal, o erro é maior ainda. Pode ser que o governo dele seja mais liberal que o do Médici, mas ele pessoalmente é mais duro que o Médici [no dia em que o Médici anuncia o Geisel como sucessor].

Delfim: “Verdade.”

Eu só pude ser “superministro” por causa da mediocridade de Médici.

Delfim: “Não, isso eu não disse. Isso não é verdade. Muito pelo contrário, eu sempre tive muito respeito pelo Médici.”

Em 1974:

Então eu vim, propus para o Médici, o Médici falou com o Dias Leite [Ministro das Minas e Energia], mas o Geisel [presidente da Petrobras] se opôs. O Dias Leite conta isso no livro dele.[6]

O William Rogers [Secretário de Estado do governo Nixon] veio ao Brasil e fez uma proposta [de um contrato de risco]. Geisel voltou a recusar.

Em 1972 ou 73, em uma reunião do FMI, o [Alexandre] Kafka [do FMI] me avisou que ia haver um problema com o petróleo. Avisei o Médici, que não confiava muito no Kafka, porque ele era turco e judeu. Mas mesmo assim, avisei o Geisel, que não acreditou. Como eu acreditava mais no Kafka do que no pessoal da Petrobras, mandei comprar óleo com dinheiro do Tesouro.

Depois, a Petrobras, com o aumento dos lucros, quis ficar com a diferença. Eu resisti e o Médici convocou uma reunião com o Geisel. Eu e o Dias Leite, perguntados pelo Médici, dissemos que a Petrobras não tinha feito nada na operação. O Geisel defendeu que precisava do dinheiro para fazer novos investimentos. Aí, o Médici disse que o dinheiro era do povo, e deveria voltar para o Tesouro.

Delfim: “Isso aí é verdade.”

Não há dúvida de que o Brasil sempre teve petróleo, o que essas descobertas em Campos revelam é o tempo que foi perdido, e que a Petrobras não foi suficientemente competente para achar petróleo como deveria ter achado [governo Geisel].

O Dias Leite sempre achou que tinha petróleo em Campos, então propôs que fossem concedidas outras áreas, a Foz do Amazonas principalmente, e nós ficaríamos com Campos onde não se tinha a menor dúvida de que havia petróleo.

Estive com David Rockefeller que me disse em Nova York: “ora, Delfim, sempre se soube que tinha petróleo no Brasil”.

Delfim: “É… É isso”.

Sempre, desde sempre! Desde o Relatório Link. Só que estava em outro lugar.[7]

O Geisel não permitiu a abertura, o Geisel foi o responsável pela crise, na verdade. Aconteceu uma reunião dois anos antes da crise. Foi quando Giscard d’Estaing [ministro da Economia da França] me disse, em Roma, que ia haver a crise do petróleo. Imagina, o Giscard me dizia, vai ser 5 dólares o barril, vai ser uma tragédia.[8]
[Na transição Médici-Geisel] o que eles vão mudar na política econômica? Não dá para mudar muita coisa, só podem mexer no acessório. Porque para mexer no essencial tem que fazer outra Revolução. Pra essa revolução que tá aí,

modestamente, eu já montei o modelo de que precisávamos.

Delfim não diz nada.

Em 1974:

É uma questão de simples solução. Tem que chamar os donos dos jornais e perguntar para eles: afinal, os senhores são revolucionários? [sobre a censura à imprensa].

Delfim diz agora: “E eles eram…”.

O Geisel e o Golbery estão dilapidando o poder, eles se esquecem de um princípio elementar em política: o poder acaba, é finito, você não pode usá-lo inteiramente, porque não sobra nada, não sobra nada para mais tarde.

Já no governo Figueiredo:

O Thomas Reichmann [diretor de Hemisfério Ocidental do FMI] sugeriu ao governo cortar gastos militares, e eu é que preferi cortar salários. Claro! Ele com o rabo sentado lá no FMI podia cortar gastos militares. Eu tinha que cortar era os salários mesmo… No lugar dele eu diria a mesma coisa.

Delfim: “É isso mesmo…”.

Depois de mostrar as anotações de 1974, fiz outras perguntas a Delfim.



PHA entrevista o ministro Delfim sobre a distribuição de renda com Fernando Martins, repórter da Veja no Rio.

PHA — Tem um momento agudo na sua gestão, no governo Médici, que foi a distribuição da renda. Teve uma declaração do Robert McNamara, quando era presidente do Banco Mundial, criticando a distribuição de renda do Brasil e um artigo do *brazilianist* Albert Fishlow, com a mesma crítica. Aquilo atingiu o senhor, no governo, de alguma forma?

Delfim — De jeito nenhum, aquilo nunca me atingiu pelo seguinte: aquilo era verdade.

A distribuição de renda no Brasil era ruim e continua ruim. O que acontece é o seguinte: por que era ruim? O que estava acontecendo naquele momento? Se [a economia] estava crescendo 10% ao ano, tinha um exército de reserva, de mão de obra desempregada aqui. Então no primeiro decil da distribuição, lá em baixo, se o sujeito movia para frente, logo cabia mais um.

Aqui [em baixo] os salários cresciam menos, e como estava crescendo muito a demanda de engenheiros, de físicos e de matemáticos, então os salários deles cresciam muito mais depressa [em cima].

A distribuição de renda mede a distância entre as pessoas, mas não o estado [o padrão de vida]. Então, o que acontece? Todos estavam subindo, e o décimo decil [no alto da pirâmide] estava subindo mais depressa, e a distância estava aumentando.

As pessoas confundem o índice de GINI: ele mede a distância entre as pessoas. E agora, é óbvio, que naquele momento, a crítica do McNamara não era para o Brasil, mas para todos os países emergentes.[9]

PHA — E aquela frase do Médici? “A economia vai bem, mas o povo vai mal”.

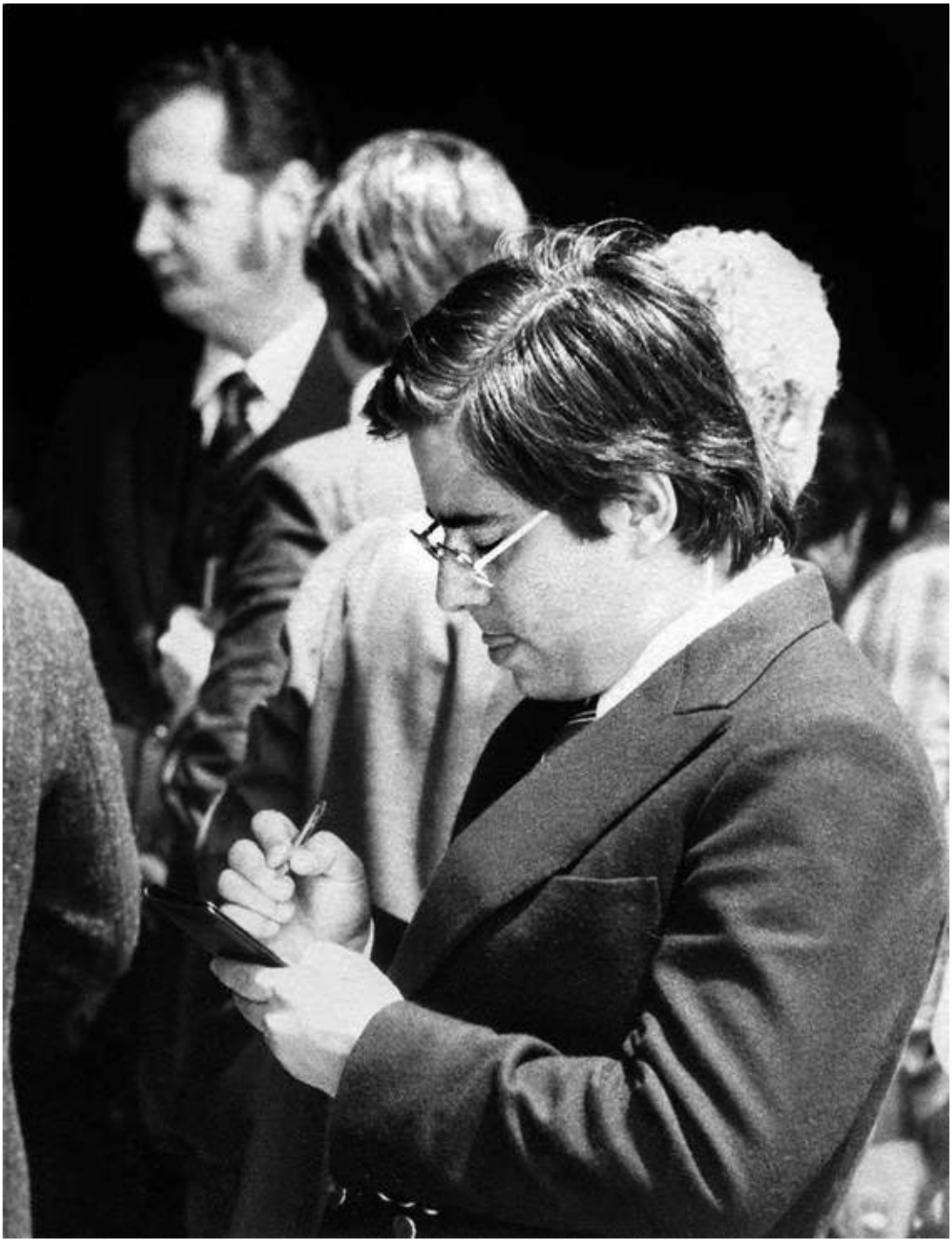
Delfim — “Isso é verdade…”.

PHA — Aquilo lhe atingiu [politicamente], foi um tiro a estibordo?

Delfim — Não, não deu em nada. O que eu disse pro Médici foi o seguinte: e quem tá comprando o que tá sendo produzido?

PHA — E ele?

Delfim — “O povo, naturalmente”.



Na página ao lado, PHA na cobertura do lançamento da Transamazônica.

Essa [conversa com o Médici] foi quando nós fomos ao Nordeste, na grande seca de 1972. Ele ficou desesperado, quando nós vimos uma frente de trabalho de 4 milhões de pessoas, gente recebendo por dia um pedaço de mandioca para comer.

Foi quando ele decidiu pela Transamazônica. A Transamazônica não teve projeto, não teve nada, é tudo história que as pessoas contam. Aquilo nasceu num avião, com ele dizendo o seguinte: “tem que abrir um buraco, para essa gente poder sair de lá, e viver uma vida melhor”. Porque se acreditava que a Amazônia era uma terra fértil. Não tinha nada, era uma fuga. Nós queríamos dar para eles a capacidade de fugir daquela tragédia. Foi isso.

A reprodução da entrevista de Delfim à revista *Veja* em 1972 sobre a distribuição da renda está no “Anexo 6”.

PHA — Teve um momento no governo Médici que o senhor reuniu toda sua equipe, inclusive trouxe o Alexandre Kafka [do FMI, em Washington] para analisar uma possível valorização da moeda.

Delfim — Não, não, nós valorizamos a moeda no dia em que o Nixon desvalorizou o dólar (em 1971). Foi a capa do *Jornal do Brasil*.

PHA — Mas não teve uma reunião? O senhor não chamou o Kafka?

Delfim — Não, não, chamamos o Kafka para saber o que tinha acontecido. O Kafka é uma figura extraordinária, uma competência, uma segurança… Ele nos ajudava muito.

PHA — Uma avaliação dos seus antecessores [Roberto] Campos e [Octavio Gouvea de] Bulhões [ministros do Planejamento e da Fazenda no governo Castelo Branco]

Delfim — Os dois fizeram um trabalho magnífico, na verdade, vou lhe dizer, eram personalidades distintas. O Campos na verdade era um gênio, tinha qualidades extraordinárias…

PHA — Mas, o senhor disse que ele deveria ser naturalista…

Delfim — Ahn?

PHA — O senhor dizia que o Campos deveria ter sido naturalista, por sua capacidade de classificar, catalogar as coisas…

Delfim — É verdade…

PHA — Outra coisa que o senhor falou dele: “Ele combatia o Estado mas só conseguiu ter salário como funcionário público”.

Delfim — Não é isso não… [risos].

PHA — É sim… o senhor disse… olha que tenho boa memória…

Delfim — Não: eu disse que ele combatia o Estado quando não estava no Estado.

PHA — É, isso!

Delfim — E dr. Bulhões era uma figura extraordinária, agora os dois fizeram um serviço espetacular… O Brasil deve a esses dois sujeitos a estabilidade [econômica]. Eles mudaram as instituições, eles começaram novas instituições.

PHA — Por exemplo?

Delfim — Não, tudo. Começou pela Constituição, começou pelo crédito público, pela organização monetária, criaram o Banco Central…

PHA — Criaram o Banco Central?

Delfim: É…

PHA — Não foi o senhor?

Delfim — Não, não. O que o eu fiz foi acabar com a estabilidade do presidente do Banco Central. Porque, na verdade, as coisas não iam dar certo. O que eu digo é que o Brasil deve a eles, e muito.

PHA — Eles fizeram o FGTS?

Delfim — Fizeram. Nisso eu ajudei também…

PHA — O [Mário Henrique] Simonsen [depois ministro da Fazenda de Geisel] ajudou também?

Delfim — Muito, o Mário era um sujeito brilhante… uma figura extraordinária. O Mário era um assessor *ad hoc* do dr. Bulhões, do Conselho Monetário. Eu me

dava muito bem com eles, aliás, eu tenho pelos dois uma grande admiração.[10]

PHA — Quando o Laudo [Natel] assumiu [o governo de São Paulo, em 1966, como vice do Ademar de Barros, cassado], o senhor veio ser Secretário da Fazenda. Quem o indicou, o Bulhões?

Delfim — Não, o Laudo me conhecia da Associação Comercial. E como era uma intervenção [do governo federal em São Paulo], o Campos e o Bulhões sugeriram e o Laudo, que já me conhecia, me escolheu. Os dois deram o aval.

PHA — Quando a gente viajava, saindo lá da Vaspinha, o senhor voltava de um despacho no Planalto, aí pegava um avião e voltava para almoçar no Rio.

Delfim — Isso mesmo.

PHA — Nesses despachos eu não me lembro de ter ouvido o senhor mencionar o Médici. O senhor despachava com o Médici ou só com o Leitão [de Abreu, chefe da Casa Civil]?

Delfim — Não… eu despachava com o Médici toda semana, e um longo despacho.

Eu e o Médici tínhamos sido muito amigos, quando eu era ministro da Fazenda e ele chefe do SNI, que ficava no prédio do Ministério da Fazenda [no Rio]. Nos tratávamos por “você”.

Quando ele foi eleito eu passei a tratá-lo por “Excelência”, e ele me chamava de “Doutor Delfim”.

Quando ele queria conversar, ele colocava a mão no meu braço e dizia: “Delfim”. Porque aí se jogava fora toda aquela formalidade voltávamos a ser duas pessoas físicas.

Eu ia fazer uma sacanagem, mas não quero que publique não: aí, ele perguntava, “tem algum mineiro aí para gente por na rua?”.[11]

PHA — Em algum momento, o Leitão foi um pré-candidato à sucessão do Médici, contra o Geisel?

Delfim — Não é verdade. Vou te dizer mais: dois ou três dias depois dessa

grande discussão sobre o petróleo, o Leitão me disse: “Delfim, o presidente mandou te dizer que o Geisel será o novo presidente”. Isso, um ano e meio antes da eleição.

Na verdade, o Médici tinha uma profunda admiração pelo Geisel. Se você pedisse uma definição de inteligência para o Médici ele diria: “é o Ernesto”.

PHA — E essa história de que o Golbery era um gênio, o sacerdote, o feiticeiro, e que o Geisel era o engenheiro. Que era uma combinação de excelências. Essa é a teoria do Elio Gaspari…

Delfim — O Golbery realmente era de uma inteligência privilegiada. Era… Eu vou te dizer uma coisa, depois eu realmente aprendi a admirar o Golbery, nós ficamos grandes amigos.

Na verdade, ele tinha uma ideia muito clara sobre para onde tinha que caminhar o país. Ele queria realmente fazer uma abertura segura.

PHA — Mas eu me lembro que o senhor tinha acabado de ler um livro dele…

Delfim — É, mas era sobre geopolítica…

PHA — Aí o senhor dizia que ele descrevia a trajetória da bala… [risos].

Delfim — Sim, mas tudo bem… O que eu aprendi na convivência com ele é que ele era um sujeito de valor. E que tinha uma ideia muito clara de para onde nós tínhamos de caminhar, e era para abertura.

Lá nos anos 1970, Delfim parecia se divertir com trecho da introdução de “Planejamento Estratégico”, de Golbery do Couto e Silva:

Aquela estranha figura do fidalgo manchego que, pelas terras da Ibéria ensolarada, pervagara em intermináveis andanças de cavalaria a proteger donzelas, consertar tortos e a reparar agravos, longilíneo como uma sarissa grega e ardente como uma flama votiva — tal retrataria sobre o trôpego Rocinante, a vadear penhascos, o pincel realista de Daumier — não substituiria, por certo, até hoje tão veraz e profunda em sua humanidade eterna, se apenas encarnasse,

numa caricatura esquálida mas incisiva, as virtudes e os valores de uma época de há muito ultrapassada e já de todo esquecida nos velhos códices empoeirados."[12]

Uma frase de 95 palavras!

Esse trecho também é inesquecível (p. 25):

[…] o planejamento é de fato o *único* [ênfase do autor] método de conduzir com eficiência a política de uma Nação….[13]

Pobre Maquiavel!

Porém, o que mais divertia o Delfim era o conceito de que a vida dos Estados se governa pelas "sístoles" e "diástoles", ou seja, "o processo de centralização e descentralização", que governa o "Eixo dos Tempos", com um gráfico explicativo![14]

Trata-se de uma hipótese de Cardiologia…

Em fevereiro de 1976, Delfim Netto me concedeu outra entrevista, logo depois que saiu do governo Médici e antes de ser embaixador em Paris, nomeado por Geisel. Delfim despachava em modesto escritório da rua Nestor Pestana, no centro de São Paulo, onde recebia jornalistas e empresários.

Fiz anotações que se seguem:

Sobre a destituição do gal. Ednardo D'Ávila do II Exército, com a morte do operário Manoel Fiel Filho, no DOI-CODI de São Paulo, em 17 de janeiro.

O presidente [Geisel] agiu corretamente, mas agiu tarde. Deveria ter feito na morte do Herzog [em outubro de 1975] ou na cassação dos dois deputados paulistas [Marcelo Gato, federal, e Nelson Fabiano, estadual, em janeiro de 1976]. Se tivesse feito ao mesmo tempo em que cassou os deputados, obtinha o mesmo efeito e ainda aglutinava os militares. Se tivesse feito com o episódio do Herzog, quando ficou mais clara a insubordinação dentro do II Exército, também teria mantido a coesão militar. Destituindo agora, os militares podem querer revanche. O que mostra que esse governo não tem noção de *timing* [sobre a

destituição do general Ednardo D’Ávila do II Exército, com a morte do operário Manoel Fiel Filho, no DOI-CODI de São Paulo, em 17 de janeiro de 1976].

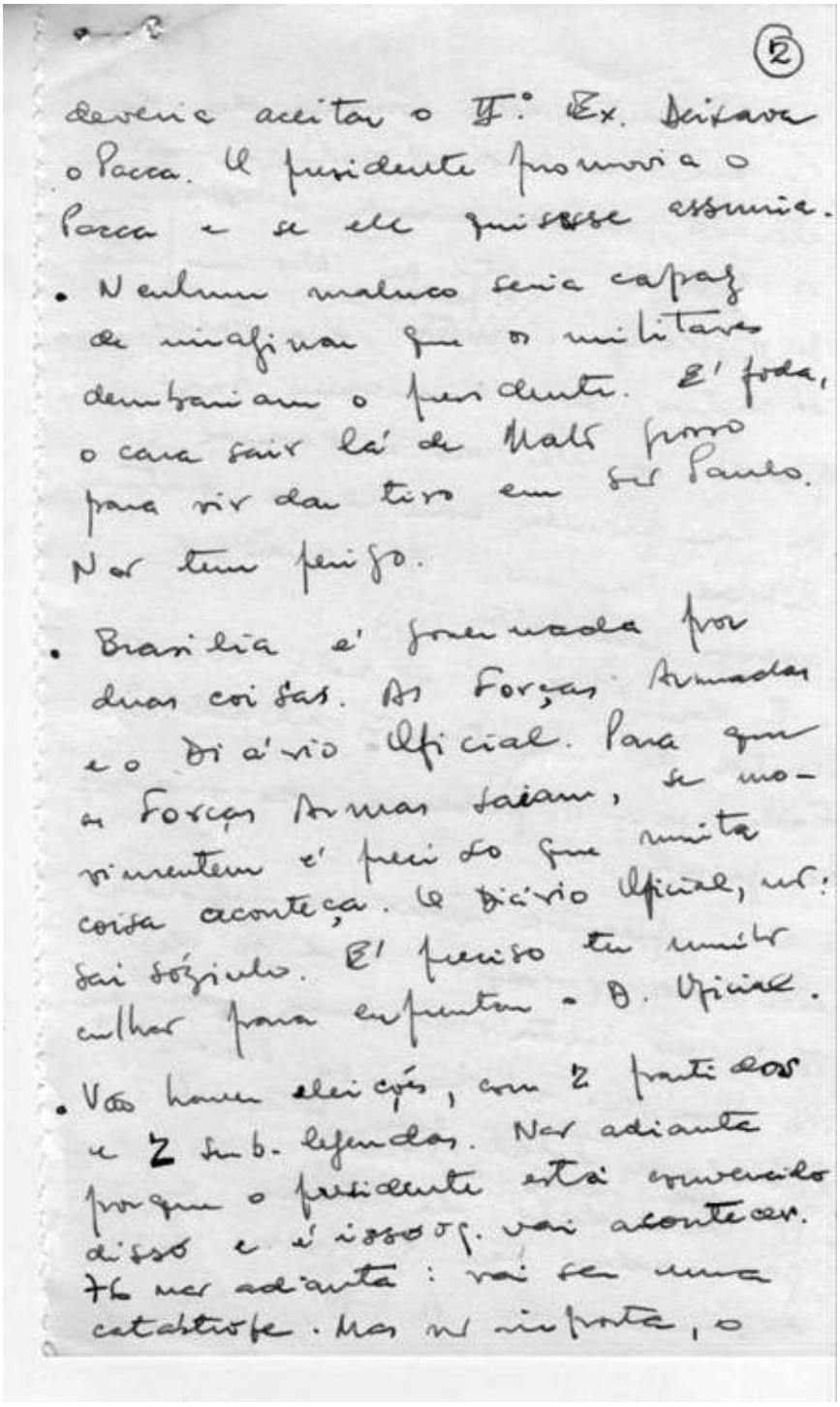
Besteira. Ninguém peita o presidente. Nenhum maluco seria capaz de imaginar que os militares derrubariam o presidente. É foda o cara sair lá de Mato Grosso para vir dar um tiro em São Paulo. Não tem perigo. Brasília é governada por duas coisas. As Forças Armadas e o Diário Oficial. Para que as Forças Armadas saiam, se movimentem, é preciso que muita coisa aconteça. O Diário Oficial, não. Sai sozinho. É preciso ter muito colhão para enfrentar o D. Oficial [sobre a hipótese de os militares quererem revanche, vingando-se de alguém próximo do Geisel].

2 fev. 76

na Nestor Pestana

• sobre a destituição do gal. Eduardo D'Avila do II.º Exército

"O presidente agiu corretamente, mas agiu tarde. Deveria ter feito na morte do Herzog ou na cassação dos 2 deputados paulistas (Galli e Fabiano). Se tivesse feito ao mesmo tempo em que cassou os deputados, obteria o mesmo efeito e ainda afastaria os militares. Se tivesse feito junto com o episódio do Herzog, ficou + clara a insubordinação dentro do 2.º Exército, também teria mantido a coesão militar. Destituindo agora, os militares podem querer revanche. O g. mostra g. esse gov. não tem voca de ti mineg."



(2)

deveria aceitar o V. Ex. deixava o Paca. O presidente promovia o Paca e se ele quisesse assumia.

• Nenhum maluco seria capaz de imaginar que os militares derrubariam o presidente. É foda, o cara sair lá de Ibiúna preso para ir dar tiro em São Paulo. Não tem perigo.

• Brasília é governada por duas coisas. As Forças Armadas e o Diário Oficial. Para que as Forças Armadas saiam, se movimentem é preciso que muita coisa aconteça. O Diário Oficial, não: sai sozinho. É preciso ter muito cuidado para enfrentar o D. Oficial.

• Vão haver eleições, com 2 partidos e 2 sub-legendas. Não adianta porque o presidente está convencido disso e é isso aí. vai acontecer. Não adianta: vai ter uma catástrofe. Mas não importa, o

"O Geisel demorou…"

"O D.O. governa Brasília."

De volta à entrevista de 2014:

PHA — No último dia da sua gestão como ministro do Planejamento da gestão Figueiredo, eu fui ao Palácio do Planalto. O senhor estava acabando de decidir

sobre a intervenção no banco Sul-Brasileiro.

O senhor estava conversando com o líder da Arena, deputado pelo Rio Grande do Sul, o Nelson Marchezan. O senhor desligou o telefone e me disse: “o poder é para ser exercido até o último segundo”. Aí eu perguntei: “o que é que vai mudar?”. O senhor respondeu: “muito pouco…”. E eu perguntei: “por quê?”. O senhor respondeu: “Porque a dona Lourdinha continua” [risos].

Delfim — É verdade, dona Lourdinha era dos “móveis e utensílios” do Palácio. Ela esteve desde sempre na Casa Civil! Aliás, de uma eficiência extraordinária.[15]

PHA — O senhor me contou também que tinha feito a transição com o [Francisco] Dornelles [ministro da Fazenda escolhido de Tancredo].

Delfim — Verdade.

PHA — Que estava tudo combinado, o acordo do FMI, tudo certo.[16] Como é que o senhor poderia descrever esse processo?

Delfim — Tancredo. A verdade é a seguinte. O Tancredo era o candidato do Figueiredo. É o Dornelles quem levava o Tancredo para falar com o Figueiredo de vez em quando…

PHA — O Dornelles levava o Tancredo para conversar com o Figueiredo?

Delfim — Levava. E o que acontece é o seguinte: o Tancredo queria que nós assinássemos o acordo com o FMI. Eu e o Galvêas [Ernane]. Ele dizia: “Delfim, assina que depois eu garanto”.

Nem eu nem o Galvêas éramos tão ingênuos para imaginar que isso podia ser verdade: “A minha gente eu seguro”. Quem é que acreditava nisso?

Eu disse: “não, Tancredo, o seu ministro da Fazenda é o Dornelles. Dornelles era extremamente competente, Dornelles é realmente competente… Ele é que tem que acertar [com o FMI]. E reserva pra assinar, quando você tomar posse…”.

O Dornelles se encontrou com o [Jacques de] Larosière [então diretor-geral do Fundo] em Paris. Combinaram tudo… O que não era possível…

PHA — Porque o Tancredo fez uma viagem pela Europa com o Ricupero…

Delfim — Ricupero!

PHA — E o Dornelles ali se acertou com o Larosière?

Delfim — O Dornelles conversou com o de Larosière sobre a sucessão. No fundo, estava se preparando um projeto de transição realmente suave…

Porque tinha acontecido uma coisa interessante. A inflação estava relativamente alta, mas estável. Então, era um momento em que talvez você pudesse fazer realmente um programa de estabilização. E o Dornelles, acho, chegou a conversar sobre isso com o de Larosière.

Então, nós não assinamos [com o FMI], porque nós sabíamos o seguinte: o Tancredo, por maior que fosse o seu desejo, não ia controlar sua gente.

PHA — Vamos voltar ao… Figueiredo queria o Tancredo.

Delfim — O Figueiredo na verdade, não queria o Maluf de jeito nenhum.

PHA — Por quê?

Delfim — Porque não queria o Maluf, como não queria o Andreazza também.

PHA — Não?

Delfim — Não. Ele não fez o menor esforço pro Andreazza ganhar aquele negócio lá [a convenção da Arena, que o Maluf ganhou].

Agora vou te dar uma declaração: na casa do Sebastião Drumond, que tinha uma empresa de construção, mineiro, gente corretíssima. Tive um encontro com o Tancredo.

Tancredo, como de costume, dizendo “Delfim, isso é segredo! Ninguém pode saber!”.

Muito antes da eleição. E eu falei com o Figueiredo. Figueiredo me disse “pode ir”, e nós nos reunimos…

PHA — O senhor foi quem tomou a iniciativa?

Delfim — Não, ele tomou. Então, ele me disse “Delfim, eu só serei candidato

contra o dr. Paulo Maluf. Nós vamos execrá-lo. Eu sei que isso não é certo, mas é o que vai acontecer. Se o Andreazza for candidato, eu não sou candidato".

PHA — O Tancredo dizia "o Maluf é bom, porque ele perde"…

Delfim — Mineiro. A prova de que era o Tancredo [que marcou a reunião] é que, quando eu desço, tá toda a imprensa lá embaixo. Pra dar a impressão de que era eu quem tinha tomado a iniciativa. Filho da puta, esperto como o diabo!

PHA — Esperto como um gato.[17]

1

Em 23 de março de 2014, em entrevista a Aguinaldo Novo, d'*O Globo*, sobre o título "50 anos do Golpe", Delfim disse: "Não houve 'milagre econômico'. Milagre é efeito sem causa. É de uma tolice imaginar que o Brasil cresceu durante 32 anos seguidos, começando na verdade em 1950, a 7,5% ao ano, por milagre". "Você queria primeiro crescer e depois distribuir?". "Esta frase nunca passou pela minha boca. Disse que não se pode distribuir o que ainda não se produziu, a não ser que você tome emprestado".

2

Numa conversa em 2014, ao tratar disso, Delfim disse: "Aqui nós realmente estávamos explodindo! Tínhamos feito a correção do câmbio — desvalorizado. Tinha feito o que precisava fazer. A importação subindo também. Para dar 13 de crescimento… E a indústria de transformação, crescendo 12%. Agora estamos em menos três…".

3

"Tríplice coroado" é o oficial que tirou primeiro lugar na Escola Militar, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Eceme.

4

Em 1974, o partido de oposição, o MDB, elegeu dezesseis senadores — era uma vaga só. O partido do governo, a Arena, elegeu seis, entre eles, Teotônio Vilela, de Alagoas, que se tornou um líder de oposição. Entre os eleitos pelo MDB, Danton Jobim (Guanabara), Itamar Franco (MG), Marcos Freire (PE), Saturnino Braga (RJ), Paulo Brossard (RS) e Orestes Quércia (SP).

5

Referia-se à nomeação de Paulo Maluf para prefeito de São Paulo e a reação da elite. Delmiro Gonçalves, intelectual e jornalista do Estadão, me contou que, no fundo, os Mesquita detestavam o Delfim. Além do mais, os Mesquita jamais perdoavam quem os ajudava. Era o caso de Delfim. Delfim avisou os Mesquita — e eu soube que avisou o Nascimento Brito também — que ia fazer uma maxidesvalorização da moeda de 30%, em dezembro de 1979. Deve ter avisado o Roberto Marinho. Brito traiu Delfim. Marinho, não. Os filhos é que maltrataram o Delfim.

6

A energia do Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997, p. 185 e ss. Dias Leite, de fato, diz que Geisel começou a errar quando assumiu a Petrobras em 1969 e abandonou "o objetivo incontestado, desde 1953 — quando Vargas fundou a empresa — da busca incessante do petróleo no território nacional". Geisel passou a buscar petróleo fora do Brasil e investiu pouco em pesquisa da plataforma continental. Dificultava o acesso de Dias Leite aos dados da Petrobras. O ministro foi obrigado a estudar a situação por contra própria e desconfiou que a Petrobras não quisesse revelar não ter um programa de médio prazo para enfrentar uma crise. Diante disso, Dias Leite concebeu, por conta própria, uma saída para o Brasil, o que ele chama de "joint venture", uma "fórmula nova": "A contratação pela Petrobras exclusivamente dos serviços de pesquisa, em áreas previamente definidas do território nacional ou da plataforma continental brasileira, assumindo a contratante o risco do insucesso e pagando a Petrobras, a prazo e com juros, um prêmio em caso de sucesso". Dias Leite encaminhou o documento a Médici e a ministros ligados ao problema: Delfim, Gibson Barbosa [Itamaraty], Leitão de Abreu [Casa Civil], general João Figueiredo [Casa Militar], general Carlos Alberto da Fontoura [SNI] e general Araken de Oliveira, presidente do CNP. Médici convocou uma reunião em 1º de setembro de 1970, "que resultou na recusa da hipótese do contrato de risco por motivos essencialmente políticos, apresentados pelo presidente da Petrobras". Conta também Dias Leite que alguém objetou "não existir no mundo qualquer empreendimento semelhante" e ele, quatro dias depois, mostrou uma carta-proposta da americana Occidental Petroleum, que se propunha a fazer o contrato de risco sugerido. Porém, a ideia "foi fragorosamente derrotada" pela oposição coordenada de Geisel, Araken, Figueiredo e Orlando Geisel [ministro da Guerra]. "Os mesmos que, à exceção deste último, falecido, estiveram de acordo, cinco anos depois, na aprovação de contratos de risco em conjuntura e em condições muito piores que as da minha proposta original".

7

O “Relatório Link”, de 1960–61, do geólogo americano Walter K. Link, contratado pela Petrobras, concluiu que o Brasil não tinha petróleo em terra, mas no mar. Por muito tempo, o relatório foi rejeitado, como indício do interesse americano em não permitir que o Brasil desenvolvesse sua indústria petrolífera. Na verdade, Link sugeriu começar a explorar por Sergipe — e este foi de fato o primeiro lugar em que a Petrobras achou petróleo no mar.

8

No período em que Delfim teve a conversa com D’Estaing, dois anos antes da crise, o barril custava 1,80 dólares. Em 1973, o preço saiu de 3,29 para 17,22 dólares em menos de três meses.

9

O índice do economista italiano Corrado Gini mede desigualdades, como a desigualdade de renda. Nele o “zero” significa total distribuição da renda, absoluta igualdade, e o “1”, que uma pessoa detém toda a renda. O Coeficiente de Gini do Brasil na década de 1960 foi de 0,49. Não havia dados ano por ano, segundo Carlos Langoni (*Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973). Nos anos 1970, subiu para 0,56. Em 1976, quando começa o cálculo anual, 0,62. Em 1981, 0,58. Chegou a 0,63 em 1989. Ficou em torno de 0,60 e 0,59 até 2001. Foi de 0,589 em 2002, e caiu de ano para ano até 0,53, em 2012 (fonte: IPEA). Ou seja, no início do governo Dilma, a distribuição de renda no Brasil ainda não tinha voltado ao que era nos anos 1960 do século passado.

10

Presidente, Figueiredo manteve Simonsen na Fazenda e nomeou Delfim para a Agricultura. Os dois eram notoriamente rivais. Mas, se respeitavam. E um falava mal do outro. Um dia, Simonsen foi embora do governo e apareceu de sunga em frente de casa, na praia de Ipanema. Branco e barrigudo, fumando, como sempre. Figueiredo chamou o Delfim para o lugar dele, na função de ministro do Planejamento. Ernane Galvêas, formalmente, seria o ministro da Fazenda, mas quem mandava era o Delfim. Delfim contou a um amigo que, quando Figueiredo o chamou para avisar que ia para o lugar do Simonsen, Delfim avisou: “mas, você sabe que o Brasil tá quebrado”. Delfim sustentava que Geisel tinha pisado no acelerador, em lugar de apertar o cinto, depois da crise do petróleo. E a dívida externa explodia. Delfim disse ao amigo que Figueiredo lhe respondeu: “Delfim, o Brasil é um pinto que botou um ovo de avestruz e

nós estamos aqui para costurar o cu do pinto!”.

11

A quebra do acordo com o entrevistado se deve à irrelevância da observação.

12

Couto e Silva, Golbery do. “Planejamento Estratégico”. In: *Cadernos UNB*, 1981, p. 11.

13

Ibidem, p. 25.

14

Ibidem, p. 475

15

D. Lourdinha tinha sido convidada para secretariar José Hugo Castelo Branco, chefe da Casa Civil de Tancredo Neves. D. Lourdinha aparece também quando Mino Carta se encontra com Golbery — o que se lerá adiante.

16

As decisões no FMI exigem 85% dos votos. Os Estados Unidos detêm 17%.

17

Mino Carta me contou o que Golbery lhe contou. Golbery, ainda no governo Figueiredo, antes da eleição, se encontrava com Tancredo em Belo Horizonte e os dois iam e voltavam, de carro, até o Colégio do Caraça, a 120 km de BH. Bate e volta, sem sair do carro. Para conversar sem testemunhas.

Tancredo só não brigaria com Roberto Marinho

Além de Golbery, Delfim e Figueiredo, Tancredo costurava a candidatura com outro titã do regime militar. Ele entendia a força que a Globo tinha. Mas não gostava disso. “A Globo é uma ditadura muito forte”, disse ele a um amigo e confidente, que por sua vez é meu amigo. Seria preciso encontrar uma forma de enfrentar o problema no estilo de Tancredo: “suavemente”, como diz o amigo.

Para fazer contato com Marinho, Tancredo se valeu do publicitário Mauro Salles, amigo do dono da Globo e, pelo menos da boca para fora, também amigo de Tancredo. Foi ele quem marcou um almoço com os dois, ainda na época da campanha presidencial. Mauro teria dito a Tancredo que Marinho queria almoçar com ele e a Marinho que Tancredo gostaria de vê-lo.

Depois de eleito, Tancredo voltou a participar de um almoço com Marinho, dessa vez na sede da Globo, no Rio, e com a presença de Antônio Carlos Magalhães. Foi nesse encontro que, provavelmente, Marinho sugeriu a Tancredo que ACM fosse nomeado para o Ministério das Comunicações. Só tinha um problema: a Bahia teria quatro ministros — ACM; Waldir Pires, que era ministro *in pectore* de Tancredo, da Previdência; Carlos Sant’Anna, da Educação; e Roberto Santos, da Saúde.

Ao ser informado do fato, o amigo de Tancredo e meu interlocutor perguntou: “Quatro baianos?” “Isso é só para subir a rampa”, respondeu o recém-eleito presidente. “Depois a gente conserta tudo”.

Esse mesmo amigo se lembra de uma história de que Tancredo gostava muito. Um dia, Getúlio precisou demitir o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares. Para fazê-lo sem maiores traumas, se saiu com essa: “Dr. José Carlos, o senhor sabe, todo ministério é provisório…”

Em setembro de 2003, na tribuna do Senado, ACM contou sua versão da história: Tancredo teria incumbido Roberto Marinho de convidá-lo para o Ministério. Diante do pedido, o manda-chuva da Globo teria dito: “Não, Tancredo, quem vai convidar é você mesmo, porque não vou diminuir a

autoridade do Antônio Carlos”.

Tancredo foi aos comícios pelas Diretas Já, que contagiaram o Brasil na primeira metade dos anos 1980. Tancredo fazia duas encenações: simulava ser a favor das Diretas, e combinava com o repórter Álvaro Pereira o momento exato de entrar ao vivo no *Jornal Nacional*, e guardava para aí as frases mais contundentes.

Roberto Marinho só aceitou entrar na cobertura quando já não havia mais como esconder o que acontecia no país. A censura tinha acabado com o fim do governo Geisel. Menos para a Globo.

A emissora insiste em afirmar ter feito uma cobertura correta do movimento que apressou o fim da intervenção militar. No entanto, a própria Globo joga por terra a tão proclamada correção, ao afirmar que, no início, “acompanhou os comícios apenas nos telejornais locais”, ou seja, nos programas de audiência menor. E continua: “Naquele primeiro momento, as manifestações não entraram nos noticiários de rede”.[1] Era uma decisão pessoal de Roberto Marinho.

O livro cita também uma declaração do próprio Marinho à revista *Veja* de 5 de setembro de 1984:

Achamos que os comícios pró-diretas poderiam representar um fator de inquietação nacional e, por isso, realizamos num primeiro momento apenas reportagens regionais. Mas a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional.

Ao mencionar a “paixão popular”, Marinho queria dizer “concorrência”. As manifestações da campanha “Diretas Já” fizeram crescer a audiência da recém-criada TV Manchete, que já havia dado um calor na Globo com a cobertura exclusiva do Carnaval do Rio. A Bandeirantes também dava grande destaque ao movimento, sempre com boa audiência.

Entretanto, “tratar o assunto em rede nacional”, como disse Marinho, ainda significava uma cobertura discreta: as manifestações não mereciam entrar na escalada dos noticiários da Globo (escalada é o conjunto de manchetes de um telejornal, geralmente narrado “em off” pelos apresentadores).

Numa tentativa de minimizar a importância dos acontecimentos, Boni determinou que um repórter aparecesse num flash ao vivo da Praça da Sé, na cidade de São Paulo, em que se informava que ali acontecia um show

comemorativo do aniversário da cidade, e eram mencionadas apenas como fato secundário as reivindicações ao direito ao voto. Não funcionou, já que a Bandeirantes e a Manchete haviam dedicado a maior parte de seus telejornais, além de vários flashes ao vivo, a noticiar o que de fato ocorria em pleno centro da cidade. Assim, além de omitir, a Globo ainda foi acusada de distorcer a verdade.[2] A cobertura das Diretas pela Rede Globo foi "duplamente censurada":

A campanha das Diretas foi uma censura dupla: primeiro a censura da censura, depois a censura do dr. Roberto. Como a televisão é uma concessão do serviço público, eles [militares] sempre mantinham uma pressão muito grande dentro da televisão. No momento das "Diretas Já" eles ameaçaram claramente a Globo de perder a concessão ou de interferir mais duramente no entretenimento. Então, o dr. Roberto não queria que se falasse em "Diretas Já". Eu fui o emissário final do pessoal do jornalismo na conversa com dr. Roberto e ele permitiu que a gente transmitisse aquilo ali dizendo que havia um show "pró-Diretas Já", mas sem a participação de nenhum dos discursantes, quer dizer, a palavra e o que se dizia, estava censurado. O Roberto Irineu combinou com o dr. Roberto que deixasse transmitir os comícios das "Diretas Já" e que ele [Roberto Irineu] ficaria na sala dele, com o controle na mão, para impedir qualquer coisa que fosse mais grave. Era um artifício para convencer o dr. Roberto que aquilo podia ir, tanto que ele foi pra sala dele e jamais cortou alguma coisa. Mas a Globo entrou atrasada na campanha das "Diretas Já" por conta da pressão em cima da principal emissora e por conta do dr. Roberto Marinho ter algum temor de perder a concessão.[3]

Acrescenta José Sarney:

Quando saiu que o Antônio Carlos seria o ministro das Comunicações, o Ulysses Guimarães disse ao Tancredo: "Hoje o PMDB rompe com você. É inadmissível que seja o Antônio Carlos. O PMDB rompe com o governo". Aí o Tancredo bateu na perna do Ulysses e disse: "Olha, Ulysses, eu brigo com o papa, eu brigo com a Igreja Católica, eu brigo com o PMDB, com todo o mundo, e só não brigo com o dr. Roberto Marinho".[4]

---

1 *Jornal Nacional — a notícia faz história*. São Paulo, Globo, 2004, p. 156.

2 Conti, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto — a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, pp. 37–8.

[3]

Boni em entrevista ao programa *Conexão Roberto D'Ávila*, 28 de dezembro de 2005.

[4]

Bial, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

A dívida externa: manda quem pode!

Roberto Marinho mandou mesmo foi no governo Sarney. Ele fez e desfez. Desfez, por exemplo, a nomeação de Dílson Funaro, o ministro da Fazenda que teve de levar o Brasil à moratória da dívida externa. Vale lembrar que, com ou sem Funaro, o Brasil ia à moratória de qualquer forma, porque estava quebrado.

Eu acompanhei a *via crucis* de Funaro para explicar a governos e banqueiros por que o Brasil tinha decidido deixar de pagar a dívida externa. Passei por Washington, Londres, Berna, Bonn, Roma e Paris. Funaro ainda ia a Tóquio, mas recebi instruções para voltar.

Ao chegar à redação, no Rio, fui logo informado de que havia sido chamado à sala de Roberto Marinho. Lá, vi que Marinho estava acompanhado de Jorge Serpa, conselheiro fidelíssimo. Foi Serpa quem falou. Disse que eu tinha adquirido credibilidade com a cobertura da negociação da dívida externa, e que poderia usá-la para tarefas de importância superior. Enquanto isso, Marinho se mantinha calado, a olhar os dois. E a futucar os dedos.

Eu não fazia ideia aonde Serpa queria chegar. Funaro tinha cumprido o seu ciclo, afirmou ele. E Marinho calado, a futucar os dedos. E, sem comprometer a Globo — lá ia o raciocínio do Serpa —, por conta própria eu poderia fazer “editoriais” contra Funaro no *Jornal Nacional*.

Uma maluquice desenfreada, pensei. Como é que um jornalista ia meter a cara num telejornal da Globo para esculhambar o ministro da Fazenda “por conta própria” e depois dizer que aquilo tinha sido ideia dele? Que Roberto Marinho não tinha nada com aquilo?

Roberto Marinho continuava sem dizer um “ai”. Enquanto Serpa descrevia como a barcaça de Funaro desceria ao inferno, eu me perguntava: “como sair dessa?” E Marinho calado, a futucar os dedos.

Até que uma maçã me caiu na cabeça e respondi que só quem poderia fazer editorial na Globo era o dono da empresa. Não fazia nenhum sentido um jornalista sair pelos telejornais da emissora a dar palpites pessoais — ainda mais sobre um assunto daquela complexidade.

E ainda me vali de um último argumento: e se o “meu” editorial contrariar as ideias de Roberto Marinho? Marinho se levantou e, com o habitual cavalheirismo, pediu que eu deixasse a sala.

Duas conclusões desse episódio. Uma: aquilo era missa encomendada de Sarney, para se livrar de Funaro, o que fez pouco depois, com a ajuda de Marinho.

Outra: os “editorialistas” da Globo só dão opinião que interesse ao patrão.

A presença dos “editorialistas” nos telejornais da Globo foi uma praga que Evandro Carlos de Andrade levou do jornal *O Globo* para o jornalismo de televisão. As primeiras estrelas de Andrade foram Miriam Leitão e Arnaldo Jabor, oriundos da imprensa escrita. Hoje, “editorialistas” de colheita inferior se prestam ao mesmo papel — usam a televisão, um bem público, para defender as ideias do patrão como se fossem suas.

O empresário Dílson Funaro quebrou uma indústria da família, a Trol, que produzia brinquedos. Foi secretário de Roberto Abreu Sodré, em São Paulo, governador responsável pela fundação da OBAN, um centro de informações e investigações montado pelo Exército, em 1969, que coordenava e integrava as ações contra os militantes de esquerda, armados ou não. Na prática, tornou-se um centro de realização e difusão da tortura.

No governo Sarney, Funaro foi presidente do BNDES e ministro da Fazenda, quando enfrentou a questão da dívida externa.

E foi uma batalha perdida: prevaleceu a razão do mais forte.

Ou, como lembrava Sarney de seu adversário político no Maranhão, Vitorino Freire: o cacete não é santo, mas faz milagre.

Os americanos só cederam depois que arrumaram o balanço de seus bancos e aceitaram no governo Collor, “dar um desconto” na dívida — os 30% do “Plano Brady” — em troca de um brutal programa de privatização, que começou nos governos Collor, Itamar e atingiu seu sublime momento com Fernando Henrique, quando, quase, a “Petrobrax” foi passada nos cobres a preço de banana, como a Vale.

Em julho de 1992, no número 33 da revista *Novos Estudos*, do Cebrap, reconstituí meu trabalho na cobertura da crise da dívida: “A crise da dívida —

manda quem pode, obedece quem tem juízo”.[1]

A Rede Globo tinha sido convidada para ser uma das treze redes de televisão para fazer documentários que tratassem de uma “agenda para o Ano 2000”. A rede chinesa tratou do controle da natalidade, a russa dos marginais, a indiana da revolução verde, e a Globo me escolheu para cuidar da dívida externa. Boa parte dos últimos quinze anos eu tinha dedicado ao chamado “jornalismo econômico”. E sobre só um outro tema — a inflação e como o governo brasileiro tentava contê-la — devo ter dito bobagens com tanta frequência quanto sobre a dívida externa — e como o governo brasileiro tentava resolvê-la. Pelo menos a coerência me qualificava. Por causa desse documentário pude revisitar Babilônia. Recolher depoimentos mais espontâneos. E ver a crise com outros olhos: nem o Brasil era o centro da crise nem esteve sempre certo ou sempre errado.

Só que o Brasil demorou mais para saber o que queria fazer. Finalmente, ele fez um acordo com o FMI em 28 de janeiro de 1992 — no governo Collor, com o ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira — e o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, me disse numa entrevista, naquele dia, que, com a iminente solução do problema brasileiro, ele considerava a crise da dívida encerrada. Agora, o FMI ia poder se concentrar, com prioridade, no Leste Europeu.

Em agosto de 1992, a crise completou dez anos.

Entre um agosto e outro, o México saiu da concordata e de uma profunda crise política, para se tornar o que os credores consideravam “o endividado exemplar”, que conquistou o direito de fazer parte de uma zona de livre-comércio com os Estados Unidos e o Canadá (Nafta). Já dava para eu desempenhar o confortável papel do “beque central da segunda-feira de manhã”, como dizem os americanos.

Todas as conversas com negociadores brasileiros e do FMI — todos protegidos pelo anonimato, é claro — convergem para um ponto: o Brasil e o FMI sabiam que, em novembro de 1982, quando o Brasil agonizava, se encerrava um período da história em que o desenvolvimento era induzido pelo Estado e financiado com poupança externa muito barata (nos anos 1970, a taxa de juros reais era de 1%; nos 80, de 6%). Daí para frente, a poupança dos brasileiros é que ia empurrar o país.

Também não havia nos dois lados da mesa muita dúvida em torno de uma fórmula preparada por um técnico do FMI e que resumia o tamanho do problema brasileiro num exercício de adição: a poupança externa, que chegou a 6% do PIB, acabou + o Brasil passou a exportar mais do que importar capitais e isso desfalcava o PIB em 1% + o choque do aumento da taxa de juros internacionais era equivalente a 3% do PIB = 10% do PIB.

O problema era saber como extrair esses 10% do PIB da sociedade brasileira — um esforço descomunal. Nem um regime autoritário com AI-5 e tudo conseguiria submeter os brasileiros a tanto. Quanto mais num regime autoritário em fim de linha, o governo Figueiredo, sem o AI-5, e com a oposição que elegeu, em outubro, os governadores de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os técnicos do FMI, na época, preferiram apelar para um tratamento de choque. Como me disse um técnico do Fundo: foi uma decisão de *realpolitik*, porque, então, o maior problema do FMI era preservar o sistema financeiro internacional. Ninguém sabia quanto tempo ia durar a crise e qual o tamanho dela. Se devedores grandes como o Brasil não pagassem, os bancos podiam quebrar. A saída era impor o ajuste, com a intensidade que fosse necessária.

Hoje, não é preciso muito esforço para sentir que o próprio pessoal técnico do FMI reconhece que errou. O Brasil, segundo essa nova avaliação, deveria ter tido tempo para reduzir o déficit público, desindexar e estabilizar a economia. Três anos seria um prazo, agora, em 1992, razoável. “O tecido social do país não estava pronto para um ajuste tão violento, em 1983” — foi o que eu ouvi.

“Não havia Congresso e sem consenso é muito difícil um tratamento de choque.”

Movido pelo mesmo pânico de que o calote brasileiro pudesse quebrar os bancos comerciais, o então diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, por duas vezes se recusou a estender a mão aos brasileiros.

Primeiro, foi na passagem do governo Figueiredo para o governo Tancredo Neves. Tancredo pediu aos ministros de Figueiredo, Delfim Netto e Ernane Galvêas, que fizessem um acordo com o Fundo.

“Você assina”, conta Delfim, “porque depois eu honro a assinatura e digo que o Brasil é o mesmo”. Segundo Delfim, Tancredo sabia que a dívida ia ser transformada numa questão política e ele não teria condições de assinar um acordo com o FMI.

Tancredo pediu ao secretário de Estado americano George Schultz que pressionasse o Fundo para assinar um acordo com o Brasil. Delfim conta que não eram os americanos que estavam com medo, mas Larosière. Ele temia que o governo Tancredo não honrasse um acordo assinado pelo governo Figueiredo — um governo democrático repudiaria um acordo de pagamento de dívida assinado por um governo militar. A certa altura, De Larosière disse a Delfim: “mas, eu preciso de uma palavra do presidente [Tancredo] de que ele vai honrar”.

Foi por isso que Tancredo mandou seu futuro ministro da Fazenda, Francisco Dorneles, a Paris, para assumir o compromisso, em nome do futuro presidente. Larosière não acreditou — e o FMI não fez o acordo.[2]



PHA (à esquerda) e Lech Walesa (à direita)

Depois, no início do governo Sarney, De Larosière se recusou — contrariando a recomendação do diretor brasileiro no Fundo, Alexandre Kafka — a relaxar as exigências ao Brasil.

Uma corrente dentro do FMI defendia a tese de que boa parte do aperto econômico já tinha sido feito no governo Figueiredo — “vocês estavam quase lá”, diz hoje um técnico do Fundo — e uma demonstração de apoio político a um ministro considerado ortodoxo — ainda Dorneles — poderia encaminhar o

governo Sarney à austeridade fiscal. De Larosière não comprou a ideia.

Recorri, em 2014, a um caderno de anotações feitas de 23 de setembro a 6 de outubro de 1985, entre Nova York, numa Assembleia Geral da ONU — aberta pelo presidente Sarney —, e uma reunião do FMI, em Seul, na Coreia, a que Funaro compareceu.

Trêmulo, Sarney descreveu na ONU a crise com a morte de Tancredo: “o Brasil viveu uma longa noite, mas pôde celebrar um canto de amor à liberdade — Moisés não ficou de costas para a Terra da Promissão”.

“Tancredo Neves é o nosso herói!”

Já eleito, Tancredo tinha dito: “não podemos pagar a dívida com a fome do povo”.

Sarney retomou o caráter político da negociação da dívida externa, ali, sob aplausos da Assembleia: “o débito pago com a miséria é a conta paga com democracia”.

Logo após o discurso, corri ao secretário de Estado americano George Shultz.

Ele mostrou ter sublinhado trechos do discurso de Sarney que tinha acabado de ouvir e diz:

“Crescimento e não austeridade é um bom enfoque para o problema”, me disse Shultz. E, enfático, sugere: “Agora, vai lá atrás e me cite corretamente: eu também vou dizer que o crescimento é uma forma importante de tratar o problema da dívida”.

Já o colega de Shultz, o chanceler brasileiro — escolhido por Tancredo — Olavo Setúbal, dono do banco Itaú, não concordava com Shultz. E me disse, sobre o discurso do presidente do Brasil:

“A [discussão] política [da dívida] está na cabeça dele [Sarney]. O discurso foi nacionalista demais, agressivo demais. Depois disso [do discurso] tínhamos [que ter] alguma outra coisa a fazer e não temos. A política americana não muda: pode mudar o papel do Banco Mundial, mas isso não é substantivo.”

“O meu realismo é cruel. Esse discurso é inútil”, disse Setúbal, literalmente.

Fernando Lyra me contou que Tancredo chamou Setúbal para conversar, pouco antes de anunciar o Ministério.

E disse, segundo a narrativa de Lyra:

“Dr. Olavo, vou precisar do senhor no meu ministério.”

Setúbal encheu o peito. Ficou mais alto ainda, dizia Lyra, sabidamente baixo.

“Vou precisar do senhor no Itamaraty.”

Setúbal desabou. Ficou pálido.

“Mas, eu pensei que o senhor me queria para ministro da Fazenda… Eu não entendo nada de relações exteriores…”

“Bobagem, dr. Olavo, nós dois, juntos, com a nossa experiência, tomamos conta daqueles barbudinhos do Itamaraty.”

Conclusão de Fernando Lyra: “o dr. Tancredo jamais, *jamais* daria o Ministério da Fazenda a um paulista!”.

A bordo do avião que nos levaria a Seul, Dílson Funaro disse quais eram as condições que Sarney não explicitou no discurso na ONU:

“As reservas não podem ir abaixo de 8 bilhões de dólares. E o crescimento do PIB não pode ficar abaixo de 5%.”

Já no voo de Los Angeles para Tóquio, a caminho de Seul para a Assembleia do Fundo Monetário, Funaro confidenciou que fazia questão de não levar Alexandre Kafka, representante do Brasil no FMI, às reuniões com Larosière, diretor-gerente do FMI.

Funaro não confiava nele.

Funaro também evitava conversar com Bill Rhodes, vice-presidente do Citibank e líder do comitê dos bancos credores.

Não queria falar com banco — mas com governos.

Já depois de Funaro discursar na Assembleia do FMI, fiz um *stand up* para

enviar à Globo:

Há uma outra informação que o ministro Funaro não usou em seu discurso e ela certamente não agradará a Bill Rhodes. Se as reservas cambiais do Brasil caírem abaixo de 8 bilhões de dólares, o Brasil vai parar de pagar os juros da dívida.

Ou seja, só quem não sabia era o Olavo Setúbal.

Celso Furtado, que era ministro da Cultura do governo Sarney, acha que o Brasil passou muito tempo se enganando, supondo viver numa ilha de prosperidade. Também para ele a moratória teria que ser combinada com um ajuste — ainda que diferente dos padrões do FMI, que, segundo ele, negligencia os custos sociais. Furtado deu-me um depoimento interessante:

O primeiro passo do Brasil foi fazer um plano muito audacioso, o Plano Cruzado, mas sem se preocupar com a dívida externa. Se o essencial da sua poupança era transferido para o exterior, você não poderia consertar a economia facilmente. Eu dizia para o Funaro que era preciso atacar de imediato o problema da dívida, se não ele ia morrer na praia. No fim do período Funaro, ele lançou uma moratória tímida, envergonhada, como se o Brasil estivesse acuado, porque não tinha mais reservas.

Na véspera de o Brasil anunciar a moratória, em fevereiro de 1987, fui ao Palácio do Planalto, como fazia frequentemente atrás de notícias, e encontrei no saguão da entrada o empreiteiro Murilo Mendes: “Você já sabe da maluquice?”, ele me perguntou. Fiquei quieto e ele me contou que o presidente Sarney tinha contado a ele que, no dia seguinte, o Brasil anunciaria a moratória.

Corri lá para cima e Sarney, ao lado do ministro de Ciência e Tecnologia Renato Archer, recebia os cumprimentos de uma fila de cientistas e tecnólogos. Entrei no fim da fila. O presidente da República estava eufórico. E não havia de ser por causa daquele desfile de celebridades anônimas. Quando chegou a minha vez, cochichei no ouvido do presidente: “É verdade que o senhor, amanhã, vai para a moratória?”. Percebi nele a intenção de esconder a notícia de Archer. E me contou uma longa história de José Maria Alkmin, quando era ministro da Fazenda e proibiu os assessores de desmentirem o que a imprensa atribuía a ele. Entre verdades e inverdades, desmentir era a pior solução. Depois, Sarney, crescentemente eufórico, sussurrou no meu ouvido: “Vá conversar com o Jorge”.

Era Jorge Murad, genro de Sarney e secretário particular da presidência, que,

muitas vezes, me passava informações vindas diretamente dele, Sarney. Para mim, aquela era a senha que confirmava a história do Murilo Mendes. Olhei Sarney bem de perto e tive a impressão de que o sorriso dele escondia uma travessura. Era a alegria de quem se sentia relançando o Plano Cruzado. Parecia que estava querendo me dizer que os bons tempos iam voltar.

Corri para a Globo, localizei Armando Nogueira, diretor de Jornalismo, e reproduzi a história.

Sugeri entrar com um *stand up* da porta do Planalto, para o *Jornal Nacional*: "o Brasil vai declarar a moratória da dívida externa amanhã".

Quando o *Jornal Nacional* fosse ao ar, o mercado financeiro já estaria fechado e a notícia não teria consequências desastrosas — além das óbvias…

Armando achou melhor não. Preferia guardar para o *Jornal da Globo*. Insisti.

Armando explicou: o dr. Roberto não estava no Rio e não seria possível confirmar a notícia com ele.

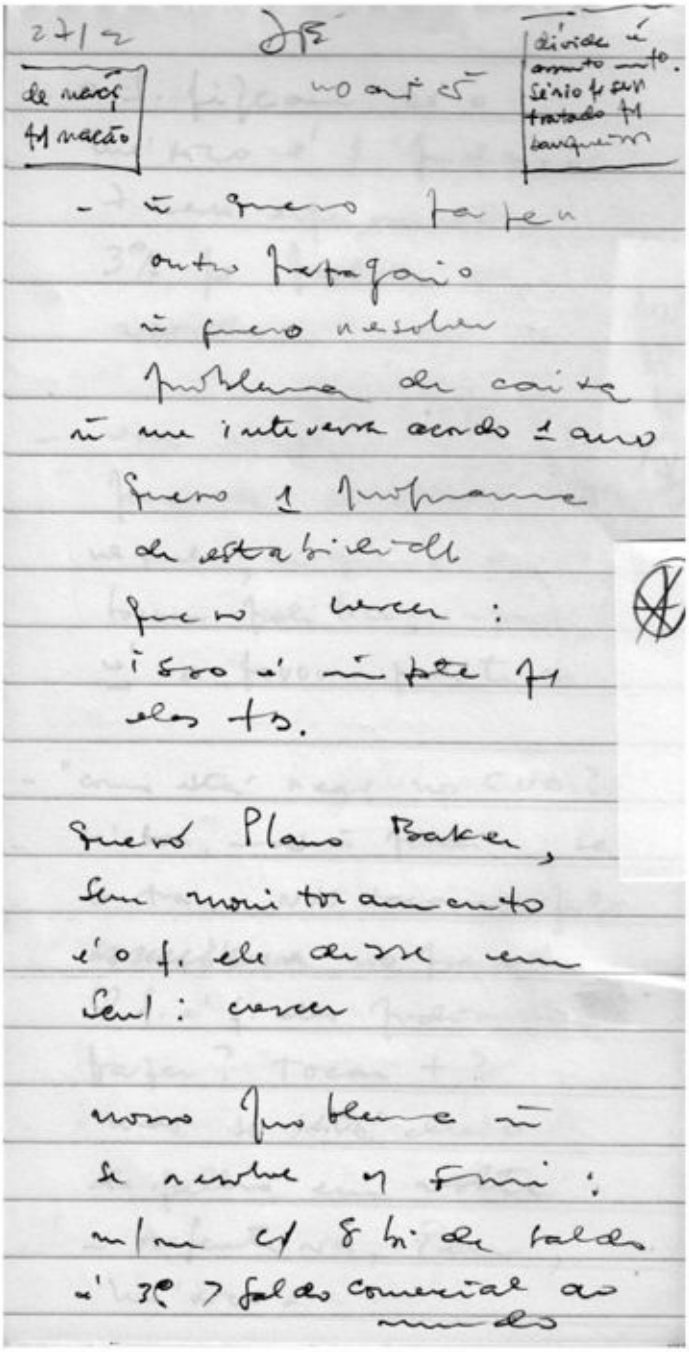
Mas quem me disse foi o presidente da República!

Ainda assim.

Logo depois da moratória, Dílson Funaro resolveu convencer os governos estrangeiros dos bons propósitos do Brasil. E eu fui atrás, como repórter. Paramos primeiro em Washington e a recepção de James Baker, no Tesouro, foi gélida. Não havia o que explicar — nem o que entender. Seguimos para Londres. Funaro entrou na casa do ministro do Tesouro, Nigel Lawson, na Downing Street, número 11. Ficamos na porta eu, o cinegrafista e um desconhecido. Mais ninguém. Fazia muito frio. Funaro saiu acompanhado de Lawson. Os dois se despediram, Lawson se recusou a dar entrevista e Funaro, ali mesmo, contou como tinha sido a conversa. A ideia central era de que Lawson entendia a posição brasileira de proteger as reservas cambiais e não se submeter ao FMI. Funaro foi embora em companhia do embaixador do Brasil em Londres, Celso Souza e Silva, e o desconhecido me perguntou o que Funaro tinha acabado de dizer. Ele se identificou como funcionário do Departamento do Tesouro inglês e gostaria de ter uma tradução. Ali mesmo, em pé, voltei a fita na câmera e traduzi a entrevista — que, se dependesse de Funaro, seria, na verdade, uma coletiva. Voltei para a Globo, à espera do encontro da tarde, com o chanceler inglês. Desci

para almoçar e antes da sobremesa recebo um telex enviado pelo gabinete de Nigel Lawson: o governo inglês não concordava com a atitude tomada pelo Brasil e recomendava enfaticamente que o Brasil se submetesse a um programa de ajuste contratado com o FMI. Saí correndo com o telex na mão e fui para o Foreign Office. E li o texto para Funaro. Ali, entre Souza e Silva e os mármores imaculados da antessala de Geoffrey Howe, o chanceler, ouviu-se o mais alto palavrão já pronunciado, em português, em toda aquela ilha.

Fiz algumas anotações de conversas com Funaro entre fevereiro e março de 1987, quando ele foi aos Estados Unidos e à Europa explicar a moratória:



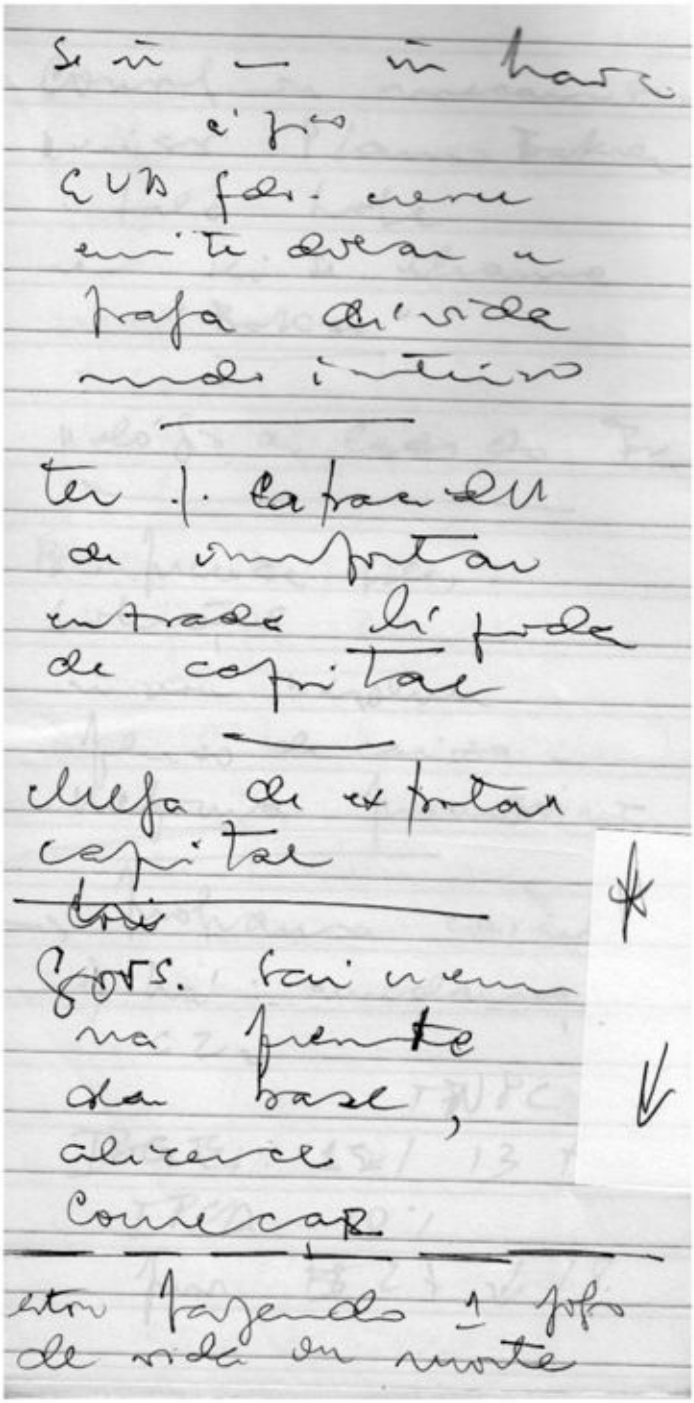
“O FMI não resolve.”

Não quero fazer outro papagaio, disse. Não quero resolver o problema de caixa. Não me interessa acordo de um ano. Quero um programa de estabilidade. Quero crescer: isso é importante para eles também.

Essa viagem é muito parecida com a nossa primeira (a Washington e Seul). Naquela, eu queria o fórum político; agora, é o fórum político.

A reação nos Estados Unidos foi boa, mas não podia ser melhor. Nós tacamos fogo no paiol. O que eles podiam fazer? Tacar mais? Mas, está cheio de palha em volta. Argentina, Peru, México. O que eles têm que fazer é jogar água no fogo.

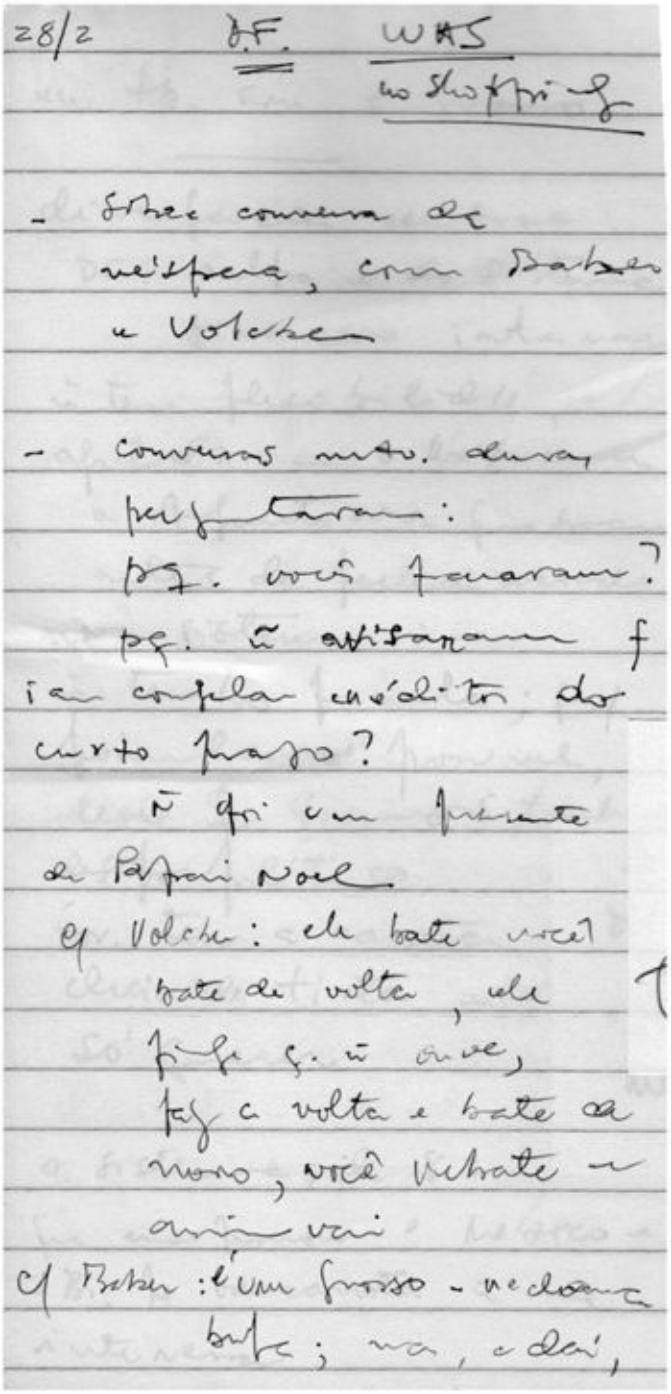
Estou fazendo um jogo de vida ou morte.



“De vida ou morte.”

O meu amigo que foi à concordata avisou, ficou na porta do banqueiro até 4 h da manhã, e no dia seguinte explodiu. Aí veio o diretor de créditos e concordatas — agora você está me oferecendo mais do que eu pedi.

Pois, agora, só quem vai tratar com vocês é o meu advogado. Vocês deixaram sujar o meu nome. Agora é mais caro.


28/2 B.F. WAS
no Shotpri

- Sobre conversa de
vésperas, com Baker
e Volcker

- Conversas muito. duras
perguntaram:
pq. você fizeram?
pq. ñ avisaram f
ia cortar crédito de
curto prazo?
ñ foi um presente
de Papai Noel
c/ Volcker: ele bate você
bate de volta, ele
finge q. ñ ouve,
faz a volta e bate de
novo, você rebate e
assim vai
c/ Baker: é um fosso - vc dá
bola; vai, e daí,

"Ele finge que não ouve."

Sabe por que o (Paul) Volcker foi conciliador? Porque as ações dos bancos

americanos caíram.

Sobre como negociava com Volcker e James Baker: “O Volcker bate em você, você bate de volta, ele finge que não ouve, e bate de novo, você rebate e assim vai…”.

O Baker é um grosso — reclama, bufa, mas e daí? Eu também sou um grosso.

A Baker: “não vou apresentar programa de ajuste doméstico nenhum, porque eles não têm nada com isso”.

Não tenho plano para resolver a questão da dívida: isso é problema dos governos dos credores.

Não vou fazer ajuste para pagar juros da dívida — nunca mais!

Não negocio o desenvolvimento [do Brasil]. Já pensou se eu saio daqui e digo que os Estados Unidos querem a recessão [do Brasil]?

Pensando na crise da dívida, uma noite, na boate Hippopotamus, no Rio, perguntei a Edmond Safra, dono do Banco Safra, quando o ouro voltaria a ser uma reserva de valor mais interessante que o dólar. Ele respondeu: “Não sei. Mas, quando souber, você não terá dinheiro para eu te avisar”. Perguntei, então, que jornal ele lia, para tomar decisões. Respondeu que só lia o *International Herald Tribune*. E quando não entendia alguma coisa chamava o Henry para ir explicar, lá no escritório dele na Quinta Avenida [Henry era o Henry Kissinger].

Fora do poder, Henry Kissinger tornou-se conselheiro de governos e empresários.

E, no dia 27 de julho de 1987, me deu uma entrevista para o *Jornal da Globo*, sobre a questão da dívida. Kissinger tinha um plano que limitava os pagamentos de juros da dívida a 6%, por ano. E parecia apoiar Funaro e o Brasil.[3]

Eu acho que o problema [do Brasil] é que o governo americano ainda não aceitou a tese de que a questão da dívida é uma questão política. E que tem que ser resolvida pelos governos e não pelos bancos. Outros países ainda não

concordam com isso, mas essa é a tese do futuro.

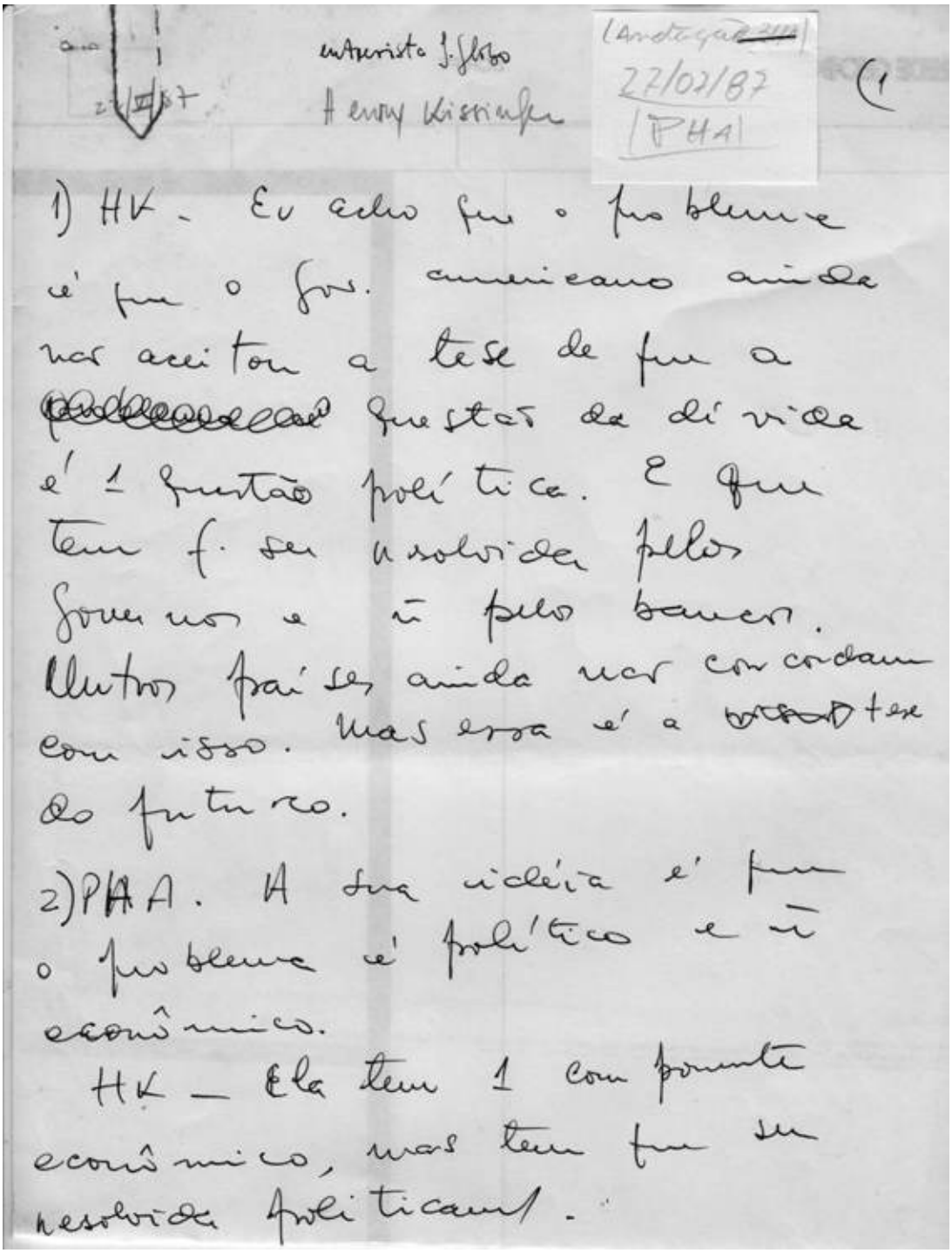
A dívida tem um componente econômico, mas tem que ser resolvida politicamente.

O governo Reagan adotou uma atitude de indiferença. Ele não fez nada sobre o assunto.

O crescimento econômico é necessário para resolver o problema da dívida.

Só há duas maneiras de pagar uma dívida. Uma é com austeridade. Outra é com crescimento. Pelo caminho da austeridade, as instituições políticas de países subdesenvolvidos ficam ameaçadas. Os governos se enfraquecem. O mundo subdesenvolvido precisa é de crescimento. Com ou sem dívida.

Quando a moratória foi anunciada, achei que foi um passo dramático demais. Eu não teria recomendado a moratória. É que toda vez que se toma uma atitude dramática é sempre bom saber qual será o próximo passo.



entrista J. Globo
Henry Kissinger

[Anotação ilegível]
27/03/87
[PHA]

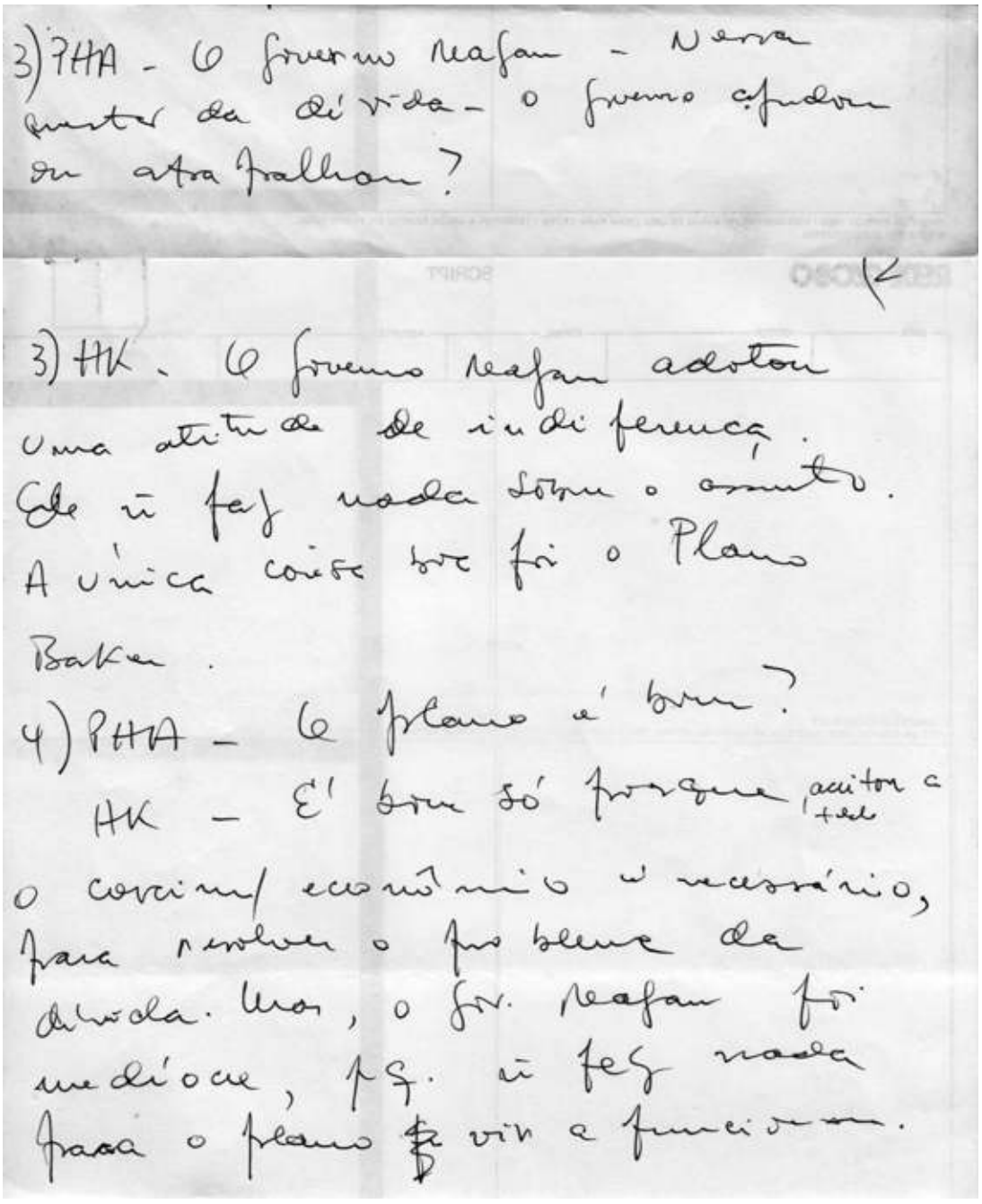
(1

1) HK - Eu acho que o problema é que o gov. americano ainda não aceitou a tese de que a ~~questão~~ questão da dívida é 1 questão política. E que tem q. ser resolvida pelos governos e não pelo banco. Muitos países ainda não concordam com isso. Mas essa é a ~~tese~~ tese do futuro.

2) PHA. A sua visão é que o problema é político e não econômico.

HK — Ele tem 1 componente econômico, mas tem que ser resolvido politicamente.

"A dívida é um problema político."



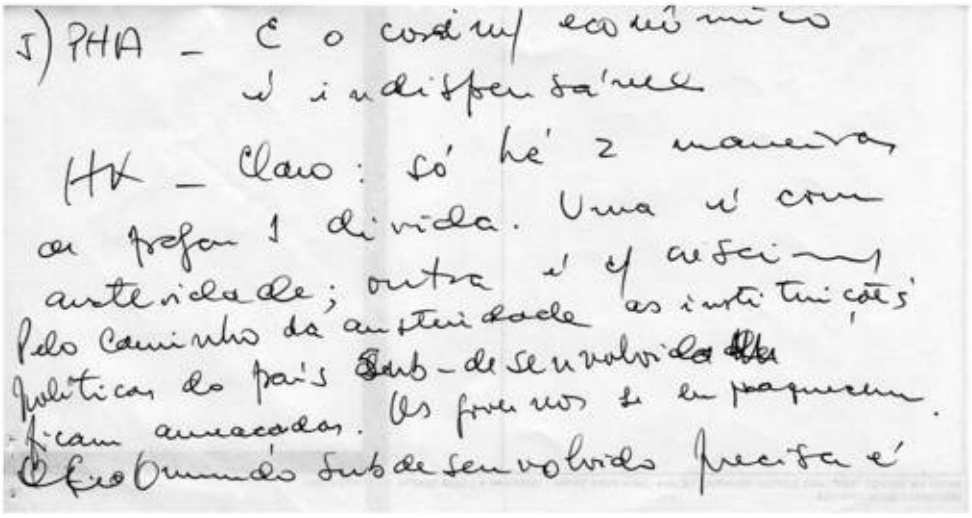
3) PHA - O governo Reagan - Nessa questão da dívida - o governo ajudou ou atrapalhou?

3) HK. O governo Reagan adotou uma atitude de indiferença. Ele não fez nada sobre o assunto. A única coisa boa foi o Plano Baker.

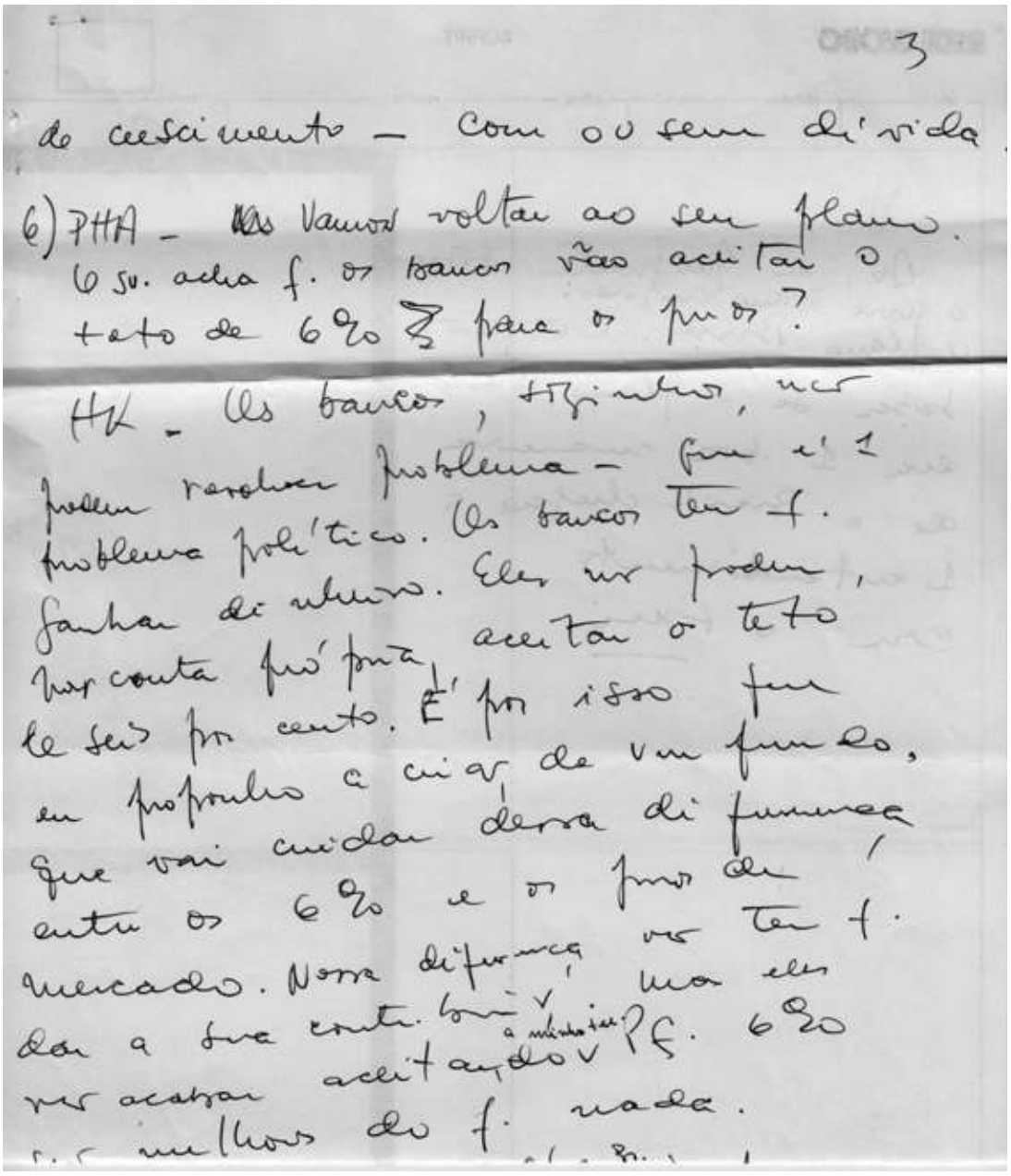
4) PHA - O plano é bom?

HK - É bom só porque aceitou a tese o corte econômico é necessário, para resolver o problema da dívida. Mas, o gov. Reagan foi medíocre, pq. não fez nada para o plano dar vir a funcionar.

“Reagan foi medíocre.”



“A austeridade ameaça a democracia.”



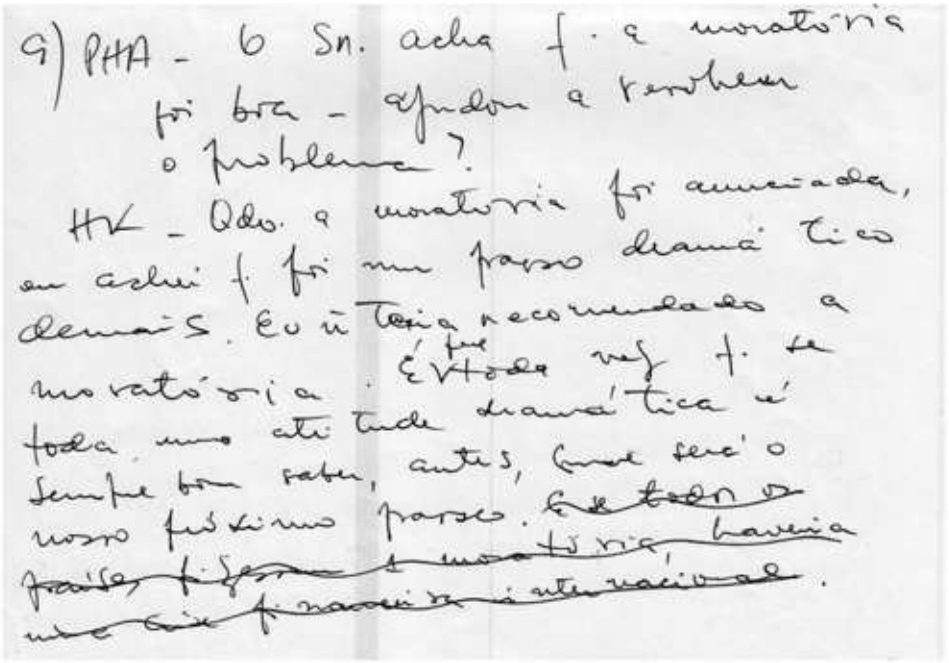
3

do crescimento — Com ou sem dívida.

6) PHA - Vamos voltar ao seu plano. O Sr. acha q. os bancos vão aceitar o teto de 6% para os juros?

HK - Os bancos, hoje, não podem resolver problema — que é 1 problema político. Os bancos tem q. ganhar di nheiro. Eles só podem, por conta própria, aceitar o teto de seis por cento. É por isso que eu propus a criar de um fundo, que vai cuidar dessa di ferença entre os 6% e os juros de mercado. Nessa diferença vc tem q. dar a sua conta. Bom, vc vai ganhar menos do q. nada.

“Os bancos não resolvem o problema.”



“Eu não iria à moratória.”

---

[1]

Esse foi o título do documentário que dirigi para a ONU, entre 1991 e 1992.

[2]

Esse mesmo documentário me levou a entrevistar, em Varsóvia, o presidente Lech Walesa, por causa do perdão de metade da dívida polonesa — benefício só conferido, pelos países credores, também ao Egito, por sua inestimável colaboração na Guerra do Golfo. Com essa mesma dúvida na cabeça — Tancredo pagaria a dívida dos militares? —, perguntei a Walesa se ele não teve a tentação de repudiar a dívida feita pelos comunistas. A resposta dele, na íntegra: “Para uma resposta rápida: nós tínhamos opção? Nos acordos internacionais, você tem que honrar os compromissos, mesmo os feitos pelos adversários. Essa é a lei internacional e nós queremos ser parte da comunidade internacional. Por isso, tivemos que aceitar as regras do jogo”. Desconfio que o aristocrata Tancredo pensava como esse eletricista. Ver como Delfim descreve essa negociação no capítulo “Em 2014, Delfim revê o que me tinha dito”.

[3]

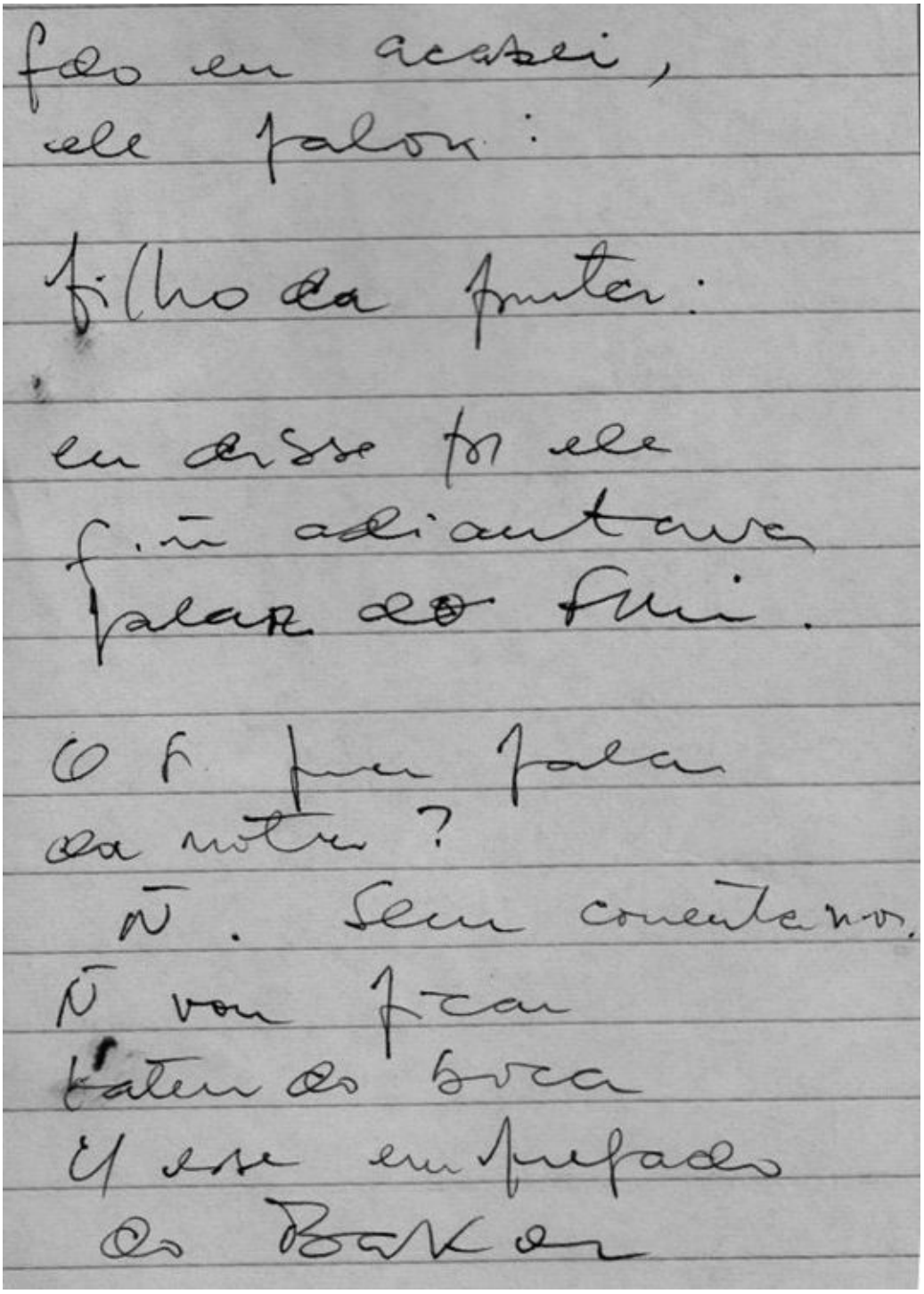
Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro, no livro *Brizola*, primeira edição,

contam impressionante episódio da carreira do professor Kissinger, quando estudante de pós-graduação na Universidade de Harvard. Juscelino encomendou ao coronel Dagoberto Rodrigues montar a rede de telecomunicações de Brasília. Mais tarde, Dagoberto seria diretor dos Correios, no governo Jango, e aí foi cassado em 1964. Dagoberto preferiu equipamentos suecos. O embaixador americano protestou. Queria que a encomenda fosse à ITT. Um dia, Dagoberto recebe um emissário da ITT, o jovem professor Kissinger. A certa altura, Kissinger lhe pergunta “how much?” ele queria receber por fora. Dagoberto responde em inglês: “can you repeat?” (“pode repetir?”). Kissinger repetiu: “how much?”. Dagoberto respondeu: “Ponha-se daqui para fora”. Em 1973, Kissinger recebeu o prêmio Nobel da Paz pelo glorioso papel no fim da Guerra do Vietnã.

Esse inglês é um «filho da puta!»

Na mesma tarde, a bordo do voo de Londres para Paris, Funaro vem à minha poltrona na classe econômica. Mostro o telex que Lawson enviou à Globo de Londres. Funaro repete:

“Nota filha da puta! Esse Lawson é um filho da puta! Que coisa deselegante! É um empregado do Baker! Eu encurralei ele o tempo todo e ele só falava dos bancos comerciais. Por quatro vezes e ele insistiu: ‘mas, o senhor tem que falar com os bancos comerciais’. E eu disse: ‘depois nós falamos com os bancos comerciais’. ‘Tudo bem, *depois* a gente fala’ ”.



"É um empregado dos americanos."

Perguntei se ele faria para o *Jornal Nacional* algum comentário sobre a nota de Lawson, que eu já tinha noticiado.

"Não. Sem comentário. Não vou ficar batendo boca com esse empregado do

Baker.”

Em seguida, Paris e Roma. Funaro marcou uma entrevista coletiva na embaixada brasileira, no final da tarde, para dar conta das conversas com autoridades do governo italiano (desde quando os Médici controlavam a banca em Florença, a Itália não dava demonstração tão eloquente de relevância, no mundo das finanças internacionais). A coletiva não começava e Araújo Netto, correspondente do *Jornal do Brasil*, me chamou num canto: a razão da demora era o encontro sigiloso que Funaro estava mantendo, ali na embaixada mesmo, com um dos símbolos mais exuberantes de Wall Street, David Rockefeller, do Chase Manhattan Bank. Mas, por que o sigilo? A ideia da viagem era explicar aos governos; o Brasil não deve satisfação aos bancos — foi o que o informante, um diplomata, tinha dito ao Araújo.

Depois da entrevista, já na Piazza Navona, um jornalista americano diz assim: “Isso não é conversa [do Funaro] de quem está querendo acertar a vida com o banco. Isso é conversa de quem está querendo converter a humanidade”.

Eu entendi claramente o que era o patamar político da dívida quando entrevistei, mais tarde, em Varsóvia, em outubro de 1991, Richard Michalski, que estava respondendo pelo Ministério das Finanças polonês. Perguntei por que os países ricos tinham perdoado a dívida polonesa. Ele respondeu: “Porque o Solidariedade (o partido Walesa) fez, de graça, mais para derrotar o comunismo de que todo o dinheiro do Pentágono”.

O Brasil tinha feito muito pouco para derrotar o comunismo. E estava batendo na porta errada: os Estados Unidos. José Sarney revela que, uma vez, falou com Ronald Reagan sobre o caráter político da dívida — “Reagan foi muito claro e muito seco”, ele conta — que aquela era uma tese “subdesenvolvida”.

Na verdade, a crise da dívida demonstrou que os Estados Unidos já tinham perdido a iniciativa na arena econômica internacional. Seria uma simplificação supor que a estratégia do Executivo americano, durante toda a crise — jogar os devedores, um a um, dentro da jaula dos bancos e, quando preciso, chamar o domador de confiança [o FMI] —, derivasse de uma filosofia dos republicanos no poder, com Reagan e George Bush: tirar o governo e deixar o mercado decidir. Seria uma combinação de não querer e não poder resolver mais os problemas. Isso é só uma parte da verdade, porém.

Em 1985, na Coreia, numa assembleia do FMI, o secretário do Tesouro americano, James Baker, lança um tímido “Plano Baker” — é a primeira iniciativa americana na crise, e uma tentativa frustrada de criar condições de os devedores voltarem a crescer. Mais tarde se soube que foi um plano elaborado às pressas, como reação às ameaças do presidente Alan García de explodir o sistema financeiro internacional. Logo Alan García, cuja capacidade de causar danos jamais ultrapassou as fronteiras do Peru.

Em 1989, o secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, lançou o “Plano Brady”, que consagrava o princípio do alívio da dívida. Só que, mais uma vez, os Estados Unidos reagiam a uma pressão política — o que é muito diferente de assumir o controle da situação. Um ano antes, François Mitterrand tinha sugerido que a moeda do FMI — os SDRs — bancasse programas de redução da dívida. Ainda em 1988, o ministro das Finanças do Japão, Kiichi Miyazawa, propôs uma fórmula de redução da dívida que os americanos disseram não ter, na época, condições de aceitar.

De novo, era o temor de que os bancos americanos não pudessem absorver descontos elevados nos valores da dívida. Mais uma vez, durante a crise, os japoneses jogaram seu minueto predileto: se esconderam atrás dos Estados Unidos e esperaram que os Estados Unidos fizessem o que era bom para o Japão. Foi assim que se convencionou que o “Plano Miyazawa” entraria para a história como o “Plano Brady”.

O tímido papel dos Estados Unidos na crise da dívida — e os bancos americanos têm tantas reclamações de George Bush quanto os países devedores — era um indício de que a maior potência militar não era mais a maior potência econômica (já como presidente eleito, Fernando Collor disse ao presidente do Citibank, John Reed, que ia aos Estados Unidos e se encontraria com George Bush. Reed perguntou: “Para quê?”). No final, o Brasil ficou sem aliados entre os devedores e brigou com o credor errado.

Manda quem pode…

O presidente Sarney conta que se cansou de ouvir dos assessores: “se o México conseguiu essa mixaria, pode ficar tranquilo que nós vamos conseguir mais”. O tempo ensinou que o México sempre foi o máximo e não o mínimo que o Brasil poderia obter.

No segundo semestre de 1989, quando o subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, empurrou pela goela abaixo dos bancos o acordo com o México para estrear o Plano Brady, a História estava fazendo as pazes com os defensores do alívio da dívida, entre eles Jeffrey Sachs e seu discípulo, o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, o pioneiro, no Brasil, da ideia de securitização — ou seja, um forte alívio da dívida.

Bresser Pereira e Dílson Funaro tinham um ponto em comum: confundiam o sucesso que faziam com os jornalistas brasileiros com o sucesso na batalha das ideias contra os Estados Unidos. O secretário do Tesouro James Baker não era exatamente um interlocutor compreensivo. Depois, se soube de um dos bons motivos para a inflexibilidade dele, ao longo de todo o episódio — Baker era grande acionista do Chemical Bank, um dos mais encalacrados com a dívida da América Latina.

O próprio Funaro me contou, depois da conversa com Baker, no início de 1987, que, ao se despedir, Baker teria dito a Funaro: “o senhor, que tem muito boa imprensa, por favor, deixe claro que eu não concordo com a moratória brasileira”.

Também ao sair de uma conversa com Baker, Bresser deu a entender aos jornalistas, ainda na escadaria nos fundos do prédio do Tesouro, em Washington, que Baker tinha gostado da ideia da securitização. A informação foi imediatamente divulgada pelas agências de notícias. Pouco mais de uma hora depois, a Secretaria do Tesouro chamou a imprensa — o que jamais tinha feito, depois da visita de um ministro brasileiro — para mostrar a resposta: a ideia da securitização não dava nem para a saída [*non-starter*] de uma negociação.

A aplicação do Plano Brady ao México deveria ter funcionado como um aviso ao futuro governo brasileiro: mais, os bancos credores não cediam. O governo

Collor imaginou que 30 milhões de votos (na eleição presidencial) davam força ao devedor, ou que os credores se sensibilizariam com a ideia de que era preciso apoiar uma jovem democracia. E acabou com um alívio da dívida — em torno de 30% — muito parecido com o do México.

Como me disse um alto funcionário de um organismo financeiro internacional, o Plano Brady nada mais é do que uma forma elegante de mostrar que os bancos foram obrigados a pagar um preço — a desvalorização do papel da dívida — pelos péssimos empréstimos que concederam à América Latina. "O mercado secundário da dívida mostrou o tamanho da besteira dos bancos" — ele disse.

Há uma outra leitura: o Plano Brady é uma forma de os Estados Unidos expiarem os pecados de Paul Volcker. "O Brasil sempre disse", lembra Delfim Netto, "nas negociações de 1983, que 30% da dívida do setor privado eram um estoque produzido por uma elevação inusitada das taxas de juros [feita por Volcker, na presidência do Banco Central americano]. E que tínhamos direito a uma compensação. O que os devedores deveriam ter feito era não servir os 30%. Depois, eles vinham com um Plano Brady qualquer e estava tudo acertado", conclui Delfim.

A certa altura, eu tive que participar, na UNESCO, em Paris, de uma sessão para projetar o "copião" dos documentários que fariam parte da "Agenda para o Ano 2000". Era uma plateia de diretores e produtores de documentários e burocratas da ONU. Tentei explicar o título em português: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo". É uma expressão popular, provavelmente cunhada na escravidão e que, para mim, tem um significado especial. Foi no governo de Ernesto Geisel, que precedeu Alberto Fujimori na prática de fechar instituições democráticas como forma de preservá-las. Na noite de 1º de abril de 1977, quando Geisel anunciou, em rede nacional de televisão, o recesso do Congresso para que o Executivo pudesse "aperfeiçoar" o Judiciário, eu estava numa redação do *Jornal do Brasil*, no Rio, esperando a conclusão do pronunciamento, para trabalhar no fechamento da edição. Quando acabou, fez-se um silêncio de pânico — e resignação. Cada um foi para o seu canto e, do fundo da sala, o único comentário de um copidesque, a meia voz, para não parecer irreverência: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo".

Em Paris, ninguém achou a menor graça.

Roberto Marinho soube antes

Ao lançar o Plano Cruzado, Funaro exibia a autoconfiança de sempre: parecia jogar com a vida e a morte, a cada etapa do serviço público.

A bordo do avião que nos levava a Tóquio, com o testemunho de Roberto Müller, Funaro disse, em outubro de 1985: “Vou virar a economia de ponta cabeça. O povo vai sair na rua para aplaudir o Plano Cruzado!”.

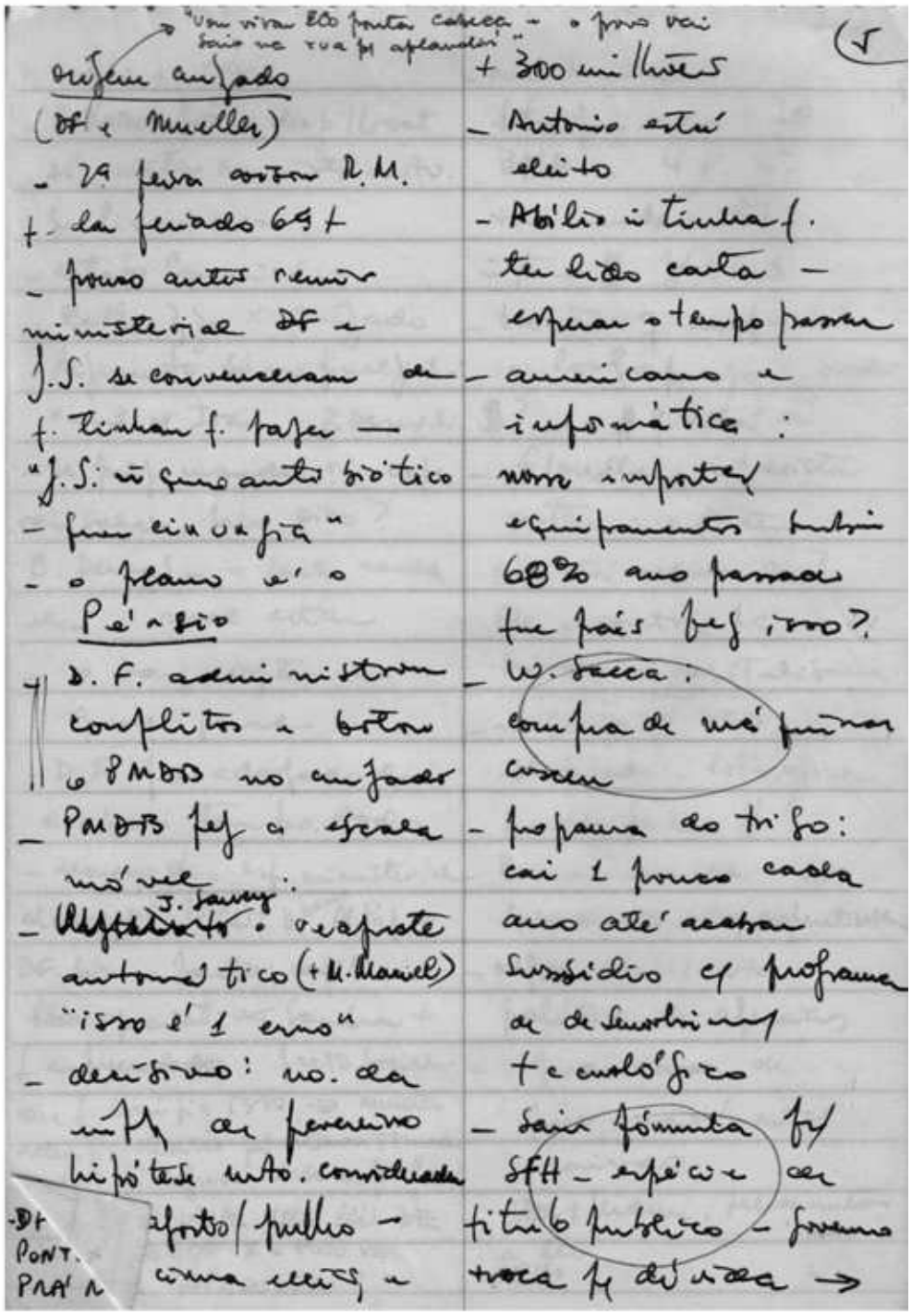
Na segunda-feira, dia 24 de fevereiro de 1986, ele avisou Roberto Marinho que ia dar feriado na sexta-feira, dia 28, quando o Plano foi lançado e se tornou do conhecimento dos outros brasileiros. Ou seja, Roberto Marinho soube três dias antes que a economia ia virar de cabeça para baixo…

Além disso, pouco antes da reunião ministerial, para acertar o plano, Funaro e João Sayad, ministro do Planejamento, se convenceram do que tinham que fazer: congelamento de preços.

Segundo as minhas anotações, “[Sarney:] não quero antibiótico. Quero cirurgia”.

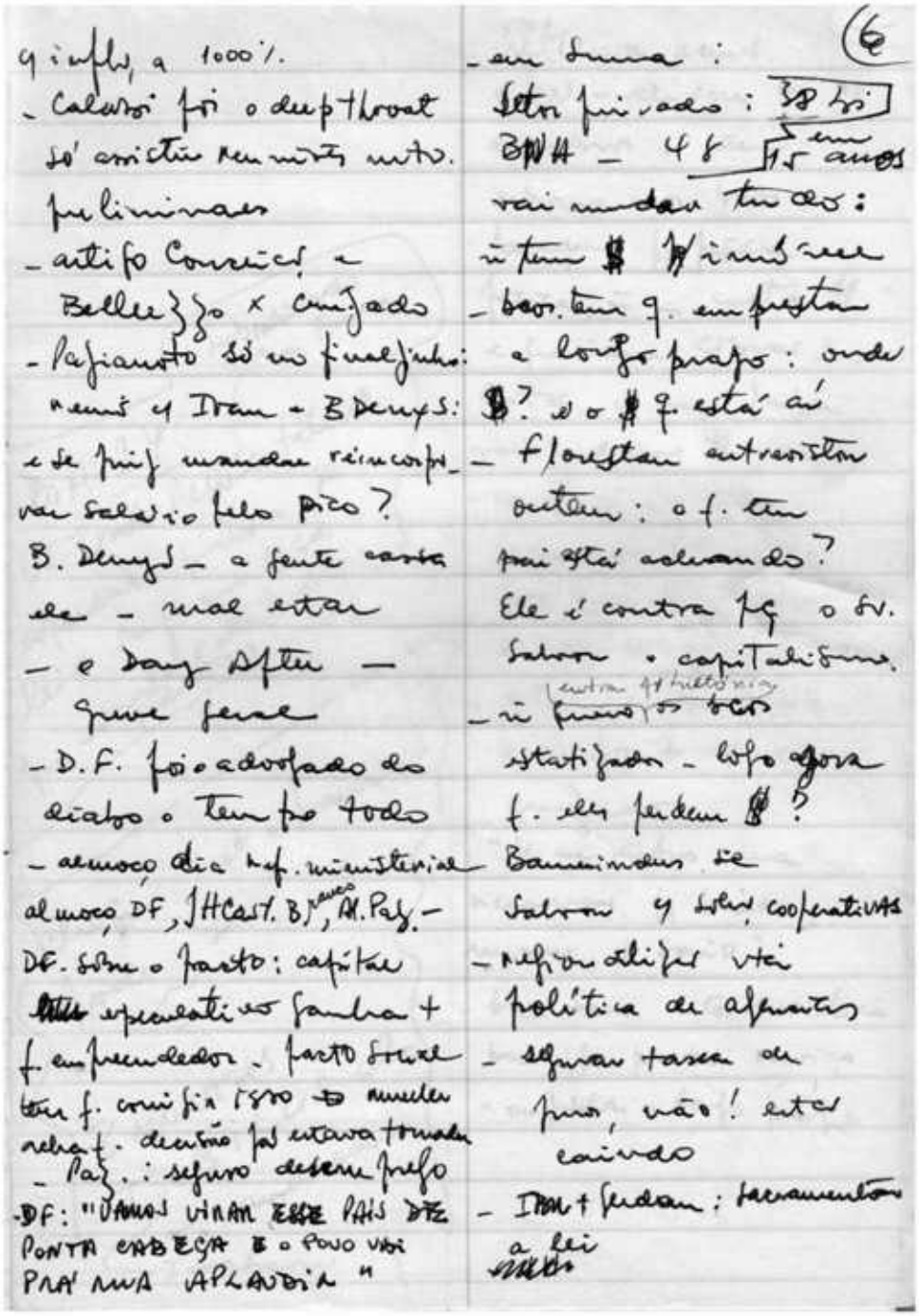
Funaro comentaria sobre o plano: “administrou conflitos e botou o PMDB no Cruzado.”

Depois, em julho de 1986, quando o Cruzado e o congelamento faziam água, pude ler, numa folha de papel com o timbre “Serviço Público Federal”, as instruções do presidente Sarney ao ministro Funaro, para uma entrevista ao


"Um viva Ecc fantas cabeça - o povo vai
sair na rua p/ aplaudir"
(5
ordem unfado
(DF e Mueller)
- 2ª feira antes R.M.
+ dar feriado 6ª +
- povo antes reunir
ministerial DF e
J.S. se conversarem de
+ tinham f. fazer —
"J.S: vc quer anti-político
- fuma cinza fita"
- o plano é o
Pé na Bio
- D.F. administrou
conflitos e botou
o PMDB no enfraq
- PMDB fez a escada
móvel
J. Savary
- desfalcou: o apoio
automático (+ M. Marcel)
"isso é 1 erro"
- decisivo: no dia
unfq de fevereiro
hipótese mto. considerada
+ 300 milhões
- Antonio está
eleito
- Abílio i tinha f.
ter lido carta —
esperar o tempo passar
- americano e
informática:
nova importa/
equipamentos subir
68% ano passado
fue país faz isso?
- W. Secca:
compra de máquinas
cresce
- propaganda do trigo:
cai 1 pouco cada
ano até acabar
subsídio e propaganda
de desenvolvimento
tecnológico
- saia fórmula fq/
SFH - espécie de
título público - governo
troca fq dívida →
-Dt
PONT.
PRA N
afasto/fulho -
uma eleição

Fantástico:

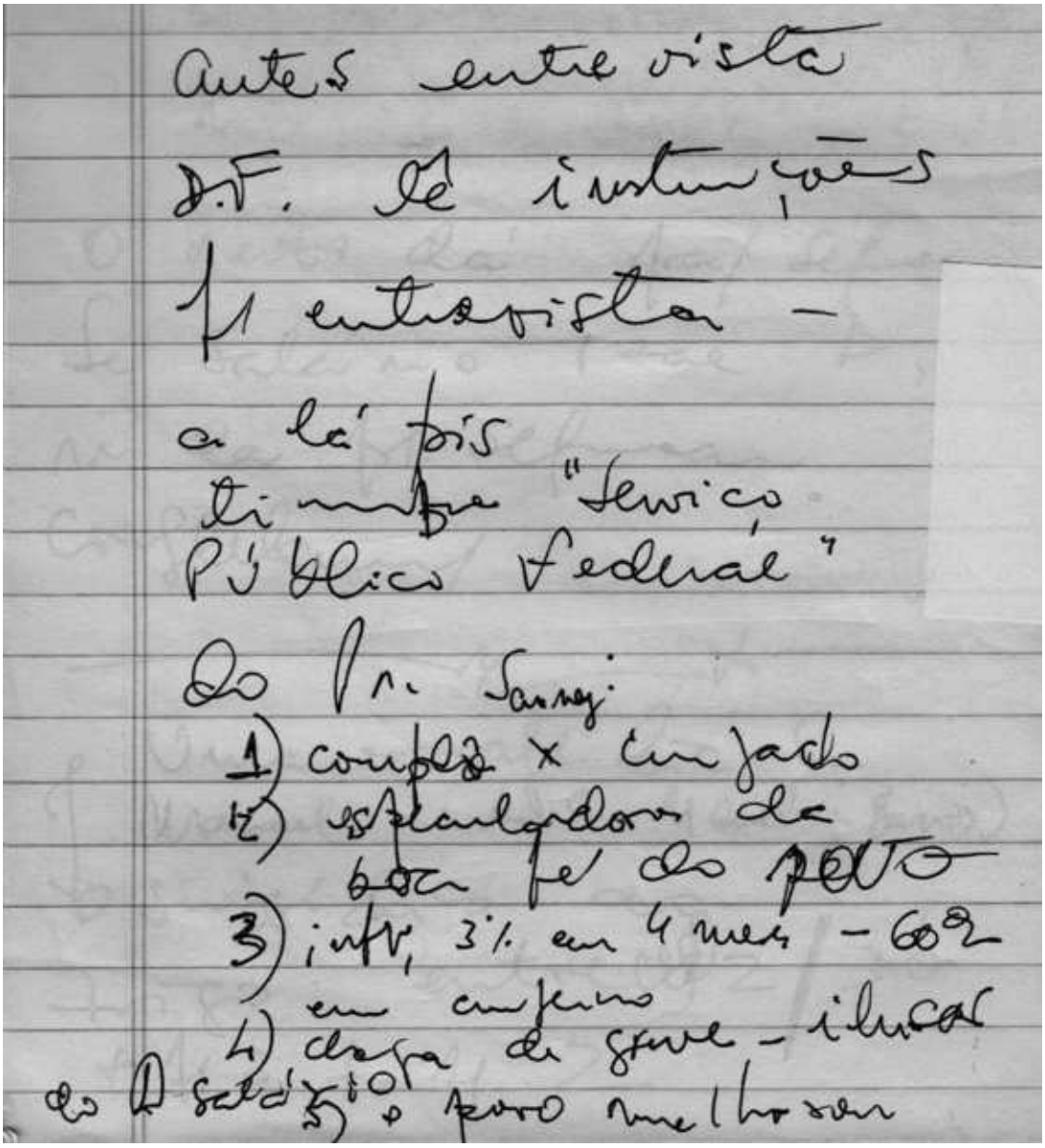
"Anotações que fiz a caminho de Tóquio" [1].



q inflv, a 1000%.
- Calvosi foi o deep throat
só existe um muito muito.
preliminares
- artigo Correio e
Belleza x Cunhado
- Pagamento só no final junho:
nem q Iran - B Denys:
e se pif mandar reincorp-
var salário pelo PTB?
B. Denys - a gente conta
ele - mal estar
- e Day After -
guerra fiscal
- D.F. foi o advogado do
diabo o tempo todo
- almoço dia Inf. ministerial
almoço DF, JHCast. BJ, Mauro, M. Paz -
DF. sobre o pacto: capitais
especulativos fuga +
f. empreendedor. pacto social
teria f. confiança isso é mueller
reforma. decisão já estava tomada
- Paz.: seguro desemprego
DF: "VAMOS VIRAR ESSE PAÍS DE
PONTA CABEÇA E O POVO VAI
PRA MINHA APLAUDIR"

(6
- em suma:
Setor privados: 38 bi
BPNA - 48 em 15 anos
vai mudar tudo:
- tem $ p/ investir
- bcos. tem q. emprestar
a longo prazo: onde
$? e o $ q. está aí
- florestan entrevistou
outem: o f. tem
pai q está adorando?
Ele é contra fg o fv.
Salvou o capitalismo.
- ñ fomos (entra 4f multo p/ cá)
estatização - bcos agora
f. ele perdem $?
Bancos de
Salvou q bolsa cooperativas
- reforma tributária vai
política de alíquotas
- segunda tarefa do
governo, não! está
caindo
- Iran + Jordan: tarcamentos
a lei

"Anotações que fiz a caminho de Tóquio" [2].


Antes entrevista
D.F. de instruções
p/ entrevistar —
a lá fois
tirar "Serviço
Público Federal"
do Pr. Sarney:
1) complô x Cruzado
2) especuladores da
boa fé do povo
3) inflação 3% em 4 meses - 60% em cruzeiros
4) chega de greve - educar
5) o povo melhorou

Instruções de Sarney a Funaro para entrevista ao Fantástico.

1. [há] um complô contra o Cruzado;
2. [há] especuladores da boa fé do povo;
3. a inflação foi de 3% em 4 meses — 60% foi em cruzeiros [a moeda velha];
4. chega de greve!;
5. o povo melhorou [de vida].

O repórter Florestan [Fernandes Júnior] também entrevistou então Funaro:

“O que teu pai está achando?” [pergunta de Funaro].

“Ele é contra, porque o senhor salvou o capitalismo”, respondeu o repórter.

Funaro ponderou: “Não quero entrar para a História com os bancos estatizados — logo agora que eles perdem dinheiro…”

Luiz Gonzaga Belluzzo era homem de confiança de Dílson Funaro na Fazenda.

Ele conta que, em Seul, na reunião do FMI, Bill Rhodes cercava Funaro e Funaro não o recebia. Não queria saber de banqueiro.

Até que Rhodes conseguiu encontrar-se com Belluzzo, Fernão Bracher, presidente do Banco Central, e Carlos Eduardo de Freitas, diretor da área externa do Banco Central.

Eles disseram a Rhodes que o Brasil já então estava estrangulado. As reservas eram poucas e ilíquidas — tinham muito papel que não prestava, como as “polonetas”.[1]

Naquela altura, a posição do FMI e dos bancos — segundo Belluzzo — era manter o Brasil no torniquete, até que os bancos americanos corrigissem seus balanços. Eles estavam entupidos de dívida pública americana, que explodiu com Ronald Reagan.

Funaro e Bracher achavam que seria possível o governo americano, diante de seus próprios apertos, ter “boa vontade” com o Brasil. Belluzzo não acreditava.

Até que os bancos americanos acertaram seus balanços e foi possível o governo aprovar o Plano Brady, já com o sucessor de Reagan, Bush pai.

Mas, o “desconto” de 30% do Plano Brady era o do mercado — os títulos da dívida brasileira estavam com deságio de 70%.

Em conversa comigo, em 2014, Belluzzo descreveu Bill Rhodes como quem quisesse encarnar o Sir Galahad dos endividados e esfaqueá-los na Távola Redonda do Rei Artur.

Um *gentleman*, mas com um tique de desconcertar: vira e mexe e ele se agachava para levantar a meia.

E assim foi até que as reservas brasileiras chegaram a 3 bilhões de dólares, o que equivalia a zero.

Sarney mandou chamar Belluzzo, Roberto Müller Filho, que também trabalhavam diretamente com Funaro, Paulo Nogueira Batista Jr., assessor para questões da dívida, e João Manuel Cardoso de Mello.[2]

Sarney contou que tinha acabado de receber relatório do Banco Central com a informação: não tinha saída!

O grupo voltou para o Ministério da Fazenda e foi preparar a moratória.

Colocou a ninharia de reservas restantes no BIS, Bank of International Settlements.

E Sarney passou a perna em Funaro. Encarregou o embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira, que trabalhou muito tempo com Walther Moreira Salles, e seu assessor especial, o embaixador Rubens Ricupero, para cuidar da dívida.

Um dia, numa negociação em Washington, Volcker perguntou a Funaro: “afinal, quem negocia a dívida brasileira? Recebi aqui dois senhores que dizem que são eles os negociadores”.

Sarney já tinha tirado a autoridade de Funaro.

O Palácio, conta Belluzzo, emitia vapores insuportáveis.

João Manuel falava mal de Sarney, o general Ivan Mendes, do SNI, gravava tudo e mostrava ao Sarney.

Funaro resolveu pedir demissão. Entrou no gabinete de Sarney, onde estavam D. Marly Sarney e o general Ivan.

D. Marly teve uma síncope.

Depois, Renato Archer explicou. “Lá no Maranhão” — Archer também era de lá — “a família Sarney é dada a essas simulações de ansiedade”.

Sarney imediatamente aceitou a demissão.

Sarney queria que o ministro fosse o Tasso Jereissati, do Ceará, porque já vinha acompanhado de Pérsio Arida e André Lara Resende.

Mas, Ulysses impediu.

Ulysses montou uma reunião com Celso Furtado, Roberto Freire, Raphael de Almeida Magalhães [ministro da Previdência], Luciano Coutinho, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Belluzzo e João Manuel.

Belluzzo e João Manuel defenderam Bresser Pereira, porque, entre outros atributos, tinha trânsito entre empresários, já que trabalhava no Grupo Pão de Açúcar.

Fernando Henrique foi contra: não se podia confiar em alguém que tenha uma ideia por minuto!

Celso e Rafael foram discretos. Rafael, porque provavelmente fosse candidato. Não há notícia do que o Serra achasse…

Ulysses bateu o martelo: empurrou Bresser pela goela abaixo do Sarney.

Belluzzo conta que Sarney começou a implicar com Funaro quando Funaro ficou contra o congelamento dos preços do Plano Cruzado.

Funaro sabia que aquilo não ia dar certo, mas engoliu, dizia, como “uma necessidade” política do presidente.

A certa altura do Cruzado, quando o congelamento já sobrevivia apenas na Rede Globo, Sarney resolveu levar a equipe econômica a Carajás, no Maranhão, antes de FHC vender a Vale — e Carajás — a preço de banana.

Sarney queria que Carajás ajudasse a convencer os economistas a manter o congelamento, porque, ali se via, “tudo é possível”.

Belluzzo esperava obter no encontro alguma saída para o Plano e o congelamento. Estava convencido de que Sarney vivia sob uma euforia injustificada, como se o congelamento legitimasse o governo que recebeu de um morto.

Na entrada, um operário gritou para Sarney: “Sarney, você é Deus!”.

Belluzzo se vira para João Manuel e diz: “João Manuel, estamos fodidos!”.[2]

Bem, Funaro estava. Ele tinha câncer linfático. Chegou a comentar que, na negociação da dívida, fazia “um jogo de vida ou de morte”. No governo, descuidou-se do tratamento, conta Belluzzo. Tinha brigas homéricas com a mulher, Ana. Quando Jânio de Freitas, na *Folha*, deu a notícia de que o câncer tinha voltado e progredia, a exposição pública foi um trauma que Funaro não superou.

Ele fez com a dívida uma aposta com a própria vida.

E perdeu.

As duas.

Depois de Bresser e Funaro, em 1988, através da Rede Globo, Roberto Marinho nomeou Maílson da Nóbrega para o Ministério da Fazenda. Maílson era o secretário-geral do Ministério e assumiu interinamente com a saída de Luiz Carlos Bresser Pereira, em janeiro daquele ano. O próprio ex-ministro relatou como assumiu o cargo à revista *Playboy* de março de 1999:

Como eu estava dentro da máquina, comecei atuando como se fosse o ministro. Tinha um grande problema com os exportadores, por exemplo. O governo queria acabar com a isenção do imposto de renda na exportação. Os exportadores reclamaram. Fiz uma bruta reunião em Brasília com todos os interessados e chegamos a uma solução. A negociação foi um grande sucesso e naquela noite fui convidado pelo Paulo Henrique Amorim para fazer um pingue-pongue ao vivo no *Jornal da Globo*. A entrevista repercutiu para burro. No outro dia o presidente me ligou dizendo que tinha gostado muito. Daí começaram as especulações de que eu seria efetivado.

Ainda segundo Maílson, o presidente Sarney ligou para ele e perguntou se haveria alguma objeção a uma conversa com Roberto Marinho.

A Globo tinha um escritório em Brasília, no Setor Comercial Sul. Fui lá e fiquei mais de 2 horas com o dr. Roberto Marinho. Ele me perguntou sobre tudo, parecia que eu estava sendo sabatinado. Terminada a conversa, falou: “Gostei muito, estou impressionado”. De volta ao Ministério, entro no gabinete e aparece a secretária: “Parabéns, o senhor é o ministro da Fazenda”. Perguntei: “Como assim?” E ela: “Deu no plantão da Globo”.

A distância entre o prédio da Globo e o Ministério da Fazenda se percorre em dez minutos de carro.

---

1 Nos anos 1980, o Brasil emprestou dinheiro à Polônia para que comprasse produtos brasileiros. Em troca, a Polônia deu títulos do Tesouro — ela era, então, da esfera de influencia da União Soviética. Só que essas “polonetas” nunca foram pagas.

2 João Manuel Cardoso de Mello foi assessor especial de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda de 1985 a 1987, e um dos idealizadores do Plano Cruzado, na companhia do amigo Luiz Gonzaga Belluzzo. É autor de um clássico da história da economia brasileira, *O capitalismo tardio* (Campinas, Unesp–Facamp, 2009).

Marinho tentou o golpe da casa pré-fabricada

Maílson da Nóbrega conta que Sarney o chamou — já ministro — para ir ao Palácio participar de um encontro matinal com Roberto Marinho.[1]

Marinho apresentou um plano “para resolver o problema da dívida externa”.

Disse que tinha conversado pessoalmente com o presidente Bush [pai], que “prometera apoiar ideias inovadoras que contribuíssem para enfrentar a questão”.

Marinho apresentou a ideia de exportar casas pré-fabricadas que seriam trocadas por títulos da dívida externa brasileira: “um negócio de um bilhão de dólares”.

Isso contribuiria — segundo Marinho — para fazer a economia crescer e reduzir a dívida. Produzia casas e abatia a dívida.

Jorge Serpa havia botado na cabeça de Marinho que isso seria um bom negócio. O ministro não topou, e Marinho logo retaliou: os telejornais da Globo foram proibidos de mencionar o nome de Maílson da Nóbrega. No papel de editor de economia, recebi a instrução para me referir ao “governo”, ou à “área econômica do governo”, por exemplo. Jamais citar o Maílson.

Diante disso, o chefe da Casa Civil de Sarney, Ronaldo Costa Couto, estabeleceu um entendimento especial com o *Jornal Nacional*. Como quase todas as providências do governo tinham que passar pela Casa Civil ao final do processo, Costa Couto passava as informações em primeira mão ao telejornal. Em troca, o *Jornal Nacional* entrevistava Costa Couto até sobre o *fog* de Londres… Inclusive, deve ser essa a única explicação para que a quarta “reportagem” da edição do *Jornal da Globo* que foi ao ar logo após o debate entre Collor e Lula no segundo turno das eleições de 1989 tenha sido sobre a saída de Costa Couto do governo. Como se isso tivesse alguma importância.

Maílson já tinha estudado a matéria e repetiu que “aquela operação não interessava ao país”.

“Ô, ministro, então o senhor acha que proponho algo contra os interesses do país?”

“Dr. Roberto, não pense dessa forma… Nós avaliamos os efeitos na economia e concluímos que o impacto monetário dessas transações tem um efeito negativo que supera os benefícios esperados”.

Dias depois, Jorge Serpa, “poderoso lobista”, segundo Maílson, procurou o ministro em nome de Marinho para insistir e ouviu outro “não”.

A pedido de Maílson, a agência do Banco do Brasil em Los Angeles descobriu que quem estava por trás da ideia era a empresa de energia *Interamerican Gas*.

E que, por trás dela, num modesto conjunto de salas, outra empresa, a CR-P, “cujo proprietário, um ex-ministro da Fazenda peruano e ex-executivo do Bank of America, Carlos Rodríguez-Pastor, era um notório negociador de títulos da dívida externa de países latino-americanos”.

Tudo indicava que fosse sócio do dono da empresa de gás — e que jamais comprou ou produziu uma pia de casa pré-fabricada.

Dias depois, o *Jornal do Brasil* revelou que Maílson sofria pressões para aprovar um negócio de troca de casas por dívida.

Sarney ligou para o ministro e disse que o dr. Roberto “estava indignado”. E pediu para atender o telefonema do dr. Roberto.

Maílson atendeu.

O dr. Roberto exigiu um desmentido ao *Jornal do Brasil*.

Maílson explicou que não poderia fazer aquilo, numa declaração gravada para o *Jornal Nacional*, como queria Marinho.

“Então, eu não estou satisfeito”, reagiu o dr. Roberto.

Pouco depois, no *Jornal Nacional*: “veja nesta edição: ministro da Fazenda desmente acusações contra o jornalista Roberto Marinho.”

No fim do programa, com uma foto de Maílson, o desmentido, sem a gravação.

Desde então, Maílson sumiu da Globo.

Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, foi o único ministro a permanecer no cargo durante todo o governo Sarney. Nesse meio-tempo, distribuiu mais de 1200 concessões de rádio e televisão. Deve ter sido um bom argumento para governadores, senadores e deputados aumentarem o mandato de Sarney de quatro para cinco anos. Porém, isso não era nenhuma novidade. No governo Figueiredo, por exemplo, foram feitas 600 concessões.

Esse "coronelismo eletrônico" revestiu-se de uma certa sofisticação no governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2002). Antes de o Congresso aprovar a reeleição, FHC distribuiu quase 300 concessões de TVs educativas, que, ao contrário das emissoras comerciais, dispensam licitação. No primeiro mandato (1995–1998), foram 268 concessões:

Para entidades ou empresas controladas por 87 políticos — 19 deputados federais e 6 senadores, todos favoráveis à emenda da reeleição; além de 2 governadores, 11 deputados estaduais, 7 prefeitos, 8 ex-deputados federais, 3 ex-governadores, 8 ex-prefeitos e outros 23 políticos […] grande parte das RTVs (retransmissoras) entregues a políticos foi outorgada por portarias assinadas em dezembro de 1996. Um mês antes, portanto, da votação em primeiro turno da emenda constitucional da reeleição na Câmara.[2]

O "coronelismo eletrônico", porém, não tinha, nem de longe, o objetivo de fomentar a concorrência à Globo. Afinal, não criava concorrentes para ela, mas, sim, sócios que multiplicavam seu poder pelo Brasil. A maior parte das novas emissoras se tornou afiliada da Globo. O que, com a audiência e o faturamento da rede, era o mesmo que outorgar a Roberto Marinho o poder de doar Casas da Moeda a seus parceiros comerciais e políticos nos estados. Com a ajuda do governo federal, como sempre. O mecanismo era bem simples: o Ministério das Comunicações outorgava a concessão e o beneficiário se ajoelhava diante de Marinho, da programação da Globo e da receita publicitária que vinha junto sem que ele precisasse fazer muita força…

A história de como Antônio Carlos Magalhães se tornou afiliado da Globo na Bahia é exemplar. Primeiro, ACM, um ministro das Comunicações para lá de influente, tomou do empresário Mário Garnero o controle da NEC do Brasil — empresa japonesa fabricante de equipamentos de telefonia.

Fazer isso foi fácil: ACM simplesmente cancelou todos os contratos do ministério com a NEC, empresa que vivia das vendas ao governo e a suas subsidiárias, como a Telebras. A telefonia no Brasil ainda era totalmente estatal e quem não vendesse ao Estado morria. Segundo Garnero:

O governo era responsável por 80% das vendas da companhia. Só mesmo o fato de haver japoneses na história explica a jogada *kamikaze*: para derrubarem a mim, todos aqueles que estavam de olho na NEC arriscavam-se a destruir a própria empresa. […] A ideia era estender a liquidação do Brasilinvest [de Garnero] para o Brasilinvest Informática e Telecomunicações — que controlava a NEC [do Brasil]. Assim, eu seria removido à força… o futuro liquidante poderia passar minhas ações da NEC ao dr. Roberto Marinho por meia dúzia de cruzados. Quer dizer: não era só um bom negócio que ele queria; melhor se fosse de graça.[3]

Sem o principal cliente, a NEC entrou em colapso, assim como seu valor de mercado. Roberto Marinho então comprou a empresa pela bagatela de 1 milhão de dólares. Restabelecidos os contratos com ACM, a NEC passou a valer, meses depois, 350 milhões de dólares.

Marinho retribuiu. No ano seguinte, rompeu o contrato com a emissora que era afiliada da Globo na Bahia fazia vinte anos — a TV Aratu, controlada pela família do governador e ministro de Castelo Branco, Luís Viana Filho. Naturalmente, a nova afiliada passava a ser a TV Bahia, de ACM, fundada em 1985 e que era até então retransmissora da TV Manchete.

Em 10 de junho de 1992, instalou-se no Congresso a CPI da NEC, para apurar a troca de favores entre ACM e Marinho, a pedido do deputado Paulo Ramos, do PDT do Rio. No entanto, a CPI não convocou Roberto Marinho. Deve ter sido um esquecimento da base do governo Collor no Congresso, que controlava a CPI.

Logo depois, surgiu a CPI de PC Farias e a NEC foi esquecida. A CPI da NEC se encerrou em novembro de 1992, no fim do governo Collor. O relatório final do deputado Luiz Carlos Santos (então no PMDB de SP) acusou Marinho de enriquecer ilicitamente. E ficou por isso mesmo.

Assim como no caso da Time-Life, não seria outra CPI o que abalaria Roberto Marinho. Mesmo antes da desvalorização do Real, no governo Fernando

Henrique, a Globo já estava em dificuldade financeira, e teve que revender a NEC aos japoneses, em 1999, por 50 milhões de dólares. Comprou por 1 e vendeu por 50.

Nessa época, ACM era presidente do Senado e não podia mais ajudar a NEC. Veio a privatização da telefonia, e as empresas privadas é que decidiam de quem comprar. A mesma privatização que Roberto Marinho e sua colunista Miriam Leitão defendiam com tanto entusiasmo.

Em 1980, a Rede Globo era a quarta maior emissora comercial de TV do planeta — só ficava atrás das três gigantes americanas, ABC, CBS e NBC. Em Portugal e na Itália, as novelas da emissora eram uma febre. E esse sucesso no exterior incentivou Roberto Marinho a ampliar seus domínios também para fora do país.

Afinal, organicamente, a empresa não tinha mais como ganhar mercado no Brasil. O sistema de criação de afiliadas e retransmissoras com sua programação — e participação no faturamento — tinha limites físicos, e a lei impedia a compra de outras redes. O Brasil havia ficado pequeno demais para a Globo. E, além disso, a Globo era pequena demais para Boni e Roberto Irineu, o filho mais velho do fundador da emissora. Um dos dois sobrava ali dentro.

Por falar em controle de mídia, esta era a cola da aliança entre Sarney e Antônio Carlos Magalhães. Que se materializava em votos.

O controle midiático é uma vertente forte do poder do Grupo Sarney (no Maranhão) — algo que o resultado da eleição, obviamente, não consegue minar. Em um mapeamento feito no primeiro semestre de 2014, a pesquisadora maranhense Pâmela Pinto, da Universidade Federal Fluminense, identificou pelo menos 37 tevês e rádios AM e FM em nome de parentes diretos de José Sarney.

Todas as principais emissoras do Maranhão estão comprometidas politicamente. Há um domínio dos grandes grupos de comunicação por políticos, e isso influencia a política porque colocam os respectivos adversários sob constante ataque.

A TV Mirante tem uma audiência de 5 milhões de pessoas no Maranhão. O estado tem 6,85 milhões de habitantes. Se considerarmos o alto índice de analfabetismo no Maranhão, a tevê se consolida como a fonte primária de informação para a grande maioria dos maranhenses. O jornal *O Estado do Maranhão* é o líder em circulação no Estado.

Um dos aspectos mais controvertidos do mandato de José Sarney na presidência da República foi o rateio de concessões de radiodifusão durante as votações da Assembleia Nacional Constituinte. De 15 de março de 1985 a 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição, Sarney outorgou 1028 concessões. O número ganha ainda mais expressão quando comparado ao de emissoras de rádio e tevê distribuídas pelo Executivo entre 1934 a 1979: 1483 concessões.

Em 1994, o pesquisador Paulino Motter concluiu um levantamento dos votos dos parlamentares da Constituinte que receberam concessões no período, estudo que integra sua tese de mestrado pela UnB e referência no assunto: “Dos 91 constituintes que foram premiados com pelo menos uma concessão de rádio ou televisão, 84 (92,3%) votaram a favor do presidencialismo e 82 (90,1%) votaram a favor do mandato de cinco anos.” Na época, Sarney lutava contra a redução do seu mandato para quatro anos e se opunha ao parlamentarismo.[4]

---

1 *Além do feijão com arroz, autobiografia* [com Louise Z. Sottomaior e José Leonel]. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, pp. 432 e ss.

2 Costa, Sylvio & Brener, Jayme. “Coronelismo eletrônico — o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história”. In: *Comunicação & Política*, v. IV, n. 2, mai-ago. 1997, p. 31.

3 Garnero, Mário. *Jogo duro — o caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas repúblicas*. São Paulo, BestSeller, 1988, pp. 255–6.

4 Malu Delgado, em reportagem na revista *piauí*, edição 98, novembro de 2014, tratando da derrota dos Sarney para o comunista Flávio Dino para o governo do Maranhão.

Marinho e a Tele Monte Carlo: como se faz ouro de pedra

Em 1985, Roberto Marinho comprou a emissora Tele Monte Carlo, do Principado de Mônaco, que transmitia sua programação para a Itália. “Nós queremos fazer uma televisão italiana para os italianos, com nosso modo de trabalhar, que utiliza a técnica norte-americana e a cultura europeia”, declarou Roberto Irineu ao jornal espanhol *El País* naquele mesmo ano.

Seria a chance de Roberto Marinho entrar no mercado europeu. No entanto, teria que passar por cima de mais um Silvio, e dessa vez de um que não se contentaria em ficar em segundo lugar: Silvio Berlusconi, da Mediaset. E foi essa a ingenuidade dos Marinho, pai e filho.

Quando era correspondente da Globo em Nova York, fui convidado a fazer um documentário para um órgão das Nações Unidas que pretendia criar uma videoteca a ser instalada em escolas e bibliotecas de países pobres. A mim coube o tema “dívida externa”, já que naquela época o Brasil, ao lado da Polônia, era o país mais endividado do mundo.

Para o documentário, entrevistei, entre outros, Lech Walesa e Bettino Craxi, ex-primeiro-ministro da Itália afastado por suspeitas de corrupção e que depois morreu exilado, foragido da Justiça, na Tunísia. Craxi tinha conseguido uma sinecura na ONU — presidir um organismo “preocupado” com o impacto da dívida externa sobre os países pobres — e era um notório aliado de Berlusconi.

Bettino Craxi me recebeu numa ampla sala do prédio de Niemeyer, com uma visão magnífica em direção ao lado oeste de Manhattan. Deu-me um abraço efusivo e perguntou: “Você trabalha para aquela empresa dos Marinho, não é isso?” Depois comentou: “Que ingenuidade! Mas, que ingenuidade! Querer enfrentar o Silvio!”.

A Tele Monte Carlo foi ao ar em fevereiro de 1986. A lei italiana obrigava as emissoras de TV a exibir noticiários gravados, mas, como sua sede ficava em Mônaco, a TMC foi a primeira a exibir um telejornal ao vivo para toda a Itália.

Berlusconi não gostou nem um pouco, e mandou cortar os fios de transmissão de micro-ondas que possibilitavam a propagação do sinal. E não parou por aí: jogava bombas nas torres de transmissão e incentivava emissoras regionais a roubar o sinal da Tele Monte Carlo. Acontecia de tudo.

O primeiro ano de operação deu um prejuízo de 50 milhões de dólares, já que Roberto Irineu Marinho havia gastado muito dinheiro nas instalações da TMC. O departamento de jornalismo, em Roma, trabalhava numa ampla sala que abrigava a área de redação, edição e exibição, tudo num mesmo espaço. Esse era o cenário de onde se exibiam os telejornais. Tratava-se de uma novidade — muito cara — que só muito mais tarde o *Jornal Nacional* copiou no Rio.

Calcula-se que Roberto Irineu gastou mais de 120 milhões de dólares antes de a emissora ir ao ar. E tocou o projeto sozinho, porque Boni se recusou a ajudá-lo. Considerava aquilo um desvio de recursos e, além do mais, dizia não saber fazer televisão para italiano.

Desesperada, a família Marinho começou, sem sucesso, a procurar sócios para salvar o empreendimento, como os grupos Fiat e Parmalat. Marinho resolveu então lançar mão daquilo que o empresário brasileiro sabe fazer melhor: tomar dinheiro do Estado (e depois criticar a carga tributária e a estatização).

O que se lerá a seguir é resultado do depoimento que recolhi de dois altos funcionários do Ministério da Fazenda, na época da negociação. Os dois acompanharam tudo de perto.

Sarney convocou o então ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, para lançar o bote de salvamento à Tele Monte Carlo. Foi um maná. O Banco do Brasil emprestou dólares, no câmbio oficial, a Roberto Marinho, que os trocou no câmbio paralelo, onde valiam muito mais. Dessa forma, pagou as dívidas da TMC e ainda botou dinheiro no bolso.

Sob pressão de assessores como João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo e Roberto Müller, Funaro tentou impedir a operação. Afinal, o Brasil tinha uma ninharia em reservas cambiais — tanto que foi à moratória pouco depois —, e não podia jogar dólares pela janela para consertar lambança alheia. No entanto, no governo Sarney, quem mandava era Roberto Marinho.

A família Marinho vendeu a TMC em 1993. Em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, em 2 de julho de 2000, Roberto Marinho sentenciou: “A Tele Monte

Carlo foi um retumbante fracasso e nós aprendemos a lição". Fracasso mesmo foi o do Tesouro Nacional.

A investida de Roberto Marinho na Europa com a Tele Monte Carlo motivou o Channel 4, da Inglaterra, a produzir um documentário revelador sobre a Rede Globo, exibido pela primeira vez em 10 de maio de 1993, em Londres. *Beyond Citizen Kane* [*Além do cidadão Kane*], um clássico do mercado negro, revela a face obscura da emissora e de seu proprietário. O título é uma referência ao personagem Charles Foster Kane, magnata das comunicações do clássico filme *Cidadão Kane*, de 1941, dirigido por Orson Welles. Kane, por sua vez, foi inspirado em William Randolph Hearst, dono de um império de mídia nos Estados Unidos.

No entanto, Marinho impediu a exibição do documentário não só no Brasil como no resto do mundo. No escritório da Globo em Nova York, o funcionário Felipe Rodríguez tinha a incumbência de comprar qualquer cópia que encontrasse pela frente, ao preço que fosse. Ainda assim, *Além do Cidadão Kane* chegou ao Brasil dias depois da estreia em Londres. O filme seria exibido em duas sessões no MIS (Museu da Imagem e do Som) de São Paulo, mas o governador do Estado à época, Luiz Antônio Fleury Filho, a pedido de Roberto Marinho, deu sumiço na fita. As duas apresentações, programadas para os dias 3 e 4 de junho, foram canceladas sem maiores explicações.

Desde então, proliferam as cópias piratas. Qualquer escola de jornalismo pode reproduzir para seus alunos o documentário, que está disponível no YouTube. Ironicamente, a própria Globo também foi obrigada a transmiti-lo em parte, nos horários eleitorais do PDT de Leonel Brizola. *Além do Cidadão Kane* chegou a ser exibido até no Congresso Nacional, em sessão organizada pelo deputado federal Luiz Gushiken em 1993.

Terá sido esse um dos motivos por que a Globo condenou Gushiken no processo do mensalão (o do PT). E, depois, como se sabe, no leito de morte com um câncer, Gushiken soube que o Supremo o tinha absolvido.

Brizola e Requião peitaram a Globo

Quando governou o Paraná, Roberto Requião não deu um tostão de publicidade à afiliada da Globo, a RPC, Grupo Paranaense de Comunicação.

Destinou toda a verba à Educação.

E não perdeu um voto com isso.

Numa entrevista, no UOL *News*, na campanha de presidencial 2002, Anthony Garotinho me disse que, se eleito, não deixaria o BNDES salvar a Globo.

E, segundo ele, isso lhe custou caro.

Quando governador, mais tarde, a Globo o perseguiu, mas ele também tratou a Globo a pão e água.

Porém, nenhum homem público brasileiro enfrentou a Globo com o destemor de Leonel Brizola.

Ele não perdia a oportunidade de dizer: “quando eu sentar naquela cadeira [de presidente], a primeira coisa que farei será questionar [ele usava um trema inexistente no *u* de questionar] aquele monopólio”.

Mas, pragmaticamente, disse a seu candidato a vice, Fernando Lyra, na campanha presidencial de 1989, que tentava convencê-lo a fazer campanha em Minas e São Paulo:

“Não adianta, Fernando, é impossível derrotar a Globo e o Ibope”, contou-me Lyra.

Foi Brizola quem, na eleição de 1982, “invadiu” os estúdios da TV Globo, no Rio — sob os aplausos dos funcionários da área técnica da emissora —, para questionar a apuração baseada nos números falsos da Proconsult.

Foi um gesto tão inusitado, que obrigou o Diretor de Jornalismo, Armando Nogueira, a descer aos estúdios para defender a Globo — e seus funcionários — da acusação de fraude.

Nogueira explicou — ao vivo!, às 22 h — que a tevê se limitava a reproduzir os dados enviados pelo jornal *O Globo*.

O que era verdade (a fraude tinha sido lá plantada…).

Acabou que Brizola entendeu, passou "a mão na cabeça" de Armando e saiu sob aplausos — de operários e de alguns renomados repórteres, como P. C. Araújo.

Segundo F. C. Leite Filho, autor de vários livros sobre Brizola, depois dessa "invasão" é que a Globo, temerosa de represálias na rua, passou admitir a vitória dele.

A maior vitória de Brizola contra Roberto Marinho foi em 15 de março de 1994, quando o *Jornal Nacional*, com Cid Moreira, teve que ler um "editorial" de Brizola de quatro minutos — uma eternidade em televisão! — contra Roberto Marinho.

Isso jamais se repetiu.

Disse o Cid, na sua voz monumental, incomparável:

Em cumprimento à sentença do juiz de Direito da 18ª Vara Criminal da Cidade do Rio de Janeiro, em ação de direito de resposta, movida contra a TV Globo, passamos a transmitir a nota de resposta do sr. Leonel de Moura Brizola.

Todos sabem que eu, Leonel Brizola, só posso ocupar espaço na Globo quando amparado pela Justiça. Aqui cita o meu nome para ser intrigado, desmerecido e achincalhado, perante o povo brasileiro. Quinta-feira, neste mesmo *Jornal Nacional*, a pretexto de citar editorial de '*O Globo*', fui acusado na minha honra e, pior, apontado como alguém de mente senil. Ora, tenho 70 anos, 16 a menos que o meu difamador, Roberto Marinho, que tem 86 anos. Se é esse o conceito que tem sobre os homens de cabelos brancos, que os use para si. Não reconheço à Globo autoridade em matéria de liberdade de imprensa, e basta para isso olhar a sua longa e cordial convivência com os regimes autoritários e com a ditadura de 20 anos que dominou o nosso país.

Todos sabem que critico há muito tempo a TV Globo, seu poder imperial e suas manipulações. Mas a ira da Globo, que se manifestou na quinta-feira, não tem nenhuma relação com posições éticas ou de princípios. É apenas o temor de perder o negócio bilionário, que para ela representa a transmissão do Carnaval.

Dinheiro, acima de tudo.

Em 83, quando construí a passarela, a Globo sabotou, boicotou, não quis transmitir e tentou inviabilizar de todas as formas o ponto alto do Carnaval carioca.

Também aí não tem autoridade moral para questionar. E mais, reagi contra a Globo em defesa do Estado do Rio de Janeiro que por duas vezes, contra a vontade da Globo, elegeu-me como seu representante maior.

E isso é que não perdoarão nunca. Até mesmo a pesquisa mostrada na quinta-feira revela como tudo na Globo é tendencioso e manipulado. Ninguém questiona o direito da Globo mostrar os problemas da cidade. Seria antes um dever para qualquer órgão de imprensa, dever que a Globo jamais cumpriu quando se encontravam no Palácio Guanabara governantes de sua predileção.

Quando ela diz que denuncia os maus administradores deveria dizer, sim, que ataca e tenta desmoralizar os homens públicos que não se vergam diante do seu poder.

Se eu tivesse as pretensões eleitoreiras, de que tentam me acusar, não estaria aqui lutando contra um gigante como a Rede Globo.

Faço-o porque não cheguei aos 70 anos para ser um acomodado. Quando me insulta por nossas relações de cooperação administrativa com o governo federal, a Globo remorde-se de inveja e rancor e só vê nisso bajulação e servilismo. É compreensível: quem sempre viveu de concessões e favores do Poder Público não é capaz de ver nos outros senão os vícios que carrega em si mesma.

Que o povo brasileiro faça o seu julgamento e na sua consciência límpida e honrada separe os que são dignos e coerentes daqueles que sempre foram servis, gananciosos e interesseiros.[1]

O redator do editorial foi o jornalista Fernando Brito, depois responsável pelo blog *Tijolaço*, onde contou:

15 de março de 2014

Hoje, se completam 20 anos do dia em que Cid Moreira, com seu ar afetado e seus cabelos brancos (nem os muito velhos se lembram dele de cabelos

pretos…), começou a ler o histórico direito de resposta de Leonel Brizola no *Jornal Nacional*.

Foi a penúltima vitória do guri que saiu de Carazinho para enfrentar o mundo, um quixote gaúcho, do tempo em que os gaúchos eram quixotes […].

Durante 22, 23 anos, convivi com ele, 19 dos quais diariamente.

Praticamente formei, com ele, a minha vida adulta, pois era um garoto de 22 anos quando esse contato começou, numa reunião num apartamento na rua Cabuçu, no Lins de Vasconcellos, subúrbio da Zona Norte carioca.

Deste convívio, de muita coisa mantenho reserva. Sei que estava ao lado de um mito — e via o mito nos raros instantes em que ele conseguia se despir do personagem que poucos minutos lhe deixava viver de outra maneira.

Mas chega a hora em que estes detalhes, que antes serviriam para a intriga e o desmerecimento político, só fazem enriquecer a trajetória de quem era, como ele próprio dizia, “o rei do improviso”.

Porque era assim: se tinha visão estratégica, Brizola não era um calculista, muito menos frio.

As coisas iam acontecendo e ele, certo ou errado, farejava os caminhos, alguns exatos, outros não, mas todos coerentes.

O impacto daquele texto — minto, não do texto, mas de Brizola obrigar a Globo a ler uma mensagem sua — também não teve nada de planejado, mas resultou do inconformismo que ele, com seu exemplo, injetou em alguns de seus companheiros.

Um pouco antes de sua segunda eleição, Brizola passou a ser atacado, sistematicamente, com artigos em *O Globo*, escritos — ou apenas assinados — por um certo Alcides Fonseca, um ex-deputado estadual eleito do nada pelo PDT e que se bandeou para a oposição a Brizola e, daí, para a poeira da história.

Por orientação do querido amigo Nilo Batista, Brizola passou a pedir, um por um, direito de resposta em *O Globo*. E, ao pedir, tinha-se já de oferecer o texto, e a tarefa me cabia, porque os anos e anos escrevendo com ele os “tijolaços” me fizeram absorver um pouco do estilo e da alma inconfundíveis.

Dr. Nilo começou a vencer as causas, alguns artigos foram publicados e o "Fonsequinha", como era chamado, foi despachado do jornal.

Já no governo, em 1992, Brizola dá uma entrevista, dizendo que por toda a sabotagem que a Globo fizera à Passarela do Samba, o prefeito da cidade, Marcello Alencar deveria negar à emissora a exclusividade da transmissão do Carnaval.

Foi o que bastou para que o jornal *O Globo* publicasse um editorial violentíssimo contra Brizola — o título era "Para entender a fúria de Brizola", acusando-o de senilidade, "declínio da saúde mental", e por suas relações, sempre institucionais, com o presidente da República, Fernando Collor.

À noite, o *Jornal Nacional* reproduziu, na voz de Moreira, o texto insultuoso.

Naquela noite, Brizola conversou com dois advogados: Arthur Lavigne e Carlos Roberto Siqueira Castro, seu chefe da Casa Civil no governo estadual.

No dia seguinte, Siqueira me chamou e disse que Brizola tinha me encarregado de fazer o texto de resposta, que teria de ser apresentado ainda naquela tarde. Falei com ele, que se mostrou completamente cético em relação ao resultado do pedido judicial e, como fazia quando se sentia assim, despachava o auxiliar: "olha, Brito, você fala com o dr. Siqueira e façam como acharem melhor".

Lá fui eu fazer o texto: tinha que ter três minutos, não podia ter "compensação de injúria" — isto é, devolver na mesma moeda os impropérios — e tinha de sair rápido, porque era uma sexta-feira (7 de fevereiro) e havia prazo judicial.

Chamei dois companheiros de velha cepa, que me auxiliavam na Assessoria de Comunicação do governo, o Luiz Augusto Erthal e o Ápio Gomes, para cumprirem um dupla função: anotar o que eu ditava e "segurar" a minha "viagem".

Qualquer redator publicitário jogaria fora o que saía disto, e com razão.

Porque não era um texto jornalístico ou publicitário.

Era o Brizola, não eu.

Feito o primeiro texto, mandamos ao dr. Siqueira que fez algumas correções de

bom-senso e um veto.

Eu não podia devolver o “senil” com que Marinho brindara Brizola. Mas isso eu tinha de devolver, ah, tinha.

E aí saiu uma obra de engenharia redacional.

“Quinta-feira, neste mesmo *Jornal Nacional*, a pretexto de citar editorial de *O Globo*, fui acusado na minha honra e, pior, apontado como alguém de mente senil. Ora, tenho 70 anos, 16 a menos que o meu difamador Roberto Marinho, que tem 86 anos. Se é esse o conceito que tem sobre os homens de cabelos brancos, que os use para si.”

Na verdade, eu tinha escrito “encanecidos”, mas o bom-senso do Erthal me travou: “pô, Brito, ninguém mais sabe o que é encanecido”. É verdade, mas é o que “o velho” teria dito.

Bem, o texto foi para o Tribunal sem que Brizola lesse o que ele estava “dizendo” na resposta.

Foram dois anos e um mês de espera pela Justiça.

Brizola levantava a sobrancelha, cético, quando Lavigne e Siqueira Castro, teimosos e dedicados, diziam que íamos ganhar.

Passou tanto tempo que, dos 70, Brizola já tinha 72 anos e Marinho, 88.

No final do dia 9 de março chega a notícia da vitória no Superior Tribunal de Justiça, mas ainda havia um recurso possível e um “notificaram a Globo ou não notificaram?”. O ceticismo, confesso, era maior que a ansiedade.

No próprio dia 15, terça da semana seguinte, quando o texto foi ao ar, não críamos — nem eu, nem Brizola — que aquilo iria acontecer.

Tanto que nem montamos esquema algum para gravar o *Jornal Nacional*, senão o de um videocassete doméstico.

E foi o que se viu e que ficou na história.

Termina o texto, toca o telefone: “Olha, Brito, que maravilha. Nós acertamos o

tiro no cu de um mosquito”.

E assim foi. Não fiquei aborrecido, ao contrário. Porque era *nós*, mesmo: era o Brizola introjetado em mim que escrevera.

Elogio mesmo — e maior não poderia haver — foi o de Roberto Marinho, falando ao querido amigo Neri Vitor Eich, da *Folha*, por telefone, no mesmo dia do terremoto:

“Que nunca mais se reproduza isso. O direito de resposta teve o tom de Brizola.”

Teve sim.

Foi a última vitória de Brizola, em vida e em memória, despertando consciências que não se acovardam, não se ajoelham e não gaguejam, como a dele, a minha e a sua.

Até hoje, a não ser pelos testemunhos dos personagens desta história, a ninguém tinha revelado estes detalhes. Faço-o agora, porque já são história e porque só aumentam o tamanho de um homem a quem eu devo grande parte do que sou.

Um homem que era tão grande que estar à sua sombra foi também — e é para sempre — estar sob sua luz.

A repercussão foi brutal, nos tempos em que o *Jornal Nacional* dava 50 pontos de audiência:

Segundo dados preliminares do DataIbope, o *Jornal Nacional* de ontem obteve audiência média de 50 pontos na Grande São Paulo, o que equivale a cerca de 2 milhões de domicílios. Nas últimas semanas, a média alcançada pelo telejornal vem sendo de 45 pontos (cerca de 1,8 milhão de domicílios).

O presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, disse ontem que será uma “calamidade” a Rede Globo ser obrigada a levar ao ar direitos de resposta a cada reportagem sobre o governador Leonel Brizola. Marinho assistiu ao *Jornal Nacional* em sua casa. Em seguida, concedeu entrevista à *Folha* por telefone:

Folha — O que lhe pareceu o direito de resposta de Brizola?

Roberto Marinho — Isso vai acabar com a saída de Brizola do governo e o seu

fim. Que nunca mais se reproduza isso. O direito de resposta teve o tom de Brizola.

Folha — Como o sr. viu a decisão da Justiça de conceder o direito de resposta?

Marinho — Faço bom juízo da Justiça. Mas será uma calamidade a Rede Globo ser obrigada a levar ao ar direitos de resposta a cada reportagem sobre Brizola.

Folha — Como o sr. pretende proceder em caso de novos pedidos de direito de resposta?

Marinho — Não tenho muito tempo para pensar nisso. Tenho o tempo muito ocupado. Não tenho tempo para estar com advogados.

Folha — Em seguida ao texto do governador, foi exibida reportagem sobre o crescimento do número de sequestros no Rio. Foi uma resposta a Brizola?

Marinho — Não foi revide. Não posso revidar porque o direito de resposta foi decisão da Justiça.[2]

---

1 Acessível em: <http://goo.gl/dv11Ar>.

2 Acessível em: <http://goo.gl/luD2ej>.

Marinho teve medo de derrotar Brizola

Depois de Sarney, Marinho se sentiu desamparado.

Jamais voltaria a ser “copresidente” da República.

Ele foi para a eleição de 1989 quase órfão, porque, como se verá, embarcou na candidatura Collor depois de dois passos em falso: apoiou Mário Covas, do PSDB, e Orestes Quércia, do PMDB, que acabou atropelado por Ulysses Guimarães, o pai da “Constituição Cidadã”.

Depois de 21 anos de regime militar, era a primeira vez que o brasileiro votava em presidente.

Era uma votação “solteira” — não se votava em mais nada, só para presidente.

O que facilitou a eleição de um candidato “sem partido”, sem estrutura, sem máquina, como Collor.

Era uma eleição “aberta”.

E, portanto, tinha menos instrumentos que Marinho pudesse controlar.

E Collor se vangloriava de ter sido eleito *sem* Roberto Marinho, que só o apoiou depois que chegou à liderança das pesquisas.

Mas, Roberto Marinho estava com medo mesmo era do Brizola, a quem tinha tentado derrotar, com a ajuda da Proconsult, em 1982.

E, um pouco menos, do Lula.

O pavor de Marinho e dos profissionais da Globo era “errar, de novo”.

Em 1982, a Globo “cantou” a derrota de Brizola e se desmoralizou.

Não queria correr o mesmo risco.

O risco de brizolistas enfurecidos depredarem os imóveis do Globo na rua Irineu Marinho e da Globo, na rua Lopes Quintas.

A eleição no primeiro turno foi apertadíssima, para definir quem ia para o segundo turno com Collor.

Na eleição do domingo 15 de novembro de 1989, Dia da República, o resultado do primeiro turno foi:

- Collor, 31%;
- Lula, 17,18%;
- Brizola, 16,51%;
- Covas, 11,5%;
- Maluf, 8,8%;
- Guilherme Afif, 4,8%;
- Ulysses, 4,7%;
- Roberto Freire, 1%;
- Aureliano Chaves, 0,8%.

A diferença entre Lula e Brizola foi de 0,67 pontos (no segundo turno, Collor ganhou de Lula por 53% a 47% dos votos válidos).

Em 1982, quando Brizola se elegeu, pela primeira vez, governador do Rio, a Rede Globo dependeu da cobertura do jornal *O Globo*, que, por sua vez, se submeteu à totalização da Proconsult, que estava a serviço do governo militar.

Em 1989, a política da Rede Globo foi cobrir a apuração do Tribunal Superior Eleitoral, com a ajuda subsidiária da RBS, afiliada no Sul, que fazia totalizações.

E só.

Gato escaldado…

E, naquela altura, o TSE andava muito mais devagar do que depois, quando o resultado passou a ser conhecido na noite do dia da eleição.

O que se lerá a seguir é a reprodução de trechos das anotações que fiz daquela

cobertura do primeiro turno de 1989. O que estava em jogo era quem seria o segundo: quem ia para o segundo turno, com o Collor?

E a Globo não podia se arriscar a prejudicar o Brizola, de novo. Uma situação delicada. Queria matá-lo sem matá-lo…

Eu fazia parte da equipe de apresentadores dos resultados da apuração.

Foi um fato inacreditável: a maior rede de televisão do país "desembarcou" da cobertura do primeiro turno de uma eleição presidencial, através de um editorial no *Jornal Nacional*.

Passou a dar rotineiros e espaçados boletins do TSE, e jogou a RBS fora.

Com medo de derrotar o Brizola — era como se a Globo não quisesse dizer que Lula venceu Brizola.

Boni só soube da decisão ao assistir ao *Jornal Nacional* e ficou uma fera.

Armando Nogueira reclamou com um dos filhos do Roberto Marinho, João Roberto: "Tem que falar com o Boni que conteúdo é com a família Marinho", eu anotei a fala do Armando. "Forma é que é com ele. Eu não posso combinar um editorial com vocês e depois pedir autorização ao Boni".

Depois, os dois, Boni e Armando se encontraram para acertar a cobertura do segundo turno.

Como se verá, foi outro "desastre ferroviário", costuma dizer o Mino Carta.

O dr. Roberto não era mais o mesmo: não teve a coragem de sepultar o Brizola.

Anotei, então: "6 de novembro. Armando Nogueira explica a decisão final da empresa: acompanhar apuração nas capitais e cidades grandes só pelo Tribunal Superior Eleitoral".

Armando Nogueira não queria se antecipar ao resultado: "não somos o TSE".

A escala do plantão de fim de semana não previa nada para sábado. Tudo estaria resolvido até a noite de sexta, dia 17.

Na noite do dia 16, percebi que não estavam transmitindo na Globo a apuração pública, como haviam combinado.

À tarde, logo após o *Hoje*, eu havia anunciado Brizola na frente de Lula.

O jornalista Ricardo Noblat liga para mim: “Cravo ou não cravo na coluna a vitória de Lula?”. Eu: “Crava! Mas se você tiver dúvida, espera 24 horas”.

Tito Ryff (do PDT) liga para mim. Ele queria saber detalhes da apuração da Globo. Queria saber sobre a abstenção.

Digo que as projeções da tarde davam Lula. Não havia nada de importante nas abstenções.

Ligo para Leonardo Grinner da Central de Apuração da Globo. Pergunto quem vai para o segundo turno. Leonardo responde: “vai o Lula”.

“Por quê?”, pergunto.

“Porque o Brizola ganha só no Sul e no Rio que já foram quase todos apurados.”

“O que deu nossa projeção?”

“Lula.”

Eu ligo para Armando Nogueira, ele não está em casa. Deixo recado na secretária eletrônica: “precisamos preparar a opinião pública para o 2º lugar do Lula”.

Alice-Maria, subdiretora de jornalismo, liga para mim e me comunica que eu estava escalado para a sexta, dia 17. Até então não havia esquema especial para a sexta. A ideia era seguir o TSE.

Repito para Alice o que dissera à secretaria eletrônica de Armando Nogueira. Alice-Maria pondera, diz que de certa forma a Globo já estava fazendo isso. “Discordo. Temos que explicar melhor”. Lula ia derrotar Brizola e ia ao segundo turno.

Ela se compromete a transmitir a minha preocupação a Armando Nogueira.

Tito Ryff voltou a me ligar. Insistia em saber mais sobre a abstenção e sobre a qualidade da projeção que dava Lula na frente.

Digo que a projeção parecia de boa qualidade. Tito pergunta se alguém do PDT podia ver a projeção. Eu digo que Nogueira queria abrir tudo para os partidos, mas a empresa não deixou. Recomendo a Tito que ligasse para Nogueira.

No dia 17, sexta-feira, chego às 7 h na Globo, meu plantão começava às 8 h. Vou até a central de números e encomendo: “quero tudo que mostre que Lula vai para o segundo turno”.

No corredor, encontro Sheila Vaz, coordenadora do plantão; Carlos Amorim, chefe do plantão; e Renato Machado, também apresentador. Repito a eles o que havia dito para Alice-Maria.

Carlos Amorim discorda. Diz que não podiam dizer que Lula ia ganhar, porque não sabiam. Fiquei com a impressão de que Amorim era brizolista

Dou outra alfinetada, dessa vez mais exaltado:

“Daqui a pouco no TSE começam a entrar votos de São Paulo capital, ABC e do Nordeste, o Brizola vai perder, e nós na Globo não vamos dar o Lula em segundo. Nesse instante a Cinelândia enfurecida vai tocar fogo na sede d’*O Globo* na rua Irineu Marinho e na TV Globo na Lopes Quintas.”

Alice-Maria e Armando Nogueira chegaram ao corredor e ouviram o final do meu raciocínio. Mas não falaram nada. Alguém chama Nogueira na sala dos computadores: “telefonema de Roberto Marinho”.

Alice-Maria comunica à equipe que seriam feitas poucas entradas de repórteres na programação. “Nós queremos entregar a responsabilidade o mais rápido possível para o TSE”.

Insisto em meu argumento. Alice sugere esperar a autorização do Armando. Fomos os três, eu, Renato Machado e Alice-Maria para a sala dos apresentadores. Segui insistindo, Alice-Maria concordou, em princípio, mas recomendou que fosse eu até a sala dos computadores encontrar Armando Nogueira.

Quando cheguei à sala, encontrei Pedro Roza, chefe do serviço de tecnologia da

Globo, e perguntei: “o que diz nossa projeção?”. “Lula”, Roza responde.

Era o que já tinha ouvido na madrugada de 15 para 16, quando liguei para Leonardo Grinner.

Encontro Armando Nogueira, que diz: “A empresa está querendo que a gente ‘desembarque’ [da derrota do Brizola]. Desde ontem à noite querem que a gente pare de afirmar que o Lula é quem vai para o segundo turno: é para entregar tudo ao TSE”.

Eu: “O Lula vai ganhar do Brizola. É o que estou ouvindo do Pedro Roza e do Leonardo, desde a madrugada de 15 para 16”.

Nogueira: “É, mas agora mudou” — e chamou o Pedro Roza.

Roza contou uma história diferente de minutos antes, e me fez lembrar das ligações de Tito Ryff na noite anterior.

Roza: “Abstenção no Norte e Nordeste é muito grande, pode derrotar o Lula”.

Armando me pediu que conversasse com os matemáticos da PUC que Roza tinha acabado de contatar. Eles confirmaram o argumento de Roza. Ponderei que as projeções davam o Lula desde o dia anterior e que nada tinha mudado, as abstenções não estavam fora do normal.

Armando Nogueira discordou: “Temos que começar a falar da abstenção”.

Insisto no argumento: “Brizola em 2º no TRE e Lula em 2º na Globo”.

Nogueira diz: “Vamos entrar pouco no ar, vamos elogiar o TSE, vamos dizer que está sendo rápido, e vamos passar a bola para eles. A nossa projeção não dá mais o Lula”.

Renato conta que, no dia anterior, dr. Roberto tinha tido uma conversa com Brizola.

Derrotado, fui para o estúdio. Carlos Amorim avisa no áudio do estúdio que só poderiam ser lidos papéis da sala de computação autorizados por ele e pelo Armando Nogueira.

Fico indignado. Quando cheguei às 7 h da manhã a primeira coisa que fiz foi passar na Central, onde encomendei uma série de dados, que ele fazia questão de receber.

Carlos Amorim alegou que tinha a preocupação de não colocar números incorretos. Esbravejei e ficou acertado que as suas encomendas chegariam às suas mãos.

Os boletins começaram a ir ao ar depois das 9 h. Foram poucas entradas: duas ou três até o *Jornal Hoje*.

Sempre destaquei o fato de que o Lula ia passar o Brizola. Mas a ordem era, sempre, falar o número do TSE.

Em uma entrada antes do *Jornal Hoje* e outra no final, li um texto aprovado por Armando Nogueira. O texto elogiava a rapidez do TSE e chamava a atenção para a abstenção no Norte e Nordeste.

Em um intervalo, voltei à sala dos computadores para falar com Nogueira. Ele queria falar da virada do Lula. Armando Nogueira se queixou da pressão da família, tinha que conversar com os três o tempo todo: Roberto Marinho, Roberto Irineu e João Roberto.

Os três queriam “desembarcar” (sair da apuração e soltar o resultado do TSE, com Brizola ainda na frente). Armando conseguiu suportar a pressão até ali. A Globo não podia não divulgar o resultado de uma eleição presidencial.

Alice-Maria entra na sala e começa a falar das ordens que recebeu do Boni: não dar isso, não dar aquilo.

Questiono: “o que sobra para dar?”.

Armando Nogueira não dá bola para as recomendações do Boni: “Esse cara só tem dito bobagem nessa cobertura toda”.

Fui almoçar com Valéria Monteiro, Alice-Maria, Renato Machado e Carlos Amorim. Digo que aceitava apostas de 5 mil a 10 mil dólares e era Lula.

De uma mesa ao lado, Armando Nogueira diz que quer falar comigo depois do almoço.

Encontro com Nogueira na sala dos números, de novo, e insisto para que se mostre ao telespectador que a diferença entre Brizola e Lula está diminuindo.

Armando Nogueira me chama no canto e diz que o dr. Roberto ia fazer um editorial no JN, abrindo o sistema de apuração da Globo para os partidos, para todos os cidadãos. O dr. Roberto estava muito feliz com a cobertura.

Fui para casa, e recebi outro telefonema de Tito Ryff. Insisto na virada de Lula e aviso sobre o editorial do JN. Tito joga a toalha: “Lula vai levar”.

Liga o Tales Alvarenga, da revista *Veja*: “O JN vai dar projeção?” Digo que não. Ele pergunta se havia projeção. Digo que sim, e que dava Lula.

Vem o JN com o editorial de recuo: “não vamos apurar mais”. Incrível!

É a última vitória do Brizola.

O dr. Roberto passou a vida querendo matar o Brizola e na hora de cravar a faca no peito teve medo. E teve medo também de dar a vitória do Lula.

Noblat me liga e conta sobre uma conversa de Roberto Marinho com Francisco Rezek — presidente do TSE: “Estou na iminência de proclamar a vitória de Lula, o senhor acha isso recomendável?”, teria perguntado Marinho. Rezek: “O senhor administra o seu negócio que eu administro o meu”.[1]

1

“Passei a considerar o senhor Brizola daninho e perigoso e lutei contra ele. Realmente, usei todas as possibilidades para derrotá-lo na eleição [de 1982]”. Roberto Marinho a Alan Riding, correspondente do *New York Times* no Brasil.

A manipulação do debate Collor *vs* Lula

Entre as diversas manipulações expostas no documentário *Além do Cidadão Kane*, a mais notória é a edição do debate entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, veiculada no *Jornal Nacional* de 15 de dezembro de 1989, antevéspera do segundo turno das eleições.

No dia seguinte ao debate, uma primeira versão editada do evento foi exibida pelo *Jornal Hoje*, pouco depois do meio-dia. Era uma versão equilibrada, em que Collor e Lula dispunham do mesmo tempo e a distribuição de erros e acertos dos dois era equânime. Foi resultado do trabalho zeloso de um dos melhores jornalistas da época, Wianey Pinheiro.

Depois de o *Jornal Hoje* sair do ar, porém, houve dois acontecimentos decisivos. Daniel Tourinho, presidente do partido de Collor, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), foi até a sede da Globo — a "Vênus Platinada", na rua Lopes Quintas, no Jardim Botânico, Rio de Janeiro — e fez chegar a Roberto Marinho a informação de que Collor não tinha gostado da edição do *Jornal Hoje*. Além dele, chegou também à redação do Rio Alberico de Souza Cruz, diretor de telejornais de rede, substituto de Armando Nogueira, e homem de confiança de Collor, que tinha ido a São Paulo assistir ao debate *in loco*.

Foi Alberico o pai de um *Globo Repórter* sobre o "Caçador de Marajás", inspirado numa capa histórica da revista *Veja*. Roberto Marinho mandou, então, refazer a edição do debate, com uma ordem clara ao editor de política dos jornais de rede, Ronald de Carvalho: queria "o bom de Collor e o mau de Lula". E a nova edição fez exatamente isso: reuniu os melhores momentos de Collor e os piores de Lula. Assim, na prática, o JN ofereceu 3 minutos e 34 segundos para que Collor falasse e criticasse o adversário. Já Lula teve menos tempo: 2 minutos e 22 segundos, e ainda assim somente trechos nos quais vacilava e não atacava o futuro presidente.[1]

Os jornalistas Osvaldo Maneschy e Sylvia Moretzsohn na época integravam a Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio. Segundo Maneschy, o único jornalista da Globo a aceitar o convite da Comissão foi

Otávio Tostes, então editor do *Jornal Nacional*. Em seu depoimento, Tostes disse à Comissão que recebeu ordens de Ronald Carvalho e de Alberico de Souza Cruz para selecionar falas que beneficiassem Collor e prejudicassem Lula.

Portanto, quem teria mandado Carvalho e Alberico selecionar o "bom" do Collor e o "mau" do Lula? Roberto Marinho, claro. Bem que o ACM disse que o dr. Roberto era "mais jornalista do que empresário".[2] Carvalho e Alberico de Souza Cruz fizeram apenas o que seu mestre mandou.

No entanto, não é essa a resposta que consta do livro *Jornal Nacional — A Notícia faz História*. Na verdade, "a biografia oficial" do JN nem se preocupa em fazer essa pergunta. O nome de Roberto Marinho, aliás, não é nem mencionado na narrativa do episódio. Como se alguém fosse capaz de acreditar que meia dúzia de funcionários subalternos pudesse refazer a edição do debate entre Collor e Lula na antevéspera do segundo turno das eleições presidenciais sem consultar o patrão… Nem se a Globo fosse a BBC Tropical!

Logo após o *Jornal Nacional* daquele dia sair do ar, de casa, telefonei para Ronald de Carvalho, na Globo, e perguntei algo do tipo: "Como é que você faz um negócio desses?" E tive como resposta: "A ordem era dar o 'bom' do Collor e o 'mau' do Lula. Carreguei a mão para ficar ainda mais grotesco…".

Após apresentar o compacto do debate no *Jornal Nacional*, o apresentador Cid Moreira reproduziu os números de uma pesquisa telefônica do instituto Vox Populi francamente favorável a Collor. Ele havia vencido em quesitos como "melhor desempenho", com 44,5% (contra 32% de Lula), "ideias mais claras", com 45% (contra 34%), e "melhores planos de governo", com 46% (contra 33%). Era o resultado de uma pesquisa feita por telefone que, portanto, não representava o universo dos eleitores, já que, naquele fim dos anos 1980, grande parte da população não tinha telefone fixo em casa.

Em seguida, Alexandre Garcia leu o editorial da Rede Globo sobre o papel da empresa na campanha presidencial. Para a emissora, sua cobertura havia ajudado a aperfeiçoar a democracia:

Ontem à noite as ruas desertas das cidades atestavam audiência de Copa do Mundo com Brasil na final. Era a audiência da televisão brasileira no último debate entre os candidatos à presidência. Nesses dois debates, a televisão foi fonte de aperfeiçoamento da democracia, foi união entre a eleição e o eleitor. Fez

entrar em milhões de lares os dois candidatos defendendo suas ideias e posições. Ter participado daqueles momentos em que a televisão foi confirmada como principal veículo no principal processo da democracia, que é a eleição, é algo que muito nos orgulha. Nós vamos continuar ao seu lado até que se conheça o resultado e depois dele, porque aperfeiçoar a democracia é uma prática constante. E agora é votar: cada voto, o seu voto, tem o poder de nomear o presidente da República. É um poder e um direito, porque quem nomeia é também quem paga o salário do presidente e quem sustenta o governo com os impostos, que são uma parte do trabalho de cada um. Nosso trabalho como profissionais de televisão foi e continuará sendo o que fez a televisão nesses dois debates: manter aberto esse canal de duas mãos entre o eleito e os eleitores para que melhor se exerça a democracia.

É como se Alexandre Garcia dissesse: o que o *Jornal Nacional* acaba de exibir — a manipulação do debate e a divulgação de uma pesquisa pouco representativa — é a verdade, a máxima verdade…

Essa edição do JN — que aparece em manuais do mundo inteiro que tratam de "televisão e manipulação de eleição" — teve 61 pontos no Ibope. Segundo pesquisa do instituto Datafolha realizada entre os dias 12 e 13 de dezembro de 1989 (dois dias antes da edição do debate), Lula tinha subido para 45% dos votos, enquanto Collor caía de 47% para 46%. Em 16 de dezembro, Lula havia caído para 44% e Collor atingia 47%. Collor ganhou com 53% dos votos, contra 47% de Lula. Apesar da ajuda, a vitória de Collor foi mais apertada que as duas de Lula, que venceria Serra e Alckmin pelo mesmo placar — 61% a 39% — com a Globo como adversária.

Boni foi outro a criticar a manipulação explícita do que ocorreu no debate. Em entrevista à *Folha de S. Paulo* de 17 de dezembro de 1989, o dia das eleições, afirmou que o jornalismo da Globo tinha cometido um "erro de avaliação", já que a edição havia ficado "mais favorável a Collor". No dia seguinte, através do mesmo jornal, Marinho repreendeu o empregado: "Boni é o melhor especialista em televisão do Brasil, mas nunca o tive como especialista em questões eleitorais".

Anos depois, Boni admitiu ter ajudado Collor. Antes do debate, passou um pouco de glicerina na testa de Collor, para parecer suor.

Virtualmente todos os atores e autores de novelas [da Globo] eram simpáticos a

Luís Inácio Lula da Silva (conhecido como Lula), o candidato radical e esquerdista. E muitos fizeram campanha para ele. Lula poderia ter vencido, não fosse a decisiva intervenção da TV Globo, que, sistematicamente, mostrava o candidato esquerdista em situações negativas. Especialmente, no segundo de dois debates na televisão, realizado logo antes da eleição. Lula parecia desgrenhado e exausto e a Globo editou o material para seus noticiários de forma a mostrá-lo da pior maneira possível. Três dias depois, Collor ganhou fácil [por 53% a 47%]. A ironia é que um dos autores mais radicais e mais respeitados na Globo, Gilberto Braga, escreveria uma minissérie (de vinte capítulos, contra os 180 de uma típica novela), que, segundo quase todos os testemunhos, desempenharia um papel direto na queda de Collor da presidência [a minissérie é *Anos rebeldes*, de 1992].[3]

A parcialidade da Globo era explícita, eu disse no *Conversa Afiada*:

A reportagem de Afonso Monaco na Rede Record mostrou que Ricardo Kotscho, assessor de imprensa do Lula na época, fez uma revelação importantíssima.

Na reunião em São Paulo entre as equipes dos candidatos e a TV Bandeirantes, que realizou o debate dois dias antes da eleição no segundo turno, lá estava o Kotscho, quando entram sala adentro, lado a lado, Cláudio Humberto, assessor de imprensa do Collor, e Alberico de Souza Cruz, diretor de jornalismo da Globo. Kotscho demonstra sua perplexidade — "com vocês dois juntos, não há quem aguente" — e eles explicam: "foi uma coincidência tomar o mesmo avião".

Logo depois se soube da natureza da "coincidência".

Cruz chegou à Globo no dia seguinte ao debate, no início da tarde. Roberto Marinho já tinha dado instrução ao editor de política do *Jornal Nacional*, Ronald Carvalho: tudo de bom do Collor e tudo de mau do Lula.

O editor Otávio Tostes estava na ilha de edição 7 para iniciar a reedição do resumo do debate do *Jornal Hoje*, um trabalho isento e profissional de Wianey Pinheiro.

Ronald disse a Tostes: "tape o nariz e meta a mão na merda".

Pouco depois, chega Cruz de São Paulo, onde se realizou o debate fatal. Ouvi dizer na Globo, então, que Cruz foi para o Rio no jatinho que servia ao Collor.

Cruz entra na ilha 7 e pergunta ao Tostes como está a edição do debate. Tostes descreve as instruções que recebeu do Ronald [do dr. Roberto, na verdade].

Cruz ordena: além disso e disso, tem que ter mais isso e aquilo.

Tostes se vê diante do dilema de fazer todas aquelas instruções caberem numa reportagem do *Jornal Nacional*, que respeitava, normalmente, limites de tempo.

A edição na ilha 7 acaba e Cruz manda levar a fita para a ilha 10, que dispunha de mais recursos de edição.

A essa altura, o prazo para entregar matérias a serem exibidas já se tinha esgotado: a matéria estava "fora do *dead line*", como se dizia na Globo.

Ou seja, corria o risco de não entrar.

Cruz reviu a edição na ilha 10 e mandou subir para exibição — fora do *dead line*.

Além de Boni, outros funcionários e artistas da Globo se manifestaram contra a intervenção da emissora no processo eleitoral. Entre eles estavam Paulo Betti, Chico Buarque, Marieta Severo, Joana Fomm e Tássia Camargo, que chegaram a participar de um protesto diante da sede da empresa. O PT, por sua vez, entrou com um pedido de direito de resposta no Tribunal Superior Eleitoral, negado por seu presidente, Francisco Rezek, que mais tarde aceitou um cargo no ministério de Collor.[4]

Conta-se que, depois da derrota para o Collor, em 1989, Lula participou de um debate em Paris com Roberto Marinho e Jaime Lerner. Um estudante na plateia interpelou o dr. Roberto.

— O senhor não tem vergonha de usar uma concessão de um serviço público para manipular um debate e fazer uma cobertura vergonhosamente a favor de um candidato e contra outro?

O estudante foi freneticamente aplaudido. O dr. Roberto respondeu.

— Meu filho, eu não tenho nada contra esse rapaz aqui ao meu lado, o Lula. Mas, todo dia o partido dele passava na porta da TV Globo com o caixão em que ia me enterrar. Um outro candidato, o Brizola, dizia que ia tomar o meu lugar. E

tinha um outro candidato, filho de um velho amigo meu e que me tratava muito bem na campanha. Quem o senhor acha que eu devia apoiar? O que ia me enterrar? O que ia tomar o meu lugar? Ou o filho do meu amigo?[5]

Lula considerou a explicação razoável.

---

1 Armando Nogueira caiu no dia 3 de fevereiro de 1990, quarenta dias antes da posse de Fernando Collor na presidência. Numa longa conversa comigo, descreveu o que chamou de "complô" do dr. Roberto, do filho, Roberto Irineu Marinho, Jorge Serpa e Alberico de Souza Cruz para derrubá-lo e colocar um aliado de Collor no cargo de diretor de Jornalismo da Globo. Ver capítulo "A queda de Armando Nogueira, por ele mesmo".

2 Bial, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 36.

3 Guillermoprieto, Alma. *The heart that bleeds — Latin America now*. New York, Alfred Knopf, 1994, p. 302 [a parcialidade da Globo era explícita, como eu registrei no *Conversa Afiada*: <http://goo.gl/Fg0lNQ>.

4 Xavier, Ricardo. *Almanaque da TV — 50 anos de memória e informação*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000, p. 182.

5 *Imprensa*, n. 144, dez. 1999–jan. 2000.

O Ibope faz política com pesquisa

Cabe fazer um atalho nessa trepidante narrativa para falar de uma instituição política que desempenha papel central na televisão e nas eleições: o Ibope (que no blog *Conversa Afiada* chamo de “Globope”, porque um não vive sem o outro).

Logo que cheguei à Globo, vi entrar pela porta adentro de Armando Nogueira, sem se fazer anunciar, Paulo de Tarso Montenegro, dono do Ibope.

Avisou ao Armando que tinha acabado de decidir lá em cima, com o Roberto [Marinho], que não vai haver debate nenhum. E se a Globo não transmite debate, não tem debate.

Armando acusou o recebimento da ordem. E não houve debate nenhum (é provável que isso se refira a uma eleição, presidencial ou para governador, de 1986).

Mais tarde, o Ibope passou a sofrer pálida concorrência de uma pesquisa de intenção de voto da *Folha de S. Paulo*.

Mas, essa só teve expressão depois que foi incorporada também ao *Jornal Nacional*.

É o que o site *Conversa Afiada* descreveu sobre o acasalamento d’*O Globo* e do que chama de “Datafalha” no *Jornal Nacional*:

Na disputa para governador em São Paulo, em 1998, Covas se candidatava à reeleição.

Seu primeiro governo traçava o rumo do que seria a “donataria” tucana na Província de São Paulo: um desastre, uma seca!

Estamos no primeiro turno.

Os candidatos eram Covas, Maluf (PPB), Francisco Rossi (PDT), Quércia (PMDB) e Marta Suplicy (PT), deputada federal em primeiro mandato.

O Globope tinha vendido, na segunda-feira, uma pesquisa ao Maluf, que dizia: “Maluf em primeiro e Covas na frente de Marta, por pouca coisa”.

E vendeu a *mesma* pesquisa ao *Jornal Nacional*, então sob a batuta de Evandro Carlos de Andrade, de breve mandarinato.

A pesquisa era a mesma.

No sábado, véspera da eleição para escolher os candidatos ao segundo turno, o *Jornal Nacional* exibe a pesquisa que se tinha encerrado na segunda.

Pesquisa fechada na segunda, dentro da fogueira eleitoral, e exibida no sábado…

A pesquisa influenciou os antimalufistas, que aplicaram o voto útil contra a Marta e a favor de Covas.

Acontece, que, de segunda a sexta, o eleitorado tinha se movimentado a favor de Marta e seria ela a eleita para ir ao segundo turno contra Maluf, não fosse o *Jornal Nacional*.

Foi o Covas, que, com o apoio do PT, derrotou Maluf.

Naquela altura do campeonato, o *Jornal da Band* travava uma competição feroz com o *Jornal Nacional*.

Não só no horário, mas também na rediscussão do formato, da cobertura da “privataria” em curso e, até, com a discussão do próprio papel da Globo e do *Jornal Nacional* na vida política do país.

No domingo, durante a cobertura da apuração, este blogueiro, editor e apresentador do *Jornal da Band*, sob a batuta de seu redator-chefe Ricardo Melo, perguntou ao vivo ao Carlos Augusto Montenegro do Globope (filho de Paulo de Tarso) se a pesquisa de sábado do JN era a mesma que tinha entregado na segunda ao Maluf.

“Sim”, disse ele, entrevistado numa base de cobertura da Band no RioSul, Zona Sul do Rio.

Não é preciso dizer que este blogueiro fez um escarcéu!

Como é que o Montenegro vende a mesma pesquisa duas vezes?

Fecha na segunda e exibe no JN no sábado!

E como o JN diz no sábado uma coisa que era “verdadeira” quatro dias antes?

O interessante é que, no estúdio para uma entrevista, a vítima da patranha se recusou a debater a questão, ao vivo, com o Montenegro.

Marta Suplicy preferiu que este blogueiro o interpelasse.

Preferiu não importunar a Globo!

Nem o Montenegro!

Aí, o Evandro se mancou.

Viu que seria um escândalo ficar na mão só do Globope, depois do barulho que a Band tinha feito.

O que fez ele?

Contratou também o “Datafalha”.

Em tempo: a Band enfrentou a Globo por um breve período de tempo. Dois anos. Depois, preferiu ir com ela ao escurinho do cinema (no auditório da CBF).[1]

Outro episódio que expõe algumas das características do Ibope como agente eleitoral:

Na eleição de 2002, depois da degola de Roseana Sarney, Ciro Gomes aparecia à frente de Serra, para enfrentar Lula.

Fernando Henrique assustou-se e promoveu o que o próprio Ciro Gomes chamou de uma “Operação Bandeirantes II”. Reuniu, em São Paulo, Antônio Ermírio de Moraes, Olavo Setúbal e o filho Roberto, Joseph Safra, entre outros, e disse que ia lavar as mãos.

Ele, FHC, já tinha feito o que podia: derrotou Lula duas vezes.

Agora, se os presentes não se mobilizassem, Ciro seria eleito e, com ele, uma ideologia nacionalizante, estatizante, com calote da dívida.

Um provocador atiçou o Ciro num evento em Salvador e Ciro disse um conjunto de besteiras monumentais.

O PiG as difundiu de forma maciça.

Em cima da divulgação das besteiras, o Ibope preparou uma pesquisa relâmpago. Uma pesquisa descasada, fora da sequência das pesquisas anteriores. Uma pesquisa sob medida.

E esse Ibope mostrou queda assombrosa do Ciro, em poucos dias.

Um jovem banqueiro do Rio tinha encomendado a pesquisa. Mais tarde, ele se tornou colunista d'*O Globo*.

---

1 Acessível em: <http://goo.gl/6mchdR>.

A queda de Armando Nogueira, por ele mesmo

Armando Nogueira caiu no dia 3 de fevereiro de 1990, quarenta dias antes da posse de Fernando Collor na presidência.

Na véspera, no início da noite, pouco depois do *Jornal Nacional*, o Armando teve uma longa conversa comigo. Só nós dois, em sua sala na "vênus platinada". Ele tinha fotofobia, e a sala era iluminada com a luz de um abajur tímido.

Descreveu o que chamou de "complô" do dr. Roberto, do filho, Roberto Irineu Marinho, Jorge Serpa e Alberico de Souza Cruz para derrubá-lo e colocar um aliado de Collor no cargo de diretor de Jornalismo da Globo.

Cheguei em casa e anotei.

"João Roberto" é João Roberto Marinho, filho do meio de Roberto Marinho, o mais ligado ao jornal que à TV.

"Magaldi" é João Carlos Magaldi, diretor da Globo.

"Evandro" é Evandro Carlos de Andrade, que dirigia O Globo e, mais tarde, sucedeu Alberico na tevê.

"P Francis" é Paulo Francis.

"Maílson" é Maílson de Nóbrega.

"Agnelli", é Gianni Agnelli, dono da Fiat.

De fato, um dia, Roberto Irineu me contou que devia esse favor a Collor: apresentá-lo a Agnelli.

Mas, Agnelli não se interessou pela Tele Monte Carlo.

Como perceberá o amigo leitor, merecem atenção especial as "ordens" que Roberto Marinho dava a seu diretor de Jornalismo — de fato, valem epígrafes de

livro:

“*O Globo* é o que é mais pelo que não deu do que pelo que deu.”

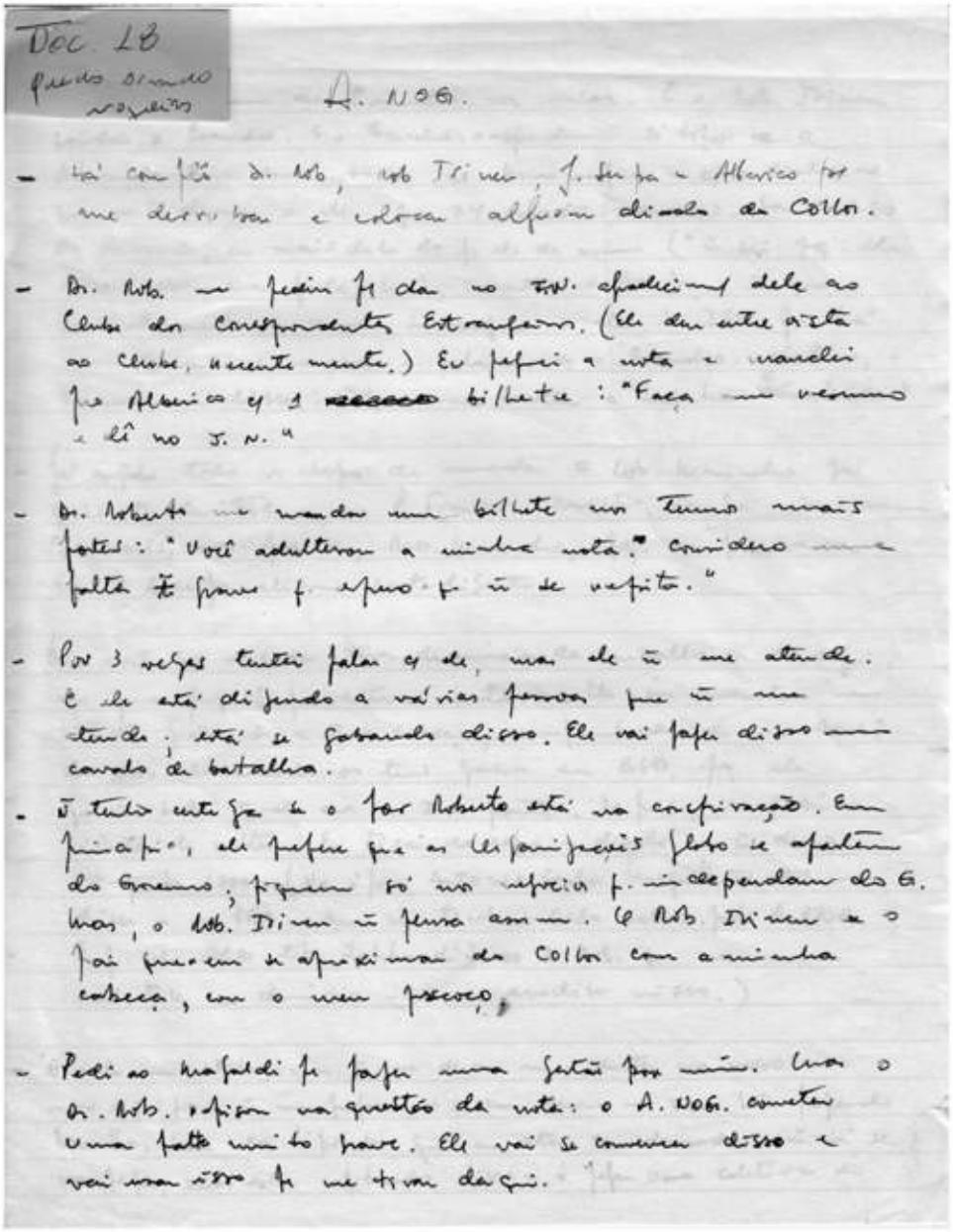
“Não quero preto nem desdentado no JN.”

“Se o Brizola se jogar debaixo de um trem, para salvar uma criança; se a criança se salvar e se ele morrer, mesmo assim você tem que me consultar para saber se pode ou não dar (a notícia).”

E não é espantoso que o dono de uma empresa jornalística recorra ao Serviço Nacional de Inteligência para descobrir a fonte de informação de um empregado seu?

Foi o que ele fez comigo.

Acompanhe minhas anotações daquela conversa sinistra — quase às escuras.



Doc 18
Anotações do que Armando Nogueira me disse (1).

A. NOG.

- Vai confirmar o Rob, o Roberto Irineu, o Jorge Serpa e Albérico por me derrubar e colocar alguém diante do Collor.

- Dr. Rob. me pediu pra dar no JN. afastamento dele ao Clube dos Correspondentes Estrangeiros. (Ele deu entrevista ao Clube, recentemente.) Eu peguei a nota e mandei pro Alberico o seguinte bilhete: "Faça um resumo e leia no J. N."

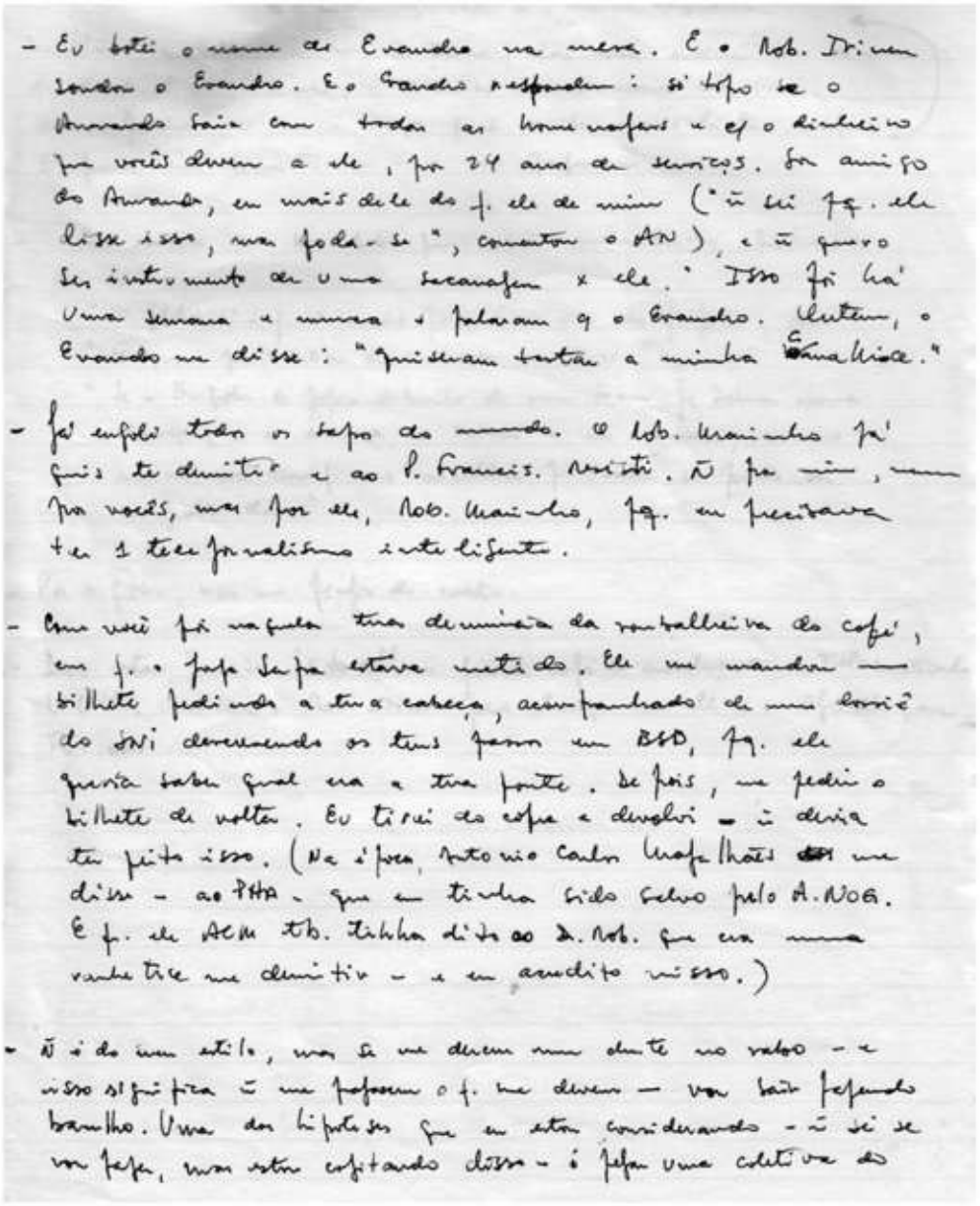
- Dr. Roberto me mandou um bilhete um tempo mais tarde: "Você adulterou a minha nota." Considero uma falta de grave respeito de um de respeito."

- Por 3 vezes tentei falar com ele, mas ele não me atende. E ele está dizendo a várias pessoas que não me atende, está se gabando disso. Ele vai pagar disso um caro de batalha.

- O tenso entre o pessoal do Roberto está na configuração. Em princípio, eles preferem que os Marinhos fiquem só uma espécie de independentes dos G. Mas, o Rob. Irineu não pensa assim. O Rob Irineu e o pai querem uma aproximação do Collor com a minha cabeça, com o meu pescoço.

- Pedi ao Marinho pra pagar uma gentileza pra mim. Mas o Dr. Rob. disse na questão da nota: o A. NOG. cometeu uma falta muito grave. Ele vai se comover disso e vai mandar isso pra me tirar daqui.

“Anotações do que Armando Nogueira me disse (1).”



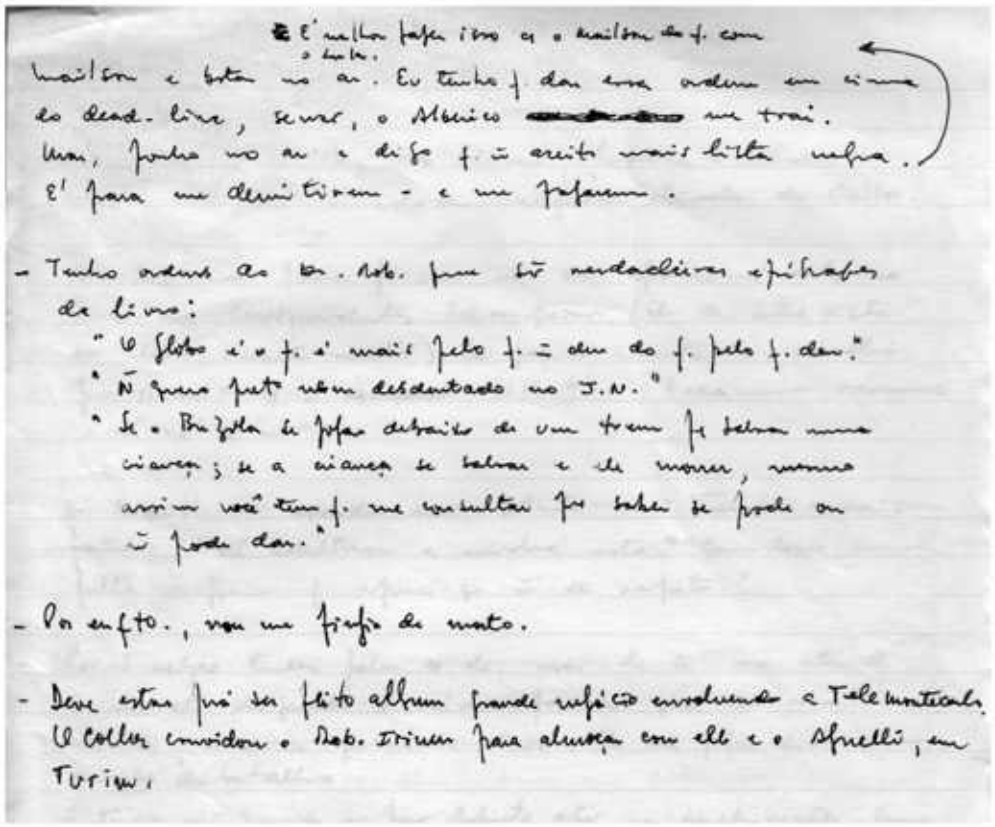
- Eu botei o nome de Evandro na mesa. E o Rob. Drimen
tendeu o Evandro. E o Evandro respondeu: só tropa se o
Armando sair com todas as honrarias e ef o dinheiro
pra vocês devem a ele, por 24 anos de serviços. Foi amigo
do Armando, em mais de 1 ef. ele disse isso, mas foda-se", comentou o AN), e eu quero
ser instrumento de uma secanagem x ele." Isso foi há
uma semana e nunca + falaram q o Evandro. Outrem, o
Evandro me disse: "quiseram tentar a minha Emanuela."

- Já enfiei todos os tapas do mundo. O Rob. Marinho já
quis te demitir e ao P. Francis. Resisti. Não foi por mim,
foi por vocês, mas foi por ele, Rob. Marinho, ef. eu precisava
ter 1 teleformalismo inteligente.

- Como você foi mandar tirar de minha da contabilidade do café,
em ef. + fofo de tropa estava metido. Ele me mandou
bilhete pedindo a tua cabeça, acompanhado de uma lenda
do SNI denunciando os teus passos em BSB, ef. ele
queria saber qual era a tua fonte. De fora, me pediu o
bilhete de volta. Eu tirei da capa e devolvi - e disse
tu pôs isso. (Na época, Antonio Carlos Magalhães deu me
disse - ao PMDB - que eu tinha sido salvo pelo A. Nog.
E ef. ele ACM tb. tinha dito ao D. Rob. que era uma
vantagem me demitir - e eu acredito nisso.)

- Não é do meu estilo, mas se me devem uma dente no rabo - e
isso só ficou se me puseram o ef. me devem - vou sair pesando
banalho. Uma das hipóteses que eu estou considerando - não sei se
vou pôr, mas estou cogitando disso - é pôr uma coletiva de

"Anotações do que Armando Nogueira me disse (2)."



É melhor fazer isso que o mailson do f. com o Lula.
mailson e botar no ar. Eu tenho f. dar essa ordem em cima
do dead-line, sendo, o Abreu ~~[illegible]~~ me trai.
Mas, ponho no ar e digo f. é escrito mais bicha nefra.
É para me demitirem - e me pagarem.

- Tenho ordens do Dr. Rob. para só mandarmos efêmeras do livro:
  - "O Globo é o f. é mais pelo f. = dem do f. pelo f. dem."
  - "Não quero preto nem descontado no J.N."
  - "Se o Brizola for pegar debaixo de um trem fazer baixar uma criança; se a criança se salvar e ele morrer, morreu assim você tem f. me consultar pra saber se pode ou não pode dar."

- Por enfim., vou na fiesta de manto.

- Deve estar pra ser feito algum grande negócio envolvendo a Telemontecarlo. O Collor convidou o Rob. Irineu para almoçar com ele e o Sfrelli, em Turim.

"Não quero preto no JN."

Perfil de Marinho, por um grande amigo

Algum tempo depois da morte de Roberto Marinho, consegui, ao fim de inúmeras tentativas, que um de seus mais próximos e fiéis colaboradores me recebesse por um par de horas.

As regras do jogo foram estabelecidas, por telefone, antes do encontro pessoal.

Sem gravador ou máquina fotográfica.

O entrevistado não podia ser identificado.

Nem a data ou o local da entrevista.

Até que ele viesse “a faltar” — e depois se explica por que ele usou a expressão.

Os temas da entrevista também seriam circunscritos ao período em que trabalhei na Globo e, vez por outra, cruzava com Roberto Marinho.

O objetivo da conversa, expliquei ao telefone, era “oferecer” ao “dr. Roberto” a possibilidade de esclarecer ou refutar alguns pontos deste livro.

Até que “falte”, o entrevistado será tratado de “Senhor Y”, em homenagem a investigativo repórter do PiG, que entrevistou o “Senhor X” — aquele que denunciou a compra da reeleição de Fernando Henrique Cardoso —, mas se esqueceu de perguntar quando poderia identificá-lo.

O diálogo que se segue é a reconstituição das notas que tomei na frente do Senhor Y.

PHA — Dizia-se na Rede Globo que Roberto Marinho considerava aquilo nada mais que uma usina de ganhar dinheiro. Que, mais do que ter uma televisão e um jornal, ele gostava mesmo era de ganhar dinheiro. Desde o jornal, ele investia em imóveis, impressão de histórias em quadrinho, depois vieram a NEC, casas pré-fabricadas, uma geleia de mocotó, que anunciava no horário nobre da Globo… O

diretor da Globo Nova York, Felipe Rodríguez, me disse que, uma vez, ele cismou de querer importar banheiros químicos para vender à Prefeitura do Rio…

Senhor Y — Ele equilibrava as duas coisas. Mas, basicamente, ele se considerava um jornalista. Ele que fez o jornal.

PHA — Não foi o pai?

Senhor Y - Não! Foi ele! O tônus vital dele era o jornalismo. Agora, ele tinha um espírito empresarial apurado. Ele gostava muito de fazer negócios. Era um empresário por excelência. Ele trabalhava o tempo todo. E você tem razão. Ele gostava de imóveis.

PHA — A tevê era uma empresa em si, ou não passava de uma extensão do jornal? Eu ouvi ele dizer "*O Globo*" para se referir à tevê…

Senhor Y — Não! A tevê era um outro negócio, como o jornal. E ele se orgulhava de ter feito os dois, o jornal e a tevê. Ele sempre quis que a tevê fosse um empreendimento pessoal dele. Com a marca dele.

PHA — Então, por que ele deu tanto poder ao Walter Clark, ao Boni, ao Arce e pagou salários tão altos?

Senhor Y — Porque eles é que tinham a tecnologia de fazer televisão. Eram talvez os únicos no Brasil que sabiam fazer televisão. Eles mereciam o que ganhavam.

PHA — O Boni diz que, se os filhos do Roberto Marinho tivessem idade, eles é que dirigiriam a televisão e, não, os profissionais. E a televisão ia ser igual às outras.

Senhor Y — Você estava falando dos negócios do Roberto, não é isso?

PHA — Ainda no terreno desses negócios fora da tevê e do jornal, por que ele se interessou por uma empresa de telefonia, a NEC do Mário Garnero? E como foi a compensação que ele deu ao Antônio Carlos Magalhães (o ministro das Comunicações que facilitou a transferência da NEC), ao passar a TV Bahia do Luís Viana Filho para ele?

Senhor Y — Isso eu desconheço. O ACM lidava diretamente com ele. O Roberto

gostava muito do Antônio Carlos. O ACM tinha linha direta com ele.

PHA — O que ele gostava no ACM?

Senhor Y — Considerava ele um realizador, um homem que saiu da Bahia e ocupou espaço no cenário nacional. O Roberto admirava a coragem dele. Era uma relação de amizade.

PHA — Pode-se falar em afeto?

Senhor Y — Sim!

PHA — Quando eu era repórter da Globo em Nova York eu percebi que o Roberto Marinho já não mandava como antes, percebi que o Evandro Carlos de Andrade e os filhos do Roberto Marinho queriam, digamos, pegar o ACM.

Senhor Y — Você sentiu isso, é?

PHA — Sim! Era como se dissessem. Ele é da conta do meu pai.

Senhor Y — Vê se você me entende. O único dos três que trabalhava era o João Roberto. O João tinha uma relação muito próxima com o Evandro.

PHA — O Otto (Lara Resende, *ghost writer* de Roberto Marinho) dizia que o João não passava de uma invenção do Evandro.

O Senhor Y se limita a rir.[1]

PHA — Mas, o Antônio Carlos me contou que frequentemente ligava à noite para o Roberto Marinho e mudava a manchete d'*O Globo* que o Evandro tinha preparado.

Senhor Y — Isso é verdade.

PHA — E como era a relação do Roberto Marinho com o Evandro [Carlos de Andrade]?

Senhor Y - De respeito. Mas o Evandro era um homem de rompantes. E o Roberto também. Então, era rompante contra rompante e o rompante do Roberto prevalecia.

PHA — Uma vez o Roberto Marinho chamou a mim e ao Armando Nogueira para passar instruções sobre um determinado assunto e, na saída, nos disse: “Não contem nada ao João”. Significa que ele não confiava no filho, não achava ele à altura das decisões políticas relevantes?

Senhor Y — Significa que era ele quem decidia e mais ninguém. Ali se encerrava a discussão sobre a matéria. Ele não dividia poder com ninguém. Que os subordinados, você e o Armando, soubessem que não existia segunda opinião na empresa. Ele não era de dividir o poder.

PHA — E como era a relação dele com o Tancredo Neves?

Senhor Y — De confiança e respeito. Ele não tinha confiança em quem não respeitava.

PHA — E o Tancredo em relação a ele?

Senhor Y — Interessava ter diálogo com o dono do maior jornal do país. Só isso.

PHA — O Mauro Santayana conta que, depois de eleito, o Tancredo pediu a ele para estudar a BBC, porque era preciso “acabar com esse monopólio d’*O Globo*”. Ele também falava n’*O Globo*. O senhor acha que o Tancredo iria até o fim nessa ideia?

Senhor Y — Tancredo tinha muita personalidade. Os dois iam se chocar em algum momento. O Tancredo foi eleito presidente! Ele disse uma vez ao Roberto, na minha frente, que não ia governar com “essa merda”, a Constituição [de 1988], porque é “uma Constituição parlamentarista”. Ele queria governar como presidente. “Retiraram do presidente da República uma dose de autoridade muito grande”, ele disse. Reclamou que não tinha controle nem sobre os “meus ministros”! Ele achava inconcebível querer acabar com o SNI.[2]

PHA — O impasse… corroeu a Constituição de 88 por dentro?

Senhor Y — Que impasse?

PHA — O Brasil ia ser presidencialista ou parlamentarista?

Senhor Y — Qual era a ideia de parlamentaristas, como José Serra? Congelar a decisão sobre vários capítulos que exigiam legislação ordinária, até que

houvesse o plebiscito sobre o parlamentarismo.

PHA — E ele queria o parlamentarismo porque…

Senhor Y — Porque ele quer governar sem o voto popular, já que no voto popular a UDN só chega ao poder… no golpe…

PHA — Como assim?

Senhor Y — Como ele queria esperar até o parlamentarismo — e seus seguidores golpistas e parlamentaristas também — a Constituição ficou sem músculo. Por que fazer as leis ordinárias?, se isso aqui pode virar um parlamentarismo e, sem o voto do povo, a gente muda tudo — era o raciocínio dos golpe-serristas.

PHA — Essa foi boa boa: golpe-serristas… Não faziam as leis ordinárias que davam substância à Constituição…

Senhor Y — Isso. E ficou um vácuo.

PHA — Que o Supremo preencheu…[3] E o Roberto Marinho na conversa [com o Tancredo]?

Senhor Y — Ele entendia. Ele também sabia exercer o poder.

PHA — Pode-se dizer que o Roberto Marinho cogovernou o Brasil no governo Sarney?

Senhor Y — Cogovernou, não! Ele governou o Brasil! E ele tinha consciência absoluta desse poder!

PHA — Ele não procurava dissimular, não se sentia encabulado?

Senhor Y — Ele reagia a isso com a maior naturalidade. Era o que tinha que ser. Era assim porque era. Ele tinha a TV Globo, *O Globo* e eles mandavam no Brasil! E o Sarney sabia disso.

PHA — Ele [Roberto Marinho] se preocupava com os concorrentes?

Senhor Y — Ele era atento. Não queria perder a condição de líder. Também não

era mais do que isso.

PHA — Ele levava o Nascimento Brito [dono do *Jornal do Brasil*] a sério?

Senhor Y — Não. Não era empresário.

PHA — A história que o Maílson da Nóbrega contou à *Playboy*, que ele primeiro despachou com o Roberto Marinho e, só depois que Roberto Marinho o aprovou, Sarney decidiu nomeá-lo, é verdade?

Senhor Y — Certo!

PHA — E por que, a certa altura, eu, editor de economia dos telejornais da Globo, recebi a instrução para não usar o nome do Maílson da Nóbrega? Era só "Ministério da Fazenda", "governo federal". É porque o Maílson vetou uma operação de importação de casas pré-fabricadas — de novo os imóveis — que o Roberto Marinho queria fazer?

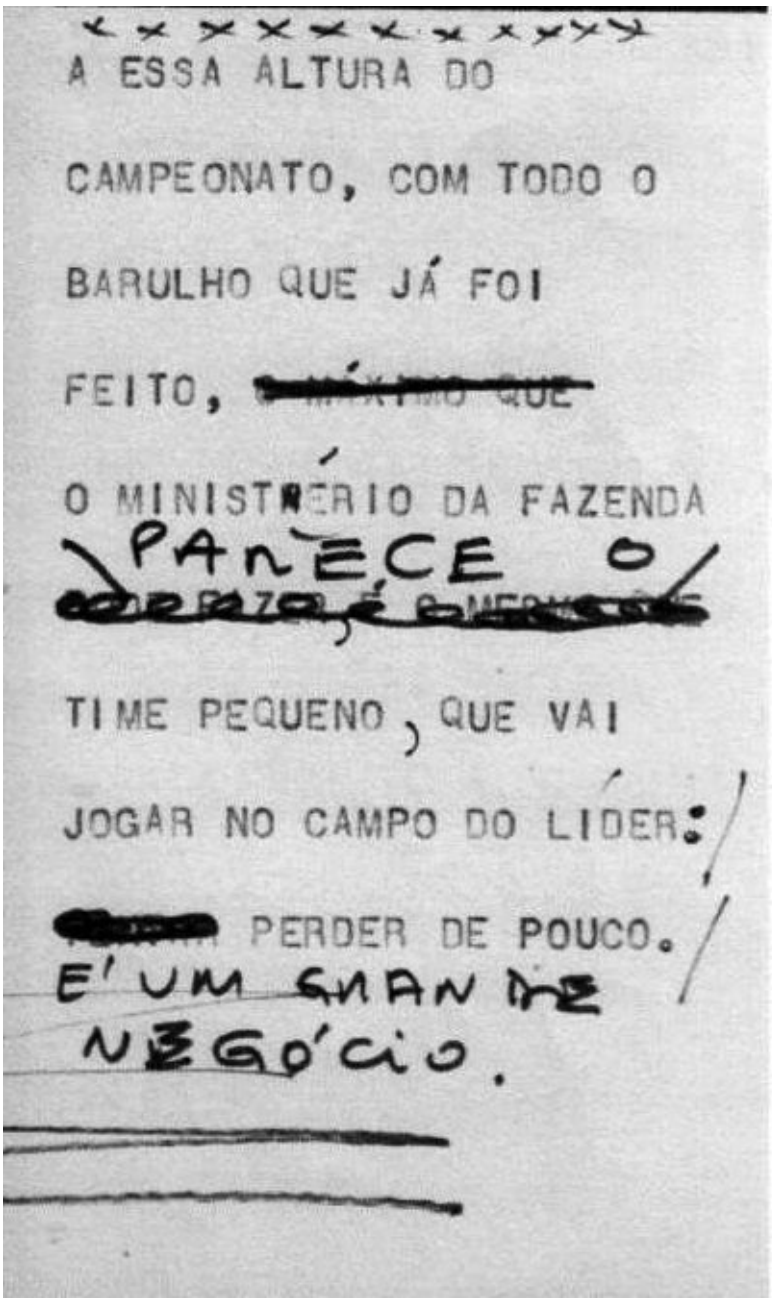
Senhor Y — De fato, o Roberto foi pessoalmente ao Maílson e o Maílson não o atendeu. Mas, você lê lá no livro do Maílson, que ele descreve isso.

O IMPORTANTE NESSES NÚMEROS DA CIDADE DE SÃO PAULO --- QUE VÃO SER DIVULGADOS OFICIALMENTE AMANHÃ --- É QUE O AUMENTO DO COMBUSTÍVEL PARECE QUE SE ALASTROU PARA OUTROS PREÇOS. EMBORA O PREÇO DO DIESEL NÃO TENHA SUBIDO, O AUMENTO DO TRANSPORTE À BASE DE ÁLCOOL E GASOLINA JÁ AFETOU OS PREÇOS NO PEQUENO COMÉRCIO E NAS FEIRAS LIVRES.

A INFLAÇÃO DE SÃO PAULO,
EM NOVEMBRO, VAI FICAR
PERTO DE TRES E MEIO POR
CENTO. É A MAIOR INFLAÇÃO
DO CRUZADO --- E OLHA QUE
NÃO PEGA/TODOS OS AUMENTOS
QUE VIERAM COM O PACOTE, DE
VINTE E UM DE NOVEMBRO.
NESSES TRES E MEIO, SÓ ENTRA
--- E MESMO ASSIM, POR UMA
SEMANA --- O AUMENTO DO
ÁLCOOL E DA GASOLINA.

NO MES DE DEZEMBRO É QUE SE
VAI SENTIR TODO O PESO DOS
AUMENTOS DO PACOTE NO
ÍNDICE.

8 de dezembro de 1986



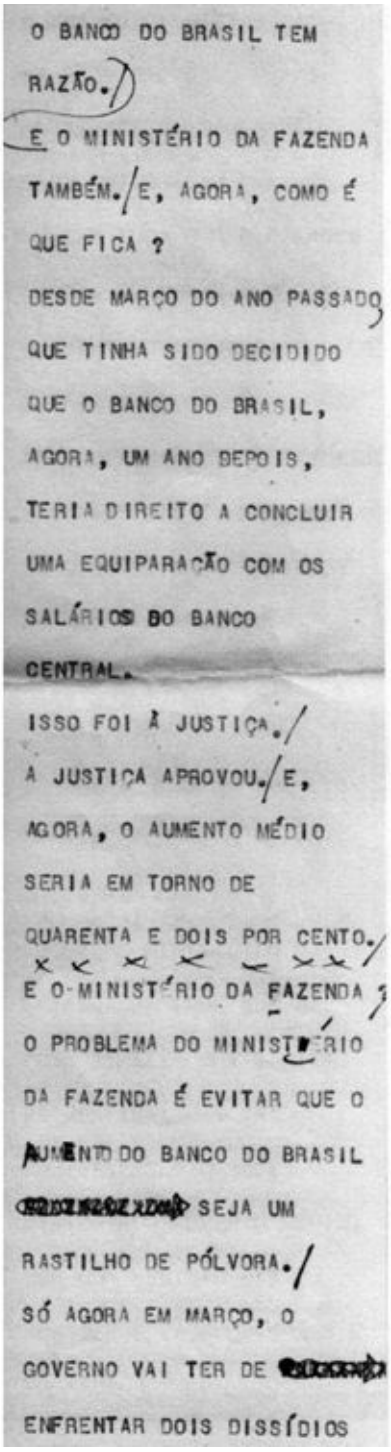
8 de dezembro de 1986

PRECISAMENTE NO SABADO,
EM SÃO PAULO, O MINISTRO
SAYAD FOI AO DOUTOR
ULYSSES GUIMARAES EXPLICAR
POR QUE DISCORDAVA DA
ESTRATÉGIA DO MINISTRO
FUNARO E POR QUE DEFENDIA
UM PROGRAMA DIFERENTE DE
CO BATE À INFLAÇÃO.
O DOUTOR ULYSSES GUIMARÃES
NÃO DISSE NEM QUE SIM, NEM
QUE NÃO; AO ABRIR OS JORNAIS
, HOJE, O MINISTRO SAYAD
DESCOBRIU QUE O DOUTOR ULYSSE
NÃO TINHA GOSTADO DO
SEU PLANO. FOI A GOTA D'
AGUA.

8 de dezembro de 1986

COMPLICADÍSSIMOS: /
O DOS FUNCIONÁRIOS DA
VALE DO RIO DOCE E DOS
MARITIMOS, DA DOCENAVE
E DA LOIDBRÁS./
SE DER TUDO O QUE O BANCO
DO BRASIL QUER — O QUE
O GOVERNO VAI DIZER PARA OS
OUTROS ? /
[illegible]
O MINISTÉRIO DA FAZENDA
JÁ ESTÁ MEIO ESCALDADO./
NO ANO PASSADO, EM
SETEMBRO, UM AUMENTO
DE SALÁRIO DO BANCO
DO BRASIL TEVE UM IMPACTO
TERRIVEL SOBRE O PLANO
BRESSER. //
AGORA, O MINISTÉRIO DA
FAZENDA JÁ SABE QUE NÃO
PODE REFAZER UMA DECISÃO
DA JUSTIÇA./MAS VAI
TENTAR, PELO MENOS,
DIMINUIR O AUMENTO MÉDIO,
COM UMA REVISÃO DAS
FUNÇÕES E DAS COMISSÕES E
GRATIFICAÇÕES.

17 de fevereiro de 1987



O BANCO DO BRASIL TEM
RAZÃO./
E O MINISTÉRIO DA FAZENDA
TAMBÉM./E, AGORA, COMO É
QUE FICA ?
DESDE MARÇO DO ANO PASSADO
QUE TINHA SIDO DECIDIDO
QUE O BANCO DO BRASIL,
AGORA, UM ANO DEPOIS,
TERIA DIREITO A CONCLUIR
UMA EQUIPARAÇÃO COM OS
SALÁRIOS DO BANCO
CENTRAL.
ISSO FOI À JUSTIÇA./
A JUSTIÇA APROVOU./E,
AGORA, O AUMENTO MÉDIO
SERIA EM TORNO DE
QUARENTA E DOIS POR CENTO./
E O MINISTÉRIO DA FAZENDA ?
O PROBLEMA DO MINISTÉRIO
DA FAZENDA É EVITAR QUE O
AUMENTO DO BANCO DO BRASIL
SEJA UM
RASTILHO DE PÓLVORA./
SÓ AGORA EM MARÇO, O
GOVERNO VAI TER DE
ENFRENTAR DOIS DISSÍDIOS

5 de janeiro de 1988

7 de março de 1988

Os originais aqui reproduzidos são colunas que eu pretendia ler no *Jornal da Globo*, mas foram vetadas por Roberto Marinho:

- em 8 de dezembro 1986, ele não queria admitir que a inflação tinha voltado

ao Plano Cruzado.

- em 17 de março de 1987, não quis noticiar a queda do ministro João Sayad, do Planejamento, e suas divergências com Funaro, sobre o Cruzado.
- em 5 de janeiro de 1988, já não se podia falar no nome de Maílson da Nóbrega.
- em 7 de março de 1988, mesmo a substituição de “Maílson” por “Ministério da Fazenda” não passou pela censura de Marinho.

PHA — E como é que o Roberto Marinho se deixou levar por aquele negócio da Tele Monte Carlo?

Senhor Y — Ele foi lá, pessoalmente. Sondou, conversou e com quem ele queria se associar, essa pessoa não o atendeu.

PHA — O Berlusconi?

Senhor Y — Ele não teve êxito nos entendimentos e desistiu. Quem retomou os contatos foi o filho, o Roberto Irineu. E o Roberto Irineu tomou conta de tudo. Depois, o Roberto (pai) se arrependeu, mas não havia o que fazer. Estava feito.

PHA — Mas, por que ele tentou? Fazia sentido?

Senhor Y — Ele queria uma entrada num mercado fora do Brasil.

PHA — É razoável calcular que a Tele Monte Carlo tenha dado a ele um prejuízo de 120 milhões de dólares?

Senhor Y — Não sei. Eu não acompanhava os detalhes dos negócios.

PHA — Por que ele não encaminhou a sua própria sucessão na Globo?

Senhor Y — Ele não queria se envolver! [e cai na gargalhada].

PHA — O Armando [Nogueira] contava que ele dizia “se alguma dia eu faltar”.

Senhor Y — Se não dizia, pensava.

PHA — O que ele achava do Boni?

Senhor Y - Confiança total! Ele criticava o Boni, mas carinhosamente. Ele gostava de ver novela. E tinha o orgulho de ter escolhido a primeira novela da Globo. Não me lembro. Pergunta ao Boni. Ele se orgulhava de ter escolhido e dizia: “vai ser um sucesso!”.[4]

PHA — O que ele achava do Armando?

Senhor Y — Não tinha admiração especial.

PHA — E do Evandro?

Senhor Y — Admirava mas achava-o estourado demais.

PHA — Do presidente Figueiredo, que falou muito mal dele?

Senhor Y — Um homem muito difícil. Ele de fato se queixava muito do Roberto. Que dava muito e recebia do Roberto menos do que devia.

PHA — O que o senhor diz daquele rompimento do Roberto Marinho com os militares? Aquela entrevista longuíssima do Antônio Carlos Magalhães no *Jornal Nacional*, levantando a suspeita de que o brigadeiro Délio [Jardim de Matos, o ministro da Aeronáutica] estivesse envolvido em corrupção [na construção do Aeroporto de Confins].

Senhor Y — De fato, o Figueiredo — um gênio complicado — não atendeu a um pedido do Roberto. Isso é certo.

PHA — Como o senhor explica que o Roberto Marinho tenha chegado tarde à eleição do Collor? O Collor diz que não devia nada ao Roberto Marinho. Que quando o Roberto Marinho o apoiou, ele já estava na frente das pesquisas.

Senhor Y — O Collor pode ter razão. O Roberto chegou tarde mesmo.

PHA — Ele namorou com o Covas, namorou com o Quércia.

Senhor Y — O Roberto achava o Collor um temperamento difícil de levar. Achava que ele era atuante demais. E o Collor também preferia falar com os amigos do Roberto — como eu — a falar diretamente com o Roberto.

PHA — E aquele famoso editorial “Choque de Capitalismo”, que era como se

fosse o roteiro para o Covas ser candidato a presidente com a benção do Roberto Marinho. Foi o Jorge Serpa quem escreveu?

Senhor Y — O Serpa escrevia muitos editoriais d'*O Globo*. Do jeito que o Roberto mandava.

PHA — Mas, como foi a repercussão daquele editorial?

Senhor Y — Enorme! Era aquilo mesmo. Aquele era o capitalismo apropriado. Com um choque.

PHA — E a edição do debate?

Senhor Y — Debate? Não me lembro de nenhum debate.

PHA — Do debate do Collor com o Lula na véspera da eleição do segundo turno.

Senhor Y — Você quer saber se o Roberto interferiu?

PHA — Sim!

Senhor Y — Você acha que aquilo seria feito sem que o Roberto quisesse? Não seria daquela forma se ele não quisesse.

PHA — E do FHC?

Senhor Y — Ele gostava, o Fernando Henrique era muito atencioso. Mas o Roberto se divertia muito com a vaidade dele.

PHA — E o Sarney?

Senhor Y — O Sarney era muito atencioso com o Roberto. Muito gentil.

PHA — O Itamar?

Senhor Y — Um ingênuo!

PHA — E o Brizola?

Senhor Y — Eram adversários. Mas o Roberto o respeitava.

PHA — E o Delfim, que ajudou tanto a Globo, nas horas mais difíceis?

Senhor Y - Grande amizade. Uma simpatia!

PHA — E o Carlos Lacerda?

Senhor Y — O rompimento foi completo!

PHA — Se fosse vivo, o Roberto Marinho seria capaz de fazer um acordo com o Lula, diante das seguidas vitórias do PT?

Senhor Y — Com o Lula não dava conversa.

PHA — E com a Dilma?

Senhor Y — Com a Dilma, com a Dilma, com a Dilma dava conversa.

PHA — E ele estaria satisfeito com a tevê, o jornal?

Senhor Y — Com a tevê, sim! A tevê ele ia achar que está se saindo bem. Porque é a mesma TV do Boni. O resto é o resto.

PHA — E o jornal?

Senhor Y — O jornal ele mudaria 100%!

PHA — Por quê? Tá tudo errado?

Senhor Y — *O Globo* não tem editorial. Não tem posição. Não tem personalidade. Porque com o Roberto Marinho a opinião era a do Roberto Marinho. O jornal se pautava pelo que o Roberto Marinho pensava. Ele não delegava nada. Vê se você me entende. Pode um repórter ou um colunista ter opinião pelo dono do jornal?

PHA — O senhor se refere ao Merval, à Miriam Leitão?

Senhor Y — *O Globo* hoje é dos colunistas. E eles ainda têm retrato! *O Globo* tem muita opinião e não tem opinião. Cada repórter escreve o seu jornal. São vários Globos. De muitos donos. O jornal entregou a opinião aos empregados! Esse é o anti-Roberto Marinho.

Depois dessa conversa com o Senhor Y, procurei um amigo que, em 1990, trabalhou na campanha a governador de São Paulo de Mário Covas.

Covas ficou em terceiro lugar, atrás de Paulo Maluf e Fleury Filho e, no segundo turno, elegeu-se Fleury.

E Covas contou a este amigo o que se passou, de fato, com o “Choque de Capitalismo!”.

Foi um discurso, e não um editorial d’*O Globo*.

Eis o relato desse meu amigo:

Conheci bem os tucanos dessa época, por dentro.

Fernando Henrique, Covas e o Serra, sempre no papel de Iago.

Covas era uma pessoa de difícil trato, mas me confiou essa história.

O PSDB, recém-criado, acreditava que, na campanha presidencial de 1989, poderia ser uma “terceira onda”.

Que o eleitorado poderia evitar a opção Collor *vs* “Brizula”. Brizola ou Lula.

Sabia-se que o dr. Roberto estava desconfortável com o Collor.

Então, o Jorge Serpa — claro, em nome do dr. Roberto — articulou a redação do discurso que Covas faria no Senado para dar o rumo “terceiro onda” à sua candidatura — um rumo que o dr. Roberto poderia endossar.

Foi uma redação a várias mãos.

O Fernando Henrique e o Serra deram seus palpites.

A combinação é que o Covas reassumiria a cadeira no Senado por um dia, faria o discurso, e o *Jornal Nacional* do dia daria bastante destaque.

No dia seguinte, *O Globo* e o Estadão — na esteira do *Jornal Nacional* —

chamariam na primeira página.

Convocaram o Serpa — dr. Roberto — para ler o texto final.

O Serpa não gostou: faltava o que em jornalismo se chama de *lead* — o que vem em cima, a cabeça, a manchete, o título.

Como sair no *Jornal Nacional* sem *lead*? teria perguntado o Serpa.

E aí o Serpa enxertou a expressão “choque de capitalismo”.

No dia seguinte, 29 de junho de 1989, o título do alto, à esquerda, na primeira página d’*O Globo* era: “Covas dará ‘choque de capitalismo’ se for eleito”.

“O Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios […]. O Estado brasileiro cresceu demasiadamente como produtor direto de bens, atrofiando-se das funções típicas de governo. Vamos privatizar com seriedade e não apenas na retórica.”

Pode-se dizer, portanto, que Jorge Serpa é o verdadeiro autor intelectual do programa do PSDB! Depois, do programa de governo do Fernando Henrique. Serpa, não! O dr. Roberto.

Como se sabe, Covas não foi a lugar nenhum, com choque ou sem choque. Ficou em quarto lugar, atrás de Collor, Lula e Brizola.[5]

O dr. Roberto saiu às pressas, pegou o bonde já em movimento, mas deu tempo de ser convidado para a posse do Collor.

Mas se Covas não deu em nada, depois de Collor e de Itamar, o PSDB afinal chegaria lá com FHC. Ou seja, com o dr. Roberto. Sobre isso, reproduzo a seguir a síntese de uma de muitas conversas com o sábio Fernando Lyra, ministro da Justiça de Tancredo e Sarney (Lyra ajudou a construir a candidatura de Tancredo à presidência).

Ele preferia conversar comigo sob a proteção de pseudônimos. Uma hora era “Oráculo de Delfos”, outra, “Tirésias, o profeta” e por aí ia. Desta feita, falamos sobre o primeiro ministério Dilma e a “refundação” do PSDB, por Aécio Neves.

Fernando morreu em fevereiro de 2013. E perdeu a proteção do pseudônimo:

— Tirésias, e o Ministério da Dilma, hein? Não podia ser melhor.

— Não podia ser pior, diz ele, de mau humor.

— Mas, pera aí, Tirésias, o [Fernando] Haddad ficar [na Educação] foi bom.

— Não, aí você tem razão. Mas para um Haddad tem um Jobim.

— Esse [Nelson] Jobim é inexplicável, Tirésias.

— E o pior é que ele é um nada. Não entende nada de militar ou avião. Não tem um voto. Não tem densidade política. Não representa ninguém. Nem jurista ele é.

— Mas, o que foi isso, Tirésias? Como os astros e as vísceras das ovelhas explicam esse ministério?

— Meu filho, não tem víscera nenhuma. É que a Dilma não tinha como dizer "não" ao Lula. Só isso.

— E o PSDB, Tirésias? Você acha que o Aécio vai conseguir refundar o PSDB?

— O PSDB é irrefundável.

— "Irrefundável?", pergunto estarrecido. Você virou o Magri?

— É isso mesmo: depois do imexível, irrefundável.

— Mas, por que não refundar o PSDB em novas bases?

— Que bases?

— Novas bases, novas lideranças, novas articulações com a sociedade.

— Não perca o seu tempo — diz Tirésias com ênfase. — Você sabe como nasceu o PSDB?

— Ora, eles fundaram o PSDB para fugir do Quércia no PMDB de São Paulo.

— Papo furado. Vou te contar o que eu ouvi.

— De quem?

— Ouvi de quem foi testemunha do parto do PSDB. Para você ver que o PSDB nasceu sem base, sem articulação — o PSDB é produto da mídia.

— Do PiG.

— É, PiG, como você diz.

— Mas, e como nasceu o PSDB?

— Governo Sarney. Era preciso arrumar um candidato de oposição ao Sarney. O PMDB já estava bichado. Tinha que ser coisa nova.

— E aí uma pessoa, minha amiga, procurou o Covas. Mas o Covas disse que não ia sair do PMDB. Porque no PMDB ele realizaria o único sonho da vida dele que era ser governador de São Paulo.

— E aí, o que esse teu amigo fez?[6]

— Procurou — foi o que ele me disse — o Jorge Serpa.

— Aquele amigão do peito do Roberto Marinho.

— Exatamente.

— E o que o Serpa tinha a ver com isso?

— Ele, não, meu filho. O negócio era o Roberto Marinho.

— Quer dizer que o Roberto Marinho é o verdadeiro pai do PSDB? Não é o Ali Kamel?

— Calma, chegamos lá.

— E aí?

— Aí esse meu amigo [ou seja, Fernando] diz que levou o estatuto do novo partido ao Jorge Serpa. O Serpa achou ótimo.

— E se Serpa gostou, meio caminho andado — o dr. Roberto poderia gostar.

— Exatamente.

— E como o dr. Roberto entra na jogada?

— Aí, esse meu amigo [Fernando] procura o Fernando Henrique para ser o candidato a presidente dessa oposição.

— E ele topou na hora!

— Sim, claro! Mas, surgiu um problema: o Collor queria ser vice, mas do Covas.

— Mas, o Covas não queria.

— Pois é, não queria. Mas, acabou querendo, lembra o Tirésias.

— É verdade, ele acabou candidato a presidente.

— Sim. Ele, o Ulysses, o Brizola, o Lula — e o Collor.

— E o Collor ganhou deles todos. O que mostra que esse meu amigo [ele próprio, Fernando] também se estrumbicou.

— Mas, como foi a conversa desse teu amigo [Fernando] com o dr. Roberto?

— Ah, sim! O amigo [Fernando Lyra] foi lá na Globo com o Fernando Henrique e o Jorge Serpa. Explicou tudo, falou do estatuto que o Jorge Serpa tinha aprovado, falou, falou, disse até que já tinha um símbolo, o tucano. Explicou, explicou.

— E o dr. Roberto?

— O dr. Roberto gostou de tudo e deu parabéns ao meu amigo: com você eu vou.

— Aí, foi uma surpresa geral: o dr. Roberto pensou que o candidato era o meu amigo [Fernando Lyra].

— O teu amigo? E como sair dessa?

— Aí, o meu amigo explicou com muito cuidado, cheio de dedos, para não demonstrar que o dr. Roberto não tinha entendido nada. E disse: não, dr. Roberto, o candidato é o Fernando Henrique.

— E o que disse o dr. Roberto?

— Não, esse eu não quero. Ele é comunista! Na frente do Fernando Henrique.

A seguir, outros exemplos de como Roberto Marinho governava o Brasil.

Como correspondente da Globo em Nova York, eu frequentemente cedia a sala ao principal lobista da Globo em Brasília, o ex-publicitário Evandro Guimarães, criador do *Globo Rural*.

A mulher de Evandro, Márcia, tratava ali de um câncer e ele procurava não interromper suas atividades.

Testemunhei Evandro ligar para a secretária e mandá-la enviar aos deputados federais Roberto Campos e Francisco Dornelles dois projetos de lei — já redigidos — de interesse da "casa".

Em outra ocasião, cheguei à Globo, no Rio, logo depois do almoço. Em casa, tinha lido nos jornais severa declaração do economista Sebastião Marcos Vital, um dos principais assessores do ministro da Fazenda Francisco Dornelles, contra os bancos: "eles só querem saber de juros!".

Liguei para Dornelles. Aquilo era nitroglicerina pura.

"O Sebastião vai cair?"

"Não há a menor possibilidade", disse o ministro. "Siga em frente, pode esquecer essa declaração. É como se não existisse".

Ao chegar à Globo, soube que Roberto Marinho queria me ver, pessoalmente. Recebeu-me com a pergunta: "você viu a declaração desse menino que trabalha com o Dornelles?".

"Claro. E já sei que o Dornelles vai mantê-lo."

Enquanto eu reproduzia a conversa com o ministro, Marinho, calado, futucava as

unhas. Quando acabei, ele disse:

“Vá lá embaixo e mande fazer uma edição extra do *Jornal Nacional* para anunciar a demissão dele”.

“Como?”

“O presidente da República acaba de me informar.”

Num terceiro episódio, assim que foi eleito, Tancredo aceitou engolir do dr. Ulysses uma comissão de altíssimo nível para formular o programa econômico. Ulysses empurrou também o líder da comissão: José Serra. Era para Serra ser o ministro da Fazenda de Tancredo. Lugar que agora já era do Dornelles.

Tancredo mandou Dornelles nomear um Secretário Geral para a Comissão. Dornelles nomeou Sebastião Vital.

“Qual será a função do Sebastião?”, perguntei a Dornelles.

“Desfazer o que o Serra fizer”, respondeu Dornelles.

“Por quê?”

“Porque o Tancredo acha o Serra um comunista.”

“E o que ele acha do Fernando Henrique, já que os dois são a corda e a caçamba? Também acha ele comunista?”

“Também. E nesse rapaz”, dizia o Tancredo, “o Fernando Henrique, não se pode confiar”.[7]

1

O Otto era o *ghost writer* do dr. Roberto. E o Otto detestava a função. Tanto que só escrevia à ultima hora, quando não tinha alternativa e era obrigado a preparar aqueles discursos para o dr. Roberto receber a “Ordem da Malta de Madureira”. O Otto não levava a Globo muito a sério. Seus discursos — e os editoriais de Jorge Serpa — levaram Roberto Marinho à Academia Brasileira de Letras (que, depois, corrigiu a falha e elegeu o Otto, também).

2

Aqui, o Senhor Y comete uma imprecisão. Tancredo morreu em 1985 e a Constituição é de 1988. Ou Tancredo já imaginava o que seria a Constituição de 1988, ou quem não governaria com aquela “merda” seria o Senhor Y. Ou, quem sabe, o Roberto Marinho (alguns historiadores brasileiros, entre eles Luiz Felipe de Alencastro, acreditam, de fato, que o “parlamentarismo” é uma excrescência na Constituição de 1988).

3

Houve dois plebiscitos no Brasil: em 1963 e em 1993. Nos dois, o “presidencialismo” derrotou amplamente o “parlamentarismo”.

4

A primeira novela da Globo foi *O ébrio*, de José Castellar, em 1965. Um fracasso. A primeira do Boni, em 1967, foi *Anastácia, a mulher sem destino*, com roteiro de Janete Clair. Um sucesso.

5

Entre as muitas frases que solta e, depois, finge que desmente, Delfim Netto disse, certa feita, sobre o PSDB: “O PSDB morreu quando o Sérgio Motta morreu e levou a senha do cofre para o túmulo”. O Serjão morreu em 1998.

6

“Amigo” coisa nenhuma. Fernando procurava despistar até a mim. Na verdade, quem procurou o Jorge Serpa para criar um partido que vencesse a sucessão do Sarney foi ele mesmo, Fernando Lyra.

7

Por insistência de Ulysses, Tancredo nomeou Fernando Henrique “Ministro das Negociações Especialíssimas com o Congresso”. Não deveria dar direito nem a carro com motorista.

«O maior assaltante de bancos do Brasil»

“Como é que a Globo fez o Projac” [Projeto Jacarepaguá], sua central de produções e dramaturgia, a segunda da América Latina (só perde para a da TV Azteca, no México)? Como é que o Roberto Marinho construiu o Projac?

Com esse título, em 02 de abril de 2015, eu assinei no *Conversa Afiada* um singelo texto:

*Com o santo, imaculado dinheirinho do Banerj, o banco estadual do Rio, no governo Chagas Freitas (de 1970 a 1975, governador da Guanabara, e de 1979 a 1983, governador do Rio, sempre eleito de forma indireta em aliança com os militares; e com o apoio d’*O Globo *e do* Jornal do Brasil*, os maiores eleitores do Rio).*

E quem era diretor do Banerj? O Miguel Pires Gonçalves, filho do general Pires Gonçalves, aquele que deu o golpe de Estado que botou o Sarney no lugar do Ulysses Guimarães, na doença do dr. Tancredo. E onde foi trabalhar o Miguel, depois da operação? Foi ser diretor-tesoureiro da Rede Globo. O Miguel tem a resposta…

O dr. Roberto não era como os filhos. O dr. Roberto não abandonava os amigos na beira da estrada, como os filhos abandonaram o ACM.

A propósito, Paulo Nogueira, no jornal digital *Diário do Centro do Mundo*, no mesmo dia 2 de abril, escreveu:

Cada tijolo da Globo é, de alguma forma, produto de verbas oficiais — e mais incontáveis mamatas e privilégios que a empresa ganhou na ditadura militar e preservou intactos, numa aberração, nestes anos todos de democracia restabelecida. Um macaco teria erguido um império nas condições dadas a Roberto Marinho pela ditadura em troca de apoio político.

Num perfil sobre Roberto Marinho, o acadêmico Gabriel Collares Barbosa, da UFRJ, fala com minúcias do Projac:

Outro fato que merece registro se refere a construção do Projac. Com 1.300.000 m², o Projac, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, é o maior centro de produção da América Latina e foi projetado para abrigar superestúdios, módulos de produção e galpões de acervo.

Ao todo são quatro estúdios, de 1000 m² cada, fábrica de cenários, figurinos, cidades cenográficas, centro de pós-produção e administração.

O que não é dito à população é que o Projac foi construído em uma área reservada pelo governo do Rio de Janeiro para a construção de casas populares.

Roberto Marinho humildemente solicitou à prefeitura [provavelmente a Chagas Freitas, "governador da Guanabara"] uma autorização para construir sua "casinha" popular. Com a autorização em mãos, Roberto Marinho indevidamente começou a construção do Projac utilizando recursos levantados em empréstimos com a Caixa Econômica Federal para pagamento em dez anos.

Podemos especular que a quitação do débito foi pago com propaganda da CEF na Rede Globo.

Uma ação popular exigindo a devolução desse dinheiro foi impetrada na Justiça, pois a Caixa Econômica é acusada de ter feito uma operação fora da rotina, com juros abaixo do mercado.

A maneira como a Globo se serviu de bancos públicos foi imortalizada, em 1983, pelo *O Pasquim*. *O Pasquim* noticiou dois empréstimos a juros maternais que a Globo conseguiu com o Banerj, o Banco do Estado do Rio de Janeiro. *O Pasquim* mostrou que a Globo ganharia um dinheiro considerável caso simplesmente pegasse o dinheiro dos empréstimos e o aplicasse no próprio Banerj. Roberto Marinho foi chamado, pelo *O Pasquim*, de "o maior assaltante de bancos do Brasil".

Plano Collor — *e non è morto?*

Apesar de toda a ajuda recebida, Collor não queria depender de Marinho, como havia feito Sarney. Enquanto aguardava a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, numa sala reservada da ONU, em Nova York, pouco depois de empossado, Collor me disse exatamente que não iria comer pela mão de Roberto Marinho, porque não era José Sarney.

Para isso, encorajou o empresário e deputado José Carlos Martinez a "nacionalizar" sua rede de televisão. Tratava-se de uma rede nanica, de alcance restrito ao estado do Paraná, que passou a crescer já em 1990, primeiro ano do governo Collor. Martinez começou a carreira política no PDS (ex-Arena, partido de sustentação do regime militar). Com PC Farias, foi tesoureiro da campanha de Fernando Collor à presidência. Na época, presidia o PRN do Paraná. Na CPI que ajudou a derrubar Collor, foi acusado de ter recebido mais de 8 milhões de dólares de PC Farias, por meio de contas fantasmas, para comprar a emissora carioca TV Corcovado (canal 9 VHF, que era do SBT).

Sob o nome Rádio e Televisão OM Ltda., a empresa de Martinez começou a se expandir para o interior do Paraná e a abrir estações em outros estados. Em fevereiro de 1992, adquiriu espaços na grade de programação da TV Gazeta, de São Paulo, o que garantiu sua entrada no maior mercado do país. Assim, em março daquele ano, entrava no ar a OM (Organizações Martinez), a primeira rede nacional sediada fora do eixo Rio—São Paulo. A programação, produzida e gerada em Curitiba, era retransmitida por dez emissoras nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Brasília.[1]

A rede OM hoje se chama CNT (Central Nacional de Televisão) e, na verdade, nunca chegou a ameaçar a Rede Globo. No entanto, quando se fundou, contratou o locutor Galvão Bueno, que dirigiu o jornalismo esportivo da OM durante um ano.

Collor tomou posse na quinta, dia 15.

Manchete do *Jornal do Brasil* do sábado, 17 de março de 1990: "Reforma de *Collor* faz *terremoto* na economia".

Lançou o “Plano Collor”, nacionalmente conhecido como “o confisco da poupança” — o que não era, até o limite de 50 mil cruzados novos… — no dia seguinte, através da Medida Provisória 168, convertida em Lei em 12 de abril.[2]

A forma de lançar já prenunciava a intensidade do sismo.

Era praticamente impossível explicar o que se passava no Brasil.

No dia do lançamento, sexta-feira, no fim da tarde, Zélia Cardoso de Mello, ministra da recém-criada pasta da economia, que englobava tudo — Receita Federal, Tesouro, Patrimônio da União — reuniu alguns jornalistas para um *briefing off the records* sobre o Plano que ela anunciaria em seguida, em rede de televisão.

Anotei os pontos principais e tirei minhas dúvidas idem:

O salário de fevereiro, ok.

O aumento de salário ficará maior do que os preços que vigoravam no dia 1º de março.

“As empresas aguentam?”, perguntei.

“Não tem congelamento da poupança”, ela assegurou (cabe lembrar que, na campanha, Collor acusou Lula de ser capaz de confiscar a poupança).

“Não haverá congelamento!”, disse a ministra.

Não haverá congelamento de preços como no Plano Cruzado.

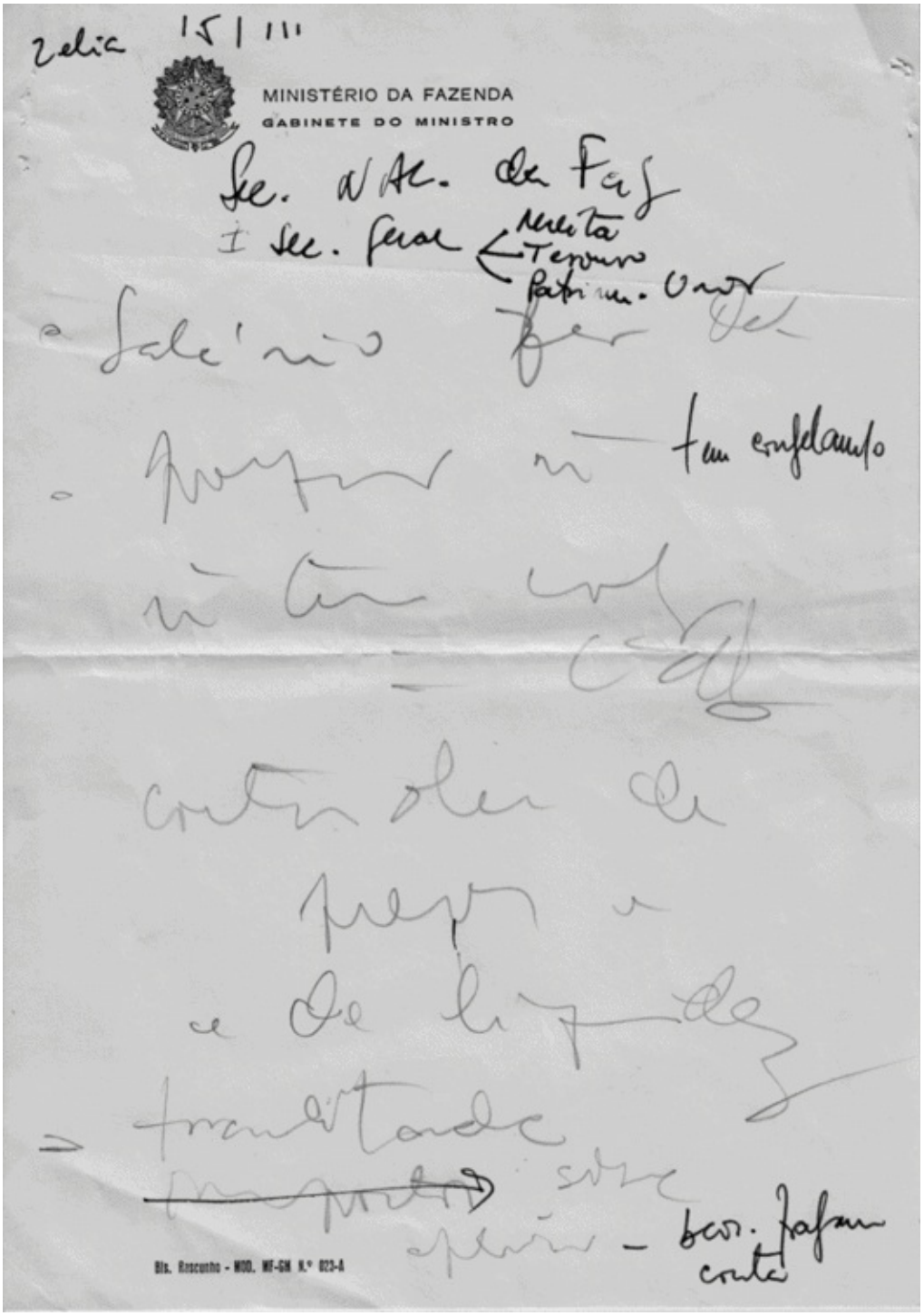
Haverá, sim, controle de preços e de liquidez.

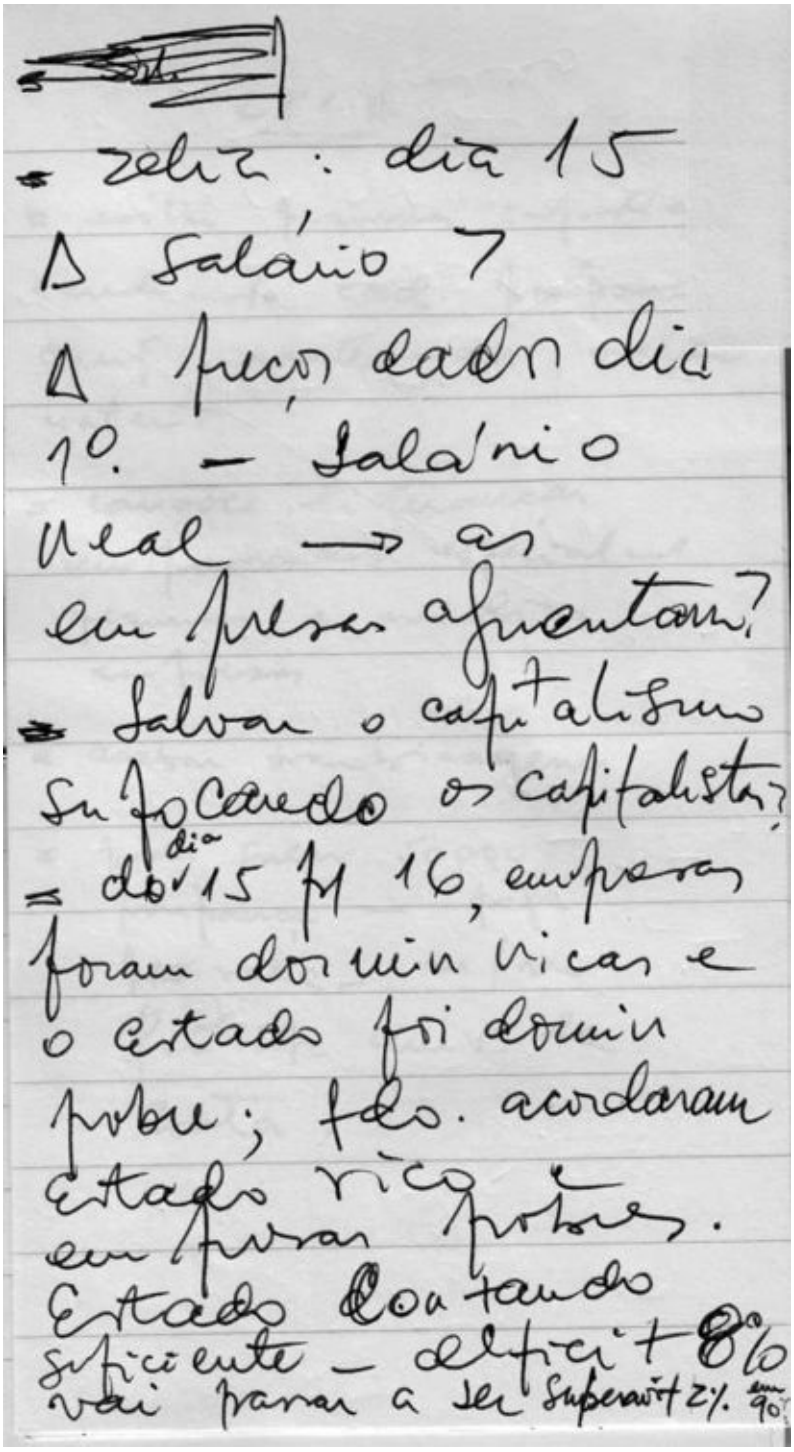
Haverá uma “traulitada” [é o que está na anotação] de impostos sobre aplicações — os bancos pagam a conta.

“Salvar o capitalismo sufocando os capitalistas”.

“Do dia 15 para o dia 16, empresas foram dormir ricas e o Estado foi dormir pobre; quando acordaram, o Estado estava rico e as empresas pobres.”

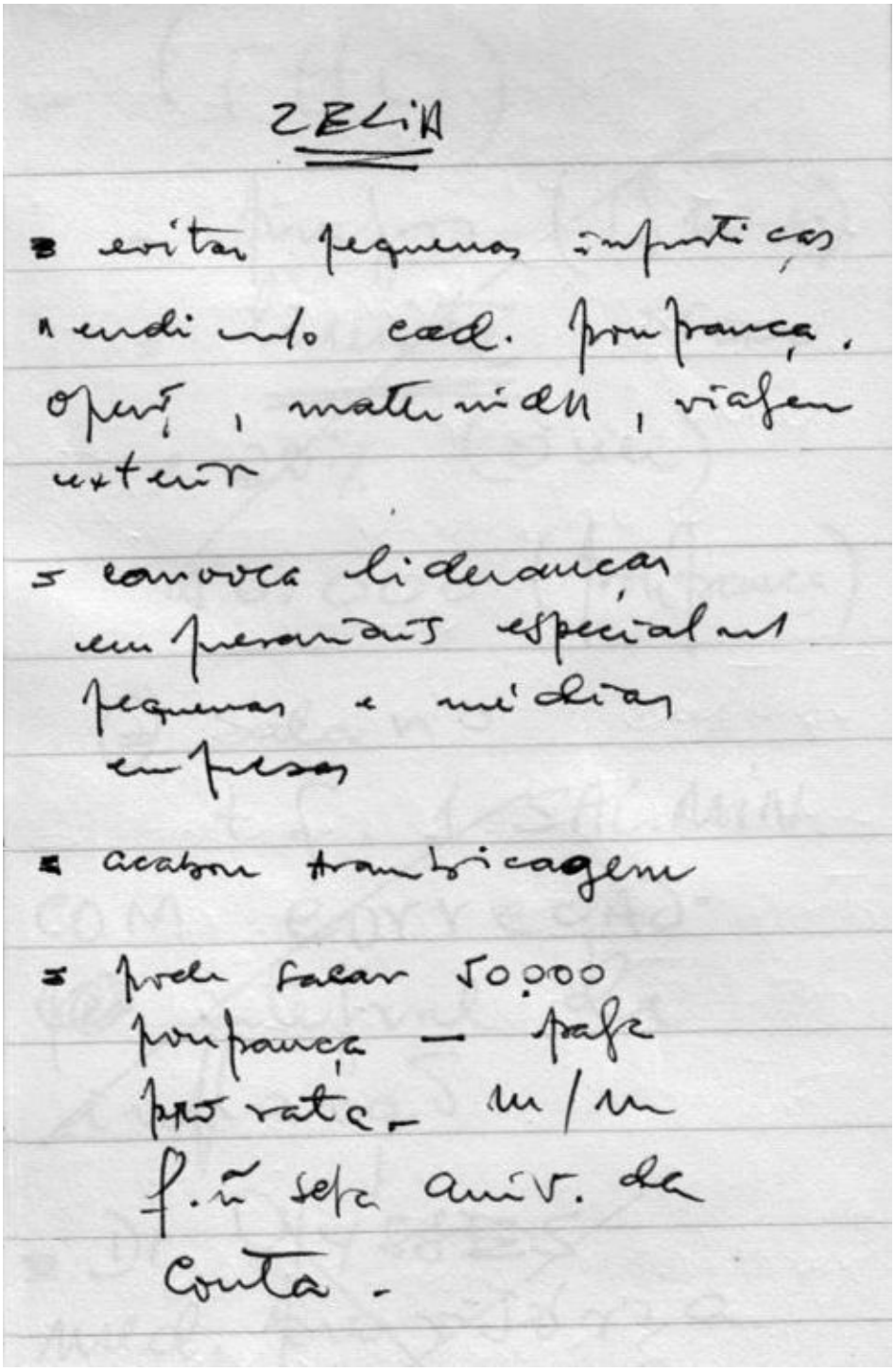
A ministra disse: “acabou a trambicagem”.





“Poupança não tem congelamento.”

“Salvar o capitalismo sufocando os capitalistas.”


ZÉLIA

- evitar pequenas importações
- rendimento cad. poupança, open, maternidade, viagem exterior
- convoca lideranças empresariais especialmente pequenas e médias empresas
- acabou trambicagem
- pode sacar 50.000 poupança — pago pro rata — m/m f. não seja aniv. da conta.

"Acabou a trambicagem."

Fui para a redação da Globo em Brasília e mostrei as anotações ao chefe de redação, Gilnei Rampazzo, que, ali, na hora, consultou o Rio e me mandou para o estúdio ler as anotações e "anunciar" o Plano.

Foi um programa também em forma de terremoto, improvisado, com perguntas por telefone e eu, sem ter condições de explicar exatamente o que o plano dizia, já que, como todos, eu ignorava detalhes essenciais.

A certa altura, Joelmir Betting, lívido, ao meu lado na bancada, perguntou o que ia acontecer com a casa que ele pretendia comprar em Campos do Jordão, em São Paulo.

origem do Plano

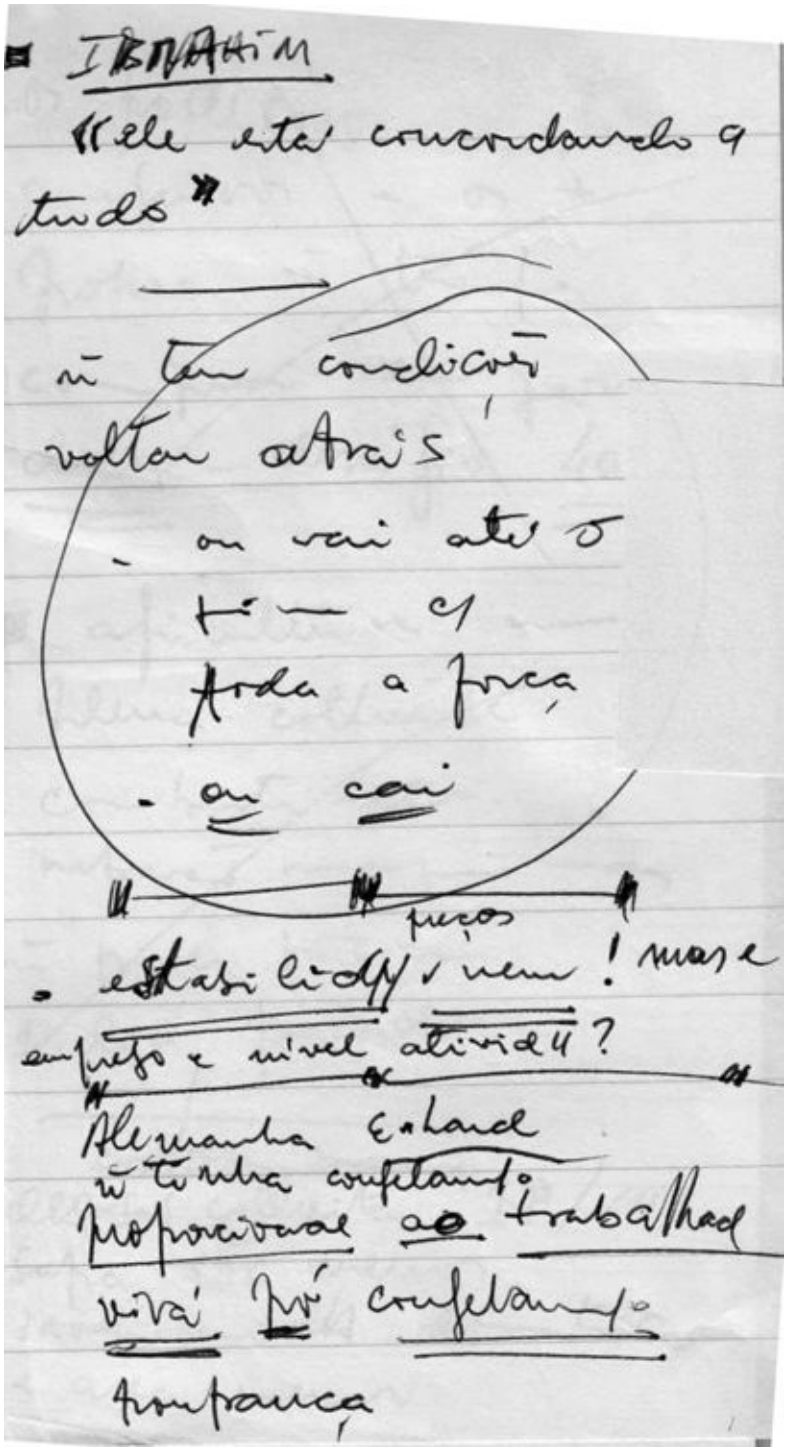
logo depois da eleição (1ª viagem férias)
FC — solução radical —
ou vai ou racha

usou toda a legitimidade:
"fui eleito 2 vezes"

tática como - fez campanha
e fez na cabeça nada feito do f. acabou fazendo
A. Kandir (Cruz Lula) entrou p/
time em janeiro
trabalho ideia de
contrair da hiperinflação
e 2 moedas + indexação (preços/salários)

I. Reis + então era
o calote da dívida interna

Zélia queria uma política
salarial + liberal já que
havia contido forte hiperinflação



“Ele queria uma solução radical.”

“Ou vai ou cai.”

Ele tinha depositado o dinheiro todo no banco, para dar a entrada no dia seguinte.

Eu disse, “Joelmir, acho que vou te dar uma má notícia”.

Ele só podia sacar 50 mil cruzados novos, o que não dava para comprar um quarto e sala em Campos do Jordão.

Mais tarde, Zélia me contou que ela e a equipe assistiram ao programa da Globo para, então, só depois, eles próprios anunciarem oficialmente em rede nacional.

Dois dias depois do lançamento, no domingo, Collor deu uma entrevista à Globo, no horário nobre, sem intervalo comercial, por algumas horas, ao Joelmir e a mim.

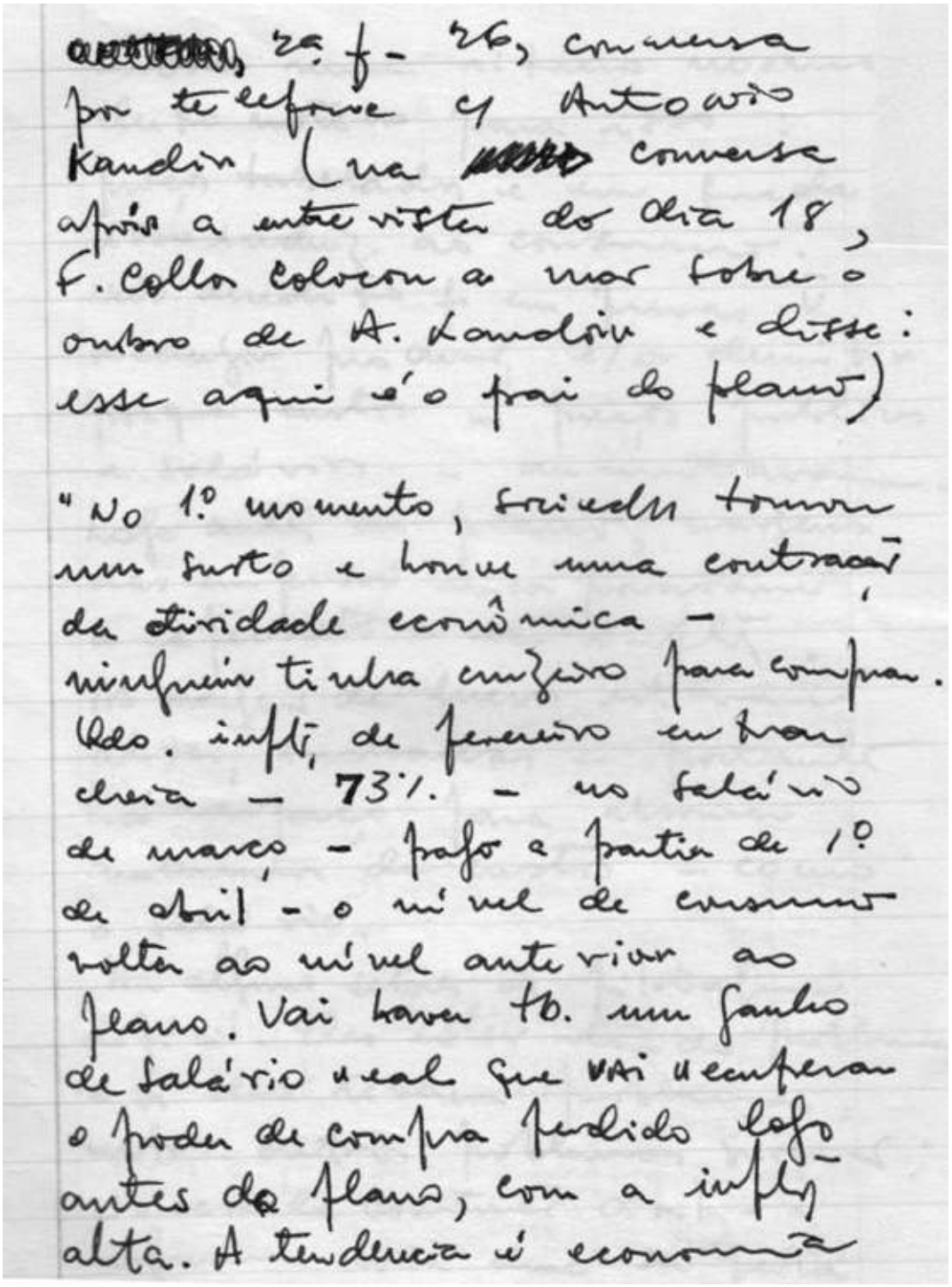
Na semana seguinte, numa notícia sobre o desdobramento das medidas, falei por telefone com a ministra e pedi que ela recebesse um repórter do *Jornal Nacional* para fazer um esclarecimento.

Ela disse: “é melhor você explicar, você explica melhor do que eu”.

O que não era propriamente um elogio.

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, confidenciou-me: “Ele [Collor] está concordando com tudo. Não tem condições de voltar atrás. Ou vai até o fim com toda a força, ou cai”.

Na segunda-feira, 26, mantive longa conversa com Antonio Kandir, “o pai do Plano”, segundo Collor.



2ª f - 26, conversa por telefone c/ Antonio Kandir (na [redacted] converse após a entrevista do dia 18, F. Collor colocou a mão sobre o ombro de A. Kandir e disse: esse aqui é o pai do plano)

"No 1º momento, [illegible] tomou um susto e houve uma contração da atividade econômica - ninguém tinha dinheiro para comprar. Vdo. inflação de fevereiro entrou cheia - 73%. - no salário de março - fato a partir de 1º de abril - o nível de consumo volta ao nível anterior ao plano. Vai haver 1 vo. um ganho de salário real que vai recuperar o poder de compra perdido logo antes do plano, com a inflação alta. A tendência é economia

"Os sonhos do 'pai do plano'."

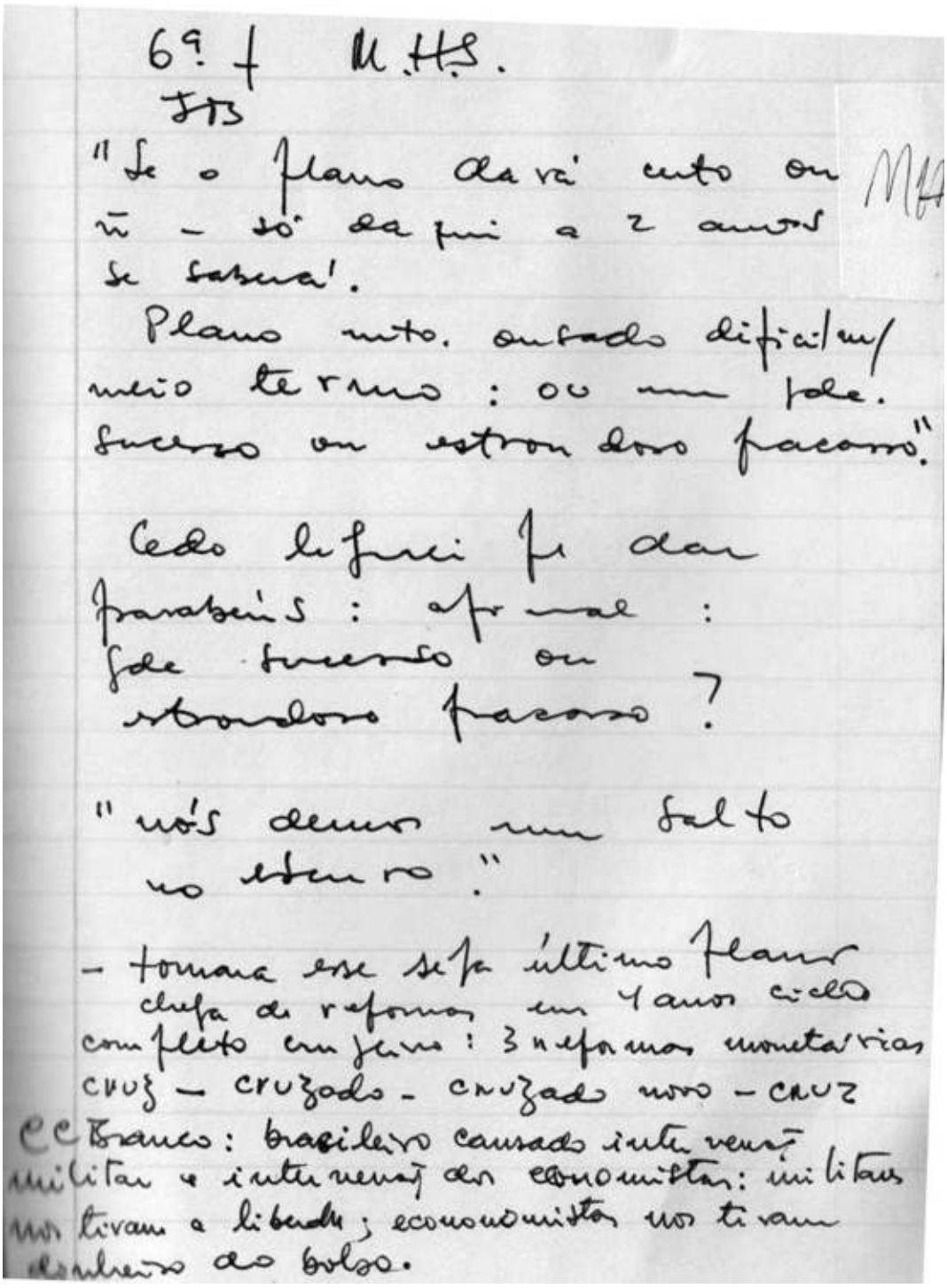
Kandir preferia o Mário Covas ou Lula, e entrou para a equipe de Collor em janeiro.

MHS nas anotações é Mário Henrique Simonsen, que Kandir cita.

Seguem-se anotações de conversas com Delfim Netto, Carlos Castello Branco, colunista político do *Jornal do Brasil*, e Simonsen.

Quem teria dito a Simonsen “demos um salto no escuro”?

E essa outra frase, do Castello, merece destaque: “o brasileiro está cansado de intervenção militar e intervenção de economistas. Os militares nos tiram a liberdade. E os economistas nos tiram dinheiro do bolso”.


6ª f M.H.S.

"Se o plano dará certo ou não – só daqui a 2 anos se saberá".

Plano muito ousado dificilmente meio termo: ou um sucesso ou estrondoso fracasso".

Cedo ligou p dar parabéns: afinal: foi sucesso ou estrondoso fracasso?

"nós demos um salto no escuro."

– tomara esse seja último plano cheio de reformas em 4 anos ciclo completo em geral: 3 reformas monetárias cruz – cruzado – cruzado novo – cruz

CC Branco: brasileiro cansado intervenção militar e intervenção dos economistas: militares nos tiram a liberdade; economistas nos tiram dinheiro do bolso.

"O que militares e economistas nos tiram."

Antes, uma explicação de ordem técnica e, quem sabe, ética.

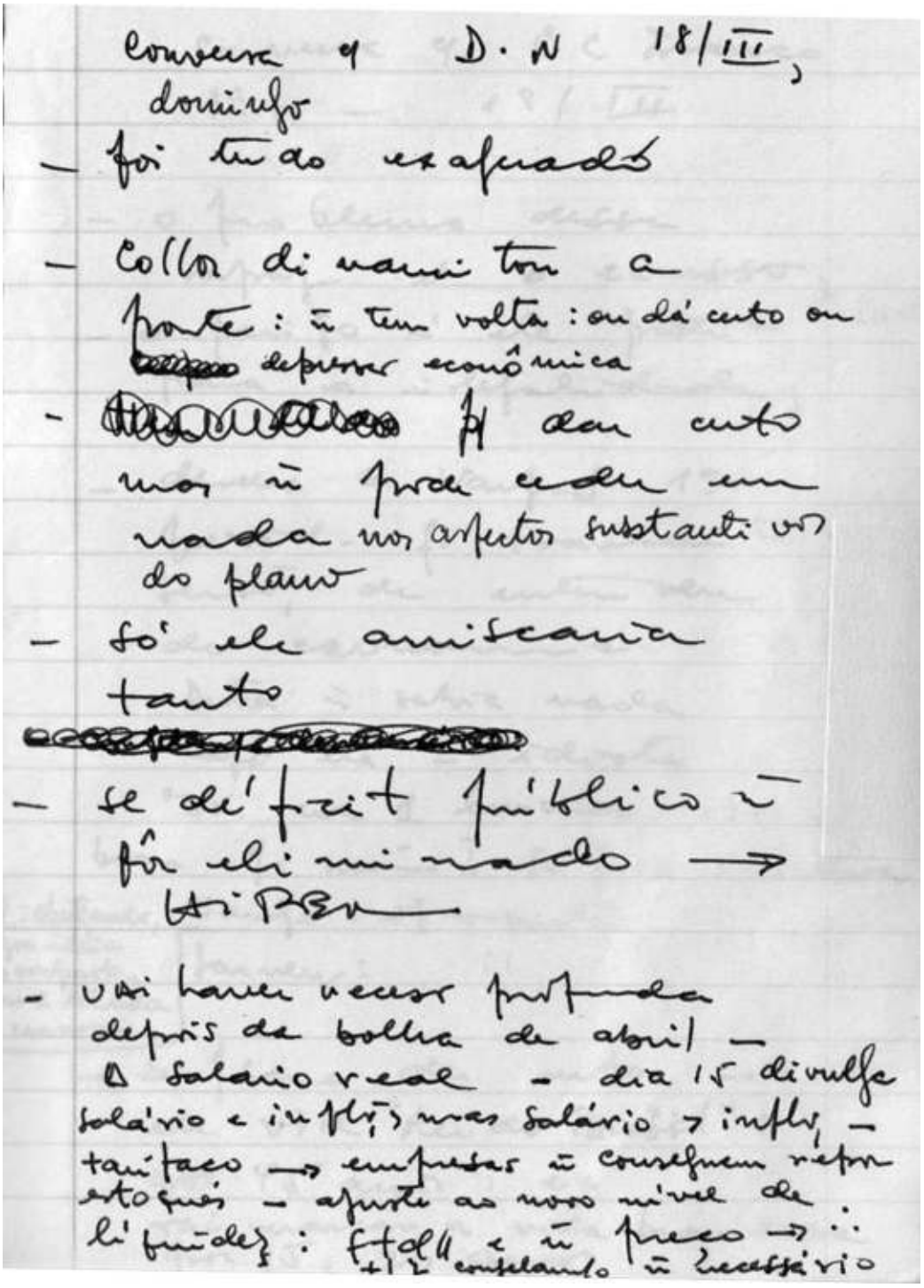
É sobre a fidelidade ao "off", à informação que não pode ser divulgada, porque é dada "fora das anotações" do repórter.

Teoricamente, o “off” deve ser respeitado.[3]

Conta-se que Katherine Graham, dona do *Washington Post*, recebia, todos os domingos, para um *brunch* em sua casa em Georgetown, presidentes, ministros, ministros da Suprema Corte, senadores, deputados, empresários. E chamava alguns de seus, poucos, repórteres. Um deles, uma vez, foi Bob Woodward, da dupla que cobriu o escândalo de Watergate. A regra do *brunch* — conhecida de personalidades e jornalistas — é que tudo era um *off*. Um dia, um ministro do Supremo confidenciou que, naquela semana, tomaria certa decisão. Quando foi embora, Graham chamou Bernstein e mandou ele ir atrás da informação do ministro da Suprema Corte. Bernstein perguntou: “mas, não é tudo em *off*?”. Ela respondeu: “e você acredita em *off*, meu filho?”.)

“Antônio Ermírio tomou no… com mais de 1 bilhão no *over*. O [Carlos Antônio] Rocca do Mappin tem 600 milhões, Rhodia, 400 milhões” [Delfim].

“Collor dinamitou a ponte. Não tem volta. Ou dá certo ou depressão econômica. Só ele arriscaria tanto” [Dílson Funaro].



“Não tem volta.”

No plano interno, o Plano. No plano externo, a dívida.

Collor ainda não tinha um ano no poder e decidiu ir à cerimônia de ascensão ao trono do Imperador Akihito do Japão. O objetivo, na verdade, era enfrentar a

parada que considerava mais dura para negociar a dívida externa: os japoneses.

Em 13 de novembro de 1990, às 17 h do dia seguinte à entronização do Imperador, Collor recebeu na suíte presidencial do suntuoso Imperial Hotel, em Tóquio, “o último xogum da sombra” da política japonesa: o ex-primeiro-ministro Noboru Takeshita, que, mesmo destituído num escândalo de corrupção na compra de aviões da Lockheed americana, continuava a mandar no PLD, o Partido Liberal Democrata que governava o Japão desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

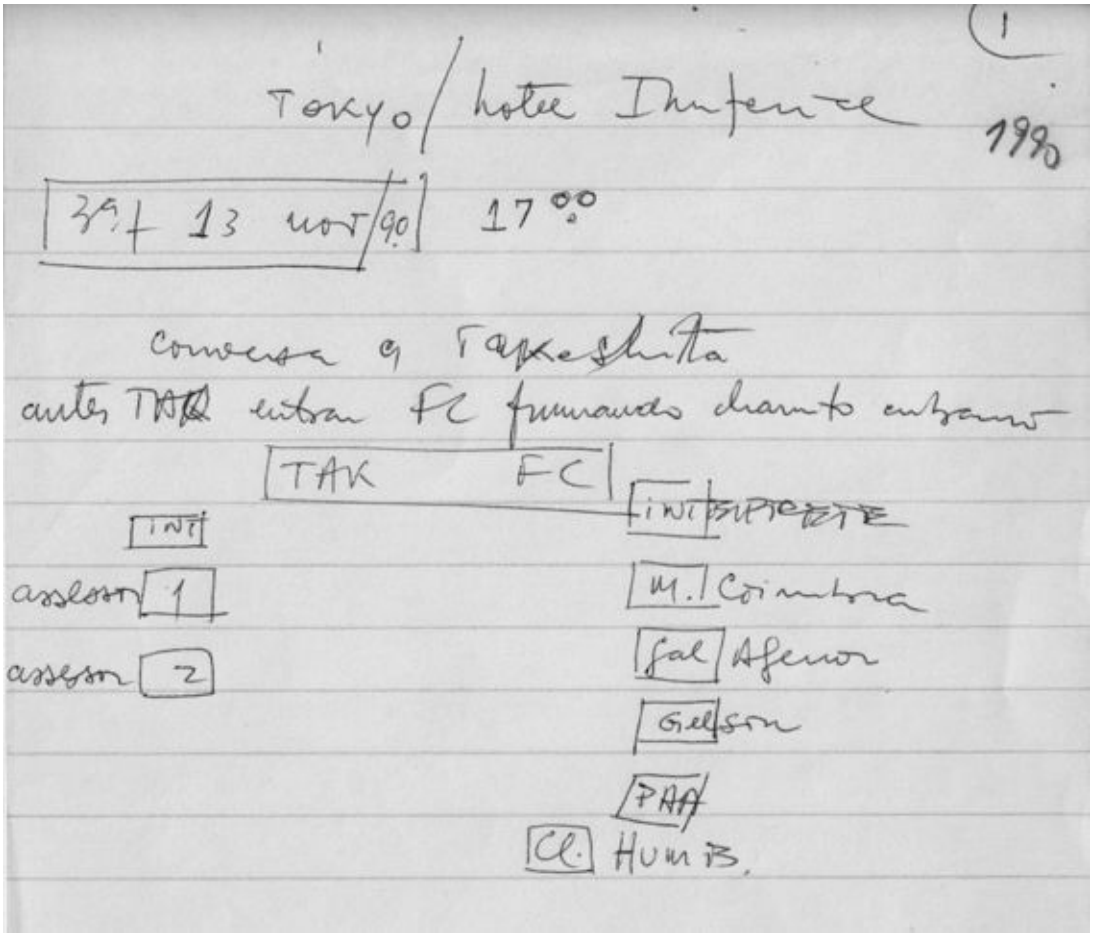
Collor me convidou para assistir à conversa, como se fosse da missão governamental. Eu estava ali para cobrir a viagem para a Globo. Dava quase no mesmo.

Eu me sentei entre o assessor de imprensa Cláudio Humberto e o diplomata Gelson Fonseca, assessor diplomático de Collor e redator de seus principais discursos. À frente, na mesma fila, à esquerda de Collor, o general Agenor de Carvalho, Chefe da Casa Militar, e o embaixador e cunhado de Collor, Marcos Antônio Coimbra, Secretário Geral da presidência.

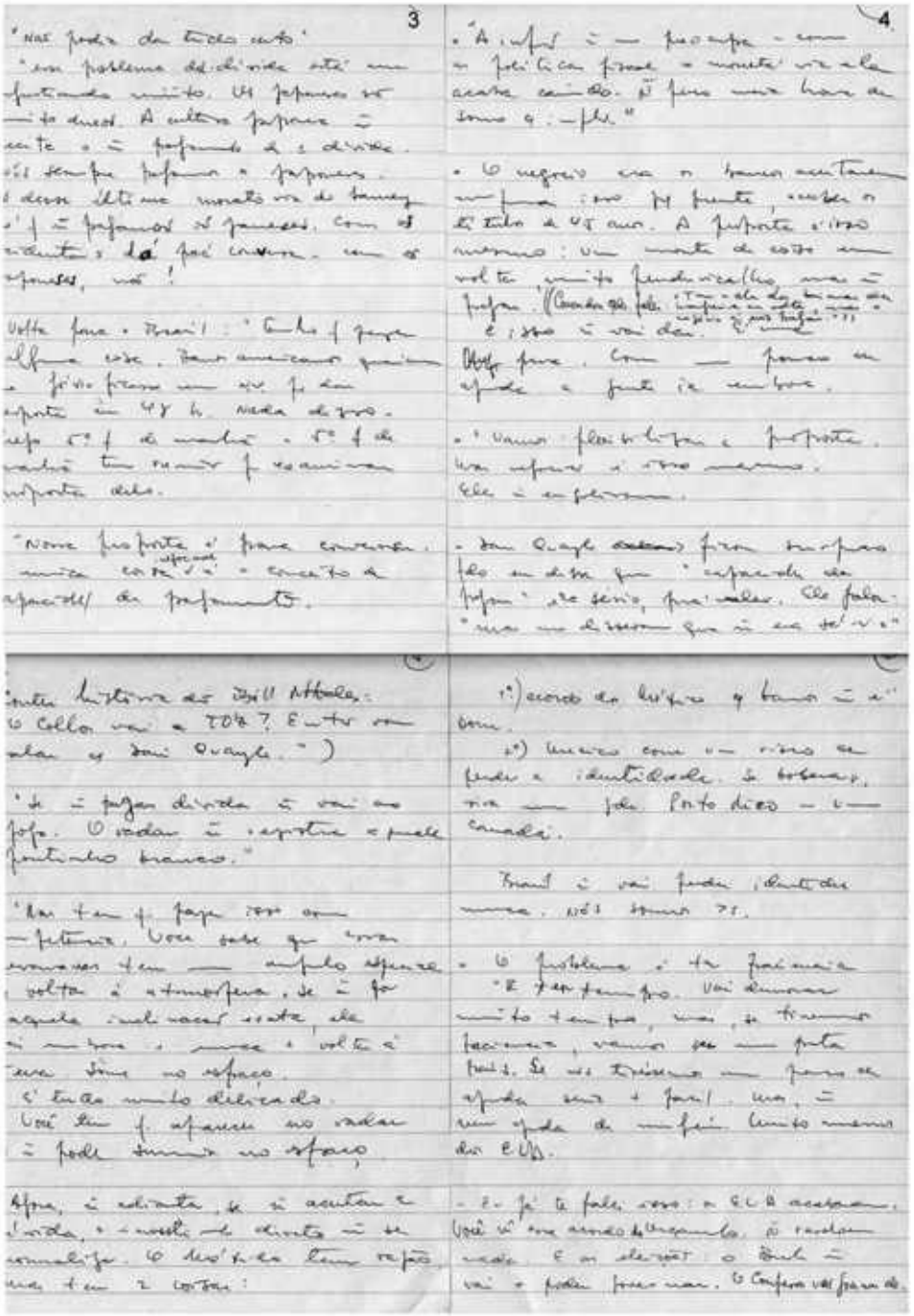
Foi uma conversa de surdos.

Collor pediu uma missão japonesa de “nível muito alto” para ir ao Brasil e apoio à ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, que iria brevemente ao Japão tratar da dívida externa.

Takeshita não disse que sim nem que não e, por três vezes, insistiu em que seria muito importante a ida de Collor, no dia seguinte, à Keindaren, a poderosa Associação das Indústrias do Japão.



“Uma conversa de surdos.”



Takeshita se despediu, Collor dispensou todos e pediu que eu e Cláudio Humberto permanecêssemos na sala.

“Não podia dar tudo certo”, diz Collor. E prosseguiu (enquanto eu anotava):

Esse problema da dívida está me angustiando muito. Os japoneses são muito duros. A cultura japonesa não aceita o não pagamento de uma dívida. Nós sempre pagamos os japoneses. Só nessa última moratória do Sarney é que não pagamos. Com os ocidentais, dá pra conversar, com os japoneses, não.

Eu tenho que fazer alguma coisa. Os bancos americanos queriam que o Jorio [Dauster, embaixador-chefe das negociações da dívida] ficasse em Nova York para dar uma resposta em 48 horas. Nada disso. Chego quinta-feira de manhã e quinta-feira de manhã tem reunião para examinar a proposta deles.

Nossa proposta é para conversar. Única coisa inegociável é o conceito "capacidade de pagamento".

O negócio era os bancos aceitarem empurrar isso para frente, receber os títulos de 45 anos. A proposta é isso mesmo: um monte de coisa em volta, um monte de penduricalho, mas não pagar… É uma pena. Com um pouco de ajuda a gente ia embora.

O Dan Quayle [vice-presidente americano que também tinha ido à cerimônia] ficou surpreso quando eu disse que "capacidade de pagar" era sério, para valer. Ele falou: "mas me disseram que não era sério".

Agora, se não acertar a dívida, o investimento direto não se normaliza. O México tem razão [em fazer o acordo com os bancos]. Mas, há duas coisas: 1º) o acordo do México com os bancos não é bom; 2º) o México corre um risco de perder a identidade. Se bobear, vira um Porto Rico, um Canadá.

O Brasil não vai perder a identidade. Nós somos maiores.

O problema é ter paciência. E ter tempo. Vai demorar muito tempo, mas se tivermos paciência, vamos ser um puta país. Se nós tivéssemos um pouco de ajuda será mais fácil. Mas, não vem ajuda de ninguém. Muito menos dos EUA.

Eu já te falei isso: os EUA acabaram. Você vê esse acordo do Orçamento. Não resolveu nada. E as eleições: o Bush [pai] não vai poder governar. O Congresso vai governar ele.

Com o fim da hegemonia EUA/URSS se abrem espaços novos. Não há mais um conglomerado de poder. Tudo vai depender de você conseguir montar uma boa base de apoio, uma plataforma.

Vai sair o mercado econômico sul-americano. Não temos saída: temos que nos especializar, quem faz melhor, vende. O trigo: a Argentina faz melhor, vamos comprar da Argentina. Aquilo ali embaixo (a América do Sul) tem que ficar tudo uma coisa só.

Você, os países tem que começar a partir de um grande bloco. E o nosso bloco é a América do Sul.

A minha relação com o Menem é de irmão para irmão. Nós vamos fazer um acordo militar em separado, vamos vender porta-aviões. Vamos fazer o diabo, mas vamos fazer ao mesmo tempo, senão os militares de lá e de cá ficam assustados.

Aquilo [o Brasil] é um grande país. Dá para ficar grande em pouco tempo. Mas é preciso ter paciência. E ter tempo. E vai ser o *Brasil*. O que ele é. Sem copiar ninguém. É um país que tem personalidade. E isso nós não vamos perder.

No dia seguinte, Collor foi à Keindaren.

Na saída, me puxou para entrar no elevador com Akio Morita fundador e dono da Sony:

“Morita-san, PHA é da TV Globo, *a very good client of Sony*.”

No térreo, expliquei a Morita que no dia seguinte ia à Sony fazer uma reportagem e gostaria muito de entrevistá-lo.

Morita-san foi muito gentil, me deu o telefone direto e pediu que ligasse, sem falta.

No dia seguinte, liguei e Morita-san não deu entrevista nenhuma.

Mandou conversar com um vice-presidente, que me explicou porque um CD tem 90’ de duração: para conter toda a “Nona Sinfonia” de Beethoven.

Collor deu uma longa entrevista antes de deixar Tóquio.

Foi na mesma linha do que tinha dito na Keindaren a uma plateia que não escondia a perplexidade.

O que o capital procura não é mais mão de obra barata. O que ele procura é mercado. Hoje, o que se procura é mercado consumidor. E o Brasil é um mercado potencialmente não desprezível. Para isso: melhorar a distribuição da renda, elevando o nível da população.

A relação do governo com os empresários é a mesma que a relação com qualquer setor. Não sou apenas presidente dos que me elegeram. Sou presidente de 150 milhões de brasileiros, aí compreendidos também os empresários. Com todos eles mantenho boas relações.

Agora, manter boas relações não significa aceitar passivamente toda crítica que nos seja feita. Aqui [mostra o braço] corre sangue. Aqui dentro há muita emoção, muito amor-próprio, muita vontade de dar uma resposta objetiva e clara aos ataques que nos são feitos.

Isso não deve ser um incômodo nas relações entre o presidente da República e quem quer que seja. O presidente da República é um democrata, eleito depois de 30 anos em que não havia eleição, preza as instituições democráticas e, sobretudo, o diálogo. Mas, preza também o respeito à autoridade e se, em algum instante, isso estiver ameaçado, há uma reação forte, vigorosa.

Hoje, no Brasil, sabem que existe um presidente da República. Um presidente da República que não costuma oferecer a outra face. Um presidente da República que não aceita que lhe pisem no pé. Um presidente da República que tem consciência da responsabilidade que lhe cabe. Um presidente da República que tem os olhos voltados para o futuro da Nação e daqueles desassistidos.

Os que quiserem ajudar na reconstrução nacional são muito bem-vindos. Não guardo mágoa, ressentimento, até porque isso seria impróprio para quem, aos 40 anos, pelo voto popular, teve a graça de Deus de presidir um país como o Brasil.

Agora, eu tenho o dever de levar adiante um programa de governo que foi aprovado nas urnas. Tenho o dever diante do povo brasileiro de lutar com todas as minhas forças para que o Brasil seja mais justo, mais fraterno e mais solidário. E é isso o que eu vou fazer.

Ou iria, não fosse o impeachment.

Menos de 24 horas antes do voto final do Senado que decidiu o destino do presidente Collor, uma estrela da televisão [Globo], de 22 anos, de uma beleza

convencional, Daniella Perez, foi encontrada morta com 16 facadas na calçada de uma rua de subúrbio do Rio. A notícia da morte de Daniella galvanizou a nação — ou pelo menos foi o que os jornais da televisão mostraram no dia seguinte. A parte substantiva dos telejornais [inclusive do *Jornal Nacional*] foi sobre a morte dela e não sobre a carta de renúncia do presidente da República [“*headlines screamed her name*” — “as manchetes gritavam o nome dela”].[4]

Como diz o Mino Carta, a jornalista americana não foi capaz de captar a “secreta essência” da política editorial do *Jornal Nacional*. Não se tratava, apenas, de valorizar a Globo e sua novela principal, de que Daniella e o assassino confesso, o namorado, faziam parte.

Essa mesma política editorial, sob a regência de Alberico de Souza Cruz, também extraiu o máximo de audiência da morte de Ayrton Sena, astro da Globo. A Globo transformou Ayrton Sena num herói nacional, nome de túneis e avenidas pelo país afora.

Nenhum país do mundo dá tanto destaque à corrida de F-1 quanto o Brasil, por causa da Globo. Mesmo depois que o Brasil deixou de ter um corredor competitivo — muitas vezes, provavelmente, por cláusula contratual, eram proibidos de ganhar —, a Globo continuava a impingir a F-1 a seu crescentemente reduzido público de aficionados.

O exagerado destaque dado à morte de uma atriz desconhecida, uma de quatro mil mortes por ano no Rio naquela altura, teve, sim, o objetivo de “esconder” a queda de um presidente que a Globo ajudou — muito — a eleger.

A queda de Collor era uma derrota da Globo, também.

E o assassinato e a “obsessão” brasileira por telenovelas permitiu dissimular o duplo fracasso.

Guillermoprieto, como a maioria dos correspondentes estrangeiros que pretendem “explicar” o Brasil, não importa sua origem, saem normalmente daqui “sem noção” — *they don’t have a clue*.

Um dia, numa reunião na FAO, em Roma, onde fui tratar de um documentário sobre a dívida externa brasileira para a ONU, conversei com uma senhora italiana, a secretária da reunião. Cabelos brancos, elegante, sorridente, perguntou:

— O senhor é o brasileiro?

— Sim.

— É verdade que o seu país teve um presidente muito bonito.

Silêncio.

— Que gostava de andar de jet ski.

— Ah, sim, sim, é verdade.

— É verdade que ele confiscou a poupança dos aposentados?

— Sim, é verdade.

— *E non è morto?*, ela perguntou.

---

1 Xavier, Ricardo. Op. cit., p. 251.

2 Os pontos principais do Plano Collor estão no “Anexo 7”.

3 Originalmente, nos Estados Unidos, “off” significa poder usar a informação sem citar a fonte. Quando a informação não pode ser usada, com ou sem a identificação da fonte, se diz “for background information”. Ou seja, “só para você ficar sabendo”, sem publicar.

4 Guillermoprieto, Alma. “Obsessed in Rio”. In: *New Yorker*, 16 de agosto de 1993 (reportagem que descreve capítulo sinistro da relação da Rede Globo com o governo Collor). Acessível em: <http://goo.gl/HixYCh>.

A implosão da bomba atômica brasileira

“Você é brasileiro? Temos que ter a bomba!”

Ouvi essa frase no Palácio do Planalto, no gabinete do chefe do SNI, general Ivan Mendes, em 4 de setembro de 1986, no governo Sarney. E prosseguiu:

Sempre dissemos que queríamos o ciclo completo. Questão de equilíbrio. Não podemos ter país vizinho com bomba, a Argentina. Eles já tem o buraco para fazer teste há mais de 10 anos.

A Marinha está na frente. Preocupados com propulsão, temos que ter submarinos nucleares.

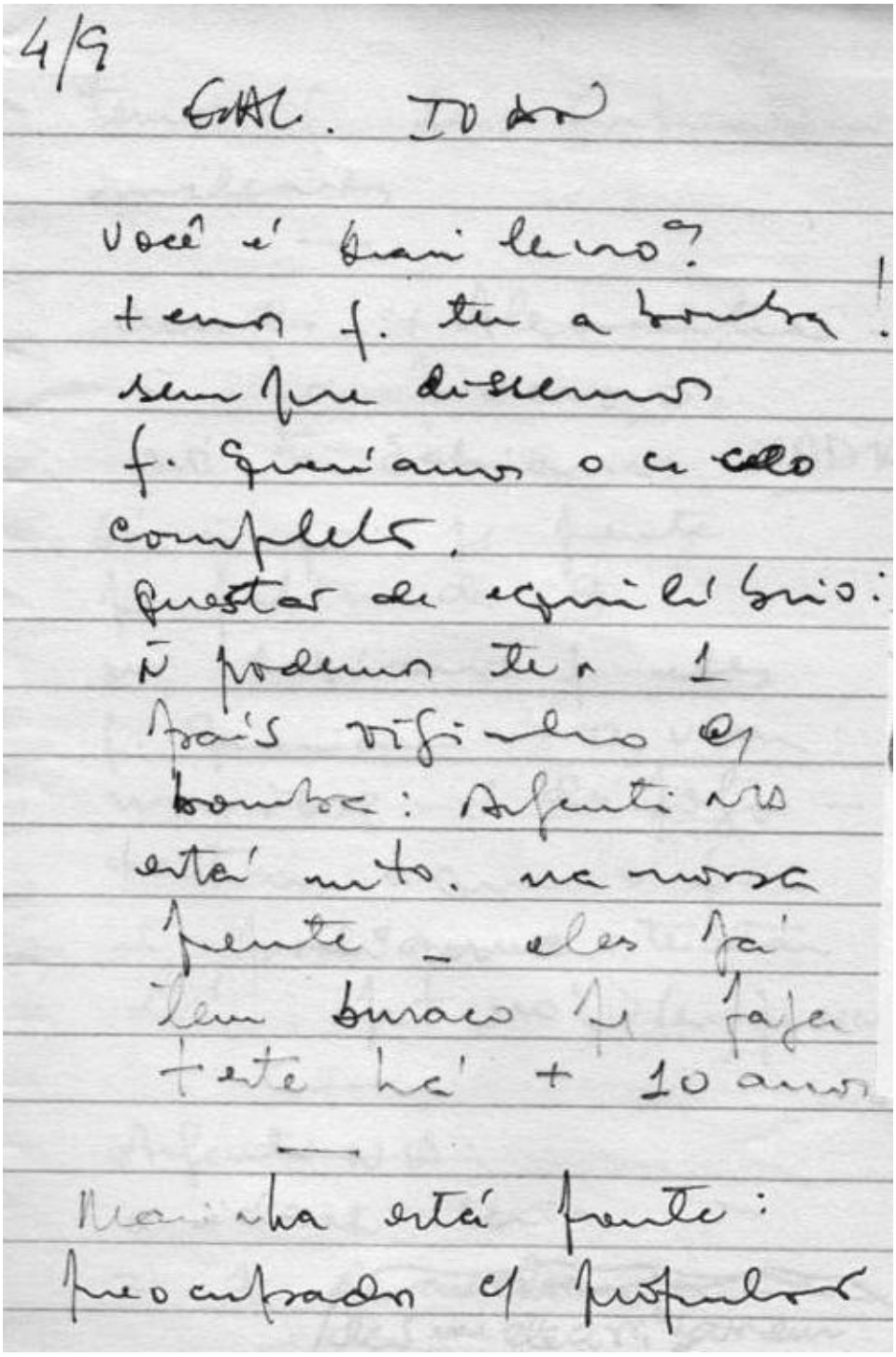
Acordo com a Alemanha [do governo Geisel] não foi um fracasso. Nós não sabíamos *nada*. Só não foi para frente por falta de dinheiro. Nós sabíamos que eles queriam nos usar. Mas, isso é do jogo — testar aqui o que não podíamos testar lá: o [método] *jet-nozzle*, por exemplo.

Argentina: o ideal seria os dois se desnuclearizarem. Só nos mostraram [os argentinos] o que nós já sabíamos que eles têm. Mas pode haver intercâmbio: eles têm um rombo: que é a parte industrial e nós poderíamos ajudar.

Nos interessa uma Argentina próspera e amiga… se tiver confusão lá acaba refletindo no vizinho — e não queremos vizinhos com problemas.

Índia e Paquistão tem [a bomba]. Israel tem [e não quer que o Irã tenha]. Argentina vai ter. Por que é que nós não vamos fazer? Vamos esperar o quê? O brasileiro podia perguntar: o que esses militares estão fazendo?

Mas, nossa estratégia está certa: primeiro, deixa a economia crescer e depois faz a bomba. Ainda temos tempo; a militarização da Argentina veio antes da hora.


4/9

Gal. Otávio

Você é brasileiro?

+ uma f. tem a bomba.

Nem que disséssemos

f. queríamos o acordo

completo.

Questão de equilíbrio:

Não podemos ter 1

país vizinho c/

bomba: Alguém vai

estar muito na nossa

frente — eles já

têm buraco & já faz

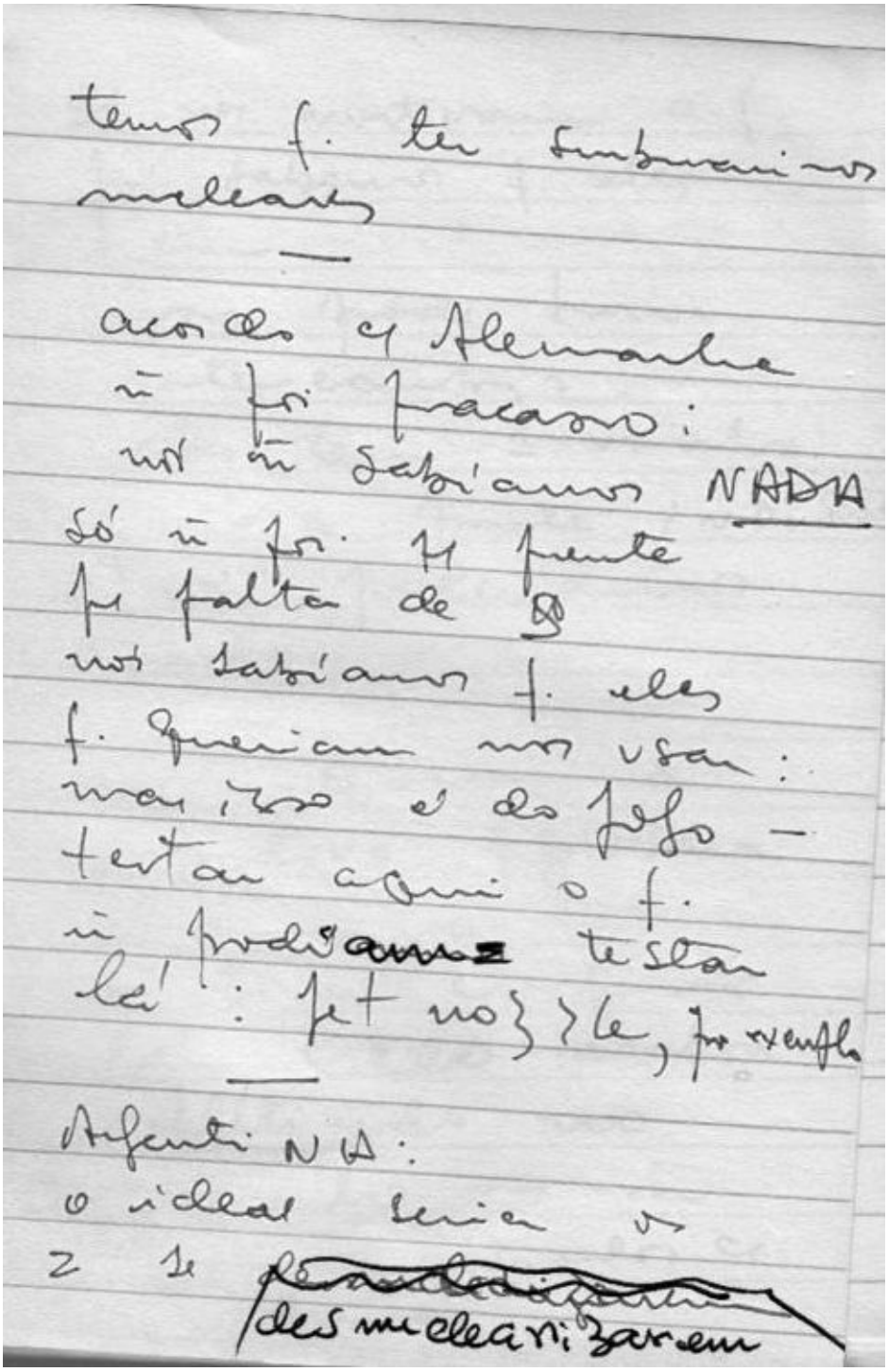
teste há + 10 anos

—

Nossa linha está frente:

preocupados c/ proliferação

"Ouvi essa frase no Palácio do Planalto, no gabinete do chefe do SNI, general Ivan Mendes, em 4 de setembro de 1986, no governo



Sarney.”

“Defesa do acordo com a Alemanha.”

O presidente Collor estava em Nova York, para a Assembleia Geral da ONU de 1990, e me deu, no lobby do Hotel Plaza, um “megafuro”, que transmiti horas depois aos espectadores do *Jornal Nacional*:

O presidente Collor me disse que mandou desativar o chamado “programa Solimões”. Era o programa nuclear brasileiro, a bomba. O programa tinha quatro partes, segundo o presidente Collor. Cada um tinha o nome de um afluente do Amazonas. Uma dessas quatro partes era o poço para os testes nucleares na Serra do Cachimbo, no Pará. Agora, o presidente Collor está encomendando à Secretaria de Segurança Institucional um projeto para submeter o programa nuclear à sociedade civil.

Cabe observar que, em poucos países do mundo, o fim de um programa para construir a bomba atômica chegaria aos seus cidadãos dessa forma tão singela.

A mim, chegou nestas palavras:

Não há nada mais velho e ultrapassado que a ditadura militar. O que está na moda e vai ficar ainda mais na moda é a democracia. Qualquer dia desses o mundo vai perceber que a bomba atômica também está fora de moda. E essas são as duas armas que ele vai usar para entrarmos no Primeiro Mundo: o regime democrático e a renúncia à bomba atômica.

Francisco Rezek, ministro das Relações Exteriores, acrescentaria:

Tem um ponto do discurso [na ONU] a que o presidente Collor dedicou especial atenção: foi o trecho em que ele anunciou que o Brasil não fará testes nucleares, nem para fins pacíficos. É bom lembrar que a imprensa daqui está levantando suspeitas sobre o programa nuclear brasileiro e as ligações do Brasil com o Iraque… O Brasil quer se livrar da suspeita de estar cooperando com o programa nuclear do Iraque.

E Delfim Netto:

O Figueiredo ia acabar com o programa nuclear no dia da posse, mas teve medo do Geisel.

Era o fim previsível: a Constituição de 1988 proibiu o Brasil de ter bomba atômica.

Desfazendo o segredo, Sarney levara o presidente argentino Raúl Alfonsín à fábrica de enriquecimento de urânio, em Aramar, São Paulo, e Alfonsín levou Sarney a Pilcaniyeu, a usina nuclear argentina. Fernando Henrique Cardoso completou o ciclo do “não-combustível”… Tirou dinheiro de Aramar, que quase

fecha. E rasgou uma ambição que vinha de Vargas: assinou o Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares, o TNP.

O almirante Álvaro Alberto, desde Vargas, foi o pioneiro em dotar o Brasil de uma política nuclear autônoma. Ele foi fundador do Conselho Nacional de Pesquisas (CNP). Foi ele quem chamou o oficial de Marinha Renato Archer para ajudar a aprovar o projeto que criava o CNP. Archer foi o primeiro ministro de Ciência e Tecnologia do governo Sarney e presidente da Embratel no governo Itamar Franco, quando tentou montar uma rede de fibra ótica.

Depois, Fernando Henrique Cardoso vendeu a Embratel aos americanos e, no pacote, os satélites de comunicação reservados às Forças Armadas brasileiras.[1]

A motivação brasileira a uma política nuclear autônoma teve um formidável defensor, João Augusto de Araújo Castro, chanceler de Jango e embaixador da ONU.

O TNP era uma forma de discriminar os que tinham domínio do ciclo nuclear, dizia Castro: os "*have*" e os que não tinham — os "*have not*". Assinar o TNP significou congelar o conhecimento tecnológico — uns terão, outros, não. O que significa congelar o poder, também.

No início de seu primeiro governo, Lula foi a Aramar e testemunhou que o trabalho estava parado. Não tinha dinheiro. Toda a tecnologia desenvolvida, todo o conhecimento que os brasileiros acumularam iriam se perder.

O Brasil tinha conseguido desenvolver uma tecnologia própria de enriquecimento de urânio a partir de pesquisa pioneira do almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva. Mesmo sem minar metade de seu território, o Brasil é um dos maiores produtores de urânio do mundo.

Othon Silva fez a crítica do sistema alemão *jet-nozzle*, quando estudava como bolsista no MIT. O processo que desenvolveu, mais tarde, na Marinha brasileira, é o que entrará intocado, brasileiríssimo, no compartimento do reator nos submarinos a propulsão nuclear que o Brasil construirá, numa primeira fase, com a assistência técnica da França.

Lula anunciou ali, em Aramar, que iria voltar a financiar o processo de enriquecimento de urânio. E o Brasil pôde se tornar, como é, em 2014, fabricante de submarinos convencionais, à propulsão diesel-elétrica e à propulsão nuclear

(como queria o general Ivan).

O Brasil vai entrar para a “Big League” dos fabricantes de submarinos nucleares, na companhia de EUA, China, Rússia, Inglaterra e França. Para desespero de Fernando Henrique.

---

1 Palácio, Fábio. “Renato Archer, 90 anos. Legado e atualidade”. Acessível em: <http://goo.gl/IkXMsr>. Ler também o prefácio de Aldo Rebelo a *Renato Archer: energia atômica, soberania e desenvolvimento — depoimento*, organizado por Álvaro Rocha Filho e João Carlos Vitor Garcia (Rio de Janeiro, Contraponto, 2006).

Fidel não faz a bomba; Raúl pergunta de mulatas

A Globo nadava em dinheiro. No escritório da Globo em Nova York, então, era uma festa. Gastar dinheiro com coberturas no exterior, isso não era problema.

Eu e minha equipe estávamos em Santo Domingo, na República Dominicana, de volta do Haiti. E recebi de Carlos Schroder, chefe de operações do Jornalismo, a instrução para ir dali a Havana e encontrar Celso Amorim, chanceler do governo Itamar Franco. Celso Amorim veria Fidel Castro para entregar uma carta do Itamar.

Foi o que eu fiz, via México, que sempre manteve relações "normais" com Cuba.

Celso Amorim descreve o que aconteceu.

Durante o governo Itamar Franco, Cuba estava muito isolada no continente, não só pelos Estados Unidos e por seus seguidores, mas até por países que normalmente tinham posição mais avançada (por exemplo, a Venezuela do presidente Rafael Caldera). Por circunstâncias diversas, Cuba estava muito isolada, e sentíamos a necessidade de nos aproximar dela.

O presidente Itamar fez um discurso muito importante durante uma Cúpula Ibero-Americana. Tivemos esse episódio da OEA, que já mencionei aqui. Depois fui a Cuba com uma carta do presidente Itamar, que tinha três elementos. Um era mais ou menos genérico e tinha formulação algo pomposa: "Substituir a estática da confrontação pela dinâmica da cooperação".

Sugeríamos a Cuba duas coisas: a primeira era fazer um exercício na área dos direitos humanos, que Cuba veio a fazer mais tarde (vou deixar essa parte de lado, mas Havana convidou o alto comissário de Direitos Humanos da ONU a visitá-los). A outra era a adesão de Cuba ao Tratado de Tlatelolco, relativo a uma América Latina livre de armas nucleares. Alguém poderá dizer: "Mas Cuba produziria uma arma nuclear?". Obviamente que não era esse o risco, mas em um contexto geopolítico cambiante, ela poderia não produzir mas poderia permitir estacionamento, em seu território, de armas nucleares. Não se tratava de

uma questão abstrata. O Brasil, a Argentina e o Chile haviam acabado de concretizar sua adesão definitiva (essa é uma história longa para explicar, a de por que só então era adesão definitiva). Brasil, Argentina e Chile haviam acabado de entrar plenamente para Tlatelolco. Era importante que Cuba entrasse.

Essa visita coincidiu com a Copa do Mundo de 1994, o dia do jogo Brasil e Holanda. Futebol não é a coisa mais importante em Cuba, mas sempre gera interesse. Devido ao racionamento, que na época prevalecia, os jogos não estavam sendo transmitidos ao vivo, pois durante o dia não havia energia elétrica. Por uma consideração especial, uma deferência ao chanceler do Brasil e à sua delegação, os cubanos resolveram transmitir o jogo ao vivo. E não só resolveram transmitir, como me disseram: “Fique lá, porque é possível que o comandante apareça”. Tive minhas dúvidas, mas assim foi. O presidente Fidel Castro chegou à embaixada cerca de uma hora antes do jogo.

Antes disso, eu já tinha estado com todos com quem poderia estar em Cuba: o chanceler, Roberto Robaina, Raúl Castro, com quem estive por três horas (coisa muito rara naquela época); Alarcón (presidente da Assembleia). O próprio Raúl Castro, quando falei desse assunto de Tlatelolco, me disse: “Isso não é comigo, é com o meu irmão, o de barba”. Quando chegou a hora, um pouco antes do jogo, entreguei a carta. O presidente Fidel Castro leu a carta e disse que pensaria sobre o assunto. Não reagiu.

Assistimos ao jogo, um jogo dramático: o Brasil ganhou de 3 a 2, um gol de falta cobrado pelo Branco. Então, a partida terminou, e a televisão brasileira — era Paulo Henrique Amorim — estava lá filmando para o *Fantástico* o fato de Fidel Castro ter ido assistir ao jogo na embaixada. O repórter filmou e perguntou sobre as reações do presidente. Fidel Castro, obviamente, estava contente com a vitória do Brasil. Ele, que entende de muitas coisas, mas não de futebol, fez um comentário: “Os holandeses jogaram bem, mas o Brasil ganhou e estou muito feliz”.

Paulo Henrique Amorim sabia da existência da carta e de seus principais elementos, que havíamos deixado vazar. Perguntou, então, ao presidente Fidel Castro o que ele achava da proposta, especialmente, do pedido para a assinatura do Tratado de Tlatelolco. O que ele, Fidel, achava disso? O presidente, sendo filmado na hora, fez o seguinte comentário: “Não sei se é o momento de fazer uma concessão desse tipo aos Estados Unidos”. E eu, evidentemente, disse: “Mas, presidente, não é uma concessão aos Estados Unidos, é um gesto para a

América Latina!”. E Fidel — eu tinha 50 anos e, para ele, era um pirralho — disse: “Quizás el canciller tenga razón”.

Três meses depois, o chanceler cubano levou a Juiz de Fora, onde estava o presidente Itamar Franco, a carta-resposta de Fidel: ele anunciava que Cuba iria aderir ao Tratado de Tlatelolco, o que ocorreu no dia seguinte.[1]



Celso Amorim, Fidel Castro, PHA e Paulo Zero

Celso Amorim levou o grupo de jornalistas que o acompanhava a um encontro com Raúl Castro, desde 1959 chefe do Minfar, Ministerio de las Fuerzas Armadas Revolucionarias. Depois da entrevista reservada com o chanceler brasileiro, Raúl veio à sala onde estavam os jornalistas. E se ofereceu para mostrar uma preciosidade. O “telefone vermelho”, que ficava num cubículo anexo ao seu gabinete e de onde, teoricamente, falavam com o comando do “Pacto de Varsóvia”, que reunia as forças sob a liderança da extinta União Soviética.

Todos se acomodaram apertados na salinha, ele tirou o telefone do gancho e do outro lado… nada! Nem sinal de vida. Raúl fez um movimento horizontal, repetido, com o dedo indicador direito no pescoço. Ninguém entendeu o gesto. Ele explicou: na União Soviética é como se referiam aos bêbados, aos

“borrachos”.

Voltamos à sala e Celso Amorim explicou que eu era Amorim, mas não era parente e trabalhava para a poderosa Rede Globo. Raúl reagiu muito bem. Roberto Marinho cedia, de graça, novelas da Globo para que fossem exibidas em Cuba. Dizia-se na Globo que “os tiranos se atraem”. Na verdade, se dizia também, Roberto Marinho tentava fazer negócios com Fidel, ligados a usinas de açúcar.

No lendário bar Bodeguita del Medio, na Velha Havana, onde se faz o melhor mojito de toda Cuba, nas paredes havia fotos com dedicatórias de atores da Globo e, em posição de destaque, Regina Duarte, que tinha acabado de emocionar Cuba com *Vale Tudo*, de Gilberto Braga.

Eu entrevistei um professor da escola de teatro de Havana que defendeu uma tese para comparar a linguagem de *Dancing Days*, de Gilberto Braga, com a linguagem das novelas de rádio, as originais mexicanas.

Raúl falou das novelas — mas não de Roberto Marinho — e me perguntou assim, sem meias palavras:

— Quem são mais bonitas, as mulatas brasileiras ou as mulatas cubanas?

— “Las cubanas, señor”, respondi, para alívio do diplomata Celso Amorim.

Depois disso, nossa equipe voltou para concluir a cobertura no Haiti. Lá eu testemunharia o episódio que descrevi no prefácio do livro *Pense no Haiti, reze pelo Haiti*, de Guilherme Salgado Rocha, com o título “O Jonas partiu” (o Jonas era um navio com refugiados haitianos).

“O Jonas partiu às três horas da manhã do dia 21 de julho, com três a bordo”.

E nada mais disse o padre Jean-Yves Urfié. Ele era o editor do jornal *Liberté*, que saía quando era possível burlar a censura. Foi o padre Urfié quem nos apresentou as regras do jogo. “Nós” éramos a irmã Rita Schneider, a equipe da Globo — o cinegrafista Paulo Zero e eu — e Isabel Vincent, a chefe, no Rio de Janeiro, do escritório para a América Latina do jornal canadense *Globe and Mail* (por ordens de Urfié, um repórter do *New York Times*, Larry Rohter, que nos acompanhava, não pôde entrar na casa; “Eles distorcem tudo”, disse o padre à irmã Rita).[2]

O padre Jean-Yves Urfié era um visionário. Era numa casa que se destacava da favela em volta. De tijolos e alvenaria, pintada de branco, na rua Senghor, em Porto Príncipe. Embora fosse uma manhã de sol, a sala estava escura, toda fechada. O calor anunciava o sofrimento que nos esperava ao meio-dia. Uma mesa, cadeiras e, na parede, nada. Nada que lembrasse uma redação de jornal, a não ser uns exemplares do *Liberté* pelo chão. O padre sem batina, de rosto redondo e vermelho, e os dentes, vestígios de uma batalha perdida contra o tabaco. Ele arranhou umas palavras em português e explicou em francês, pausado: nenhuma informação poderia ser divulgada sobre a partida do Jonas, até que ele, pessoalmente, dissesse que "o Jonas partiu". Eles corriam perigo de vida, explicou o padre. Por mais ineficiente que fosse a polícia do general Cédras, mesmo lá, em Jeremie (uma das principais cidades do Haiti), um vazamento da notícia podia ser fatal.

A outra providência, a fita. Uma pessoa trabalhando no arquivo de fitas da rede ABC, americana, instalada no Hotel Montana, copiaria os depoimentos para nós. Pelo mesmo motivo, a fita só poderia ser exibida depois que o Jonas partisse.

Quando o Jonas partiu, eu e o Zero voltamos para Nova Iorque. Soubemos que a irmã Santina Perin e os frades Raymond Mailhiot e Dempsey Loarca tinham sido resgatados em alto mar, com 66 refugiados haitianos. Estavam na base americana de Guantánamo, em Cuba. Uma primeira reportagem para a Globo incluiu uma conversa, por telefone, com a irmã Santina. Tentamos ir ao seu encontro em Guantánamo, mas as autoridades da imigração dos Estados Unidos recomendaram que esperássemos por eles em Miami. Uma fonte diplomática me informou que o governo americano pretendia tirá-los de Guantánamo o mais rápido possível. "A freirinha é um perigo", disse. Com o gesto de lançar-se ao mar, em solidariedade aos haitianos, a irmã Santina se tornou muito popular no campo e poderia inspirar — explicou a fonte — atos que fossem vistos como inapropriados.

Conheci a irmã Santina na pista do aeroporto de Miami, descendo de um avião da Guarda Costeira que trouxe os três religiosos de Guantánamo. Perguntei se ela considerava ter alcançado o objetivo, e ela respondeu num português de gaúcho, muito pausado, procurando, uma por uma, as palavras certas — como se fosse um tributo a sete anos na Diocese de Jeremie, que ela pagava sem lamentar. "O objetivo foi alcançado", ela disse, porque ela "queria aborrecer os militares", e conseguiu. "Os militares", disse a irmã Santina, "não fazem [nada] além de matar e destruir".

Naquele momento, na verdade, os militares haitianos não eram a prioridade dos três religiosos, mas ter certeza de que não estavam esquecendo nenhuma peça da bagagem com cartas de haitianos em Guantánamo para parentes em Miami.

Nos despedimos da irmã Santina na pista do aeroporto mesmo, porque precisávamos fazer, às pressas, a transmissão da reportagem para o *Jornal Nacional*. A geração foi feita no prazo, a reportagem exibida, mais uma tarefa concluída.

Essa, porém, era uma reportagem, para mim, diferente. Uma reportagem que dava nexo a outras, feitas no Haiti. Com drama e suspense. Começo, meio e fim. Desde que a irmã Rita concordou em contar histórias das irmãs brasileiras da Congregação do Imaculado Coração de Maria, no Haiti. Porém, a história mais emocionante, a da irmã Santina, ela não poderia contar toda, sem que, antes, o padre Urfié enunciasse as regras do jogo.

Eu entrevistei as irmãs Davina Cardoso, Beatriz Lazaron e Rita Schneider, as companheiras da irmã Santina, na rua René, no bairro do Boispatate, em Porto Príncipe. Subimos uma pequena elevação, atravessamos uma vala escura — cicatriz de toda a favela latino-americana — e chegamos a um platô de onde se tinha — segundo o Zero — uma visão mais completa das casas que nos cercavam.

Naquele momento, Zero e eu tínhamos uma ideia fixa: garantir lugar no último voo da Air France, que estava para sair de Porto Príncipe. Depois daquele, quem sabe? Só após a invasão americana. E se não houvesse invasão americana — só o bloqueio total, intransponível?

Constrangia-me constatar que essa obsessão com a ideia de deixar o Haiti enquanto fosse tempo não era compartilhada pelas freiras, que, à sua maneira — com seu trabalho pastoral em Jeremie — desafiavam os governantes.

Perguntei à irmã Davina se ela não tinha medo de morrer no Haiti, depois que o último avião partisse.

“Eu vou ficar”, ela disse, “porque vejo que o povo se encoraja com a nossa presença aqui”.

“Mesmo que isso signifique morrer?”, insisti.

“Mesmo que signifique morrer.”

Eu não me lembrava de ter ouvido isso antes de um entrevistado.

Mais tarde, na sala do arquivo de fitas da ABC, no Hotel Montana, o frei guatemalteco Dempsey Loarca, ao lembrar o que fez com que se decidisse a tomar o barco com os haitianos, declarou: “Foi quando Marianne me pediu o equivalente a 20 centavos de dólar para comprar água para sete filhos”. E o frei canadense Raymond Mailhiot, na mesma fita: “Vou correr os mesmos riscos dos refugiados, porque não há maior prova de amor do que dar a vida por quem se ama”.

“Depois disto, Deus provou Abraão, e disse-lhe: ‘Abraão!’. ‘Eis-me aqui’, respondeu ele. Deus disse: ‘Toma teu filho, teu único filho a quem tanto amas, Isaac; e vai à terra de Moriá, onde tu o oferecerás em holocausto sobre um dos montes que eu te indicar.’ […] O anjo do Senhor, porém, gritou-lhe do céu: ‘Abraão! Abraão!’. ‘Eis-me aqui!’. ‘Não estendas a tua mão contra o menino, e não lhe faças nada. Agora eu sei que temes a Deus, pois não me recusaste teu próprio filho, teu único filho’.” [Gênesis 22, 1–2;11]

Nós tínhamos ido ao Haiti cobrir uma operação militar — a provável invasão de tropas americanas para conter o fluxo de refugiados para a Flórida. E, por acaso, num encontro com a irmã Rita, na antessala do encarregado de negócios da embaixada brasileira, José Soares Júnior, me vi dentro do Gênesis. E com Kierkegaard, em *Temor e tremor*. Os religiosos de Jeremie lembravam Abraão: o sacrifício em nome da fé. Mais do que isso, como Abraão — segundo Kierkegaard —, eles não pareciam resignados diante do holocausto. Abraão, com o sacrifício de Isaac, eles, com o sacrifício das próprias vidas. Os religiosos me pareciam munidos de uma outra certeza, que superava a resignação: a de que conseguiram obter, de volta, aquilo que amavam. Kierkegaard diz que Deus precisava testar a fé de Abraão em que Deus seria capaz de lhe restituir o que mais amava: Isaac. Mesmo depois do sacrifício de Isaac.

Os religiosos de Jeremie me pareciam dispor também dessa convicção de que seu gesto não seria apenas uma demonstração da fé em Deus: ainda que morressem, teriam de volta alguma forma de abrandamento dos infortúnios que os haitianos de seu trabalho pastoral eram obrigados a suportar. Mais do que demonstrar a fé, eles acreditavam que, depois de se lançarem ao mar, Jeremie ficaria um pouco mais longe do inferno.

Segundo Kierkegaard, Deus não quis testar a fé de Abraão em Deus. mas, sim, que Abraão confiava em que Deus não permitiria que ele perdesse Isaac. Essa era a suprema manifestação da fé de Abraão. Conversando com as irmãs Davina, Beatriz e Rita, e assistindo aos depoimentos dos freis Loarca e Mailhiot, eu fiquei fortemente impressionando, quando descobri que, também ali, estava diante de uma situação em que a confiança em Deus transcendia a fé em Deus. Aqueles religiosos estavam mudando, de alguma forma, o destino daqueles que amavam — mesmo depois de se imolarem.

E eu, que sempre imaginava Abraão um personagem de ficção — quase criação de Rembrandt —, e Kierkegaard, um filósofo quase existencialista, estava ali, cobrindo episódios de personagens de carne e osso, em acontecimentos do meu tempo. Deixando Kierkegaard, ao localizar astúcia e um certo ímpeto beligerante no sorriso de irmã Santina, na pista do aeroporto, ao dizer que tinha conseguido aborrecer os militares, me ocorreu que também ela dispunha de uma arma mortífera para enfrentar os filisteus, mais poderosa ainda do que a pedra e a funda: “E toda essa multidão saberá que não é com a espada nem com a lança que o Senhor triunfa, pois a batalha é do Senhor, e ele vos entregou em nossas mãos”. Essa história, como se sabe, teve um final feliz: Davi matou Golias, o gigante filisteu, e “tirou o opróbrio que pesava sobre Israel”.

Nem todos os filisteus foram embora do Haiti. Os religiosos de Jeremie também não.

O Velho Testamento existe.

---

1 Amorim, Celso. *Conversas com jovens diplomatas*. Benvirá, São Paulo, 2011, p. 240 e ss.

2 Larry Rohter notabilizou-se no Brasil como o correspondente do *New York Times* que disse que o Lula era um alcoólatra.

A abrupta queda do Alberico

A Globo chegou tarde à cobertura do escândalo PC Farias, que culminaria com o impeachment de Fernando Collor. A Bandeirantes cobria as sessões da CPI ao vivo e, como na campanha das "Diretas Já", a emissora de Roberto Marinho só descobriu o assunto quando já era impossível salvar o presidente.

Ainda assim, no auge da crise, numa viagem a Nova York, Alberico de Souza Cruz me disse que a CPI contra "o presidente" não ia dar em nada. E "o presidente" em questão era Collor, e não Roberto Marinho. Até o fim, o interlocutor de Collor na Globo foi Souza Cruz em vez do dono da emissora (fui correspondente da Globo em Nova York de 1990 a 1996).

Essa confusão sobre a quem prestar fidelidade custou a cabeça do então diretor de jornalismo da Globo. Já no governo FHC, o ministro das Comunicações Sérgio Motta revelou publicamente que não precisava falar com ninguém da família Marinho. Tratava diretamente com Souza Cruz.

E, como os filhos de Roberto Marinho queriam apagar pelo menos uma parte da herança política que o pai se preparava para deixar, demitiram Souza Cruz em 1995. Para seu lugar levaram Evandro Carlos de Andrade, que havia dirigido *O Globo* por 24 anos, ao longo dos quais não publicou uma única reportagem memorável nem revelou um único repórter de reputação indiscutível.

Além disso, Andrade não entendia nada de televisão — e nem queria entender. Passou dois anos na TV Globo e não aprendeu a dar um *play*! Chegou à Globo com a missão de, entre outras complicações, desfazer o nó da relação entre a emissora e Antônio Carlos Magalhães, que, com o filho Luís Eduardo, tinha uma ligação especial com Souza Cruz.

Presenciei um telefonema de Souza Cruz, de seu gabinete na Globo, ao deputado José Genoíno, a fim de demovê-lo da intenção de se candidatar a presidente da Câmara porque poderia atrapalhar a candidatura de Luís Eduardo, a quem Souza Cruz "ajudava".

Evandro Carlos de Andrade detestava especialmente Antônio Carlos Magalhães. Afinal, ACM tinha o costume de desfazer por telefone com Roberto Marinho a

primeira página que Andrade combinava com o secretário d'*O Globo* ao deixar a redação, por volta das sete da noite. Aliás, Andrade deve ter sido o único chefe de redação de jornal diário no mundo que jantava em casa às oito horas…

Ninguém mais do que Alberico de Souza Cruz representava o *ancien régime* que Andrade precisava desconstruir na Globo. Como não era possível mandar Roberto Marinho para a guilhotina, os filhos do patrão mandaram Souza Cruz.

Globo elege e reelege FHC com mão de gato

Em 1994, pós-impeachment e pós-Itamar, a Globo não apoiou Fernando Henrique Cardoso. “Apoiou” o Plano Real do presidente Itamar Franco e fez de conta que o plano era do FHC. Portanto, o eleito não foi o candidato do PSDB, mas o recém-criado plano econômico, que a Globo ajudou a antropomorfizar.

Além disso, o PT — especialmente o economista Aloizio Mercadante — fez à Globo e a Fernando Henrique o imenso favor de demonizar o novo plano, ao dizer aos quatro ventos que não daria certo.

Fernando Henrique Cardoso se desincompatibilizou do cargo de ministro da Fazenda para disputar a presidência em abril de 1994. O Plano Real foi lançado por Itamar no dia 1º de julho do mesmo ano.

Apesar disso, foi FHC quem assinou a cédula do primeiro Real. Itamar reconhece que foi um erro permitir que ele, que não era ministro, assinasse. Itamar reconhece que foi, inclusive, inconstitucional.[1]

Durante a campanha, quem ia ao ar na Rede Globo no papel de dublê de FHC era o ministro da Fazenda de Itamar, o embaixador Rubens Ricupero, que, com isso, na verdade, se candidatava a continuar ministro caso seu candidato se elegesse.

Foi o próprio Ricupero, na época, quem explicou como a Globo conduziu a campanha de FHC:

Há inúmeras pessoas que me escrevem e que me procuram para dizer que votariam nele [Fernando Henrique] por minha causa. Aliás, ele sabe disso, não? Que o grande eleitor dele hoje sou eu. Por exemplo, para a Rede Globo foi um achado porque ela, em vez de ter que dar apoio ostensivo a ele, bota a mim no ar e ninguém pode dizer nada […] Essa é uma solução, digamos, indireta, não?[2]

Esta declaração se deu durante uma conversa do ministro com o jornalista Carlos Monforte, nos estúdios da emissora, pouco antes de uma entrevista ao *Jornal da*

Globo. Sem que ambos desconfiassem, o diálogo era transmitido ao vivo para a casa de muitos telespectadores que captavam o sinal da Rede Globo por antena parabólica. Ricupero disse ainda que Lula não subia nas pesquisas porque ele, o ministro da Fazenda, estava "24 horas no ar falando em favor do plano. Se ele [Lula] está subindo, então, precisamos de um espaço no *Fantástico*". O ministro caiu cinco dias depois, mas, no mês seguinte, o Plano Real se elegeu presidente da República no primeiro turno.

Em outro trecho, Ricupero explicou como pretendia divulgar o IPC-R (Índice de Preços ao Consumidor-Real), que media a inflação:

Deixa eu prometer o seguinte: se eu convencer o pessoal aí eu, segunda-feira, eu te dou a primazia. Eu preciso conversar com eles, senão eles me matam. Esse pessoal tem toda aquela corporação de economistas. É um troço complicado. Vão dizer: "Pô, você proibiu da vez anterior que era ruim e agora que é bom…" No fundo é isso mesmo. Eu não tenho escrúpulos. Eu acho que é isso mesmo: o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde.

O IPC-R de agosto ficou em 5,46%, bem mais alto do que o governo esperava. Em setembro, porém, o índice caiu para 1,51%. Ao longo da conversa, Ricupero se revelava praticamente um funcionário da Globo — e da eleição de FHC:

Se quiser, nesse fim de semana podia ver o negócio do *Fantástico*, eu posso gravar também, se quiser, alguma coisa. Eu estou à disposição. […] Pode falar, porque eu estou disponível, eu vou ficar aqui [em Brasília] o fim de semana inteiro […] eu resolvi ficar no ar o tempo todo. Então, o máximo que eu puder falar, eu falo.

A Globo demorou a comentar formalmente o acontecido. Na edição do dia 5 de setembro do *Jornal Nacional*, Cid Moreira declarou que "a Globo não tem compromisso com nenhum candidato, e sim com o telespectador e com a democracia e por isso vai continuar apoiando medidas responsáveis que tenham como objetivo livrar o país do suplício da inflação".

Livrar o país da inflação era justamente o que propunha o Plano Real e seu candidato.

Conclusão: a Globo era a chefe da campanha de FHC, quer dizer, do Plano Real, e não Ricupero, como se pensava. Coincidência ou não, quando a Globo inaugurou o parque gráfico do jornal *O Globo*, no Rio, em 12 de janeiro de 1999,

Fernando Henrique disse ter orgulho da Globo e do Brasil. Nesta ordem. E Ricupero não foi nada no governo FHC.

Nas eleições presidenciais de 1998, a Globo voltou a operar para FHC. Porém, com uma estratégia mais refinada: não cobrir a eleição. Simplesmente sumir com os candidatos, em especial com o da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva.

A orientação do telejornalismo da Globo era dedicar o menor tempo possível à campanha, que deveria ficar contida nos obrigatórios horários eleitorais gratuitos, o que naturalmente só beneficiava FHC, o presidente em exercício. Afinal, ele podia ocupar o púlpito da presidência quando bem entendesse. Quem precisava de televisão era Lula.

Ao reconhecer publicamente a "não-cobertura" da eleição, Mário Marona, então editor-chefe do JN, afirmou: "Acho que nós passamos despercebidos em uma campanha eleitoral que queríamos que fosse pequena, não nos interessava tanto quanto outros assuntos que julgávamos mais importantes".[3]

Nessa época, Lula em um seminário em 1999, fez o seguinte comentário:

Nas eleições de 98, partia-se do pressuposto que não era necessário haver campanha. Partia-se do pressuposto que o presidente da República deveria ser reconduzido à presidência e, quanto menos se falasse no processo eleitoral, melhor.

Por muitos anos foi proibido transmitir o som da voz de Lula nos telejornais da Globo. A cobertura da agenda do candidato, quando fosse indispensável, deveria ser realizada sob a forma de "nota coberta", ou seja, com a narração do locutor "por cima", para abafar o som ambiente captado. Caso Lula se expressasse em sânscrito ou em suaíli, os telespectadores da Globo que não assistissem ao horário eleitoral simplesmente não saberiam.

De acordo com uma pesquisa conduzida e divulgada pelo cientista político Luis Felipe Miguel, nas eleições de 1998, o *Jornal Nacional* dedicou 1 hora, 16 minutos e 34 segundos à cobertura da campanha. Isso significou apenas 4,6% do tempo total do noticiário em 12 semanas, do fim da Copa do Mundo da França até o dia da votação.[4]

Para efeito de comparação, segundo o mesmo estudo, nas 14 semanas que se

passaram entre o fim da Copa de 2002 e o primeiro turno das eleições daquele ano, foram 12 horas, 55 minutos e 50 segundos de notícias sobre a eleição presidencial, ou seja, 29,4% do tempo total do *Jornal Nacional* no período. Isso sem contar o espaço dedicado às eleições estaduais. No total, a proporção do tempo de noticiário dedicado à cobertura da campanha chegou a 31%.[5]

Em suma, para reeleger o presidente da República bastaram 4,6% do tempo do *Jornal Nacional*. Mais do que isso significaria beneficiar o candidato da oposição. Ou seja, a Globo não cobriu a reeleição de FHC. Essas eleições eram dispensáveis. Na análise do então comentarista de política da Rede Globo, Franklin Martins:

A cobertura jornalística das eleições de 98 a meu ver foi muito ruim. Nós cobrimos, no fundamental, o quê? Pesquisas e alguns momentos cruciais da campanha. Isso favoreceu o governo? Eu não tenho a menor dúvida.[6]

Ainda assim, a reeleição não foi fácil. Em junho, Lula começou a subir nas pesquisas e a encostar em Fernando Henrique, que caía. Segundo o Datafolha, na enquete realizada entre 8 e 9 de junho de 1998, Fernando Henrique caiu para 35% enquanto Lula subiu para 34%. FHC então resolveu pedir socorro ao PiG. Segundo reportagem da revista *Veja*:

Em questão de três a quatro dias, Fernando Henrique convocou para conversas um grupo de pessoas muitíssimo influentes, descritas por um assessor como os "barões da elite brasileira". Conversou com alguns pessoalmente. Com outros, falou pelo telefone. A todos foi claro, enfático e exibiu o mesmo raciocínio: "Eu não sou candidato de mim mesmo. Isso comigo não existe. Ou eu tenho apoio ou volto para casa e deixo a farra por conta de vocês. Aí vocês elegem o candidato que quiserem", disse. Seus interlocutores sentiram a gravidade do momento.[7]

Com a família Marinho, Fernando Henrique reclamou do amplo espaço que o *Jornal Nacional* dedicava a reportagens sobre a seca no Nordeste e o aumento do desemprego, entre outros assuntos que comprometiam o governo. E fez a mesma ameaça: renunciar à candidatura e deixar que a Globo elegesse Lula. Imediatamente, as notícias "negativas" sumiram do noticiário da emissora.

FHC tem motivos para ser grato aos Marinho até a morte. No velório do patriarca da família, em 2003, repórteres perguntaram a Fernando Henrique se tinha se encontrado com o presidente Lula: "Não, não o vi. Se o visse,

choraríamos juntos”.[8]

Porém, o apoio do PiG não seria suficiente para reeleger FHC. A economia estava em frangalhos. O melhor que o PiG conseguia dizer do governo FHC é que o Brasil ainda conseguia se ajoelhar diante do FMI — a Argentina, coitada, nem isso…

FHC, por sua vez, dizia que a culpa era dos outros. Em 2 de julho de 1997, a Tailândia, ao tentar proteger sua moeda, acabou com o câmbio fixo. Imediatamente, a moeda se desvalorizou em mais de 20%. As bolsas do mundo desabaram. Um ano depois, em agosto de 1998, “os outros” voltaram a perseguir o presidente da República: a Rússia anunciou o calote da dívida. As bolsas despencaram mais uma vez em todo o mundo.

O Brasil de FHC estava quebrado. Em 1998, o PIB cresceu apenas 0,1%, contra 3,4% de 1997. As reservas internacionais caíram de 51,3 bilhões de dólares em 1997 para 43,6 bilhões de dólares em 1998. E boa parte dessas reservas, como demonstrou o jornalista Celso Pinto, da *Gazeta Mercantil*, em entrevista que me concedeu no programa *Conversa Afiada*, na TV Cultura, eram “fictícias”.

Em um único ano, a dívida externa quase dobrou de tamanho: subiu de 100 bilhões em 1997 para 182 bilhões de dólares em 1998. O risco-país — medido pelo JP Morgan — disparou de 521 pontos em 1997 para 1.231 pontos em 1998. A Bovespa fechou aquele ano com uma queda fulgurante: -33%. O déficit em conta-corrente e os juros aumentavam sem parar. A Selic caminhava para os 40% ao ano. O desemprego superou os 8% do total da população economicamente ativa. Em resumo, o primeiro mandato de FHC foi um retumbante fracasso — e por culpa “dos outros”.

Para se reeleger, FHC segurou o câmbio numa manobra artificial. Com isso, quebrou o país e a indústria brasileira. O fim do câmbio fixo e a desvalorização do Real eram apenas questão de tempo. No entanto, era preciso fazer de tudo para segurar o Real até a eleição, porque, se houvesse a desvalorização, FHC poderia perder a eleição para a chapa Lula–Brizola.

Nesse meio-tempo, Bill Clinton e seus secretários do Tesouro, Robert Rubin e Larry Summers, “persuadiram” o FMI a sustentar o Real até que Fernando Henrique fosse reeleito.[9] Ao todo, o FMI emprestou ao Brasil 57,5 bilhões de dólares. Quase 60 bilhões de dólares do FMI para reeleger FHC!

No entanto, a operação que Clinton obrigou o FMI a engolir mal conseguiu fazer com que FHC sobrevivesse às eleições. Foi em cima do laço. Doze dias depois de assumir o segundo mandato, em janeiro de 1999, o Real foi desvalorizado em relação ao dólar: passou de 1,2114 reais no dia 12 para 1,3193 reais no dia seguinte, uma depreciação de 8,26%. Pouco mais de duas semanas depois, o dólar já havia chegado a 2,07 reais. Em março, as reservas internacionais caíram a 32,87 bilhões de dólares. Só havia sobrado a parte, digamos, "fictícia" das reservas…

Perto de deixar a presidência, em entrevista à *Folha de S. Paulo* de 19 de dezembro de 2002, FHC afirmou que até poderia ter desvalorizado o Real algum tempo antes, no início de 1998 — antes das eleições, portanto. Mas bem no começo, "porque depois de março não daria mais". E continua: "O ambiente estava tenso demais. Muito tenso. Se fosse mexer, estragava tudo".

O mesmo Paul Blustein descreveu um raríssimo momento de brilho que atravessou o governo Fernando Henrique e a negociação da dívida.

Numa reunião de emergência de ministros da Fazenda latino-americanos, no começo de setembro de 1998, (Pedro) Malan recorreu ao humor negro para lembrar a frase que abre o romance *Anna Kariênina*, de Tolstói: "Todas as famílias felizes se parecem, cada família infeliz é infeliz à sua maneira". Ele [Malan] argumentava que a "manada" [dos endividados] agia como se todos fossem como a Rússia, em lugar de estabelecer distinções entre eles.[10]

Nem todos estariam tão quebrados quanto a Rússia, depois do desmanche da União Soviética. Malan gostava de frases.

Atribui-se a ele uma frase muito comum nos Estados Unidos e que usava para descrever as ideias de seu arquirrival no governo Fernando Henrique, José Serra: "O que é bom não é novo; o que é novo não é bom".[11]

Serra queria o lugar de Malan e acusou Fernando Henrique de, com o Plano Real, praticar "populismo cambial" (essa expressão Serra usava e divulgava através dos jornalistas que trabalham com ele "em off"; jamais em público).

Blustein parece concordar: a prioridade de Fernando Henrique ao renegociar a dívida, na véspera da eleição para o segundo mandato, era não desvalorizar o Real, para garantir a reeleição.

Embora, demonstra ele, o FMI estivesse convencido de que o Real estava francamente sobrevalorizado — como supunha Serra.

Larry Summers, Secretário do Tesouro americano, chamou parte da delegação brasileira a sua casa, em Bethesda, perto de Washington, e pediu um "Plano B" para o caso de não ser possível segurar a cotação do Real.

"Não há Plano B", foi o que ouviu dos brasileiros: "segurar o Real, ou nada!", conta Blustein.

Reeleição, ou nada!

A Rússia de Boris Iéltsin não cumpria nada do que prometia ao FMI.

Confiava na premissa corrente no mercado financeiro de que a Rússia tinha muita bomba atômica para ir à falência.

O FMI jogou duro com a Rússia.

Mas, Iéltsin acertou tudo com Clinton, por telefone.

Prometeu as reformas que o FMI pedia.

Recebeu a ajuda do FMI e de Clinton e tocou a vida, como sempre — e com o seu intocado arsenal nuclear.

Nesse sentido, quem de fato reelegeu FHC foi Bill Clinton. Em setembro de 1998, o ministro da Fazenda à época, Pedro Malan, abriu em Washington uma reunião de emergência de ministros da Fazenda latino-americanos para anunciar que o Real e o câmbio fixo tinham ido para o vinagre. Portanto, entre setembro de 1998 e janeiro de 1999, o Real sobreviveu, segundo Blustein, por "um ato de levitação".

Com a desvalorização do Real, toda a dívida em moeda estrangeira do PiG imediatamente dobrou de valor. Da noite para o dia. De acordo com Otávio Frias Filho, da *Folha*:

Nos anos 1990, as empresas de comunicação estavam em um movimento expansionista. Fizeram investimentos, procuraram não perder o bonde da história, embarcando, da forma como podiam, em investimentos em novas

mídias […]. As empresas se endividaram. Houve uma reversão do ambiente econômico em 1999, a desvalorização da moeda. As dívidas assumiram proporções galopantes, se transformaram em espécies de bolas de neve.[12]

Diante disso, a Globo entrou numa crise financeira que, três anos mais tarde, a obrigou a pedir concordata. Como Mino Carta costuma dizer, Roberto Marinho e os filhos acreditaram no que Miriam Leitão "informava" em *O Globo* e na TV Globo e jamais imaginaram que FHC fosse desvalorizar o Real.

Mas, como diz o Delfim, "jornalista de economia não é um nem outro".

---

1 Acessível em: <http://goo.gl/e3PTMz>.

2 Acessível em: <http://goo.gl/K9WqjY>.

3 *Imprensa*, n. 144, dez. 1999–jan. 2000.

4 Miguel, Luis Felipe. "A descoberta da política — a campanha de 2002 na Rede Globo". Trabalho apresentado no III Encontro (Inter)Nacional de Estudos de Comunicação e Política, Salvador-BA, 11 a 13 de dezembro de 2002.

5 Para efeito da totalização do tempo do telejornal, foram desconsideradas as chamadas iniciais e as chamadas ao final de cada bloco.

6 *Imprensa*, n. 144, dez. 1999–jan. 2000.

7 *Veja*, edição 1.567, 7 de outubro de 1998.

8 *Folha de S. Paulo*, 8 de agosto de 2003.

9 Blustein, Paul. *The Chastening — Inside the Crisis that Rocked the Global Financial System and Humbled the IMF*. Nova York, PublicAffairs, 2001, pp. 335–69.

10 Ibidem, p. 344.

11

Na verdade, trata-se de um antigo provérbio árabe atribuído a Maomé.

12 Sant'Anna, Lourival. *O destino do jornal — a* Folha de S. Paulo, O Globo *e* O Estado de S. Paulo *na sociedade da informação*. Rio de Janeiro, Record, 2008, p. 208.

Jornalismo de economia: ralo e falso

O jornalismo brasileiro é tão falso quanto a elite de que pretende fazer parte. Em especial o de economia.

Fui convidado a escrever sobre o assim chamado “jornalismo de economia” que se pratica no Brasil, o único país do mundo, segundo o Mino Carta, onde jornalista chama patrão de colega.

Atribui-se a Delfim Netto a mortífera frase “jornalismo de economia não é um nem outro”.

Claro que ele nega, peremptoriamente, a autoria.

Ainda assim, tome-se o aforismo como ponto de partida.

“Jornalismo” muitas vezes não é.

Porque é mais opinião do que informação.

E o bom jornalismo não mistura Igreja e Estado — não mistura opinião e informação.

Porque fica combinado assim: quem tem opinião é o dono.

Quem paga as contas.

Se o repórter enfia opinião na informação, é porque exerce a atividade de contrabandista: camufla a opinião do patrão — ou a sua, que só pode ser a mesma do patrão, por definição — no meio da informação.

Logo, trata-se de um embuste.

Também não é jornalismo, porque o chamado “jornalismo de economia” não é escrito para informar o leitor, espectador ou ouvinte.

Mas, para informar os economistas dos bancos, que já sabem tudo o que o jornalista quer lhe dizer.

Essa estranha mutação se dá por dois motivos.

Porque o jornalista de economia adoraria ser economista de banco.

E porque o jornalista de economia não tem a menor ideia do que interessa ao leitor.

A ignorância é colossal.

E, mesmo se soubesse, trocava o serviço ao leitor pelo serviço ao banqueiro.

Existe outra aberração, aqui: jornalistas de economia pensam que são economistas.

E assim se consideram, ao trabalhar.

Como se de um “economista” se exigisse mais do que de um dentista.

Esse menosprezo pelo leitor, espectador ou ouvinte se dá por uma deformação genética.

Os jornalistas de economia, como, de resto, jornalistas brasileiros em geral, nasceram do mesmo ventre: as faculdades de jornalismo.

Faculdades de jornalismo, na grande maioria, são arapucas que não ensinam.

Como é obrigatório ter diploma para ser jornalista — uma aberração corporativista! — as faculdades de jornalismo são — muitas vezes — gigolôs do diploma.

Eu finjo que te ensino, você me paga e eu te arrumo um diploma.

Na verdade, tudo de que alguém precisa para ser jornalista não exige mais do que três meses num laboratório do Senai.

O resto, o resto é ler Machado de Assis.

E aqui se chega a outro ponto capital: a Língua Portuguesa, aquela de Machado e Vieira.

Os jornalistas de economia são transgressores contumazes.

Não sabem escrever.

Tudo isso se deve a uma das excrescências do regime militar.

Como os militares embargaram o noticiário político, e se legitimavam com os feitos na economia, a imprensa ampliou o noticiário da economia e encolheu o da política.

Depois, veio a hiperinflação.

Outro motivo para engordar a economia.

O noticiário da televisão servia menos ao espectador do que ao governo: manter, por exemplo, o congelamento de preços do Plano Cruzado.

A Globo desempenhou papel central nisso.

E se esborrachou com o descongelamento.

A certa altura, o *Jornal da Globo*, de 24 minutos de produção, tinha três — *três*! — colunistas de economia.

Este que escreve, o Joelmir Betting e a Lilian Witte Fibe, precursora da Miriam Leitão.

Sobre a segunda parte do aforismo delfiniano: economia.

Não escrevem sobre economia.

Porque dela não entendem patavina.

Divulgam *press releases*.

Praticam o jornalismo do “disse que”: fulano disse isso; beltrano, aquilo…

E reproduzem o Banco Central, ou o que ouvem dos economistas dos bancos, que, por sua vez e, por definição, dizem o que o Banco Central diz.

Isso, quando falam entre aspas.

Porque quando falam “em off”, os economistas dos bancos dizem o que querem

que aconteça e manipulam os obsequiosos jornalistas de economia para reproduzir seus pleitos — e de seus bancos.

É o que acontece, por exemplo, com a Selic.

Os jornalistas de economia, como os bancos e seus economistas querem juros.

Juros!

O jornalismo de economia é a vanguarda terrorista que espalha crises para derrubar governos trabalhistas.

São os novos Velhos do Restelo.

De cada dez palavras de um jornalista de economia, nove são “crise”.

“Crise” significa dizer ao leitor, espectador: não pense, você não está qualificado para pensar.

Você é um bestalhão!

Isso tudo é muito complicado e você não alcança a “crise” em sua dimensão cósmica.

Deixa que eu penso por você.

Eu e os “especialistas” que eu consulto.

Como disse o senador Requião, esses “especialistas” são os que nada sabem de tudo.

Mais importante ainda: além de pensar, eu, jornalista de economia, quero votar por você.

Como a “ciência” da economia se transformou na “ciência” dos credores, assim é com o jornalismo de economia: joga no time dos que tem a receber.

E o devedor — leitor, espectador, ouvinte, o povaréu em geral — que se lixe.

Outro aspecto a conspurcar a pseudociência da economia é o caráter partidário do jornalismo de economia.

O jornalismo de economia é a favor do mais forte — sempre.

Do patrão, do credor, da Casa Grande, da Metrópole.

Esteja o mais forte no PSDB, no PMDB ou no PSB: só o mais forte garante o meu emprego.

E, aí, na fidelidade ao "mais forte", se dá um fenômeno interessante.

A grande maioria dos jornalistas de economia só atravessou o Equador para ir à Disney.

Mas, pensa que capta os sentimentos mais profundos da Metrópole, geralmente instalada na City ou em Wall Street.

Provavelmente lá nunca estiveram.

Se estiveram, não entenderam a língua que ali se fala.

Mas, aqui, na versão luso-tropical, procuram reproduzir o que imaginam ser o pensamento metropolitano.

Como aquele argentino que usava guarda-chuva quando lia no *Times* de Londres que a previsão era de chuva fina e fria.

De resto, o jornalismo de economia brasileiro não passa dos cabedais do repórter do *Wall Street Journal* que mereceu um discreto elogio de Paul Volcker, quando saiu do Banco Central: "você, meu filho, era o único jornalista que eu me dava o trabalho de ler".

Atônito, respondeu o jovem: "mas, mr. Volcker, tudo o que eu fazia era reproduzir o que o senhor dizia".

O jornalismo de economia é tão ralo quanto o jornalismo brasileiro.

E tão falso quanto a elite de que pretende fazer parte.

Em tempo: o autor destas mal traçadas ganhou a vida, por muito tempo, como jornalista de economia.[1]

1 Ver <http://goo.gl/PCR5im>.

Globo quebra, governo conserta

A *Carta Capital* foi o único órgão de imprensa a noticiar a concordata da empresa dos Marinho.

Em meio à crise, veio o escândalo: em março de 2002, o BNDES de FHC montou uma operação de socorro financeiro à falida NET (antiga Globocabo), a maior operadora de TV por assinatura do Brasil, controlada pela família Marinho: foi oferecido à empresa um crédito de 281 milhões de reais.

No entanto, não se tratou de um empréstimo, o que obrigaria a empresa a pagar pelo dinheiro recebido. O termo técnico para o tipo de operação que se fez para salvar a empresa de Roberto Marinho é “adiantamento de aumento de capital”, o que desobrigou a NET a fazer qualquer tipo de pagamento futuro ao BNDES. Em retribuição ao capital injetado, a operadora apenas repassou parte de suas ações ao banco. Dada a quantidade gigantesca de dinheiro cedida, o BNDES chegou a ser o segundo maior acionista da NET, com 22% do capital da empresa. Dois anos depois, o banco vendeu essas ações para a mexicana Telmex.

Na prática, o BNDES financiou uma empresa deficitária e mal gerida. Até então, a NET nunca tinha operado no azul. Em 1999, o prejuízo havia sido de 526 milhões de reais. Em 2000, caiu para 434,5 milhões de reais mas, no ano seguinte, chegou aos 700 milhões de reais. Ainda em 2001, a dívida da empresa atingiu a casa de 1,6 bilhão de reais. Ou seja, a NET estava quebrada. A ajuda do BNDES era algo inédito: você se compromete a aumentar o capital quando voltar da Bolívia e eu te dou dinheiro adiantado.

Em entrevista ao programa *Conversa Afiada*, na TV Cultura, em 11 de março de 2002, Roberto Civita, o dono da Abril, disse com todas as letras: “Se for assim, eu também quero”. Silvio Santos também se manifestou sobre o assunto, em nota oficial do SBT:

O SBT entenderia a operação se fosse um empréstimo para salvar uma empresa brasileira em dificuldades financeiras. Agora, pagar a conta dessa empresa é um pouco demais.

Antônio Teles, vice-presidente da Bandeirantes, não deixou por menos:

É espantoso! Uma operação de SOS para salvar uma empresa que se endividou temerariamente revela o apreço do administrador público pelos fundos sofridamente amealhados com o dinheiro do povo. Trata-se de uma interpretação muito peculiar do neoliberalismo.

Nos telejornais da TV Bandeirantes, o financiamento do BNDES à Globo era chamado de “esquema” e “escândalo”. Apesar da repercussão negativa, a direção do banco não voltou atrás. Em março de 2004, o Tribunal de Contas da União criticou a operação, pelo risco de “causar efetivos prejuízos ao Erário” que ela representava.

Na edição de 20 de março de 2002 da revista *Carta Capital*, Mino Carta tratou de um assunto que, pouco tempo antes, havia sido levantado em uma divertidíssima entrevista no meu programa *Conversa Afiada*, na TV Cultura:

Carta Capital vem por meio destas linhas avisar aos caros leitores e leitoras que, estimulada pelos últimos eventos, dirigir-se-á ao BNDES, com um mui digno e bem fundamentado projeto em busca de algum. Os tempos andam deveras difíceis de sorte a justificar em pleno tal empreitada. O nosso amável leitorado será mantido a par, passo a passo.

Na entrevista veiculada pela TV Cultura, Mino ousou dizer que sua revista merecia mais o dinheiro do BNDES do que a Globo, que havia quebrado, e afirmou que ele e seu sócio, o professor e economista Luiz Gonzaga Belluzzo preparavam um *business plan* para submeter ao banco.

Mas a ajuda de FHC e do BNDES não foi suficiente para salvar a Globo. Em crise, a empresa teve que vender ativos em emissoras de pequeno e médio porte espalhadas pelo Brasil — o que, depois, o próprio filho de Roberto Marinho, Roberto Irineu, chamou de “uma burrice”.[1]

E nem assim a Globo conseguiu impedir a moratória. Em 28 de outubro de 2002, um dia antes de Lula ser eleito presidente pela primeira vez, a Globopar Comunicações e Participações — a *holding* da família Marinho que abriga NET, Globo.com e Editora Globo — anunciou o não pagamento da dívida. A TV Globo, porém, com os jornais, as revistas e as rádios da Globo, conseguiu ficar de fora do calote.

A crise da desvalorização do Real levou o PiG — com a adesão compulsória da

Globo — a pressionar FHC para mudar a Constituição e permitir a entrada de capital estrangeiro em empresas de comunicação. Inicialmente, FHC se opôs. Afinal, a Globo era contra. Mas isso foi antes da concordata…

Quando a Globo ainda se opunha à ideia, por não querer que a concorrência se fortalecesse com a entrada de capital estrangeiro, FHC convocou os donos das redes de televisão — menos o da Globo — para uma reunião em Brasília, na casa do então presidente do Câmara dos Deputados, Michel Temer. E foi bem claro: se os empresários quisessem o capital estrangeiro, teriam que lutar por isso no Congresso. Porque ele, o presidente da República, não tinha condições de fazer isso — de enfrentar a Globo, que fique bem entendido.

Porém, quando a empresa dos Marinho quebrou, a coisa mudou. Assim, em 28 de maio de 2002, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional 36/2002, que alterava ao artigo 222 da Constituição. De acordo com a nova determinação, investidores estrangeiros poderiam deter até 33% do capital das empresas de comunicação brasileiras. Mais do que depressa — em 2 de outubro de 2002, a pouco mais de três semanas do primeiro turno das eleições em que Lula derrotaria o candidato governista José Serra —, FHC regulamentou a emenda com uma Medida Provisória.

A bem da verdade, *nenhuma* empresa estrangeira entrou de fato no capital de uma rede de televisão aberta brasileira. Foi como dobrar a dose de mercúrio cromo de um paciente internado na UTI. No fim, esse episódio serviu apenas para demonstrar a subserviência de FHC e do Congresso à família Marinho. Disse FHC:

O que é um empresário? O que caracteriza um empresário? No fundo, é política, não? Tem que ver o todo e ter audácia. Se você não for capaz de ver o conjunto e ter audácia, você pode ser um bom chefe de empresa, um bom capitão de indústria, como se diria, mas você não é um líder, não é um empreendedor. Um empreendedor tem que inovar, e o Roberto Marinho é isso. Então, um empresário definido assim, é também um político. […] Ele [o Roberto Marinho] nunca me pediu nada, nada. E eu também nunca pedi nada a ele.[2]

A Globo faliu em outubro de 2002, a dois meses do fim do segundo mandato de Fernando Henrique.

Um rombo de 1,185 bilhão de dólares.

Os governos Fernando Henrique e Lula não conseguiram salvar a Globo.

Poderiam, talvez, isso sim, ter estatizado a Globo, através de um “salvamento” bem arquitetado.

Mas, para as duas tarefas faltaram dinheiro, coragem e um bom arquiteto.

Fernando Henrique deixou o pepino de herança para Lula — como Castelo Branco tinha deixado Roberto Marinho em crise para Costa e Silva.

A Globo montou um “comitê” de empresas de televisão que poderiam se beneficiar de uma linha especial do BNDES, já no governo Lula.

A desculpa era proteger “o conteúdo nacional”.

Não passava de uma fachada para salvar a Globo e levar os outros no comboio.

A presidenta do “comitê” era a economista Maria Silvia Bastos Marques, que tinha acabado de viver experiência amarga como presidente da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), sob a batuta de Benjamin Steinbruch.

Na revista *Veja*, soube-se que Steinbruch “conseguiu” o apoio dos fundos de pensão e só por isso derrotou o Grupo Votorantim, favorito no leilão da CSN. Steinbruch teria merecido o apoio com a colaboração de um tesoureiro de campanhas de José Serra e Fernando Henrique. Steinbruch ficou chateado e reclamou com um ministro de Fernando Henrique — Luiz Carlos Mendonça de Barros — porque, vencida a licitação, o tesoureiro queria mais. Depois, Steinbruch negou tudo veementemente.

FHC “privatizou” a malha ferroviária do Nordeste a Steinbruch — vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), dono da CSN e do Grupo Vicunha — em troca da solução de um litígio com a Receita Federal. De aditivo em aditivo, Steinbruch conseguiu atrasar as obras da Transnordestina, crucial para o desenvolvimento do Nordeste: sai de Eliseu Martins, no Piauí, vai a Salgueiro em Pernambuco, de lá se bifurca para Pecém, porto próximo de Fortaleza, e segue até Suape, porto próximo a Recife. De aditivo em aditivo… Quando governador de Pernambuco, Eduardo Campos me

contou que não sabia mais o que fazer para desobstruir a malha da Transnordestina: dos tocos do meio ambiente com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); das questiúnculas do Ministério Público; regularização de contratos de trabalho. Resolvia um problema, surgia uma demanda adicional de Steinbruch, com o respectivo aditivo. Segundo Campos, Dilma Rousseff dedicava a Steinbruch os mesmos nobres sentimentos com que ele e Cid Gomes, governador do Ceará, enalteciam o ex-patrão de Maria Silvia. Imagine ela.

Quando assumiu provisoriamente a presidência da Fiesp, Steinbruch espinafrou a presidenta Dilma. Depois se soube que ele devia uma CSN de impostos à Receita Federal.

---

1 *Revista PAY-TV*, edição 122, jan.—fev. 2005.

2 Bial, Pedro. Op. cit., p. 33–4.

O que os credores achavam dos filhos do Roberto Marinho

Recolhi o testemunho de um dos presentes à reunião decisiva do grupo da economista Maria Silvia com Carlos Lessa, então presidente do BNDES, para resolver a dívida da Globo com dinheiro público (nessas horas, a intervenção estatal é virtuosa).

Depois de uma articulada exposição de Maria Silvia, Lessa estabeleceu uma condição para prosseguir: as empresas não demitiriam ninguém.

Se o BNDES emprestasse, nenhum funcionário das empresas beneficiadas seria mandado embora.

A negociação se encerrou ali.

Na verdade, seria mais fácil Roberto Marinho filiar-se ao bolivarismo de Chávez que Lessa emprestar dinheiro à Globo.

Nos Estados Unidos, o cerco dos credores à Globo se apertava.

Segundo a revista eletrônica *Teletime* — a única publicação brasileira que, sistematicamente, cobriu o dia a dia do naufrágio de 20 de janeiro de 2004, “a Globopar pede à Justiça de NY que rejeite recurso ao — ou seja, ao Bankruptcy Code, o Código de Falência.

Se a Justiça aceitasse, a empresa teria de ser reestruturada sob as ordens dos credores e da Justiça americana.

A Globo argumentava que quase não tinha bens nos Estados Unidos e a legislação americana de falências não deveria se aplicar a uma empresa brasileira.

Ainda segundo a *Teletime* do dia 2 de fevereiro de 2004, a Bankruptcy Court concordou em que a legislação americana não se aplicava à Globo e não concedeu o direito reclamado pelos acionistas reunidos em torno de um gestor

chamado W. R. Huff.

Esse, provavelmente, era mais um dos conhecidos fundos “abutres”, que sentem ao longe o cheiro de falências e correm para tirar a última gota de sangue dos moribundos.

Mesmo derrotados, os credores insistiam em que a Globo desse informações com mais rapidez, especialmente sobre:

- Quais os critérios de governança que serão adotados para sair do buraco;
- Como os credores participarão da empresa reestruturada;
- E o valor e a origem de novos aportes financeiros à companhia.

Nessa altura, a Rede Record pressionou o BNDES para impedir que usasse recursos para pagar dívidas. O objetivo deveria ser investir em conteúdo nacional, porém, novo.

Essa divergência fez com que a Record abandonasse a Abert, controlada pela Globo.

No dia 2 de janeiro de 2004, bem no início do governo Lula, conversei em Nova York com um diretor de banco que tinha assento no “comitê dos bancos credores” da Globo.

Segundo esse depoimento, restava à Globo ir “levando com a barriga”. Para a banca internacional, a Globo já estava irremediavelmente quebrada — sem o BNDES.

A Globo, em maio de 2003, tinha feito uma proposta que os credores consideraram “indecorosa”.

Eram três os grupos credores: fundos de investimento — como os “abutres” —, acionistas individuais e bancos, os maiores.

Os três grupos se juntaram e em dois, três meses fizeram uma “*due dilligence*” na empresa.

Em setembro, apresentaram à Globo três possibilidades:

- Um alongamento dos prazos de vencimento por dez anos e juros altos;
- Um “cap” de 25% — ou seja, com a garantia de que os juros não ultrapassariam esse teto —, com amortização mais rápida;
- Uma aceleração (mais ou menos) da amortização.



“Os dois filhos… saem da gestão.”

A Globo teve um prazo entre setembro e dezembro para responder.

Enquanto era pressionada na Justiça americana.

Se, em algum momento, a Justiça considerasse que os bancos deveriam intervir na Globo, esses já tinham, de acordo com o informante, a estratégia assim definida:

- juntar tudo o que faz sentido numa empresa só;
- os bancos passavam a ter assento no *board* da empresa, ou seja, na gestão direta do negócio, especialmente no “caixa”;
- jogar fora o que não presta;
- os dois filhos “idiotas”, segundo o documento — provavelmente Roberto Irineu e João Roberto —, sairiam da gestão da nova empresa;
- e quanto a pagar 50 milhões de dólares para ter direito à exclusividade da Copa, não!, diriam os credores. Muito caro!

A imprensa brasileira omitiu a grave situação de uma das maiores empresas do país.

Não se fala de corda em casa de enforcado…

No dia 12 desse trágico mês de janeiro de 2004, segundo a *Teletime*, os fundos americanos GMAM, Foundation for Research e WRH Global Securities, respaldados pelo W. R. Huff, refutaram a Globo e asseguraram que os papéis da dívida foram comercializados nos Estados Unidos e ali deveriam ser julgados — e honrados. E mais: que a Globo estava empurrando a negociação com a barriga para transferir ativos e prejudicar os credores.

Roberto Marinho morreu em 6 de agosto de 2003.

Há algum tempo, com a agilidade mental comprometida pela idade, não participava mais dos negócios da empresa.

Levou 78 anos para construir um império.

E cinco meses depois de sua morte os herdeiros tinham quebrado a empresa.

E só não quebraram irreversivelmente porque tiveram que entregar os anéis.

Levantaram a concordata em Nova York à custa de uma redução brutal no patrimônio.

Conta-se que o primogênito Roberto Irineu Marinho procurou o milionário mexicano Carlos Slim, que herdou, numa privatização, a telefonia do México e se tornou, com os filhos de Marinho, um dos homens mais ricos do mundo, segundo a revista *Forbes*.

“Eu preciso de 200 milhões de dólares até o fim da semana!”, teria dito Roberto Irineu a Slim.

“Tudo bem”, foi a resposta.

Slim é uma espécie de abutre.

Especialista em comprar empresas barato para vendê-las caro.

Muito mais caro.

Foi Slim quem salvou os meninos do dr. Roberto.

Eles estavam à beira do *default* e de perder o emprego.

Slim comprou a NET dos Marinho.

Os Marinho, ao mesmo tempo, contrataram um dos "gênios" da turma do Fernando Henrique Cardoso, Henri Philippe Reichstul, aquele que, presidente da Petrobras, ia vender a "Petrobrax" em fatias.

Anos depois, pelo espelho retrovisor, os filhos do Roberto Marinho concluíram que teria sido menos desastroso ir a *default*.

E pagar na Justiça.

Reichstul vendeu patrimônio, em muitos casos, a preço vil.

A Globo saiu vendendo.

Por exemplo, Boni comprou a afiliada do Vale do Paraíba, o jornalista esportivo e depois empresário J. Hawilla comprou outras no interior de São Paulo — e os dois ganharam um monte de dinheiro.

É possível que, a partir de 2004, a situação patrimonial de Boni e J. Hawilla — todas as considerações feitas — fosse mais saudável do que a dos filhos de Roberto Marinho.[1]

Como diria o Zózimo Barrozo do Amaral, não se recomenda convidar os filhos do Roberto Marinho e Reichstul para o mesmo jantar.

---

[1] Em 2015, quando o FBI comandou uma operação que investigava a corrupção na FIFA, que prendeu o presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), José Maria Marin, o nome do empresário J. Hawilla também surgiu. Dono da Traffic, maior agência de marketing esportivo da América Latina, Hawilla negocia direitos de transmissão, patrocínio e promoção de campeonatos de futebol. Hawilla estaria envolvido no que o

Departamento de Justiça americano classificou como “esquema de pagamento de propinas”. Hawilla é quem vendia à Globo as “transmissões televisivas”, na expressão do FBI. O caso foi noticiado no *Conversa Afiada*, acessível em <http://goo.gl/DvhBNo>.

A Globo é um «pai para filho» de FHC

Os filhos de Roberto Marinho souberam retribuir os esforços de FHC para salvá-los. Para isso, ajudaram a fulminar a candidatura de Roseana Sarney, do PFL, governadora do Maranhão, que ameaçava tirar votos de José Serra. A filha do ex-presidente Sarney era uma candidata competitiva. Na pesquisa do Datafolha de fevereiro de 2002, vinha em segundo lugar, com 24% das intenções de voto, atrás apenas de Lula, que tinha 27%. O ex-ministro da Saúde, José Serra, do PSDB, tinha a metade da preferência de Roseana: 12%, e estava atrás inclusive do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (então no PSB), que era o candidato de 14% dos que responderam à pesquisa.

Para se manter fiel a seu estilo, Serra precisava destruir Roseana o mais rápido possível (de acordo com sua equipe de "marqueteiros", Garotinho não seria problema). Então, numa sexta-feira, 1º de março de 2002, a Polícia Federal, a mando do Ministério Público Federal, realizou uma operação de busca e apreensão na empresa Lunus, de Jorge Murad, marido de Roseana, em São Luís.

Durante a operação, a PF encontrou — e fotografou — 1,3 milhão de reais em dinheiro na sede da empresa. A revista *Época*, das Organizações Globo, foi a primeira a divulgar a foto do dinheiro encontrado pela PF. Cesar Maia, prefeito do Rio de Janeiro e coordenador da campanha de Roseana à época, disse ter estranhado que a revista tenha conseguido espalhar por São Paulo outdoors com a notícia logo no dia seguinte e, ainda no dia do ocorrido, tenha sido rápida o bastante para publicar em seu site a reportagem sobre a Lunus antes mesmo que a PF deixasse o escritório da empresa no Maranhão. Como declarou Maia à *Folha de S. Paulo* de 4 de março de 2002: "Uma revista nacional não faria isso sem o respaldo de uma autoridade política".[1]

Segundo declarou José Sarney à jornalista Mônica Bergamo na *Folha de S. Paulo* de 6 de março de 2002, logo após a operação na Lunus, Fernando Henrique Cardoso recebeu no Palácio da Alvorada um fax, enviado da própria sede da Lunus, pelo deputado federal e vereador (e ironicamente presidente de uma comissão que, a princípio, investigou o "uso político" da Polícia Federal)

Marcelo Itagiba com a mensagem: “operação bem-sucedida”. Itagiba é delegado da Polícia Federal e trabalhou para o Ministério da Saúde de José Serra, onde exercia atividades nunca de fato esclarecidas. E vale lembrar que quem mandava na PF na época era o então ministro da Justiça Aloysio Nunes Ferreira, mais tarde chefe da Casa Civil do governo Serra em São Paulo e senador do PSDB de São Paulo.

As fotos das notas de 50 reais publicadas de forma quase instantânea pela *Época* e depois exibidas diversas vezes, com destaque no *Jornal Nacional*, causaram um dano irreparável à candidatura de Roseana e fizeram com que Serra subisse nas pesquisas. Em agosto, nova tentativa de ajudar o candidato tucano, com a publicação de uma pesquisa de uso interno do Ibope, na mesma *Época*, unicamente para mostrar que José Serra subia e Ciro Gomes, outro de seus adversários, caía. O próprio instituto, através de nota assinada por seu presidente, Carlos Augusto Montenegro, condenou a publicação da pesquisa e afirmou que ela não tinha “validade para aferir intenções de votos”.[2]

“Rameira! Ponha-se daqui para fora!”

Assim começa *O príncipe da privataria — a história secreta de como o Brasil perdeu seu patrimônio e Fernando Henrique Cardoso ganhou sua reeleição*.[3] A cena descreve como o senador Fernando Henrique expulsou Miriam Dutra Schmidt de seu gabinete no Senado, ao saber que estava grávida de um filho dele.

Entra em cena um corpo de bombeiros formado por Sérgio Motta, José Serra e Alberico de Souza Cruz — os dois primeiros, cabeças do “projeto presidencial” de FHC; o último, diretor de jornalismo da Globo e futuro padrinho da criança.[4]

Foi Souza Cruz quem escondeu Miriam Dutra em funções irrelevantes da atividade da Globo no exterior.

Soube-se mais tarde, depois de dois testes de DNA encomendados pelos filhos de Fernando Henrique com D. Ruth que a criança não era dele, mas de um cinegrafista da Globo. Mas os filhos de D. Ruth teriam de dividir os bens do pai, que reconheceu o menino, como se dele fosse. Porém só o reconheceu depois

que não tinha mais uma carreira política pela frente.

Toda a imprensa brasileira sabia, mas o preservou, gentilmente. E à sua carreira.

Além de todos os serviços prestados em sua eleição, reeleição e tentativa de sucessão, a Globo ainda fez esse favor pessoal a FHC. “Escondeu” o quanto pôde a jornalista que fazia a cobertura do Senado para o *Jornal da Globo* na época em que o ex-presidente ainda era senador. Durante seu mandato, para evitar constrangimentos, a emissora mandou a repórter para Lisboa, Barcelona, Londres…

Afinal, segundo *todos* os “jornalistas” políticos de Brasília, e também a revista *Caros Amigos*, FHC e Dutra tiveram um filho.

Na *Caros Amigos*, há um relato que narra aquela “reação irada” do então senador FHC, que xingou a jornalista e deu um pontapé num circulador de ar, que foi parar longe, quando Dutra comunicou que estava grávida.[5]

Outra menção pública a esse falso segredo foi a de Juca de Oliveira na peça *Flor do Meu Bem Querer*, em que interpretava um senador corrupto que teve um filho fora do casamento. Num determinado momento, ele solta a pergunta: “Se o Fernando Henrique teve, por que eu não posso ter?” Na apresentação a que assisti, a plateia paulistana soltou um suspiro de espanto nessa hora.

Mais tarde, em julho de 2007, o governador do Paraná, Roberto Requião — no auge de um “escândalo” supostamente causado pelo fato de o senador Renan Calheiros ter uma filha com uma jornalista de Brasília —, ao sair de uma audiência com o presidente Lula no Palácio do Planalto, foi à sala de imprensa e disparou contra os jornalistas de plantão: “Vocês não falaram do filho do Fernando Henrique. Por que estariam agora preocupados com a filha do Renan fora do casamento?”. O PiG ignorou a pergunta. A *Carta Capital*, não.

1

Adiante se tratará de como a Globo levou as eleições de 2006 para o segundo turno e, consequentemente, da operação do dinheiro dos “aloprados”. A tecnologia é a mesma. Os personagens, quase os mesmos. Por exemplo, o procurador Mário Lúcio Avelar, do Ministério Público Federal de Tocantins, foi quem pediu para que a polícia fosse até a sede da

empresa maranhense. Mais tarde, Avelar subiria de novo a escada da fama, ao participar da gloriosa missão dos “aloprados” — e, de novo, beneficiar Serra.

2

Folha de S. Paulo, 20 de agosto de 2002.

3

Dória, Palmério. São Paulo, Geração Editorial, 2013.

4

Idem.

5

Caros Amigos, edição 37, abril de 2000.

FHC é um filho pródigo para a Globo

No ponto mais agudo da privatização de Fernando Henrique, eu editava e apresentava o *Jornal da Band*.

A Globo se apresentou como candidata à compra da Embratel.

O *Jornal da Band* passou a usar “artes” para representar o que aconteceria se a Globo comprasse a Embratel.

Imagine, caro espectador, se a Viação Cometa comprasse a Via Dutra. E proibisse ônibus e passageiros de empresas concorrentes de usar as facilidades dos postos de gasolina da estrada. Ou se a Varig comprasse o Aeroporto de Congonhas.

Uma noite, pouco antes de o jornal ir ao ar, João Saad, dono da empresa, me avisou que o ministro da Comunicação, Luiz Carlos Mendonça de Barros, tinha acabado de perguntar num rápido telefonema:

“O que é que aquele filho da puta vai botar no ar, hoje?”

Luiz Carlos também é conhecido como Mendonça de “Burros”, entre economistas e jornalistas.

Antes, numa enfermaria do Hospital Albert Einstein, onde já começava a tratar doença que o matou, Sérgio Motta, antecessor de Mendonça de Barros manteve rápido diálogo comigo:

“Vocês vão dar a Embratel à Globo?”

A resposta foi nessa linha de argumento:

“Jamais, porque eu e o Fernando temos um compromisso político.”

Pouco antes de morrer, Serjão, entregou a FHC a terceira versão de sua autoria para um Marco Regulatório da Comunicação.

Era um tiro no peito da Globo, como seria qualquer marco medianamente sério.

Ao propor a reforma constitucional que permitiu a privatização das teles, Serjão pretendia, a seguir, atualizar o Código de Radiodifusão de 1962, com o seu "Projeto de Lei de Comunicação Eletrônica de Massa".

Ele acreditava que, se misturasse os dois num mesmo projeto de reforma constitucional, a pressão da indústria da televisão — ou seja, da Globo — atrasaria a privatização dos telefones e o Plano Real precisava de dólares para garantir a reeleição de FHC — devidamente comprada, segundo algumas fontes, por Serjão, chamado de "o trator".

O projeto de lei que Serjão — e FHC! — ia(m) enviar ao Congresso, previa:

- Uma mesma pessoa ou empresa não poderia possuir, controlar ou operar prestadoras de serviço de *broadcasting* que conjuntamente cubram mais de 30% dos domicílios com TV no país;
- Era proibida a "propriedade cruzada": não seria permitido ter uma operadora de tevê a cabo e uma empresa de telefonia ou emissora de tevê na mesma cidade;
- Todos os contratos entre emissoras e afiliadas teriam que ser públicos;
- A independência das afiliadas em relação à cabeça de rede seria maior que a atual;
- Operadoras de TV a cabo e programadoras não poderiam assinar cláusulas de exclusividade de programação — como, mais tarde a NET, já do Carlos Slim, assinou com a Globo.[1]

A Lei dos tempos de Serjão mexe com situações estabelecidas [leia-se Globo]. Está, portanto, mais para os partidos de oposição no Congresso do que para ser encampada pelo bloco governista […]. O projeto do ex-ministro Sérgio Motta poderá se transformar em uma das bandeiras oposicionistas.[2]

O sucessor de Serjão, Pimenta da Veiga, prometeu, segundo Glasberg, realizar "seminários abertos" para discutir o projeto. Chegou a enviá-lo à Casa Civil para ser encaminhado ao Congresso, mas, de lá o retirou porque recebeu "sugestões espontâneas".

Ao entregar seu Projeto de Lei, Serjão teria dito a FHC: "Não se apequene!".

A Globo só não comprou a Embratel porque não teve dinheiro.

FHC pegou o projeto de Serjão e jogou no lixo.

O compromisso de FHC parecia ser de outra natureza: com as “sugestões espontâneas”.

O PT também não empunhou as bandeiras do Serjão.

Aos 44’ do segundo tempo do segundo mandato, através de seu ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, Lula elaborou um projeto de lei de comunicação de massa, que permaneceu inédito.

Mas, Franklin Martins, depois que saiu do governo, sempre assegurou que qualquer mudança teria que ser “nada além da Constituição”.

Ou seja, regulamentar os artigos da Constituição que tratavam da Comunicação e que o Congresso — com medo da Globo e na defesa de seus interesses (da “bancada eletrônica”) — manteve intocados.[3]

Já no governo Dilma, o PT encampou um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) com uma Lei de Comunicação.[4]

O PT e a CUT encamparam o PLIP.

O PLIP recupera ideias que estariam no projeto de Franklin e o atualiza para novas circunstâncias então prementes: por exemplo, o Google se tornar o segundo maior destino de publicidade do Brasil, depois da Globo — e o Google não pagar Imposto de Renda no Brasil.

Pagar imposto? A Globo também não gosta disso.

O cafezinho acaba de ter acesso a uma investigação da Receita Federal sobre uma sonegação milionária da Rede Globo. Trata-se de um processo concluído em 2006, que resultou num auto de infração assinado pela Delegacia da Receita Federal referente à sonegação de 183,14 milhões de reais, em valores não atualizados. Somando juros e multa, já definidos pelo fisco, o valor que a Globo devia ao contribuinte brasileiro em 2006 sobe a 615 milhões de reais. Alguém calcule o quanto isso dá hoje.

A fraude da Globo se deu durante o governo Fernando Henrique Cardoso, numa operação tipicamente tucana, com uso de paraíso fiscal. A emissora disfarçou a

compra dos direitos de transmissão dos jogos da Copa do Mundo de 2002 como investimentos em participação societária no exterior. O réu do processo é o cidadão José Roberto Marinho, CPF número 374.224.487–68, proprietário da empresa acusada de sonegação.[5]

O governo Dilma — até junho de 2015 — não tinha cobrado o Imposto de Renda da Globo, nem apresentou um projeto de reforma da comunicação da massa.

O projeto de Franklin devia estar no alto da pilha dos projetos engavetados. Dessa vez, na gaveta do ministro de Dilma, Paulo Bernardo, que a revista *Carta Capital* chamava de "Bernardo Plim-Plim".

Depois, no segundo mandato de Dilma, foi para o fundo da gaveta do novo ministro da Comunicação, Ricardo Berzoini.

Só que, conforme o blog *Conversa Afiada*, Berzoini já chegou ao governo devidamente "bernardizado".

Uma coisa é a liberdade de imprensa dos donos dos meios de comunicação, o PiG, e outra é a liberdade de expressão, a que todos deveriam ter acesso se o Brasil fosse, de fato, uma democracia. Os donos do PiG, é claro, cuidam com muito zelo de seu privilégio — o de ser "livre" e impune — e trabalham para manter o monopólio de "liberdade" ao custo do cerceamento da liberdade de expressão dos outros. E fazem isso com tamanho empenho e frequência que se tornou impossível detê-los. No Brasil, todas as tentativas de restringir o poder do PiG se mostraram inúteis.

Nos Estados Unidos, ainda que nem tudo sejam rosas, a sociedade dispõe de uma legislação mais preocupada em defendê-la, além de uma agência razoavelmente independente para fiscalizar seu cumprimento. Além disso, por lá nunca faltou quem defendesse publicamente que o sistema de comunicações do país deveria estar subordinado aos anseios do povo americano, e não aos dos proprietários dos veículos de mídia.

O jornalista Ed Murrow, por exemplo, destruiu o demagogo senador anticomunista Joseph McCarthy, em abril de 1954, com uma edição do

programa *See it Now* no qual se ouviam unicamente as declarações de McCarthy.[6] Não foi preciso acrescentar nada: bastou reproduzir trechos de falas macartistas (foi assim que ele entrou para a história: como inspirador do "macartismo", período marcado pela perseguição de esquerdistas e destruição de suas carreiras).

O programa de Murrow arruinou o senador — mas também acabou com Murrow.

Murrow ganhou fama com sua cobertura da Segunda Guerra Mundial para a CBS em Londres, que estabeleceu um novo padrão de jornalismo no rádio. Seus boletins começavam com um famoso bordão "This is London". Mais tarde, Murrow se tornou o primeiro grande jornalista da TV americana. E depois a primeira vítima. O dono da CBS, Bill Paley, não resistiu à pressão do patrocinador, a Alcoa, e o jornalista teve que ir embora. O declínio começou com a queda de McCarthy.

Antes disso, ainda como funcionário da CBS, Murrow fez um discurso memorável para os donos de emissoras de televisão, num evento da RTNDA (Radio-Television News Directors Association), em 15 de outubro de 1958:

Nossa história será feita do que nós fizermos. Nós seremos responsáveis pelo que será o futuro da televisão americana;

Estou inteiramente convencido de que o público americano é mais sensato e mais maduro do que os programadores de televisão imaginam;

Um dos problemas básicos do jornalismo de rádio e televisão é que esses dois instrumentos nasceram como se fizessem parte de uma combinação incompatível de *show business*, publicidade e jornalismo;

A alta administração das redes de televisão — com algumas notáveis exceções — é treinada em publicidade, em pesquisa de audiência, em venda de anúncios e em *show business*. Mas também toma decisões finais e cruciais sobre notícias e questões de interesse público;

Muitas vezes, há um choque entre o interesse público e o interesse corporativo. Um telefonema ou uma carta de um centro de poder em Washington são tratados de maneira muito mais séria do que a reclamação de um espectador irado. O negócio econômico e a avaliação editorial estão sempre em conflito. Estou

preocupado com esse desequilíbrio e tenho a impressão de que isso pode fazer muito mal a todos nós;

Esse instrumento que é a televisão pode ensinar, pode iluminar, pode inspirar os cidadãos, mas só pode fazer isso se os profissionais estiverem decididos a usá-lo com esse objetivo. Do contrário, será apenas uma caixa com fios e luzes. E há uma grande e talvez decisiva batalha a ser travada. Temos que lutar contra a ignorância, a intolerância e a indiferença. E, nisso, a televisão pode ser muito útil.[7]

“Uma caixa com fios e luzes."

Essa expressão perseguiu a tevê comercial americana, para sempre, desde aí.

Outro marco da crítica à televisão foi a de Newton Minow, que trabalhou muito tempo como consultor e conselheiro das campanhas do Partido Democrata. John Kennedy, em 1961, o escolheu para dirigir a Anatel americana, a FCC (Federal Communications Commission).

Quando a televisão é boa, nada é melhor do que a televisão. Quando a televisão é ruim, nada é pior do que ela. Se você se sentar hoje diante de um aparelho de televisão e passar o dia inteiro assistindo à programação, ao fim do dia, você terá observado uma terra desolada [em inglês, *wasteland*, numa alusão ao poema de T. S. Eliot].[8]

Minow estava havia poucos meses na FCC quando discursou para os donos de televisão em 1961, na RTNDA — a mesma plateia para a qual Murrow falou. Em seu discurso, Minow enumerou seis princípios que deveriam orientar a televisão americana:

1. O povo americano é o dono do ar. São donos do ar tanto no horário nobre quanto às 6 horas da manhã e no domingo de manhã.
2. A lei americana prevê algumas regras, que serão cumpridas.
3. Acredito na livre concorrência. Eu quero ver a televisão melhorar e quero que vocês [donos de televisão] realizem esse trabalho. Tenho orgulho de defender o sistema capitalista, e os senhores são proprietários de uma concessão, de uma confiança que lhes foi conferida pela lei.
4. Farei o que for possível para ajudar a educar por meio da televisão. Não há

emissoras educativas suficientes.

5. Sou totalmente contrário à censura governamental na televisão. Não haverá a menor censura a programa que se enquadre na lei.
6. Não vim a Washington à toa, para assistir à destruição e à má utilização das ondas hertzianas. Eu vim para respeitar esses princípios e não há nada mais permanente e sagrado do que uma concessão pública para explorar aquilo que pertence ao povo americano.[9]

Alguma vez se ouviu uma autoridade governamental brasileira dizer coisa parecida?

Ainda que as observações de Murrow e Minow se revelassem, ao longo do tempo, rigorosamente inúteis…

A televisão aberta, comercial, explora um bem público — vale a pena repetir o que disse Minow.

Com o advento da TV, e nos governos Lula e Dilma, mais do que nunca, o PiG pôde fazer o que quisesse. Não havia nem há como puni-lo. O PiG não presta contas a ninguém. A sociedade brasileira, ao contrário da americana, não dispõe de mecanismos institucionais para se defender dele.

Os poucos que têm não são respeitados: nunca houve Minows no Brasil, no Ministério Público, na Anatel ou no Ministério das Comunicações. Muito menos na polícia.

O Código Brasileiro de Comunicações de 1962 do governo João Goulart é o que regula até hoje a radiodifusão no Brasil. O código foi reformulado por outros decretos, mas sua essência continua em vigor. Imaculada. Virginal.

Em 2015, a Globo conseguiu que um ministro do STF, Luiz Fux, relatasse uma ação de sua iniciativa — através da Abert — a qual, na prática, significa que *todo* meio de comunicação que fizer televisão no Brasil, inclusive na internet, terá de se submeter às mesmas regras da tevê aberta.[10] Ou seja, o Google tem que ser tão brasileiro quanto a Globo.

É uma tentativa de “sinificação” da tevê brasileira: tornar o Brasil tão inacessível a agentes estrangeiros de modernização quanto é inacessível o mercado da China (a ação se originou de uma reclamação da Globo contra a tevê do portal Terra na

internet; o Terra pertence à Telefónica da Espanha).

Com uma diferença.

A China comunista é uma ditadura.

O Brasil também é uma “ditadura”.

Só que não é comunista…

Essa decisão precisa ser homologada pelo Supremo.

Mas, em julho de 2015, a Globo já contava com três votos no Supremo: de Fux, do ministro Barroso, que foi advogado da Globo e instruiu a relatoria de Fux, e, inevitavelmente, do ministro Gilmar Mendes, que ocupa as telas da Globo com a frequência de um Toni Ramos.

Como disse um informante do *Conversa Afiada*, que vai e volta de San Francisco, “a Globo inspirou essa ação no Supremo, porque ela é a que mais se beneficiará com ela”:

Se aprovada a pretensão da Globo, a nova lei conterá boas intenções, como todos os caminhos que conduzem ao inferno.

Além de favorecer e subsidiar a produção independente nacional e os canais de conteúdo brasileiro na tevê por assinatura (leia-se canais da Globosat!), a nova lei proibirá as operadoras de telecomunicações — como a Telefónica da Espanha — de produzir conteúdo de TV e de comprar direitos esportivos, de shows e quaisquer outros. As multinacionais e a Bandeirantes (por interesses próprios) questionam a constitucionalidade de alguns pontos da lei.

Além de defender a lei que a beneficia e protege, a Globo quer tomar carona nessa querela para estender os entendimentos constitucionais sobre TV aberta e paga à internet.

Ela tenta se proteger dos principais concorrentes atuais: Google, Apple, Facebook, Netflix e HBO *over the top* (ou seja, os produtos que o consumidor acessa via internet, sem precisar da caixinha que fica em cima do aparelho de televisão).

A Globo está se lixando para os canais a cabo que produzem conteúdo nacional. O do [Fernando] Meirelles, o da Conspiração Filmes e outros, que hoje são seus parceiros na “luta anti-imperialista e de defesa da burguesia nacional".

A Globo quer é fechar o Google no Brasil. Só isso!

Enquanto a “Lei Fux” não entra em vigor, prevalece uma legislação obsoleta, que ignora inovações tecnológicas, com brechas que proporcionam interpretações invariavelmente a favor da concentração dos meios de comunicação de massa.

Nos Estados Unidos, as regras para a comunicação de massa são reguladas pela FCC, uma agência subordinada ao Congresso, criada em 1934 exatamente para evitar a concentração e beneficiar o consumidor — e, consequentemente, a democracia.

A FCC costuma ser mais leniente com os donos do PiG nos Governos republicanos. Como foi no governo de George W. Bush, na interpretação da lei de telecomunicações e sua conexão com a televisão. Mas os democratas também têm seus pecados inscritos na história da FCC.

Apenas duas normas da FCC são aplicadas no Brasil: a “Multiple Ownership Rule” (semelhante ao Decreto 236, de 1967, art. 12) e a “Duopoly Rule” (correspondente ao Decreto 91.837, de 1985, art. 15).

Pela “Multiple Ownership Rule” americana, que regula a quantidade de concessões dadas a um mesmo grupo ou cidadão, “um licenciado não pode ter, em nível nacional, mais do que doze emissoras AM, doze emissoras FM e doze emissoras de TV em VHF. Juntas, não podem ter mais de 25% da audiência nacional (Decreto 91.837, de 1985, art. 15)”.[11]

Aqui, o Decreto-Lei 236, de 1967, limita a dez o número de concessões que uma pessoa física ou jurídica pode controlar (cinco em VHF e mais cinco em UHF). No entanto, a lei é a todo momento burlada para favorecer a concentração. Para isso, basta que as emissoras adquiridas por um cidadão ou grupo econômico sejam registradas em nome de parentes. Assim, cada membro da família tem direito a dez concessões… Ou seja, uma mesma família controla dezenas de emissoras. Essa interpretação *sui generis* do Decreto-Lei 236 permitiu ainda que políticos, na prática, controlassem emissoras, o que é proibido pelo Código

Brasileiro de Comunicações de 1962.

Ou seja, a lei é o mesmo que nada. Do jeito que o PiG gosta.

Uma selva. E na selva prevalece o mais forte.

Um decreto de Sarney inclusive tornou praticamente impossível, durante anos, conhecer os verdadeiros donos das emissoras. O decreto autorizava a publicação somente da razão social dos concessionários de rádio e TV, e não o nome completo das pessoas. À época, ACM, ministro das Comunicações, justificou a medida: era necessário "economizar papel".[12] Sem comentários…

Além disso, o Código não estabelece limites ou normas às "afiliadas". O contrato entre a "cabeça de rede" e a afiliada não é público, como nos Estados Unidos. Não há, também, limite à duração desses contratos.

A outra norma da legislação americana que limita a concentração é a "Duopoly Rule", que dificulta a criação de um duopólio: "um licenciado não pode ter mais de uma emissora do mesmo tipo, numa mesma área. Com uma alteração de março de 1992, o limite foi aumentado para até três emissoras, de acordo com o tamanho do mercado".[13]

A lei equivalente no Brasil é o Decreto 91.837, de 1985, que impede duas concessões para uma mesma pessoa numa mesma localidade. No entanto, no Maranhão, por exemplo, os Sarney controlam a distribuição do sinal da Globo e do SBT, que por muito tempo foram líder e vice-líder de audiência da TV no Brasil. Um aliado fidelíssimo de Sarney, Edson Lobão, é afiliado à TV Record.

Em Sergipe, a família Franco controlou mais de uma rede, por muito tempo. No Ceará, o senador Tasso Jereissati e a mulher controlam a Globo e o SBT. Os grupos afiliados da Rede Globo controlavam — em 2002 — TV, rádio e jornal em 13 dos principais mercados brasileiros.[14]

Porém, a norma da FCC mais eficaz para combater a concentração é a "Cross-Ownership Rule", que proíbe à "propriedade cruzada", permitida por aqui. O Brasil não coíbe o instrumento mais poderoso para montar um império de concentração de mídia. A "Cross-Ownership Rule" impede a "licença para serviços de radiodifusão a interessado que seja proprietário de jornal diário", rádio e TV na mesma área.[15]

Como já se mencionou neste livro, no Rio, por exemplo, o segundo maior mercado consumidor do Brasil, a Globo controla a emissora de TV aberta, exibe conteúdo em canais de TV por assinatura, tem dois jornais, revistas, rádios, gráfica e portais na internet.

Só falta controlar o acesso ao Cristo Redentor.

Nos Estados Unidos, quatro grandes emissoras repartem a audiência: ABC, CBS, NBC e FOX, que se revezam na liderança, numa luta feroz contra a tevê por assinatura. E mais recentemente, a tevê no celular.[16]

No Brasil, a Globo, sozinha, tem sido hegemônica por décadas.

Enquanto nos Estados Unidos cabe à FCC fiscalizar o cumprimento das leis, no Brasil, o Ministério das Comunicações é omisso. Os ministros são nomeados se passarem no "teste de qualidade" da Globo.

E, no governo Dilma, são todos devidamente "bernardizados".

O ministro Paulo Bernardo foi incapaz de tomar providências quando, num edificante Big Brother Brasil, na Globo, apareceram, no ar, ao vivo, os indícios inequívocos do estupro de uma participante embriagada!

O ministro, a Anatel, o Ministério Público e a polícia do Rio de Janeiro parecem ter interpretado os movimentos do estuprador como um exercício noturno de ioga radical.

Ministros tucanos e petistas não enfrentaram o monopólio.

O segundo ministro da Dilma, Ricardo Berzoini, chegou ao cargo e avisou, corajoso, agora no segundo mandato da presidenta Dilma: "Vamos estudar o problema! Abrir o debate com a sociedade!".

Como se ainda fosse preciso debater alguma coisa, em 2015.

Em julho de 2015, em Santa Cruz de la Sierra, o papa Francisco disse: "A concentração monopolista dos meios de comunicação social que pretende impor padrões alienantes de consumo e certa uniformidade cultural é outra das formas que adota o novo colonialismo".

Como disse o *Conversa Afiada*,[17] o papa garantiu que regular a comunicação não é pecado e nem assim o governo Dilma se dispôs a ir para cima da Globo!

O ministério das Comunicações não fiscaliza nem mesmo as normas elementares, como o limite de 25% de comerciais na TV, o mínimo de 5 horas de programas educacionais por semana ou o mínimo de 5% do tempo de programação para o jornalismo (a última determinação consta do Decreto 52.286, de 1963).[18] Como disse o papa: "É o colonialismo ideológico […]. Muitas vezes se pretende converter os países pobres em 'peças de um mecanismo, partes de uma engrenagem gigantesca' ".

No Brasil, o governo e a Globo realizaram esse objetivo em sua plenitude.

---

1 Glasberg, Rubens [editor da *Teletime*]. "Comunicação Eletrônica de Massa", *Carta Capital*, 1º de setembro de 1999.

2 Idem.

3 Ver "Anexo 5".

4 Ver <http://goo.gl/bT6JAh>.

5 Miguel do Rosário, no site *O cafezinho*, em 28 de junho de 2013.

6 Sobre Murrow, vale a pena ver o filme *Boa noite, boa sorte*, de George Clooney.

7 Discurso de Ed Murrow, em 15 de outubro de 1958, acessível em <http://bit.ly/1SjuLbq>.

8 Acessível em <http://bit.ly/1HD4vCW>.

9 Dizard Jr., Wilson P. *A nova mídia — a comunicação de massa na era da informação*, Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

10 Ver <http://bit.ly/1RzIPCy>.

11

Almeida, André Mendes de. *Mídia Eletrônica — Seu Controle nos* EUA *e no Brasil*. São Paulo, Forense, 1993, p. 121.

12

Motter, Paulino. “A batalha invisível da constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil”. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Brasília, UnB, 1994.

13

Almeida, André Mendes de. Op. cit., p. 121.

14

Relatório EPCOM — Instituto de Pesquisas em Comunicação, 2002.

15

Almeida, André Mendes de. Op. cit., p. 121.

16

Leia nos Bônus, “O Grandalhão e o Pirralho".

17

Acessível em: <http://bit.ly/1fJVp1A>.

18

Ibidem, p. 111.

FHC entregou a Petrobras antes de eleito

Poucos políticos eram tão disponíveis para os jornalistas quanto Fernando Henrique.

Quando uma equipe da TV Globo chegava ao Congresso e queria entrevistá-lo — e sempre queria! — havia um truque que os cinegrafistas aplicavam: acender o pau de luz sobre a câmera.

Com a luz acesa, ele aparecia rápido.

Ele sempre soube que podia dominá-los e compensar a falta de carisma e popularidade.

Especialmente os da Globo.

Fernando Henrique, na verdade, é uma invenção da imprensa.

Quer dizer, um instrumento da elite em quem a imprensa, o PiG, reconheceu, desde cedo, os atributos da fidelidade.

Ele lustrou a elite brasileira — a pior do mundo, segundo Darcy Ribeiro — e a de São Paulo, a pior do Brasil, segundo Mino Carta.

FHC foi senador duas vezes, primeiro em 1978, como suplente de Franco Montoro e segundo colocado em 1986, quando havia duas vagas em disputa.

Sempre foi o substituto de Franco Montoro, que, uma vez, me disse que era preciso tomar cuidado com Fernando Henrique, porque “é comunista”.

FHC sucedeu Antônio Carlos Magalhães no coração da Globo.

ACM teve “o Velho”; FHC, “o Velho” e os filhos.

Ele era ministro das Relações Exteriores e estava na Rússia. E devia estar felicíssimo: “O Brasil não tem guerras, não tem inimigos. É uma beleza ser

chanceler. Nosso adversário era a inflação, e foi onde me jogaram, no inferno, na Fazenda: é o pior emprego do mundo".

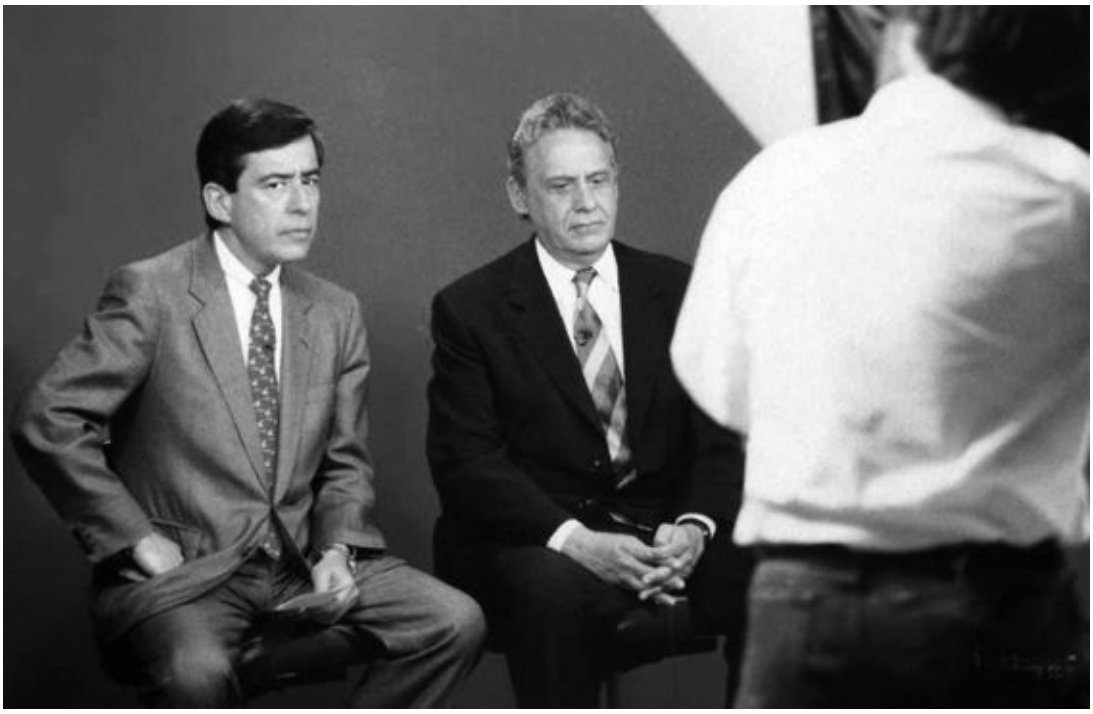
Foi o que ele disse a João Moreira Salles, da revista *piauí* de agosto de 2010. Talvez a entrevista em que Fernando Henrique mais se tenha soltado, mais se deixou à mostra. Foi quando disse aquela frase memorável, para um ex-presidente da República:

A parada de 7 de setembro é uma palhaçada. Os americanos têm os *founding fathers*. Pode ser uma bobagem, mas organiza a sociedade. A França tem os ideais da Revolução. O Brasil não tem nada!

Ele recebeu o "inferno" do Ministério da Fazenda, quando chegou a Nova York, vindo de Moscou, no dia 19 de maio de 1993. Foi onde Itamar o localizou.

Seguiu direto para Missão do Brasil na ONU, onde o escritório da Globo de Nova York o achou.

O resto da imprensa brasileira e internacional trancada do lado de fora da parede de vidro, e ele lá dentro, no estúdio, exclusivo da Globo.



"O Serra? Nunca! Ele vai querer mandar em mim."

Foi uma entrevista, ao vivo, para o *Jornal Hoje*, quando adiantou os planos que tinha acabado de formular.

Depois, perguntei:

“Vai usar o Serra para alguma coisa?”

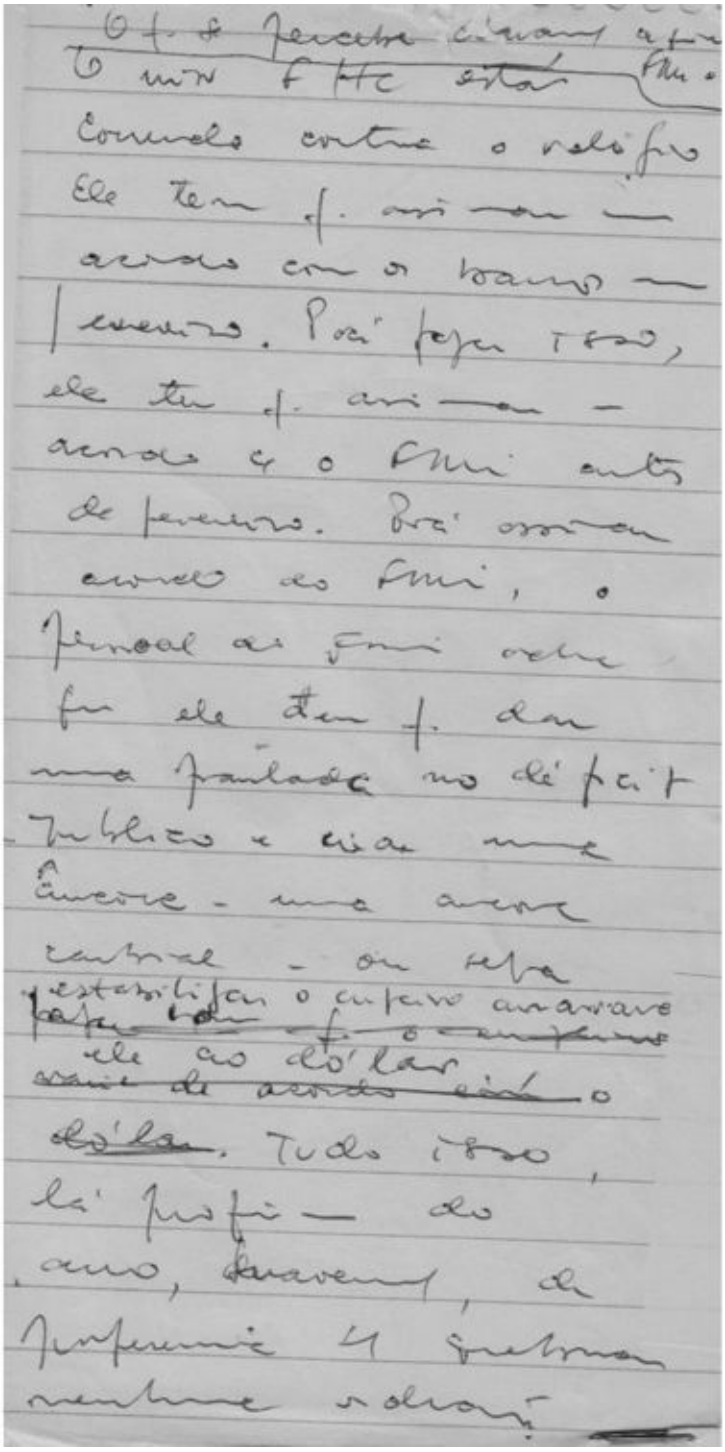
“Nunca! Ele vai querer mandar em mim!”

FHC, então ministro da Fazenda de Itamar Franco, foi a Washington em 25 de setembro de 1993, vender ao FMI uma hipótese: o Plano Real.

Lá, o ministro estava com a corda no pescoço: não tinha o Plano Real, mas precisava fazer de conta que tinha.

Para sair do Ministério com o apoio do FMI e dos bancos credores — especialmente dos americanos liderados pelo Citibank — e se tornar um candidato viável (era a primeira etapa de sua campanha à presidência da República, que se concluiria com a vitória).

Eu disse numa passagem para o JN:



“O FMI exigiu a âncora cambial.”

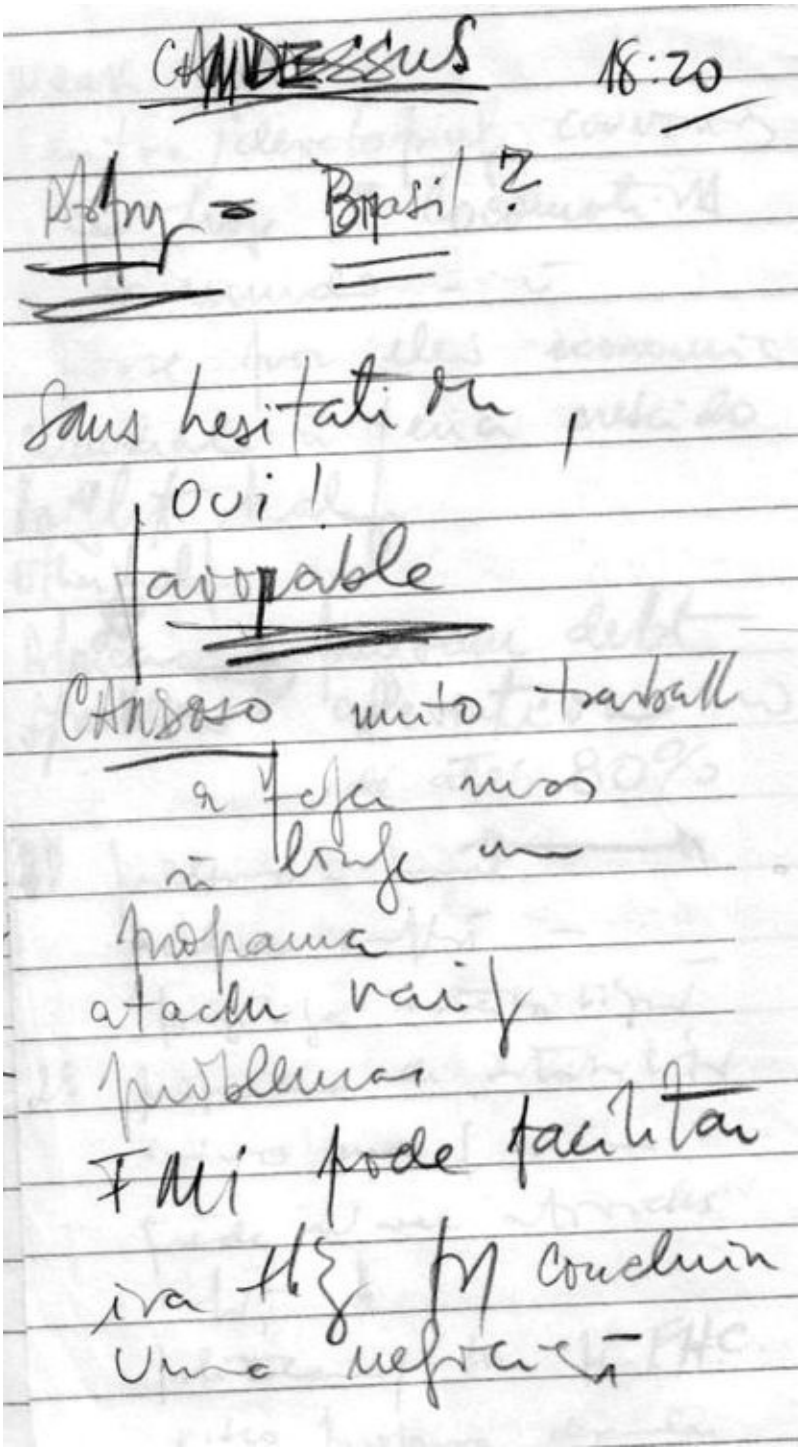
Ele tem que assinar um acordo [da dívida externa] com os bancos em fevereiro. Pra fazer isso, ele tem que assinar com o FMI antes de fevereiro. Pra assinar acordo com o FMI, o pessoal do FMI acha que ele tem que dar uma paulada no déficit público e criar uma âncora — uma âncora cambial, ou seja, estabilizar o

cruzeiro, amarrando ele ao dólar. Tudo isso, lá pro fim do ano, de preferência sem quebrar nenhuma vidraça.

Era uma tarefa imensa.

Mas, ele soube jogar o jogo.

O diretor-gerente do Fundo, o francês Michel Camdessus, recebeu um papel em branco de FHC, acreditou que ali tinha um plano e disse:



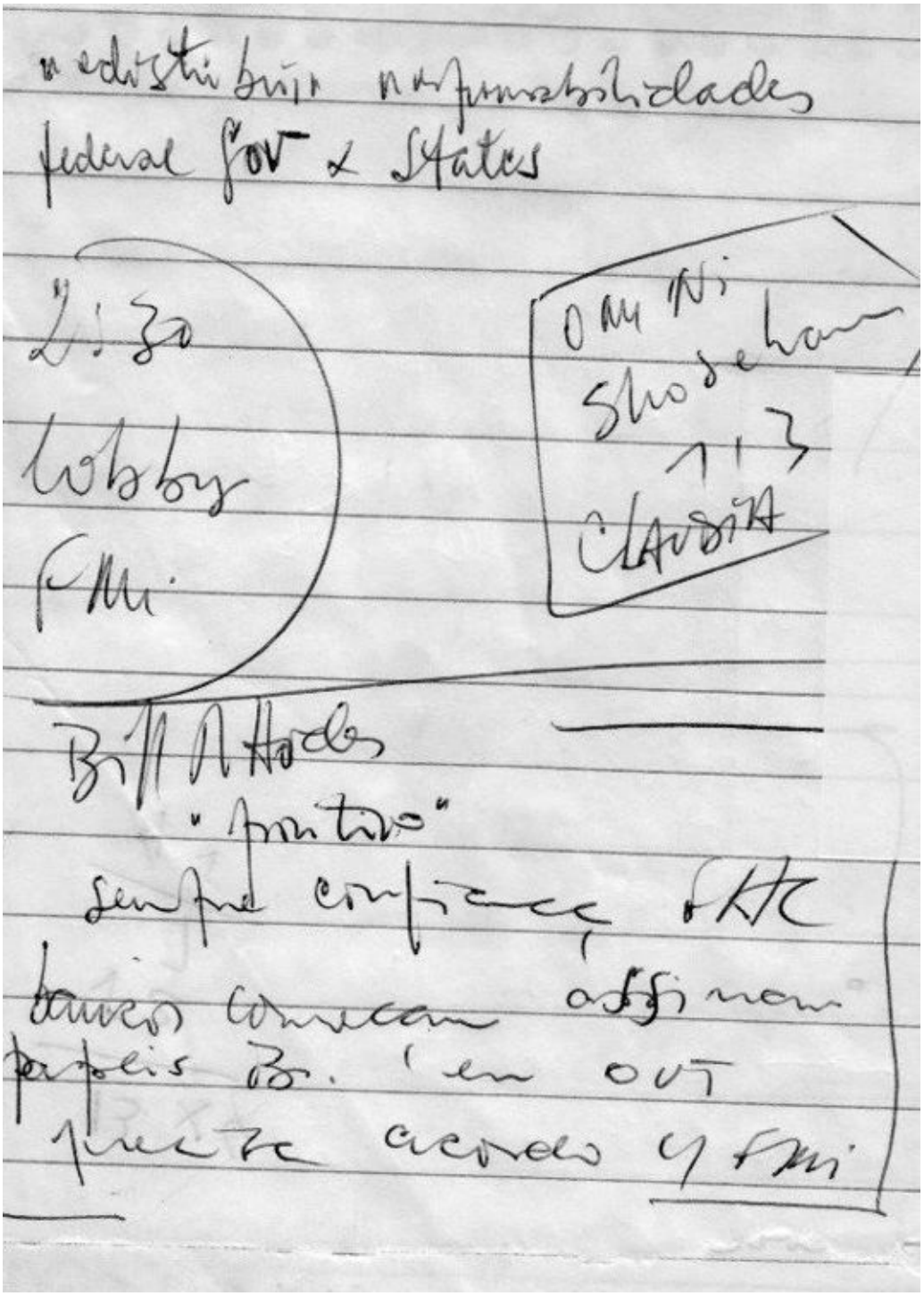
“O FMI, sem hesitar, vai facilitar!”

Oui! Sans hésitasion! Favorable. Cardoso tem muito trabalho pela frente, mas não está longe de montar um programa para atacar os problemas pela raiz. E o FMI pode ajudar [a concluir uma negociação com os bancos].

E os bancos?

O líder do comitê dos bancos credores, Bill Rhodes, do Citibank, foi enfático:

“Positivo!”

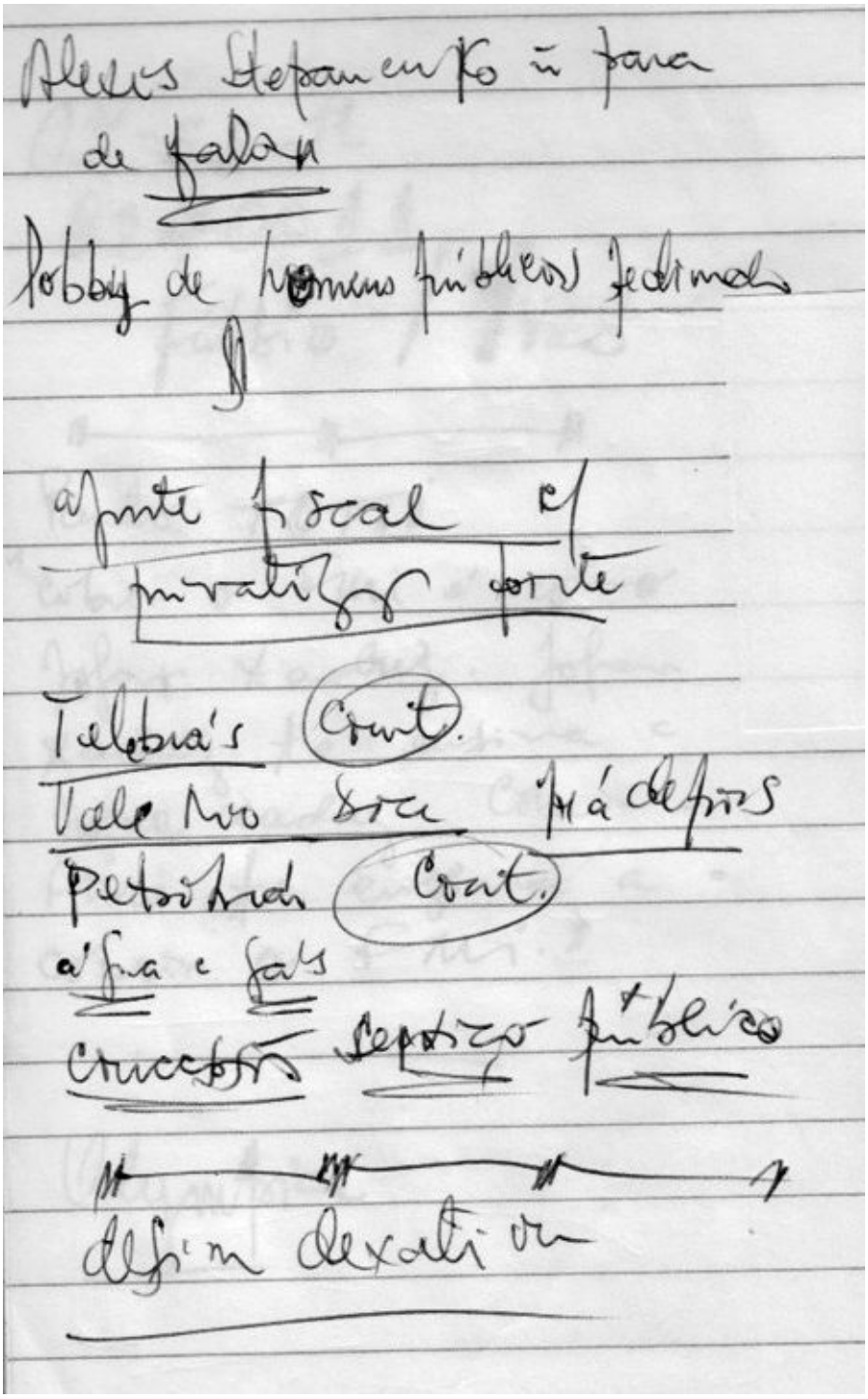


“Rhodes, o maior credor, sempre confiou em FHC.”

Ele sempre teve confiança em FHC.

Os bancos começam a assinar os papéis do Brasil em outubro — dentro do prazo! — mas precisa de um acordo com o FMI, *oui*!

E por que essa adesão prematura?



“Entregou a Petrobras antes de eleito.”

Porque FHC tinha prometido “um ajuste fiscal com privatização forte”.

Duas medidas para pagar os bancos e conseguir um acordo.

Concessões que Sarney, Collor e Itamar tinham repudiado.

As minhas anotações mostram o que, segundo ele mesmo, prometeu entregar ao FMI:

- Privatização “da Telebras” (com mudança na Constituição).
- Vale do Rio Doce, pra depois.
- Petrobras (exige mudança da Constituição).
- Água e gás.

E concessões de serviços públicos (depois, numa correspondência ao FMI, seu ministro da Fazenda, Pedro Malan, ofereceu vender também o Banco do Brasil, a Caixa e o BNDES!).[1]

Ministério da Fazenda

Ajuste Fiscal

08/03/1999

Memorando de Política Econômica

I. Antecedentes

1. Os desenvolvimentos econômicos que levaram à formulação do programa do governo brasileiro apoiado pelo FMI Banco Mundial BID BIS e pela maioria dos países mais industrializados foram delineados no memorando de políticas econômicas anexo à carta de 13 de novembro de 1998 em que se solicita um Acordo Stand-By junto ao Fundo. O Governo brasileiro reafirma o seu compromisso com as referidas políticas que foram modificadas na forma indicada abaixo de modo a adaptá-las ao novo regime cambial.

---

18. Com determinação o governo dará continuidade à sua política de modernização e redução do papel dos bancos públicos na economia. O Banco Meridional uma instituição federal foi privatizado em 1998 e em 1999 o sexto maior banco brasileiro o BANESPA agora sob administração federal será privatizado. Ademais o Governo solicitou à comissão de alto nível encarregada do exame dos demais bancos federais (Banco do Brasil Caixa Econômica Federal BNDES BNB e BASA) a apresentação até o final de outubro de 1999 de recomendações sobre o papel futuro dessas instituições tratando de questões como possíveis alienações de participações nessas instituições fusões vendas de componentes estratégicos ou transformação em agências de desenvolvimento ou bancos de segunda linha. Essas recomendações serão analisadas e decisões serão tomadas pelo Governo antes do final do ano sendo que as determinações serão implementadas no decorrer do ano 2000. O Governo já se decidiu sobre a privatização da administradora de ativos afiliada ao Banco do Brasil (BB/DTVM) e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB

---

27. O Governo pretende acelerar e ampliar o escopo do programa de privatização - que já se configura como um dos mais ambiciosos do mundo. Em 1999 o Governo pretende completar a privatização das companhias federais geradoras de energia e no ano 2000 iniciará o processo de privatização das redes de transmissão de energia. No âmbito dos Estados espera-se que a maioria das companhias estaduais de distribuição de energia seja privatizada ainda em 1999. O Governo também anunciou que planeja vender ainda em 1999 o restante de sua participação em empresas já privatizadas (tais como a Light e a CVRD) bem como o restantes de suas ações não-votantes na PETROBRAS. O arcabouço legal para a privatização ou

Documento de 1999 mostra que PSDB pretendia privatizar bancos públicos. Fonte: Rede Brasil Atual, acessível em <http://goo.gl/ko4M4u>.

---

[1]

Foi nessa etapa da negociação com o FMI que o repórter Paulo Totti, que

tinha sido da *Veja* e estava ali pela *Gazeta Mercantil*, fez analogia memorável: “Cobrir o FMI é como jogar xadrez. Jogar xadrez te ensina a jogar xadrez. Cobrir o FMI te ensina a cobrir o FMI”.

Os chapéus do sr. Resende

Em Toronto, novembro de 1993, o ministro Fernando Henrique fechou o acordo da dívida externa com os bancos.

Numa manhã muito fria, FHC assinou simbolicamente um acordo de 3500 páginas, que concluía treze anos de negociações e acertava 35 bilhões de dólares de dívidas do Brasil com os bancos comerciais.

FHC entregou a mercadoria que tinha prometido.

Camdessus fez bem ao avalizar o cheque em branco que recebeu de FHC no FMI.

E quando eu lhe disse, ainda no governo Collor, quando Marcílio Marques Moreira era o ministro da Fazenda, que aquilo que o Brasil queria assinar ali era mais do que uma forma de pagar a dívida, e, sim, a adesão a um sistema de governo, a um sistema econômico neoliberal, Camdessus respondeu rápido:

“Ainda bem que você entendeu! *Vous avez fort bien compri*, *monsieur*!”

FHC tinha entendido *fort bien!*, lá atrás, quando percebeu que a elite brasileira não tinha melhor representante do que ele. E, portanto, também os bancos e o capital estrangeiros.

Na solenidade em Toronto, ao lado dos senadores Esperidião Amin e José Fogaça, Bill Rhodes disse que aquele era um dia histórico não só para o Brasil, porque se concluía para a comunidade financeira internacional o ciclo de negociação de dívidas externas.

FHC saudou o economista André Lara Resende como “o cérebro da negociação” que, naquele momento, deixava a mesa de trabalhos e voltava à plateia, porque, naquele exato instante, saía do governo, cumprida a grave missão.

Ao meu lado, um diretor do Citibank perguntou:

“Quantos chapéus veste o sr. Resende? Até hoje ele era do lado de lá. Amanhã, ele vem para lado de cá, competir comigo pelos papéis do Brasil no mercado

internacional…”[1]

Luis Nassif mostrou como Lara Resende, na qualidade de “cérebro” de FHC, ficou rico: na hora de fixar o valor do Real em relação ao dólar no lançamento do Plano.[2]

Ele tinha já na cabeça o chapéu de banqueiro. E, nessa qualidade, segundo Rubens Valente, Lara Resende teria sido instrumento de uma chantagem de Daniel Dantas contra FHC: “se mexerem comigo, o banco do André — o Matrix — é maior do que eu trinta vezes”. E uma intervenção no Opportunity de Dantas teria “um desfecho imprevisível”.[3]

Anotei também, naquele momento “histórico” em Toronto, uma frase de Tasso Jereissati, cacique do PSDB:

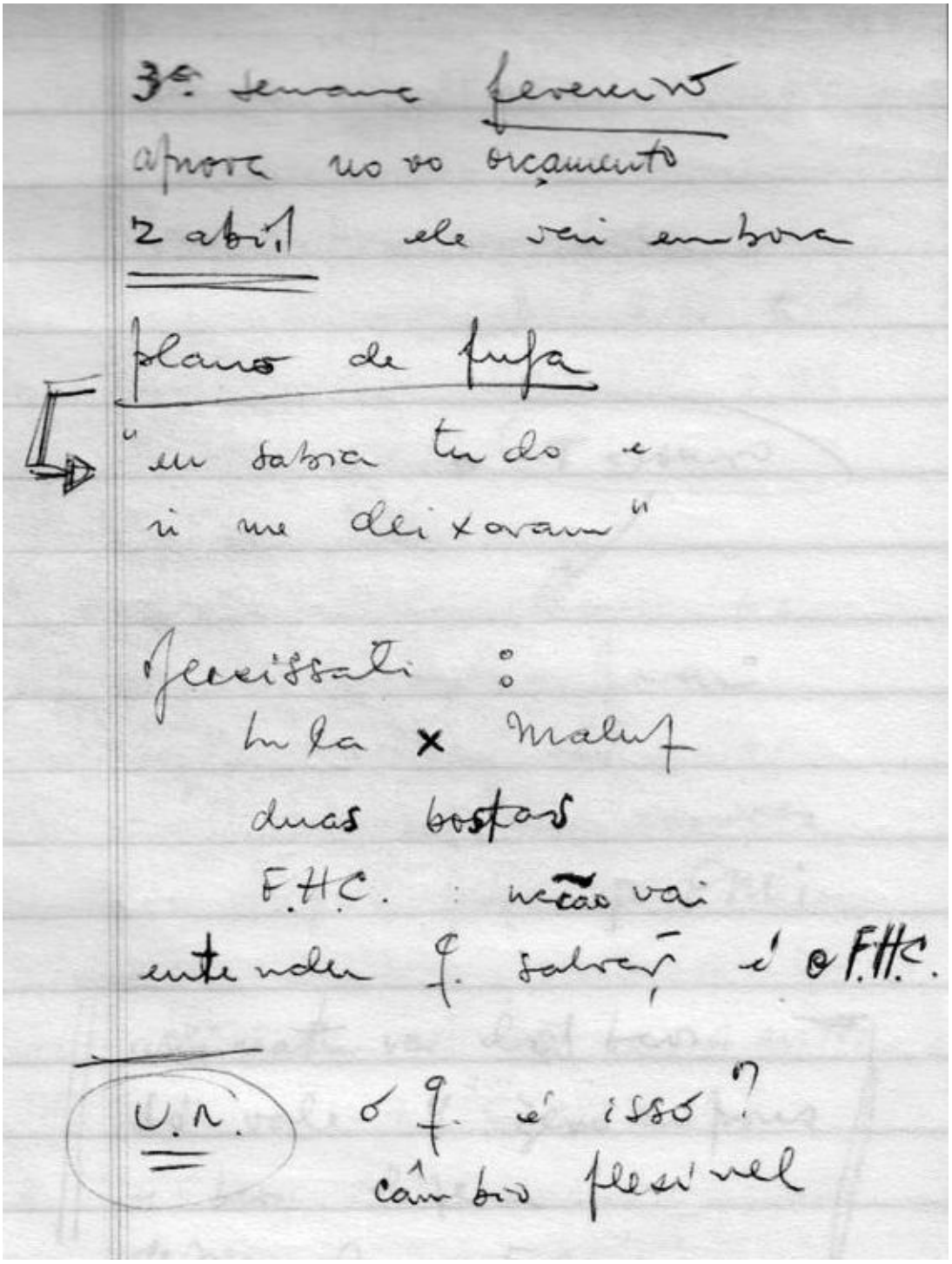
“Lula *vs* Maluf?

Duas bostas.

FHC não vai entender que a salvação é ele.”

FHC já tinha entendido há muito tempo.

O FMI e Rhodes, também.



"Jereissati, um gentleman!"

Em Miami, perguntei a FHC, depois de eleito e antes de sua posse:

"Malan vai ser o seu ministro da Fazenda?"

“É, vai ser o Pedro, sim.”

“E o Serra? Vai ser ministro?”

“Nem pensar! Se o Serra for ministro de qualquer coisa vai querer mandar no governo todo. Nem pensar!” (Serra foi ministro do Planejamento, ministério que mandava em tudo. Ciro Gomes, que então era tucano, me contou que foi Sérgio Motta quem mandou dar o ministério ao Serra).

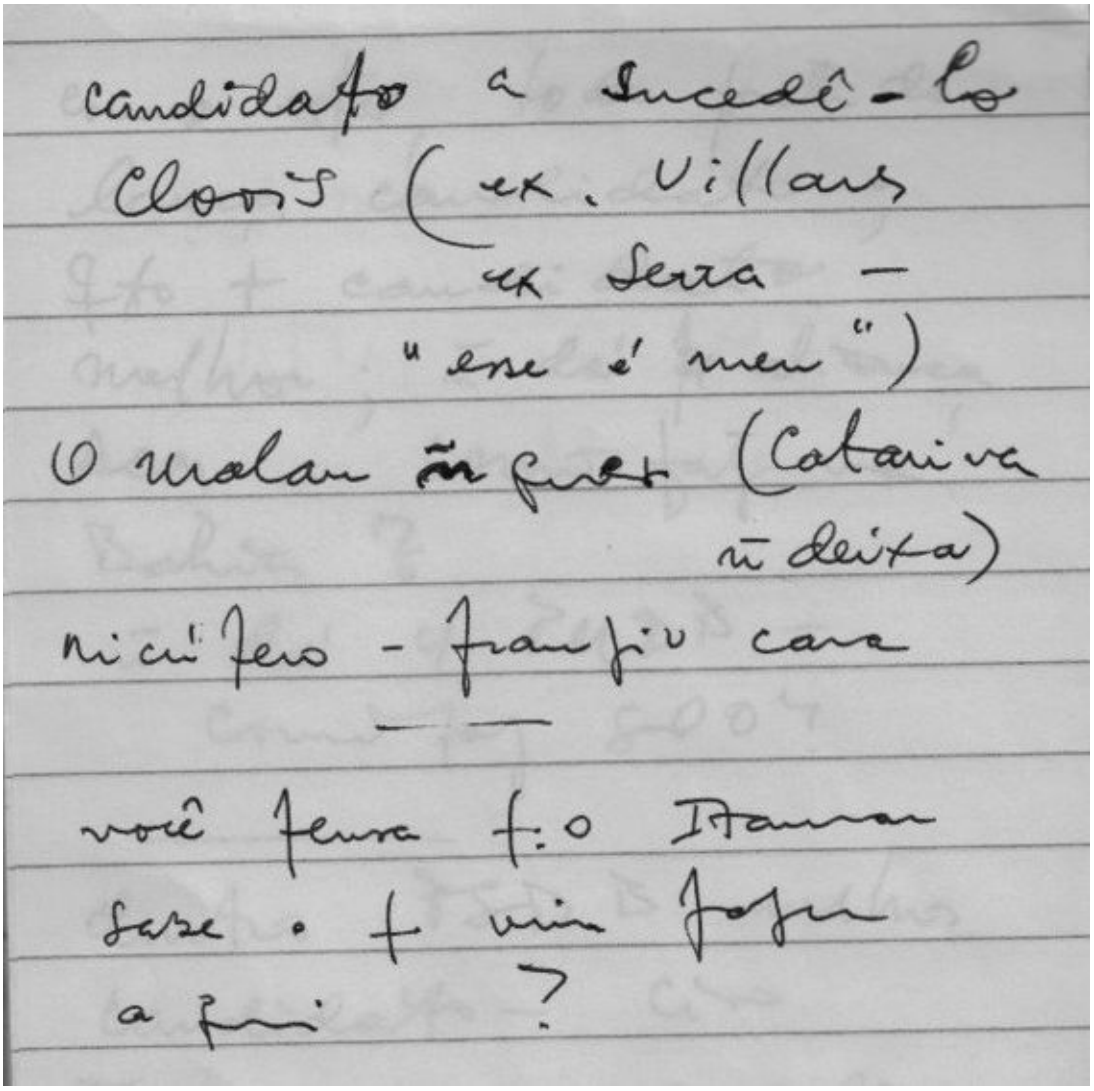
FHC e eu ficamos trancados no avião, no aeroporto La Guardia, na ponte aérea Nova York-Washington, em 16 de março de 1994.

Caía uma tempestade e o avião não podia decolar.

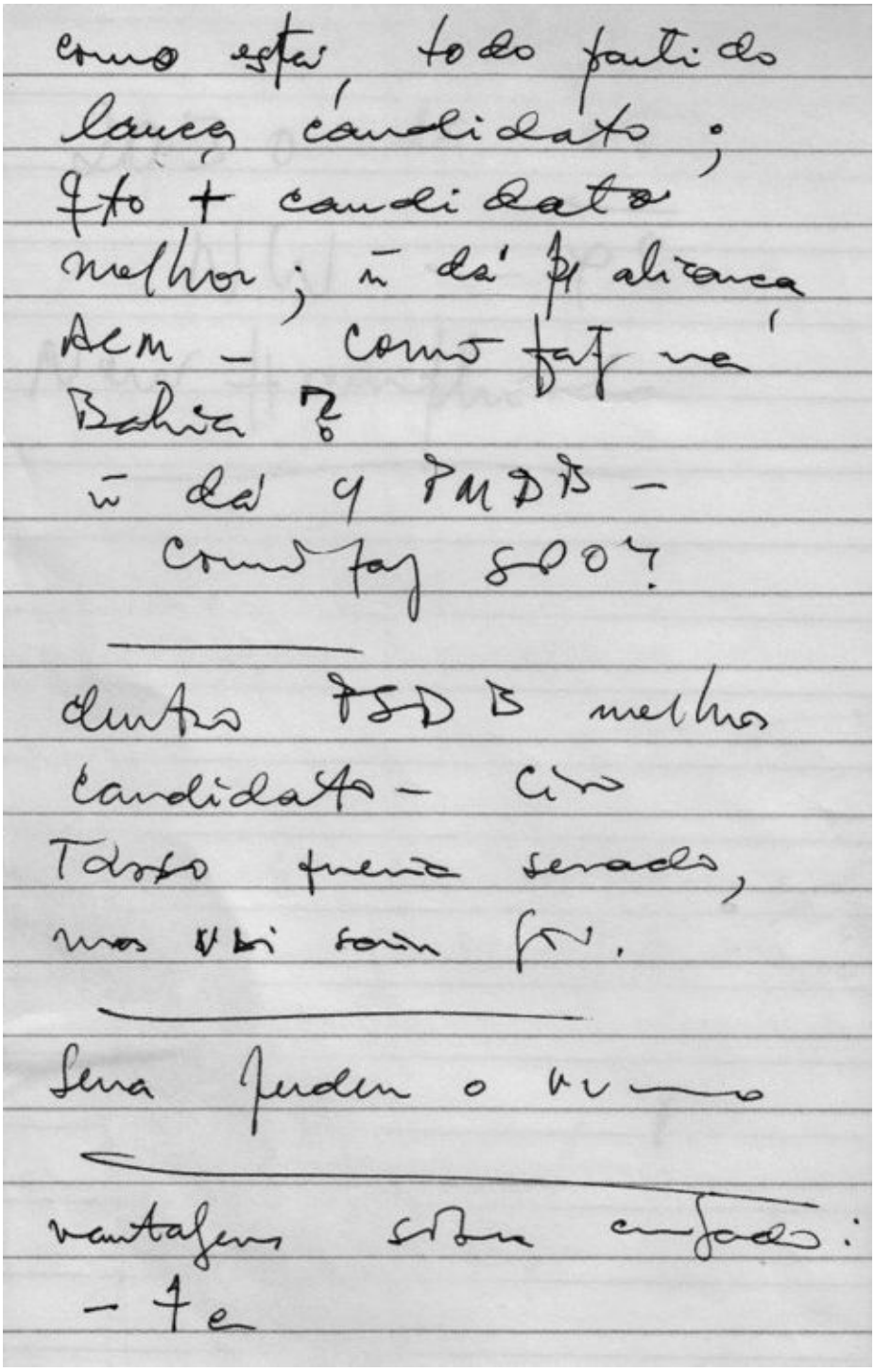
Como sempre, FHC estava disponível.

Ele se preparava para deixar o Ministério da Fazenda e seguir na campanha presidencial.

Segundo Delfim Netto, se ele fosse mesmo estadista permanecia ministro para tocar o Plano Real e não se candidatava a presidente. FHC odeia o Delfim. Ignora-se se a recíproca é verdadeira.



“Você pensa que o Itamar sabe o que eu vim fazer aqui?”


como está todo partido
lança candidato;
pto + candidato
melhor; n dá pq aliança
Acm – como faz na
Bahia ?
n dá q PMDB –
como faz SP?

dentro PSDB melhor
candidato – Civ
Todos quer senado,
mas vai sair FHC.

Serra perdeu o rumo

vantagens sobre confiados:
– Fe

“Serra perdeu o rumo [em 1994].”

“Quem vai sucedê-lo no ministério?”, perguntei.

“Clóvis Carvalho” (ex-Villares, ex-Serra: “esse é meu”).

“Malan não quer” (a Catarina, mulher de Malan, não deixa).

“E o Ricupero?”

FHC franziu a cara.

O sucessor de Fernando Henrique foi Ricupero.

Depois, Ciro Gomes.

Mas, ele ainda não “assumia” a candidatura. E dizia:

“Dentro do PSDB o melhor candidato é o Ciro. O Tasso queria o Senado, mas vai sair governador.”

“E o Serra?”, perguntei.

“O Serra perdeu o rumo. O que o partido decidir terá o meu apoio.”

Quando já estava tudo acertado, Fernando Henrique Cardoso precisava avisar à mulher que seria candidato a presidente e, portanto, era possível que, na campanha, alguém tratasse do filho bastardo com a repórter da Globo — na verdade, um segredo que toda Brasília compartilhava. Lula não tratou do assunto — nem ninguém, durante a campanha eleitoral.[4]

Essa conversa ocorreu em Nova York.

Eu o acompanhei até a porta da loja Dunhill, na Park Avenue com a rua 51. Era uma tarde fria, chuvosa.

Ele comprou um blazer de lã entre cinza e azul, vestiu-o e foi ao encontro de D. Ruth.

Ela estava no Hotel Delmonico, na Park mais acima, na rua 59.

O Delmonico era um paraíso de brasileiros, “nacionalizado” por Ricardo Amaral, que ia muito a Nova York cuidar de seu restaurante em sociedade (atribulada e breve) com Claude Troisgros. Hoje, Donald Trump transformou-o num apart-hotel.

A conversa do futuro presidente com a futura primeira dama teve como testemunha uma amiga de Brasília, cujo marido, embaixador, veio a ser ministro de FHC.

A passagem de Fernando Henrique Cardoso pelo Ministério da Fazenda contém outro mistério que eu não consegui desvendar.

O delegado Protógenes Queiroz, da Operação Satiagraha e depois deputado federal (PCdoB-SP), contou à revista *Caros Amigos* de dezembro de 2008 que localizou uma estranha operação do banco francês BNP-Paribas na conversão da dívida externa brasileira, na gestão de Fernando Henrique no Ministério da Fazenda, e de Armínio Fraga na diretoria de assuntos internacionais do Banco Central.

Era legal converter no Banco Central, pelo valor de face, títulos da dívida externa adquiridos no exterior, desde que os recursos obtidos na conversão fossem investidos em empresas brasileiras.

O BNP comprou títulos por 200 mil dólares e trocou no BC por 20 milhões de dólares, apurou Protógenes.

E mais, o delegado descobriu — segundo a entrevista — que a empresa em que os 20 milhões de dólares foram empregados era de um laranja de um diretor do BNP.

Protógenes pediu ao BC que lhe enviasse todos os processos de conversão da dívida. E não obteve nenhum. Muito menos os do BNP.

Eu procurei o Banco Central, muitas vezes, para dar seguimento à investigação. Bati em varias portas, da presidência a diretorias do Banco. O presidente era Henrique Meirelles no governo Lula.

Nada.

Até que, um dia, um alto funcionário do Banco Central em Brasília pediu para ser recebido, num sábado de manhã, na redação do *Conversa Afiada*, em São Paulo.

Ele me disse, “em off”:

“É inútil. Você não receberá documento nenhum. Não adianta insistir. Essa é uma questão que afeta a credibilidade do Banco Central e a governabilidade.”

E a investigação não foi adiante — nem a minha, nem a do Protógenes.

Em dezembro de 1994, já eleito, mas não empossado, FHC foi com Itamar Franco à Cúpula das Américas, em Miami.

Era uma tentativa de Bill Clinton de ampliar para o Brasil — e o resto — o mesmo conceito do NAFTA, o acordo de livre-comércio com o Canadá e o México, assinado naquele ano, e que incorporou o México irreversivelmente aos Estados Unidos.

Fui à suíte de FHC no hotel Fontainebleau, que dava para a mesma piscina em que foi filmado *007 contra Goldfinger*.

FHC falava com Pedro Malan ao telefone.

“Isso é coisa desses barbudinhos do Itamaraty, você tem razão”, disse ele a certa altura.

Ele criticava alguns compromissos supostamente liberalizantes que o Itamaraty de Itamar Franco e Celso Amorim teria assumido no documento final da Cúpula.

Depois, no primeiro mandato, FHC incumbiu André Lara Resende de fazer a cabeça de “formadores de opinião” para um projeto de privatização da Previdência Social.

Resende tinha acabado de visitar o Chile ainda pinocheteano, onde a privatização foi feroz. Os bancos privatizadores nadavam em dinheiro.

E os aposentados, bem, os aposentados… que se lixem.

Eu mereci a visita de Resende, em casa, que tratou do assunto, em minúcias.

A ideia não foi adiante.

Nem no Chile, porque a presidenta Bachelet teve que mudar o regime, para não matar os aposentados de fome.

1

Na *Folha*, Ricardo Melo preferiu chamá-lo de André “Haras” Resende. Talvez porque levasse seus cavalos de avião para correr na Inglaterra.

2

Nassif, Luis. *Cabeças de planilha*. São Paulo, Ediouro, 2007.

3

Valente, Rubens. *Operação Banqueiro*, São Paulo, Geração Editorial, 2014, p. 423.

4

Desde que FHC foi senador, não se tem notícia de que D. Ruth tenha pisado os pés em Brasília — só pisou lá como primeira-dama.

Lula sabia o que queria

Já na campanha presidencial, Lula e Aloizio Mercadante estiveram em Nova York, entre 9 e 12 de maio de 1994, para encontrar empresários na Câmara de Comércio Brasil–Estados Unidos.

Lula tocou numa ferida aberta: a dívida externa.

Havia a suspeita de que rasgasse o acordo de Itamar Franco e Fernando Henrique com o Fundo Monetário e os bancos.

Numa entrevista no consulado brasileiro, Lula disse que aquele acordo era o de "um governo em fim de mandato", um governo "fragilizado".

E avisou que ia renegociar o acordo.

Não pretendia tomar qualquer medida unilateral, "quebrar o acordo", mas sentar na mesa para discutir e apurar alguns fatos.

Suspender o pagamento?

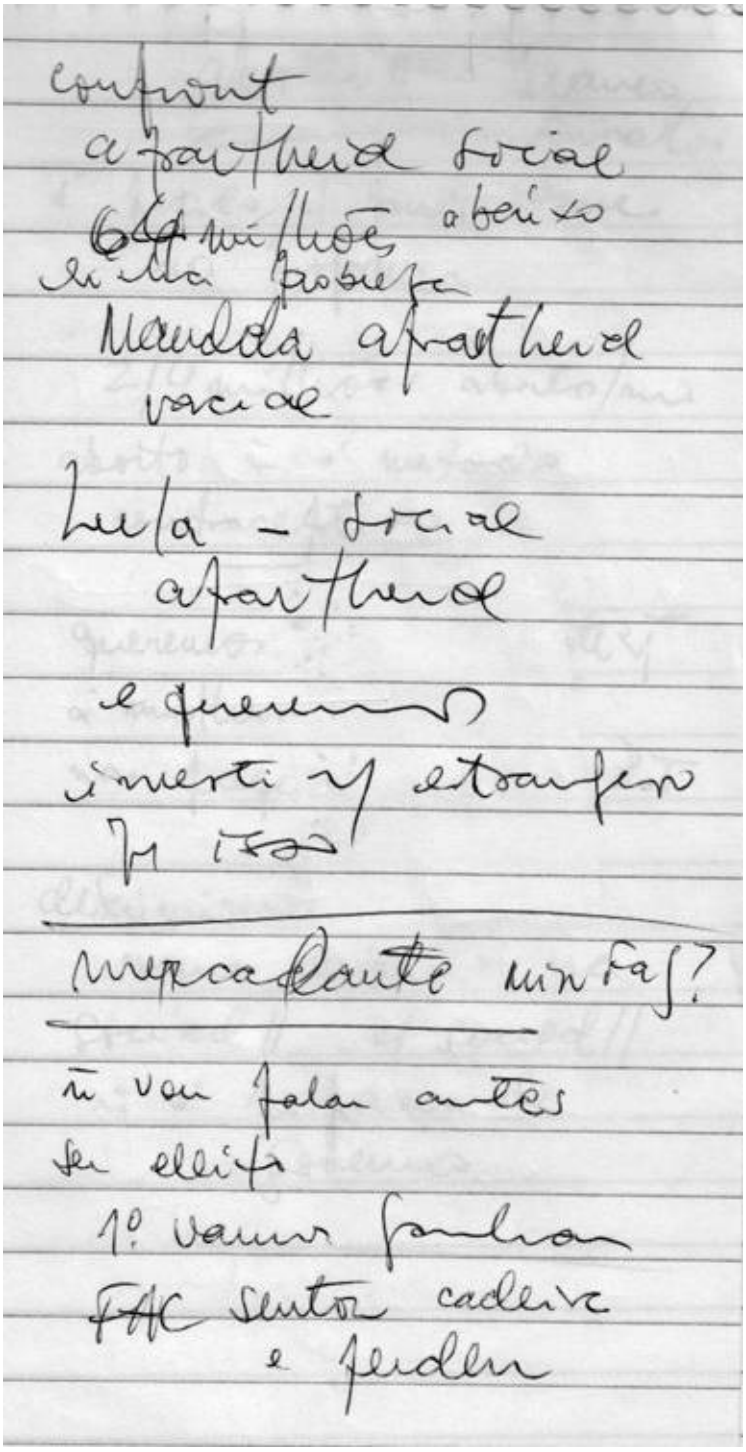
Só se houver fuga de capitais e uma crise cambial — o que não era o cenário para a posse.

Nessa viagem, anunciou alguns pontos do que procuraria fazer, quando presidente:

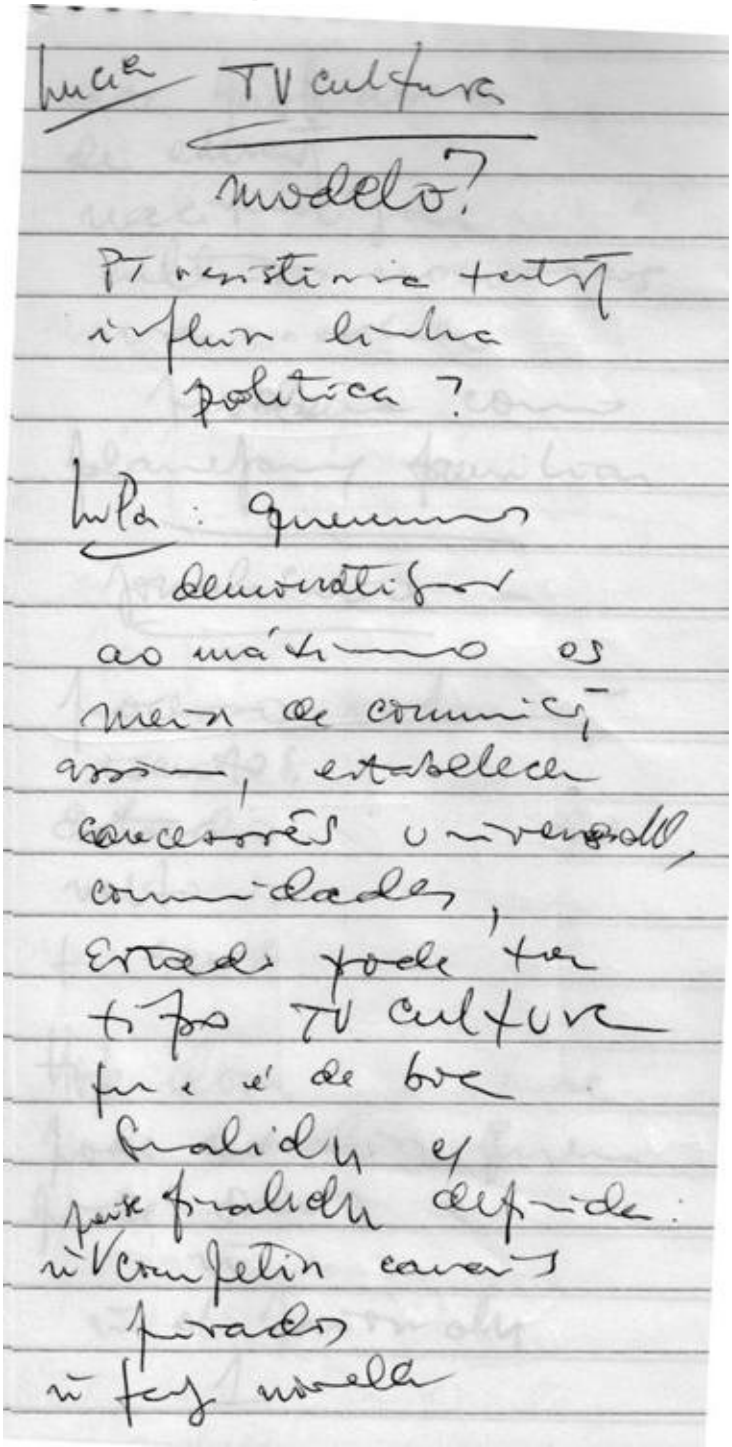
- Confrontaria o *apartheid* social; se Mandela enfrentou o *apartheid* racial, ele enfrentaria o social — há 64 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza;
- Não iria privatizar a Petrobras nem a Telebras e rediscutiria a privatização feita "com a entrega do patrimônio público com títulos podres";
- Usaria o sistema de telecomunicações para democratizar os meios de comunicação;
- Criaria "um novo padrão com a inserção econômica global, que permita uma economia de massa";
- E apontando para o peito da Globo: "queremos democratizar ao máximo os meios de comunicação, estabelecendo concessões a universidades, a comunidades. O Estado pode ter uma TV do tipo TV Cultura de São Paulo, que é de boa qualidade: não precisa competir com os canais privados, não

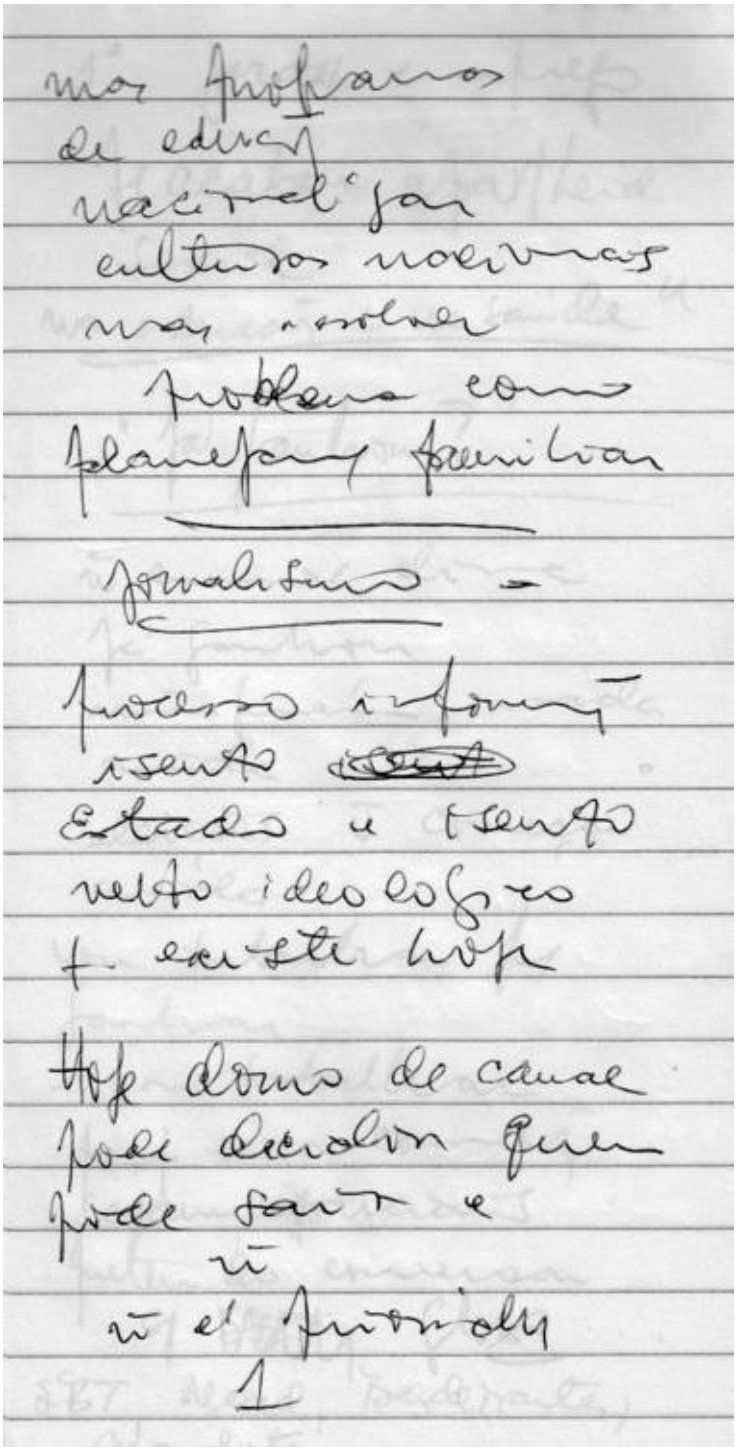
precisa fazer novela, mas com programas de educação, para nacionalizar as culturas regionais";

- Sobre o jornalismo, outra seta apontada para a Globo, disse ali, diante de jornalistas estrangeiros, que devia haver um "processo de informação isento do Estado e isento do veto ideológico que existe hoje: o dono de um canal pode decidir quem pode sair e quem não pode sair e não é prioridade" [dele].

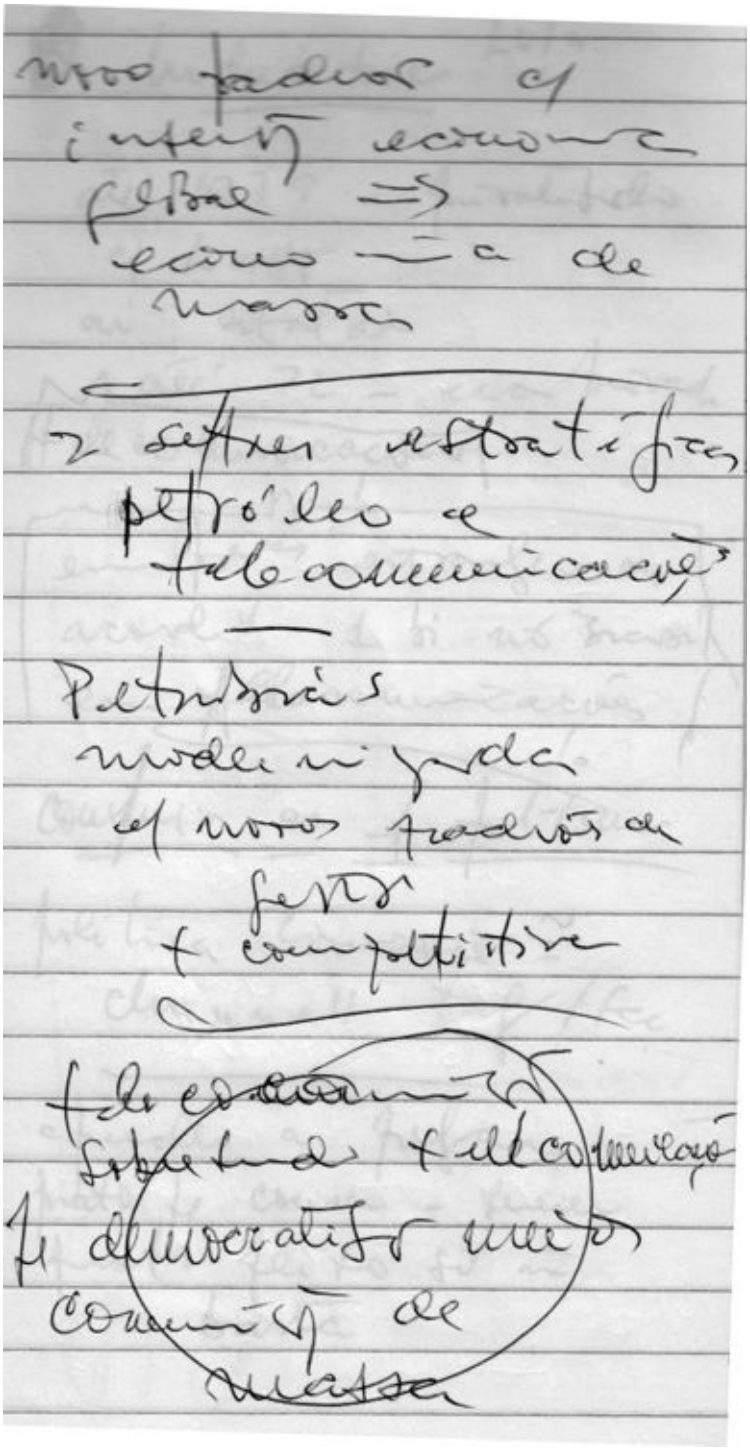


“Mandela acabou com o apartheid racial, eu vou acabar com o social.”


Lucia TV cultura
modelo?
PT resistência tentou
influir linha
política?
Lula: queremos
democratizar
ao máximo os
meios de comunic,
assim, estabelecer
concessões universais,
comunidades,
Estado pode ter
tipo TV cultura
fui e é de boa
qualidade e
pode qualidade depende:
não competição canais
privados
não faz novela



"Queremos democratizar os meios de comunicação."



“Dono de canal (de TV) decide quem pode sair.”

“Telecomunicações para democratizar a comunicação.”

Perguntaram a Lula se Mercadante seria seu ministro da Fazenda.

“Só falo disso depois de eleito: o Fernando Henrique foi sentar na cadeira de prefeito e perdeu para o Jânio.”

Bill Rhodes não pareceu assustado: “tenho o forte sentimento de que Lula e Mercadante vão honrar a dívida externa” (“*they will honor*”).

Lula perdeu a eleição no primeiro turno para Fernando Henrique e o Plano Real por 54% a 27% e ganhou num só Estado: o Rio Grande do Sul.

Mercadante foi seu candidato a vice.

Serjão mandava em FHC

Pouco depois de eleito presidente, em abril de 1995, cena no Hotel Hay-Adams, em Washington, que fica próximo à Casa Branca e à Blair House, onde Fernando Henrique Cardoso e D. Ruth se hospedaram para uma visita oficial ao presidente Clinton.

Alberico de Souza Cruz tinha instruído o escritório de Nova York: não dar destaque à agenda paralela que D. Ruth Cardoso cumprisse na viagem.

Para não “esvaziar” a de FHC.

Nem o encontro com a primeira-dama Hillary Clinton justificaria cobertura.

No fim da viagem, de manhã, antes de voltar ao Brasil, FHC recebeu os jornalistas.

À direita de FHC, Antônio Carlos Magalhães, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado; à esquerda, Franco Montoro, presidente da Comissão, na Câmara.

D. Ruth, não estava.

FHC contou que, no jantar de gala, falou a Clinton do IPMF, origem da CPMF. E Clinton teria se entusiasmado com a ideia. Depois, quem perdeu o entusiasmo foi o próprio FHC, que liderou a campanha vitoriosa de derrubar, no governo Lula, a CPMF de que tinha se beneficiado no governo.

A repórter Eliane Cantanhêde, pediu que FHC comentasse declaração de seu ministro Sérgio Motta, divulgada naquele dia, na imprensa brasileira, sobre o programa “Comunidade Solidária” de D. Ruth: “Essa masturbação sociológica me irrita”.

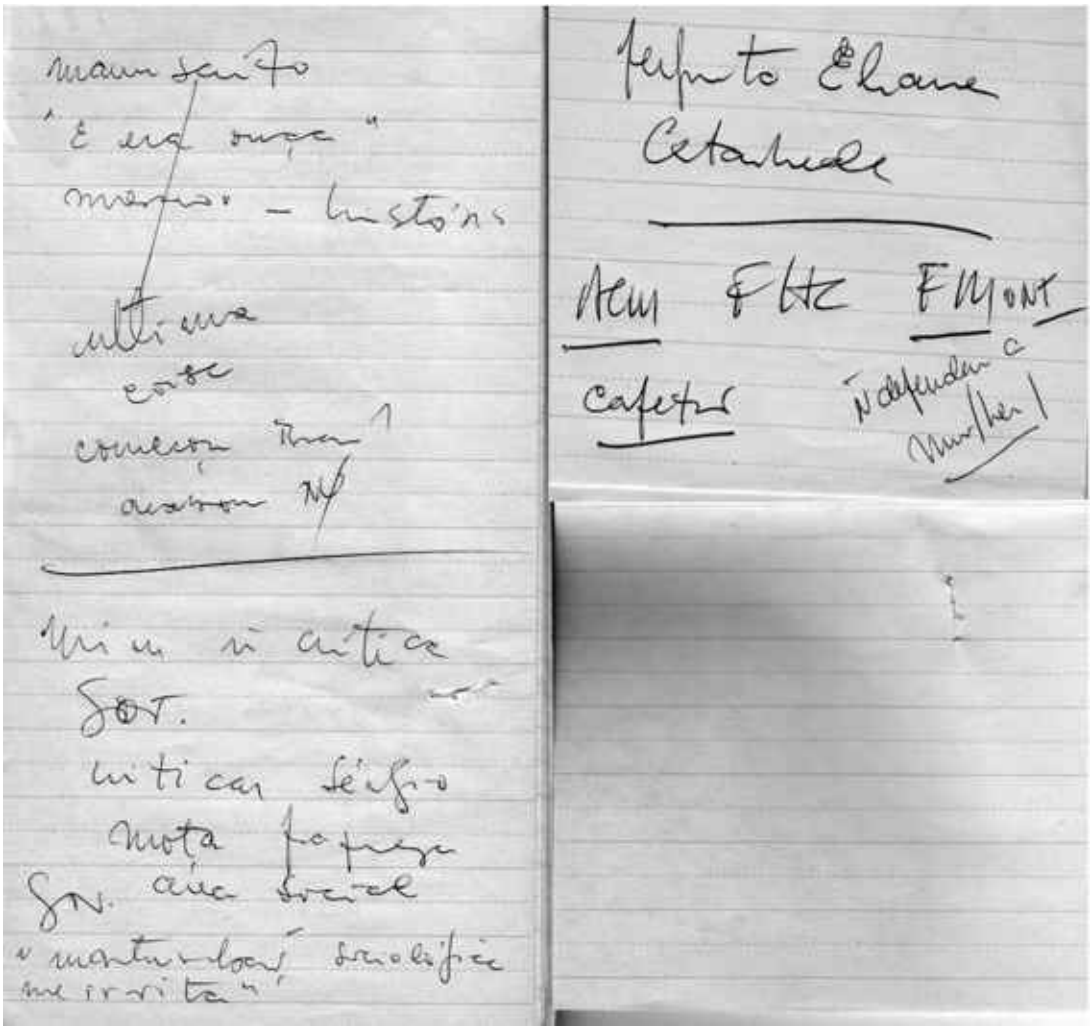
FHC rodou, rodou e não disse nada. E a coletiva acabou.

A caminho da saída, eu disse no ouvido de ACM:

“Ele não defendeu a mulher!”

“Ministro dentro do governo não pode criticar o governo”, disse ACM num tom elevado, para que os outros jornalistas ouvissem.

Já na porta, ACM recua e diz no meu ouvido.



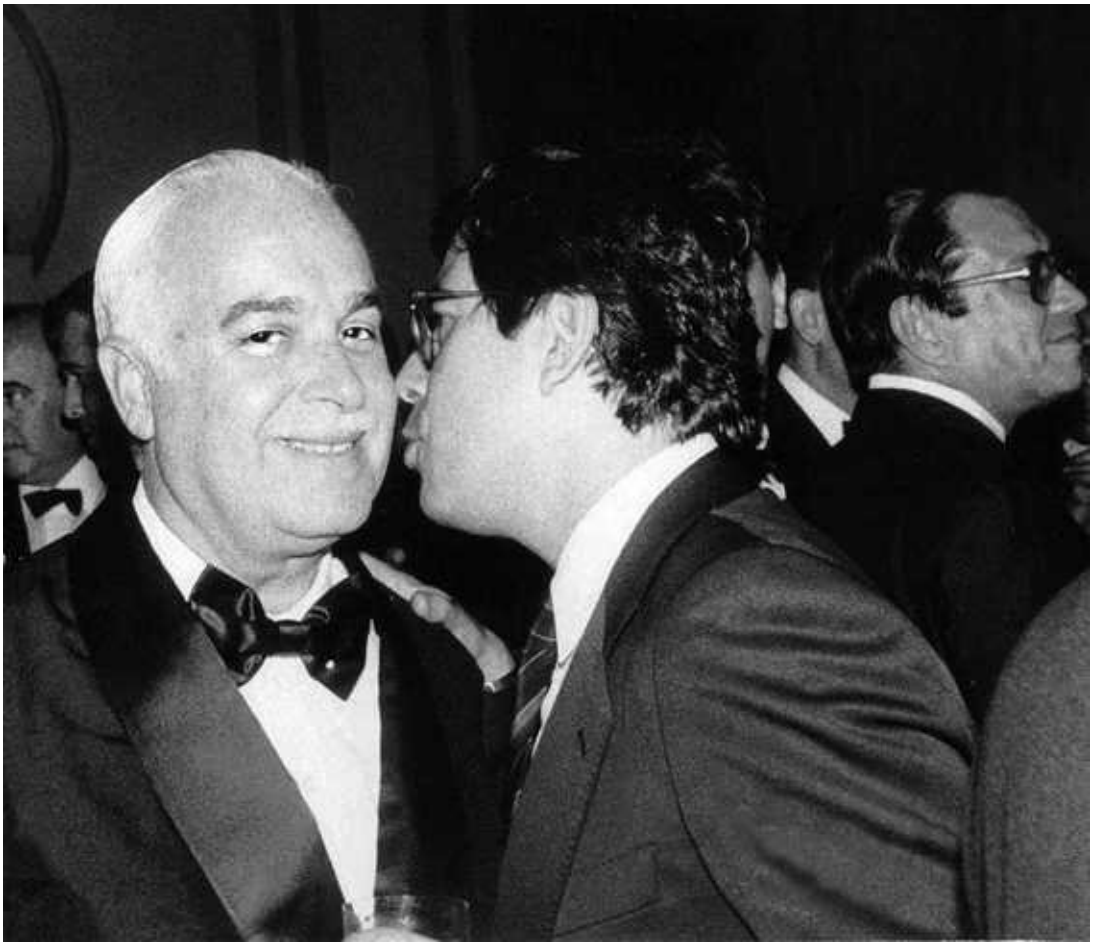
“Sabe qual é a relação do Serjão com ele?”

“Você sabe qual é a relação do Serjão com ele, não? É a do cafetão…”

E entrou na limousine com um sorriso safado.

Hélio Costa foi quem abriu o escritório da Globo em Nova York, para trabalhar no *Fantástico*. Voltou ao Brasil para fazer o *Linha Direta*, na Globo e, nessa

plataforma, se candidatou a governador de Minas.



“Sorriso safado.”

Perdeu a eleição para Hélio Garcia (vice de Tancredo), no segundo turno, por menos de um ponto de diferença.

Mauro Santayana, que trabalhou com Hélio Garcia, ajudou a criar um slogan para a campanha: “Hélio por Hélio, vote no Garcia e não no da CIA”.

Costa tinha trabalhado no serviço de imprensa do governo americano.

Quando voltava a Nova York, Hélio usava a minha sala.

Um dia, assim que ele desligou o telefone, entrei na sala e ele disse: “Esse Serjão é…! Acabou de resolver minhas dívidas de campanha”.

Deng: Mao acertou 70% das vezes

Aproveitei uma viagem de Fernando Henrique à China para “vender” uma série de reportagens ao *Fantástico*.

Cheguei à China duas semanas antes da comitiva presidencial e registrei algumas observações que refletem o impacto que a liderança de Deng Xiaoping (1978–92) deixara.

O que diziam de Deng Xiaoping: “Ele é quase tão poderoso quanto Deus, só que está mais perto e quase não se vê”.

Dizia Deng: “A China é um transatlântico. Não pode mudar de curso muito rápido, senão vira.

Foi um erro não abrir Xangai dez anos antes.

O socialismo não tem compromisso com a pobreza” [tradução livre].

Quando cheguei a Xangai, numa noite de chuva, fui logo dormir.

No dia seguinte, abri a janela do hotel, no Bund, o centro comercial, e no outro

lado do rio Huangpu, no bairro de Pandung, vi, nos 180 graus de abertura da janela, 17 guindastes em atividade.

Quando fui trabalhar, em seguida, na CCTV, a televisão estatal chinesa, comentei o fato com um editor.

E ele respondeu: “o guindaste é o pássaro nacional chinês”.

Antes da Revolução Comunista, na entrada do maior parque público de Xangai havia uma placa: “É proibida a entrada de cachorros e de chineses”.

Outro ditado: “Com Mao, a China ficou de pé”. Com Deng, enriqueceu.

Mao destituiu o presidente Liu Shaoqi sob a suspeita de ser “capitalista”.

Ditado: “Liu não foi um demônio. Foi um homem. Mao não foi um Deus. Foi um homem”.

Depois, Deng reabilitou Liu.

De Deng, segundo Henry Kissinger:

O Camarada Mao dizia, ele próprio, seguidamente… se o trabalho de alguém pode ser considerado de 70% de realizações e 30% de erros, isso será muito bom. E ele esperava que, após a morte, as futuras gerações assim considerassem a sua obra: com essa relação de 70–30.[1]

O jornalista Jaime Martins, que trabalhava na TV Cultura e viveu na China na Revolução Cultural, acompanhou a viagem a convite de Fernando Henrique.

Martins me contou:

Em 1959, logo após o discurso do sapato na mesa na ONU, Kruschev veio aqui e exigiu do Mao uma base naval 100% soviética na costa chinesa, abaixo de Vladivostok. Mao respondeu: “no dia em que tiver uma base soviética aqui, volto para as montanhas”.

Kruschev pegou o carro, voltou para Moscou, e suspendeu o fornecimento de petróleo à China.

De Deng: “Quando você abre a janela, sempre entram umas moscas. E isso te aborrece. Mas, você pode achar um jeito de impedir que as moscas te façam mal. Não precisa fechar a janela”.

Diálogo entre o presidente Sarney e Deng: “O problema dos governantes é que eles sempre precisam de mais tempo para realizar as mudanças”, disse Sarney. “Senhor presidente, o tempo existe”, disse Deng.

Para uma das reportagens do *Fantástico*, fui a uma espécie de Silicon Valley, perto de Beijing.

Visitei uma fornecedora da IBM, também ali instalada.

Uma empresa 100% chinesa.

Quando entrei com a equipe da Globo numa sala ampla, de muitos funcionários — todos, informou o guia, com menos de 25 anos, de curso superior —, um deles pensou que éramos jornalistas americanos e perguntou: “você conhece o Bill Gates?”. Dois funcionários me explicaram que eram remunerados por tarefa. A remuneração mensal, portanto, variava. Os melhores recebiam bônus. Um não podia perguntar ao outro quanto ganhava. Se descobrisse que ganhava menos e se não ficasse satisfeito, que fosse embora.

Os solteiros têm dormitório confortável, na área de trabalho. Quando casam, recebem apartamento da empresa, jardim de infância e assistência médica extensiva à família. Se forem embora, perdem tudo.

Em dezembro de 1995, Fernando Henrique foi recebido na China pelo esfuziante presidente Jiang Zemin, escolhido por Deng Xiaoping porque tinha feito uma revolução econômica em Xangai (além de reprimir, com habilidade, manifestações populares).

Zemin fala russo (morou cinco anos em Moscou) e inglês perfeitamente.

Zemin é o gato do tipo que come o rato, uma geração de líderes que Deng procurou formar:

“Não interessa se o gato é preto ou branco, desde que coma o rato”, o famoso princípio de Deng.

Zemin foi o JK de Deng.

Naquela altura, ele construía a hidrelétrica de Três Gargantas — a maior do mundo —, que FHC pretendia visitar com os jornalistas.

Mas, alguém ponderou que ia parecer lobby de uma empreiteira brasileira que pretendia entrar na obra.

Ele não foi nem ela entrou.

Dois temas perseguiram Fernando Henrique na China e depois em Macau (para inaugurar um aeroporto já inaugurado por Mário Soares), na Malásia (não se sabe para quê), e, em seguida, na Espanha, com Felipe Gonzalez.

A “pasta rosa” e o Sivam.

A “pasta rosa” foi um caderno rosa de Angelo Calmon de Sá, dono do Banco Econômico, com a relação dos políticos que financiava — e as respectivas quantias.

Segundo o próprio FHC, o PFL da Bahia, de Antônio Carlos, estava todo lá, “com a boca na botija”. Estavam ACM, o filho, Luis Eduardo Magalhães, que ACM queria ver presidente, José Serra e José Sarney.

A “pasta rosa” sumiu com a rapidez com que o FMI comprou o que FHC vendeu. O que permanece é o Sivam, o sistema de vigilância do espaço aéreo da Amazônia — outro tema da viagem.

Havia dois na disputa por um contrato de 1,4 bilhão de dólares. A Raytheon americana e a Thomson francesa, no Brasil representada pela Esca.

Para Fernando Henrique, as duas questões se misturavam.

ACM estava com a Thomson e, através de um documento enviado por correio, por um “cidadão de espírito cívico”, pretendeu demonstrar que a concorrência era viciada a favor dos americanos.

Na *Folha*, Janio de Freitas replicou. É o que mostra um post do *Conversa Afiada*, em 23 de outubro de 2014, com o título “Sivam: Jânio pega FHC na mentira”.

Em cartas à Folha *e a* O Globo*, Fernando Henrique Cardoso propôs-se a esclarecer aspectos de escândalos no seu governo, mencionados nos dois jornais. Começa a esclarecer: “Quanto ao caso Sivam, não só que a contratação da Raytheon se deu no governo Itamar, como que ao governo nunca foi atribuído haver participado de malfeitos”.*

A Raytheon foi contratada em julho de 1997. Já terceiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso. Assinado o contrato, sob muita contestação, Fernando Henrique telefonou ao então presidente Clinton, para comunicar que estava feita a contratação do seu interesse, para ser a empresa americana a fornecedora principal e construtora do Sistema de Vigilância da Amazônia, Sivam.

Durante o governo Itamar Franco houve, em 1993, a contratação da empresa brasileira Esca, indicada pelo Ministério da Aeronáutica e pela Secretaria de

Assuntos Estratégicos, para gerenciar o processo de criação do Sivam. Em maio de 1994, das 12 candidatas, ficam a Raytheon e a francesa Thomson, cujo escritório no Rio é misteriosamente assaltado e dele retirados estudos e documentos do projeto, enquanto a CIA denuncia nos Estados Unidos a existência de corrupção no pessoal brasileiro ligado à concorrência. Logo em seguida, em junho, a Thomson é excluída da disputa.

Em abril de 1995, já no governo Fernando Henrique, o deputado Arlindo Chinaglia revela estar a Esca envolvida em fraudes contra a Previdência. A partir daí, descobre-se que nove dos seus integrantes são também da Comissão de Implantação do Sistema de Controle Aeronáutico, pessoal da Aeronáutica no lado contratante e no lado contratado.

Em novembro, o chefe do Cerimonial da presidência, diplomata Júlio César Gomes dos Santos, é surpreendido e gravado pelo secretário da presidência, Xico Graziano, em telefonema no qual combina com o representante da Raytheon, José Afonso Assunção, o modo financeiro de assegurar votação favorável, no Senado, à contratação da empresa americana. O relator era o então senador Gilberto Miranda, personagem de vários assuntos discutíveis. Graziano é afastado e, mais tarde, Júlio César dos Santos ganha uma embaixada na Itália, na FAO. Obtida a aprovação no Senado, o contrato foi assinado, afinal.

Depois, o governo e seus parlamentares tiveram apenas que inviabilizar a CPI da Raytheon. Não é preciso dizer o que significa a construção do sistema de controle aéreo e físico da Amazônia por uma costumeira contratada do governo dos Estados Unidos.[2]

Ron Brown, presidente do Partido Democrata e Secretário de Comércio do governo Clinton, foi ao Senado americano anunciar a vitória americana no Brasil: 1,4 bilhão de dólares. Antes de o Senado brasileiro votar. Fiz uma reportagem no JN para contar isso, e o diretor de Jornalismo da Globo, Evandro Carlos de Andrade só exibiu a reportagem no dia seguinte à aprovação do negócio pelo Senado brasileiro. O senado americano soube antes — e o espectador da Globo, depois.[3]

---

1 Kissinger, Henry. *On China*. Nova York, The Penguin Press, 2011, p. 332.

2 Acessível em: <http://goo.gl/ozGMdy>.

3 Acessível em: <http://goo.gl/9PO1SG>.

ACM: *O Globo* está me sacaneando

Fernando Henrique me recebeu por 45 minutos, às onze horas da noite, na suíte presidencial do Hotel Istana, em Kuala Lumpur, na Malásia:

[ACM:] Delírio como o Glauber [Rocha, também baiano]. Roger Bastide (fui aluno dele) mostrava que na cultura iorubá bem e mal são polos em contradição que não se superam jamais — convivem harmonicamente, sem choques, ora se sobressai um, ora outro.

[Luís Eduardo Magalhães:] Não saiu ao pai, mas à mãe que é árabe. É como eu, racionalista, frio.

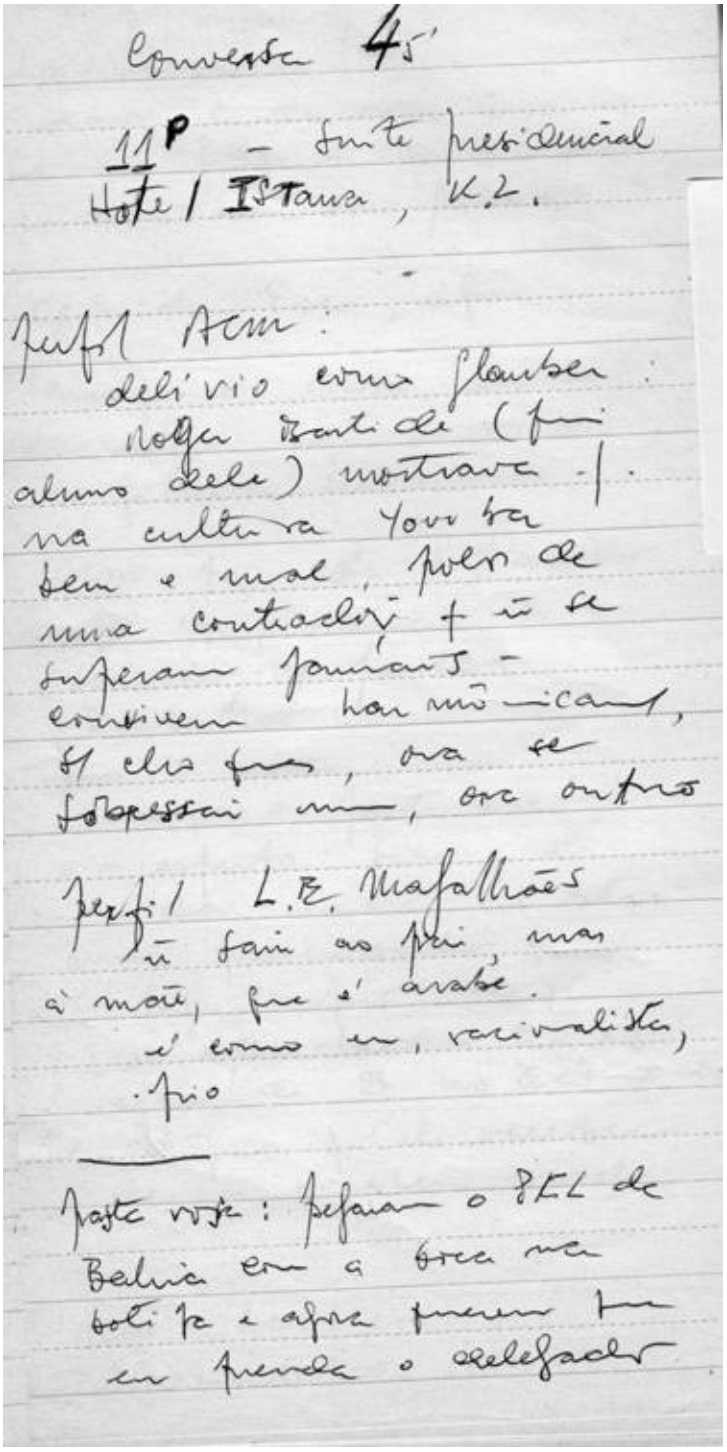
[Pasta rosa:] Pegaram o PFL com a boca na botija e agora querem que eu prenda o delegado.

[Raytheon:] Estavam tudo [todos] na Esca e com o [senador] Gilberto Miranda para a Thomson ganhar.

Com a saída da Esca [da licitação], agora, Sarney e ACM [ficaram contra a Raytheon], porque Sarney é aliado do Gilberto Miranda. ACM porque está lutando pela presidência do Senado contra o Jader Barbalho.

[Sarney e pasta rosa:] O mais esperto: sabe que não vai dar em nada: não está nem preocupado.

[ACM mais Raytheon:] Mais um “documento” do ACM. Não vai provar nada. Boa parte desespero do ACM: ele não tem mais a Globo. Perdeu. Sem a Globo o ACM é um tigre de papel.[1]



Conversa 45'

11P - Suíte presidencial
Hotel Istana, K.L.

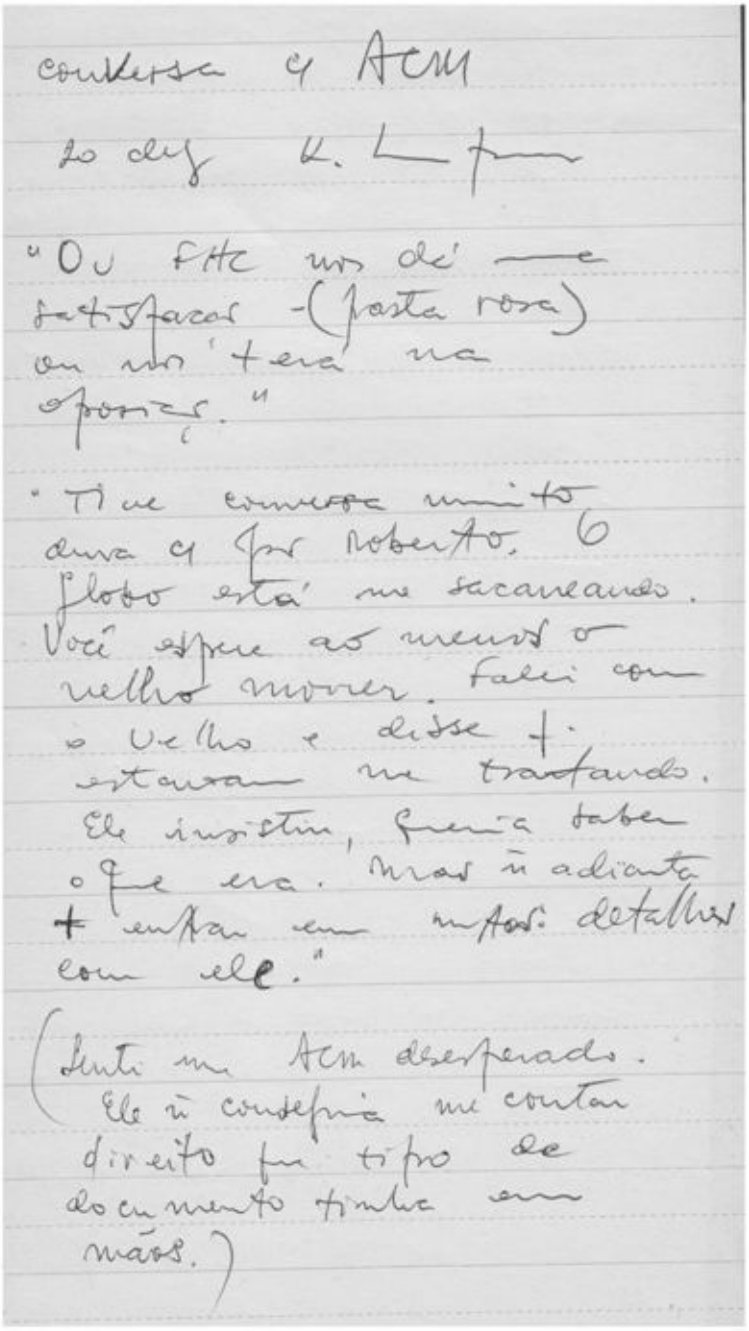
Perfil ACM:
delírio como Flaubert:
Nolga Bandeira (ex-
aluno dele) mostrava-
na cultura Yoruba
bem e mal, pólo de
uma contradição + ou
sofreram Jamaica -
convivem harmonicamente,
às vezes, ora se
sobrepõem um, ora outro

Perfil L.E. Magalhães
ir fazer as pazes, mas
ai morte, pra é árabe.
é como ex-racionalista,
frio

Fatos novos: Refazer o PEL de
Bahia com a boca na
boliche e após prender
ex-prender o deslegador

"ACM e a cultura iorubá."

Boa tarde desculpem MCM:
ele ñ tem + a globo:
perdem. tem a globo,
BCM ñ — tive de
trabalhar.


conversa c/ ACM

ao dig K. L

"Ou FHC me dá — e satisfaz - (pasta rosa) ou não tera na oposição."

"Tive conversa muito dura c/ Jor Roberto. O Globo está me sacaneando. Você espere ao menos o velho morrer. Falei com o Velho e disse q. estavam me tratando. Ele insistiu, queria saber o q. era. Mas + adiante + entrar em mais detalhes com ele."

(Senti um ACM desesperado. Ele não conseguia me contar direito que tipo de documento tinha em mãos.)

"Sem a Globo…"

"Senti um ACM desesperado. Ele não conseguia me contar direito que tipo de documento (contra o FHC) tinha em mãos."

No dia 28 de maio de 2014, o blog *Conversa Afiada* publicou o seguinte *post*:

A revista *piauí* de agosto de 2010 traz uma reportagem sobre "O Andarilho", assinada por João Moreira Salles, com a rubrica "o poder passado" e a

apresentação: “Em 10 dias, 19 compromissos, 2 palestras, 7 aeroportos, 6 aviões, 2 continentes e 10 mil quilômetros, a vida do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso longe do poder”.

É a mais perfeita exposição da alma do andarilho: no exterior, diante de uma revista de banqueiros para banqueiros e por banqueiros.

“Meu tempo passou. Queriam que eu concorresse ao governo de São Paulo. Eu disse: aí eu ganho e no dia seguinte tem rebelião em presídio e prefeito querendo encontro. O Senado é igual. Aquela convivência é muito desinteressante. Chega.

Vivo bem em qualquer lugar. Mas essa coisa de ser brasileiro é quase uma obrigação.

Que ninguém se engane: o Brasil é isso mesmo que está aí. A saúde melhorou, a educação também e aos poucos a infraestrutura se acertará. Mas não haverá nenhum espetáculo de crescimento, nada que se compare à Índia e à China. Continuaremos nessa falta de entusiasmo, de desânimo.

Quais são as instituições que dão coesão a uma sociedade? Família, religião, partidos, escola. No Brasil, tudo isso fracassou.

Como eu ia dizendo, é bom ser brasileiro: ninguém dá bola.

Sou eu mesmo a única oposição, mas eu estou me lixando para o que Lula faz.

Já o Lula é o Macunaíma, o brasileiro sem caráter que se acomoda.

No meu governo, universalizamos o acesso à escola, mas para quê? O que se ensina ali é um desastre. A única coisa que organiza hoje o Brasil é o mercado e isso é dramático. O neoliberalismo venceu. Ao contrário do que pensam, contra a minha vontade.

Hoje só o mercado produz coesão. Mas o mercado é bom para produzir lucros, não valores.

O problema do Brasil não é nem o esfacelamento do Estado. É algo anterior: é a

falta de cultura cívica. De respeito à lei. Sem isso, como fazer uma Nação?

Sou um realista, sei até onde é possível ir. Há um momento em que a realidade se impõe. Sou um pragmático no sentido americano. Diante do Estado inepto e da prevalência da burguesia estatal, privatizar era o jeito.

A parada de 7 de setembro é uma palhaçada.

Parada militar no Brasil é pobre para burro… A cada bandeira de regimento a gente tinha que levantar, era um senta-levanta infindável… Em setembro venta muito em Brasília, então o cabelo fica ao contrário.

[A América Latina não está se voltando à esquerda:] Não é esquerda, é populismo… o populismo é autoritário, e regressivo.

Eu disse para os homens de imaginação, para o Nizan Guanaes: 'olha, a imaginação do povo é igual à estrutura do mito do Lévi-Strauss, ou seja, é binária: existem o bem e o mal'. Eu fui eleito presidente da República, porque fiz o bem, no caso, o Real. Chega uma hora em que a força dele acaba. O que vamos oferecer no lugar? Ninguém soube me dar essa resposta. Eu também não soube encontrá-la.

O Brasil não tem guerras, não tem inimigos. É uma beleza ser chanceler.

[Sobre Pérsio Arida e André Lara Resende:] Não deviam ter parado tão cedo. É que existe essa mania de ganhar dinheiro. Ganharam e agora não sabem o que fazer. Eu digo: 'André, você não pode ficar assim, volta a trabalhar'. Ele fica lá com o aviãozinho dele, para cima e para baixo. É uma loucura."

E foi presidente dessa "mixórdia" por duas vezes — eleito!

1

Telefonei em seguida de Kuala Lumpur para ACM: "Ou o FHC nos dá uma satisfação [sobre a pasta rosa] ou nos terá na oposição", respondeu ACM. "Tive uma conversa muito dura com o João Roberto Marinho. *O Globo* está me sacaneando. Você espere ao menos o velho morrer. Falei com o velho e disse que estavam me [mal]tratando. Ele insistiu, queria saber o que era. Mas não adianta mais entrar em muitos detalhes com ele".

A Globo leva a eleição para o 2º turno de ambulância

Nas eleições de 2006, a Globo rasgou a fantasia de novo: apoiou sem pudores o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Foi como em 1989, com Collor. E, de novo, contra Lula.

A análise de 101 edições do *Jornal Nacional* entre abril e outubro de 2006 mostra que o número de reportagens a favor de Alckmin foi maior do que a de matérias favoráveis a Lula.[1]

No primeiro período analisado, entre 10 e 30 de junho, Geraldo Alckmin era o candidato com o maior número de aparições em reportagens (um total de 14) depois do presidente da República (com 39), candidato à reeleição. Nesse período, 50% das matérias veiculadas pelo JN sobre Alckmin eram positivas e apenas 14% eram negativas. Com Lula ocorria o contrário: a maior parte das matérias sobre o presidente era negativa — 62% contra 36%.

No segundo período analisado, entre julho e agosto, Alckmin e Lula tiveram o mesmo número de reportagens, 30. Já o número de sonoras (quando se ouve a voz do entrevistado) de Alckmin chegou a 26, contra 11 do presidente. Ainda nessa fase da campanha, "embora tenha tido elevada exibição nas reportagens, o presidente não deu entrevista na maioria das vezes. Lula teve apenas um minuto a mais que os candidatos de partidos pequenos como Luciano Bivar e José Maria Eymael".

Já a classificação das reportagens revela uma tendência ainda mais pró-Alckmin: o JN exibiu 47% de reportagens positivas sobre Lula, enquanto as negativas foram de 40%. O tratamento ao candidato tucano era VIP: 63% das reportagens o mostravam de forma positiva. Negativa, apenas 20%. Os textos do *Jornal Nacional* — nas introduções às matérias ("cabeças", como são conhecidas no meio jornalístico) lidas pelos locutores e até nas entrevistas do candidato — empregavam expressões como "planos de Geraldo Alckmin"; "vai investir no transporte coletivo"; "quer reduzir juros e dar incentivos aos produtores rurais", "nós vamos melhorar a saúde", segundo a pesquisa.

O terceiro dos períodos em que se divide a pesquisa vai de agosto até o fim do primeiro turno. Era a hora da decisão. E foi quando o JN jogou todas as fichas contra Lula e conseguiu enfim levar a disputa para o segundo turno. Dezenove dias antes das eleições, em 12 de setembro, segundo a pesquisa de intenção de voto do Datafolha, Lula ganharia a eleição no primeiro turno por 50% a 28%.

Para cumprir seu objetivo, a Globo lançou mão do chamado "escândalo do dossiê", ou "dos aloprados". Esse fato, porém, era derivado de outro "escândalo": o das "ambulâncias superfaturadas", que envolvia José Serra e que na prática teve repercussão mínima, já que o PiG, de forma deliberada, preferiu esconder o outro lado da história.

No dia 14 de setembro de 2006, dezessete dias antes da eleição do primeiro turno, a Polícia Federal prendeu Paulo Roberto Trevisan no aeroporto de Cuiabá. Com ele, apreendeu um DVD e fotos datadas de 2001 em que o então ministro da Saúde José Serra participava de uma solenidade de entrega de ambulâncias a integrantes da chamada "máfia dos sanguessugas", que subornava parlamentares para que destinassem recursos do Orçamento da União à compra de ambulâncias superfaturadas.

Já na madrugada do dia 15 de setembro, a Polícia Federal deteve os petistas Valdebran Padilha e Gedimar Passos no Hotel Íbis, perto do aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Eles carregavam, em dinheiro vivo, 248,8 mil de dólares e 1,168 milhão de reais em notas pequenas.

O dinheiro seria usado para comprar o DVD e as fotos de Trevisan, supostamente para que Aloizio Mercadante, candidato do PT a governador de São Paulo, pudesse usá-los contra Serra na disputa pelo governo paulista.

É importante ressaltar que a quantia em reais havia sido toda ela reunida em notas pequenas, num volume que só em guichê de metrô, empresa de ônibus ou bingo se conseguiria obter. Quando foi atrás da origem do dinheiro, no entanto, a PF não chegou a lugar nenhum.

Curiosamente, "repórteres" da GW — produtora de marketing político que produzia as campanhas eleitorais de Geraldo Alckmin e José Serra — chegaram ao prédio da Polícia Federal de São Paulo antes dos detidos. De acordo com a reportagem de Raimundo Rodrigues Pereira para a *Carta Capital*:

É por volta das 5 da tarde. A essa altura, mais ou menos à frente do prédio, que

fica na rua Hugo Dantola, perto da Ponte do Piqueri, na marginal do rio Tietê, na altura da Lapa de Baixo, estaciona uma perua da Rede Globo. Ela para entre duas outras equipes de TV: uma da propaganda eleitoral de Geraldo Alckmin e outra da de José Serra.

Com o tempo vão chegando jornalistas de outras empresas: da CBN, da *Folha*, da TV Bandeirantes. E a presença das equipes de Serra e Alckmin provoca comentários. Que a Rede Globo fosse a primeira a chegar, tudo bem: ela tem uma enorme estrutura com esse objetivo. Mas como o pessoal do marketing político chegou antes? Cada uma das duas equipes tem meia dúzia de pessoas. A de Serra é chefiada por um homem e a de Alckmin, por uma mulher. As duas pertencem à GW, produtora de marketing político. Seus donos foram jornalistas: o G é de Luiz Gonzáles ex-TV Globo, e o W vem de Woile Guimarães, secretário de redação da famosa revista *Realidade*, do fim dos anos 1960. Entre os jornalistas, logo se sabe que foi Gonzáles quem ligou para a Globo, avisando do que se passava na PF.[2]

A PF deteve, também no dia 15 de setembro, o primo de Trevisan, Luiz Antônio Vedoin, suspeito de ser o chefe da "máfia dos sanguessugas". Nesse mesmo dia, saiu a edição da semana da revista *IstoÉ*, com uma entrevista do próprio Luiz Antônio, com seu pai, Darci Vedoin, na qual ambos denunciavam a participação de Serra e seu Ministério da Saúde na compra de ambulâncias superfaturadas: "Exclusivo: Os Vedoin acusam Serra" — era a chamada de capa da revista.

Na entrevista, os Vedoin contam que entre 2000 e 2004 a empresa deles, a Planam, vendeu para o Ministério da Saúde 891 ambulâncias. Desse total, 681 — mais de 70%, portanto — haviam sido negociadas até o final de 2002, ou seja, na gestão de José Serra e Barjas Negri no Ministério. Serra foi o titular da pasta de março de 1998 a janeiro de 2002. Quando deixou o cargo para se candidatar à presidência, deixou Negri em seu lugar.

IstoÉ — Como exatamente funcionava o chamado Esquema Sanguessuga?

Darci Vedoin — O parlamentar apresentava a emenda orçamentária pedindo o recurso e quando o dinheiro era liberado nós pagávamos 10% ao parlamentar. A cobrança deles sempre foi de 10% sobre o valor da emenda.

Luiz Antônio Vedoin — No melhor período, quando o Serra e depois o Barjas eram os ministros, a bancada do PSDB é que conseguia agir com maior rapidez.

Com eles era muito mais fácil e muito rápido. Quando as emendas eram da bancada era coisa de um dia para o outro.

Em depoimento à Polícia Federal, Luiz Antônio Vedoin disse ainda que repassava 6,5% das verbas liberadas pelo Ministério da Saúde a Abel Pereira, empresário ligado a Barjas Negri.

Na noite do dia 15 de setembro de 2006, o *Jornal Nacional* exibiu uma reportagem de 1 minuto e 33 segundos sobre o dossiê, na qual Negri não era citado, destacava-se o fato de Valdebran Padilha ser filiado ao PT do Mato Grosso e ainda se concedia a Serra a oportunidade de comentar o episódio: “O que eu sei é que a Polícia Federal deteve gente transportando 1,7 milhão de reais para pagar uma baixaria de campanha que estão fazendo contra a minha candidatura”.

No dia seguinte, quinze dias antes da eleição do primeiro turno, o JN dedicou o dobro do tempo à cobertura do dossiê, de novo sem citar Negri.

Paulo Roberto [Trevisan] foi detido anteontem no Aeroporto de Várzea Grande e liberado em seguida. Com ele a polícia encontrou vídeos e fotos tiradas durante solenidades públicas de entrega de ambulâncias, em 2001, em que aparecem o então ministro da Saúde, José Serra, e Geraldo Alckmin, na época governador de São Paulo.

Na mesma reportagem, Serra:

Foi organizada uma baixaria contra a minha campanha, porque eu estou bastante à frente nas pesquisas [para governador] aqui em São Paulo. Então os adversários organizaram uma grande baixaria. Essa baixaria agora tá sendo investigada pela Polícia Federal e pela Justiça, que realmente representa o caminho adequado para isso. Existe aí já 1,7 milhão de reais que apareceram transportados por gente ligada a partidos políticos e a eles vai caber explicar de onde veio esse dinheiro e qual era a finalidade.

Sobre a “baixaria” de comprar ambulâncias superfaturadas, nada. Nem de Serra nem da Globo. No dia seguinte, 17 de setembro, o superintendente da Polícia Federal Paulo Lacerda atestou a veracidade da fita de vídeo na qual Serra entrega ambulâncias da Planam a prefeitos de Mato Grosso.

No vídeo, de 23 minutos, divulgado pelo site *Conversa Afiada* em 18 de

setembro, Serra vistoria as unidades móveis da Planam e afirma: “Muito legal, gostei”. Depois, vem um discurso seu: “Nós temos aumentado muito nosso apoio ao conjunto do Estado, as transferências do Ministério da Saúde para o estado de Mato Grosso aumentaram de 1997 para cá”.

No ato da entrega das ambulâncias, Lino Rossi Paulo, (então deputado federal pelo PSDB), à frente de Serra, dizia: “Esta é uma ação do PSDB […] que quer levar a saúde aos lugares mais distantes”. Rossi havia sido preso pela PF em 13 de agosto de 2007 — antes, portanto, de estourar o “escândalo”, acusado de ter recebido 3 milhões de reais dos “sanguessugas”.

Curiosamente, o procurador da República que trabalhou nas investigações sobre as ambulâncias superfaturadas foi Mário Lúcio Avelar, o mesmo que havia participado da operação de destruição da candidatura de Roseana Sarney…

No *Jornal Nacional*, a cobertura do episódio foi absolutamente parcial. Os telejornais da Globo jamais divulgaram o conteúdo do DVD com Serra e as ambulâncias, que, àquela altura, já estava disponível na internet. Até mesmo o portal G1, da própria Globo, já havia colocado o vídeo de Serra no ar, com um áudio ainda melhor que o da versão do *Conversa Afiada*.

Deliberadamente, a Globo decidiu poupar Serra e o PSDB. E aproveitou para centrar fogo em Lula. Afinal, a questão dos “aloprados” — adjetivo usado por Lula para definir os petistas que levantaram dinheiro para comprar o vídeo que comprometia José Serra — era muito mais importante do que a apuração de irregularidades cometidas pelo candidato a governador de São Paulo. O “escândalo do dossiê” tinha o potencial de derrotar Lula e eleger Alckmin. E quase conseguiu.

O jornalista Rodrigo Vianna, então repórter da Globo, em sua carta de despedida da emissora (publicada pelo *Conversa Afiada* em 19 de dezembro de 2006) relatou:

Um colega nosso chegou a produzir, de forma precária, por telefone (vejam, bem, por telefone! Uma TV como a Globo fazer reportagem por telefone), reportagem com perfil do Abel [Pereira, o empresário ligado a Negri]. Foi editada, gerada para o Rio. Nunca foi ao ar. Os telespectadores da Globo nunca viram Serra e os tucanos entregando ambulâncias cercados pelos deputados sanguessugas. Era o que estava na tal fita do “dossiê”.

Ao receber o vídeo de Serra na cerimônia de entrega das ambulâncias da Planam, Ali Kamel — diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo — teria dito: “Não nos interessa ter essa fita. Para todos os efeitos, não a temos”.

Essa manipulação da Globo em favor do PSDB aparece com nitidez na pesquisa da professora Florentina das Neves. No terceiro período analisado — os dois meses que antecederam as eleições —, o *Jornal Nacional* tratou Alckmin positivamente em 69% das reportagens sobre ele. Ao mesmo tempo, Lula atingia a pior “fase” no JN: 70% das matérias exibidas no telejornal o retratavam de forma negativa. Segundo Neves, o *Jornal Nacional*:

Já não falava mais “presidente Lula” e sim “Lula”, “os amigos de Lula”, “máfia do Planalto”, “centro do escândalo”, “o escândalo do dossiê”, “a máfia do dossiê”, “dinheiro sujo”, “lavagem de dinheiro”, “submundo do crime”, “explosão da máfia”, “personagens obscuros” e “emissários do PT”. Havia um tratamento diferenciado: os ligados ao PT eram chamados de petistas; os ligados a outros partidos, de empresários.

Na edição do JN de 18 de setembro, treze dias antes do primeiro turno das eleições, a escalada do noticiário tinha cinco manchetes sobre o “escândalo”, ou “dossiê dos aloprados”:

Fátima Bernardes: “O escândalo dos dossiês ronda o Palácio do Planalto.”

William Bonner: “Um assessor especial da Secretaria Particular do presidente Lula é o principal suspeito de ter encomendado a compra do material.”

Fátima Bernardes: “O nome dele surgiu no depoimento de Gedimar Passos, o homem preso que iria pagar a encomenda com um milhão e oitocentos mil reais.”

William Bonner: “E que, agora, o PT admite:”

Fátima Bernardes: “É contratado pelo comitê eleitoral de Lula.”

William Bonner: “A coligação PSDB–PFL quer que a Justiça Eleitoral assuma o comando da investigação.”

Fátima Bernardes: “Veja também: os grampos em telefones dos ministros do TSE. O que mais tarde se revelou ser um alarme falso do ministro Marco

Aurélio de Mello.”

William Bonner: “E a classificação do Brasil para as quartas-de-final do Mundial de Basquete.”

Fátima Bernardes: “Agora, no *Jornal Nacional*”.

O “principal suspeito” citado no *Jornal Nacional*, Freud Godoy, ex-assessor especial da presidência, acabou inocentado no relatório final da CPI dos Sanguessugas, simplesmente porque não tinha nada a ver com o tal “dossiê”.[3]

É importante também levar em conta as construções semânticas de que a Globo lançou mão em sua tentativa de impedir a reeleição de Lula. Na escalada do JN, diz William Bonner: “Os homens do presidente Lula estão no centro do escândalo da compra dos dossiês”. A expressão “homens do presidente” remete a Nixon, cujos “homens” mandaram arrombar o prédio Watergate, em Washington, o que deu início a uma crise que levou o presidente americano à renúncia. Segundo a professora Florentina das Neves:

Em todas as matérias, as imagens das fotos espalhadas foram repetidas e os textos reproduziram palavras como “escândalo” e “negociata”. As duas primeiras matérias duraram 7 minutos e 42 segundos e não usaram as palavras “Partido dos Trabalhadores” como antes. Nestes dias passaram a usar “PT” em tom de descaso. O texto ainda dizia que o material serviria para atacar o candidato do PSDB e: “o dossiê contra José Serra, contra o PSDB”. Diferenciou o tratamento aos dois partidos. A entrevista de Freud Godoy foi antes de seu depoimento na PF e, da forma como o repórter questionou, era como se o acusado prestasse depoimento a ele.[4]

No dia seguinte, 19 de setembro, doze dias antes da eleição, o JN teve ao todo 24 minutos e 42 segundos. Na escalada, foram 21 segundos sobre o “escândalo” e apenas 9 sobre os demais assuntos. Aquela edição do telejornal teve seis reportagens sobre o tema só no primeiro bloco, um total de 15 minutos e 59 segundos. Ou seja, o “escândalo” ocupou 65% do telejornal.

O grande golpe, porém, veio na antevéspera da eleição, assim como em 1989, com Collor. No dia 29 de setembro de 2006, uma sexta-feira, o delegado da Polícia Federal de São Paulo, Edmilson Bruno fez com que chegassem às mãos do PiG as fotos que a PF tinha feito do dinheiro apreendido com Valdebran

Padilha e Gedimar Passos no Hotel Íbis. Naquela noite, William Bonner abriu o *Jornal Nacional* com o seguinte texto:

O retrato mais nítido do escândalo do dossiê foi divulgado hoje ao Brasil, duas semanas depois da prisão de dois petistas num hotel de São Paulo. São 23 fotos do dinheiro que seria usado para comprar material contra políticos.

Era tudo o que o PiG queria — e o mesmo expediente que havia sido usado para desmontar a candidatura de Roseana Sarney, quando as fotos do dinheiro apreendido na empresa Lunus foram parar na capa da revista *Época*.

O JN, é claro, não explicou como tinha conseguido as fotos do dinheiro dos "aloprados". À primeira vista, parecia uma divulgação de rotina da Polícia Federal, embora o superintendente Paulo Lacerda houvesse dito que não permitiria a divulgação das imagens, exatamente para evitar a manipulação eleitoral. O jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, na citada matéria para a *Carta Capital*, foi quem melhor descreveu a nada discreta participação do PiG no episódio:

É 29 de setembro, vésperas da eleição presidencial, por volta das dez e meia da manhã. Sai do prédio da PF na Lapa de Baixo o delegado Edmilson Pereira Bruno, 43 anos, que estava de plantão no dia 15 e foi o autor da prisão de Valdebran e Gedimar. Ele convida quatro jornalistas para uma conversa: Lilian Christofoletti, da *Folha de S. Paulo*, Paulo Baraldi, de *O Estado de S. Paulo*, Tatiana Farah, do jornal *O Globo*, e André Guilherme, da rádio Jovem Pan. Bruno quer uma conversa reservada e propõe que ela seja feita a cerca de um quarteirão dali, na Bovinu's, uma churrascaria. Um dos jornalistas argumenta que ali "só tem policial". O grupo acaba conversando perto da Faculdade Rio Branco, que não se avista da frente da PF, mas é também ali por perto. Ficam na rua mesmo. O delegado não sabe, mas sua conversa está sendo gravada.

Bruno diz que quer passar para os jornalistas cópia das fotos do dinheiro apreendido com os petistas, que estavam sendo procuradas há muito, por muita gente. Leva um CD com as imagens, 23 fotos; e três CDs em branco para que eles copiem as imagens de modo a que cada um tenha uma cópia. Fala que eles devem dizer "alguém roubou e deu para vocês", para explicar o aparecimento das fotos. Diz que ele próprio vai dizer coisa parecida a seus chefes na PF, que os jornalistas é que o roubaram: "Doutor, me furtaram. Sabe como é que é, não dá para confiar em repórter". Recomenda que as fotos sejam editadas em

computador com o programa Photoshop para tirar detalhes, como o nome da empresa na qual as cédulas foram fotografadas, a fim de despistar a origem do material.[5]

A *Folha de S. Paulo* exibiu, no dia seguinte, a foto do dinheiro na primeira página. E publicou também uma reportagem sabidamente mentirosa: “Imagens foram passadas em sigilo à imprensa”. A *Folha* preferiu afirmar que as fotos do delegado Bruno foram roubadas da sala dele. Além disso, o jornal ainda teve a “sutileza” de exibir uma foto do presidente Lula encapuzado, como um meliante, logo abaixo da imagem do dinheiro.



E SE JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★ WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO — SÁBADO, 30 DE SETEMBRO DE 2006 — EDIÇÃO SÃO PAULO, CONCLUÍDA À 0 HORA

Avião da Gol se choca no ar e desaparece

Boeing com 155 pessoas a bordo colidiu com Legacy da Embraer, que conseguiu pousar no sul do Pará

COMO FOI O ACIDENTE

155 pessoas

Fotos mostram dinheiro do dossiê

PT tenta no Tribunal Superior Eleitoral, sem sucesso, impedir a divulgação das imagens pela imprensa

PF identifica comprador de dólares achados com petistas

Assessor liga dossiê à campanha de Lula

Presidente diz que acertou ao não aparecer no debate da TV

Jovem é acusado de encomendar morte da mãe

EDITORIAIS

COMO VOTAR

QUANDO

Amanhã, das 8h às 17h

Tire suas dúvidas sobre o dia da eleição

ATMOSFERA

Terremoto no Caribe provoca abalos em Manaus e Boa Vista

Saiba por que a eleição é importante para a vida das crianças

Edição Folha Centro Oeste e Pará

Amanhã:

Folha + R$ 5,00 = Egito

"Encapuzado, o 'meliante' da Folha."

Nesse dia, além de não divulgar a edificante conversa do delegado Bruno com os jornalistas, o JN não noticiou aquele que, até julho de 2007, tinha sido o maior acidente aéreo ocorrido em território brasileiro: a queda do avião da Gol no

Mato Grosso. A Globo decidiu manter intacta a edição do *Jornal Nacional* do dia 29 de setembro, para que o foco do noticiário não fosse desviado das imagens do dinheiro apreendido. Raimundo montou a cronologia:

É uma omissão incrível. O Boeing [da Gol] partiu de Manaus às 15:35 h, hora de Brasília. Deveria ter chegado em Brasília às 18:12 h. Quando o JN começou, a notícia do desastre já corria o mundo. No site Terra, por exemplo, às 20:10 h uma extensa matéria já noticiava que o avião da Gol havia desaparecido nas imediações de São Félix do Araguaia, na floresta amazônica; e a causa apontada era o choque com o avião da Embraer.

Pode-se argumentar que a equipe do JN tenha visto a informação no portal Terra apenas às 20:10 h. Nesse caso, a Globo teve 35 minutos para dar a notícia, o que em televisão é muito tempo. Também é possível que os jornalistas da emissora tenham tomado conhecimento do fato pelo *Jornal da Band*, que deu a informação às 20:29 h.

Ainda assim, o JN teve 16 minutos para noticiar a tragédia, mas não o fez. Essa edição do *Jornal Nacional* não poderia ser refeita — nem mesmo por causa de um acidente no qual morreram 154 pessoas. Além das fotos do delegado Bruno Raimundo Rodrigues, o JN daquele dia dedicou um longo tempo às imagens da cadeira vazia do presidente Lula no debate da TV Globo, realizado na véspera.

A divulgação das fotos foi um triunfo, ainda que efêmero, do PiG — que, no entanto, jamais associou Serra ou Barjas Negri às ambulâncias superfaturadas. Na noite seguinte a essa edição do JN, véspera das eleições, Lula tinha 50% dos votos, segundo o Datafolha, o que lhe daria a vitória ainda no primeiro turno. Mas nas eleições de 2 de outubro, teve 48,6% dos votos contra 41,6% de Alckmin.

Sobre isso, deu no *Conversa Afiada*:

2006 — O 1º golpe de Estado já houve. E o 2º?

Um golpe de Estado levou a eleição para o segundo turno.

É o que demonstra de forma irrefutável a reportagem de capa da revista *Carta Capital* que está nas bancas (“A trama que levou ao segundo turno”), de

Raimundo Rodrigues Pereira. E merecia um subtítulo: “A radiografia da imprensa brasileira”.

Fica ali demonstrado:

1) As equipes de campanha de Alckmin e de Serra chegaram ao prédio da Polícia Federal, em São Paulo, antes dos presos Valdebran Padilha e Gedimar Passos;

2) O delegado Edmílson Bruno tirou fotos do dinheiro de forma ilegal e as distribuiu a jornalistas da *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, do jornal *O Globo* e da rádio Jovem Pan;

3) O delegado Bruno contou com a cumplicidade dos jornalistas para fazer de conta que as fotos tinham sido roubadas dele;

4) O delegado Bruno procurou um repórter do *Jornal Nacional* para entregar as fotos: “Tem de sair à noite na tevê. Tem de sair no *Jornal Nacional*”;

5) Toda a conversa do delegado com os jornalistas foi gravada;

6) No dia 29, dois dias antes da eleição, dia em que caiu o avião da Gol e morreram 154 pessoas, o *Jornal Nacional* omitiu a informação e se dedicou à cobertura da foto do dinheiro;

7) Ali Kamel, “uma espécie de guardião da doutrina da fé” da Globo, segundo a reportagem, recebeu a fita de áudio e disse: “Não nos interessa ter essa fita. Para todos os efeitos não a temos”, diz Kamel, segundo a reportagem;

8) A Globo omitiu a informação sobre a origem da questão: 70% das 891 ambulâncias comercializadas pelos Vedoin foram compradas por José Serra e seu homem de confiança, e sucessor no Ministério da Saúde, Barjas Negri;

9) A Globo jamais exibiu a foto ou o vídeo em que aparece José Serra, em Cuiabá, numa cerimônia de entrega das ambulâncias com a fina flor dos sanguessugas;

10) A imprensa omitiu a informação de que o procurador da República Mario Lúcio Avelar é o mesmo do “caso Lunus”, que detonou a candidatura Roseana Sarney em 2002, para beneficiar José Serra (a Justiça, depois, absolveu Roseana

de qualquer crime eleitoral. Mas a campanha já tinha morrido);

11) Que o procurador é o mesmo que mandou prender um diretor do Ibama que depois foi solto e ele, o procurador, admitiu que não deveria ter mandado prender;

12) Que o procurador Avelar mandou prender os suspeitos do caso do dossiê em plena vigência da lei eleitoral, que só deixa prender em flagrante de delito;

13) Que o procurador Avelar declarou: “Veja bem, estamos falando de um partido político (o PT) que tem o comando do país. Não tem mais nada. Só o País. Pode sair de onde o dinheiro?”;

14) A reportagem de Raimundo Rodrigues Pereira conclui: “Os petistas já foram presos, agora trata-se de achar os crimes que possam ter cometido”.

Na mesma edição da revista *Carta Capital*, ao analisar uma pesquisa da Vox Populi, que Lula tem 55%, contra 45% de Alckmin, Maurício Dias diz: “[…] dois fatos tiraram Lula do curso da vitória (no primeiro turno). O escândalo provocado por petistas envolvidos na compra do dossiê da família Vedoin… e secundariamente o debate promovido pela TV Globo ao qual o presidente não compareceu.”

Quer dizer: o golpe funcionou.

Mino Carta, o diretor de redação da *Carta Capital*, diz em seu blog, aqui no IG[6], que houve uma reedição do golpe de 89, dado com a mão de gato da Globo, para beneficiar Collor contra Lula. “A trama atual tem sabor igual, é mais sutil, porém. Mais velhaca”, diz Mino.

Permito-me acrescentar outro exemplo.

Em 1982, no Rio, quase tomaram a eleição para governador de Leonel Brizola. Os militares, o SNI, e a Polícia Federal (como o delegado Bruno, agora, em 2006) escolheram uma empresa de computador para tirar votos de Brizola e dar ao candidato dos militares, Wellington Moreira Franco. O golpe era quase perfeito, porque contava também com a cumplicidade de parte de Justiça Eleitoral e, com quem mais? Quem mais?

O golpe contava com as organizações Globo (tevê, rádio e jornal, como agora)

que coonestaram o resultado fraudulento e preparam a opinião pública para a fraude gigantesca.

Que só não aconteceu, porque Brizola “ganhou a eleição duas vezes: na lei e na marra”, como, modestamente, escrevi no livro “Plim-Plim — a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral”, editora Conrad, em companhia da jornalista Maria Helena Passos.

Está tudo pronto para o segundo golpe.

O procurador Avelar está lá.

Quantos outros delegados Bruno há na Polícia Federal (de São Paulo, de São Paulo!).

A urna eletrônica no Brasil é um convite à fraude. Depende da vontade do programador. Não tem a contra-prova física do voto do eleitor. Brizola aprendeu a amarga lição de 82 e passou resto da vida a se perguntar: “Cadê o papelzinho?”, que permite a recontagem do voto?

E se for tudo parar na Justiça Eleitoral? O presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello já deixou luminosamente claro, nas centenas de entrevistas semanais que concede a quem bater à sua porta, que é a favor da candidatura de Alckmin.

E o segundo golpe? Está a caminho. As peruas da GW já saíram da garagem.

Quer dizer: o golpe funcionou.

No segundo turno das eleições, Lula se reelegeu com 61% dos votos contra 39% — o mesmo resultado das eleições de 2002, daquela vez contra Serra. Assim, Alckmin conseguiu uma proeza jamais vista em eleições de dois turnos e voto obrigatório: teve menos votos no segundo turno do que no primeiro. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio de Mello, candidato a ministro da Justiça de Alckmin, chegou ao cúmulo de não proclamar o nome de Lula ao anunciar, inclusive por escrito, o vencedor das eleições. Sua declaração, às 19:30 h de 29 de outubro daquele ano, foi a seguinte:

Ainda que todos esses votos [por apurar] sejam para Alckmin, ele não ultrapassará o adversário. A diferença de votos resulta na legitimidade do candidato eleito. O povo quis a reeleição do presidente da República.

Nos meses seguintes, com o apoio do PiG, Mello tentou impugnar as contas da campanha de Lula e ameaçou não diplomá-lo. Em entrevista ao site *Conversa Afiada* concedida em 20 de outubro de 2006, o cientista político e presidente do instituto Vox Populi Marcos Coimbra resumiu bem o que aconteceu naquelas eleições:

Se o eleitor não tivesse sido atingido com tanta intensidade naqueles três ou quatro dias [antes da eleição] provavelmente teria confirmado a vitória de Lula [no primeiro turno], tanto é que ele não ganhou por um e pouco, foi muito perto. E logo após ele recuperou a vantagem. Houve uma coisa excepcional naquele final de semana. Houve o debate, na sexta houve as fotos, no sábado, o noticiário, quando ele [o eleitor] entrou para votar no domingo estava muito assustado com tudo que ele tinha ouvido e visto.

Isso significa que o senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, errou ao fazer a seguinte declaração a *O Estado de S. Paulo* de 20 de setembro daquele ano:

É preciso mobilizar para entrar no *Jornal Nacional*. O Álvaro [Dias, senador do PSDB-Paraná] tem razão: nosso objetivo se chama *Jornal Nacional*. Quem ganhar no *Jornal Nacional* ganha a eleição.

Marcos Coimbra associa a vitória de Lula ao surgimento de uma opinião pública efetivamente autônoma aos tradicionais formadores de opinião. Ou seja, a internet, as redes sociais e a blogosfera tiveram papel fundamental na eleição.

No *Conversa Afiada*: *A vitória de Lula foi ideológica*.

A vitória de Lula foi uma vitória ideológica. Assim como muita gente tem medo de usar a palavra “impeachment” quando quer o impeachment, muita gente está com medo de usar a palavra “ideologia”, que também começa com *i* e nele se pode botar um pingo.

Pela primeira vez na história do ciclo “pós-militar”, a ideologia trabalhista venceu a ideologia conservadora de forma clara e, como diz o *New York Times*, de forma “esmagadora”.

Lula chegou ao segundo mandato muito mais forte do que chegou ao primeiro. E com uma vitória claramente pela esquerda: com a opção preferencial pelos pobres (não fosse ele um bom católico).

No segundo turno, Lula levou a discussão para a esquerda e empunhou uma bandeira típica da esquerda brasileira, do getulismo, do brizolismo: a do combate à privatização.

Como diria a professora Marilena Chaui, Lula se lembrou que é de esquerda.

Na batalha universal entre trabalhistas e conservadores — e essa é uma mudança na qualidade da política brasileira — e mudança para melhor — na batalha universal entre direita e esquerda, ganhou a esquerda.

E FHC, se calçasse as sandálias da humildade, deveria ir pra casa e perguntar: "como é que eu faço para o meu 'polo de poder' se aproximar do povo?".

O PSDB se tornou um fenômeno paulista.

O PSDB de São Paulo está isolado ideologicamente. E geograficamente.

São Paulo não existe no Rio nem no Nordeste.

O PSDB não existe no Rio nem no Nordeste.

O PSDB precisa voltar a entender de Brasil, fora de São Paulo.

Aécio Neves não é o PSDB de São Paulo. Ele sabe que se cair na armadilha da UDN de São Paulo, não chega a presidente nunca.

Ou o PSDB entende que os frequentadores da praça Buenos Aires não são o povo brasileiro ou vai virar a UDN, como diz o Maurício Dias, e não passa dos 39%.

Breve interrupção para continuar a tratar do cerco do PiG a Lula e o papel da internet. Republicado no *Vermelho*, site do PCdoB, o post é do *Conversa Afiada*, de 2006, quando eu tinha um blog no iG. Lula lutava pela reeleição.[7]

Como governar quando toda a imprensa é contra

Ou se faz como Hugo Chávez ou como Roosevelt. São as duas formas conhecidas de enfrentar a oposição de toda a imprensa, num regime democrático. Prefiro a de Roosevelt.

Explico-me.

“Na eleição de 1932, seis de cada dez jornais fizeram oposição a ele e Roosevelt acreditava que era vítima de um ódio profundo de donos de empresas jornalísticas, que distorciam as notícias para prejudicá-lo. As redes de estações de rádio, ao contrário, deram total colaboração… e o presidente usou o rádio para atingir o público diretamente e explicar seus programas.”[8]

A diferença entre a situação do presidente Franklin Roosevelt e a do presidente Lula, caso se reeleja, é um pouco diferente:

1) Todos os jornais são contra Lula;

2) Todas as revistas são contra Lula, com exceção da *Carta Capital*;

3) Todas as rádios são contra Lula;

4) E uma rede de televisão — a Globo — líder de audiência, sempre desempenhou um papel ativo contra Lula e os candidatos trabalhistas (por exemplo, Leonel Brizola) e agora reagrupou suas forças e aliados para derrotar o presidente Lula.

Roosevelt fugiu dos jornais — que, então, tinham muito mais força do que hoje — e se aliou às rádios.

Em troca, Roosevelt manteve a posição privatizante dos governos conservadores de antes e deixou o rádio (e mais tarde a televisão) como uma indústria inteiramente privada, ao contrário do que aconteceu na Inglaterra, com a hegemonia da BBC, estatal.

O que extrair dessa lição?

Roosevelt teve a chance de dar a volta por cima pela tecnologia. Foi para outra mídia — o rádio — e deixou os jornais conservadores para lá.

E foi um campeão de reeleições.

Em abril de 2002, todas as redes de televisão da Venezuela conseguiram, por algumas horas, dar um golpe de Estado. Teria sido o primeiro golpe de Estado da televisão, na telinha — um golpe criado e realizado pelo que as redes mostravam na tela: o caos, a desordem, o desgoverno, a ingovernabilidade, a corrupção desenfreada.

Sem falar, é claro, da oposição da imprensa escrita.

Quais são os meios de Chávez enfrentar isso?

1) Criou um programa dominical *Alô presidente*, em que, às vezes, fica no ar o dia inteiro.

2) Interrompe a programação das redes de televisão, entra em cadeia nacional, sem avisar, e critica os telejornais que acabaram de ir ao ar.

Uma vez, Chávez interrompeu por quatro horas toda a programação da noite, inclusive as "telenovelas".[9]

Deixo de considerar aqui as soluções já exploradas por outros presidentes trabalhistas (ou aliados de trabalhistas), no Brasil.

Vargas, por exemplo, com a ajuda do banqueiro Walther Moreira Salles, estimulou Samuel Wainer a fundar a *Última Hora*.

Juscelino ajudou Adolpho Bloch na Manchete.

Brizola ajudou a Manchete e usava extensivamente a Rádio Mayrink Veiga, no Rio.

Todas essas me parecem soluções politicamente irreprodutíveis, hoje, no Brasil. O Sindicato dos Bancários, no início do governo Lula, cogitou de lançar um *Jornal Nacional*, mas a ideia nem saiu do papel.

A solução Chávez também é inconcebível.

O governo Lula não enfrentou nem enfrentará a Rede Globo.

A relação de Lula com a Globo é a mesma de Tony Blair com Murdoch (sem comentários…).

E a solução Roosevelt — dar um salto tecnológico?

É a mais plausível. Usar a internet.

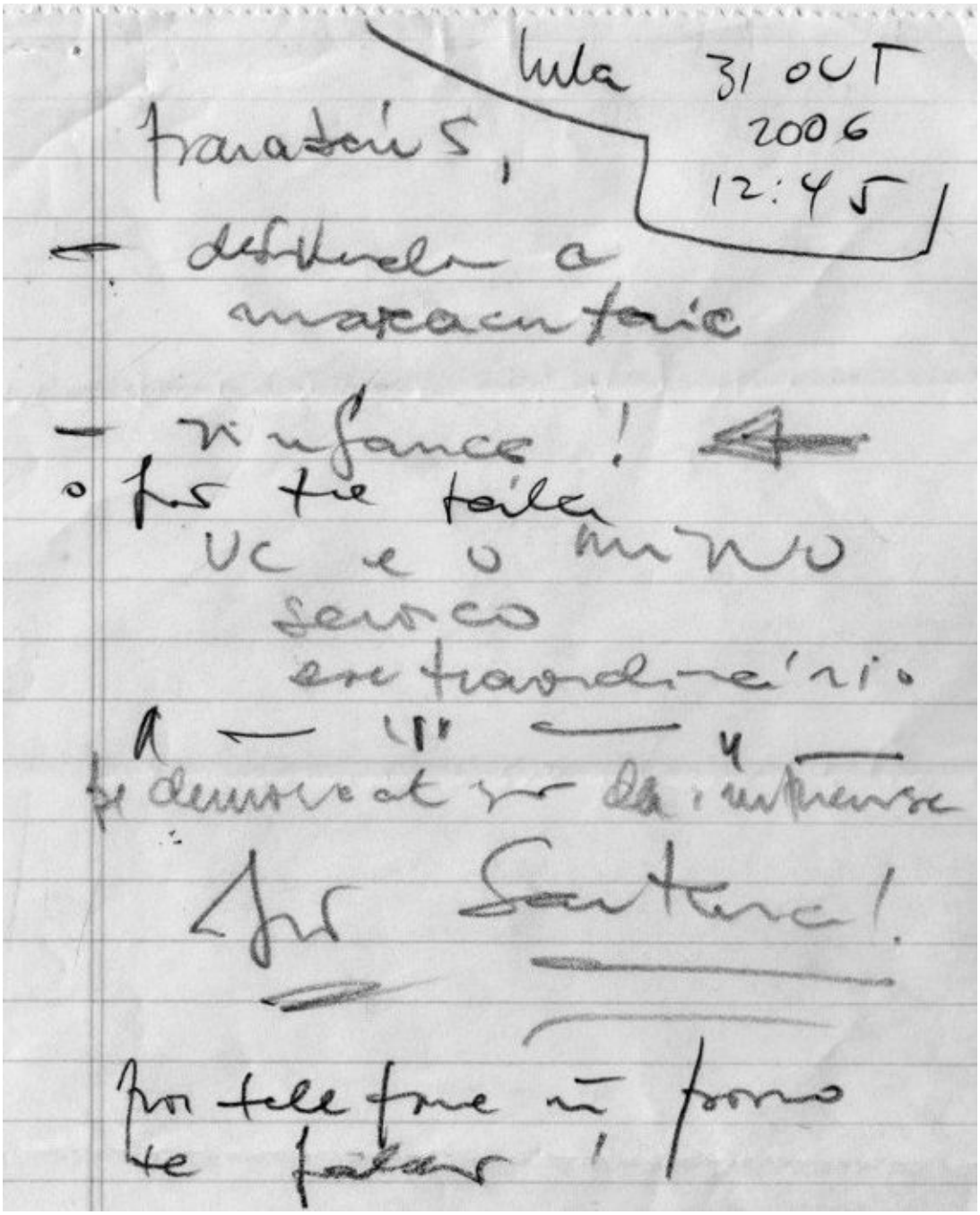
O governo Lula é quem mais precisa de inclusão digital. Os sites de informação do governo ou de instituições ligadas ao governo na internet são de uma inépcia petista.

De uma maneira geral, os governos, os partidos (com exceção do PCdoB) e os políticos brasileiros (com exceção de Cesar Maia e Zé Dirceu) não sabem usar a internet.

É o único espaço que sobra para o governo Lula — se ele for reeleito.[10]

Às 12:45 h do dia 31 de outubro de 2006, no início da campanha do segundo turno, eu recebi um telefonema de João Santana, responsável pelo marketing de Lula.

Ele disse que estava no estúdio de gravação e Lula queria falar comigo.



“Você e o Mino desvendaram a maracutaia.”

Lula me deu parabéns por ter desvendado “a maracutaia” (da edição do *Jornal Nacional*).

Foi uma “vingança!”, disse ele.

E que o João depois me explicaria melhor.

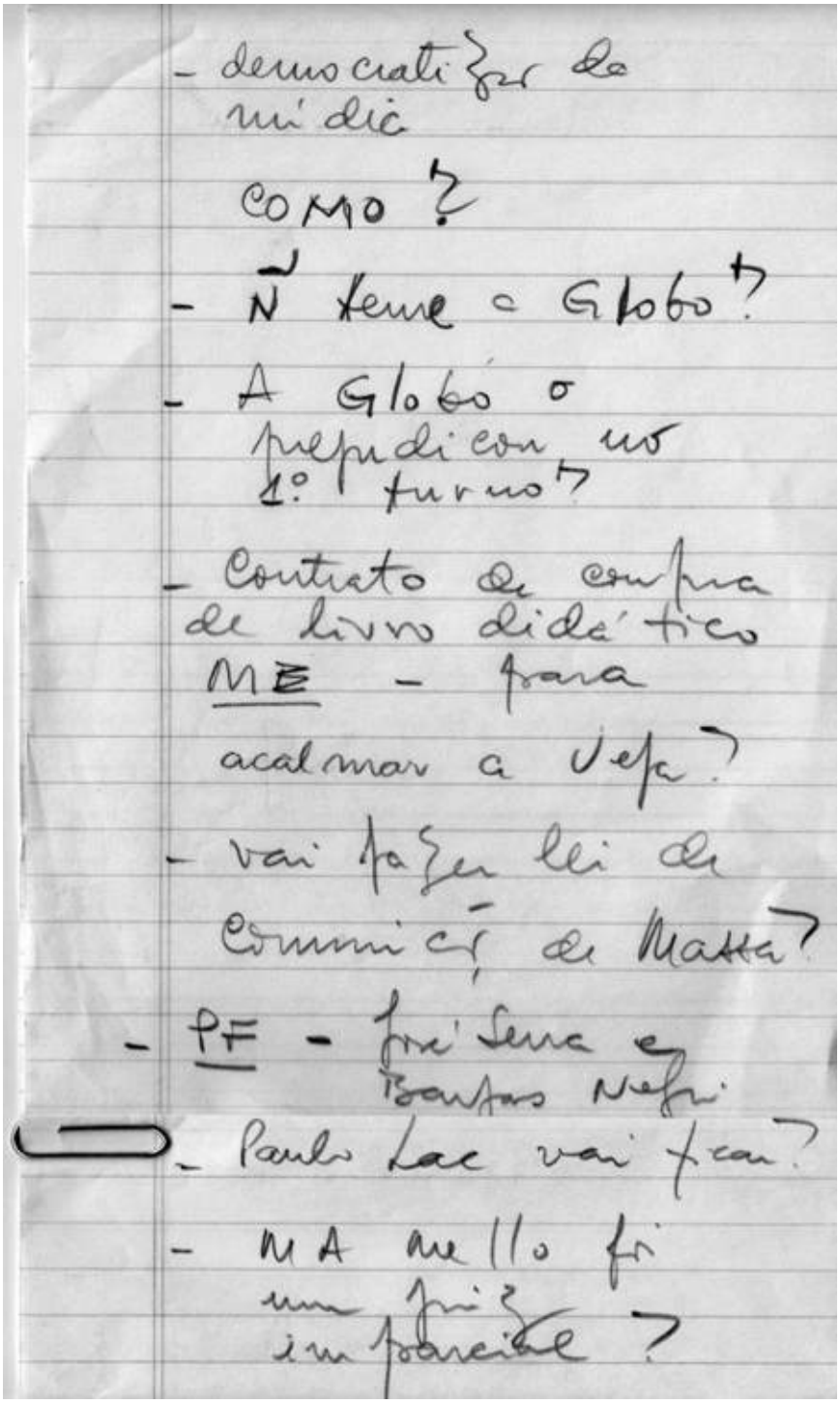
Que eu e o Mino tínhamos prestado um “serviço extraordinário” para a “democratização da imprensa”.

Era para eu conversar com o João Santana. Porque, por telefone, ele não podia falar.

Essa conversa com João Santana sobre a “democratização da imprensa” jamais ocorreu.

A “democratização da imprensa”, por sinal, não se concretizou no segundo mandato de Lula nem no primeiro de sua sucessora.

Quando soube que ia receber um telefonema de Lula, preparei umas perguntas. Não consegui fazê-las. Sobre essas perguntas, a propósito: Paulo Lac (Lacerda) não ficou.



“Paulo Lac não ficou.”

---

[1]

Neves, Florentina das. “O papel do *Jornal Nacional* da Rede Globo nas eleições 2006”. Texto apresentado no seminário Compolítica 2007, Grupo

de Trabalho Mídia e Eleição, BH.

2

Carta Capital, edição 415, 18 de outubro de 2006.

3

Nascimento, Luiz Cláudio do. “As eleições presidenciais de 2006: o *Jornal Nacional* e o dossiê Vedoin”. Tese apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 40.

4

Sousa, Florentina das Neves. “O papel do *Jornal Nacional* nas eleições presidenciais de 2006”. In: *Compolítica*. Rio de Janeiro, 2007.

5

O *Conversa Afiada* divulgou a conversa do delegado Bruno com os jornalistas no dia 17 de outubro de 2006, um dia antes da publicação da matéria de Raimundo Rodrigues. A íntegra da edificante conversa do delegado Bruno com “jornalistas” está no “Anexo 8”.

6

Antigo <http://blogdomino.blig.ig.com.br/>.

7

Acessível em: <http://goo.gl/K5Ezb6>.

8

Starr, Paul. *The Creation of the Media — Political Origins of Modern Communication*. New York, Basic Books, 2004, p. 360.

9

Guillermoprieto, Alma. “Don’t Cry for me, Venezuela”. *The New York Review of Books*, v. 52, 15, out.—2005.

10

“Como governar quando toda a imprensa é contra”. Acessível em: <http://goo.gl/grMvgD>.

A dor mais funda

Nascimento Brito, dono do *Jornal do Brasil*, me demitiu e aquela foi a maior decepção profissional que carreguei. Dirigir o *Jornal do Brasil* era o sonho que me empurrava desde o início da minha carreira. E ali formulei princípios que me orientaram.

Por exemplo, a primeira tarefa do jornalista é impedir que o patrão destrua seu instrumento de trabalho. Resistir à permanente tentativa de aviltar o seu artesanato.

A outra me iluminou na estrada de Damasco.

O jornalista é um servidor público, assim como um dentista do SUS (Keynes também dizia que os economistas não deviam pretender ser mais que dentistas).

Sua função é informar, para que, numa democracia, o cidadão decida melhor.

Como ensinou o Mino: “por isso, ele precisa respeitar a verdade factual, tentar ser isento e questionar a autoridade constituída”.

Como dizia o excelente redator Deolindo Amorim, pai do que aqui escreve, “todo governante gostaria de nomear o dr. Lourival Fontes diretor do DIP”.[1]

O que estragou (quase) tudo foi a televisão.

Que deu ao dentista a impressão de ser uma celebridade.

Um dono de hospital, insubstituível.

Não é.

O dentista, o motorista da ambulância, o diretor do hospital estão ali para servir — eles valem tanto quanto um cidadão bem informado.

Também ao sair do *Jornal do Brasil* descobri que estava cansado de escovar a imagem dos outros: ia cuidar da minha.

E fui para a televisão, que mais salões abre.

Aí, mais até do que na imprensa escrita, fui perseguido por Max Weber:

As exigências íntimas que se voltam precisamente sobre o jornalista de êxito são especialmente difíceis. Não é, na verdade, problema pequeno frequentar salões dos poderosos em aparente pé de igualdade e, geralmente, ser lisonjeado por todos, porque se é temido, sabendo, porém que, mal fechada a porta, o anfitrião talvez tenha que se justificar perante seus hóspedes pela sua associação com os "lixeiros da imprensa".[2]

Mino Carta costuma resumir essa questão de forma implacável: "o Brasil é o único lugar do mundo em que jornalista chama patrão de colega"; e "no Brasil, os jornalistas são piores que os patrões".

Quando se fecham as portas, o anfitrião e seus convidados têm motivos para acreditar que acaba de sair alguém que se vende: ou por dinheiro ou por poder.

Poder dos ricos ou da autoridade constituída.

E, se tudo der certo, o melhor que lhe sucede é ser a puta respeitosa.

Ou coisa parecida.

Quando percebeu que o golpe de 1964 não sobraria para ele, Carlos Lacerda passou a atacar o governo militar por seu alvo mais fácil, a política econômica de Roberto Campos.

Por causa dela — segundo Lacerda —, o presidente Castelo Branco não passava de um São Jorge da rua Conde da Lage.

Estudei na escola pública Marechal Deodoro, na rua da Glória, número 64, que fica em frente à rua Conde da Lage, entre a Lapa e o Catete, aquela maravilhosa aproximação da geografia carioca de libidinagem do poder.

A rua Conde da Lage abrigava sobradinhos que se tornaram os mais famosos lupanares do Rio.

E todos tinham no alto da escada que levava ao salão principal uma imagem de São Jorge, com uma luzinha vermelha, na base.

Eu costumava dizer que muitas empresas de comunicação brasileiras contratavam jornalistas de “escol” para exercer a função de São Jorge da rua Conde da Lage.

No centro de um balcão de *sushi* que só serve oito pessoas por noite, no restaurante japonês mais caro do Brasil e do Japão — 300 reais por pessoa, sem a bebida, a preços de abril de 2014 —, um xogum, dono de banco, provava uma peça de atum gordo que o *chef* e proprietário pincelava de *shoyu*.

O renomado *chef* foi o guia de uma excursão que o xogum tinha acabado de fazer pela culinária do Japão, na companhia de amigos.

Aproxima-se um “jornalista de economia”, citado na Operação Satiagraha como um dos instrumentos centrais para se criar a BrOi, a fusão da Brasil Telecom com a Oi — o que será tema de próximo livro.

— E aí, gostou da entrevista [que tinha saído naquela manhã na *Folha de S.Paulo*]?

— Podia ser melhor — respondeu o xogum.

— Na próxima eu capricho mais — respondeu o jornalista de economia —, pode deixar.

O xogum nem se despede.

O “jornalista de economia” vai embora.

Ao lado, alguém pergunta ao xogum:

— Quem é?

— Um merda — é a resposta.

Muitas pessoas, em debates e palestras, perguntam por que eu cuspo no prato em que comi: falar mal da Globo, depois de trabalhar nela por doze anos, morar em Nova York, viajar o mundo, ser bem pago…

Costumo responder assim.

Dediquei à Globo profissionalismo, lealdade e trabalho.

Como fiz na Abril, no *Jornal do Brasil*, na TV Manchete, na Band, na TV Cultura, no ZAZ, no Terra, no UOL e na TV Record.

Mas, existe uma diferença entre o trabalho no regime servil e no regime capitalista.

No regime servil, o patrão é dono do escravo.

No regime capitalista, patrão e empregado contratam trocar trabalho por salário.

Quando uma das partes fica insatisfeita, se desfaz o contrato.

Uma pequena diferença.

Alforriado, critico patrões e empregos. E se trato mais da Globo e de Roberto Marinho, é porque eles fizeram por merecer.

---

1 O jornalista Lourival Fontes foi diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda [DIP], de 1934 a 1945, quando caiu com o governo Vargas. O DIP controlava a imprensa através da propaganda, da publicidade e da censura. Deolindo Amorim trabalhava no jornal *O Radical*, no Rio, quando tomou conhecimento das atividades do dr. Lourival.

2 "A Política como vocação". In: *Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1963, p. 120.

Parte II
Bônus

Pelo mesmo preço de capa, o autor oferece os textos que se seguem. Não têm muito a ver com os assuntos antes tratados, mas o autor gosta muito deles e resolveu compartilhar com o leitor que até aqui chegou. O primeiro é a versão reduzida para o português de exposição feita em agosto de 1998, no “Latin American Program” do Woodrow Wilson Center, em Washington. Ele foi retirado de <http://goo.gl/XdijiX>. O grandalhão é a Globo. O pirralho é o jornal *O Dia*. O texto se refere ao lançamento de um jornal popular da Globo — o *Extra* — para concorrer com *O Dia*, no mercado do Rio.

O grandalhão e o pirralho

Nos EUA, *Bill Gates conseguiu unir contra ele conservadores e liberais radicais. Aqui, seria um herói da pátria*.

O governo federal e 20 estados norte-americanos abriram, em 18 de maio, o que o *New York Times* chamou de um processo antitruste "histórico" contra a Microsoft, para "defender valores básicos, historicamente testados, e proteger o consumidor e a liberdade econômica do assalto predatório de um monopolista moderno". Voltaremos à Microsoft depois. Agora, trataremos do grandalhão e do pirralho.

Há um país em que uma só empresa pode controlar, ao mesmo tempo e na mesma área, a TV aberta, a TV paga, o sistema DTH (TV paga com transmissão por miniparabólicas), o telefone local ou o celular, a companhia de telefone interurbano, um satélite para transmitir dados, som e vídeo para aquela área, uma rede de rádio e uma editora. Essa companhia pode ser fechada (não publicar balanço) e estrangeira.

Para ser moderno e global, de acordo com uma teologia secularizada da libertação, esse generoso país resolveu vender seu sistema estatal de telecomunicações. E não fez restrições especiais. Será o único país em que a telefonia local, a interurbana e o sistema pelo qual passam os dados da segurança nacional poderão ser 100% estrangeiros.

Ao contrário de Bill Gates, que percebeu que, daqui a pouco, telefone, TV aberta e paga e computador serão todos a mesma coisa, a lei não distingue entre empresas de TV e de telefone. O que isso significa? Que, nesse país, Gates, Rupert Murdoch, John Malone, Ted Turner, a AT&T e as "baby bells" poderiam ser uma única e alegre família.

Além do mais, estamos falando de uma fortuna. Um ministro dito irresponsável calculou em US$ 30 bilhões o resultado final dessa megaprivatização. Agora, fala-se em US$ 20 bilhões. Muito, muito mais do que as privatizações gigantescas da Rússia e do México, outros campeões de modernização.

Na Rússia, o ministro vendedor foi destituído porque recebeu um presente de US$ 700 mil da empresa que arrematou a maior telefônica estatal. Mas está em liberdade. No México, não. Ali, as instituições continuam de pé, e o privatizador-mor, Raúl, irmão do ex-presidente Carlos Salinas, está atrás das grades (este, por sua vez, é um foragido da Justiça, na Irlanda).

O grandalhão, se quiser, pode comprar uma telefônica nesse país de que falamos. Só ou com um sócio estrangeiro. O grandalhão é muito grande. Ele controla 77% do negócio da publicidade em TV; sozinho, tem 40% de toda a publicidade do país. Isso mesmo: US$ 4 em cada US$ 10 gastos em publicidade nesse país são de uma única empresa familiar. Estamos falando de uma democracia? Nem Bill Gates diria que sim.

Nesse país, há uma grande cidade à beira-mar em que uma só empresa controla a maior rede de TV aberta, a TV paga, o principal sistema de rádio e tem o segundo (não o primeiro) jornal diário. Parece incrível, mas o primeiro é de uma companhia bem menor — aqui chamada de pirralho. No passado, o jornal do pirralho era

sensacionalista. Agora, atinge uma audiência maior e mais afluente. O que fez o grandalhão? Lançou, por preço muito menor, um jornal com cara de tabloide, para enfrentar o pirralho cara a cara.

Que beleza! É assim que funciona a livre concorrência! Isso seria verdade, se o grandalhão e o pirralho jogassem com as mesmas regras.

O grandalhão disse que gastaria US$ 10 milhões para vender o novo jornal. Onde? Na TV da família. Mas como saber se o orçamento é mesmo de US$ 10 milhões? Como garantir que o grandalhão paga, na TV da família, o mesmo preço de um concorrente por 30 segundos de um comercial? Difícil dizer.

O pirralho teria US$ 10 milhões para gastar? Nem pensar. E se tivesse? Seus US$ 10 milhões comprariam a mesma quantidade de 30 segundos que o grandalhão compra? Os 30 segundos do grandalhão têm mais segundos que os 30 segundos de qualquer pirralho.

Daqui a pouco, essa megaprivatização estará concluída. Três telefônicas regionais e uma operadora de telefone interurbano e internacional estarão à venda. Os interessados podem pagar em prestações e com financiamento de bancos estatais.

Se o grandalhão comprar uma telefônica, vai ser como se CBS, NBC e ABC, juntas (sim, pois a audiência do grandalhão é igual à soma das três grandes americanas), associadas a John Malone, comprassem a AT&T e a Nynex. Isso faz sentido numa sociedade aberta? Nem Bill Gates concordaria. Quem pode impedir isso? Uma agência governamental sem nenhum poder político? O grandalhão sempre será o grandalhão? Como se sabe, os grandalhões mudam, como os impérios. A Espanha e a Inglaterra achavam que sempre seriam o que os EUA pensam que serão sempre. Porém, com uma legislação tão liberal (a mais liberal do mundo), sempre haverá um grandalhão. Um.

Esse é o caminho mais curto para o assalto às liberdades de competição e de expressão. Porque tudo isso se passa num ambiente político de uma terra desolada. Que país é esse?

A Bolívia? Não. De acordo com o Banco Mundial, na Bolívia, a porcentagem de crianças que concluem quatro anos de escola é muito maior do que no país desta narrativa. É a Costa Rica? Não. Outra vez de acordo com o Banco Mundial, o salário mínimo real urbano é duas vezes maior na Costa Rica. É evidente que estou falando do Brasil, onde Bill Gates estaria livre para fazer o que bem entendesse. Nos EUA, Gates conseguiu a proeza de unir contra ele, no Congresso, os conservadores mais radicais e os liberais igualmente radicais. Aqui, seria um herói da pátria.

Para recuar 90 anos, a Standard Oil, que dominava 90% do petróleo distribuído no mundo (como, hoje, o Windows domina 90% do mercado mundial), por causa de um processo antitruste também “histórico”, foi obrigada a se dividir. Aqui, a Standard Oil permaneceria una e indivisível. Vinte anos atrás, as leis antitruste americanas dividiram a AT&T em sete “baby bells”, “para defender os valores básicos do capitalismo”. Como diria Che Guevara, o governo brasileiro vai criar uma, duas, três… AT&Ts. Com essa lei de privatização das telecomunicações, qual o futuro da liberdade de expressão no Brasil? O mesmo da tecnologia da era moderna: concentrada, condensada e comprimida.

Mas será a modernidade tão ruim assim para nós, que vivemos em sociedades que precisam ser modernas e globais? Não, foi a resposta do mestre mexicano Octavio Paz: “A modernidade é o inferno com ar-condicionado”.

Niemeyer: chega de falar de arquitetura.
O importante mesmo é mulher!

O segundo texto é a entrevista de Oscar Niemeyer, em 2007, exibida pela Record e Record News e reproduzida no *Conversa Afiada*, a propósito de seu aniversário de 100 anos.[1]

O PiG tratou Niemeyer como se fosse o inventor da Casa Cor:

O *Conversa Afiada* reproduz entrevista que este ansioso blogueiro fez com Oscar Niemeyer em 2007:

Niemeyer: "O pobre está na favela olhando os palácios".

Oscar Niemeyer concedeu uma entrevista sobre seu centenário, em seu apartamento, em Copacabana, no Posto 6, a Paulo Henrique Amorim, exibida na *Recordnews* e, em parte, no *Domingo Espetacular*. Niemeyer falou de Prestes, de Guevara, de Lula.

Niemeyer falou de Luiz Carlos Prestes, o líder comunista, de quem foi amigo pessoal e a quem protegeu para refundar o Partido Comunista. Quando eu perguntei o que ele faria se Che Guevara entrasse pelo apartamento adentro e lhe chamasse para participar de uma revolução comunista, Niemeyer respondeu que não tinha mais idade para isso, mas que ajudaria Guevara no que fosse possível, porque o considera um grande homem.

Niemeyer elogiou também o presidente Lula: porque é um líder operário, que trabalha para ajudar o povo. Niemeyer acha que, apesar de tudo, o Brasil está no caminho certo, a economia cresce, a situação do povo melhora e a renda se distribui. Niemeyer elogiou a posição de Lula e de Chávez porque contribuem para afirmar o papel da América Latina diante dos Estados Unidos.

Niemeyer também diz que uma vez, em Moscou, os arquitetos soviéticos lhe perguntaram o que achava da arquitetura soviética. Ele disse que tinha muitas afinidades com eles, mas que a arquitetura não era boa, porque as colunas eram muito próximas umas das outras, não havia espaços.

Niemeyer também contou que, uma vez, o Partido Comunista Francês recomendou que ele não fosse prestigiar uma conferência do Sartre. Um dirigente do PCF disse que o Picasso era muito indisciplinado e não acatava o partido. Niemeyer conta que não foi à conferência, mas mandou uma carta a Sartre para dizer que concordava com suas ideias.

Niemeyer diz que casou com a secretária Vera, aos 99 anos, porque é sempre importante estar ao lado da mulher que se ama. Ele concluiu a entrevista ao dizer que chegava de falar de arquitetura, porque o

importante mesmo é mulher.

A entrevista se travou na biblioteca de Niemeyer e diante da cadeira dele há uma fotografia de um amigo francês e três mulheres nuas, numa praia no sul da França. Duas de barriga para cima e uma de barriga para baixo. Quando eu perguntei sobre a foto, Niemeyer falou: “é uma beleza”.

Veja abaixo outros pontos dessa entrevista:

Paulo Henrique Amorim — Devo chamá-lo como?

Oscar Niemeyer — Oscar.

Paulo Henrique Amorim — Oscar, a nossa conversa tem como propósito celebrar, no dia 15 de dezembro, os seus cem anos.

Oscar Niemeyer — Você sabe que eu fiz um artigo na *IstoÉ* em que eu contava uma conversa que eu tive comigo mesmo, com esse ser misterioso que tem dentro de nós. Então eu dizia para mim mesmo: “Oscar, não vai nessa conversa de cem anos, isso é ridículo, não tem interesse nenhum, não cai nessa…” e eu sou obrigado, às vezes, a participar da conversa.

Paulo Henrique Amorim — Mas o senhor tem uma frase muito bonita que diz que “a vida é um sopro”. Mas o seu sopro já dura, pelo menos, cem anos.

Oscar Niemeyer — É o destino… não sei. Eu olho para trás, não sou como os outros que dizem que fariam tudo igual, eu faria muita coisa diferente. A vida é difícil, a vida nos leva nas coisas que às vezes a gente não quer. Eu me lembro do Jorge Saldanha que vinha aqui quase todos os sábados e dizia, se queixava, “a gente não pode fazer plano nenhum que o destino muda, não é? A vida é cheia de surpresas”. A própria situação internacional depende do inesperado, acontece qualquer coisa e muda tudo. De modo como vive assim uma posição muito precária e que vindo de baixo do universo e achando que é importante, na realidade pouca coisa é importante. A vida é um sopro, a gente vem, conta uma história e todo mundo esquece depois.

Paulo Henrique Amorim — Mas não no seu caso. As suas histórias são de concreto, ficam para sempre.

Oscar Niemeyer — É, enfim. Trabalhei, não posso me queixar. O primeiro trabalho que eu fiz em Pampulha foi tendo sucesso, eu trabalhei para JK naquela ocasião, eu me lembro que Pampulha foi o início de Brasília, não é? A mesma correria, a mesma angústia, a mesma preocupação com prazo, e tudo correu bem, Pampulha com a Igreja assim diferente, coberta de curvas, ele ficou satisfeito. Tudo isso eu acredito, deu ao JK um ânimo assim para tocar para Brasília. Eu me lembro que ele me procurou e disse, “Oscar, fizemos Pampulha, agora vamos fazer a nova capital”. E começou essa aventura que durou alguns anos e que deu, pelo menos, ao povo brasileiro a sensação de um pouco de otimismo diante do futuro que agora a gente vê com um certo prazer. A gente sentindo que o Brasil está bem conduzido, que o presidente é operário e está, pela própria origem, ligado ao povo, que o Brasil está crescendo para ser um país importante, a América Latina está se unindo contra essa aventura do império do Bush.

Paulo Henrique Amorim — O senhor não gosta do Bush?

Oscar Niemeyer — Eu acho que ele é um merda, sabe.

Paulo Henrique Amorim — [risos] é muito simples. Mas deixa eu voltar um pouquinho aos cem anos. Os cem anos, a gente pode enumerar uma série de defeitos dos cem anos, mas tem vantagens nos cem anos também, não tem?

Oscar Niemeyer — O pessoal fica mais condescendente, tratando a gente melhor.

Paulo Henrique Amorim — Mais generoso… não é?

Oscar Niemeyer — …com pena. Cem anos dá pena, não dá prazer. Eu ia passar os cem anos sem muita alegria. A vida passou, eu procurei ser correto, trabalhar, mas não estou contente, na verdade não traz nenhum prazer.

Paulo Henrique Amorim — Nada?

Oscar Niemeyer — Não. Só se o sujeito pensar que é importante, e eu acho isso tão ridículo, se ele pensar que é importante ele está fora do mundo.

Paulo Henrique Amorim — Mas nem o Oscar Niemeyer é importante?

Oscar Niemeyer — A nossa política agora é um pouco diferente, é ligada à arquitetura, mas sempre procurando resolver o problema do jovem. Nós estamos pensando no Brasil, no sujeito que entra para a escola sem ler um livro e depois é formado, sai da escola como um especialista só falando da sua profissão e o mundo pede gente diferente, que se interesse, que converse, saiba alguma coisa. Nós, por exemplo, aqui no escritório nós temos um professor de filosofia há cinco anos. Ninguém quer ser um intelectual…

Paulo Henrique Amorim — O senhor estuda filosofia?

Oscar Niemeyer — Há cinco anos. Mas ninguém tem esse interesse agora.

Paulo Henrique Amorim — Mas, qual é esse seu interesse por filosofia agora?

Oscar Niemeyer — A gente quer se informar melhor sobre tudo, aprender outras coisas. O importante é a pessoa ser curiosa. Não é um interesse de um intelectual, é um interesse de um sujeito normal que sente a vida, que é solidário, que acha que o mundo pode ser melhor, que um dia o homem possa ter prazer em ajudar o outro, é isso que é a generosidade num certo sentido. E o ser — humano, é verdade, a perspectiva dele é muito pouco.

Paulo Henrique Amorim — É muito pouco?

Oscar Niemeyer — A própria natureza está começando a evoluir, já falam que o sol pode crescer, pode queimar tudo, essas teorias todas, a gente tem que querer, ter vontade de participar, ter uma ideia também,

para onde nós vamos… não é? De modo que o que eu acho importante é o jovem ler, se informar, ter uma base patriótica, saber que o Brasil é importante. Antigamente não era preciso falar muito em pátria não, mas hoje tem que falar. A América Latina está ameaçada, nós temos que nos unir, o que eu acho que é importante é ter uma visão geral do mundo.

Paulo Henrique Amorim — Você se considera um patriota?

Oscar Niemeyer — Entre nós, geralmente os nossos irmãos militares, a gente traz a ideia da pátria no peito, porque a própria profissão obriga. Quando precisamos dessas autoridades, eles são indispensáveis. É lógico que eu penso o Brasil, penso o povo brasileiro, satisfeito, porque eu estou sentindo que o Brasil está caminhando melhor, vai ser um grande país. A juventude começa a compreender que a vida não é um passeio, que tem que se informar, o jovem tem que ler, participar da vida, se informar, não pode se transformar num especialista que só fala em arquitetura, que só fala em teoria, em medicina…

Paulo Henrique Amorim — O senhor não gosta de falar muito em arquitetura, não é?

Oscar Niemeyer — Quando vêm estrangeiros aqui, repórteres estrangeiros, eles realmente querem que eu fale o que eu fiz, os projetos, me dá uma preguiça de falar. A arquitetura é importante, é a minha profissão, passei a vida debruçado na prancheta. Mas o importante é a vida, fazer a vida mais justa, isso é o que é importante e eles ficam assim e logo para eles sentirem bem o meu ponto de vista eu digo: “vocês sabem, quando eu vejo os estudantes na rua protestando, acho que o trabalho deles é mais importante do que o meu”.

Paulo Henrique Amorim — Você soube que foi feita uma enquete agora para localizar os cem maiores gênios vivos.

Oscar Niemeyer — Eles se enganaram, eu não tenho que estar nisso não…

Paulo Henrique Amorim — E você está entre os dez maiores dos cem. Isso não é uma coisa que te dá alegria?

Oscar Niemeyer — Não… quem é que julgou? Quem é que procedeu? Tem tanta gente mais importante.

Paulo Henrique Amorim — Por exemplo?

Oscar Niemeyer — Ah… tem tanta gente… são tão importantes. A vida é ingrata, é injusta. Eu acho que a gente tem é que… não devemos manter uma posição assim, de falar das coisas, mas por agir. Por exemplo, tem um colega meu aí, ele queria ser arquiteto, mas era muito humilde, ele não podia ser. Então eu estou pagando a escola dele, no fim do ano ele vai ser arquiteto. Mas ele tem um compromisso comigo, ele tem que ler. Então ele já sabe, tem que ler Machado de Assis, tem que ler Graciliano Ramos, tem que ter uma ideia da vida. É preciso, a leitura é indispensável. Eu me lembro que teve um período que eu já muito li muito o Simenon, escritor francês de contos policiais. O pessoal do escritório falava, “para que ler isso, esse negócio não tem conteúdo nenhum”. Mas, um dia eu li um livro do Sartre, onde ele dizia, “hoje li três livros de Simenon”. Então, se Sartre leu três livros de Simenon, a leitura é necessária, qualquer leitura é necessária.

Paulo Henrique Amorim — Mas Oscar, por mais que você tenha resistência em falar de arquitetura, um

grande amigo seu, que é meu amigo também, o Ítalo Campofiorito deu uma entrevista dizendo assim, “Que o Oscar, ele faz obras tão grandes que acabam se tornando a marca, a cara, a personalidade de uma cidade”.

Oscar Niemeyer — É um amigo que está falando, não é? Mas é bom, é verdade, eu procuro fazer uma arquitetura diferente. Acho que a arquitetura tem que criar espanto, criar surpresa, é feito a obra de arte, a obra de arte se caracteriza quando ela provoca emoção e surpresa. Então, a arquitetura, ter uma arquitetura diferente, é importante, é a prova da criação. De modo que eu trabalho nisso, eu tenho um projeto para fazer, eu estou nesse caminho, eu tiro metade dos apoios, a arquitetura se faz mais audaciosa, não é, com espaços mais generosos, aí eu posso atuar de uma forma diferente, o que ocorre sem nenhum preconceito antes. Um dia perguntaram ao André Malraux uma pergunta semelhante e ele disse, “eu tenho dentro de mim tudo o que eu amei na vida”, isso às vezes me ocorre, de modo que a coisa é espontânea, eu acho que a arquitetura está na cabeça, eu posso, sentado aqui, pensar dois dias num projeto levantar e desenhar. Agora, o desenho é importante também porque surge uma ideia… mas a arquitetura não tem nada de especial. Hoje o concreto permite tudo, no período da renascença, por exemplo, sujeito queria fazer uma cúpula, não passava de quarenta metros de vão. Eu fiz agora o museu de Brasília, tem 80 metros de vão, eu podia ter feito de 150 metros de vão. O arquiteto hoje tem à disposição dele uma técnica fantástica. Ele pode usar como bem entender. Agora, alguns arquitetos procuram fazer alguma coisa mais simples, como se fosse estrutura metálica, outros, como eu, procuram uma forma diferente, a surpresa, e faz parte da arquitetura.

Paulo Henrique Amorim — Por que é que os brasileiros, por exemplo, não se dão conta de que um dos prédios mais lindos de Nova York é de sua autoria, o prédio da ONU?

Oscar Niemeyer — Foi da minha autoria. Um dia houve um concurso e escolheram o meu projeto. Nesse projeto eu criava a Praça das Nações Unidas. Tinha um prédio alto no centro, uma grande Assembleia de um lado, outro prédio do outro, então era muito bonito. E foi por unanimidade que escolheram esse projeto. Mas depois, eu mesmo permiti mudar a posição da Assembleia e o projeto mudou, o projeto com a Assembleia grudada em um prédio alto, não é de boa arquitetura.

Paulo Henrique Amorim — Você próprio não gosta muito.

Oscar Niemeyer — Eu me arrependo de ter aceitado mudar a posição da assembleia.

Paulo Henrique Amorim — Foi um pedido do Corbusier, não foi?

Oscar Niemeyer — Eu era jovem e ele era um mestre e eu atendi, mas foi péssimo, o projeto original era muito melhor.

Paulo Henrique Amorim — A sua memória é perfeita, não é isso? Com cem anos a sua memória está ótima.

Oscar Niemeyer — Para algumas coisas sim, para outras não. As coisas ruins eu procuro esquecer.

Paulo Henrique Amorim — Mas, uma vez você estava com um amigo, num restaurante aqui da Avenida Atlântica, o Lucas, e eu estava com a minha filha, que tinha acabado de chegar de Brasília, eu fui mostrar a ela a capital do Brasil. Eu disse para ela, “minha filha, quem está ali é o Oscar Niemeyer”, e ela, “Ah, aquele da catedral, do Palácio da Alvorada”, eu digo, “pois é, vamos lá conhecê-lo?”, e eu levei a minha filha para conhecê-lo. Você foi muito gentil, muito simpático e ela perguntou, “como veio à sua cabeça a

ideia de fazer aquelas duas bolas do Congresso?”. Aí você pegou uma laranja… lembra disso?

Oscar Niemeyer — Não.

Paulo Henrique Amorim — Pegou uma laranja, cortou ao meio e disse, “assim ó”.

Oscar Niemeyer — Realmente, o projeto do Congresso é o que eu gosto mais. Fui um pouco corajoso em fazer aquilo, aquilo deu mais trabalho do que parece, não era feito cortar uma laranja. Eu me lembro que tempos depois o engenheiro que calculou, o Joaquim Cardoso, me telefonou e disse, “Oscar, encontrei a tangente que vai permitir que a cúpula da Câmara pareça apenas posada”. De modo que fazer uma forma assim, já conhecida, tem problemas de estrutura, enfim, não é fácil de fazer. Eu gosto, o espaço entre elas é bom, o espaço faz parte da arquitetura.

Paulo Henrique Amorim — Mas e aquelas curvas do Palácio da Alvorada, o mundo inteiro copia as suas curvas.

Oscar Niemeyer — Você vê que nós estávamos com a ideia do prazo na cabeça, tinha que correr. Mas isso não me levou, felizmente, a procurar a solução mais simples, repetida. Em cada caso eu queria uma solução nova. Então eu cheguei àquela solução, dos apoios em curva que eu vi publicado pelo mundo e sem mágoa nenhuma. Quando o sujeito copia uma coisa minha eu acho que ele é gentil, ele gostou daquilo. Há pouco tempo saiu nos Estados Unidos uma nota dizendo que um arquiteto lá tinha copiado um arco que eu fiz ali num projeto. Eu disse logo que não, que não estava zangado não, ele gostou do arco, ele foi gentil.

Paulo Henrique Amorim — É um elogio, o plágio é uma forma de elogio.

Oscar Niemeyer — O difícil no mundo, é uma prática que eu faço e realmente é útil, é sempre procurar viver tranquilo, aceitar as coisas, aceitar a burrice, até a burrice ativa que incomoda.

Paulo Henrique Amorim — A burrice ativa? E tem muito burro ativo, não é? Tem burros dinâmicos.

Oscar Niemeyer — Pois é, é respeitar os amigos. Eu sou incapaz de criticar algum arquiteto. Eu acho que ele teve trabalho, procurou fazer, a solução que ele pensou é aquela. Mas o importante na arquitetura é o arquiteto fazer o que ele gosta e não o que os outros gostariam que ele fizesse, esse é o ponto de partida.

Paulo Henrique Amorim — O JK foi o homem público que você mais admira?

Oscar Niemeyer — Não, tem tantos homens públicos… Eu admiro ele, eu admiro a coragem dele, o espírito de empreendedor, de fazer Brasília. tem tanto brasileiro importante. Importante como ele. Por exemplo, uma pessoa que eu admiro muito é o Capanema, com quem eu lidei durante muito tempo.

Paulo Henrique Amorim — Gustavo Capanema, o ministro da Educação.

Oscar Niemeyer — Ministro da Educação, chamou Drummond, foi Capanema que me chamou para Brasília.

Paulo Henrique Amorim — E foi para fazer o prédio do MEC, o primeiro prédio do Ministério da Educação, no Rio.

Oscar Niemeyer — Não, o prédio é do Corbusier, nós melhoramos. Agora, o trabalho que ele me chamou para fazer foi em Brasília. O Juscelino apareceu e ele me indicou. Essa história mostra que as coisas surgem naturalmente. Eu trabalhava numa universidade e não gostei da universidade, pedi demissão, Capanema não aceitou a minha demissão e deixou para mim um bilhete. Eu fiquei um ano lá, ajudando, uma coisa e outra ligada a arte, com o Drummond, aquela turma do gabinete dele, e ficamos muito amigos. Então, quando veio o Juscelino, ele me indicou. Quer dizer, se eu não tivesse brigado na universidade e saído e o Capanema me chamado para o gabinete, não aceitando a minha demissão, eu não tinha ficado amigo dele, e ele não me indicaria. Capanema foi fundamental na minha vida de arquiteto.

Paulo Henrique Amorim — Como está a encomenda que o Chávez fez, de fazer um Memorial para o Bolívar?

Oscar Niemeyer — Não, não tem encomenda. Ele esteve aqui, muito simpático, falou muito em Bolívar. Eu tinha ideia de um monumento e mandei para ele como presente. E admiro ele, é um sujeito patriota, ele quer melhorar o país, ele acha que um bom governo pode continuar mais tempo…

Paulo Henrique Amorim — Isso para você não é uma coisa grave?

Oscar Niemeyer — Não, acho que ele tem o direito, ele está no clima de revolução, ele tem que defender a revolução e lutar contra tudo. Me lembro, por exemplo, uma vez eu fiz uma mesquita em Argel. E o presidente da república, (Houari) Boumédiène, foi um grande general lá. Eu levei a mesquita para ele e eu me lembro que ele disse assim: “Mas essa é uma mesquita revolucionária”. Eu disse: “A revolução não deve parar”. Eu estava tão certo. A revolução não deve parar. A revolução tem que continuar brigando, senão ela acaba, se as forças contrárias fossem crescendo. De modo que a Revolução Cubana ainda existe. Qualquer revolução dessas — o Chávez também —, os inimigos da revolução estão lá. A revolução está em curso, não sumiu ainda. E quando sumir tem que continuar testando a continuidade.

Paulo Henrique Amorim — Você diria que hoje você é politicamente mais radical do que 50 anos atrás?

Oscar Niemeyer — Não. Eu desculpo muito as pessoas. Eu custo muito a ter raiva de uma pessoa. Acho que toda pessoa tem um lado bom. Eu sou incapaz de criticar o trabalho de um arquiteto, mesmo que eu não esteja de acordo. A gente tem que procurar o equilíbrio, isso é que faz bem inclusive para a saúde.

Paulo Henrique Amorim — Como é que está a saúde?

Oscar Niemeyer — Eu nunca estive doente.

Paulo Henrique Amorim — Nada?

Oscar Niemeyer — Nada.

Paulo Henrique Amorim — Como é que é a sua dieta?

Oscar Niemeyer — Vida normal, como de tudo.

Paulo Henrique Amorim — Come de tudo?

Oscar Niemeyer — Como muito pouco, não gosto de comer muito. Tomo meu vinho de tarde.

Paulo Henrique Amorim — Vinho tinto?

Oscar Niemeyer — É. Os amigos que batem papo, isso ajuda.

Paulo Henrique Amorim — Fuma?

Oscar Niemeyer — Fumo. Agora estou fumando mais.

Paulo Henrique Amorim — Mais?

Oscar Niemeyer — É, porque eu fico meio sozinho, aí sou obrigado a fumar.

Paulo Henrique Amorim — Mas o médico não reclama? O coração, essas coisas.

Oscar Niemeyer — O médico vem aqui de vez em quando, eu chamo ele para bater papo, para dizer que está tudo bem, me sinto à vontade.

Paulo Henrique Amorim — E fuma na frente dele?

Oscar Niemeyer — Ele diz que posso fumar.

Paulo Henrique Amorim — E qual é a sua rotina de trabalho?

Oscar Niemeyer — Eu chego aqui, tenho que atender à imprensa. Tem gente de fora, gente do Brasil, gente que tem vontade de me conhecer. Então, meus dias são ocupados. Às vezes tem um dia mais folgado e eu chamo os amigos e começamos a trabalhar. Aí trabalho o que for preciso.

Paulo Henrique Amorim — Noite à dentro, se for preciso?

Oscar Niemeyer — Não, não tenho trabalhado de noite.

Paulo Henrique Amorim — Mas nesse momento você faz o quê, por exemplo?

Oscar Niemeyer — O último trabalho — estou com ele na prancheta — é um museu para a Espanha. É um museu que me agrada muito, que é uma praça grande e tem um auditório para mil pessoas e o museu do outro lado. Então, é feito um monumento para ser criado na Espanha. O museu é uma coisa nova, diferente e o auditório também, o teatro. De modo que interessa muito.[2]

Mas tem esse trabalho que eu estou fazendo para o governador de Brasília que é importante. Eu inventei uma cúpula que é uma placa solta no ar com cem metros por oitenta. Essa placa podia abrigar um campo de futebol.[3]

Paulo Henrique Amorim — E isso vai ser o que?

Oscar Niemeyer — Isso vai ser para as grandes festas populares. Embaixo dessa placa ele vai poder convocar de trinta a quarenta mil pessoas. De modo que é um trabalho assim que me anima mais. E, além disso tem um circo e um auditório. Então, uma obra para Brasília é muito importante.

Paulo Henrique Amorim — É uma praça do povo.

Oscar Niemeyer — Também estou fazendo para Minas um projeto que está dando trabalho. Eu quero substituir aqueles prédios antigos, como é que chamava aquilo? No lugar daquelas construções antigas vou fazer um novo centro administrativo.

Paulo Henrique Amorim — Ah, o novo centro administrativo do governo de Minas, em Belo Horizonte. É você que vai fazer?

Oscar Niemeyer — Já está entregue tudo…

Paulo Henrique Amorim — Já está andando? Já está entregue?

Oscar Niemeyer — Então, com isso, adotei nesse caso uma arquitetura mais em altura, invés de fazer quarenta secretarias, ou trinta e tantas, eu fiz só duas.

Paulo Henrique Amorim — Duas?!

Oscar Niemeyer — Dois prédios de duzentos metros com vinte andares. Então, com essa solução, o terreno pareceu que tinha crescido. Os planos ficaram mais generosos. É engraçado que o prédio do Palácio (do Governador), que eu projetei também, é direta. Então, é uma solução tão esclarecida, sob o ponto de vista da arquitetura, que eu rejeitei e nunca fiz isso, projetei uma ruazinha defronte para depois de construir o conjunto o pessoal passar e sentir que foi uma obra bem pensada. A arquitetura deve ser usada com coragem, assim, sem medo de espantar as pessoas.

Paulo Henrique Amorim — Você está construindo uma nova cidade em Belo Horizonte. Eu pergunto, olhando para trás, 50 anos para trás, você acha que Brasília deu certo?

Oscar Niemeyer — Eu acho, Brasília deu certo, é o isso que ele (JK) queria, levar o progresso para o interior e eu acho que ele levou. Tem problemas em Brasília, por exemplo, tem as cidades satélites que tem mais gente que em Brasília.

Paulo Henrique Amorim — Do que em Brasília propriamente dito.

Oscar Niemeyer — Brasília é aquilo. Eu gosto mesmo é do Rio. Do Rio da praia, dos amigos, de olhar para o mar, de sentir que a natureza é fantástica.

Paulo Henrique Amorim — E São Paulo?

Oscar Niemeyer — São Paulo é isso, as ruas eram estreitas, os prédios subiram, as ruas continuaram da mesma largura, ficou um prédio contra o outro. O único lugar do mundo que eu conheço que arquitetura e altura são tão bem aplicadas é na França, na Île-de-France. Île-de-France, os prédios grandes, mas os espaços horizontais acompanham os prédios também, são mais generosos, mostram essa relação de volume e espaço livre tão bem cuidada. Então é muito bonita, a Île-de-France. Agora, usar arquitetura e altura sem esse sentimento de compreensão dos espaços, como Nova York por exemplo, é uma merda.

Paulo Henrique Amorim — Mas São Paulo é Nova York multiplicada por dez.

Oscar Niemeyer — Pois é, eu estou dizendo. Estou dizendo que São Paulo é ruim também porque é o mesmo espírito. Não há essa relação de volume e espaço livre que a boa arquitetura exige.

Paulo Henrique Amorim — Você conhece essa frase do Chico Buarque, "a música do Tom é uma casa desenhada pelo Niemeyer".

Oscar Niemeyer — Nós estamos fazendo uma revista de arquitetura, [como a que] tivemos uma há tempos atrás.

Paulo Henrique Amorim — A *Módulo*?

Oscar Niemeyer — Agora é outra. O nome da revista é *Nosso Caminho*. A ideia que dá é o nosso caminho para frente. Então, nessa revista, a arquitetura tem uma terça parte, o resto artigos variados, filosofia, história, letras. Já estamos pensando no meio da revista uma página com um retrato do Chico e um textozinho. É uma homenagem da revista, desse primeiro número para o Chico.

Paulo Henrique Amorim — E quem é que dirige a revista, é você?

Oscar Niemeyer — Não, quem dirige é a minha mulher. Eu cuido assim das coisas de organização das páginas.

Paulo Henrique Amorim — Da paginação, a parte gráfica.

Oscar Niemeyer — É.

Paulo Henrique Amorim — Que legal, quando sai essa revista?

Oscar Niemeyer — Está pronta, estamos acertando os textos e tudo. É uma revista assim, aberta para o conhecimento. São artigos, tem artigos do Ferreira Gullar, tem artigo do…

Paulo Henrique Amorim — Do Gullar deve ser sobre artes plásticas.

Oscar Niemeyer — Artes plásticas, tem artigo do Fiori.

Paulo Henrique Amorim — José Luís Fiori.

Oscar Niemeyer — São cinco artigos, os mais variados.

Paulo Henrique Amorim — E seu não tem nenhum?

Oscar Niemeyer — Tem meu também.

Paulo Henrique Amorim — Sobre o quê?

Oscar Niemeyer — Eu estou querendo usar um artigo em que eu falei sobre arquitetura também. Mas sem fugir do assunto da vida.

Paulo Henrique Amorim — Mas você roda, roda, roda e volta para a arquitetura.

Oscar Niemeyer — Se você concordar que nós fazemos arquitetura para o poder, a arquitetura não chega aos barracos. Então, a arquitetura que deve crescer em função da técnica e da sociedade, está faltando essa parte. Ela evoluiu, a arquitetura hoje é mais rica, imensamente mais rica, como solução técnica do que antigamente. Mas continua voltada para os que têm direito à arquitetura, às classes mais favorecidas. O pobre está na favela olhando os palácios.

Paulo Henrique Amorim — Você diria que seria, em resumo, o seguinte: “eis o que lhes devia dizer sobre a minha arquitetura, feita com coragem e idealismo, mas consciente de que o importante é a vida. Os amigos e esse mundo injusto que precisamos melhorar”.[4]

Oscar Niemeyer — Exatamente.

Paulo Henrique Amorim — Mas isso é seu.

Oscar Niemeyer — É, é o que eu penso.

---

1 Acessível em: <http://goo.gl/jBW4rO>.

2 O projeto do arquiteto tornou-se o Centro Cultural Internacional Oscar Niemeyer, o “Centro Niemeyer”, um complexo cultural localizado em Avilés, Astúrias (Espanha). Ver sobre em: <http://goo.gl/gok7Wz>.

3 A Praça do Povo, projetada em 2007, sete anos depois, aguardava por uma licitação, mas nunca teve a verba autorizada pelo Estado.

4 Ver o texto “Arquitetura de Niemeyer, por Niemeyer”, acessível em <http://goo.gl/7r3Twi>.

Geraldo Silva no céu

Reprodução de post publicado no *Conversa Afiada* em 10 de maio de 2013, descreve um voo entre Cuiabá e São Paulo, na companhia de Geraldo Silva.

LÁ EM COMODORO ALGUÉM JÁ OUVIU FALAR NA MIRIAM?:

E lá se foi um pedaço da poupança do Geraldo.

Geraldo entrou no Boeing 737-800 com a insegurança de quem tenta andar numa espaçonave.

Como se lhe faltasse a gravidade.

Trocou o assento 11F pelo 11A e, quando chegaram os verdadeiros proprietários, Geraldo provocou um engarrafamento no embarque.

Sentou-se ao lado do ansioso blogueiro.

Geraldo tem 64 anos e trabalha numa usina elétrica em Comodoro, Mato Grosso.

A "veia", diz, levou ele a Sapezal e, pela internet, comprou a viagem Cuiabá–São Paulo–Natal–São Paulo–Cuiabá.

Pagou à vista, com a poupança dele e, não, da "veia".

De Natal ele vai a Ceará Mirim ver "meu povo".

Povo que ele não vê há 40 anos.

Ele nunca tinha andado de avião.

Pediu ajuda com o cinto de segurança.

O ansioso blogueiro sugeriu colocar a mochila no compartimento acima da poltrona.

Para viajar com mais conforto.

— Mas e se a "veia" telefonar? O celular tá aí dentro.

— Não tem problema. Lá em cima o celular não pega.

Ele aceitou.

Quando o avião decolou, ele reclamou, sentiu um frio na barriga.

— Fica firme. Olha a paisagem que passa.

— Nunca tinha visto as nuvens de cima.

Ele ficou firme e começou a sorrir.

O avião subindo.

O ansioso blogueiro interrompeu o êxtase:

— Lá em Comodoro alguém já ouviu falar numa moça chamada Miriam Leitão?

— Não, senhor.

Geraldo pôs os óculos RayBan *made in Sapezal*, arrumou o boné do Corinthians na cabeça, recostou-se e lá se foi a caminho do céu.

Lembra do bagre? A «Bláblárina» não é sustentável

Se ela fechar as hidrelétricas e substituir por sol e vento, haverá desemprego em massa.[1]

O Ataulpho, como se sabe, é a biruta do aeroporto da “Big House”.[2]

E a biruta está desnorteada.

Não sabe para onde apontar.

É que o PT tem dois candidatos e a “Big House” nenhum — diz o amigo navegante Mário Trovas.

As “pesquisas” ressuscitaram a “Bláblárina”.

O Nunca Dantes, o Lula, saiu-se com uma demolidora: a Marina não é sustentável…

Disse o Lula, ao Estadão, p. A6: “Não vejo nenhuma modernização quando você quer deixar partidos e políticos de lado”.

E completou: “Dilma já está reeleita, o que incomoda uma parte da sociedade elitista brasileira” — e seus porta-vozes.

A “Bláblárina”, como se sabe, é o exemplo mais sublime do “soft power” de uma parte da “Big House” brasileira.

A “Bláblárina” tem problemas com Darwin, com a evolução das espécies, com a pesquisa com células tronco, e, acima de tudo, com a construção de usinas hidrelétricas, uma fonte de energia renovável, barata, e que só o Brasil tem na quantidade que tem e com a tecnologia que acumulou.

Ela é contra.

Prefere a energia do vento e do sol.

Se o amigo navegante fechar todas as hidrelétricas e só produzir energia do vento e do sol, a economia do Brasil quebra e o desemprego será em massa.

Essa é a sustentabilidade da “Bláblárina”.

Conta-se que o presidente Lula já estava irritado com a demora da “Bláblárina”, então ministra do Verde, em concordar com a construção das usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira.

Duas obras primas de energia renovável e barata, amigas do meio ambiente.

O que era para estar aprovado em seis meses já ia para dois anos, por causa do verdismo *bláblárínico*.

Até que houve uma reunião decisiva.

A certa altura, a “Bláblárina” cede a palavra a uma bagróloga, especialista em bagres: em cópula de bagre e em piracema de bagre.

A bagróloga atormentou o Nunca Dantes.

Ela demonstrou que os bagres não copulariam em paz e não desovariam com as duas usinas.

O Nunca Dantes entraria para a história da humanidade como o “Genocida dos Bagres”.

O Nunca Dantes ouviu quieto e convocou uma nova reunião para daí a duas semanas.

Quando a “Blablárina” deu de novo a palavra à bagróloga, Lula fez a primeira intervenção.

“Mas, a senhora se refere ao bagre Veludo ou ao bagre Sari? Porque, como a senhora sabe, entre um e outro há diferenças essenciais no que concerne à piracema.”

A bagróloga se entupiu.

Respondeu titubeante, engatou uma réplica, e o Nunca Dantes interrompeu: “não, a senhora me desculpe, insigne bagróloga, mas quem copula nessa posição é o bagre Papai”.

E continuou: “já a piracema do bagre Urutu…”.

E lá foi o Nunca Dantes a consultar umas anotações do próprio punho, que tinha à frente.

Diante da perplexidade da bagróloga e da “Bláblárina”, ele suspendeu a reunião e disse:

“Marina, daqui a 15 dias você volta para me explicar como vão ser feitas Santo Antônio e Jirau. E, não, se podem ser feitas.”

Poucos dias depois, a “Bláblárina” pediu as contas e botou a culpa na Dilma…

É com esse “jênio” que a “Big House” vai realizar a piracema dos bagres.

Ou a cópula.

Em tempo: o Lula teve aulas com uma bagróloga progressista…

---

1 Post do *Conversa Afiada* de 15 de agosto de 2013, que trata do que chama de “Bláblárina”, Marina Silva, naquele site também conhecida como “bagróloga”. Pretende descrever a divergência com Lula (e Dilma), que resultou na saída da bagróloga do ministério.

2 Do ABC do *Conversa Afiada*: Merval Pereira, em homenagem a Ataulfo de Paiva, o mais medíocre

dos acadêmicos da ABL. Ao tomar posse, José Lins do Rego rompeu a tradição e espinafrou o antecessor: Ataulfo, que renasceu em Ataulpho Merval.

Manuais para televisão

A convivência com Armando Nogueira e o Boni, e a experiência de assistir e, em algumas coberturas, trabalhar com a televisão americana, me levou a elaborar manuais para profissionais de televisão. O objetivo era aplicá-los ao *Jornal da Band* quando voltei ao Brasil, em 1996, da Globo de Nova York. Foram um retumbante fracasso. A acachapante hegemonia do medíocre jornalismo da Globo contaminou os profissionais da televisão brasileira de uma forma quase irrecuperável. Depois, tentei usar os manuais num programa na Record, o *Tudo a Ver*. Outro retumbante fracasso. O jornalismo da Globo é um dos piores do mundo. Logo, o jornalismo da televisão brasileira… Eis os manuais:

MANUAL DE PORTUGUÊS PARA A TELEVISÃO :

1. o melhor tempo do verbo é o infinitivo;
2. voz passiva e particípio passado, evitar;
3. gerúndio, nunca; nunca significa nunca. O Gabriel García Márquez sugeriu à Real Academia de España suprimir o gerúndio da língua espanhola;
4. o verbo é melhor que o substantivo que dele deriva: “ir” é melhor do que “ida”, “sugerir” é melhor do que “sugestão”;
5. adjetivo, quase nunca;
6. orações subordinadas ou coordenadas, não: em dúvida, dê ponto;
7. o mais importante vem em cima;
8. de preferência, começar a frase com o sujeito. Em latim é que o sujeito pode vir no fim da frase;
9. a primeira frase de uma cabeça deve ser uma manchete; primeiro afirme e depois explique (a explicação costuma ser enfadonha);
10. não usar na cabeça “dramático”, “impressionante”, “hediondo”, “inacreditável”, “incrível”, “o Brasil inteiro se comoveu”, “o Brasil parou diante desse crime!” — o espectador não tem nenhuma obrigação de sofrer com você ou acreditar em você. Ele sente o que quiser e pode achar que você é ridículo, ao tentar empurrar um sentimento pela goela dele abaixo;
11. pode parecer incrível, mas o espectador não é um idiota;
12. ao redigir um *off*, case texto com vídeo; falou no cachorro, mostre o cachorro; mostrou o cachorro, fale no cachorro;
13. pense em como abrir e como fechar: isso facilita pensar no meio (de uma cabeça ou de um *off*);
14. começar uma cabeça (e/um *off*) de forma forte e terminar de forma expressiva: com poesia, surpresa,

emoção, choque e, de preferência, com um sorriso do espectador;

15. o espectador não tem nenhuma obrigação de pensar, fazer cálculos, imaginar hipóteses enquanto assiste a uma reportagem. Pense por ele. Explique tudo. Se a sua tia do Grajaú não entender, você perdeu a guerra;
16. televisão não gosta de números. Arredonde. Use pouco. E faça gráficos claros;
17. Não use palavras difíceis. Guarde para o seu próximo artigo na *Folha de S. Paulo*. *Todo* mundo tem que entender o que você fala.

Ao repórter:

1. repórter não dá opinião;
2. diferença entre passagem e encerramento:
    1. a passagem introduz outro ângulo ou aspecto da matéria;
    2. o encerramento é para o que se apurou depois de escrito o *off*, para o que não for possível ilustrar, ou para amarrar as informações, *sem opinar*;
    3. evitar gestos exagerados, movimentos de mão. Repórter não é ator. O movimento da mão esquerda costuma trair o ator que se esconde dentro do peito de muito repórter medíocre.
3. em passagem, encerramento ou quando o repórter conversar ao vivo com o âncora, falar *pouco:* duas frases curtas. no diálogo com o âncora, especialmente quando o *stand up* do repórter contiver todas as informações (não havendo vt), cabem três ou quatro frases *curtas*;
4. todo ao vivo tem que ser combinado: âncora e repórter não se surpreenderão no ar;
5. o entrevistado deve olhar *sempre* para o entrevistador;
6. quando o entrevistador for o repórter (e não o produtor), o repórter deve aparecer de lado, brevemente, para provar que está lá;
7. enquadramento do repórter:
    1. começar com plano médio, com o repórter mais para o lado oposto ao da imagem, prédio, ou a situação que contém uma informação ou o situa na matéria;
    2. o repórter não deve ficar de frente, chapado contra a câmera, mas levemente de lado;
    3. quando for um encerramento, fechar em *close up*.
8. escada: *o repórter deve fazer o* stand up *num nível acima da rua, para evitar que o fundo desvie a atenção do espectador;*
9. ficar parado: numa passagem, o repórter só deve andar quando isso contiver uma informação ou for

essencial para o espectador entender o que está acontecendo. “Plano sequência” é uma daquelas contribuições do Brasil à “Treva Universal”, confunde e não informa;

10. em entrevista sentada, um a um, usar microfone de lapela;
11. não fazer pergunta em contraplano, depois da entrevista. É falso. No contraplano, ficar sério. Não concordar nem discordar com a cabeça;
12. o repórter deve estar sempre vestido como se tivesse sido convidado para jantar na casa do espectador:
    1. rapazes barbeados, de terno passado (não usar linho ou brim, porque amarrotam muito), em cores discretas — cinza, pastel e azul marinho, de preferência. Não usar camisa branca sem paletó;
    2. roupa, cabelo e maquiagem das moças também discretas. As joias, idem;
    3. as unhas devem ser pintadas em cores discretas;
    4. as repórteres podem se surpreender com a observação, mas, estar no vídeo não significa que estejam também na SP Fashion Week.
13. narração em *off*:
    1. narrar como quem conta uma história. Repórter não é locutor. E muito menos ator. Não é preciso gritar.
    2. de preferência, o repórter não deve dar a impressão de que chora no *off*: o espectador não é idiota — ele saca a hipocrisia; âncoras também não devem ler como quem chora lágrima de crocodilo;
    3. só dar ênfase às palavras a que o espectador deve *de fato* prestar atenção;
    4. sem cantar ou interpretar, dar ritmo, cadenciar a narração;
    5. narrar mais rápido é sempre melhor, desde que o espectador entenda;
    6. pronunciar as sílabas — *todas*. Não esquecer da última;
    7. seja claro. Faça frases curtas. Em dúvida, use o ponto — é melhor que a vírgula;
    8. a narração é a principal forma de comunicação do repórter. Comece de novo. Tente. Corte. Não grave o *off* se estiver ofegante.
14. ajude o editor de imagem a casar imagem com áudio. A regra é a seguinte: falou em cachorro, mostre o cachorro; mostrou o cachorro, fale em cachorro;
15. ajude o cinegrafista. Peça para ele fazer imagens que ajudem a descrever o ambiente, a entrar na alma do personagem, a transmitir o espírito da reportagem. Se não fizer isso, você limita o seu *off* ou leva o editor à loucura.

Ao cinegrafista:

1. não fazer *pan*. Só quando for preciso dar ideia da distância entre o ponto *a* e o ponto *b*. A *pan* torna a matéria mais lenta. E fica feio cortar o movimento antes que chegue ao fim. Também não fazer “zoom in” nem “zoom out”. Fazem com que a matéria fique lenta e fica feio cortar o movimento antes do fim. Ao fim chega a paciência do espectador, quando o movimento acaba;
2. o entrevistado deve olhar para o entrevistador;
3. é preferível usar o microfone sem fio. Quando usar o microfone com fio, evitar filmar o fio. Evitar filmar o malabarismo do repórter com o fio à la Glória Maria.
4. não filmar pergunta em contraplano, depois da entrevista. É falso;
5. filmar imagens de corte: plano aberto da entrevista, contra plano do repórter. Não fazer detalhe de mão, câmeras ou caderno de notas como imagens de corte;
6. no contraplano do repórter para imagem de corte, só interessa o vídeo. E o repórter tem que estar sério, sem balançar a cabeça — ele não pode discordar ou concordar;
7. quando o repórter precisar descrever o local, o ambiente, o clima de uma entrevista, fazer detalhes: placa da rua, entrada da casa, plano aberto do local da entrevista (a biblioteca, o laboratório, a cozinha etc.);
8. filmar o entrevistado na rotina de trabalho: no computador, lendo, dando aula, jogando futebol, representando, fazendo discurso. Ou andando ao lado do repórter. Essas imagens podem ser usadas no *off* de apresentação do entrevistado;
9. imagens de reunião, coletivas, encontros, seminários — ou seja, um monte de gente em volta de uma mesa — *nunca* usadas (especialmente de Brasília);
10. enquadramento do repórter:
    1. começar com um plano médio, com o repórter mais para o lado oposto ao da imagem, prédio ou situação que contenha uma informação ou o situe na matéria;
    2. o repórter não deve ficar de frente, chapado contra a câmera, mas levemente de lado;
    3. no encerramento, na frase final e na assinatura, fechar em *close*.
11. não filmar contra janela aberta ou parede branca. Compor o ambiente para a filmagem;
12. não sair da emissora sem kit de luz e tripé;
13. *iluminar*!;
14. o áudio da câmera é só para captar o som ambiente. Não serve para sonora;
15. em entrevistas mais longas, não filmar num só plano, do início ao fim. Fechar e abrir para facilitar a

edição (mas tomar cuidado: não é bom ter a sonora mais forte no meio de um movimento);

16. é indispensável captar o áudio ambiente da rua, da buzina, de gente falando perto;
17. evitar mostrar cubo de microfone arranhado, esponja do microfone velha.

AO EDITOR DE IMAGEM:

1. o ritmo é tudo. Matérias curtas, rápidas, ágeis:
    1. não usar *pan*;
    2. (só quando o *off* falar da distância entre o ponto *a* e o *b*);
    3. não usar *take* longo;
    4. não deixar uma mesma cara no ar muito tempo;
    5. entrevista longa deve ser coberta com imagens do assunto. Preservar ao vivo as declarações importantes;
    6. sonora dentro da matéria deve ter entre 5” e 7”.
2. evitar imagens subjetivas, gente que anda na rua, coisa que não signifique nada;
3. não usar imagem de reunião, de um monte de gente sentada em torno de uma mesa;
4. quando o *off* falar em cachorro, mostrar o cachorro. quando mostrar o cachorro, o *off* logo em seguida tem que falar no cachorro;
5. *casar vídeo e imagem*;
6. editar com o áudio ambiente;
7. evitar *flashes* para cortar sonora. Prefira imagens de corte;
8. cuidado com a montagem do esqueleto da matéria. O áudio e o vídeo não devem ser escravos do esqueleto. Sempre que houver uma imagem bonita ou um “sobe-som” importante, o esqueleto deve ser aberto;
9. não abrir matéria com *stand up*.
10. quando houver pausa na narração, a imagem tem que mudar — mantém o ritmo e ajuda o espectador a acompanhar o texto;
11. em nota coberta, além de manter o som natural, abrir o *off* e deixar subir som, para a matéria “respirar”.

Pavarotti: «*Du you andestand my english?*»

Na edição de 21 de janeiro de 1995 d'*O Globo*, publiquei esse artigo a propósito de uma experiência ao lado de Luciano Pavarotti, para uma reportagem do *Fantástico*.

PAVAROTTI ESCOLHE QUEM VAI PRO CÉU:

Luciano Pavarotti chega ao teatro precedido e seguido de um interminável lenço em torno do pescoço, onde todas as cores do arco-íris se encontram em explícita desarmonia. Numa entrevista ao ator inglês Peter Ustinov, ele explicou, certa vez, que, por ter uma voz muito doce, precisa protegê-la, sempre, com um lenço. "O que fica muito perto do ridículo", admitiu.

Ele tem razão.

No pequeno teatro da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, por duas horas e meia, sem se levantar, ele será o presidente do júri das finais americanas do "Concurso Internacional de Voz Luciano Pavarotti".

No meio da plateia quase deserta, um banco improvisado, onde estão quatro juízes (que jamais abriram a boca) e ele na ponta, no corredor. À frente, um microfone, um balde com gelo e garrafas pequenas de água mineral Perrier. Um copo com limões cortados e um prato de bananas, que permaneceram intocadas.

Entra a primeira candidata, a soprano Sandra.

— O que você vai cantar, Sandra? —, ele pergunta.

— Maestro, vou cantar "Ritorna vincitor" (*Aida*, "Ato I").

Ele ouve quase sem olhar para ela. Ao final, diz "thank you".

E pergunta se ela conhece outra ária de *Aida*. Sandra responde que há muito tempo não canta nenhuma outra. Ele não toma conhecimento:

— Fique ao lado do piano e leia a partitura.

Sem alternativa, Sandra cantava como podia "O patria mia" ("Ato IV"). Ele abre logo o microfone e diz:

— Não faça a voz ficar maior do que é preciso.

Sandra volta ao Egito e ele toma água Perrier com limão espremido. Sandra comete um agudo provavelmente impróprio. "Thank you", interrompe Pavarotti. "*Si*, maestro", e Sandra desaparece.

Christiane concorre com uma ária de "Le nozzi di Figaro" (*Porgi amor*, "Ato II"). Mal a condessa atinge as notas mais altas, para expor como dói já não merecer o amor do conde, Pavarotti faz Christiane parar:

— Nem a Callas, que era a Callas, quando chegava aos dós mais altos deixava de cantar sílaba por sílaba.

Christiane não tinha muitas chances.

O próximo é Salvador, um barítono. “Maestro, vou cantar ‘Eri tu’ ” (*Un ballo in Maschera*, “Ato III”). Muito antes de ficar claro que Renato decidiu castigar, não a mulher, mas o amigo, o maestro cospe um caroço do limão de volta ao copo. Salvador não percebe e prossegue até ser interrompido.

— Salvador, você está suando, não está?

— Sim, maestro.

— E a sua voz está opaca. Você tem que ser um animal selvagem, nessa ária. Você sabe o que está cantando?

Salvador é tomado de pavor.

— A sua mulher fez de você um… — faltou ao maestro a palavra inglesa — um *cornuto*!

Foi em italiano, mesmo.

— Você descobre que ela faz isso com o seu melhor amigo. E isso não tem a menor graça.

Salvador não percebe aonde o maestro quer chegar.

— *Du you andestand my english*, Salvador? — pergunta Pavarotti.

— *Si*, *si*, maestro — diz Salvador, sem convicção.

— Então cante com força. Cante vogal por vogal. “A!” “A!”, “A!”. Quando você se exercita e faz vo-ca-li-za-ção é para isso: cantar as vo-gais, vo-gais. Use a garganta! “*Du you andestand my english*?”. *Thank you*, Salvador.

É a vez de Tatiana, uma jovem russa, morena escultural. Ela dá dois passos no palco e logo se percebe um corte na saia, que revela as coxas.

— O que você vai cantar para nós, Tatiana? A “Carmem”? — pergunta o maestro com um sorriso de quem está com vontade de fugir para Sevilha.

Tatiana, que não entendeu nada, responde séria:

— Não, maestro, vou cantar “Dalila”.

— É quase a mesma coisa — ele diz.

A ária de “Dalila” não provoca o menor entusiasmo.

Pavarotti pede a Tatiana para cantar uma ária da *Tosca*.

Ela não sabe nenhuma de cor. Ele manda Tatiana procurar uma partitura lá dentro, enquanto ouve outro candidato. Sem se dar conta de que estava cometendo uma ousadia, Tatiana volta com "Vissi d'arte" (*Tosca*, "Ato II").

— Tatiana, você é virgem? — ele interrompe.

Tatiana fica perplexa. Pavarotti deveria ter usado "Virgo", palavra mais adequada, em inglês.

— Eu não quero enrubescê-la — ele diz. — Estou falando do zodíaco.

Tatiana, aliviada, diz que é touro.

— Então, seja um touro! Quem canta "Vissi d'arte" tem que morrer no palco. Como a Callas. Aqui, agora, você é Maria Callas. Depois, não sei. Mas, agora, você tem que acreditar nisso. Cante com o estômago!

Fez uma pausa.

— Com seu belo estômago.

(Embora se refira tanto a Callas, Pavarotti considera Joan Sutherland a maior soprano. Quem sabe, não é uma artimanha da Callas?)

Incrédula, lá se foi Tatiana em direção à morte.

Pavarotti interrompe.

— Por que você é mezzo-soprano? Porque tem medo das notas altas, não é?

— Sim, maestro — respondeu Tatiana, com medo.

— Se você continuar mezzo-soprano, daqui a dez anos vou te reencontrar nesse mesmo concurso. Há 1200 mezzo-sopranos no mundo, procurando emprego. E 12 sopranos. Acho melhor você lutar para ser uma soprano.

Ao final, Pavarotti e eu nos sentamos para a entrevista ao *Fantástico*. Pergunto se ele gostava de julgar concursos de canto lírico. Ele nem responde. Faz um muxoxo.

— Bom, esse é o seu concurso. Aqui o senhor escolhe quem vai para o céu — observei.

— É um pouco mais do que isso — ele respondeu. — *A little bit more than that. Du you andestand my english?*



PHA e sua filha Maria com Pavarotti

Parte III
Anexos

Anexo 1 — Depoimento de Daniel Leb Sasaki à Comissão Nacional da Verdade sobre a expropriação da Panair, em 23 de março de 2013

A Panair do Brasil foi a maior companhia aérea que o país já teve. Com importante atuação na integração nacional e concessionária das rotas para a Europa, África e Oriente Médio, era a mais respeitada empresa de aviação do Brasil. Representava, para os estrangeiros, o domínio e a capacidade técnica do país no setor aéreo. Era nossa marca mais famosa no exterior.

Suas operações prosseguiram normalmente, dentro do cenário de crise cambial que impactava toda a aviação brasileira, até 10 de fevereiro de 1965.

10/02/1965:

Naquele dia, de forma súbita, sem a instauração de um processo administrativo regular, todas as concessões de linhas aéreas da Panair foram suspensas, por meio de um despacho assinado pelo presidente da república, o marechal Castelo Branco, e pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes. A comunicação foi transmitida por noticiário radiofônico e recebida pelos diretores da empresa via telegrama, apenas cinco horas antes da decolagem de um voo internacional para Frankfurt, Alemanha.

Quando a notícia chegou no Galeão, para a surpresa dos diretores, funcionários e clientes da Panair, a Varig já possuía um Boeing no pátio, pronto para realizar o voo da concorrente. Também de imediato, a diretoria da Varig emitiu nota à imprensa, divulgando a lista de todas as operações que assumiria para a América do Sul, África e Europa, com os respectivos horários, equipamentos utilizados e orientações aos viajantes. À época, a Varig operava voos internacionais de longo percurso apenas para os Estados Unidos e, segundo os maiores autores de aviação comercial, jamais poderia demonstrar aquela eficiência sem que tivesse se preparado muito antes para assumir as rotas.

Enquanto essa situação ocorria no Rio, a Celma[1] era ocupada por soldados do Batalhão de Caçadores de Petrópolis. Na Panair, o Departamento de Comunicações também foi invadido por tropas armadas por ordem do brigadeiro que comandava a Diretoria de Rotas Aéreas do Brasil. Os funcionários, orientados a manter as transmissões no ar. O motivo alegado pela própria autoridade: se os serviços prestados pela Panair fossem interrompidos, ocorreria a completa paralisação da aviação internacional nas rotas do Atlântico Sul.

12/02/1965:

Reunidos em longas sessões para examinar a situação, o corpo gestor da Panair e seus advogados prepararam um mandado de segurança para tornar sem efeito a medida, que era ilegal tanto na forma (ausência de aviso prévio e direito de defesa), quanto no fundamento: o governo alegava que a empresa estava quebrada e que explorava linhas a título precário, embora estivesse com as contas em dia e fosse concessionária, com contrato outorgado que lhe dava direitos.

Como os militares fizeram a intervenção coincidir com um recesso do Supremo, a Panair decidiu também ingressar com um pedido de concordata preventiva. Na prática, era desnecessário, pois não havia ações de credores. Mas, naquele momento, sem linhas e sem saber o que estava por vir, a empresa viu na concordata

um instrumento para proteger seu patrimônio até que o STF retornasse às atividades, um mês depois. O pedido foi feito em 12 de fevereiro, uma sexta-feira, dois dias após a suspensão dos voos. O brigadeiro Eduardo Gomes, fardado, foi fazer uma visita ao juiz naquela tarde, fato noticiado por toda a imprensa.

15/02/1965:

Na segunda-feira, 15, quando os advogados da Panair apareceram na 6ª Vara Cível do Rio, onde seria processada a concordata, foram surpreendidos pelo juiz com um despacho já proferido, que decretava a falência da empresa. No texto, o juiz alegava que, "sem linhas, a companhia não teria receita e que, sem receita, iria falir". Portanto, que estava falida desde já. Ele sequer fez uma diligência para verificar se a Panair tinha outras fontes de renda.

E elas eram várias. Por exemplo, a Celma revisava motores de 12 empresas estrangeiras que operavam no Brasil, além dos de concorrentes nacionais e, ironicamente, os da própria FAB. Prestava apoio em terra a outras empresas e, conforme foi dito, executava um serviço de monitoramento de rotas aéreas único no continente, para toda a aviação, comercial e militar.

Estranhava também o fato de a falência ser decretada sem que houvesse pedidos de credores, privados ou estatais. Não havia dívidas vencidas exigíveis, o patrimônio superava muitas vezes os débitos e os funcionários e fornecedores estavam com pagamentos em dia. A Panair devia ao Banco do Brasil, como deviam todas as aéreas nacionais. Mas, do saldo devedor de 23,9 bilhões de cruzeiros das quatro maiores, apenas 4,4 bilhões correspondiam à Panair.

LUTA NA JUSTIÇA:

Começou, ali, uma longa *via crucis* jurídica. Mário Simonsen faleceu em Paris um mês após o fechamento da Panair. Celso da Rocha Miranda encabeçou a defesa com Paulo Sampaio, o presidente da empresa, apoiados por advogados competentes. Mas eles logo viram que a lei, que estava ao seu lado, afrontava os objetivos da ditadura e de seus apoiadores.

Por exemplo, aberta a falência, o juiz recebeu de um contador um laudo contábil com as informações das operações de seguros da empresa, que estavam sendo questionadas pelos militares. Mas, fato inusitado, era um laudo pericial falso. O documento original enviado ao Supremo pelos advogados da Panair tinha sido interceptado e teve seu conteúdo todo modificado, para deixar delicada a imagem da empresa.

Contradições logo viraram escândalo nacional. O Ministério da Aeronáutica alegava que era tão grave a situação da Panair, que mesmo que todo auxílio financeiro do governo lhe fosse dado, ainda assim a empresa era irrecuperável. Mas vazou do próprio órgão a informação de que o inquérito instaurado pelo ministério para apurar a situação econômica das companhias aéreas no segundo semestre de 1964 ainda nem tinha sido concluído. Isso repercutiu no Congresso e logo apareceu um relatório do então BNDE que respaldava os atos dos militares. Para a surpresa dos parlamentares e do país, o próprio BNDE foi à imprensa para contestar a autenticidade do documento.

Meses foram se passando e os funcionários da Panair, ainda unidos em luta na sede da empresa, começaram a passar necessidades. No hangar do Aeroporto Santos-Dumont, entidades de apoio iniciaram a distribuição de caixas com alimentos. Em pouco tempo, chegaram a público notícias de suicídios. Paulo Sampaio, em seus escritos, contabilizou pelo menos 18.

Mais tarde, a Justiça acabou julgando inidôneo aquele laudo do perito indicado pelo síndico da falência, o Banco do Brasil, e determinou novas perícias. Um novo laudo foi feito. Unânime entre os peritos nomeados pelo juiz, pela massa falida e pelos diretores da Panair, esse documento concluiu serem absolutamente normais e regulares todas as operações de seguros da empresa.

Com base no novo laudo, um curador de massas emitiu um parecer que mostrava a correção dos atos administrativos praticados pela diretoria, acusada de crimes falimentares. Por não encontrar irregularidades, o curador pediu o arquivamento do inquérito.

Vendo a sua presa prestes a escapar, a União, por meio de um Procurador-geral da República, apresentou queixa e se antepôs ao curador, criando um conflito inadmissível no Direito, pois a palavra do Ministério Público era a que valia.

O juiz, então, determinou a retirada do parecer desse curador dos autos da falência, como se não tivesse existido, declarando que "a promoção de fls. 2062 foi desentranhada dos autos por ordem de autoridade superior". Além disso, ele afastou o curador do caso e nomeou outro para realizar o mesmo trabalho.

Como vocês podem imaginar, em substituição ao documento que poria fim ao processo, esse curador resolveu acolher a queixa da União.

6 DE MARÇO 1968:

Mas não foi só isso. Em algum momento, o juiz de plantão decidiu se apossar pessoalmente do caso. Seis de março de 1968 foi um dia de agilidade inédita do direito falimentar brasileiro. O juiz destituiu o Banco do Brasil do cargo de síndico da falência. A lei dizia que outro credor deveria ser nomeado. Havendo recusa, um segundo. Outra recusa, um terceiro. Pois bem. O juiz, no mesmo expediente em que tirou o banco do processo, despachou para nomear três credores, que, surpreendentemente, renunciaram em cadeia, naquele mesmo dia. A lei previa também que, após a terceira recusa, o juiz podia indicar um quarto a seu critério. E ele nomeou um amigo pessoal, completamente estranho aos negócios e aos interesses da falência. Um major reformado, que naquele mesmo 6 de março, apresentou-se e tomou posse e administração de todos os bens da massa falida.

O dinheiro da Panair ia pelo ralo, roubado. Seu patrimônio era dilapidado. Edifícios inteiros foram vendidos a preços simbólicos. Por pressão do governo, ativos valiosos eram transferidos por metade do valor internacional para os concorrentes que ficaram com as rotas.

O curador de massas substituto deixou documentadas críticas à prática do juiz de fazer cópias das páginas do processo e de enviá-las ao SNI. Vejam só: o serviço de informações da ditadura acompanhava dia a dia o que se passava na falência da Panair, para tomar providências, caso fosse necessário. O curador também registrou testemunho de graves ilegalidades. Seu parecer, bastante incômodo, foi desentranhado, como aquele do curador que ele próprio substituíra.

ABSOLVIÇÃO:

Os diretores da Panair, então pessoalmente perseguidos, podiam até esperar a absolvição por meio da prescrição dos crimes falimentares atribuídos a eles. Chegava o prazo da prescrição e o governo até então não tinha conseguido provar nada. Mas os diretores não queriam essa solução. Eles queriam provar a sua inocência. Fizeram um *habeas corpus* e o acórdão, em plena justiça da ditadura, negou a existência de

qualquer crime falimentar, determinando o arquivamento. Eles estavam inocentados. Meses depois do prazo limite para manifestações contrárias, a União tentou mudar a decisão. Não conseguiu.

Fase dos decretos:

Os militares sabiam que a reabilitação dos diretores significava novo esforço de luta para reabilitar também a Panair. Então, partiram para uma solução mais drástica, inédita na história do país: a modificação da lei vigente para manter a companhia no chão. O Departamento de Comunicações e a Celma já haviam sido desapropriados por decreto em 1967. Eram essenciais à Nação. No início de 1969, a União baixou o Decreto-lei 474, que, em seu Art. 3°, ampliava o conceito de dívida ativa da União, prejudicando a Panair.

Decreto-lei 496/69:

Depois, em março de 1969, o governo militar criou o Decreto-lei 496, criando privilégios, além dos permitidos pela lei vigente, para créditos da União em processos de liquidação, falência ou concordata de empresas de transporte aéreo. A única naquela situação era a Panair. O decreto previa também o confisco de aeronaves, peças e equipamentos, sem o devido processo legal e em detrimento dos demais credores.

No atropelo, apressada para baixar decretos que atingissem a Panair, a ditadura não antecipou que, ao confiscar os aviões, na verdade, automaticamente levantou a falência imposta. O governo dizia-se credor de 70,9 milhões de cruzeiros novos, a moeda da época. Com os bens desapropriados orçados em 79,7 milhões, o juízo falimentar reconheceu a dívida como paga e excluiu o Estado do rol de credores.

Concordata:

Assim, no dia 2 de junho de 1969, a Panair do Brasil entrou com um pedido irrecusável de transformação da falência em concordata suspensiva, numa nova tentativa de retomar as atividades. Era irrecusável porque, nos termos da lei, o pedido era deferido caso o falido se propusesse a pagar 35% dos débitos à vista ou 50% no prazo máximo de dois anos. A Panair, mesmo espoliada, ainda tinha condições de pagar as dívidas integralmente e à vista.

Decreto-lei 669/69:

Em resposta, a Procuradoria Geral da União providenciou — um dia antes da audiência que decidiria sobre o deferimento da concordata — uma nova dívida, de 112,5 milhões de cruzeiros novos, sobre aquela que já havia sido extinta por decisão passada. Dias depois, o governo baixou o Decreto-lei 669, que retirava especificamente das empresas de transporte aéreo o direito à concordata. Novamente, a única aérea na situação era a Panair.

Essa nova peça de legislação, promulgada depois da impetração do pedido e antes do julgamento, foi veiculada pela imprensa como notícia antes mesmo da entrada no *Diário Oficial* e utilizada pelo juiz da 6ª Vara Cível com efeito retroativo, para negar o pedido que era inegável. A falência foi, então, mantida e os bens remanescentes postos a leilão no prazo recorde de 90 dias. O produto da venda, pago ao Estado como cobertura da nova dívida.

Finalização:

Durante 15 anos, a Panair e a União brigaram nos tribunais por essa questão. Por fim, em dezembro de

1984, o Supremo deu ganho de causa à companhia. Era a abertura política assegurando a independência da Justiça. Mas, àquela altura, havia pouco a comemorar. A antiga empresa estava sepultada, seu prestígio consumido e seus feitos esquecidos ou usurpados.

De toda forma, sem a perseguição implacável do Estado, a Panair conseguiu levantar a falência em maio de 1995 e, desde então, luta por uma reparação moral.

---

1 Companhia Eletromecânica, fundada em 1951 pela família Rocha Miranda. Atualmente, GE Celma.

Anexo 2 — Discurso de Almino Affonso em defesa de Jango (trechos)

[…][1]

ALMINO AFFONSO::

A Casa vive esta noite, após o conhecimento do levante das guarnições de Belo Horizonte e Juiz de Fora, instantes que, paradoxalmente, alguns ousam considerar a expressão da defesa da legalidade.

Ainda há pouco era saudação precipitada dos que louvavam outro levante que estaria se dando em São Paulo. Recuso-me a acreditar nessa atordoada. Não posso acreditar porque confio na honra militar do general Kruel.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES:

Já confia? Antes não confiava.

ALMINO AFFONSO::

Confio na honra militar do general Kruel. Ninguém jamais ouviu, de mim, nesta Casa ou fora dela, qualquer pronunciamento que me tire a autoridade de afirmar o que estou reiteradamente proclamando.

Mas. Na verdade, importa pouco o detalhe de saber se o general Amaury Kruel, à frente das tropas do II Exército , está contra o poder constituído. O que quero é marcar nesta noite a impostura da saudação dos pseudo-democratas, que tanto falam em legalidade e estão aplaudindo a insurreição, os que se levantam contra os poderes constituídos da República! O que importa é marcar com ferro em brasa a cara dos que, nesta noite dramática, ousem falar em nome da Constituição, enquanto eles mesmos estão a rasgá-la e, sem nenhum pudor, estão aplaudindo a baderna dos insurretos!

RANIERI MAZZILLI::

Peço aos srs. deputados que só se manifestem na forma do estilo e da educação parlamentar.

ALMINO AFFONSO::

Que autoridade têm esses deputados para vir defender o Poder Legislativo, quando ostensivamente desrespeitam o Poder Executivo? Porventura, não são dois poderes que se equivalem, dois poderes que existem na medida em que atuem, dentro da lei, em que respeitam a Constituição?

Mas, é bom que se diga: essa minoria não é a primeira vez que aplaude a sedição! A esses, que a compõem, eu os vi, eu os ouvi, eu os assisti aplaudindo precisamente três ministros militares que, também certa noite, se insurgiram e ousaram contra a Constituição! Mas que todos se lembrem, assim como eu me recordo, de que não tardou muito e o III Exército, do Rio Grande do Sul, se levantou em pé de guerra em nome do povo!

Também recordo, senhores deputados, de que os trabalhadores, sem mais tardança, pararam o país em greve memorável, defendendo as instituições democráticas! Pois hoje se dará o mesmo. Tentem contra as instituições, tentem contra a democracia e os trabalhadores hão de parar porto por porto, navio por navio, fábrica por fábrica, e as greves vão também parar o campo!

Hão de saber quem é o povo. Quem é a maioria, quem fala em nome da lei, quem fala em nome da democracia! Podem aqui fazer este festim! Podem orgulhar-se do que fazem! Podem iludir-se de que, com essa arrogância, estão esmagando o povo! Mas o povo é mais forte do que pensam e o povo despertou, sr. presidente!

Querem a guerra civil, pois teremos a revolução social! Querem sangue, pois nós aceitamos o sangue! Hão de saber, sr. presidente, com quem o povo ficará: se com essa minoria que fala, pretensiosamente em nome dele conosco, que lhe defenderemos os interesses sociais, as causas, as reformas necessárias?

Não serão com os banqueiros, com os latifundiários, com os entreguistas de todos os matizes! Essa minoria, sr. presidente, pode aqui gritar, mas lá fora, não terá voz! Pode aqui, nos limites desta Casa, pensar que fala em nome do povo, mas não ousa defrontar-se com o povo em praça pública!

RANIERI MAZZILLI::

Atenção, srs. deputados! Atenção, nobre orador! Vou fazer um apelo ao plenário. Estou certo de que com isso vou apenas estabelecer o regime comum de nossa convivência.

Vou pedir que continuemos à altura das responsabilidades desta Casa. O clima emocional com que estão sendo abordados certos assuntos pode levar-nos a todos dificuldades que não devem ser; neste momento, colocadas neste plenário. Faço apelo aos srs. deputados para que, com urbanidade, com civismo, com entusiamo e com calor indispensáveis, possam, entretanto, respeitar-se mutuamente, para que possamos aqui estabelecer a convivência dos contrários. Continua com a palavra o nobre orador:

ALMINO AFFONSO::

Sr. presidente, como V.Exa. pode aperceber-se, eles querem a guerra civil e imaginam que já puderam vencê-la. Nem as tropas saíram dos quartéis e já estão a festejar uma vitória. Enganam-se. Uma guerra civil não se faz com marechais, almirantes e generais, brigadeiros talvez. Faz-se com a tropa! E a tropa é povo e é o povo, portanto, que compõe todos os quartéis: são os sargentos, os cabos, os soldados, os marinheiros! Quero ver, sr. presidente, se vão levantar-se contra nós, que lhe sustentamos as causas, que entramos pelas Reformas de Base que correspondem aos seus interesses!

Em cada quartel, os soldados se levantarão, se levantarão os cabos, porque isto é o povo, sr. presidente. Se imaginam que fantasio, verão: foram eles que deflagraram a intolerância, que quebraram a legalidade e querem agora, no jogo da impostura mais revoltante, fazer crer à nação que somos nós o poder ilegal!

Minas Gerais, porventura, não rompeu a legalidade? Não é a Polícia Militar que se rebelou? Não são as guarnições militares que deixaram os quartéis e estão fora da lei? Tudo com o beneplácito do governador Magalhães Pinto! Mas os pretensos legalistas nesta Casa não os condenam. Menos ainda os combatem. Querem a ordem? Querem a disciplina? Mas aplaudem a indisciplina e a desordem! Como hão de querer, assim, defender a democracia? Mas não souberam ter uma palavra de condenação quando, com o desrespeito às liberdades públicas, lá em Belo Horizonte, nos impediram de fazer ouvida a nossa pregação!

Tão só por impostura, sr. presidente, puro farisaísmo que o povo saberá responder! E não tardará a fazê-lo!

Quero voltar a esta tribuna para olhar, face a face, os que se riem agora! Os que na angústia de quem não sabe o que dizer, apenas riem! Na verdade, sr. presidente, riem porque são a elite demissionária, riem porque não têm mensagem, riem porque já não sabem o que fazer!

E quer V.Exa, sr. presidente, a prova provada de que falo a verdade? Nesta hora grave da nação, quando o país, debaixo de um clima emocional, vive instantes decisivos de sua história, que fazem os representantes das elites dirigentes? Preocupam-se com os problemas do povo, se a ordem constituída foi abalada! Discutem os grandes temas, buscando uma aliança social que construa a saída política para a crise nacional! Ou caem num farisaísmo sem igual, como ainda hoje o fez o deputado Antônio Carlos Magalhães, sem nenhuma grandeza, sem olhos de ver além do que estamos vivendo? Elites demissionárias, elites caducas, elites sem horizonte, sem mensagem, sem raízes, sem razão de ser!

Em meio ao burburinho do plenário, vejo que fala o deputado padre Godinho; que não ouço sequer, porque a própria zoada de seus companheiros não me deixa ouvi-lo. Mas não vi S.Exa., com responsabilidade dupla que tem — de representante do povo e de sacerdote! — dizer uma palavra sequer de condenação a outro parlamentar, igualmente sacerdote, que teve a audácia, o desrespeito inaudito de fazer a distorção de um dos preceitos mais sublimes de Cristo! Não se lembram V.Exas.? Disse Jesus Cristo, numa pregação de amor incomparável: “Amai-vos uns aos outros”. E disse o pregador do ódio, o apóstata: “Armai-vos uns aos outros!”. E onde estava V.Exa. padre Godinho? Calou-se, porque me representa menos o povo do que uma ordem carcomida, uma ordem envelhecida, uma ordem dilacerada! V.Exa., na verdade, nem representa os interesses do povo, nem respeita sua própria batina! Sua covardia é o silêncio. E não tem o direito de apupar-me.

RANIERI MAZZILLI::

Atenção nobres deputados!

PADRE GODINHO::

Permita o nobre orador um aparte?

ALMINO AFFONSO::

Não lhe permito!

PADRE GODINHO::

Permita-me V.Exa. um aparte, nobre deputado Almino Affonso?

ALMINO AFFONSO::

Não lhe darei o aparte, já o disse.

RANIERI MAZZILLI::

Atenção nobre deputado padre Godinho; o orador não permite o aparte.

ALMINO AFFONSO::

V.Exa., já não me merece respeito, precisamente porque trai os interesses do povo e desrespeita sua própria batina! Sr. presidente, o que tinha a dizer, em sumário, era só isto. Os que aplaudiram a insurreição, o fizeram de maneira precipitada, porque não ousam esperar o desenrolar dos acontecimentos. Aplaudiram, julgando ter forças, como se a impostura pudesse enganar a cada dia, sempre. Não custa esperar, sr. presidente. A resposta virá e virá mais cedo do que pensam!

---

1 "1964 na visão do ministro do Trabalho de João Goulart, Almino Affonso". São Paulo, Fundap, Imprensa Oficial, 2014, pp. 581–585.

Anexo 3 — Vetos de Jango ao Código de Radiodifusão de 1962

Encontrava-se em marcha a grande articulação civil-militar que executará o golpe de 1964 e a deposição e Jango.[1]

João Calmon, eleito deputado em 1962 e vice-presidente dos *Diários Associados* — o maior conglomerado de mídia do país à época — que "liderou um grupo de trabalho que reuniu subsídios para a discussão sobre os vetos" e "que mais tarde se tornaria o primeiro presidente da Abert" [1962–1970], constitui-se, logo depois, o idealizador e principal articulador da "Rede da Democracia", no pleno exercício da presidência da entidade.

Inspirada na militante internacional do anticomunismo Suzanne Labin, a "Rede da Democracia" reunia centenas de emissoras de rádio e jornais — dos *Diários Associados*, das Organizações Globo e do *Jornal do Brasil* — num combate diário ao governo Jango, preparando a opinião pública para o golpe de estado perpetrado em nome da liberdade e da democracia.

Em linhas gerais, esse é o "período de instabilidade institucional" em que se dá a aprovação do CBT.[2] O projeto sancionado com vetos por Jango em agosto teria todos eles rejeitados pelo Congresso Nacional, em novembro.

Os vetos derrubados:

A relação completa das partes vetadas pode ser encontrada aqui. As justificativas estão na Mensagem nº 173, de 27 de agosto de 1962, publicada no *Diário do Congresso Nacional* II de 5 de setembro de 1962 (pp. 1963–1965). Na origem trata-se da Mensagem nº 200, referente ao PL 3.549-D/57 (no Senado, PLS 36/53).

Quais foram os vetos e quais as justificativas do presidente João Goulart para fazê-los?

A Mensagem presidencial afirma que todos os vetos incidiram "sobre os artigos e expressões […] contrários aos interesses nacionais". Vou me ater aqui apenas àqueles que dizem respeito diretamente à radiodifusão, na ordem em que aparecem na Lei.

1. Parágrafo 3º do artigo 33

[Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.]

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de

15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais, se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29 X).

Justificativa: O prazo deve obedecer ao interesse público, atendendo a razões de conveniência e de oportunidade, e não fixado *a priori* pela lei. Seria restringir em demasia a faculdade concedida ao Poder Público para atender a superiores razões de ordem pública e de interesse nacional o alongamento do prazo da concessão ou autorização, devendo ficar ao prudente arbítrio do poder concedente a fixação do prazo de que cogita o inciso vetado.

2. Parágrafo 4º do artigo 33

§ 4º Havendo a concessionária requerido, em tempo hábil, a prorrogação da respectiva concessão ter-se-á a mesma como deferida se o órgão competente não decidir dentro de 120 (cento e vinte) dias.

Justificativa: Não se justifica que, competindo à União o ato de fiscalizar, de gerir, explorar ou conceder autorização, ou permissão ou concessão etc., o seu silêncio, muitas vezes provocado pela necessidade de acurado exame do assunto, constitua motivação para deferimento automático. Os problemas técnicos surgidos, as exigências necessárias à verificação do procedimento das concessionárias etc. podem, muitas vezes, ultrapassar o prazo de 120 dias, sem qualquer culpa da autoridade concedente.

3. Parágrafo único do artigo 53

[Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no país, inclusive:]

Parágrafo único. Se a divulgação das notícias falsas houver resultado de erro de informação e for objeto de desmentido imediato, a nenhuma penalidade ficará sujeita a concessionária ou permissionária.

Justificativa: A veracidade da informação deve ser objeto de exame antes da divulgação da notícia, não sendo justo que alguém transmita uma informação falsa, com todos os danos que daí podem decorrer, inclusive para a segurança pública, sem sujeição a qualquer penalidade. A apreciação da boa ou má fé da divulgação ficará a cargo da autoridade competente ou do Poder Judiciário, se for o caso.

4. O artigo 54

Art. 54. São livres as críticas e os conceitos desfavoráveis, ainda que veementes, bem como a narrativa de fatos verdadeiros, guardadas as restrições estabelecidas em lei, inclusive de atos de qualquer dos poderes do Estado.

Justificativa: A liberdade da manifestação do pensamento está assegurada pela Constituição e por esta própria lei. A redação do artigo vetado, permitindo a emissão de “conceitos desfavoráveis, ainda que veementes” poderia dar ensejo à justificação de abusos que não são permitidos na Lei Magna e que devem ser reprimidos em defesa da honra e boa fama dos cidadãos.

5. O artigo 71

Art. 71. A concessionária ou permissionária que não se conformar com a notificação, suspensão provisória ou pena de suspensão aplicada pelo ministro da Justiça, poderá dentro de cinco dias, promover o pronunciamento do Tribunal Federal de Recursos, através de mandado de segurança, observadas as seguintes normas:

a) o presidente, dentro de prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, suspenderá ou não in limine, o ato do ministro da Justiça;

b) o prazo para as informações do ministro da Justiça de 48 (quarenta e oito) horas improrrogáveis;

c) após o recebimento das informações, o relator enviará o processo imediatamente à Mesa, para que seja julgado na primeira Reunião de Turma;

d) o Procurador emitirá parecer oral na sessão de julgamento, após o relatório;

e) o julgamento é da competência de turmas isoladas;

f) a defesa e as informações poderão ser enviadas por via telegráfica ou radiotelegráfica;

g) o Regimento Interno do Tribunal Federal de Recursos estabelecerá normas complementares para a aplicação desta lei, inclusive para o período de férias forenses.

§ 1º A autoridade que não se conformar com a decisão denegatória da representação que ofereceu ao ministro da Justiça poderá, dentro de 15 (quinze) dias da mesma, promover o pronunciamento do Judiciário, através de mandado de segurança, interposto ao Tribunal Federal de Recursos.

§ 2º A decisão final do ministro da Justiça, aplicando a pena de suspensão só será executada depois da decisão liminar referida na letra “a” deste artigo, quando confirmatória da suspensão.

§ 3º A Justiça Eleitoral poderá também notificar para que cesse e imediatamente seja desmentida, determinando sua suspensão até 24 (vinte e quatro) horas, no caso de desobediência, transmissão que constitua infração à legislação eleitoral.

Justificativa: Não convém alterar a lei sobre o mandado de segurança, estabelecendo processo espacial para a hipótese.

6. Parte do *caput* do artigo 75 e seu Parágrafo Único:

Art. 75. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a respectiva concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais culturais e morais a que esteve obrigada.

Justificativa: Tratando-se de concessão, ou permissão ou autorização, não se deve construir ou estabelecer nenhum direito da renovação que tolheria o prudente arbítrio da autoridade concedente.

7. O artigo 83

Art. 83. A crítica e o conceito desfavorável, ainda que veementes, ou a narrativa de fatos verdadeiros, não darão motivo a qualquer reparação.

Justificativa: As razões do veto são as mesmas do veto aposto ao artigo 54 (ver acima).

8. O artigo 98

Art. 98. A autoridade que impedir ou embaraçar a liberdade da radiodifusão ou da televisão, fora dos casos autorizados em lei, incidirá, no que couber, na sanção do artigo 322 do Código Penal.

Justificativa: Qualquer autoridade que comete abuso do poder, no exercício de suas atribuições, está sujeita às cominações penais previstas na legislação comum, sendo, portanto, desnecessária a alusão expressa feita no artigo vetado, repreição [sic] que só servirá para entorpecer a atividade das autoridades administrativas.

9. O artigo 99

Art. 99. A concessionária ou permissionária ofendida em qualquer direito, poderá pleitear junto ao Judiciário sua reparação, inclusive para salvaguardar a viabilidade econômica do empreendimento, afetada por exigências administrativas que a comprometam, desde que não decorrentes de lei ou regulamento.

Justificativa: As razões do veto são as mesmas do veto aposto ao artigo 77: Constitui superfetação declarar que ilegalidade ou abuso de poder estão sujeitos ao controle judicial, pois há princípio expresso na Constituição [de 1946], artigo 141, § 4º.

Diz a Constituição de 1946, que os militares rasgaram em 1964:

Capítulo II — Dos Direitos e Garantias Individuais

Artigo 141 — % 4º. — A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ao direito individual.

— % 5º. — É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas […] Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público […].

10. O artigo 117

Art. 117. As concessões e autorizações para os serviços de radiodifusão em funcionamento ficam automaticamente mantidas pelos prazos fixados no art. 33, § 3º, desta lei.

Justificativa: O veto aposto ao parágrafo 3º do artigo 33 traz, como corolário automático, o veto ao presente artigo.

Disputa de poder:

Uma leitura leiga (não jurídica), mas atenta, das justificativas apresentadas aos vetos derrubados indica que, por detrás deles, há uma disputa de poder entre concessionários de um serviço público e o poder concedente, vale dizer, entre o Poder Executivo e os radiodifusores. Os vencedores queriam — e conquistaram — prazos dilatados para as concessões (10 e 15 anos); renovação automática delas; ausência de penalidade (mesmo após julgamento pelo Poder Judiciário) em casos de divulgação de notícias falsas; e assimetria de tratamento em relação a outros concessionários de serviços públicos — alteração da lei de mandado de segurança; reafirmação de normas que já se encontram em outros diplomas legais, inclusive na própria Constituição.

Lições para o presente:

Os 52 vetos de Jango foram derrubados e incorporados ao CBT que, 50 anos depois, ainda permanece — apesar de todas as suas alterações, sobretudo as do Decreto nº 236/76 e da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97) — a referência legal básica para a radiodifusão brasileira (“45 anos do CBT: Sem festas, nada a celebrar”).

Tem razão o presidente da Abert. A entidade — criada na luta contra os vetos de Jango e com eles identificada — constitui, ainda hoje, o grande e vitorioso ator na definição de regras para o setor.

---

1 Reprodução de artigo de Venício Lima, extraído do *Observatório da Imprensa*, em 10 de julho de 2012.

2 Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62).

Anexo 4 — Requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a aquisição da empresa Globo de São Paulo pelas Organizações Globo

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, sejam solicitadas ao Senhor ministro de Estado das Comunicações, no prazo constitucionalmente definido, as informações abaixo elencadas, e, nos termos do art. 217 do Regimento, requeiro a remessa de cópia de todos os documentos e processos que embasem e comprovem as correspondentes respostas.

1 — De acordo com o artigo 90 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, "nenhuma transferência, direta ou indireta de concessão ou permissão, poderá se efetivar sem prévia autorização do governo federal, sendo nula, de pleno direito, qualquer transferência efetivada sem observância desse requisito". Nessa linha, indaga-se se o Ministério das Comunicações (Contel *ou* Dentel) foi previamente comunicado da celebração de contrato particular de promessa de venda de ações e de cessão de cotas da Rádio Televisão Paulista S/A, depois TV Globo de São Paulo S/A (*52% do capital social inicial*), da TV Rádio Clube de Bauru Ltda. e da sociedade Rádio Paulista Ltda., com sede em Recife, canal 11, e outras empresas, em 9 de novembro de 1964, entre Victor Costa Petraglia Geraldine Júnior e Roberto Marinho, pelo preço certo de Cr$ 3.750.000.000,00 (três bilhões, setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros)?

2 — Os documentos dessa noticiada transação foram encaminhados aos órgãos governamentais para juntada aos autos dos processos administrativos que tratam, em particular, da outorga da concessão para a exploração do canal 5 de São Paulo e da posterior transferência do controle acionário para o jornalista Roberto Marinho (processos nºs 6.023/64 e 10.810/65)?

3 — Estranhamente, conforme noticiado pela imprensa, em 5 de dezembro de 1964, por meio de um simples recibo xerocopiado, o mesmo sr. Roberto Marinho teria comprado os mesmos 52% do capital social inicial da Rádio Televisão Paulista S/A, depois TV Globo de São Paulo S/A, da família Ortiz Monteiro, controladora original da emissora, por apenas Cr$ 60.396,00 (sessenta mil, trezentos e noventa e seis cruzeiros), abrangendo 15.099 ações de um total de 30.000. Na verdade, um recibo não original, sem a qualificação das partes, simples e que destaca que é "para cumprimento final de acordos com Victor Costa Petraglia Geraldine ou sucessores", o que não consta no contrato particular firmado entre Victor e Roberto em 9 de novembro de 1964. Pergunta-se se esse simples recibo de apenas 16 linhas também integra os processos administrativos acima mencionados e se essa nova operação de compra de transferência de controle acionário do mesmo canal 5 também foi previamente aprovada pelo Ministério das Comunicações?

4 — Para efeito de regularização societária e obtenção da aprovação do governo qual das duas transações foi reconhecida como válida, a de 9 de novembro de 1964 ou a de 5 de dezembro de 1964 ou nenhuma das duas? Segundo laudo de perita judicial, o recibo de 5 de dezembro de 1964 só poderia ter sido confeccionado em 1971, data em que a máquina de datilografia passou a ser fabricada, ou seja, é um documento anacrônico.

5 — Em se tratando de uma sociedade anônima, concessão para a exploração de relevante serviço público de som e imagem, pergunta-se se a anunciada transação entre Victor Costa Júnior e Roberto Marinho foi

levada a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e comunicada à Bolsa de Valores, já que submissa também à Lei de Sociedades Anônimas?

6 — Informação levantada no processo de inventário dos bens deixados por Victor Costa para seu único filho e herdeiro, Victor Costa Júnior, que tramitou no Juízo Cível da 9ª Vara Cível e Comercial de São Paulo, revela que nas primeiras declarações e nas posteriores não constituíram objeto do inventário as ações das emissoras anteriormente mencionadas. Assim, não pôde ser cumprido o compromisso assumido de apresentar a certidão da correspondente adjudicação de todas essas ações e cotas e direitos dela decorrentes em 90 dias já que nem foram inventariadas. Para as autoridades competentes essa promessa de negócio, consumada, pois houve o pagamento, existiu, de fato, ou não passou de uma manobra para, posteriormente, possibilitar o ingresso do comprador na sociedade à revelia de todos os mais de 600 acionistas fundadores da Rádio Televisão Paulista S/A, canal 5 de São Paulo?

7 — Não convencido de que o negócio com o sr. Roberto Marinho iria prosperar, o sr. Victor Costa Júnior, que lhe vendera o capital majoritário da emissora, em 9 de novembro de 1964, convocou e instalou uma AGE em 10 de fevereiro de 1965, para, a pretexto de aumentar o capital da empresa, introduzir de vez o comprador no SEU comando. Dos mais de 600 acionistas, apenas um compareceu ao ato assemblear, sr. Armando Piovesan, titular de duas ações e funcionário da emissora e que secretariou os trabalhos. Na ata da reunião constou que estava representando não o senhor Roberto Marinho que adquirira a empresa de Victor Costa Júnior em 9 de novembro de 1964, mas a família Ortiz Monteiro que detinha, de fato, os 52% do capital social inicial e que também lhe teria vendido suas ações em 5 de dezembro de 1964. Por distração, Armando Piovesan fez registrar na ata que, por procuração, estava representando o maior acionista da empresa, Hernani Junqueira Ortiz Monteiro, titular de 5000 ações ordinárias, *mas morto desde 25 de junho de 1962* e outros dois acionistas da família Monteiro e que também já teriam “vendido” suas ações a Roberto Marinho em 5 de dezembro de 1964.

Comunicado dessa AGE e da subscrição de capital pelo sr. Roberto Marinho que já comprara 52% do capital social da organização, como pôde o governo federal ignorar esse artifício mal produzido para não repudiar, liminarmente, uma ata ao que parece montada, simulada, vez que até prova em contrário morto não dá procuração e nem assina livro de registro de presença? Com que quórum foi então instalado o tal ato societário?

8 — Como não desconfiar de um ato assemblear ao qual compareceu apenas um acionista e em cuja subscrição de capital, o sr. Roberto Marinho que pagara na transação que celebrou com Victor Costa Júnior, em 9 de novembro de 1964, *por apenas 15099 ações* da Rádio Televisão Paulista S/A e outras pequenas empresas, *cerca de 2 milhões de dólares* e na miraculosa AGE de 10 de fevereiro de 1965, aportando apenas 200 mil dólares, passou a deter 370 mil novas ações? Ou seja, com um investimento 10 vezes menor como pôde ele ganhar um número de ações 20 vezes maior e em detrimento do direito de todos os outros acionistas, que nem souberam da citada AGE, vez que anunciada em jornal pouco lido e com informativo de apenas 5 centímetros?

E ademais há que se ressaltar que se o ato de transferência das ações, datado de 5 de dezembro de 1964, entre a família Ortiz Monteiro e Roberto Marinho, tivesse realmente ocorrido, Armando Piovesan não precisaria agir em nome dos acionistas primitivos porque as ações já pertenceriam ao senhor Roberto Marinho.

9 — De qualquer forma, o aumento de capital da AGE de 10 de fevereiro de 1965 (omitindo-se a transação anteriormente efetuada em 5 de dezembro de 1964, já que a de Victor Costa Júnior, de 9 de novembro de 1964, era inviável, impossível, pois ele nunca foi acionista-controlador), foi submetido ao Conselho Nacional de Telecomunicações — Contel — *que editou* a portaria 163/65, condicionando a aprovação do aumento do capital social à regularização de seu quadro de acionistas, *dentro de seis meses*. Nos autos dos processos administrativos há informação de que esta regularização não havia sido feita em 17 de junho de 1975. Ou seja, a empresa de concessão de serviço público funcionou irregularmente por *mais de 10 anos*. Como explicar tamanha omissão, leniência *envolvendo a mais importante emissora de* TV *do país*?

10 — Cobrada com muita condescendência pelo Dentel, finalmente, em 30 de junho de 1976, a TV Globo de São Paulo em AGE presidida pelo sr. Roberto Marinho, objetivando regularizar seu quadro de acionistas, sem a presença de mais de 600 acionistas fundadores que nem souberam de sua realização, pois o anúncio de convocação foi de apenas 5 centímetros de novo, decidiu transferir para o seu presidente todas as ações dos acionistas-fundadores (família Ortiz Monteiro 52% do capital inicial e não de Victor Costa Júnior) e os 48% das centenas de acionistas minoritários. Para isso depositou apenas Cr$ 14.285,00 numa agência bancária de São Paulo. Ou seja, desapropriou os direitos acionários dos sócios fundadores da já agora poderosa e vitoriosa TV Globo de São Paulo.

E o que fez o governo federal? Mais que depressa acolheu a ata da AGE de 30 de junho de 1976 e referendou o apossamento dessas valiosíssimas ações, dando por regular com mais de 10 anos de atraso o quadro de acionistas da empresa de comunicação. Nessas circunstâncias, como pôde o governo coonestar esse esbulho contra legítimo direito de propriedade com a edição da Portaria 430/77?

11 — Como pôde o governo federal aceitar como legal, normal a AGE de 30 de junho de 1976, que, sem maiores justificativas, aprovou a transferência de direito inalienável de acionistas em dia com suas obrigações e o que é pior, registrando na ata da assembleia inverdades comprometedoras, como a de que teriam comparecido ou se fizeram representar na sede da sociedade à Praça Marechal Deodoro, 340, 5º andar, em São Paulo, *miraculosamente*, os então acionistas majoritários Hernani Junqueira Ortiz Monteiro, morto em 25 de junho de 1962 (passados 14 anos), Manoel Vicente da Costa, morto em 15 de dezembro de 1964 (passados 12 anos), Manoel Bento da Costa não localizado e Oswaldo Junqueira, que já teria vendido a emissora a Roberto Marinho, em 5 de dezembro de 1964 e que não poderia estar presente e nem ser representado?

12 — Considerando o que dispõe a Constituição Federal no artigo 37 e nos referentes à concessão para a exploração de serviço de som e imagem e mais o Decreto nº 52.795/63, à vista das irregularidades e ilegalidades comprovadamente praticadas para se obter o controle do canal 5 de São Paulo, indaga-se, finalmente, quais providências deverão ser tomadas pelo Ministério das Comunicações em defesa da moralidade administrativa, já que o direito dos verdadeiros acionistas, segundo a Lei das Sociedades Anônimas, já prescreveu e considerando sobretudo que em seu blog *Memória/Globo* a organização em tela insiste em afirmar que comprou as concessões do canal 5 de São Paulo, de Victor Costa Júnior, que segundo o Dentel nem fazia parte de seu quadro de acionistas e muito menos foi seu acionista controlador?

JUSTIFICATIVA:

De forma criteriosa e em alto nível há várias décadas vem sendo discutida na Justiça a legalidade da transferência do controle acionário da ex-Rádio Televisão Paulista S/A, depois, TV Globo de São Paulo,

para o senhor Roberto Marinho.

Seguidas decisões judiciais proferidas em diversas instâncias reconheceram a prescrição dos direitos dos herdeiros dos antigos acionistas, vez que desinformados dos atos assembleares praticados à sua revelia, não buscaram em tempo a indenização almejada.

Salvo melhor avaliação, o ato de transferência das ações do canal 5 de São Paulo jamais existiu na ordem jurídica e governamental, visto que o negócio somente poderia ter se concretizado, com a obrigatória prévia aprovação das autoridades competentes e mediante a participação dos verdadeiros acionistas fundadores ou de herdeiros da empresa de comunicação de um lado e de outro do jornalista Roberto Marinho.

Por outro lado, a pretendida transferência do controle acionário da emissora de TV para a posterior obtenção da renovação da concessão também não poderia ter se consumado pelo comprovado descumprimento das cláusulas condicionantes da Portaria 163/65 e pelo agravante de a Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 1976, ao invés de buscar regularizar situação societária ilegal, que se arrastava por mais de 10 anos, ter sido usada pelo jornalista-empresário Roberto Marinho para eliminar o direito acionário e intransferível de seus mais de 600 acionistas.

Não se precisaria chegar a tanto, agindo-se ao arrepio da Lei Maior, dos estatutos da empresa, da própria lei das sociedades anônimas e das leis federais que, então, regulavam o importante setor de telecomunicações (Lei nº 4.117/62 e Decreto nº 52.795/63).

Contudo, face ao incontestável êxito dessa organização de renome internacional, os fins não teriam justificado os meios, mesmo que irregulares, ilegais? Não, pois, como decidido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em recurso do interesse da TV Globo, “não pode ter subsistência um negócio jurídico cujo proprietário da coisa objeto do negócio sequer participou da cogitada alienação. A entender-se de outra forma, estar-se-ia proclamando a legalidade do enriquecimento ilícito e até da própria fraude o que não é possível sancionar-se, irrefutavelmente. Ninguém deve estar acima da lei”. E mais: “A AGE de 30 de junho de 1976 não dispunha de poderes para determinar a alienação do que não lhe pertencia”.

Aliás, no próprio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial 35.230-0 SP, em 1994, já ficou assentado que a exclusão dos acionistas que não compareceram à Assembleia Geral Extraordinária, em 30 de junho de 1976, convocada para “regularizar” o quadro de acionistas, “foi *sui generis*, sem previsão legal, pois o erro está em não ter sido adotada providência prevista na lei para a alienação dos faltosos: enquanto a lei autorizava apenas a venda das ações em Bolsa de Valores, a assembleia de junho de 1976, permitiu a sua aquisição pelos sócios remanescentes”, ou melhor, exclusivamente, pelo senhor Roberto Marinho e ao preço de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) por ação, verdadeira desapropriação, à vista do elevado valor real de cada ação já à época, multiplicada pelos reinvestimentos dos lucros e dividendos não distribuídos.

Sobre esses graves fatos, a procuradora da República Cristina Marelim Vianna, falando nos autos do procedimento administrativo 1.34.001.001239/2003-12, instaurado para apurar ilegalidades no negócio tido como realizado pelo senhor Roberto Marinho, exarou parecer no qual assinala que “resta, pois, investigar suposta ocorrência de irregularidade administrativa na transferência do controle acionário da emissora, visto a necessidade de *autorização de órgão federal*. Tal como se deu, esteado em documentação falsificada, *o ato de concessão estaria eivado de nulidade absoluta*”.

Nesse contexto, dada a importância, abrangência e complexidade da questão colocada "*sub examine*", mais do que oportuno o presente requerimento dirigido ao exmo. sr. ministro das comunicações, que, por certo, descartará a fácil e cômoda liberal interpretação da prescrição da ação punitiva da Administração Pública, face às patentes má-fé e falsidade com que as medidas societárias e governamentais foram implementadas para assegurar a uma das partes a assunção do importante canal de TV de São Paulo, que responde por mais de 50% do faturamento bruto desse vitorioso conglomerado de comunicação.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2014

Senador Roberto Requião

Anexo 5 — Trechos da Constituição Cidadã (1988) que tratam da comunicação

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º — Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º — É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º — Compete à lei federal:

I — regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II — estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º — A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

· Lei nº 9294, de 15.7.1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4° do art. 220 da Constituição Federal.

· Decreto nº 2018, de 1º.10.1996, que Regulamenta a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.

· Decreto nº 3157, de 27.8.1999, que dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 2.018, de 1º de outubro de 1996.

§ 5º — Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º — A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I — preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II — promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III — regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em

lei;

IV — respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

§ 1º — É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão, exceto a de partido político e de sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros.

§ 2º — A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a trinta por cento do capital social.

* Art. 222 — A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

§ 1º — Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º — A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º — Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 4º — Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º — As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.

* Nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 36/2002.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º — O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º — A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º — O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º — O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º — O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224 — Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Em tempo:

Fábio Konder Comparato, professor emérito da Faculdade de Direito de São Paulo, entrou com duas “Adins por Omissão” no Supremo Tribunal Federal para responsabilizar o Congresso pela omissão de não regulamentar os artigos da Constituição de 1988 que tratam da Comunicação — seria apenas uma sanção moral, política.

A Procuradoria deu parecer favorável, mas o Supremo, em junho de 2015, jazia adormecido sobre elas, no gabinete da ministra Rosa Weber.

Anexo 6 — Entrevista do Delfim à *Veja*, sobre distribuição de renda, em 7 de junho de 1972

A seguir, reprodução da entrevista que fiz com Delfim Netto publicada na *Veja*.

Crescer é concentrar

O trabalho do economista Carlos Geraldo Langoni mostra que está havendo uma concentração de renda no Brasil. Mas revela também que isso é conseqüência do rápido desenvolvimento econômico do país. Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda, discute nesta entrevista os principais resultados desse trabalho.

VEJA — *Os dados apurados revelam inicialmente que há uma insofismável ineficiência na agricultura brasileira. A renda média na agricultura cresceu apenas 7% na década e os 40% da população com os rendimentos mais baixos estão na agricultura.*

DELFIM — Eu acho que não há aí uma demonstração de ineficiência. O fato de a renda na agricultura ter crescido 7% na década representa de um lado o evidente excesso de mão-de-obra que existe no setor agrícola e, de outro, o fato de não termos tido, nesses dez anos, a possibilidade de elevar rapidamente a produtividade do setor. Ora, por que aconteceu isso? Porque, primeiro, não foi possível aumentar brutalmente a demanda de produtos agrícolas. Porém, com a taxa flexível de câmbio, mais os subsídios dados à compra de equipamentos, adubos, inseticidas, pudemos criar uma demanda externa para os produtos agrícolas e aumentar a produtividade do setor. Tenho a impressão de que nos últimos quatro anos conseguimos trabalhar com mais rapidez. É preciso chamar a atenção, porém, para o fato de que, de qualquer forma, houve um acréscimo da renda real — e que só é pequeno devido a fatores que estão sendo superados.

VEJA — *Mesmo assim o acréscimo da renda na agricultura foi pequeno demais, principalmente se comparado com os ganhos dos outros setores. O setor urbano cresceu 38%.*

DELFIM — Eu creio que dez anos é um período muito longo. Acredito que nos últimos três ou quatro anos o aumento da renda na agricultura foi bem mais importante do que em toda a década. Não se deve esquecer também que o Censo de 1970 revela toda a tragédia da seca daquele ano — uma das mais dramáticas que já tivemos.

VEJA — *A comparação do crescimento da renda média da agricultura com o crescimento da indústria não seria um retrato pungente da disparidade entre os dois setores?*

DELFIM — Essa comparação mostra um fenômeno típico do crescimento de qualquer país. O que esses dados refletem é que foi dado ao setor urbano um tipo de apoio muito superior ao que foi dado ao rural. Em outros termos, significa que a cada trabalhador do setor urbano foi acrescentado um volume de capital superior ao que foi juntado ao trabalhador rural. Ou seja, isso mostra a diferença de capitalização entre os dois setores.

Dúvidas no Censo

VEJA — *O trabalho revela também que houve uma redução de 13,98% da população rural, embora a população economicamente ativa tenha passado de 19 milhões para 26 milhões. A que o senhor atribui esse êxodo rural violento? Será que a economia do país está absorvendo na agricultura uma tecnologia que dispensa mão-de-obra em excesso?*

DELFIM — Em todo processo de desenvolvimento econômico a população economicamente ativa na agricultura tende a diminuir de importância. Há ainda nessa tabela um outro dado bastante interessante. Sabe-se que diminuiu a participação da agricultura na população economicamente ativa. Ao mesmo tempo aumentou a participação do setor urbano em 12%. Se não houve nenhuma crise de abastecimento de produtos agrícolas durante a década, conclui-se que menos gente na agricultura alimentou mais gente nas cidades. Isso inclusive lança algumas dúvidas sobre o resultado do Censo.

VEJA — *Por que?*

DELFIM — Porque se menos gente alimenta mais gente, houve um aumento de produtividade no campo e esse aumento possivelmente foi maior que os 7% indicados no Censo.

VEJA — *Os dados referentes à educação mostram que o crescimento do ensino primário — 5,34% — foi muito menor que o do ensino colegial, por exemplo. Além disso, sabe-se que, segundo dados do Ministério do Planejamento, entre 1960 e 1970, o número de anos de escolaridade (tempo que a pessoa passa na escola) cresceu 2,2% no setor primário e 48% acima do setor primário. Esses números sugerem duas perguntas. Primeira: não estaria sendo instalado um mecanismo para garantir uma educação de elite, facilitando o acesso ao ensino ginasial, colegial e superior em prejuízo do ensino primário? Não estaria ocorrendo também uma política errada de incorporação de tecnologia, ou seja, não estariam sendo instaladas máquinas que exigem conhecimento educacional acima do primário, quando o país precisa criar empregos em maior quantidade exatamente para os que só têm nível primário?*

DELFIM — De saída, é preciso observar que houve um crescimento na escolaridade do setor primário. Em 1960, 51,7% tinham curso primário. Em 1970, 54,5%. Em números absolutos — ou seja, quantas pessoas da população economicamente ativa passaram a ter educação primária —, isso se torna muito mais expressivo. O fato de ter ocorrido um crescimento de 96% e de 79% nos níveis colegial e superior precisa ser encarado nas devidas proporções. Isso, aliás, é um problema bem simples. Se tenho dois bois e mato um, matei 50%. Se tiver cem bois e matar dez, matei apenas 10%. Não devemos imaginar que o mundo funciona como um logaritmo. Além disso, o crescimento do curso superior reflete uma mudança na própria estrutura da demanda de mão-de-obra. É evidente que à medida que você desenvolve mais rapidamente o setor secundário ou terciário, você encontra criada uma demanda de mão-de-obra mais qualificada. Esses dados refletem, portanto, a intenção do governo de ampliar o nível de escolaridade primária e, também, de dar suporte ao crescimento do setor secundário e terciário. Por outro lado, eu gostaria de dizer que a educação, na medida em que enriquece o homem, é um bem que deve ser buscado por si mesmo. Mas, ao lado disso, que é um fato ético, é evidente que a educação deve estar ligada de alguma forma ao próprio processo social. Ou seja, não basta pensar na oferta de educação. É preciso saber de que tipo de educação a economia precisa. E a economia em rápida expansão e que, portanto, desloca rapidamente as atividades da agricultura para a indústria e os serviços, exige, é claro, uma mão-de-obra mais qualificada.

Analfabetos demais

VEJA — *Mas esta estratégia de subordinar os investimentos em educação às necessidades da economia não pode vir a ser uma estratégia elitista? Não se corre o perigo de conceder educação para algumas pessoas e deixar um número muito maior sem educação primária?*

DELFIM — Na medida em que mantiver um equilíbrio entre a oferta e a demanda de educação você reduz violentamente as disparidades de remuneração entre o pessoal qualificado e o não qualificado. Aquilo que parece um privilégio é o caminho para acabar com o privilégio. Por que a renda dos analfabetos permaneceu constante e a dos que têm curso superior subiu 52%? É que certamente há uma oferta excessiva de analfabetos e uma oferta insuficiente de pessoal de nível superior. Aqueles que pretendem

riência é praticamente universal. O que eu acho é que não é possível colocar essa distribuição como objetivo superior ao da produção. Se não, você acaba querendo distribuir o que não existe.

VEJA — *Quer dizer, então, que o impasse da economia brasileira é criar mais riquezas ou distribuir poucas riquezas.*

DELFIM — O impasse é o seguinte: ou seremos todos burros e pobres ou menos burros e um pouco mais ricos no futuro.

Truque socialista

VEJA — *Nos últimos cinco anos da década de 50 o país conseguiu taxas de crescimento do PIB parecidas com as de hoje. E as taxas de inflação não eram muito diferentes das que ocorreram há dois ou três anos. Naquela época, porém, os sindicatos, a imprensa e o Congresso funcionavam com uma agressividade muito maior que a de hoje e, muitas vezes, se opuseram a algumas prioridades do governo. O senhor acredita que se essas três gazuas estivessem funcionando a todo vapor não discutiriam algumas prioridades do governo e não conseguiriam até estabelecer uma nova prioridade: ao invés de crescer tanto, distribuir a renda um pouco melhor?*

DELFIM — Seria preciso provar que naquele período o salário médio cresceu mais do que agora. E disso eu duvido muito. O salário real médio só pode crescer na mesma proporção da produtividade do trabalho. Não é um parâmetro arbitrário, que possa ser fixado...

VEJA — *Mas não se distribui a renda exclusivamente através de salários.*

DELFIM — Espera um pouco. Deixa eu chegar lá. Isso pode ser visto nos países socialistas. Eles são freqüentemente muito mais inteligentes na política econômica. Porque só distribuem em salários aquilo que podem produzir como bens de consumo. Portanto, não se podem mudar esses parâmetros com grande precisão. É certo que o ideal de uma sociedade é melhorar progressivamente a distribuição de renda. É um ideal de caráter ético que está ligado ao anseio de igualdade que herdamos de nossa formação do século XVII e XVIII. São, porém, coisas que só podem ser feitas à medida que o sistema for adquirindo um nível maior de produção e produtividade. Basta comparar os países da Europa Ocidental com os da Europa Oriental. Estes têm um nível de renda certamente inferior, mas sua renda é um pouco melhor distribuída. Qual a conseqüência que você tira disso? Eu estou tentando demonstrar que é preciso uma ditadura férrea para distribuir a renda rapidamente.

VEJA — *O que se quis dizer foi que os sindicatos, a imprensa e o Congresso talvez pudessem alterar a estratégia do governo, que procura assegurar as altas taxas de investimento em detrimento dos recursos para o consumo.*

DELFIM — Em detrimento, não. O governo tem permitido que o consumo cresça menos do que o produto, destinando cada vez maiores recursos para o investimento sem reduzir o nível de consumo. Agora, a sociedade pode fazer a opção que quiser. Mas vamos supor que houvesse uma pressão para aumentar o consumo. Essa pressão, na verdade, não existe. Mas se houvesse, das duas uma: ou eu reduzo o investimento, ou aumento o endividamento externo. A sociedade não tem outra opção, porque está presa dentro de um sistema aritmético.

VEJA — *O problema da distribuição da renda tem evidentemente uma estatura ética que parece, aqui, desagradavelmente comprimida numa equação aritmética. Segundo esses dados, o Gini brasileiro é 0,57 — isto é eticamente desagradável. Assim como é desagradável que 40% da população tenha uma renda de 71 cruzeiros mensais. A pergunta é: em outras circunstâncias, a sociedade brasileira não gostaria de alterar esses dados éticos desagradáveis?*

DELFIM — Desde que a sociedade brasileira decida reduzir o crescimento de sua economia.

País quer crescer

VEJA — *Onde foi que o governo descobriu que a prioridade da sociedade brasileira é um crescimento de 11,3% e não um Gini de 0,48?*

DELFIM — Começa que não há nenhuma garantia de que uma redução do crescimento da economia para 6%, 5% reduziria imediatamente o Gini. Além disso, eu não tenho a menor dúvida de que existe neste país um consenso em favor do desenvolvimento acelerado.

VEJA — *Em que desconhecido reduto eleitoral o governo descobriu isso?*

DELFIM — Isso é fácil de descobrir, qualquer um descobre em seus contatos pessoais. A não ser algum intelectual suficientemente rico e que agora ache necessário dar preferência à distribuição, é evidente que a sociedade brasileira como um todo fez a opção pelo desenvolvimento. Ainda mais que esse desenvolvimento está sendo feito sem sacrificar o consumo; ao contrário, aumentando o nível de consumo.

VEJA — *A distribuição de renda não deixa de ser uma forma de distribuição do poder político. Ao permitir que os 5% mais bem colocados na pirâmide de renda tenham na década um aumento de ganhos da ordem de 75%, o sistema não está concedendo a essas pessoas um poder político muito maior que às outras? Ao mesmo tempo, essa concentração de ganhos nos 5% não refuta a idéia de que se está construindo uma sociedade politicamente aberta?*

Sem originalidade

DELFIM — Quem são esses 5%? São homens de curso superior, entre quarenta e cinqüenta anos e que trabalham no setor terciário. O desenvolvimento, tal qual se processa no Brasil, está demandando exatamente esse tipo de pessoa. Na medida em que houver um aumento de mão-de-obra qualificada, essa disparidade vai diminuir. Essas pessoas tiveram um grande monopólio — eram os que podiam atender a uma demanda existente. Com a abertura do sistema, com mais gente com educação superior, esse monopólio desaparecerá. Outra coisa: ninguém pode tirar da distribuição de renda a distribuição do poder político.

VEJA — *O senhor não acha sintomático que a iniciativa de realizar um trabalho como o do professor Langoni — e que afinal mostrou resultados tão lisonjeiros para a política do governo — tenha sido provocada por trabalhos oposicionistas? O senhor não concorda com John Stuart Mill* quando diz que o regime liberal depende de uma oposição sempre iluminada?*

DELFIM — Essa análise, sem dúvida, foi aparentemente provocada por algumas análises do Censo consideradas insatisfatórias.

VEJA — *Qual a grande lição desses dados do professor Langoni?*

DELFIM — O material recolhido por esse trabalho mostra que o Brasil é o caso clássico do desenvolvimento econômico, estudado pela teoria econômica nos últimos trinta anos. Há uma transferência de mão-de-obra da agricultura para a indústria; uma transferência da indústria para o terciário; um processo de urbanização acelerado; um diferencial de produtividade no setor primário e no urbano; e diferenças substanciais de remuneração entre o pessoal mais qualificado e o menos qualificado. Há ainda uma diferença muito importante entre setores dinâmicos e tradicionais. Os dados agora levantados não dão ao Brasil nenhuma grandeza maior. É apenas um caso típico de desenvolvimento econômico. Mas os dados também não deixam o Brasil numa posição incômoda quanto à distribuição de renda.

---

* *Filósofo e economista inglês do século XIX, um teórico do liberalismo.*

Anexo 7 — Principais pontos do Plano Collor

Institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências. Faço saber que o presidente da República adotou a Medida Provisória nº 168, de 1990, que o Congresso Nacional, aprovou, e eu, Nelson Carneiro, presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Passa a denominar-se cruzeiro a moeda nacional, configurando a unidade do sistema monetário brasileiro.

§ 1º Fica mantido o centavo para designar a centésima parte da nova moeda.

§ 2º O cruzeiro corresponde a um cruzado novo.

§ 3º As quantias em dinheiro serão escritas precedidas do símbolo Cr$.

Art. 3º Serão expressos em cruzeiros, doravante, todos os valores constantes de demonstrações contábeis e financeiras, balanços, cheques, títulos, preços, precatórios, contratos e todas as expressões pecuniárias que se possam traduzir em moeda nacional.

Art. 5º Os saldos dos depósitos à vista serão convertidos em cruzeiros, segundo a paridade estabelecida no § 2º do art. 1º, obedecido o limite de 50 mil cruzados novos.

§ 1º As quantias que excederem o limite fixado no *caput* deste artigo serão convertidas, a partir de 16 de setembro de 1991, em doze parcelas mensais iguais e sucessivas, segundo a paridade estabelecida no § 2º do art. 1º desta lei.

§ 2º As quantias mencionadas no parágrafo anterior serão atualizadas monetariamente pela variação do BTN Fiscal, verificada entre o dia 19 de março de 1990 e a data do efetivo pagamento das parcelas referidas no dito parágrafo, acrescidas de juros equivalentes a seis por cento ao ano ou fração *pro rata*.

Art. 6º Os saldos das cadernetas de poupança serão convertidos em cruzeiros na data do próximo crédito de rendimento, segundo a paridade estabelecida no § 2º do art. 1º, observado o limite de 50 cruzados novos.

§ 1º As quantias que excederem o limite fixado no *caput* deste artigo serão convertidas, a partir de 16 de setembro de 1991, em doze parcelas mensais iguais e sucessivas, segundo a paridade estabelecida no § 2º do art. 1º desta lei.

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

Nelson Carneiro

Anexo 8 — A conversa do delegado Bruno com o PiG em 17 de outubro de 2006

Delegado Bruno: “Aqui tá a gravação de todo o dinheiro que tá no Banco Central, de todo o dinheiro que tá na Caixa Econômica. Eu fui fazer a perícia no dia. Os peritos tiraram as fotos e eu também tirei. Então aqui tem mais ou menos umas doze fotos. Só que não pode aparecer nem o pessoal do Banco Central, que dá para ver uma coisinha, e nem a Protege. A Protege pediu para preservar o nome dela, que se dane. Para provar que o dinheiro é dele, porque vai aparecer um monte de dinheiro sem saber de onde é, porque as cintas são tudo da Caixa, não é mais as cintas dos bancos. E aqui prova que é um milhão cento e sessenta e oito, Caixa Econômica Federal. Não…”.

Jornalista: “O que é isso?”.

Delegado Bruno: “Isso aqui é o dinheiro, que tá na custódia da Caixa Econômica, ó… Isso aqui é da Protege, que tá aqui à disposição da Polícia Federal. Caixa Econômica Federal. É custódia. Fonte custódia, que é o dinheiro…”.

Jornalista: “Um milhão…”.

Delegado Bruno: “168, que é o dinheiro da, do…”.

Jornalista: “É o real, isso daí”.

Delegado Bruno: “São os reais. Então, aqui, vocês tiram aqui, tiram o nome da Protege”.

[…]

Jornalista: “São quantas fotos? Doze?”.

Delegado Bruno: “Tem um monte”.

Jornalista: “Isso é cópia, doutor?”.

Delegado Bruno: “Não, esse aqui é original. Vocês precisam me trazer duas cópias de volta. Esse é original”.

[…]

Delegado Bruno: “Vou confiar em vocês. O que vai aparecer? Que alguém roubou e vazou na imprensa”.

Jornalista: “Tá”.

Delegado Bruno: “Porque, no início, vai cair matando, só eu que tenho isso aí. Eu e os peritos. Mais ninguém tem, ninguém. Nem o superintendente tem, nem a delegacia tem”.

[…]

Delegado Bruno: “Isso não vai sair hoje, vai? Vai sair no jornal de amanhã”.

Jornalista: “É, no jornal de amanhã, na TV”.

Jornalista: “Isso, o senhor fez um reporte de que foi furtado?”.

Delegado Bruno: “Não, agora eu estou desesperado. Vai chegar à tarde, pro superintendente, apavorado. Vou falar: doutor, me furtaram, tô com medo que isso vaze”.

Jornalista: “É legal porque vazou para a imprensa inteira”.

Delegado Bruno: “Já falei com os repórteres. Eles estão levantando para mim. Ninguém sabe de nada, mas eu tô desconfiado. Sabe como é, não dá para confiar em repórter. Não dá mesmo”.

Jornalista: “Puta sacanagem”.

Delegado Bruno: “Agora, eu conto com vocês, hein? Sabe por quê? Vocês não podem me vender, porque isso aí vai abrir uma sindicância contra mim e um processo, porque isso é segredo de Justiça”.

Jornalista: “Mas quem o senhor vai apontar que teria roubado?”.

Delegado Bruno: “Não sei. Quando cheguei na minha sala, não tava. ‘N’ pessoas podem ter entrado na minha sala. Faxineiras”.

[…]

Delegado Bruno: “Agora, é o seguinte, qual a televisão que eu divulgo? Eu preciso divulgar para uma TV”.

Jornalista: “Precisa sair numa TV… bom, na Globo ou no SBT”.

Delegado Bruno: “Tem alguém da TV Globo aí?”.

Jornalista: “Tem o Bocardi, o Bocardi”.

Jornalista: “Eu tenho, eu posso passar lá pela minha chefia, pelo *O Globo*”.

Jornalista: “Ah, é, ela é d’*O Globo*”.

Delegado Bruno: “Então, tem alguém da Globo aqui? Da TV, para eu entregar isso daqui? Não é o Tralli? O Tralli tá muito visado. Aí eu vou ligar para o Tralli e vou falar: ‘Pô, Tralli…’ ”.

Jornalista: “Deixa o Bocardi, deixa o Bocardi então, pode ser?”.

Jornalista: “Tem da Band, também, meu amigo, gente finíssima”.

[…]

Jornalista: “Só que é o seguinte, isso só pode sair amanhã na TV”.

Delegado Bruno: “Não, pode sair hoje à noite na TV”.

Jornalista: “Pode sair hoje à noite”.

Jornalista: “Jornal da meia-noite, jornal da meia-noite”.

Delegado Bruno: “Não. Tem que sair hoje. Não. Tem que sair no *Jornal da Globo* no primeiro horário. Não pode sair é à tarde”.

Jornalista: “É, gente, também porque nós estamos os três jornais”.

Delegado Bruno: “Tem que sair no *Jornal Nacional*. Se for o SBT, Ana Paula Padrão. Isso daí vazou ontem, me furtaram ontem, isso espalhou hoje de manhã, o que não pode é sair agora”.

[…]

Jornalista: “A gente vai passar pro Rodrigo Hidalgo”.

Delegado Bruno: “Pode sair no primeiro horário da noite. Não pode é sair agora ao meio-dia”.

Jornalista: “No primeiro horário da noite, não, no último horário…”.

Delegado Bruno: “Sabe por quê?”.

Jornalista: “No horário da noite, não, no último horário da noite”.

Delegado Bruno: “Não, tem que ser o primeiro horário, gente, porque eu vou fazer o alarde agora com o superintendente que vazou, que me furtaram agora de manhã”.

Jornalista: “Tá, tudo bem”.

Delegado Bruno: “Se sair no último horário, quem que vai assistir ao jornal à meia-noite?”.

[…]

Delegado Bruno: “Qual o horário do *Jornal Nacional*? Oito da noite?”.

Jornalista: “8:30 h”.

Delegado Bruno: “O da Band é 7 h?”.

Jornalista: “É”.

Delegado Bruno: “Vou ligar a TV neste horário, hein?”.

Jornalista: “Tá”.

Jornalista: “Pode ficar sossegado”.

Delegado Bruno: “E a fonte, jamais. Não sou mártir, não. Não sou Tiradentes para ser esquartejado”.

Jornalista: “Tchau, doutor”.

Jornalista: “Eu ligo pro senhor”.

Advertem-se os curiosos que...